ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 28

Brasília - DF, quinta-feira, 8 de fevereiro de 2018

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 21
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 22
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 24
Ministério da Cultura 27
Ministério da Educação 30
Ministério da Fazenda 32
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 65
Ministério da Integração Nacional 65
Ministério da Justiça e Segurança Pública 66
Ministério da Saúde 78
Ministério de Minas e Energia 149
Ministério do Desenvolvimento Social 154
Ministério do Meio Ambiente 156
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 157
Ministério do Trabalho 166
Ministério do Turismo 175
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 176
Ministério Público da União 177
Poder Judiciário 179
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 179

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.282, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Altera o Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Casa Civil da Presidência da República, e o Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam remanejados, na forma do Anexo I, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE:

I - do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

a) um DAS 101.5;

b) oito DAS 101.2;

c) três FCPE 101.4;

d) sete FCPE 101.2;

e) treze FCPE 101.1;

f) uma FCPE 102.2; e

g) quatro FCPE 102.1;

II - da Casa Civil da Presidência da República para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

a) um DAS 101.4;

b) um DAS 102.4;

c) cinco DAS 102.3;

d) cinco DAS 102.1; e

e) uma FCPE 102.4; e

III - da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para a Casa Civil da Presidência da República:

a) um DAS 101.5;

b) três DAS 101.3;

c) oito DAS 101.2;

d) cinco DAS 101.1;

e) dois DAS 102.5;

f) um DAS 102.2;

g) quatro FCPE 101.4;

h) sete FCPE 101.2;

i) quatorze FCPE 101.1;

j) uma FCPE 102.2; e

k) três FCPE 102.1.

Art. 2º O Anexo I ao Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º O INCRA é dirigido por um Conselho Diretor, composto pelo Presidente do INCRA, pelos Diretores, pelo Chefe de Gabinete e por um representante da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República.

....." (NR)

"Art. 22. Aos Diretores, ao Chefe de Gabinete, ao Procurador-Chefe, ao Auditor-Chefe, ao Ouvidor Agrário Nacional, ao Corregedor-Geral, aos Superintendentes Regionais e aos demais dirigentes incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades das suas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Presidente do INCRA." (NR)

"Art. 23. Os órgãos descentralizados ficam sujeitos à orientação técnica e normativa das Diretorias, da Procuradoria Federal Especializada, da Ouvidoria Agrária Nacional, da Corregedoria-Geral e da Auditoria Interna." (NR)

Art. 3º O Anexo I ao Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

I - .....
.....

t) na assistência técnica e extensão rural aos beneficiários da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, assim definidos pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

.....

v) na regularização fundiária na Amazônia Legal, nos termos do art. 33 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009; e

....." (NR)

"Art. 2º .....
.....

II - .....
.....

g) .....
.....

4. Diretoria de Gestão Estratégica, Monitoramento e Avaliação;

.....

6. .....

6.1. Diretoria de Financiamento e Proteção da Produção; e

6.2. Diretoria de Assistência Técnica e Extensão Rural;

.....

8. Subsecretaria de Regularização Fundiária da Amazônia Legal;

8.1. Diretoria de Regularização Fundiária na Amazônia Legal; e

....." (NR)

"Art. 35. .....
.....

Parágrafo único. .....

I - as competências relativas à regularização fundiária na Amazônia Legal, nos termos do art. 33 da Lei nº 11.952, de 2009;

.....

IV - a representação e as atribuições que competem ao Poder Executivo federal em relação à Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Anater, inclusive quanto à celebração de contrato de gestão;

V - as demais competências conferidas pela legislação ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário; e

VI - em relação aos servidores efetivos lotados na unidade e aos cargos comissionados:

a) a fixação das metas institucionais e pessoais para efeito de pagamento de gratificações; e

b) as competências disciplinares, exceto a aplicação da penalidade de demissão." (NR)

"Art. 36-A. À Diretoria de Gestão Estratégica, Monitoramento e Avaliação compete:

I - assessorar diretamente o Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário nas áreas de controle de riscos, gestão estratégica, monitoramento e avaliação de resultados definidos no planejamento estratégico da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - coordenar a elaboração e as revisões do planejamento estratégico da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário;

III - coordenar, em articulação com as subsecretarias, a elaboração do relatório de gestão, em consonância com as orientações do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União;

IV - coordenar, em articulação com as subsecretarias, a elaboração das informações a cargo da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para composição da prestação de contas anual do Presidente da República; e

V - monitorar a execução e avaliar os resultados do planejamento estratégico da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário." (NR)

"Art. 45. À Subsecretaria de Regularização Fundiária na Amazônia Legal compete:

.....

IV - executar as medidas administrativas e as atividades operacionais relacionadas à regularização fundiária na Amazônia Legal." (NR)

"Art. 45-A. À Diretoria de Regularização Fundiária na Amazônia Legal compete:

I - executar as atividades de destinação, controle e titulação de terras devolutas e terras públicas federais;

II - executar e controlar o cadastro dos ocupantes nas áreas de regularização, de natureza cartográfica, incluídas as ações de georreferenciamento e geoprocessamento; e

III - propor, controlar e acompanhar a implementação de convênios, contratos e instrumentos congêneres relativos a sua área de competência." (NR)

Art. 4º Os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança que deixam de existir na Estrutura Regimental do INCRA e na Estrutura Regimental da Casa Civil da Presidência da República por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados ou dispensados.

Art. 5º Os apostilamentos decorrentes das alterações promovidas na Estrutura Regimental do INCRA e na Estrutura Regimental da Casa Civil da Presidência da República deverão ocorrer na data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. O Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República publicará, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão e das funções de confiança a que se refere o Anexo III, que indicará, inclusive, o número de cargos e funções vagos, suas denominações e seus níveis.

Art. 6º A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário será responsável pelas seguintes medidas em relação à extinta Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária:

I - elaboração dos relatórios de gestão, de acordo com as orientações do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União;

II - remanejamento dos recursos orçamentários e financeiros e das transferências de bens patrimoniais; e

III - atos decorrentes de contratos, convênios e instrumentos congêneres.

Art. 7º O Anexo II ao Decreto nº 8.955, de 2017, passa a vigorar na forma do Anexo II a este Decreto.

Art. 8º O Anexo II ao Decreto nº 8.889, de 2016, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo III a este Decreto.

Art. 9º Ficam revogados os seguintes dispositivos:

I - do Anexo I ao Decreto nº 8.955, de 2017;

a) a alínea "d" do inciso III do **caput** do art. 2º;

b) a alínea "d" do inciso I do **caput** do art. 4º; e

c) o art.16; e

II - do Anexo I ao Decreto nº 8.889, de 2016: o art. 39.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor em 13 de março de 2018.

Brasília, 7 de fevereiro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira
Eliseu Padilha

ANEXO I

REMANEJAMENTO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE

a) INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA:

CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO	DO INCRA PARA A SEGES/MP	
		QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.5	5,04	1	5,04
DAS 101.2	1,27	8	10,16
SUBTOTAL 1		9	15,20
FCPE 101.4	2,30	3	6,90
FCPE 101.2	0,76	7	5,32
FCPE 101.1	0,60	13	7,80
FCPE 102.2	0,76	1	0,76
FCPE 102.1	0,60	4	2,40
SUBTOTAL 2		28	23,18
TOTAL		37	38,38

b) CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO	DA CC/PR PARA A SEGES/MP (a)		DA SEGES/MP PARA A CC/PR (b)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.5	5,04	-	-	1	5,04
DAS 101.4	3,84	1	3,84	-	-
DAS 101.3	2,10	-	-	3	6,30
DAS 101.2	1,27	-	-	8	10,16
DAS 101.1	1,00	-	-	5	5,00
DAS 102.5	5,04	-	-	2	10,08
DAS 102.4	3,84	1	3,84	-	-
DAS 102.3	2,10	5	10,50	-	-
DAS 102.2	1,27	-	-	1	1,27
DAS 102.1	1,00	5	5,00	-	-
SUBTOTAL 1		12	23,18	20	37,85
FCPE 101.4	2,30	-	-	4	9,20
FCPE 101.2	0,76	-	-	7	5,32
FCPE 101.1	0,60	-	-	14	8,40

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FCPE 102.4	2,30	1	2,30	-	-
FCPE 102.2	0,76	-	-	1	0,76
FCPE 102.1	0,60	-	-	3	1,80
SUBTOTAL 2		1	2,30	29	25,48
TOTAL		13	25,48	49	63,33
SALDO DO REMANEJAMENTO (c = b - a)				36	37,85

ANEXO II

(Anexo II ao Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017)

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA:

UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	DAS/FG/FCPE
	1	Presidente	DAS 101.6
	4	Assessor	DAS 102.4
	3	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	FCPE 102.1
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe de Divisão	FCPE 101.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Assessoria de Comunicação Social	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
OUVIDORIA AGRÁRIA NACIONAL	1	Ouvidor Agrário Nacional	DAS 101.5
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
DIRETORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço	3	Chefe	FCPE 101.1
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
	3	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Administração e Serviços Gerais	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço	3	Chefe	FCPE 101.1
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
	3	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Finanças	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
	2	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Contabilidade	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
	2	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA	1	Procurador-Chefe	DAS 101.5
	1	Subprocurador-Chefe	FCPE 101.4
	2	Assistente	FCPE 102.2
	2	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral Agrária	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Orientação ao Contencioso Judicial	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos Administrativos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
AUDITORIA INTERNA	1	Auditor-Chefe	FCPE 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
CORREGEDORIA-GERAL	1	Corregedor-Geral	FCPE 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA	1	Diretor	DAS 101.5
	2	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
DIRETORIA DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Cadastro Rural	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
	2	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Cartografia	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	2	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Regularização Fundiária	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
	2	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	3	Assistente Técnico	FCPE 102.1
DIRETORIA DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Obtenção de Terras	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
	2	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Implantação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	2	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
	2	Assistente Técnico	FCPE 102.1
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente	FCPE 102.2
	2	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Infraestrutura	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	2	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Assentamentos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL	10	Superintendente Regional	FCPE 101.4
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL	20	Superintendente Regional	DAS 101.4
	17	Assistente	FCPE 102.2
	6	Assistente	DAS 102.2
	65	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	21	Assistente Técnico	DAS 102.1
	58		FG-1
PROCURADORIA REGIONAL	30	Chefe de Procuradoria Regional	FCPE 101.2
	17	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	6	Assistente Técnico	DAS 102.1
Divisão	90	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	30	Chefe	DAS 101.2
Serviço	90	Chefe	FCPE 101.1
Serviço	29	Chefe	DAS 101.1
UNIDADES AVANÇADAS	33	Chefe	FCPE 101.1
UNIDADES AVANÇADAS	11	Chefe	DAS 101.1
UNIDADE AVANÇADA ESPECIAL	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO			SITUAÇÃO ATUALSITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,27	1	6,27	1	6,27
DAS 101.5	5,04	8	40,32	7	35,28
DAS 101.4	3,84	26	99,84	26	99,84
DAS 101.2	1,27	49	62,23	41	52,07
DAS 101.1	1,00	43	43,00	43	43,00
DAS 102.4	3,84	5	19,20	5	19,20
DAS 102.2	1,27	11	13,97	11	13,97
DAS 102.1	1,00	41	41,00	41	41,00
SUBTOTAL 1		184	325,83	175	310,63
FCPE 101.4	2,30	32	73,60	29	66,70
FCPE 101.3	1,26	1	1,26	1	1,26
FCPE 101.2	0,76	161	122,36	154	117,04
FCPE 101.1	0,60	144	86,40	131	78,60
FCPE 102.2	0,76	34	25,84	33	25,08
FCPE 102.1	0,60	135	81,00	131	78,60
SUBTOTAL 2		507	390,46	479	367,28
FG-1	0,20	58	11,60	58	11,60
SUBTOTAL 3		58	11,60	58	11,60
TOTAL		749	727,89	712	689,51

ANEXO III

(Anexo II ao Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016)

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA CASA CIVIL DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA:

UNIDADE	CARGO/FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/ FUNÇÃO	NE/DAS/FCPE/FG
ASSESSORIA ESPECIAL	1	Assessor-Chefe	DAS 101.6
	8	Assessor Especial	DAS 102.5
	2	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
GABINETE DO MINISTRO	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.5
	1	Assessor Especial	DAS 102.5
Coordenação-Geral de Cerimonial e Audiências	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	6	Assessor	DAS 102.4
	9	Assessor Técnico	DAS 102.3
	8	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
SECRETARIA-EXECUTIVA	1	Secretário-Executivo	NE
	1	Secretário-Executivo Adjunto	DAS 101.6
	6	Assessor Especial	DAS 102.5
	2	Assessor	FCPE 102.4
	1	Assessor	DAS 102.4

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Assuntos Administrativos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
	2	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Gestão Interna	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	5	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral da Secretaria-Executiva da Comissão Mista de Reavaliação de Informações	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Informações	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
SUBCHEFIA DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS	1	Subchefe	NE
	2	Assessor Especial	DAS 102.5
	9	Assessor	DAS 102.4
	6	Assessor Técnico	DAS 102.3
	3	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	3	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente	FCPE 102.2
	3	Assistente Técnico	DAS 102.1
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
SUBCHEFIA ADJUNTA DE POLÍTICAS SOCIAIS	1	Subchefe Adjunto	DAS 101.5
	1	Gerente de Projeto	FCPE 101.4
SUBCHEFIA ADJUNTA DE INFRAESTRUTURA	1	Subchefe Adjunto	DAS 101.5
	1	Gerente de Projeto	FCPE 101.4
SUBCHEFIA ADJUNTA DE POLÍTICA ECONÔMICA	1	Subchefe Adjunto	DAS 101.5
	1	Gerente de Projeto	FCPE 101.4
SUBCHEFIA ADJUNTA DE FINANÇAS PÚBLICAS	1	Subchefe Adjunto	DAS 101.5
	1	Gerente de Projeto	FCPE 101.4
SUBCHEFIA ADJUNTA DE GESTÃO PÚBLICA	1	Subchefe Adjunto	DAS 101.5
	1	Gerente de Projeto	FCPE 101.4
SUBCHEFIA DE ARTICULAÇÃO E MONITORAMENTO	1	Subchefe	NE
	1	Assessor Especial	DAS 102.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	7	Assistente Técnico	DAS 102.1
SUBCHEFIA ADJUNTA DE POLÍTICAS SOCIAIS	1	Subchefe-Adjunto	DAS 101.5
	1	Gerente de Projeto	DAS 101.4
	1	Gerente de Projeto	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
SUBCHEFIA ADJUNTA DE INFRAESTRUTURA	1	Subchefe-Adjunto	DAS 101.5
	1	Gerente de Projeto	DAS 101.4
	1	Gerente de Projeto	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
SUBCHEFIA ADJUNTA DE POLÍTICA ECONÔMICA	1	Subchefe-Adjunto	DAS 101.5
	1	Gerente de Projeto	DAS 101.4
	1	Gerente de Projeto	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
SUBCHEFIA ADJUNTA DE GESTÃO PÚBLICA	1	Subchefe-Adjunto	DAS 101.5
	1	Gerente de Projeto	DAS 101.4
	1	Gerente de Projeto	FCPE 101.4
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS	1	Subchefe	NE
	2	Assessor	DAS 102.4
	2	Assessor	FCPE 102.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente	DAS 102.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	2	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente	FCPE 102.2
	3	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Revisão de Atos Normativos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	3	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Revisão de Atos de Pessoal	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	3	Assistente Técnico	FCPE 102.1
SUBCHEFIA ADJUNTA DE POLÍTICAS SOCIAIS	1	Subchefe-Adjunto	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Políticas Sociais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Políticas Agrícolas e Ambientais	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
SUBCHEFIA ADJUNTA DE INFRAESTRUTURA	1	Subchefe-Adjunto	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Infraestrutura	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
SUBCHEFIA ADJUNTA DE POLÍTICA ECONÔMICA	1	Subchefe-Adjunto	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Assuntos Tributários	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Política Econômica	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
SUBCHEFIA ADJUNTA DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS	1	Subchefe-Adjunto	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Assuntos Institucionais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
SUBCHEFIA ADJUNTA DE GESTÃO PÚBLICA	1	Subchefe-Adjunto	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
SUBCHEFIA ADJUNTA DE ASSUNTOS INTERNOS	1	Subchefe-Adjunto	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Assuntos Internos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA	1	Secretário-Executivo	DAS 101.5
	1	Secretário-Executivo Adjunto	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
SECRETARIA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Secretário-Adjunto	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Logística	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Comunicação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INFRAESTRUTURA	1	Diretor	DAS 101.5
	2	Gerente de Projeto	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E GESTÃO PÚBLICA	1	Diretor	DAS 101.5
	2	Gerente de Projeto	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	1	Secretário Especial	NE
	1	Secretário-Adjunto	DAS 101.6
	3	Assessor Especial	DAS 102.5
	1	Assessor Especial de Controle Interno	DAS 102.5
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.5
	1	Assessor	DAS 102.4
	5	Assessor Técnico	DAS 102.3
	4	Assistente Técnico	DAS 102.1
	2	Assistente	DAS 102.2
Assessoria de Documentação e Logística	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente	FCPE 102.2
	3	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Seção	FG-1
Coordenação-Geral de Assuntos da Agricultura Familiar e Cooperação Internacional	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Assuntos Parlamentares	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral Nacional das Delegacias Federais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Comunicação Social	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Secretaria-Executiva do CONDRAF	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	1	Subsecretário	DAS 101.5
	1	Subsecretário Adjunto	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação Administrativa	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
	2	Seção	FG-2
Coordenação-Geral de Convênios	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Serviço	3	Chefe	DAS 101.1
	2	Seção	FG-2
Coordenação-Geral de Administração e Recursos Humanos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	4	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	4	Chefe	DAS 101.2
Serviço	6	Chefe	DAS 101.1
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
	3	Seção	FG-2
Coordenação-Geral de Modernização e Informática	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
ASSESSORIA JURÍDICA	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
	5	Seção	FG-1
Coordenação-Geral Agrária, de Procedimentos Judiciais e de Pesquisa	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Pessoal, Contratos, Licitações e Convênios	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral da Regularização Fundiária na Amazônia Legal	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
SUBSECRETARIA DE REORDENAMENTO AGRÁRIO	1	Subsecretário	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Regularização Fundiária	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Regularização e Revitalização	1	Coordenador Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças do Fundo de Terras	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Crédito Fundiário	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
SUBSECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR	1	Subsecretário	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	1	Assistente	DAS 102.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
DIRETORIA DE FINANCIAMENTO E PROTEÇÃO DA PRODUÇÃO	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Financiamento à Produção Rural	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral do Garantia-Safra	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral do Seguro da Agricultura Familiar	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Diversificação Econômica, Apoio à Agroindústria e Apoio à Comercialização	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Cooperativismo	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Formação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Fomento a Assistência Técnica e Extensão Rural	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
	2	Seção	FG-1
	1	Seção	FG-3
Coordenação-Geral de Inovação, Sustentabilidade e Metodologia de Assistência Técnica e Extensão Rural	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral de Agroecologia e Energias Renováveis	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL	1	Subsecretário	DAS 101.5
	2	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Contratos e Convênios	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
	2	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Projetos e Infraestrutura	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
	1	Seção	FG-1
Coordenação-Geral de Políticas para Mulheres Rurais, Juventude, Povos e Comunidades Tradicionais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Seção	FG-1
Coordenação-Geral de Gestão e Articulação de Políticas Públicas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Seção	FG-1
SUBSECRETARIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL	1	Subsecretário	DAS 101.5
Coordenação Administrativa	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Seção	FG-1
Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assistente	FCPE 102.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Escritórios de Regularização Fundiária	9	Chefe	DAS 101.2
	1	Seção	FG-1
DIRETORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral Administrativa	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
	1	Chefe	FCPE 101.2
	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Cadastro e Cartografia	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Regularização Fundiária	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Divisão	5	Chefe	DAS 101.2
Divisão	4	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	12	Chefe	FCPE 101.1
DELEGACIAS FEDERAIS DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO			
DFDA Tipo "A"	13	Delegado	DAS 101.4
	13	Assistente	DAS 102.2
DFDA Tipo "B"	14	Delegado	DAS 101.3
	13	Assistente	DAS 102.2
IMPRENSA NACIONAL	1	Diretor-Geral	DAS 101.5

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	3	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Publicação e Divulgação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	3	Coordenador	FCPE 101.3
	3	Assistente	FCPE 102.2
	2	Assistente	DAS 102.2
	4	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	14		FG-3
Coordenação-Geral de Administração	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	3	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	5	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente	DAS 102.2
	4	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
	14		FG-3

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA CASA CIVIL DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
NE	6,41	5	32,05	5	32,05
DAS 101.6	6,27	4	25,08	4	25,08
DAS 101.5	5,04	31	156,24	32	161,28
DAS 101.4	3,84	65	249,60	64	245,76
DAS 101.3	2,10	60	126,00	63	132,30
DAS 101.2	1,27	25	31,75	33	41,91
DAS 101.1	1,00	11	11,00	16	16,00
DAS 102.5	5,04	20	100,80	22	110,88
DAS 102.4	3,84	23	88,32	22	84,48
DAS 102.3	2,10	39	81,90	34	71,40
DAS 102.2	1,27	77	97,79	78	99,06
DAS 102.1	1,00	53	53,00	48	48,00
SUBTOTAL 1		413	1.053,53	421	1.068,20
FCPE 101.4	2,30	22	50,60	26	59,80
FCPE 101.3	1,26	20	25,20	20	25,20
FCPE 101.2	0,76	4	3,04	11	8,36
FCPE 101.1	0,60	4	2,40	18	10,80
FCPE 102.4	2,30	5	11,50	4	9,20
FCPE 102.3	1,26	7	8,82	7	8,82
FCPE 102.2	0,76	15	11,40	16	12,16
FCPE 102.1	0,60	20	12,00	23	13,80
SUBTOTAL 2		97	124,96	125	148,14
FG-1	0,20	13	2,60	13	2,60
FG-2	0,15	7	1,05	7	1,05
FG-3	0,12	29	3,48	29	3,48
SUBTOTAL 3		49	7,13	49	7,13
TOTAL		559	1.185,62	595	1.223,47

DECRETO Nº 9.283, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e o art. 2º, **caput**, inciso I, alínea "g", da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e na Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016,

D E C R E T A :

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta o disposto na Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, na Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, no art. 24, § 3º, e no art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e no art. 2º, **caput**, inciso I, alínea "g", da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

Art. 2º Para os fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - entidade gestora - entidade de direito público ou privado responsável pela gestão de ambientes promotores de inovação;

II - ambientes promotores da inovação - espaços propícios à inovação e ao empreendedorismo, que constituem ambientes característicos da economia baseada no conhecimento, articulam as empresas, os diferentes níveis de governo, as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação, as agências de fomento ou organizações da sociedade civil, e envolvem duas dimensões:

a) ecossistemas de inovação - espaços que agregam infraestrutura e arranjos institucionais e culturais, que atraem empreendedores e recursos financeiros, constituem lugares que potencializam o desenvolvimento da sociedade do conhecimento e compreendem, entre outros, parques científicos e tecnológicos, cidades inteligentes, distritos de inovação e polos tecnológicos; e

b) mecanismos de geração de empreendimentos - mecanismos promotores de empreendimentos inovadores e de apoio ao desenvolvimento de empresas nascentes de base tecnológica, que envolvem negócios inovadores, baseados em diferenciais tecnológicos e buscam a solução de problemas ou desafios sociais e ambientais, oferecem suporte para transformar ideias em empreendimentos de sucesso, e compreendem, entre outros, incubadoras de empresas, aceleradoras de negócios, espaços abertos de trabalho cooperativo e laboratórios abertos de prototipagem de produtos e processos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - risco tecnológico - possibilidade de insucesso no desenvolvimento de solução, decorrente de processo em que o resultado é incerto em função do conhecimento técnico-científico insuficiente à época em que se decide pela realização da ação;

IV - Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação pública - ICT pública - aquela abrangida pelo inciso V do **caput** do art. 2º da Lei nº 10.973, de 2004, integrante da administração pública direta ou indireta, incluídas as empresas públicas e as sociedades de economia mista; e

V - Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação privada - ICT privada - aquela abrangida pelo inciso V do **caput** do art. 2º da Lei nº 10.973, de 2004, constituída sob a forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos.

CAPÍTULO II

DO ESTÍMULO À CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES ESPECIALIZADOS E COOPERATIVOS DE INOVAÇÃO

Seção I

Das alianças estratégicas e dos projetos de cooperação

Art. 3º A administração pública direta, autárquica e fundacional, incluídas as agências reguladoras, e as agências de fomento poderão estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação que envolvam empresas, ICT e entidades privadas sem fins lucrativos destinados às atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia.

§ 1º O apoio previsto no **caput** poderá contemplar:

I - as redes e os projetos internacionais de pesquisa tecnológica;

II - as ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes promotores da inovação, incluídos os parques e os polos tecnológicos e as incubadoras de empresas; e

III - a formação e a capacitação de recursos humanos qualificados.

§ 2º Para os fins do disposto no **caput**, as alianças estratégicas poderão envolver parceiros estrangeiros, especialmente quando houver vantagens para as políticas de desenvolvimento tecnológico e industrial na atração de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação de empresas estrangeiras.

§ 3º Na hipótese de desenvolvimento de projetos de cooperação internacional que envolvam atividades no exterior, as despesas que utilizem recursos públicos serão de natureza complementar, conforme instrumento jurídico que regulamente a aliança, exceto quando o objeto principal da cooperação for a formação ou a capacitação de recursos humanos.

§ 4º Quando couber, as partes deverão prever, em instrumento jurídico específico, a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos resultados da exploração das criações resultantes da parceria.

§ 5º As alianças estratégicas e os projetos de cooperação poderão ser realizados por concessionárias de serviços públicos por meio de suas obrigações legais de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Seção II

Da participação minoritária no capital e dos fundos de investimento

Art. 4º Ficam as ICT públicas integrantes da administração pública indireta, as agências de fomento, as empresas públicas e as sociedades de economia mista autorizadas a participar minoritariamente do capital social de empresas, com o propósito de desenvolver produtos ou processos inovadores que estejam de acordo com as diretrizes e as prioridades definidas nas políticas de ciência, tecnologia, inovação e de desenvolvimento industrial.

§ 1º A entidade de que trata o **caput** estabelecerá a sua política de investimento direto e indireto, da qual constarão os critérios e as instâncias de decisão e de governança, e que conterá, no mínimo:

I - a definição dos critérios e dos processos para o investimento e para a seleção das empresas;

II - os limites orçamentários da carteira de investimentos;

III - os limites de exposição ao risco para investimento;

IV - a premissa de seleção dos investimentos e das empresas-alvo com base:

a) na estratégia de negócio;

b) no desenvolvimento de competências tecnológicas e de novos mercados; e

c) na ampliação da capacidade de inovação;

V - a previsão de prazos e de critérios para o desinvestimento;

VI - o modelo de controle, de governança e de administração do investimento; e

VII - a definição de equipe própria responsável tecnicamente pelas atividades relacionadas com a participação no capital social de empresas.

§ 2º A participação minoritária de que trata este artigo observará o disposto nas normas orçamentárias pertinentes.

§ 3º A entidade poderá realizar o investimento:

I - de forma direta, na empresa, com ou sem coinvestimento com investidor privado; ou

II - de forma indireta, por meio de fundos de investimento constituídos com recursos próprios ou de terceiros para essa finalidade.

§ 4º O investimento de forma direta de que trata o inciso I do § 3º, quando realizado por ICT pública integrante da administração pública indireta, observará os seguintes critérios, independentemente do limite de que trata o § 5º:

I - o investimento deverá fundar-se em relevante interesse de áreas estratégicas ou que envolvam a autonomia tecnológica ou a soberania nacional; e

II - o estatuto ou contrato social conferirá poderes especiais às ações ou às quotas detidas pela ICT pública, incluídos os poderes de veto às deliberações dos demais sócios, nas matérias em que especificar.

§ 5º Fica dispensada a observância aos critérios estabelecidos no § 4º nas hipóteses em que:

I - a ICT pública aporte somente contribuição não financeira, que seja economicamente mensurável, como contrapartida pela participação societária; ou

II - o investimento da ICT pública seja inferior a cinquenta por cento do valor total investido e haja coinvestimento com investidor privado, considerada cada rodada isolada de investimento na mesma empresa.

§ 6º Os fundos de investimento de que trata o inciso II do § 3º serão geridos por administradores e gestores de carteira de investimentos registrados na Comissão de Valores Mobiliários.

§ 7º O investimento poderá ser realizado por meio de:

I - quotas ou ações;

II - mútuos conversíveis em quotas ou ações;

III - opções de compra futura de quotas ou ações; ou

IV - outros títulos conversíveis em quotas ou ações.

§ 8º A participação minoritária de ICT pública integrante da administração pública indireta no capital social de empresa ficará condicionada à consecução dos objetivos de suas políticas institucionais de inovação.

§ 9º As empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias poderão investir direta ou indiretamente nas empresas, observado o disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

§ 10. As empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias poderão realizar mais de uma rodada de investimento na mesma empresa.

§ 11. O investimento feito por ICT pública integrante da administração pública direta poderá ocorrer somente por meio de entidade da administração indireta, a partir de instrumento específico com ela celebrado.

Art. 5º Ficam as ICT públicas integrantes da administração indireta, as agências de fomento, as empresas públicas e as sociedades de economia mista autorizadas a instituir fundos mútuos de investimento em empresas cuja atividade principal seja a inovação.

§ 1º Os fundos mútuos de investimento de que trata o **caput** serão caracterizados pela comunhão de recursos captados por meio do sistema de distribuição de valores mobiliários, na forma estabelecida na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, destinados à aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão dessas empresas.

§ 2º Cabe à Comissão de Valores Mobiliários editar normas complementares sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos fundos mútuos de investimento a que se refere o **caput**.

Seção III

Dos ambientes promotores da inovação

Art. 6º A administração pública direta, as agências de fomento e as ICT poderão apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICT.

§ 1º Para os fins previstos no **caput**, a administração pública direta, as agências de fomento e as ICT públicas poderão:

I - ceder o uso de imóveis, sob o regime de cessão de uso de bem público, para a instalação e a consolidação de ambientes promotores da inovação:

a) à entidade privada, com ou sem fins lucrativos, que tenha por missão institucional a gestão de ambientes promotores da inovação; ou

b) diretamente às empresas e às ICT interessadas.

II - participar da criação e da governança das entidades gestoras de ambientes promotores da inovação, desde que adotem mecanismos que assegurem a segregação das funções de financiamento e de execução e operação;

III - conceder, quando couber, financiamento, subvenção econômica, outros tipos de apoio financeiro reembolsável ou não reembolsável e incentivos fiscais e tributários, para a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, incluída a transferência de recursos públicos para obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas em terrenos de propriedade particular, destinados ao funcionamento de ambientes promotores da inovação, em consonância com o disposto no art. 19, § 6º, inciso III, da Lei nº 10.973, de 2004, e observada a legislação específica; e

IV - disponibilizar espaço em prédios compartilhados aos interessados em ingressar no ambiente promotor da inovação.

§ 2º A cessão de que trata o inciso I do § 1º será feita mediante contrapartida obrigatória, financeira ou não financeira, das entidades, das empresas ou das ICT de que tratam as alíneas "a" e "b" do referido inciso.

§ 3º A transferência de recursos públicos, na modalidade não reembolsável, para obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas, quando realizada em terreno de propriedade de ICT privada e destinado à instalação de ambientes promotores da inovação, ficará condicionada à cláusula de inalienabilidade do bem ou formalização de transferência da propriedade à administração pública na hipótese de sua dissolução ou extinção.

§ 4º As ICT públicas e as ICT privadas beneficiadas pelo Poder Público prestarão informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sobre os indicadores de desempenho de ambientes promotores da inovação, quando couber, na forma de norma complementar a ser editada pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 5º O apoio de que trata o **caput** poderá ser prestado de forma isolada ou consorciada, com empresas, entidades privadas, ICT ou órgãos de diferentes esferas da administração pública, observado o disposto no art. 218, § 6º, no art. 219, parágrafo único, e no art. 219-A da Constituição.

§ 6º Na hipótese de cessão onerosa de bem imóvel da União que envolva contrapartida financeira, nos termos dos § 1º e § 2º, o código de arrecadação será o de receita patrimonial da União.

Art. 7º Na hipótese de dispensa de licitação de que tratam o art. 24, **caput,** inciso XXXI, da Lei nº 8.666, de 1993, e o art. 3º da Lei nº 10.973, de 2004, para fins da cessão de uso de imóveis públicos para a instalação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, caberá ao cedente:

I - providenciar a publicação, em sítio eletrônico oficial, de extrato da oferta pública da cessão de uso, a qual conterá, no mínimo:

a) a identificação e a descrição do imóvel;

b) o prazo de duração da cessão;

c) a finalidade da cessão;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

d) o prazo e a forma de apresentação da proposta pelos interessados; e

e) os critérios de escolha do cessionário; e

II - observar critérios impessoais de escolha, a qual será orientada:

a) pela formação de parcerias estratégicas entre os setores público e privado;

b) pelo incentivo ao desenvolvimento tecnológico;

c) pela interação entre as empresas e as ICT; ou

d) por outros critérios de avaliação dispostos expressamente na oferta pública da cessão de uso.

§ 1º A oferta pública da cessão de uso será inexigível, de forma devidamente justificada e demonstrada, na hipótese de inviabilidade de competição.

§ 2º A cessão de uso ficará condicionada à apresentação, pelo interessado, de Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e prova de regularidade relativa à Seguridade Social, hipótese em que serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas.

§ 3º O termo de cessão será celebrado pela autoridade máxima do órgão ou da entidade pública cedente, permitida a delegação, vedada a subdelegação.

§ 4º O cedente poderá receber os recursos oriundos da contrapartida financeira e será facultado ainda ao cedente dispor que tais receitas serão recebidas por ICT pública federal diretamente ou, quando previsto em contrato ou convênio, por meio da fundação de apoio.

§ 5º A contrapartida não financeira poderá consistir em fornecimento de produtos e serviços, participação societária, investimentos em infraestrutura, capacitação e qualificação de recursos humanos em áreas compatíveis com a finalidade da Lei nº 10.973, de 2004, entre outras, que sejam economicamente mensuráveis.

§ 6º A cessão de uso terá prazo certo, outorgada por período adequado à natureza do empreendimento, admitidas renovações sucessivas, sem prejuízo da extinção da cessão caso o cessionário dê ao imóvel destinação diversa daquela prevista no instrumento.

§ 7º Encerrado o prazo da cessão de uso de imóvel público, a propriedade das construções e das benfeitorias reverterá ao outorgante cedente, independentemente de indenização, se as partes não houverem estipulado o contrário.

§ 8º É cláusula obrigatória do instrumento previsto neste artigo o envio de informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sobre os indicadores de desempenho de ambientes promotores da inovação, quando couber, na forma de norma complementar a ser editada pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 9º Na hipótese de imóvel de titularidade da União, a Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão fará a entrega do imóvel ao Ministério supervisor para fins da execução do empreendimento, observada a legislação patrimonial quanto à utilização dos imóveis da União.

Art. 8º Na hipótese de cessão do uso de imóvel público, a entidade gestora poderá destinar a terceiros áreas no espaço cedido para o exercício de atividades e serviços de apoio necessárias ou convenientes ao funcionamento do ambiente de inovação, tais como postos bancários, unidades de serviços de saúde, restaurantes, livrarias, creches, entre outros, sem que seja estabelecida qualquer relação jurídica entre o cedente e os terceiros.

Parágrafo único. O contrato de cessão deverá prever que a entidade gestora realizará processo seletivo para ocupação dos espaços cedidos para as atividades e os serviços de apoio de que trata o **caput**.

Art. 9º As entidades gestoras privadas estabelecerão regras para:

I - fomento, concepção e desenvolvimento de projetos em parceria;

II - seleção de empresas e instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, com ou sem fins lucrativos, para ingresso nos ambientes promotores da inovação, observado o disposto na Lei nº 10.973, de 2004, e neste Decreto;

III - captação de recursos, participação societária, aporte de capital e criação de fundos de investimento, observado o disposto no art. 23 da Lei nº 10.973, de 2004, e na legislação específica e

IV - outros assuntos pertinentes ao funcionamento do ambiente promotor da inovação.

Art. 10. Na hipótese de ambientes promotores da inovação que se encontrem sob a gestão de órgãos ou entidades públicas, a instituição gestora divulgará edital de seleção para a disponibilização de espaço em prédios compartilhados com pessoas jurídicas interessadas em ingressar nesse ambiente.

§ 1º O edital de seleção deverá dispor sobre as regras para ingresso no ambiente promotor da inovação e poderá:

I - ser mantido aberto por prazo indeterminado; e

II - exigir que as pessoas jurídicas interessadas apresentem propostas a serem avaliadas com base em critérios técnicos, sem prejuízo da realização de entrevistas ou da utilização de métodos similares.

§ 2º Para o ingresso no ambiente promotor da inovação, a instituição gestora exigirá das interessadas a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e prova de regularidade relativa à Seguridade Social, hipótese em que serão consideradas regulares, para esse fim, as certidões positivas com efeito de negativas.

§ 3º A instituição gestora do ambiente da inovação poderá não exigir das interessadas a constituição prévia de pessoa jurídica nas fases preliminares do empreendimento, hipótese em que ficará dispensada a apresentação dos documentos a que se refere o § 2º.

§ 4º Quando o ambiente promotor da inovação for um mecanismo de geração de empreendimentos, a instituição gestora e os proponentes selecionados celebrarão termo simplificado de adesão ao mecanismo, hipótese em que a assinatura de outro instrumento será dispensada, inclusive na modalidade residente.

§ 5º A modalidade residente ocorrerá quando o interessado ocupar a infraestrutura física no mecanismo de geração de empreendimentos, de forma compartilhada ou não, pelo prazo definido no termo de adesão.

§ 6º A contrapartida obrigatória, financeira ou não financeira, será exigida daqueles que ingressarem no mecanismo de geração de empreendimentos na modalidade residente, observado o disposto no § 4º e no § 5º do art. 7º.

§ 7º O prazo de permanência no mecanismo de geração de empreendimentos constará do termo de adesão, de maneira a garantir ao interessado a permanência no mecanismo pelo prazo estabelecido.

§ 8º A autoridade competente para assinar o termo de adesão ao mecanismo de geração de empreendimentos pelo órgão ou pela entidade pública federal será definida pelas normas internas da instituição.

CAPÍTULO III

DO ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E DE INOVAÇÃO NO PROCESSO DE INOVAÇÃO

Seção I

Da transferência de tecnologia

Art. 11. A ICT pública poderá celebrar contrato de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida isoladamente ou por meio de parceria.

§ 1º O contrato mencionado no **caput** também poderá ser celebrado com empresas que tenham, em seu quadro societário, aquela ICT pública ou o pesquisador público daquela ICT, de acordo com o disposto na política institucional de inovação.

§ 2º A remuneração de ICT privada pela transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida e oriunda de pesquisa, desenvolvimento e inovação não impedirá a sua classificação como entidade sem fins lucrativos.

Art. 12. A realização de licitação em contratação realizada por ICT ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida é dispensável.

§ 1º A contratação realizada com dispensa de licitação em que haja cláusula de exclusividade será precedida de publicação de extrato da oferta tecnológica em sítio eletrônico oficial da ICT pública, na forma estabelecida em sua política de inovação.

§ 2º Na hipótese de não concessão de exclusividade ao receptor de tecnologia ou ao licenciado, os contratos previstos no **caput** poderão ser celebrados diretamente, para os fins de exploração de criação que deles seja objeto.

§ 3º Para os fins do disposto no § 1º-A do art. 6º da Lei nº 10.973, de 2004, considera-se desenvolvimento conjunto as criações e as inovações resultantes de parcerias entre ICT ou entre ICT e empresa, incluídas as incubadas oriundas de programa de empreendedorismo da ICT.

§ 4º O extrato de oferta tecnológica previsto no § 1º descreverá, no mínimo:

I - o tipo, o nome e a descrição resumida da criação a ser ofertada; e

II - a modalidade de oferta a ser adotada pela ICT pública.

§ 5º Os terceiros interessados na oferta tecnológica comprovarão:

I - a sua regularidade jurídica e fiscal; e

II - a sua qualificação técnica e econômica para a exploração da criação.

§ 6º A ICT pública definirá, em sua política de inovação, as modalidades de oferta a serem utilizadas, que poderão incluir a concorrência pública e a negociação direta.

§ 7º A modalidade de oferta escolhida será previamente justificada em decisão fundamentada, por meio de processo administrativo, observado o disposto na política de inovação da ICT pública.

§ 8º Os critérios e as condições para a escolha da contratação mais vantajosa serão estabelecidos de acordo com a política de inovação da ICT pública.

Art. 13. A ICT pública poderá ceder os seus direitos sobre a criação, por meio de manifestação expressa e motivada e a título não oneroso, ao criador, para que os exerça em seu próprio nome e sob a sua inteira responsabilidade, ou a terceiro, mediante remuneração, nas hipóteses e nas condições definidas na sua política de inovação e nas normas da ICT pública, nos termos da legislação pertinente.

§ 1º O criador que se interessar pela cessão dos direitos da criação encaminhará solicitação ao órgão ou à autoridade máxima da instituição, que determinará a instauração de procedimento e submeterá a solicitação à apreciação do Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT.

§ 2º A ICT pública decidirá expressamente sobre a cessão dos direitos de que trata o **caput** no prazo de seis meses, contado da data do recebimento da solicitação de cessão feita pelo criador, ouvido o NIT.

§ 3º A cessão a terceiro mediante remuneração de que trata o **caput** será precedida de ampla publicidade no sítio eletrônico oficial da ICT pública, na forma estabelecida em sua política de inovação.

Seção II

Da política de inovação da Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação

Art. 14. A ICT pública instituirá a sua política de inovação, que disporá sobre:

I - a organização e a gestão dos processos que orientarão a transferência de tecnologia; e

II - a geração de inovação no ambiente produtivo, em consonância com as prioridades da política nacional de ciência, tecnologia e inovação e com a política industrial e tecnológica nacional.

§ 1º A política a que se refere o **caput** estabelecerá, além daqueles previstos no art. 15-A da Lei nº 10.973, de 2004, as diretrizes e os objetivos para:

I - a participação, a remuneração, o afastamento e a licença de servidor ou empregado público nas atividades decorrentes das disposições deste Decreto;

II - a captação, a gestão e a aplicação das receitas próprias decorrentes das disposições deste Decreto.

III - a qualificação e a avaliação do uso da adoção dos resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa; e

IV - o atendimento do inventor independente.

§ 2º A concessão de recursos públicos considerará a implementação de políticas de inovação por parte das ICT públicas e privadas.

§ 3º A ICT pública publicará em seu sítio eletrônico oficial os documentos, as normas e os relatórios relacionados com a sua política de inovação.

§ 4º A política de inovação da ICT estabelecerá os procedimentos para atender ao disposto no art. 82.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 15. A administração pública poderá conceder ao pesquisador público que não esteja em estágio probatório licença sem remuneração para constituir, individual ou associadamente, empresa com a finalidade de desenvolver atividade empresarial relativa à inovação.

§ 1º A licença a que se refere o **caput** ocorrerá pelo prazo de até três anos consecutivos, renovável por igual período.

§ 2º Nos termos estabelecidos no § 2º do art. 15 da Lei nº 10.973, de 2004, não se aplica ao pesquisador público que tenha constituído empresa na forma deste artigo, durante o período de vigência da licença, o disposto no inciso X do **caput** do art. 117 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 3º Na hipótese de a ausência do servidor licenciado acarretar prejuízo às atividades da ICT integrante da administração direta ou constituída na forma de autarquia ou fundação, poderá ser efetuada contratação temporária na forma estabelecida na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, independentemente de autorização específica.

§ 4º A licença de que trata este artigo poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do pesquisador público.

Art. 16. O NIT poderá ser constituído com personalidade jurídica própria, como entidade privada sem fins lucrativos, inclusive sob a forma de fundação de apoio.

§ 1º A escolha do NIT caberá ao órgão máximo da ICT.

§ 2º Cabe à ICT a denominação a ser adotada para o NIT e a sua posição no organograma institucional.

Art. 17. A ICT pública prestará anualmente, por meio eletrônico, informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, sobre:

I - a política de propriedade intelectual da instituição;

II - as criações desenvolvidas no âmbito da instituição;

III - as proteções requeridas e concedidas;

IV - os contratos de licenciamento ou de transferência de tecnologia celebrados; e

V - os ambientes promotores da inovação existentes; e

VI - outras informações que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações considerar pertinentes, na forma estabelecida no § 1º.

§ 1º Ato do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações estabelecerá outras informações a serem prestadas pela ICT pública, além da sua forma de apresentação e dos prazos para o seu envio.

§ 2º A ICT pública deverá publicar em seu sítio eletrônico as informações encaminhadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sob a forma de base de dados abertos, ressalvadas as informações sigilosas.

§ 3º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações divulgará a relação nominal das instituições que não houverem contribuído para a consolidação de relatórios, no prazo estabelecido em regulamento, e disponibilizará essa informação até que seja sanada a irregularidade.

§ 4º As informações de que trata este artigo, além daquelas publicadas em formato eletrônico sob a forma de base de dados abertos, serão divulgadas de forma consolidada, em base de dados abertos, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em seu sítio eletrônico, ressalvadas as informações sigilosas.

§ 5º O disposto neste artigo aplica-se à ICT privada beneficiada pelo Poder Público na forma estabelecida neste Decreto.

Seção III

Da internacionalização da Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação

Art. 18. O poder público manterá mecanismos de fomento, apoio e gestão adequados à internacionalização das ICT públicas, que poderão exercer fora do território nacional atividades relacionadas com ciência, tecnologia e inovação, respeitado o disposto em seu estatuto social ou em norma regimental equivalente, inclusive com a celebração de acordos, convênios, contratos ou outros instrumentos com entidades públicas ou privadas, estrangeiras ou organismos internacionais.

§ 1º A atuação de ICT pública no exterior considerará, entre outros objetivos:

I - o desenvolvimento da cooperação internacional no âmbito das ICT públicas, incluídas aquelas que atuam no exterior;

II - a execução de atividades de ICT pública nacional no exterior;

III - a alocação de recursos humanos no exterior;

IV - a contribuição no alcance das metas institucionais e estratégicas nacionais;

V - a interação com organizações e grupos de excelência para fortalecer as ICT públicas nacionais;

VI - a geração de conhecimentos e tecnologias inovadoras para o desenvolvimento nacional;

VII - participação institucional brasileira em instituições internacionais ou estrangeiras envolvidas na pesquisa e na inovação científica e tecnológica; e

VIII - a negociação de ativos de propriedade intelectual com entidades internacionais ou estrangeiras.

§ 2º Ao instituir laboratórios, centros, escritórios com ICT estrangeiras ou representações em instalações físicas próprias no exterior, a ICT pública observará:

I - a existência de instrumento formal de cooperação entre a ICT pública nacional e a entidade estrangeira;

II - a conformidade das atividades com a área de atuação da ICT pública; e

III - existência de plano de trabalho ou projeto para a manutenção de instalações, pessoal e atividades do exterior.

§ 3º A ICT pública poderá enviar equipamentos para atuação no exterior, desde que:

I - estabeleça, em normas internas ou em instrumento de cooperação, o pagamento de custos relativos ao deslocamento, à instalação e à manutenção, de forma a manter as suas condições de utilização;

II - determine o período de permanência dos equipamentos conforme a duração das atividades previstas em projeto de pesquisa, desenvolvimento ou inovação ao qual estejam vinculados; e

III - exija o retorno dos bens enviados para o exterior somente quando for economicamente vantajoso para a administração pública.

§ 4º A ICT pública poderá enviar recursos humanos para atuação no exterior, desde que:

I - estabeleça, em normas internas ou em instrumento de cooperação, o pagamento de custos relativos ao deslocamento, à ambientação e aos demais dispêndios necessários, de acordo com a realidade do país de destino; e

II - determine o período de permanência dos profissionais conforme a duração de suas atividades previstas no projeto de pesquisa, desenvolvimento ou inovação ao qual estejam vinculados.

§ 5º Os procedimentos a que se referem os § 2º, § 3º e § 4º que se encontram vigentes, acordados e subscritos entre as partes até a data de publicação deste Decreto deverão ser adequados pela administração pública às disposições deste Decreto, garantida a continuidade da atuação da ICT pública no exterior.

§ 6º Na hipótese de realização de projetos de pesquisa ou de projetos para capacitação de recursos humanos, os direitos de propriedade intelectual sobre os resultados do projeto que for desenvolvido na instituição no exterior deverão ser neles previstos.

§ 7º Os acordos mencionados no **caput** poderão fazer uso de instrumentos jurídicos distintos daqueles previstos no Capítulo V.

CAPÍTULO IV

DO ESTÍMULO À INOVAÇÃO NAS EMPRESAS

Seção I

Disposições gerais

Art. 19. Os instrumentos de estímulo à inovação previstos no art. 19, § 2º-A, da Lei nº 10.973, de 2004, poderão ser utilizados cumulativamente por órgãos, empresas, instituições públicas ou privadas, inclusive para o desenvolvimento do mesmo projeto.

Parágrafo único. Na hipótese de cumulação dos instrumentos para o desenvolvimento do mesmo projeto, os recursos poderão ser destinados para a mesma categoria de despesa, desde que não haja duplicidade quanto ao item custeado, ressalvadas as disposições em contrário.

Seção II

Da subvenção econômica

Art. 20. A concessão da subvenção econômica implicará, obrigatoriamente, a assunção de contrapartida pela empresa beneficiária, na forma estabelecida em termo de outorga específico.

§ 1º A concessão de recursos financeiros sob a forma de subvenção econômica, financiamento ou participação societária, com vistas ao desenvolvimento de produtos ou processos inovadores, será precedida de aprovação do projeto pelo órgão ou pela entidade concedente.

§ 2º Os recursos destinados à subvenção econômica serão aplicados no financiamento de atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em empresas, admitida sua destinação para despesas de capital e correntes, desde que destinadas à atividade financiada.

§ 3º Os valores recebidos a título de subvenção econômica deverão ser mantidos em conta bancária de instituição financeira pública federal até sua utilização ou sua devolução, atualizados monetariamente, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescidos de um por cento no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Tesouro Nacional.

Art. 21. O termo de outorga de subvenção econômica conterá obrigatoriamente:

I - a descrição do projeto de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação a ser executado pela empresa, dos resultados a serem atingidos e das metas a serem alcançadas, os prazos de execução e os parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

II - o valor total a ser aplicado no projeto, o cronograma de desembolso e a estimativa de despesas, que deverão constar do plano de trabalho; e

III - a forma de execução do projeto e de cumprimento das metas a ele atreladas, assegurada ao beneficiário a discricionariedade necessária para o alcance das metas estabelecidas.

§ 1º O plano de trabalho constará como anexo do termo de outorga e será parte integrante e indissociável deste, e somente poderá ser modificado segundo os critérios e a forma definidos pela concedente, desde que não desnature o objeto do termo:

I - por meio de comunicação justificada do responsável pelo projeto, quando a modificação implicar alteração de até vinte por cento nas dotações orçamentárias estimadas ou na distribuição entre grupos de natureza de despesa, desde que o valor global do projeto não seja alterado, e

II - por meio de anuência prévia e expressa da concedente, nas demais hipóteses.

§ 2º Os termos de outorga deverão ser assinados pelo dirigente máximo do órgão ou da entidade da administração pública, permitida a delegação, vedada a subdelegação.

Art. 22. As despesas realizadas com recursos da subvenção serão registradas na plataforma eletrônica de que trata o § 5º do art. 38, dispensada a inserção de notas, comprovantes fiscais ou recibos.

§ 1º Na hipótese de a plataforma eletrônica de que trata o **caput** não estar disponível, os pagamentos deverão ser realizados em conta bancária específica por meio de transferência eletrônica que permita a identificação do beneficiário final.

§ 2º Para fins do disposto no § 1º, o pagamento em espécie somente poderá ser realizado mediante justificativa, o que não dispensará a identificação do beneficiário final da despesa nos registros contábeis do projeto.

§ 3º A concedente, em ato próprio, poderá exigir, além do registro eletrônico de que tratam o **caput** e o § 1º, relatório simplificado de execução financeira para projetos de maior vulto financeiro, conforme estabelecido, consideradas as faixas e as tipologias aplicáveis aos projetos.

Art. 23. A concedente adotará medidas para promover a boa gestão dos recursos transferidos, entre as quais serão obrigatórias:

I - a divulgação da lista completa dos projetos apoiados, de seus responsáveis e dos valores desembolsados;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - a divulgação de canal para denúncia de irregularidades, de fraudes ou de desperdício de recursos no seu sítio eletrônico oficial;

III - a definição de equipe ou estrutura administrativa com capacidade de apurar eventuais denúncias; e

IV - a exigência de que os participantes do projeto assinem documento do qual constem informações sobre como fazer denúncias, sobre o canal existente no sítio eletrônico e sobre a importância da integridade na aplicação dos recursos.

Art. 24. A Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, na qualidade de Secretaria-Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, observado o disposto no art. 1º, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 10.973, de 2004, credenciará agências de fomento regionais, estaduais e locais, e instituições de crédito oficiais, com vistas a descentralizar e a aumentar a capilaridade dos programas de concessão de subvenção às microempresas e às empresas de pequeno porte, sem prejuízo da concessão direta.

Parágrafo único. A Finep adotará procedimentos simplificados, inclusive quanto aos formulários de apresentação de projetos, para a concessão de subvenção às microempresas e às empresas de pequeno porte.

Seção III

Do apoio a projetos

Art. 25. A utilização de materiais ou de infraestrutura integrantes do patrimônio do órgão ou da entidade incentivador ou promotor da cooperação ocorrerá por meio da celebração de termo próprio que estabeleça as obrigações das partes, observada a duração prevista no cronograma de execução do projeto de cooperação.

§ 1º O termo de que trata o **caput** poderá prever o fornecimento gratuito de material de consumo, desde que demonstrada a vantagem da aquisição pelo Poder Público para a execução do projeto.

§ 2º A redestinação do material cedido ou a sua utilização em finalidade diversa daquela prevista acarretará para o beneficiário as cominações administrativas, civis e penais previstas em lei.

Seção IV

Do bônus tecnológico

Art. 26. O bônus tecnológico é uma subvenção a microempresas e a empresas de pequeno e médio porte, com base em dotações orçamentárias de órgãos e entidades da administração pública, destinada ao pagamento de compartilhamento e ao uso de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, de contratação de serviços tecnológicos especializados ou de transferência de tecnologia, quando esta for meramente complementar àqueles serviços.

§ 1º São consideradas microempresas e empresas de pequeno porte aquelas empresas que atendam aos critérios estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e empresas de médio porte aquelas que aufiram, em cada ano-calendário, receita bruta superior ao limite estabelecido para pequenas empresas na referida Lei e inferior ou igual a esse valor multiplicado por dez.

§ 2º A concessão do bônus tecnológico implicará, obrigatoriamente, a assunção de contrapartida financeira ou não-financeira pela empresa beneficiária, na forma estabelecida pela concedente.

§ 3º O bônus tecnológico será concedido por meio de termo de outorga e caberá ao órgão ou à entidade concedente dispor sobre os critérios e os procedimentos para a sua concessão.

§ 4º A concedente deverá realizar a análise motivada de admissibilidade das propostas apresentadas, especialmente quanto ao porte da empresa, à destinação dos recursos solicitados e à regularidade fiscal e previdenciária do proponente.

§ 5º As solicitações de bônus tecnológico poderão ser apresentadas de forma isolada ou conjugada com outros instrumentos de apoio, de acordo com os critérios e os procedimentos estabelecidos pela concedente.

§ 6º Na hipótese de concessão de forma isolada, a concedente adotará procedimento simplificado para seleção das empresas que receberão o bônus tecnológico.

§ 7º O bônus tecnológico deverá ser utilizado no prazo máximo de doze meses, contado da data do recebimento dos recursos pela empresa.

§ 8º O uso indevido dos recursos ou o descumprimento do prazo estabelecido no § 7º implicará a perda ou a restituição do benefício concedido.

§ 9º O bônus tecnológico poderá ser utilizado para a contratação de ICT pública ou privada ou de empresas, de forma individual ou consorciada.

§ 10. A prestação de contas será feita de forma simplificada e privilegiará os resultados obtidos, conforme definido pelo órgão ou pela entidade da administração pública concedente.

Seção V

Da encomenda tecnológica

Subseção I

Disposições gerais

Art. 27. Os órgãos e as entidades da administração pública poderão contratar diretamente ICT pública ou privada, entidades de direito privado sem fins lucrativos ou empresas, isoladamente ou em consórcio, voltadas para atividades de pesquisa e de reconhecida capacitação tecnológica no setor, com vistas à realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto, serviço ou processo inovador, nos termos do art. 20 da Lei nº 10.973, de 2004, e do inciso XXXI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º Para os fins do **caput**, são consideradas como voltadas para atividades de pesquisa aquelas entidades, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, que tenham experiência na realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, dispensadas as seguintes exigências:

I - que conste expressamente do ato constitutivo da contratada a realização de pesquisa entre os seus objetivos institucionais; e

II - que a contratada se dedique, exclusivamente, às atividades de pesquisa.

§ 2º Na contratação da encomenda, também poderão ser incluídos os custos das atividades que precedem a introdução da solução, do produto, do serviço ou do processo inovador no mercado, dentre as quais:

I - a fabricação de protótipos;

II - o escalonamento, como planta piloto para prova de conceito, testes e demonstração; e

III - a construção da primeira planta em escala comercial, quando houver interesse da administração pública no fornecimento de que trata o § 4º do art. 20 da Lei nº 10.973, de 2004.

§ 3º Caberá ao contratante descrever as necessidades de modo a permitir que os interessados identifiquem a natureza do problema técnico existente e a visão global do produto, do serviço ou do processo inovador passível de obtenção, dispensadas as especificações técnicas do objeto devido à complexidade da atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação ou por envolver soluções inovadoras não disponíveis no mercado.

§ 4º Na fase prévia à celebração do contrato, o órgão ou a entidade da administração pública deverá consultar potenciais contratados para obter informações necessárias à definição da encomenda, observado o seguinte:

I - a necessidade e a forma da consulta serão definidas pelo órgão ou pela entidade da administração pública;

II - as consultas não implicarão desembolso de recursos por parte do órgão ou da entidade da administração pública e tampouco preferência na escolha do fornecedor ou do executante; e

III - as consultas e as respostas dos potenciais contratados, quando feitas formalmente, deverão ser anexadas aos autos do processo de contratação, ressalvadas eventuais informações de natureza industrial, tecnológica ou comercial que devam ser mantidas sob sigilo.

§ 5º O órgão ou a entidade da administração pública contratante poderá criar, por meio de ato de sua autoridade máxima, comitê técnico de especialistas para assessorar a instituição na definição do objeto da encomenda, na escolha do futuro contratado, no monitoramento da execução contratual e nas demais funções previstas neste Decreto, observado o seguinte:

I - os membros do comitê técnico deverão assinar declaração de que não possuem conflito de interesse na realização da atividade de assessoria técnica ao contratante; e

II - a participação no comitê técnico será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

§ 6º As auditorias técnicas e financeiras a que se refere este Decreto poderão ser realizadas pelo comitê técnico de especialistas.

§ 7º O contratante definirá os parâmetros mínimos aceitáveis para utilização e desempenho da solução, do produto, do serviço ou do processo objeto da encomenda.

§ 8º A administração pública negociará a celebração do contrato de encomenda tecnológica, com um ou mais potenciais interessados, com vistas à obtenção das condições mais vantajosas de contratação, observadas as seguintes diretrizes:

I - a negociação será transparente, com documentação pertinente anexada aos autos do processo de contratação, ressalvadas eventuais informações de natureza industrial, tecnológica ou comercial que devam ser mantidas sob sigilo;

II - a escolha do contratado será orientada para a maior probabilidade de alcance do resultado pretendido pelo contratante, e não necessariamente para o menor preço ou custo, e a administração pública poderá utilizar, como fatores de escolha, a competência técnica, a capacidade de gestão, as experiências anteriores, a qualidade do projeto apresentado e outros critérios significativos de avaliação do contratado; e

III - o projeto específico de que trata o § 9º poderá ser objeto de negociação com o contratante, permitido ao contratado, durante a elaboração do projeto, consultar os gestores públicos responsáveis pela contratação e, se houver, o comitê técnico de especialistas.

§ 9º A celebração do contrato de encomenda tecnológica ficará condicionada à aprovação prévia de projeto específico, com etapas de execução do contrato estabelecidas em cronograma físico-financeiro, a ser elaborado pelo contratado, com observância aos objetivos a serem atingidos e aos requisitos que permitam a aplicação dos métodos e dos meios indispensáveis à verificação do andamento do projeto em cada etapa, além de outros elementos estabelecidos pelo contratante.

§ 10. A contratação prevista no **caput** poderá englobar a transferência de tecnologia para viabilizar a produção e o domínio de tecnologias essenciais para o País, definidas em atos específicos dos Ministros de Estados responsáveis por sua execução.

§ 11. Sem prejuízo da responsabilidade assumida no instrumento contratual, o contratado poderá subcontratar determinadas etapas da encomenda, até o limite previsto no termo de contrato, hipótese em que o subcontratado observará as mesmas regras de proteção do segredo industrial, tecnológico ou comercial aplicáveis ao contratado.

Art. 28. O contratante será informado quanto à evolução do projeto e aos resultados parciais alcançados e deverá monitorar a execução do objeto contratual, por meio da mensuração dos resultados alcançados em relação àqueles previstos, de modo a permitir a avaliação da sua perspectiva de êxito, além de indicar eventuais ajustes que preservem o interesse das partes no cumprimento dos objetivos pactuados.

§ 1º Encerrada a vigência do contrato, sem alcance integral ou com alcance parcial do resultado almejado, o órgão ou a entidade contratante, a seu exclusivo critério, poderá, por meio de auditoria técnica e financeira:

I - prorrogar o seu prazo de duração; ou

II - elaborar relatório final, hipótese em que será considerado encerrado.

§ 2º O projeto contratado poderá ser descontinuado sempre que verificada a inviabilidade técnica ou econômica no seu desenvolvimento, por meio da rescisão do contrato:

I - por ato unilateral da administração pública; ou

II - por acordo entre as partes, de modo amigável.

§ 3º A inviabilidade técnica ou econômica referida no § 2º deverá ser comprovada por meio de avaliação técnica e financeira.

§ 4º Na hipótese de descontinuidade do projeto contratado prevista no § 2º, o pagamento ao contratado cobrirá as despesas já incorridas na execução efetiva do projeto, consoante o cronograma físico-financeiro aprovado, mesmo que o contrato tenha sido celebrado sob a modalidade de preço fixo ou de preço fixo mais remuneração variável de incentivo.

§ 5º Na hipótese de o projeto ser conduzido nos moldes contratados e os resultados obtidos serem diversos daqueles almejados em função do risco tecnológico, comprovado por meio de avaliação técnica e financeira, o pagamento obedecerá aos termos estabelecidos no contrato.

Subseção II

Das formas de remuneração

Art. 29. O pagamento decorrente do contrato de encomenda tecnológica será efetuado proporcionalmente aos trabalhos executados no projeto, consoante o cronograma físico-financeiro aprovado, com a possibilidade de adoção de remunerações adicionais associadas ao alcance de metas de desempenho no projeto, nos termos desta Subseção.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º Os órgãos e as entidades da administração pública poderão utilizar diferentes modalidades de remuneração de contrato de encomenda para compartilhar o risco tecnológico e contornar a dificuldade de estimar os custos de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação a partir de pesquisa de mercado, quais sejam:

I - preço fixo;

II - preço fixo mais remuneração variável de incentivo;

III - reembolso de custos sem remuneração adicional;

IV - reembolso de custos mais remuneração variável de incentivo; ou

V - reembolso de custos mais remuneração fixa de incentivo.

§ 2º A escolha da modalidade de que trata este artigo deverá ser devidamente motivada nos autos do processo, conforme as especificidades do caso concreto, e aprovada expressamente pela autoridade superior.

§ 3º Os contratos celebrados sob a modalidade de preço fixo são aqueles utilizados quando o risco tecnológico é baixo e em que é possível antever, com nível razoável de confiança, os reais custos da encomenda, hipótese em que o termo de contrato estabelecerá o valor a ser pago ao contratado e o pagamento ocorrerá ao final de cada etapa do projeto ou ao final do projeto.

§ 4º O preço fixo somente poderá ser modificado:

I - se forem efetuados os ajustes de que trata o **caput** do art. 28;

II - na hipótese de reajuste por índice setorial ou geral de preços, nos prazos e nos limites autorizados pela legislação federal;

III - para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

IV - por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da administração pública, desde que não decorrentes de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 5º Os contratos celebrados sob a modalidade de preço fixo mais remuneração variável de incentivo serão utilizados quando as partes puderem prever com margem de confiança os custos do projeto e quando for interesse do contratante estimular o atingimento de metas previstas no projeto relativas aos prazos ou ao desempenho técnico do contratado.

§ 6º Os contratos que prevejam o reembolso de custos serão utilizados quando os custos do projeto não forem conhecidos no momento da realização da encomenda em razão do risco tecnológico, motivo pelo qual estabelecem o pagamento das despesas incorridas pelo contratado na execução do objeto, hipótese em que será estabelecido limite máximo de gastos para fins de reserva de orçamento que o contratado não poderá exceder, exceto por sua conta e risco, sem prévio acerto com o contratante.

§ 7º Nos contratos que adotam apenas a modalidade de reembolso de custos sem remuneração adicional, a administração pública arcará somente com as despesas associadas ao projeto incorridas pelo contratado e não caberá remuneração ou outro pagamento além do custo.

§ 8º A modalidade de reembolso de custos sem remuneração adicional é indicada para encomenda tecnológica celebrada com entidade sem fins lucrativos ou cujo contratado tenha expectativa de ser compensado com benefícios indiretos, a exemplo de algum direito sobre a propriedade intelectual ou da transferência de tecnologia.

§ 9º Os contratos celebrados sob a modalidade de reembolso de custos mais remuneração variável de incentivo são aqueles que, além do reembolso de custos, adotam remunerações adicionais vinculadas ao alcance de metas previstas no projeto, em especial metas associadas à contenção de custos, ao desempenho técnico e aos prazos de execução ou de entrega.

§ 10. Os contratos celebrados sob a modalidade de reembolso de custos mais remuneração fixa de incentivo são aqueles que, além do reembolso dos custos, estabelecem o pagamento ao contratado de remuneração negociada entre as partes, que será definida no instrumento contratual e que somente poderá ser modificada nas hipóteses previstas nos incisos de I a IV do § 4º.

§ 11. A remuneração fixa de incentivo não poderá ser calculada como percentual das despesas efetivamente incorridas pelo contratado.

§ 12. A política de reembolso de custos pelo contratante observará as seguintes diretrizes:

I - separação correta entre os custos incorridos na execução da encomenda dos demais custos do contratado;

II - razoabilidade dos custos;

III - previsibilidade mínima dos custos; e

IV - necessidade real dos custos apresentados pelo contratado para a execução da encomenda segundo os parâmetros estabelecidos no instrumento contratual.

§ 13. Nos contratos que prevejam o reembolso de custos, caberá ao contratante exigir do contratado sistema de contabilidade de custos adequado, a fim de que seja possível mensurar os custos reais da encomenda.

§ 14. As remunerações de incentivo serão definidas pelo contratante com base nas seguintes diretrizes:

I - compreensão do mercado de atuação do contratado;

II - avaliação correta dos riscos e das incertezas associadas à encomenda tecnológica;

III - economicidade;

IV - compreensão da capacidade de entrega e do desempenho do contratado;

V - estabelecimento de metodologias de avaliação transparentes, razoáveis e auditáveis; e

VI - compreensão dos impactos potenciais da superação ou do não atingimento das metas previstas no contrato.

Art. 30. As partes deverão definir, no instrumento contratual, a titularidade ou o exercício dos direitos de propriedade intelectual resultante da encomenda e poderão dispor sobre a cessão do direito de propriedade intelectual, o licenciamento para exploração da criação e a transferência de tecnologia, observado o disposto no § 4º e no § 5º do art. 6º da Lei nº 10.973, de 2004.

§ 1º O contratante poderá, mediante demonstração de interesse público, ceder ao contratado a totalidade dos direitos de propriedade intelectual, por meio de compensação financeira ou não financeira, desde que economicamente mensurável, inclusive quanto ao licenciamento da criação à administração pública sem o pagamento de **royalty** ou de outro tipo de remuneração.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, o contrato de encomenda tecnológica deverá prever que o contratado detentor do direito exclusivo de exploração de criação protegida perderá automaticamente esse direito caso não comercialize a criação no prazo e nas condições definidos no contrato, situação em que os direitos de propriedade intelectual serão revertidos em favor da administração pública.

§ 3º A transferência de tecnologia, a cessão de direitos e o licenciamento para exploração de criação cujo objeto interesse à defesa nacional observarão o disposto no § 3º do art. 75 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

§ 4º Na hipótese de omissão do instrumento contratual, os resultados do projeto, a sua documentação e os direitos de propriedade intelectual pertencerão ao contratante.

Subseção III

Do fornecimento à administração

Art. 31. O fornecimento, em escala ou não, do produto, do serviço ou do processo inovador resultante das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação encomendadas na forma estabelecida neste Decreto poderá ser contratado com dispensa de licitação, inclusive com o próprio desenvolvedor da encomenda.

Parágrafo único. O contrato de encomenda tecnológica poderá prever opção de compra dos produtos, dos serviços ou dos processos resultantes da encomenda.

Art. 32. Quando o contrato de encomenda tecnológica estabelecer a previsão de fornecimento em escala do produto, do serviço ou do processo inovador, as partes poderão celebrar contrato, com dispensa de licitação, precedido da elaboração de planejamento do fornecimento, acompanhado de termo de referência com as especificações do objeto encomendado e de informações sobre:

I - a justificativa econômica da contratação;

II - a demanda do órgão ou da entidade;

III - os métodos objetivos de mensuração do desempenho dos produtos, dos serviços ou dos processos inovadores; e

IV - quando houver, as exigências de certificações emitidas por instituições públicas ou privadas credenciadas.

Art. 33. Compete aos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão editar as normas complementares sobre o processo de encomenda tecnológica, sem prejuízo de sua aplicação imediata e das competências normativas de órgãos e entidades executores em suas esferas.

Parágrafo único. Previamente à edição das normas complementares de que trata o **caput**, os Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão deverão realizar consulta pública.

CAPÍTULO V

DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS DE PARCERIA

Seção I

Do termo de outorga

Art. 34. O termo de outorga é o instrumento jurídico utilizado para concessão de bolsas, de auxílios, de bônus tecnológico e de subvenção econômica.

§ 1º Cada órgão ou entidade estabelecerá em ato normativo as condições, os valores, os prazos e as responsabilidades dos termos de outorga que utilizar, observadas as seguintes disposições:

I - a vigência do termo de outorga terá prazo compatível com o objeto da pesquisa;

II - os valores serão compatíveis com a complexidade do projeto de pesquisa e com a qualificação dos profissionais;

III - os critérios de seleção privilegiarão a escolha dos melhores projetos, segundo os critérios definidos pela concedente; e

IV - o processo seletivo assegurará transparência nos critérios de participação e de seleção.

§ 2º Considera-se bolsa o aporte de recursos financeiros, em benefício de pessoa física, que não importe contraprestação de serviços, destinado à capacitação de recursos humanos ou à execução de projetos de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo e às atividades de extensão tecnológica, de proteção da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia.

§ 3º Considera-se auxílio o aporte de recursos financeiros, em benefício de pessoa física, destinados:

I - aos projetos, aos programas e às redes de pesquisa, desenvolvimento e inovação, diretamente ou em parceria;

II - às ações de divulgação científica e tecnológica para a realização de eventos científicos;

III - à participação de estudantes e de pesquisadores em eventos científicos;

IV - à editoração de revistas científicas; e

V - às atividades acadêmicas em programas de pós-graduação **stricto sensu**.

§ 4º O termo de outorga de auxílio somente poderá ser modificado segundo os critérios e a forma definidos pela concedente, desde que não desnature o objeto do termo:

I - por meio de comunicação justificada do responsável pelo projeto, quando a modificação implicar alteração de até vinte por cento nas dotações orçamentárias estimadas ou na distribuição entre grupos de natureza de despesa, desde que o valor global do projeto não seja alterado; e

II - por meio da anuência prévia e expressa da concedente, nas demais hipóteses.

Seção II

Do acordo de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação

Art. 35. O acordo de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação é o instrumento jurídico celebrado por ICT com instituições públicas ou privadas para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e de desenvolvimento de tecnologia, produto, serviço ou processo, sem transferência de recursos financeiros públicos para o parceiro privado, observado o disposto no art. 9º da Lei nº 10.973, de 2004.

§ 1º A celebração do acordo de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação deverá ser precedida da negociação entre os parceiros do plano de trabalho, do qual deverá constar obrigatoriamente:

I - a descrição das atividades conjuntas a serem executadas, de maneira a assegurar discricionariedade aos parceiros para exercer as atividades com vistas ao atingimento dos resultados pretendidos;

II - a estipulação das metas a serem atingidas e os prazos previstos para execução, além dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas, considerados os riscos inerentes aos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - a descrição, nos termos estabelecidos no § 3º, dos meios a serem empregados pelos parceiros; e

IV - a previsão da concessão de bolsas, quando couber, nos termos estabelecidos no § 4º.

§ 2º O plano de trabalho constará como anexo do acordo de parceria e será parte integrante e indissociável deste, e somente poderá ser modificado segundo os critérios e a forma definidos em comum acordo entre os partícipes.

§ 3º As instituições que integram os acordos de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação poderão permitir a participação de recursos humanos delas integrantes para a realização das atividades conjuntas de pesquisa, desenvolvimento e inovação, inclusive para as atividades de apoio e de suporte, e também ficarão autorizadas a prover capital intelectual, serviços, equipamentos, materiais, propriedade intelectual, laboratórios, infraestrutura e outros meios pertinentes à execução do plano de trabalho.

§ 4º O servidor, o militar, o empregado da ICT pública e o estudante de curso técnico, de graduação ou de pós-graduação, envolvidos na execução das atividades previstas no **caput** poderão receber bolsa de estímulo à inovação diretamente da ICT a que estiverem vinculados, de fundação de apoio ou de agência de fomento, observado o disposto no § 4º do art. 9º da Lei nº 10.973, de 2004.

§ 5º Na hipótese de remuneração do capital intelectual, deverá haver cláusula específica no instrumento celebrado mediante estabelecimento de valores e destinação de comum acordo.

§ 6º O acordo de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação poderá prever a transferência de recursos financeiros dos parceiros privados para os parceiros públicos, inclusive por meio de fundação de apoio, para a consecução das atividades previstas neste Decreto.

§ 7º Na hipótese prevista no § 6º, as agências de fomento poderão celebrar acordo de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação para atender aos objetivos previstos no art. 3º da Lei nº 10.973, de 2004.

§ 8º A prestação de contas da ICT ou da agência de fomento, na hipótese prevista no § 6º, deverá ser disciplinada no acordo de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Art. 36. A celebração do acordo de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação dispensará licitação ou outro processo competitivo de seleção equivalente.

Art. 37. As partes deverão definir, no acordo de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação, a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos resultados da exploração das criações resultantes da parceria, de maneira a assegurar aos signatários o direito à exploração, ao licenciamento e à transferência de tecnologia, observado o disposto no § 4º ao § 7º do art. 6º da Lei nº 10.973, de 2004.

§ 1º A propriedade intelectual e a participação nos resultados referidas no **caput** serão asseguradas aos parceiros, nos termos estabelecidos no acordo, hipótese em que será admitido à ICT pública ceder ao parceiro privado a totalidade dos direitos de propriedade intelectual mediante compensação financeira ou não financeira, desde que economicamente mensurável, inclusive quanto ao licenciamento da criação à administração pública sem o pagamento de **royalty** ou de outro tipo de remuneração.

§ 2º Na hipótese de a ICT pública ceder ao parceiro privado a totalidade dos direitos de propriedade intelectual, o acordo de parceria deverá prever que o parceiro detentor do direito exclusivo de exploração de criação protegida perderá automaticamente esse direito caso não comercialize a criação no prazo e nas condições definidos no acordo, situação em que os direitos de propriedade intelectual serão revertidos em favor da ICT pública, conforme disposto em sua política de inovação.

Seção III

Do convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação

Subseção I

Da celebração do convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação

Art. 38. O convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação é o instrumento jurídico celebrado entre os órgãos e as entidades da União, as agências de fomento e as ICT públicas e privadas para execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, com transferência de recursos financeiros públicos, observado o disposto no art. 9º-A da Lei nº 10.973, de 2004.

§ 1º Os projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação poderão contemplar, entre outras finalidades:

I - a execução de pesquisa científica básica, aplicada ou tecnológica;

II - o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos e aprimoramento dos já existentes;

III- a fabricação de protótipos para avaliação, teste ou demonstração; e

IV - a capacitação, a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos para atuação em pesquisa, desenvolvimento e inovação, inclusive no âmbito de programas de pós-graduação.

§ 2º A vigência do convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação deverá ser suficiente à realização plena do objeto, admitida a prorrogação, desde que justificada tecnicamente e refletida em ajuste do plano de trabalho.

§ 3º A convenente somente poderá pagar despesas em data posterior ao término da execução do convênio se o fato gerador da despesa houver ocorrido durante sua vigência.

§ 4º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão disciplinará a exigência de contrapartida como requisito para celebração do convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação.

§ 5º O processamento será realizado por meio de plataforma eletrônica específica desenvolvida conjuntamente pelos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§ 6º Na hipótese de remuneração do capital intelectual, deverá haver cláusula específica no instrumento celebrado mediante estabelecimento de valores e destinação de comum acordo.

Art. 39. A celebração do convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação poderá ser feita por meio de:

I - processo seletivo promovido pela concedente; ou

II - apresentação de proposta de projeto por iniciativa de ICT pública.

§ 1º A hipótese prevista no inciso II do **caput** aplica-se excepcionalmente às ICT privadas mediante justificativa que considere os requisitos estabelecidos no inciso II do § 2º.

§ 2º A celebração de convênio de pesquisa, desenvolvimento e inovação por meio de processo seletivo observará, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - ser precedida da publicação, em sítio eletrônico oficial, por prazo não inferior a quinze dias, de extrato do projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação, o qual deverá conter, no mínimo, o valor do apoio financeiro, o prazo e a forma de apresentação da proposta pelos interessados; e

II - respeitar critérios impessoais de escolha, a qual deverá ser orientada pela competência técnica, pela capacidade de gestão, pelas experiências anteriores ou por outros critérios qualitativos de avaliação dos interessados.

§ 3º A publicação de extrato referida no inciso I do § 2º é inexigível, de forma devidamente justificada, na hipótese de inviabilidade de competição.

§ 4º Os órgãos e as entidades da União poderão celebrar convênios para pesquisa, desenvolvimento e inovação a partir da iniciativa das ICT públicas ou privadas na apresentação de propostas de projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação, hipótese em que a concessão do apoio observará o disposto no inciso II do § 2º e, ainda, a relevância do projeto para a missão institucional do concedente, a sua aderência aos planos e às políticas do Governo federal e a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 5º Após o recebimento de proposta na forma estabelecida no § 4º, o órgão ou a entidade da administração pública federal poderá optar pela realização de processo seletivo.

Art. 40. Ficará impedida de celebrar convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação a ICT privada que:

I - esteja omissa no dever de prestar contas de convênio ou qualquer outro tipo de parceria anteriormente celebrada ou tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública federal nos últimos cinco anos, exceto se:

a) a irregularidade que motivou a rejeição for sanada e os débitos eventualmente imputados forem quitados;

b) a decisão pela rejeição for reconsiderada ou revista; ou

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

II - tenha tido contas julgadas irregulares ou rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União, em decisão irrecorrível, nos últimos cinco anos;

III - tenha sido punida com sanção que impeça a participação em licitação ou a contratação com a administração pública federal ou com a concedente, pelo período que durar a penalidade;

IV - tenha sido punida com sanção que impeça a participação em processo de seleção ou a celebração de convênio ou qualquer outro tipo de parceria com a administração pública federal ou com a concedente, pelo período que durar a penalidade;

V - tenha, entre seus dirigentes, pessoa:

a) cujas contas relativas a convênios ou a qualquer outro tipo de parceria tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos;

b) inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do **caput** do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Art. 41. Para a celebração do convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação, as ICT privadas deverão apresentar:

I - cópia do ato constitutivo registrado e suas alterações;

II - relação nominal atualizada dos dirigentes da ICT, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoa Física de cada um deles;

III - Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e prova de regularidade relativa à Seguridade Social, hipótese em que serão consideradas regulares, para esse fim, as certidões positivas com efeito de negativas;

IV - declaração, por meio do seu representante legal, de que não serão utilizados recursos públicos oriundos do convênio para a contratação de:

a) cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de dirigentes da ICT privada ou de detentor de cargo em comissão ou função de confiança no órgão ou na entidade pública concedente;

b) pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção que seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de dirigentes da ICT privada ou de detentor de cargo em comissão ou função de confiança no órgão ou na entidade pública concedente; e

c) pessoa, física ou jurídica, que caracterize vedação prevista no Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010;

V - declaração, por meio do seu representante legal, que informe que a ICT privada não incorre em quaisquer das vedações previstas neste Decreto.

§ 1º A critério da concedente, os documentos a que se refere o inciso III do **caput** poderão ser substituídos pelo extrato emitido pelo Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, quando disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

§ 2º No momento da verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração do convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação, a administração pública federal deverá consultar o Cadastro de Entidades Impedidas, o Sistema Integrado de Administração Financeira, o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores e o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, para verificar se há informação sobre ocorrência impeditiva à referida celebração.

Art. 42. Ficará impedida de celebrar convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação a ICT pública que não atender às exigências para a realização de transferências voluntárias previstas no § 1º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, observado o disposto na lei de diretrizes orçamentárias.

Parágrafo único. A transferência de recursos de órgãos ou entidades da União para ICT pública estadual, distrital ou municipal em projetos de ciência, tecnologia e inovação não poderá sofrer restrições por conta de inadimplência de outros órgãos ou instâncias que não a própria ICT.

Art. 43. O plano de trabalho do convênio de pesquisa, desenvolvimento e inovação deverá ser estabelecido mediante negociação e conter obrigatoriamente:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - a descrição do projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação a ser executado, dos resultados a serem atingidos e das metas a serem alcançadas e o cronograma, além dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

II - o valor total a ser aplicado no projeto, o cronograma de desembolso e a estimativa de despesas; e

III - a forma de execução do projeto e de cumprimento do cronograma a ele atrelado, de maneira a assegurar ao convenente a discricionariedade necessária ao alcance das metas.

§ 1º O plano de trabalho constará como anexo do convênio e será parte integrante e indissociável deste, e somente poderá ser modificado segundo os critérios e a forma definidos pela concedente, desde que não desnature o objeto do termo:

I - por meio de comunicação justificada do responsável pelo projeto, quando a modificação implicar alteração de até vinte por cento nas dotações orçamentárias estimadas ou na distribuição entre grupos de natureza de despesa, desde que o valor global do projeto não seja alterado; e

II - por meio de anuência prévia e expressa da concedente, nas demais hipóteses.

§ 2º Os convênios e os acordos de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação deverão ser assinados pelo dirigente máximo do órgão ou da entidade da administração pública, permitida a delegação, vedada a subdelegação.

Art. 44. A concedente adotará medidas para promover a boa gestão dos recursos transferidos, entre as quais serão obrigatórias:

I - a divulgação da lista completa dos projetos apoiados, de seus responsáveis e dos valores desembolsados;

II - a divulgação de canal para denúncia de irregularidades, de fraudes ou de desperdício de recursos no seu sítio eletrônico oficial;

III - a definição de equipe ou estrutura administrativa com capacidade de apurar eventuais denúncias; e

IV - a exigência de que os participantes do projeto assinem documento do qual constem informações sobre como fazer denúncias, sobre o canal existente no sítio eletrônico da concedente e sobre a importância da integridade na aplicação dos recursos.

Subseção II

Da execução do convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação

Art. 45. O convenente terá responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive quanto às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, e pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação, hipótese em que a inadimplência do convenente em relação ao referido pagamento não implicará responsabilidade solidária ou subsidiária do concedente.

§ 1º Incumbe ao convenente aplicar os recursos financeiros repassados por meio do convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação na consecução de seus objetivos e para pagamento de despesas previstas nos instrumentos celebrados, e será vedada, em qualquer hipótese, a incorporação de tais recursos financeiros ao patrimônio da ICT pública ou privada, os quais não serão caracterizados como receita própria.

§ 2º Os recursos de origem pública poderão ser aplicados de forma ampla pelos convenentes para execução do projeto aprovado, inclusive para a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, a realização de serviços de adequação de espaço físico e a execução de obras de infraestrutura destinada às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, observadas as condições previstas expressamente na legislação aplicável e no termo de convênio e os princípios da impessoalidade, da moralidade, da economicidade e da eficiência.

§ 3º As compras de bens e as contratações de serviços e obras pela ICT privada com recursos transferidos pela concedente adotarão métodos usualmente utilizados pelo setor privado e deverão ser compatíveis com os preços praticados no mercado, comprovados por meio de cotação prévia de preços junto a, no mínimo, três potenciais fornecedores ou executantes, observados os princípios da impessoalidade, da moralidade e da economicidade.

§ 4º A cotação prévia de preços será desnecessária quando, em razão da natureza do objeto, não houver pluralidade de opções, hipótese em que a ICT privada deverá apresentar documento declaratório com os elementos que definiram a escolha do fornecedor ou do executante e a justificativa do preço, subscrita pelo dirigente máximo da instituição.

§ 5º A transferência de recursos públicos a ICT privadas para a execução de obras de infraestrutura destinada às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas ficará condicionada:

I - à cláusula de inalienabilidade do bem ou de promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de falência, dissolução ou extinção; e

II - à observância ao disposto no Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

§ 6º Desde que previsto no plano de trabalho, os recursos transferidos pela administração pública para as ICT privadas poderão ser empregados para o pagamento de despesas com remuneração e demais custos de pessoal necessário à execução do projeto, inclusive de equipe própria da ICT privada ou do pesquisador a ela vinculado, e com diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação, nas hipóteses em que a execução do objeto do convênio assim o exigir.

§ 7º Não poderão ser contratadas com recursos do convênio as pessoas naturais que tenham sido condenadas por crime:

I - contra a administração pública ou o patrimônio público;

II - eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; ou

III - de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

§ 8º Os recursos recebidos em decorrência do convênio serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública federal e deverão ser automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade ou até a data da devolução do saldo remanescente.

§ 9º As despesas realizadas com recursos do convênio serão registradas na plataforma eletrônica de que trata o § 5º do art. 38, dispensada a inserção de notas, comprovantes fiscais ou recibos.

§ 10. Na hipótese de a plataforma eletrônica de que trata o § 9º não estar disponível, os pagamentos deverão ser realizados em conta bancária específica por meio de transferência eletrônica que permita a identificação do beneficiário final.

§ 11. Para fins do disposto no § 10, o pagamento em espécie somente poderá ser realizado mediante justificativa, o que não dispensará a identificação do beneficiário final da despesa nos registros contábeis do projeto.

§ 12. A concedente, em ato próprio, poderá exigir, além do registro eletrônico de que tratam o § 9º e o § 10, relatório simplificado de execução financeira para projetos de maior vulto financeiro, conforme estabelecido, consideradas as faixas e as tipologias aplicáveis aos projetos.

§ 13. Por ocasião da conclusão, da rescisão ou da extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, incluídos aqueles provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública, no prazo de até sessenta dias.

§ 14. É permitido que a convenente atue em rede ou celebre parcerias com outras ICT públicas ou privadas ou com instituições ou entidades estrangeiras, para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao projeto, sem que seja estabelecida qualquer relação jurídica entre a concedente e os parceiros da convenente, mantida a responsabilidade integral da convenente pelo cumprimento do objeto do convênio.

§ 15. A atuação em rede ou a celebração de parcerias na forma estabelecida no § 14 deverá ser comunicada previamente à concedente.

CAPÍTULO VI

DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 46. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de categoria de programação para outra poderão ocorrer com o objetivo de conferir eficácia e eficiência às atividades de ciência, tecnologia e inovação, em atendimento ao disposto no § 5º do art. 167 da Constituição.

§ 1º No âmbito de cada projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação, o pesquisador responsável indicará a necessidade de alteração das categorias de programação, as dotações orçamentárias e a distribuição entre grupos de natureza de despesa em referência ao projeto de pesquisa aprovado originalmente.

§ 2º Por ocasião da ocorrência de quaisquer das ações previstas no § 1º, a concedente poderá alterar a distribuição inicialmente acordada, promover modificações internas ao seu orçamento anual, desde que não modifique a dotação orçamentária prevista na lei orçamentária anual, ou solicitar as alterações orçamentárias necessárias.

§ 3º Alterações na distribuição entre grupos de natureza de despesa que não ultrapassarem vinte por cento do valor total do projeto ficarão dispensadas de prévia anuência da concedente, hipótese em que deverão ser comunicadas pelo responsável pelo projeto, observadas as regras definidas pela concedente.

§ 4º As alterações que superarem o percentual a que se refere o § 3º dependerão de anuência prévia e expressa da concedente.

§ 5º Em razão da necessidade de modificações nos orçamentos anuais, o Poder Executivo federal deverá adotar medidas de descentralização na responsabilidade por tais alterações, com o intuito de possibilitar o ajuste tempestivo dos recursos previstos inicialmente.

CAPÍTULO VII

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Seção I

Disposições gerais

Art. 47. A prestação de contas observará as seguintes etapas:

I - monitoramento e avaliação por meio de formulário de resultado; e

II - prestação de contas final por meio da apresentação de relatório.

§ 1º O disposto neste Capítulo aplica-se aos seguintes instrumentos:

I - convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação;

II - termo de outorga para subvenção econômica; e

III - termo de outorga de auxílio.

§ 2º A concedente poderá contratar auditoria independente para a análise da execução financeira dos instrumentos a que se refere o § 1º em caráter excepcional, a partir de critérios objetivos definidos em normativos internos, considerados, entre outros aspectos, a sua capacidade operacional e o risco de fraude, abuso e desperdício nesses instrumentos.

Art. 48. O monitoramento, a avaliação e a prestação de contas serão disciplinados pelas instituições concedentes, observados os seguintes parâmetros:

I - as metas que não forem atingidas em razão do risco tecnológico inerente ao objeto, desde que fundamentadas e aceitas pela concedente, não gerarão dever de ressarcimento;

II - o monitoramento, a avaliação e a análise da prestação de contas poderão observar técnicas estatísticas, tais como amostragem e agrupamento em faixas ou subconjuntos de características similares para a utilização de critérios de análise diferenciados em cada um;

III - a utilização dos meios eletrônicos será priorizada;

IV - as instituições concedentes deverão providenciar:

a) o fornecimento de orientações gerais e de modelos dos relatórios a serem utilizados; e

b) a publicidade dos projetos subsidiados, de seus produtos, de seus resultados, de suas prestações de contas e de suas avaliações, sem prejuízo dos direitos de propriedade intelectual.

§ 1º Os indicadores utilizados para monitoramento dos beneficiários deverão ser transparentes, razoáveis e auditáveis.

§ 2º Os dados de monitoramento, sem prejuízo de eventuais consolidações efetuadas pelos concedentes, deverão ser divulgados em formatos abertos, não proprietários, como planilhas e textos, de modo a facilitar a análise das informações.

§ 3º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá definir exigências mínimas para as informações que serão requeridas pelas instituições concedentes, nos termos estabelecidos no **caput**.

Seção II

Do monitoramento e da avaliação

Art. 49. O monitoramento e a avaliação deverão observar os objetivos, o cronograma, o orçamento, as metas e os indicadores previstos no plano de trabalho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 50. O responsável pelo projeto deverá apresentar formulário de resultado parcial, anualmente, durante a execução do objeto, conforme definido no instrumento de concessão, ou quando solicitado pela instituição concedente.

§ 1º Caberá ao responsável pelo projeto manter atualizadas as informações indicadas no sistema eletrônico de monitoramento do órgão ou da entidade, se houver.

§ 2º No formulário de que trata o **caput**, constarão informações quanto ao cumprimento do cronograma e à execução do orçamento previsto, hipótese em que deverão ser comunicadas eventuais alterações necessárias em relação ao planejamento inicial para a consecução do objeto do instrumento.

Art. 51. Fica facultado às instituições concedentes, durante o monitoramento e a avaliação dos projetos, a realização de visitas, para acompanhamento técnico ou fiscalização financeira, bem como o uso de técnicas estatísticas, tais como amostragem e agrupamento em faixas ou subconjuntos de características similares para a utilização de critérios de análise diferenciados em cada um.

§ 1º A visita será comunicada ao responsável pelo projeto, com antecedência mínima de três dias úteis, admitido o uso de meios eletrônicos para a comunicação.

§ 2º A visita não dispensará o responsável pelo projeto de manter atualizadas as informações relativas à execução da pesquisa no meio eletrônico de monitoramento, caso existente, ou em outro meio disponibilizado.

§ 3º Os processos, os documentos ou as informações referentes à execução dos instrumentos de pesquisa, desenvolvimento e inovação não poderão ser sonegados aos representantes da concedente no exercício de suas funções de monitoramento e avaliação, sem prejuízo das atribuições, das prerrogativas e do livre acesso pelos órgãos de controle.

§ 4º Quando a documentação ou a informação prevista neste artigo envolver assuntos de caráter sigiloso, deverá ser dispensado tratamento de acordo com o estabelecido na legislação pertinente.

§ 5º A visita ao local de que trata o **caput** não se confunde com o livre acesso ao local decorrente das ações de fiscalização e de auditoria realizadas pela administração pública federal, pelos órgãos de controle interno e externo.

Art. 52. O monitoramento será realizado pela concedente, que apontará as ocorrências relacionadas com a consecução do objeto, adotará as medidas para a regularização das falhas observadas e deverá manifestar-se fundamentadamente pela aprovação ou pela rejeição das justificativas.

§ 1º A concedente terá acesso às informações necessárias à verificação do cumprimento do plano de trabalho do instrumento e praticará os atos indispensáveis à sua execução.

§ 2º Fica facultado à concedente o envio da decisão ao responsável pelo projeto ou à instituição por meio eletrônico.

Art. 53. A execução do plano de trabalho deverá ser analisada, periodicamente, por:

I - comissão de avaliação, indicada pelo órgão ou pela entidade federal concedente, composta por especialistas e por, no mínimo, um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública; ou

II - servidor ou empregado público designado, com capacidade técnica especializada na área do projeto a ser avaliado.

§ 1º Caberá à comissão de avaliação ou ao servidor ou empregado público proceder à avaliação dos resultados atingidos com a execução do objeto, de maneira a verificar o cumprimento do projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação e a relação entre os objetivos, as metas e o cronograma propostos e os resultados alcançados, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho.

§ 2º A comissão de avaliação ou o servidor ou empregado público poderá propor ajustes ao projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação e revisão do cronograma, das metas e dos indicadores de desempenho, além de formular outras recomendações aos partícipes, a quem caberá justificar, por escrito, eventual não atendimento.

§ 3º Além da comissão de avaliação, a concedente poderá dispor de equipe própria ou, ainda, de apoio técnico de terceiros, além de delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades.

Art. 54. A concedente deverá emitir parecer técnico quanto à execução do plano de trabalho e ao alcance das metas estabelecidas para o período considerado.

Parágrafo único. A concedente publicará em sítio eletrônico oficial a íntegra do parecer, exceto nas hipóteses de sigilo legal, em que será publicado somente o extrato.

Art. 55. A liberação de parcela não ficará condicionada à espera da aprovação dos formulários de resultados parciais entregues e pendentes de análise pela concedente dos recursos.

Art. 56. Os procedimentos de avaliação deverão ser previstos em norma específica da instituição financiadora.

Seção III

Da prestação de contas final

Art. 57. Encerrada a vigência do instrumento, o responsável pelo projeto encaminhará à concedente a prestação de contas final no prazo de até sessenta dias.

§ 1º O prazo a que se refere o **caput** poderá ser prorrogado por igual período, a pedido, desde que o requerimento seja feito anteriormente ao vencimento do prazo inicial.

§ 2º A concedente dos recursos financeiros disponibilizará, preferencialmente, sistema eletrônico específico para inserção de dados com vistas à prestação de contas, ou, na hipótese de não possui-lo, a prestação de contas ocorrerá de forma manual, de acordo com as exigências requeridas nesta Seção.

§ 3º Se, durante a análise da prestação de contas, a concedente verificar irregularidade ou omissão passível de ser sanada, determinará prazo compatível com o objeto, para que o beneficiário apresente as razões ou a documentação necessária.

§ 4º Transcorrido o prazo de que trata o § 3º, se não for sanada a irregularidade ou a omissão, a autoridade administrativa competente adotará as providências para a apuração dos fatos, nos termos da legislação vigente.

§ 5º A análise da prestação de contas final deverá ser concluída pela concedente no prazo de até um ano, prorrogável por igual período, justificadamente, e, quando a complementação de dados se fizer necessária, o prazo poderá ser suspenso.

Art. 58. A prestação de contas será simplificada, privilegiará os resultados obtidos e compreenderá:

I - relatório de execução do objeto, que deverá conter:

a) a descrição das atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

b) a demonstração e o comparativo específico das metas com os resultados alcançados; e

c) o comparativo das metas cumpridas e das metas previstas devidamente justificadas em caso de discrepância, referentes ao período a que se refere a prestação de contas;

II - declaração de que utilizou os recursos exclusivamente para a execução do projeto, acompanhada de comprovante da devolução dos recursos não utilizados, se for o caso;

III - relação de bens adquiridos, desenvolvidos ou produzidos, quando houver;

IV - avaliação de resultados; e

V - demonstrativo consolidado das transposições, dos remanejamentos ou das transferências de recursos efetuados, quando houver.

§ 1º A análise da prestação de contas final observará, no que couber, o disposto no art. 53.

§ 2º Quando o relatório de execução do objeto não for aprovado ou quando houver indício de ato irregular, a concedente exigirá a apresentação de relatório de execução financeira.

§ 3º A concedente estabelecerá em ato próprio modelo de relatório de execução financeira e a relação de documentos que deverão ser apresentados na hipótese de que trata o § 1º deste artigo.

§ 4º Nos projetos que forem objeto de apuração formal pelos órgãos de controle ou pelos órgãos de investigação e persecução criminal ou que contiverem indício de irregularidade, os beneficiários deverão apresentar os documentos suplementares exigidos pela concedente.

§ 5º Na hipótese de instrumentos para pesquisa, desenvolvimento e inovação celebrado com ICT pública, não caberá à concedente, por ocasião da prestação de contas, analisar ou fiscalizar a regularidade de licitações e contratações feitas com os recursos federais transferidos.

§ 6º Desde que o projeto seja conduzido nos moldes pactuados, o relatório de execução do objeto poderá ser aprovado mesmo que os resultados obtidos sejam diversos daqueles almejados em função do risco tecnológico ou das incertezas intrínsecas à atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação, devidamente comprovadas, com a consequente aprovação das contas, com ou sem ressalvas, sem que o beneficiário dos recursos seja obrigado, por esse motivo, a restituir os recursos financeiros utilizados.

§ 7º A concedente deverá estipular tipologias e faixas de valores em que o relatório de execução financeira será exigido independentemente da análise do relatório de execução do objeto.

Art. 59. A documentação gerada até a aprovação da prestação de contas final deverá ser organizada e arquivada pelo responsável pela pesquisa, separada por projeto, pelo prazo de cinco anos, contado da data da aprovação da prestação de contas final.

Parágrafo único. Fica facultada à concedente a solicitação do envio de cópia da documentação original ou digitalizada.

Art. 60. O parecer conclusivo da concedente sobre a prestação de contas final deverá concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas, quando constatado o atingimento dos resultados e das metas pactuadas, ou, quando devidamente justificado, o não atingimento de metas em razão do risco tecnológico;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas, quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas, for constatada impropriedade ou falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou

III - rejeição da prestação de contas, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas cabíveis, nas seguintes hipóteses:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos resultados e das metas pactuadas;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

CAPÍTULO VIII

DA CONTRATAÇÃO DE PRODUTOS PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Seção I

Dos procedimentos especiais para a dispensa de licitação de obras e serviços de engenharia enquadrados como produtos de pesquisa e desenvolvimento

Art. 61. A contratação por dispensa de licitação de obras e serviços de engenharia enquadrados como produtos para pesquisa e desenvolvimento, limitada ao valor máximo definido em lei, seguirá os procedimentos especiais instituídos neste Decreto, observado o disposto no art. 24, § 3º, e no art. 26 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 62. Os processos de contratação por dispensa de licitação para produtos de pesquisa e desenvolvimento serão instruídos, no mínimo, com as seguintes informações sobre os projetos de pesquisa:

I - indicação do programa e da linha de pesquisa a que estão vinculados;

II - descrição do objeto de pesquisa;

III - relação dos produtos para pesquisa e desenvolvimento a serem adquiridos ou contratados; e

IV - relação dos pesquisadores envolvidos e suas atribuições no projeto.

Art. 63. O orçamento e o preço total para a contratação de produtos de pesquisa e desenvolvimento serão estimados com base nos valores praticados pelo mercado, nos valores pagos pela administração pública em contratações similares ou na avaliação do custo global da obra, aferida mediante orçamento sintético ou metodologia expedita ou paramétrica.

§ 1º Na elaboração do orçamento estimado na forma prevista no **caput**, poderá ser considerada taxa de risco compatível com o objeto da licitação e as contingências atribuídas ao contratado, hipótese em que a referida taxa deverá ser motivada de acordo com a metodologia definida pelo Ministério supervisor ou pela entidade contratante.

§ 2º A taxa de risco a que se refere o § 1º não integrará a parcela de benefícios e despesas indiretas do orçamento estimado e deverá ser considerada apenas para efeito de análise de aceitabilidade das propostas ofertadas no processo licitatório.

Art. 64. No processo de dispensa de licitação para a contratação de obras e serviços de engenharia de que trata o inciso XXI do **caput** do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, a contratante deverá:

I - obter três ou mais cotações antes da abertura da fase de apresentação de propostas adicionais;

II - divulgar, em sítio eletrônico oficial, o interesse em obter propostas adicionais, com a identificação completa do objeto pretendido, dispensada a publicação de edital;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - adjudicar a melhor proposta somente após decorrido o prazo mínimo de cinco dias úteis, contado da data da divulgação a que se refere o inciso II; e

IV - publicar extrato do contrato em sítio eletrônico oficial, que deverá conter, no mínimo, a identificação do contratado, o objeto, o prazo de entrega, o valor do contrato e a sua justificativa, as razões de escolha do fornecedor e o local onde eventual interessado possa obter mais informações sobre o contrato.

§ 1º A escolha da melhor proposta poderá considerar o menor preço, a melhor técnica ou a combinação de técnica e preço, cabendo ao contratante justificar a escolha do fornecedor.

§ 2º Desde que o preço seja compatível com aquele praticado no mercado e seja respeitado, no caso de obras e serviços de engenharia, o valor estabelecido no inciso XXI do **caput** do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, a justificativa de que trata o § 1º poderá considerar todas as características do objeto a ser contratado ou do fornecedor, tais como:

I - atributos funcionais ou inovadores do produto;

II - qualificação e experiência do fornecedor, do executante ou da equipe técnica encarregada;

III - serviço e assistência técnica pós-venda;

IV - prazo de entrega ou de execução;

V - custos indiretos relacionados com despesas de manutenção, utilização, reposição e depreciação; e

VI - impacto ambiental.

§ 3º A contratante poderá facultativamente adotar as disposições previstas neste artigo para aquisição ou contratação de outros produtos de pesquisa e desenvolvimento não enquadrados no **caput**.

Art. 65. É vedada a contratação por dispensa de licitação de pessoa ou de empresa dirigida ou controlada por pessoa que mantenha relação de parentesco, inclusive por afinidade, até o terceiro grau civil, com o pesquisador responsável pelo projeto de pesquisa e desenvolvimento.

Art. 66. Nas contratações por dispensa de licitação de obras e serviços de engenharia para produto de pesquisa e desenvolvimento, é vedada a celebração de aditamentos contratuais que resultem na superação do limite estabelecido no inciso XXI do **caput** do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, exceto nas seguintes hipóteses:

I - para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior; e

II - por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da administração pública, desde que não decorrentes de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Seção II

Da dispensa da documentação para a aquisição de produtos para pronta entrega

Art. 67. A documentação de que tratam o art. 28 ao art. 31 da Lei nº 8.666, de 1993, poderá ser dispensada, no todo ou em parte, para a contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento, desde que para pronta entrega ou até o valor previsto na alínea "a" do inciso II do **caput** do art. 23 da referida Lei, observadas as disposições deste artigo.

§ 1º Caberá ao contratante definir os documentos de habilitação que poderão ser dispensados em razão das características do objeto da contratação e observadas as seguintes disposições:

I - na hipótese de fornecedores estrangeiros que não funcionem no País, a prova de regularidade fiscal, ou outro documento equivalente, do domicílio ou da sede do fornecedor é inexigível;

II - na hipótese de fornecedores estrangeiros que não funcionem no País, a prova de regularidade fiscal para com a Fazenda distrital, estadual e municipal do domicílio ou da sede do fornecedor poderá ser dispensada;

III - a regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor estrangeiro perante as autoridades de seu País é inexigível; e

IV- na hipótese de fornecedores estrangeiros que não funcionem no País, o contratante poderá dispensar a autenticação de documentos pelos consulados e a tradução juramentada, desde que seja fornecida tradução para o vernáculo.

§ 2º Na hipótese de fornecedores estrangeiros que não funcionem no País, o contratante poderá dispensar a representação legal no País de que trata o § 4º do art. 32 da Lei nº 8.666, de 1993, situação em que caberá ao contratante adotar cautelas para eventual inadimplemento contratual ou defeito do produto, incluídas a garantia contratual, a previsão de devolução total ou parcial do valor, a emissão de título de crédito pelo contratado ou outras cautelas usualmente adotadas pelo setor privado.

§ 3º Cláusula que declare competente o foro da sede da administração pública para dirimir questões contratuais deverá constar do contrato ou do instrumento equivalente.

§ 4º Para os fins do disposto neste Decreto, considera-se para pronta entrega a aquisição de produtos com prazo de entrega de até trinta dias, contado da data de assinatura do contrato ou, quando facultativo, da emissão de instrumento hábil para substituí-lo.

§ 5º A comprovação da regularidade com a Seguridade Social deverá ser exigida nos termos estabelecidos no § 3º do art. 195 da Constituição, exceto na hipótese de fornecedores estrangeiros que não funcionem no País.

Seção III

Disposições gerais sobre a contratação de produtos de pesquisa e desenvolvimento

Art. 68. As informações sobre projetos de pesquisa e desenvolvimento poderão ser classificadas como sigilosas e ter a sua divulgação restringida quando imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, observado o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 1º O sigilo de que trata o **caput** poderá ser oponível ao próprio contratado responsável pela execução da obra ou do serviço de engenharia quando não prejudicar a execução do objeto contratual.

§ 2º Na hipótese de a execução do objeto contratual ser prejudicada pela restrição de acesso à informação, a administração pública poderá exigir do contratado a assinatura de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, nos termos do art. 18, parágrafo único, do Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012.

Art. 69. A contratação de obras e serviços de engenharia enquadrados como produtos para pesquisa e desenvolvimento poderá ocorrer na modalidade integrada, que compreenderá a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

§ 1º A vedação para a contratação do autor do projeto básico ou executivo prevista no inciso I do **caput** do art. 9º da Lei nº 8.666, de 1993, não se aplica para a contratação integrada por dispensa de licitação de obras ou serviço de engenharia referente a produto de pesquisa e desenvolvimento.

§ 2º Na hipótese prevista no **caput**, cabe à contratante providenciar a elaboração de anteprojeto de engenharia que contemple os documentos técnicos destinados a possibilitar a caracterização do objeto contratual e que contenha:

I - a demonstração e a justificativa do programa de necessidades, a visão global dos investimentos e as definições quanto ao nível de serviço desejado;

II - as condições de solidez, segurança, durabilidade e prazo de entrega;

III - a estética do projeto arquitetônico; e

IV - os parâmetros de adequação ao interesse público, à economia na sua utilização, à facilidade na sua execução, aos impactos ambientais e à acessibilidade.

§ 3º A celebração de termos aditivos aos contratos celebrados fica vedada quando for adotada a contratação integrada, exceto se verificada uma das seguintes hipóteses:

I - para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

II - por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da administração pública, desde que não decorrentes de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 4º Na hipótese de a contratante optar por não realizar a contratação integrada para obras ou serviços de engenharia de produto de pesquisa e desenvolvimento, deverá haver projeto básico previamente aprovado pela autoridade competente.

Art. 70. A contratante poderá adotar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, nos termos da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, ainda que a contratação de produto de pesquisa e desenvolvimento se enquadre nas hipóteses de dispensa de licitação previstas no inciso XXI do **caput** do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

CAPÍTULO IX

DA IMPORTAÇÃO DE BENS PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

Art. 71. O Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 136. .....

.....

§ 1º É concedida isenção do imposto de importação aos bens importados por empresas, na execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (Lei nº 8.032, de 1990, art. 2º, **caput**, inciso I, alínea "g").

§ 2º As isenções ou as reduções de que trata o **caput** serão concedidas com observância aos termos, aos limites e às condições estabelecidos na Seção VI." (NR)

"Art. 147. .....

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se somente às importações realizadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, por cientistas, por pesquisadores, por Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação - ICT e por entidades sem fins lucrativos ativas no fomento, na coordenação ou na execução de programas de pesquisa científica e tecnológica ou de ensino, devidamente credenciados por esse Conselho (Lei nº 8.010, de 1990, art. 1º, § 2º).

§ 2º As importações de que trata este artigo ficam dispensadas de controles prévios ao despacho aduaneiro (Lei nº 8.010, de 1990, art. 1º, § 1º).

§ 3º O CNPq apoiará as atividades de capacitação e firmará parcerias com órgãos e entidades para promover a melhoria nos processos de importações para pesquisa, desenvolvimento e inovação." (NR)

"Art. 148. O Ministro de Estado da Fazenda estabelecerá o limite global anual, em valor, para as importações realizadas com isenção pelas instituições científicas e tecnológicas, ouvido o Ministro de Estadoda Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Lei nº 8.010, de 1990, art. 2º, **caput**).

.....

§ 3º O Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações encaminhará, até o mês de julho de cada ano-calendário, proposta de novo limite global anual para o exercício seguinte.

§ 4º Na hipótese prevista no § 3º, o Ministro de Estado da Fazenda terá prazo de sessenta dias para estabelecer a nova quota global de importações para o exercício seguinte." (NR)

"**Subseção XXII-B**
Dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação

Art. 186-E. A isenção do imposto aos bens importados por empresas habilitadas, na execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação aplica-se a máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, e suas partes e suas peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários. (Lei nº 8.032, de 1990, art. 2º, **caput**, inciso I, alínea "g").

§ 1º A habilitação da empresa observará as seguintes etapas:

I - credenciamento da empresa junto ao CNPq;

II - apresentação de declaração, celebrada pelo dirigente máximo, de que os bens importados serão exclusivamente utilizados em pesquisa, desenvolvimento e inovação, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal; e

III - indicação do projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação aprovado pelo CNPq no qual será utilizado o bem que se pretende importar, conforme os critérios estabelecidos em ato normativo próprio.

§ 2º O projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação apresentado pela empresa ao CNPq conterá obrigatoriamente:

I - título, objetivos, metas, resultados esperados, metodologia utilizada, fontes de financiamento e produção científica e tecnológica;

II - relação de bens a serem importados;

III - equipe envolvida no projeto;

IV - relevância dos bens a serem importados para a execução do projeto;

V - descrição de infraestrutura de laboratório; e

VI - outros itens exigidos em norma específica.

§ 3º A análise e a aprovação do projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação pelo CNPq independerão da fonte de financiamento.

§ 4º A empresa poderá solicitar sigilo das informações prestadas na forma estabelecida no § 2º, sempre que do projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação constar cláusula expressa nesse sentido." (NR)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

"Art. 186-F. O Ministro de Estado da Fazenda estabelecerá o limite global anual, em valor, para as importações realizadas com isenção pelas empresas habilitadas na forma estabelecida no art. 186-E, ouvido o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Lei nº 8.032, de 1990, art. 2º, **caput**, inciso I, alínea "g").

§ 1º A quota global de importações será distribuída e controlada pelo CNPq.

§ 2º O Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações encaminhará, até o mês de julho de cada ano-calendário, proposta de novo limite global anual para o exercício seguinte.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, o Ministro de Estado da Fazenda terá o prazo de sessenta dias para estabelecer a nova quota global de importações para o exercício seguinte." (NR)

"Art. 245. São isentas do imposto as importações (Lei nº 8.032, de 1990, art. 3º; e Lei nº 8.402, de 1992, art. 1º, **caput**, inciso IV):

.....

Parágrafo único. As importações a que se refere o § 1º do art. 136 são isentas do imposto." (NR)

"Art. 550. .....

.....

§ 4º O licenciamento das importações enquadradas na alínea "e" do inciso I do **caput** e no § 1º do art. 136 terá tratamento prioritário e, quando aplicável, procedimento simplificado (Lei nº 13.243, de 2016, art. 11)." (NR)

"Art. 579-A Os processos de importação e de desembaraço aduaneiro de bens, insumos, reagentes, peças e componentes utilizados em pesquisa científica e tecnológica ou em projetos de inovação terão tratamento prioritário e procedimentos simplificados, conforme disciplinado em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e observado o disposto no art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e nas alíneas "e" a "g" do inciso I do **caput** do art. 2º da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990.

§ 1º Os processos de importação e desembaraço aduaneiro de que trata o **caput** terão tratamento equivalente àquele previsto para mercadorias perecíveis.

§ 2º Os órgãos da administração pública federal intervenientes na importação adotarão procedimentos de gestão de riscos com a participação das instituições de pesquisa científica e tecnológica, de modo a minimizar os controles durante os processos de importação e despacho aduaneiro, inclusive para os importadores pessoas físicas.

§ 3º A fiscalização de condição de isenção tributária reconhecida na forma estabelecida no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.010, de 1990, será efetuada prioritariamente em controle pós-despacho aduaneiro." (NR)

Art. 72. A Seção VIII do Capítulo I do Título I do Livro V do Decreto nº 6.759, de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"**Seção VIII**

Da Simplificação e da Priorização do Despacho" (NR)

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 73. Os acordos, os convênios e os instrumentos congêneres em execução poderão ser alterados para definir que a titularidade dos bens gerados ou adquiridos pertencerá à entidade recebedora dos recursos, observado o disposto no art. 13 da Lei nº 13.243, de 2016.

Art. 74. Os acordos, os convênios e os contratos celebrados entre as ICT, as instituições de apoio, as agências de fomento e as entidades nacionais de direito privado sem fins lucrativos destinadas às atividades de pesquisa, cujos objetos sejam compatíveis com a finalidade da Lei nº 10.973, de 2004, poderão prever a destinação de até quinze por cento do valor total dos recursos financeiros destinados à execução do projeto, para cobertura de despesas operacionais e administrativas necessárias à execução desses acordos, convênios e contratos.

Parágrafo único. Os gastos indivisíveis, usuais e necessários à consecução do objetivo do acordo, do convênio ou do contrato poderão ser lançados à conta de despesa administrativa, obedecido o limite estabelecido no **caput**.

Art. 75. Eventuais restrições de repasses de recursos aplicadas a ICT não se estendem aos pesquisadores a ela vinculados.

Art. 76. A União, as autarquias e as fundações públicas poderão efetuar a admissão de pesquisador, de técnico com formação em área tecnológica de nível intermediário ou de tecnólogo, nacional ou estrangeiro, para projeto de pesquisa com prazo determinado, em instituição destinada à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação, nos termos da Lei nº 8.745, de 1993, e do § 3º do art. 15 da Lei nº 10.973, de 2004.

Art. 77. O disposto no Capítulo VII aplica-se aos instrumentos que, na data de entrada em vigor deste Decreto, estejam em fase de execução do objeto ou de análise de prestação de contas.

Art. 78. As agências de fomento de natureza privada, incluídos os serviços sociais autônomos, por suas competências próprias, poderão executar as atividades a que se referem o art. 3º, o art. 3º-B, o art. 3º-D e o art. 19 da Lei nº 10.973, de 2004.

Art. 79. Os convênios celebrados entre as agências de fomento federal e estadual deverão ser processados por meio da plataforma eletrônica de que trata o § 5º do art. 38, observadas as peculiaridades desse tipo de transferência.

Art. 80. Os instrumentos vigentes na data de entrada em vigor deste Decreto serão regidos pela legislação anterior.

Parágrafo único. Na hipótese a que se refere o **caput**, é facultada a adaptação às disposições deste Decreto aos partícipes.

Art. 81. Incumbe ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações editar as normas e as orientações complementares sobre a matéria disciplinada neste Decreto, além de deliberar e decidir sobre os casos omissos, com a participação dos demais Ministros de Estado quanto aos assuntos relacionados às suas áreas de competência.

Art. 82. Nas hipóteses previstas nos art. 11, art. 13, art. 18 e art. 37, em que a tecnologia for considerada de interesse da defesa nacional, fica a ICT pública obrigada a realizar consulta prévia ao Ministério de Defesa, o qual deverá se manifestar quanto à conveniência da cessão, do licenciamento ou da transferência de tecnologia no prazo máximo de quarenta e cinco dias.

Parágrafo único. As tecnologias de interesse da defesa nacional serão identificadas por meio de ato normativo conjunto dos Ministros de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e da Defesa.

Art. 83. Fica revogado o Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

Art. 84. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de fevereiro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Raul Jungmann
Henrique Meirelles
José Mendonça Bezerra Filho
Marcos Jorge Lima
Dyogo Henrique de Oliveira
Gilberto Kassab

DECRETO Nº 9.284, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Promulga o Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, firmado em Estocolmo, em 3 de abril de 2014.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia sobre Cooperação em Matéria de Defesa foi firmado em Estocolmo, em 3 de abril de 2014;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 104, de 23 de agosto de 2017; e

Considerando que o Acordo entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 13 de novembro de 2017, nos termos de seu Artigo 8;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgado o Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, firmado em Estocolmo, em 3 de abril de 2014, anexo a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Acordo e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de fevereiro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Aloysio Nunes Ferreira Filho

ACORDO-QUADRO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O REINO DA SUÉCIA SOBRE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE DEFESA

A República Federativa do Brasil
e
O Reino da Suécia
(doravante denominados "Partes"),

Compartilhando o entendimento de que a cooperação mútua no campo da defesa contribuirá para melhorar as relações bilaterais entre as Partes;

Buscando contribuir para a paz e a prosperidade internacional;

Desejando desenvolver e fortalecer várias formas de colaboração entre as Partes;

Acordam o seguinte:

Artigo 1

Objetivo

As Partes cooperarão baseadas nos princípios da igualdade, da reciprocidade e do interesse comum, respeitando as respectivas legislações nacionais e as obrigações de direito internacional assumidas pelas Partes, com o objetivo de:

a) promover a cooperação entre as Partes em assuntos relativos à defesa, com ênfase nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, de apoio logístico e de aquisição de produtos e serviços de defesa;

b) compartilhar conhecimentos e experiências adquiridas em operações das Forças Armadas, incluindo operações internacionais de manutenção da paz, bem como em uso de equipamento militar nacional e estrangeiro;

c) compartilhar experiências nas áreas de ciência e tecnologia;

d) promover ações conjuntas de treinamento e instrução militar, exercícios militares conjuntos, assim como intercâmbio de informações relacionadas a esses assuntos;

e) colaborar em assuntos relacionados a sistemas e equipamentos no campo da defesa; e

f) cooperar em outras áreas no domínio da defesa que possam ser de interesse comum para ambas as Partes.

Artigo 2

Formas de Cooperação

A cooperação entre as Partes, no em assuntos relativos à defesa, poderá incluir, entre outras áreas, as seguintes:

a) visitas mútuas de delegações de alto nível e reuniões de representantes de instituições de defesa equivalentes;

b) intercâmbio de instrutores, bem como de alunos de instituições militares de ensino;

c) participação em cursos teóricos e práticos, seminários, conferências, debates e simpósios em instituições das Partes;

d) cooperação relacionada com materiais e serviços relativos à área de defesa, em consonância com a legislação nacional do Estado das Partes;

e) outras formas de cooperação que possam ser de interesse mútuo das Partes.

Artigo 3

Garantias

Na execução das atividades de cooperação realizadas no âmbito deste Acordo, as Partes comprometem-se a respeitar os princípios e propósitos relevantes da Carta das Nações Unidas, incluindo os de igualdade soberana dos Estados, integridade e inviolabilidade territoriais e não intervenção em assuntos internos de outros Estados, assim como os princípios e os propósitos de direitos humanos e de direito humanitário.

Artigo 4

Responsabilidades Financeiras

1. A não ser que seja acordado de outra forma, cada Parte será responsável por todas as despesas contraídas por seu pessoal no cumprimento das atividades oficiais no âmbito do presente Acordo.

2. Todas as atividades desenvolvidas no âmbito deste Acordo estarão sujeitas à disponibilidade de recursos financeiros das Partes.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Artigo 5

Proteção de Informação Classificada

1. Os procedimentos para intercâmbio, bem como as condições e as medidas para proteger informação classificada das Partes durante a execução do presente Acordo, serão tratados e salvaguardados de acordo com as legislações e regulações nacionais das Partes.

Artigo 6

Protocolos Complementares, Mecanismos de Implementação e Emendas

1. Protocolos Complementares a este Acordo poderão ser celebrados por escrito pelas Partes, por via diplomática, e farão parte integrante do presente Acordo. Um Protocolo Complementar a este Acordo entrará em vigor na data de recebimento da última notificação, por escrito e por via diplomática, pela qual uma parte informa a outra de que foram cumpridos os requisitos internos necessários para a entrada em vigor do Protocolo Complementar.

2. Mecanismos de Implementação para programas e atividades específicas ao amparo do presente Acordo poderão ser desenvolvidos e implementados pelo Ministério da Defesa do Reino da Suécia e pelo Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil. Esses Mecanismos de Implementação terão de estar restritos aos temas do presente Acordo e terão de ser consistentes com as respectivas leis das Partes.

3. Este Acordo poderá ser emendado por consentimento mútuo entre as Partes, por escrito e por via diplomática. Uma emenda a este Acordo entrará em vigor na data de recebimento da última notificação, por escrito e por via diplomática, pela qual uma parte informa a outra de que foram cumpridos os requisitos internos necessários para a entrada em vigor da emenda.

Artigo 7

Solução de Controvérsias

1. Qualquer controvérsia relacionada a uma atividade específica de cooperação no âmbito do presente Acordo será resolvida, em primeira instância, por meio de consultas e negociações entre os próprios participantes da atividade em questão.

2. Se, no entanto, os participantes mencionados no parágrafo 1 não resolverem a questão, a controvérsia será submetida para resolução por negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

Artigo 8

Entrada em vigor

O presente Acordo entrará em vigor sessenta dias após a data de recebimento da última notificação, por escrito e por via diplomática, pela qual uma parte informa a outra de que foram cumpridos os requisitos internos necessários para a entrada em vigor deste Acordo.

Artigo 9

Término

Qualquer Parte pode, a qualquer momento, notificar a outra, por escrito e por via diplomática, de sua decisão de denunciar o presente Acordo. A denúncia produzirá efeito noventa (90) dias após o recebimento da respectiva notificação e não afetará programas e atividades em curso ao amparo do presente Acordo, a menos que as Partes decidam de outro modo.

Artigo 10

Este Acordo substitui o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre cooperação em assuntos relativos a defesa, assinado em São Paulo, 7 de julho de 2000, e o Anexo Aditivo ao Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Suécia sobre cooperação em assuntos relativos a defesa, assinado no Rio de Janeiro, em 24 de abril de 2001.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram este Acordo em dois exemplares nos idiomas inglês e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos. No caso de qualquer divergência entre os textos em inglês e português, contudo, o texto em inglês deverá prevalecer.

Feito em Estocolmo, em 3 de abril de 2014.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Celso Amorim
Ministro da Defesa

PELO GOVERNO DO REINO DA SUÉCIA

H.E Karin Enström
Ministra da Defesa

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 63, de 7 de fevereiro de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.850.

Nº 64, de 7 de fevereiro de 2018. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada a financiar parcialmente o "Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do Distrito Federal - Brasília Sustentável II".

Nº 65, de 7 de fevereiro de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

PORTARIA Nº 127, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE REGIONAL SUBSTITUTO DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA NO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das incumbências que lhe são conferidas no inciso VIII do artigo 130 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/INCRA/P/n° 49 de 31 de janeiro de 2017, publicado no DOU n° 23 de 01 de fevereiro de 2017.

Considerando a necessidade de dar destinação ao imóvel rural denominado Fazenda São Bento/Somapar, com área de 12.214,0141 ha (doze mil, duzentos e quatorze hectares, um are e quarenta e um centiares) localizado no município de Juruena, Estado de Mato Grosso, declarado de interesse social para fins da reforma agrária pelo Decreto de 26 de Dezembro de 2013, cuja imissão na posse se deu em 05 de Dezembro de 2017, em conformidade com o registro contábil no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de uso especial da União - SPIUnet, conta 12321,01,00 - status "em incorporação";

Considerando que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam análise do processo administrativo de criação INCRA nº 54000.036526/2017-11 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulam a matéria, resolve:

Art. 1º Aprovar a proposta de destinação para assentamento de trabalhadores rurais do imóvel acima citado que prevê a criação de 222 (duzentas e vinte e duas) unidades agrícolas familiares, tendo em vista o Estudo de Capacidade e Geração de Renda - ECGR.

Art. 2º Determinar à Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária (SR-13/F) desta Superintendência Regional para atualização cadastral do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e inclusão do arquivo gráfico relativo ao seu perímetro na base de dados cartográficos.

Art. 3º Criar o Projeto de Assentamento Somapar, código SIPRA MT0946000, área de 12.214,0141 ha (doze mil, duzentos e quatorze hectares, um are e quarenta e um centiares), localizado no município de Juruena, Estado de Mato Grosso, a ser implantado por esta Superintendência Regional, em articulação com as Diretorias desta Instituição.

Art. 4º Providenciar a comunicação à Prefeitura Municipal da criação deste Projeto de Assentamento para inclusão das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO BOSCO DE MORAES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria MIRAD/SR-08/SP/N° 627, de 10 de maio de 1988, publicada no DOU de 12 de maio de 1988, pág. 8420, Seção I, que criou o PA ÁGUA SUMIDA, código SIPRA N° SP0014000, **onde se lê:** ...área de 4.214,6087 (Quatro mil, duzentos e catorze hectares, sessenta ares e oitenta e sete centiares), **leia-se:** ...4.188,8211 (Quatro mil, cento e oitenta oito hectares, oitenta e dois ares e onze centiares)".

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

RETIFICAÇÃO

No despacho publicado na Seção 1, página 8, do Diário Oficial da União, do dia 06-02-2018, por erro material.
Processo nº 00100.000173/2018-37
Interessado: AR CERTITEC
onde se lê: Descredenciamento da AR CERTITEC, vinculada à AC DIGITALSIGN RFB, AC DIGITALSIGN E AC SOLUTI MULTIPLA
leia-se: Descredenciamento da AR CERTITEC, vinculada à AC DIGITALSIGN RFB.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

PORTARIA Nº 73, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto na lei 10.420, de 10 de abril de 2002 e no Decreto nº 6.760, de 5 de fevereiro de 2009, resolve:

Art. 1º O *caput* do Art. 9º da Portaria nº 42, de 07 de dezembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9°. Os integrantes da CEAP-GS devem se reunir, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento dos relatórios elaborados pela Coordenação Geral do Garantia-Safra (CGGS) com o objetivo de apurar as causas e a extensão das perdas, e analisar os índices de perdas obtidos a partir das informações descritas no § 1º do art. 11-A do Decreto Nº 4.962, de 22 de janeiro de 2004, cuja metodologia de cálculo é descrita no Manual de Verificação de Perdas do Garantia Safra."

Art. 2º O Art. 11 da Portaria nº 42, de 07 de dezembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 Serão considerados aptos ao recebimento do Garantia-Safra os municípios em que seja constatada a perda igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da produção em pelo menos um dos índices descritos no art. 9º, e que entre os demais índices, pelo menos um, seja igual ou superior a 40% (quarenta por cento), desde que o município e a respectiva Unidade da Federação tenham feito os aportes financeiros ao Fundo Garantia-Safra nos prazos legais.

§ 1º Quando a distância da estação meteorológica de referência mais próxima utilizada pelo INMET para a obtenção de seu respectivo índice for inferior ou igual a 30 quilômetros, serão utilizados todos os índices, considerando que o índice produzido pelo CEMADEN configurará condição de seca agrícola quando for igual ou superior a 4.

§ 2º Quando a distância da estação meteorológica de referência mais próxima utilizada pelo INMET para a obtenção de seu respectivo índice for superior a 30 quilômetros, o mesmo será desconsiderado para fins de avaliação de perdas."

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO

PORTARIA Nº 74, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, e de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, combinado com as disposições constantes da Resolução n° 4.350, de 10 de julho de 2014, do Conselho Monetário Nacional - CMN resolve:

Art. 1º Informar aos agentes financeiros, operadores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, os produtos que tem direito e o valor dos bônus de desconto a ser concedido nas operações e parcelas de crédito rural que serão objeto de pagamento ou amortização pelos mutuários no período de 10 de fevereiro de 2018 a 09 de março de 2018, segundo o que determina o parágrafo 1º, do art. 2º, do Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006.

§ 1º Somente os produtos e Estados que apresentam o bônus de desconto, de que trata o caput, estão listados no Anexo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º Os preços de mercado e os bônus de desconto previstos nesta Portaria referem-se ao mês de janeiro de 2018, têm validade para o período de 10 de fevereiro de 2018 a 09 de março de 2018, em atendimento ao estabelecido na Resolução n° 4.350, de 10 de julho de 2014, do Conselho Monetário Nacional.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO

ANEXO

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de FEVEREIRO de 2018
Com base nos preços de JANEIRO de 2018

Produto	UF	Unidade	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid)	Bônus de Garantia de Preço (%)
ABACAXI	SE	t	607,80	367,70	39,50
ALHO COMUM	GO	kg	3,92	3,00	23,47
ARROZ EM CASCA NATURAL	AL	60 kg	43,21	37,50	13,21
ARROZ EM CASCA NATURAL	SE	60 kg	43,21	33,81	21,75
ARROZ EM CASCA NATURAL	MT	60 kg	43,21	39,70	8,12
BABAÇU (AMÊNDOA)	PA	kg	2,87	2,13	25,78
BABAÇU (AMÊNDOA)	TO	kg	2,87	1,50	47,74
BABAÇU (AMÊNDOA)	CE	kg	2,87	2,74	4,53
BABAÇU (AMÊNDOA)	MA	kg	2,87	1,65	42,51
BABAÇU (AMÊNDOA)	PI	kg	2,87	2,52	12,20
BANANA	RR	20 kg	11,83	10,20	13,78
BANANA	AL	20 kg	11,83	10,68	9,72
BATATA	RS	50 kg	39,62	36,43	8,05
BORRACHA NATURAL CULTIVADA	BA	kg	2,16	2,10	2,78
BORRACHA NATURAL CULTIVADA	SP	kg	2,16	1,89	12,50
BORRACHA NATURAL CULTIVADA	MT	kg	2,16	2,13	1,39
CACAU (AMÊNDOA)	AM	kg	5,45	4,30	21,10
CANA-DE-AÇÚCAR	ES	t	70,81	69,80	1,43
CANA-DE-AÇÚCAR	MG	t	70,81	69,50	1,85
CANA-DE-AÇÚCAR	SP	t	70,81	69,75	1,50
CASTANHA DE CAJU	MA	kg	2,45	2,33	4,90
CEBOLA	SC	kg	0,72	0,70	2,78
ERVA-MATE	RS	15 kg	11,83	11,00	7,02
ERVA-MATE	SC	15 kg	11,83	11,80	0,25
FEIJÃO CAUPI	AM	60 kg	135,85	120,00	11,67
FEIJÃO CAUPI	PA	60 kg	135,85	101,68	25,15
FEIJÃO CAUPI	MT	60 kg	135,85	57,23	57,87
LARANJA	PA	40,8 kg	13,05	12,87	1,38
LEITE	MA	l	0,98	0,92	6,12
MANGA	BA	kg	1,11	1,02	8,11
MANGA	RJ	kg	1,11	0,54	51,35
MANGA	SP	kg	1,11	0,67	39,64
MARACUJÁ	SE	kg	1,28	1,25	2,34
MARACUJÁ	PR	kg	1,28	1,11	13,28
MEL	BA	kg	9,50	9,34	1,68
MEL	PR	kg	9,50	9,33	1,79
MEL	SC	kg	9,50	8,81	7,26
MILHO	MT	60 kg	16,71	16,41	1,80
SORGO	TO	60 kg	19,77	18,44	6,73
SORGO	PI	60 kg	22,50	18,00	20,00
TRIGO	MG	60 kg	45,13	44,16	2,15
TRIGO	SP	60 kg	45,13	38,70	14,25
TRIGO	PR	60 kg	39,02	34,87	10,64
TRIGO	RS	60 kg	39,02	29,67	23,96
TRIGO	SC	60 kg	39,02	32,19	17,50
TRIGO	MS	60 kg	45,13	36,13	19,94
TRITICALE	PR	60 kg	27,01	25,84	4,33
Cesta de Produtos*	MA	NSA	NSA	NSA	1,53
Cesta de Produtos*	MT	NSA	NSA	NSA	0,45

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Notas:
NSA - Não se aplica.
* Média ponderada dos bônus dos produtos feijão, leite, mandioca e milho.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

SÚMULA Nº 82, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

A ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, inc. XII, e tendo em vista o disposto nos arts. 28, inc. II, e 43, caput, § 1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, no art. 38, § 1°, inc. II, da Medida Provisória n° 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no art. 17-A, inciso II, da Lei n° 9.650, de 27 de maio de 1998, nos arts. 2º e 3º, do Decreto n° 2.346, de 10 de outubro de 1997, no art. 8º, VII, e art. 36, XIII, do Decreto nº 7.392, de 13.12.2010, bem como o contido no Ato Regimental/AGU nº 1, de 02 de julho de 2008, e tendo em vista o Processo Administrativo nº 00405.020584/2016-52, resolve editar a presente súmula:

"O pensionista de servidor falecido posteriormente à EC nº 41/2003, caso se enquadre na regra de transição prevista no art. 3º da EC nº 47/2005, tem direito à paridade, ou seja, a que sua pensão seja revista na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, mas não tem direito à integralidade, isto é, a que sua pensão corresponda ao valor total dos proventos do servidor falecido".

Legislação Pertinente: Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003. Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.

Precedente:
Supremo Tribunal Federal - Plenário: RE nº 603.580, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJE 3.6.2016 (submetido à sistemática da repercussão geral e dos recursos repetitivos - Tema nº 396).

GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 148, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e o que consta no Processo SEI nº 21000.002414/2018-81, resolve:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho com objetivo de apresentar proposta de um Plano Nacional de Desenvolvimento para a Indústria de Pescados.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será constituído por um membro titular e um suplente, representando as seguintes instituições:

I - Secretaria-Executiva - SE/Mapa;

II - Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/Mapa;

III - Associação Brasileira das Indústrias de Pescados - ABIPESCA;

IV - Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura - CONEPE; e

V - Associação Brasileira de Piscicultura - PEIXE BR.

Art. 3º O Grupo de Trabalho será coordenado pelo representante da SE/Mapa e terá como seu Secretário o representante da ABIPESCA.

Parágrafo único. A critério do Coordenador, poderão ser convidados a participar dos trabalhos técnicos pertencentes ou não aos quadros deste Ministério.

Art. 4º No prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de publicação desta Portaria, o Grupo de Trabalho deverá apresentar a proposta do Plano referido no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BLAIRO MAGGI

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE GOIÁS

PORTARIA Nº 34, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no inciso XXII, artigo 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, resolve:

Artigo 1º - Habilitar o médico veterinário PEDRO MARIS ALBUQUERQUE FARIA SILVA, CRMV-GO nº 7921, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para trânsito intra e interestadual de SUÍDEOS nos municípios de Aparecida do Rio Doce, Jataí, Cachoeira Alta, Castelândia, Maurilândia, Montividiu, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santo Antônio da Barra, Paraúna, Turvelândia e Bom Jesus de Goiás. Processo SEI nº 21020.000109/2018-16.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARNOLDO DAHER DE ALMEIDA JUNQUEIRA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIAS DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14.06.2010, e pela Portaria Ministerial n°1.756, de 10 de agosto de 2017, publicada no DOU de 11.08.2017 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal-GTA, resolve:

N° 17 - Habilitar a médica veterinária, Simone da Silva Martins, inscrita no CRMV/SC Nº 4743, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº 21050.000352/2018-87 e no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 161918 do Estado de Santa Catarina.

N°18 - Habilitar a médica veterinária, Luana Talita Ribeiro, inscrita no CRMV/SC Nº 6311, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº 21050.000422/2018-05 e no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 162017 do Estado de Santa Catarina.

N° 19 - Habilitar o médico veterinário, Francisco Elias Vendruscolo, inscrito no CRMV/SC Nº 5724, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº 21050.000436/2018-11e no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 161906 do Estado de Santa Catarina.

N° 20 - Habilitar o médico veterinário, Alexandre de Mello, inscrito no CRMV/SC Nº 07738, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº 21050.000426/2018-85 e no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 161751 do Estado de Santa Catarina.

N° 21- Habilitar o médico veterinário, Diogo Augusto Machado Menegatti, inscrito no CRMV/SC Nº 06360, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº 21050.000440/2018-89 e no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 161580 do Estado de Santa Catarina

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

UELLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 6, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao disposto no § 7° do art. 18 da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997 e pelo Decreto n° 2.366, de 5 de novembro de 1997, DEFERE os pedidos de proteção de cultivar das espécies relacionadas:

ESPÉCIE	DENOMINAÇÃO DA CULTIVAR	NÚMERO DO PROTOCOLO
Glycine max (L.) Merr.	5G770RR	21806.000217/2011
Kalanchoe blossfeldiana Poelln.	Don Paloma	21806.000072/2015
Glycine max (L.) Merr.	UFUS 7415	21806.000096/2015
Toona ciliata M. Roemer var. australis	BV 1110	21806.000143/2016
Toona ciliata M. Roemer var. australis	BV 1120	21806.000144/2016
Toona ciliata M. Roemer var. australis	BV 1121	21806.000145/2016
Toona ciliata M. Roemer var. australis	BV 1151	21806.000146/2016
Toona ciliata M. Roemer var. australis	BV 1210	21806.000147/2016
Toona ciliata M. Roemer var. australis	BV 1321	21806.000148/2016
Gossypium hirsutum L.	DBB13 B2RF	21806.000225/2016
Gossypium hirsutum L.	DBB509 B2RF	21806.000227/2016
Passiflora L.	BRS VF	21806.000031/2017
Glycine max (L.) Merr.	SYN 1585 IPRO	21806.000033/2017
Oryza sativa L.	SCS123 Pérola	21806.000153/2017
Eucalyptus spp	WRK7308	21806.000161/2017
Triticum aestivum L.	TBIO Ponteiro	21806.000269/2017

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta.

RICARDO ZANATTA MACHADO

Coordenador



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 7.301/SEI, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO SOCIEDADE LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de ITAGUARA, estado de Minas Gerais, por meio do canal 15 (quinze), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.065377/2017-81 e da Nota Técnica nº 28540/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.382/SEI, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO SOCIEDADE LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de Belo Vale, estado de Minas Gerais, por meio do canal 15 (quinze), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.065378/2017-26 e da Nota Técnica nº 28725/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.383/SEI, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO SOCIEDADE LIMITADA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de PONTE NOVA, estado de MINAS GERAIS, por meio do canal 48 (quarenta e oito), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.045138/2016-26 e da Nota Técnica nº 28580/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.548/SEI, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar a TELEVISÃO SOCIEDADE LIMITADA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de DOM SILVÉRIO, estado de MINAS GERAIS, por meio do canal 15 (quinze), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.026051/2016-50 e da Nota Técnica nº 29232/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 205/SEI, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO SOROCABA LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de PORANGABA, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 35 (trinta e cinco), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.039940/2017-66 e da Nota Técnica nº 29545/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 337/SEI, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de Flores da Cunha, estado do Rio Grande do Sul, por meio do canal 29 (vinte e nove), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.079536/2017-25 e da Nota Técnica nº 999/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 409/SEI, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de São Marcos, estado do Rio Grande do Sul, por meio do canal 29 (vinte e nove), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.079533/2017-91 e da Nota Técnica nº 1138/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 413/SEI, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar SISTEMA NORTE DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de JAGUARÉ (FÁTIMA), estado do ESPIRITO SANTO, por meio do canal 24 (vinte e quatro), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.024689/2017-35 e da Nota Técnica nº 860/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 411/SEI, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO CULTURAL PADRE LUIZ BARTHOLOMEU a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, por meio do canal 15 (quinze), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.079886/2017-91 e da Nota Técnica nº 1253/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 481/SEI, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, , e considerando o que consta do Processo nº 01250.075712/2017-50, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TVSBT CANAL 05 DE PORTO ALEGRE S/A, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de PORTO ALEGRE, estado do RIO GRANDE DO SUL, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de GARIBALDI, estado do RIO GRANDE DO SUL, por meio do canal 28 (vinte e oito), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 699, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Disciplina e aprova as regras para utilização de canais virtuais pelas entidades executantes dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, extinguiu e transferiu as competências do Ministério das Comunicações para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

CONSIDERANDO que a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, estabelece que a política nacional de radiodifusão é de competência do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

CONSIDERANDO o disposto no art. 14 do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, que estabelece que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expedirá normas complementares necessárias à execução e operacionalização do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T;

CONSIDERANDO que a Portaria MC nº 925, de 22 de agosto de 2014, estabelece na seção II, art. 3º, que os sinais emitidos pelas estações de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão devem estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT, referentes ao padrão do SBTVD-T adotado no Brasil;

CONSIDERANDO a necessidade de ordenar a correlação existente entre o canal físico e o canal virtual, visto que o número deste canal deve ser único, de maneira que não exista coincidência de canais virtuais acessíveis aos receptores terrestres de cada localidade, resolve:

Art. 1º As regras disciplinadas e aprovadas na presente Portaria terão vigência durante o período de transição, em âmbito nacional, do sistema analógico de televisão para o SBTVD-T.

Art. 2º Adotar, para os fins desta Portaria, as seguintes definições:

Canal Físico - é a numeração correspondente à faixa de frequências atribuída aos serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão, de acordo com a regulamentação técnica vigente, para a prestação dos referidos serviços; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Canal Virtual - é um número compreendido no intervalo de 1 a 99, que deve ser codificado nos sinais digitais transmitidos por uma emissora e captados pelos receptores do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, indicando ao telespectador qual canal deve ser utilizado para acessar a programação desta emissora, independentemente de seu canal físico.

Art. 3º Cada estação de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão terá direito a utilizar apenas 1 (um) canal virtual, sem a possibilidade de reserva de outro canal virtual.

Art. 4º Em caso de coincidência na designação dos canais virtuais, as entidades executantes dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão seguirão a seguinte ordem decrescente de prioridade na designação dos canais virtuais de suas estações:

I - Geradoras de televisão;

II - Retransmissoras de televisão que utilizem redes de frequência única (SFN);

III - Demais retransmissoras de televisão em caráter primário; e

IV - Demais retransmissoras de televisão em caráter secundário.

§ 1º Permanecendo a coincidência dos canais virtuais, as entidades executantes dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão seguirão a seguinte ordem decrescente de prioridade na designação dos canais virtuais de suas estações:

I - Os canais de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão consignados diretamente à União; e

II - A entidade que detenha a outorga por maior período de tempo.

§ 2º Caberá ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações definir a numeração do canal virtual das demais entidades, entre os canais compreendidos de 14 a 99

§ 3º Canais virtuais já designados não serão modificados quando da designação de novos canais virtuais para outras entidades.

Art. 5º As entidades executantes dos serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão do SBTVD-T que operem em redes de frequência única (SFN - Single Frequency Networks), deverão utilizar, em suas estações, o mesmo número de canal virtual designado à estação da qual fazem reuso de frequência, devendo encaminhar a este Ministério declaração contendo estudo técnico, conforme modelo constante no Anexo desta Portaria, comprovando a operação em redes de frequência única.

Parágrafo único. As entidades de que trata o caput e que executem o Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, deverão seguir o estabelecido nos atos de administração de Plano Básico da Anatel, para os canais de reuso.

Art. 6º As entidades executantes dos serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão que tenham a opção de escolher a numeração do canal virtual de suas estações, conforme estabelece a Portaria MC nº 925, de 22 de agosto de 2014, deverão encaminhar declaração a este Ministério, informando a numeração do canal virtual definido.

Parágrafo único. As entidades que não encaminharem a manifestação de que trata o caput, no prazo estabelecido no caput do art. 7º, deverão utilizar a numeração do canal virtual como sendo a do canal físico digital.

Art. 7º As declarações de que tratam os artigos 5º e 6º deverão ser encaminhadas por meio de protocolo no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação da presente Portaria, pelas entidades localizadas nos municípios que terão o desligamento da transmissão da programação analógica até 31 de dezembro de 2018, conforme cronograma estabelecido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

§ 1° As demais entidades executantes dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão deverão encaminhar as declarações de que trata o caput até 31 de dezembro de 2018.

§ 2° As entidades executantes dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão que encaminharem a declaração de que trata caput, após o prazo estabelecido, terão seu pedido analisado e, em caso de deferimento, deverão arcar com as despesas referentes à publicação da Portaria de alteração.

Art. 8º A aprovação e administração da relação dos canais virtuais das entidades executantes dos serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão do SBTVD-T ficarão sob a responsabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por intermédio da Secretaria de Radiodifusão, que se manifestará por Portaria.

Art. 9º Compete à Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, fiscalizar o cumprimento dos aspectos técnicos das estações, no que diz respeito às normas de utilização de canais virtuais estabelecidas nesta Portaria, bem como nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, referentes ao padrão do SBTVD-T adotado no Brasil, conforme previsto no art. 211, parágrafo único da Lei n° 9.472, de 16 de julho de 1998.

Art. 10. As entidades que descumprirem as normas estabelecidas nesta Portaria, bem como as regras previstas na Portaria MC nº 925, de 22 de agosto de 2014, salvo fato superveniente devidamente comprovado e assim considerado pela Administração Pública, estarão sujeitas às penalidades previstas na legislação pertinente à matéria.

Art. 11. Casos omissos serão decididos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, observado o disposto no §2° do artigo 4º.

Art. 12. Revoga-se a Portaria MCTIC nº 3.540, de 04 de julho de 2017, publicada no DOU de 05 de julho de 2017, a Portaria MCTIC nº 3.992, de 14 de julho de 2017, publicada no DOU de 18 de julho de 2017, e a Portaria MCTIC nº 6.053, de 13 de outubro de 2017, publicada no DOU de 16 de outubro de 2017.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

DECLARAÇÃO SOBRE UTILIZAÇÃO DE REDES DE FREQUÊNCIA ÚNICA (SFN - SINGLE FREQUENCY NETWORKS) PARA DESIGNAÇÃO DE CANAL VIRTUAL (RTVD)

Ao(À) Senhor(a) Secretário(a) de Radiodifusão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Assunto: Comprovação de utilização de redes de frequência única (SFN -Single Frequency Networks) para designação de canal virtual para retransmissoras de televisão digital.

Denominação da entidade:

Serviço:

Endereço da sede:

Localidade da outorga:

Canal digital:

Entidade cedente de programação atual:

Canal Virtual da emissora da qual faz reuso:

Estudo técnico comprovando a operação em Redes de Frequência Única (SFN):

Declaro, sob as penas da lei, que as informações prestadas são verdadeiras.

(local e data)

_____

Assinatura do representante legal da entidade

Nome do representante legal da entidade

CPF do representante legal da entidade

PORTARIA N° 720, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Aprova o Plano Nacional de Outorgas 2018/2019 para o serviço de radiodifusão comunitária

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, Parágrafo Único, inciso IV da Constituição Federal:

CONSIDERANDO a publicação da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, que dispõe sobre prazos no processo de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, e dá outras providências, o que acarretou no retorno à análise de centenas de processos intempestivos relativos à renovação de outorga do serviço de radiodifusão comunitária, sobrecarregando o setor responsável;

CONSIDERANDO a atual capacidade da equipe técnica, o princípio constitucional da eficiência, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, e o princípio da duração razoável do processo;

CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Outorgas vigente para o serviço de radiodifusão comunitária contemplava 1.414 municípios, entre os quais muitos não possuíam Cadastros de Demonstração de Interesse registrados pelas entidades locais;

CONSIDERANDO o significativo número de municípios cujos editais foram publicados, mas que não tiveram nenhum pedido para execução do serviço de radiodifusão comunitária protocolado; e

CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade de a Administração Pública adotar critérios objetivos para a escolha das localidades a serem contempladas nos editais de seleção pública; resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Nacional de Outorgas 2018/2019 para o serviço de radiodifusão comunitária, a ser publicado no sítio eletrônico do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, considerando apenas as manifestações registradas pelas entidades e órgãos representativos dos Povos e Comunidades Tradicionais e os municípios que possuem Cadastros de Demonstração de Interesse registrados pelas entidades locais.

Art. 2º Tornar sem efeito o Plano Nacional de Outorgas 2015/2016 para o serviço de radiodifusão comunitária, de sorte a não publicar os editais nele previstos, exceto aqueles publicados até esta data.

Art. 3º Revogar as Portarias nº 1.775 e 1.776, de 3 de maio de 2016, publicadas no Diário Oficial da União de 05 de maio de 2016, que aprovaram, respectivamente, o Plano Nacional de Outorgas 2017/2019 para o serviço de radiodifusão comunitária e o Plano Nacional de Outorgas 2016 para o serviço de radiodifusão comunitária para Povos e Comunidades Tradicionais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.735/SEI, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.003985/2002 e nº 53900.050256/2015-75, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 31 de julho de 2016, a autorização outorgada à RÁDIO COMUNIDADE PORCIÚNCULA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Porciúncula / RJ.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.839/SEI, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.007678/2014-93 e nº 53710.000687/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 2 de dezembro de 2013, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Mariana, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mariana / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.854/SEI, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53840.000540/1998 e nº 53900.041650/2015-12, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de novembro de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PADRE NESTOR, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Japoatã / SE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.040/SEI, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53790.000576/1999 e nº 53000.066606/2013-05, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de outubro de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO TÉCNICO EDUCACIONAL EQUIPE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Sapucaia do Sul / RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 7.224/SEI, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.028013/2014-70 e nº 53710.000575/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE MIRABELA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mirabela / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 808, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 53512.000085/2018-50. Expede autorização à EDP TRANSMISSAO S.A., CNPJ nº 04.705.039/0001-65, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 30 DE JANEIRO DE 2018

Expede autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à (ao):

Nº 725 - SISCOM TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP, CNPJ nº 01479100000105, processo nº 53504.018690/2017-03;
Nº 726 - GPS - PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02938798000142, processo nº 53504.011665/2017-91;

Nº 727 - CONDOMÍNIO E EDIFÍCIO RESIDENCIAL PEDRA BRANCA, CNPJ nº 65084006000130; processo nº 53504.015192/2017-09;
Nº 728 - ALVES & BATISTA ALARMES LTDA - ME, CNPJ nº 08308418000172, processo nº 53504.019204/2017-66

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 31 DE JANEIRO DE 2018

Expede autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à (ao):

Nº 766 - BROTHERS MERCHANDISE LTDA - ME, CNPJ nº 23193127000170, processo nº 53504.019104/2017-30;
Nº 767 - RIO SAPUCAÍ MIRIM ENERGIA LTDA., CNPJ nº 06308734000119, processo nº 53504.012498/2017-03;

Nº 768 - EMPRESA DE TRANSPORTES RODOJACTO LTDA, CNPJ nº 55065981000147, processo nº 53504.018872/2017-76;
Nº 769 - ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, CNPJ nº 46050951000176; processo nº 53504.018909/2017-66

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATOS DE 24 DE JANEIRO DE 2018

Extingue, por cassação, a(s) autorizações do Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, expedida(s) à(s) entidade(s) abaixo relacionada(s), tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no §5º, do art. 18, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001 e no parágrafo único, do art. 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

A relação de entidade(s) está na seguinte ordem: nome da entidade, CNPJ/CPF, número do Fistel, validade da autorização de radiofrequência.
PROCESSO Nº 53560.003237/2016-39:

Nº 480 - MARIA IEDA MACEDO, 00501450378, 10020306334, 28/01/2011; SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BOA VIAGEM, 07639503000150, 50010642102, 28/03/2011; AUTO SERVICE GUINCHO E REPAROS DE VEÍCULOS LTDA, 02910174000117, 50010654615, 20/04/2010; TELE ENTREGA SERVIÇOS LTDA, 63300578000183, 50010638687, 20/04/2011; QSP -QUALIDADE E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, 03352153000196, 50010855602, 27/04/2011; JAIME MOREIRA, 05362822349, 10020084927, 12/05/2011; COLÉGIO SANTO INÁCIO, 07265242000156, 10020311923, 24/06/2011; CEARÁ MARINE PILOTS - EMPRESA DE PRATICAGEM DO ESTADO DO CEARÁ LTDA, 02131523000100, 50011536705, 17/10/2011; INDÚSTRIA DE FRIO E PESCA S/A, 07287998000104, 50011546859, 22/10/2011; AGRÍCOLA CAJAZEIRA LTDA, 00474300000102, 50011533013, 12/12/2011; EVERARDO SAMPAIO GOMES DE MATOS,22330585349, 10020318502, 17/12/2011.

PROCESSO Nº 53560.003467/2016-06:

Nº 501 - ATALIBA DA FONSECA NOGUEIRA FILHO, 05105200497, 10020148240, 10/10/2011; COP DE ENERGIA E DESENVOLV RURAL DO VALE DO ASSU LTDA, 08008500000181, 50010458271, 21/01/2011; EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 00348003013360, 50000751618, 25/06/2011; FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES, 93617445853, 50011537353, 22/10/2011; FUNDAÇÃO MUNICIPAL E SAÚDE, 05522917000170, 19000115906, 05/12/2011; GOUVEIA SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA ME, 12761060000106, 50010910638, 11/10/2011; JOSÉ CARLOS HOLZ, 36859575034, 50011416300, 11/10/2011; ORGANIZAÇÃO FARMACÊUTICA IRMÃ DULCE LTDA, 02879565000892, 50011394145, 11/10/2011; POSTO FREI DAMIÃO LTDA, 08469819000104, 07020248993, 30/11/2011; SECRETARIA DE SEGURANÇA, 06553549000190, 50011400641, 12/12/2011; VERÍSSIMO & FILHOS LTDA, 08215212000106, 50000834157, 30/08/2011.

GILBERTO STUDAR GURGEL NETO
Gerente

ATOS DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Extingue, por cassação, a(s) autorizações do Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, expedida(s) à(s) entidade(s) abaixo relacionada(s), tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no §5º, do art. 18, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 259, de 19 de abril de 2001 e no parágrafo único, do art. 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

A relação de entidade(s) está na seguinte ordem: nome da entidade, CNPJ/CPF, número do Fistel, validade da autorização de radiofrequência.
PROCESSO Nº 53560.003468/2016-42:

Nº 651 - CACIQUE PNEUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, 11600541002463, 50013743830, 23/13/2013; F SOUTO INDÚSTRIA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO S/A, 08248940000106, 08248940000106, 50013124420, 13/03/2013; PARNAÍBA GÁS LTDA, 63520050000110, 50013770489, 10/11/2013; POLÍCIA CIVIL DO RIO GRANDE DO NORTE, 04238444000110, 50011260882, 21/01/2013; POTIGUAR ALIMENTOS DO MAR LTDA, 40796989000106, 50013277847, 28/05/2013; PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DE FREITAS, 06554786000175, 50013336100, 16/07/2013.

PROCESSO Nº 53560.003252/2016-87:

Nº 659 - GRANISTONE S/A, 35034537000157, 50014122006, 01/04/2014; CADP SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, 06193358000164, 50014183056, 27/05/2014; RESENDE COMÉRCIO E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA; 63382014000137, 50400867176, 14/06/2014; JOÃO EVARISTO GOMES, 04356748204, 50401204510, 30/07/2014; PH SEGURANÇA LTDA, 05141617000140, 50401390128, 31/08/2014.

GILBERTO STUDAR GURGEL NETO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

Nº 859 Autoriza TV OMEGA LTDA, CNPJ nº 02.131.538/0001-60, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 09/02/2018 a 10/02/2018.

Nº 860 Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 14/02/2018 a 21/02/2018.

Nº 863 Autoriza GABISOM SISTEMAS DE SOM E EQUIPAMENTOS MUSICAIS LTDA, CNPJ nº 54.482.328/0001-10, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 03/02/2018 a 18/02/2018.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A

DESPACHOS

Processo: Contrato C-1169/CB-259- Objeto: Aquisição parcelada dos Gases Dióxido de Carbono, Oxigênio, Nitrogênio e Argônio. Contratada: Air Products Brasil Ltda - CNPJ: 43.843.358/0001-99. Valor: R$ 50.430,00. Parecer Jurídico LOF-081/2017. Justificativas: Conforme informações constantes no processo de contratação o objeto em apreço serão utilizados nas obras do condensador de Angra III, nos cascos resistentes dos submarino/PROSUB e em outras obras em andamento e conforme justificativa apresentada pelo Gerente Geral de Materiais, o objeto da contratação está diretamente relacionada ao objeto social da NUCLEP. Considerando que a justificativa acima tem fundamento no Artigo 28, § 3º, I da Lei 13.303/2016, reconheço a licitação dispensada referente ao processo supracitado.

FERNANDO DE JESUS COUTINHO
Gerente Geral de Compras e Serviços

Em face do parecer favorável da Consultoria Jurídica sobre o assunto, ratifico a decisão do Gerente Geral de Compras e Serviços.

ROGÉRIO CORREIA BORGES
Diretor Industrial

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 145/SEI, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.003930/2018-73, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da OCAN COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de São Bento - MA, utilizando o canal n.º 235 (duzentos e trinta e cinco), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 1956/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 2.125/SEI, DE 4 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.055877/2017-13, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da EMISSORA SANTUÁRIO SERAFINENSE LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Serafina Corrêa-RS, utilizando o canal n.º 209 (duzentos e nove), classe A4, nos termos da Nota Técnica n.º 29562/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Cultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 17, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010 c/c o parágrafo segundo do art. 29 da Portaria nº 109, de 8 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Retificar o Anexo II da Portaria nº 112, de 6 de dezembro de 2017, no que tange à meta institucional da Coordenação-Geral de Infraestrutura Tecnológica da Subsecretaria de Gestão Estratégica - CGTEC/SGE, que passa a vigorar com a redação constante no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO

ANEXO I

METAS INSTITUCIONAIS - INTERMEDIÁRIAS				
Unidade de Avaliação	Meta Institucional	Indicador	Fórmula de Cálculo	Meta a atingir no exercício de 2017
Subsecretaria de Gestão Estratégica	Melhorar a satisfação do usuário de TI. (CGTEC).	Nota na Pesquisa anual de satisfação, com escala de 1 a 5.	Média das notas atribuídas pelos usuários na escala de 1 a 5.	Maior ou igual 4

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

PORTARIA Nº 147-E, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XII do artigo 13, do anexo I do Decreto n.º, 8.283, de 03 de julho de 2014, bem como o disposto no inciso III, do Artigo 17, do Regimento Interno da ANCINE e, considerando o disposto na Portaria ANCINE n.º 64 de 09 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1° - Divulgar a relação das empresas selecionadas e das suplentes, regularmente inscritas, para concessão do apoio financeiro à participação no evento "European Film Market", dentro do limite de vagas e dos critérios de elegibilidade dispostos no Anexo I ("Regulamento") da Portaria ANCINE n.º 64 de 09 de janeiro de 2018, conforme abaixo discriminado e obedecendo a ordem de pontuação segundo os critérios expostos no mesmo regulamento:

AÇÃO DE APOIO À PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA EM EVENTOS DE MERCADO E RODADAS DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS-2018 EUROPEAN FILM MARKET	
RELAÇÃO DAS EMPRESAS SELECIONADAS APTAS PARA CONCESSÃO DO APOIO FINANCEIRO	
1	Gullane Entretenimento SA
2	Buriti Filmes Ltda. - M.E.
3	Tv Zero Cinema Ltda
4	Filmes Mais Ltda.
5	Bananeira Filmes Ltda.
6	Mira Filmes Ltda. - ME
7	Daniela Gouveia Menegotto M.E
8	Besouro Filmes Ltda.
9	3 Tabela Filmes e Produções Artísticas Ltda.
10	Desvia Produções Artísticas e Audiovisuais Ltda.
11	Tardo Filmes Ltda. ME
12	Esquina Produções Artísticas Ltda.
13	Big Bonsai Brasilis Produções Artísticas Culturais e Cinematográficas Ltda.
14	Biônica Cinema e TV Ltda- ME
15	Bubbles Produções Artísticas Ltda.
RELAÇÃO DAS EMPRESAS SUPLENTES APTAS PARA CONCESSÃO DO APOIO FINANCEIRO	
1	Persona Non Grata Pictures - Produções e Projetos Cinematográficos Ltda.
2	Preta Portê Filmes e Produções Culturais Ltda.
3	Primo Filmes Ltda.
4	Realizart Produção Audiovisual Ltda.
5	Entre Filmes Produções Ltda- ME
6	Mendina de Morais Santos Produções Ltda.
7	FM Produções Ltda. EPP
8	Your Mama Produção de Filmes Ltda.
9	Refinaria Produções Ltda.
10	Trotoar - Produção de Serviços Audiovisuais Ltda. - ME
11	Querosene Produções Artísticas e Cinematográficas Ltda.
12	Dilúvio Filmes Produções Artísticas Ltda. - ME
13	Planetario Filmes Ltda.
14	Dezenove Som e Imagens Produções Ltda.
15	Sergio J. de Andrade

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIAN DE CASTRO

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PORTARIA Nº 27, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, em conformidade com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, §§ 1º e 2º do artigo 2º e § 4º do artigo 3º e Portaria Interna nº 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 228, de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, resolve:

Art. 1° REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 018 e CERTIFICAR que, conforme a declaração de autodefinição e o processo em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO:

1. COMUNIDADE SANTA LUZIA, localizada no município Jaíba/MG, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 018, Registro nº 2.567 fl.188 - Processo nº 01420.006005/2014-71.

ERIVALDO OLIVEIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 28, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, em conformidade com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, §§ 1º e 2º do artigo 2º e § 4º do artigo 3º e Portaria Interna nº 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 228, de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, resolve:

Art. 1° REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 018 e CERTIFICAR que, conforme a declaração de autodefinição e o processo em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO:

1.COMUNIDADE TEOTÔNIO GORUTUBA, localizada no município Gameleiras/MG, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 018, Registro nº 2.568 fl.189 - Processo nº 01420.009129/2014-17.

ERIVALDO OLIVEIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 30, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, em conformidade com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, §§ 1º e 2º do artigo 2º e § 4º do artigo 3º e Portaria Interna nº 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 228, de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, resolve:

Art. 1° REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 018 e CERTIFICAR que, conforme a declaração de autodefinição e o processo em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO:

1.COMUNIDADE LAGOINHA, localizada no município Berilo/MG, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 018, Registro nº 2.569 fl.190 - Processo nº 01420.002383/2017-29.

ERIVALDO OLIVEIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 31, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, em conformidade com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, §§ 1º e 2º do artigo 2º e § 4º do artigo 3º e Portaria Interna nº 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 228, de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, resolve:

Art. 1° REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 018 e CERTIFICAR que, conforme a declaração de autodefinição e o processo em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO:

1.COMUNIDADE IGARITÉ, localizada no município Barra/BA, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 018, Registro nº 2.575 fl.196 - Processo nº 01420.100207/2017-51.

ERIVALDO OLIVEIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 32, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, em conformidade com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, §§ 1º e 2º do artigo 2º e § 4º do artigo 3º e Portaria Interna nº 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 228, de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, resolve:

Art. 1° REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 018 e CERTIFICAR que, conforme a declaração de autodefinição e o processo em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO:

1. COMUNIDADE CORREGO DO SOSSEGO, localizada no município Guaçuí/ES, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 018, Registro nº 2.574 fl.195 - Processo nº 01420.100046/2018-87.

ERIVALDO OLIVEIRA DA SILVA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 89, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
164503 - Exposição de artes recicláveis 2017
Complementar Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 14.393.960/0001-73
Processo: 01400221605201668
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.108.404,15
Prazo de Captação: 08/02/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Exposição de artes recicláveis 2017 é uma exposição de obras feitas de materiais recicláveis que trará a importância da reciclagem em todos os seus aspectos. Os artistas apresentarão suas artes realizadas com produtos reciclados.

ANEXO II

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 26 , § 1º)
177737 - Cidade Criativa
Lucas Hungria Machado da Silveira 34131581809
CNPJ/CPF: 18.736.515/0001-10
Processo: 01400031559201798
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 660.765,00
Prazo de Captação: 08/02/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "Cidade Criativa"propõe a criação de bibliotecas a céu aberto, com espaço para leitura e troca de livros e experiências entre seus usuários. Serão criados parklets em grandes cidades brasileiras com toda a estrutura que uma biblioteca comunitária possui. O parklet é uma estrutura modular que tem a proposta de criar, de forma dinâmica, uma extensão do passeio público (calçada) através da apropriação de vagas de carro. Este espaço criado irá criar interação social, cultural e alternativa de lazer para a comunidade, oferecendo espaço seguro e adequado para leitura e convivência.

PORTARIA N° 90, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18, § 1º)
17 8290 - Festival Arte Nossa
MINAFRA PRODUÇÕES CULTURAIS LIMITADA
CNPJ/CPF: 11.039.355/0001-00
MG - Coronel Fabriciano
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
15 8690 - DançAção- Festival de dança de Sorocaba
Associação Sorocabana Pro-Dança
CNPJ/CPF: 21.532.896/0001-20
SP - Sorocaba
Período de captação: 01/04/2018 a 31/12/2018
17 8254 - Contando histórias na escola
FLAVIA ROCHA DE SOUZA 09502770706
CNPJ/CPF: 27.413.067/0001-04
RS - Capão da Canoa
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 7629 - MOVIMENTA UBERLÂNDIA
ISABELA BITTAR MANEIRA
CNPJ/CPF: 093.978.916-77
MG - Uberlândia
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
15 4203 - TEATRO VAI AOS BAIRROS - Festival de Teatro de
Feira de Santana/Ba - Edição 2016
FERRAMENTA CONSULTORIA E ASSESSORIA EM PROJETOS LTDA
CNPJ/CPF: 17.074.578/0001-95
BA - Maragogipe
Período de captação: 01/11/2017 a 31/12/2017
16 4721 - O NOVO REI DE BELELÉU (Circulação pelo Estado de São Paulo)
PAULO MARCOS FALCO DE BRITO PRODUCOES ARTISTICAS ME
CNPJ/CPF: 18.788.355/0001-52
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
15 6191 - O CACIQUE & a RAINHA
PLG PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 13.899.023/0001-21
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 9534 - Em Busca do Riso Perdido
ASSOCIACAO EXPRESSO ACAO
CNPJ/CPF: 08.450.130/0001-38
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18, § 1º)
16 4877 - SÉRIE SINFÔNICA COM CONVIDADOS, TEMPORADA 2017
Arte Viva Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 72.680.044/0001-10
SP - São Paulo
Período de captação: 01/02/2018 a 31/12/2018
16 2331 - Escola de Percussão Batucadas Brasileiras - Plano Anual
INSTITUTO SAMBA E SOLIDARIEDADE
CNPJ/CPF: 22.427.680/0001-67
RJ - Duque de Caxias
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
15 9679 - Sons e Ritmos de Bocaiúva
Associação Comun. de Comunicação Sócio-Cultural de Bocaiúva ACOMSOL
CNPJ/CPF: 02.485.879/0001-34
MG - Bocaiúva
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18, § 1º)
15 3879 - Biênio Simoneano: Atividades Artísticas e Culturais
BEATRIZ HELENA MIRANDA ARAUJO-ME
CNPJ/CPF: 02.579.785/0001-24
RS - Pelotas
Período de captação: 01/01/2018 a 31/10/2018
17 8540 - CIRCUITO EXPOSIÇÃO DE ARTES - 4 EDIÇÃO
Elaine Machado de Lima Soares
CNPJ/CPF: 763.918.686-20
MG - Contagem
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
16 0399 - ARTE E CIÊNCIA SOBRE RODAS 2016-2018
SOCIEDADE DE PROMOCAO DA CASA DE OSWALDO CRUZ
CNPJ/CPF: 31.157.860/0001-67
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/07/2018 a 31/12/2018
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18, § 1º)
16 0641 - Livro Cartas de Areia | José Rufino
ASSOCIAÇÃO DE PATRONATO CONTEMPORANEO - APC
CNPJ/CPF: 13.601.763/0001-30
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
15 11230 - COLEÇÃO CONTOS DE BOLSO
Editora Peixoto Neto Ltda.
CNPJ/CPF: 03.302.112/0001-95
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
16 1193 - TRILHOS (Nome provisório)
MARIANA DURÃES CANET
CNPJ/CPF: 005.158.609-64
PR - Curitiba
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
15 1349 - Lançamento do livro Caminhos Geraes
Murilo Spinelli Pinto
CNPJ/CPF: 236.277.786-34
MG - Juiz de Fora
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
16 2683 - Algodão de Bolinha
Paulo Renato Coelho Netto
CNPJ/CPF: 337.720.021-53
MS - Campo Grande
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 8355 - Diferente(s): três histórias para a infância - Publicação e circulação
RODOLFO LEPRE LEMOS LANCONI
CNPJ/CPF: 056.967.389-58
SC - Itajaí
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018

PORTARIA Nº 91, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1 º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
176485 - De Repente de Lá Pra Cá e Dirrepente Daqui Pra LáCarnaval 2018.gremio recreativo escola de samba portela
CNPJ/CPF: 42.255.075/0001-63
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 13.910,00
Valor total atual: R$ 1.462.155,00

PORTARIA N° 92, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016, o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e o art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram suas prestações de contas APROVADAS(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, no art. 87 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013 e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, conforme ANEXO I.

Art. 2º - Informar que, nos termos do art. 83 da Instrução Normativa MinC nº 01, de 2013, cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de dez anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 3º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram suas prestações de contas APROVADAS COM RESSALVAS no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, no art. 88 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013 e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, conforme ANEXO II.

Art. 4 - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram suas prestações de contas REPROVADAS no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no §1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e nos art.43 e art. 44 da Portaria 46, de 13 de março de 1998, conforme ANEXO III.

Art 5º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CPF/CNJP	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
02-3446	Dicionário de Biografias	Contraponto Editora Ltda.	31.885.932/0001-92	Tornar acessível à obra ao leitor brasileiro adequando-a às dimensões do mercado editorial.Edição de 04 volumes do Dicionário de Biografias que será composto por cerca de trezentos ensaios biográficos mais importantes da cultura mundial, pretendendo traduzi-los e apresenta-los na íntegra.	R$ 436.055,25	R$ 218.800,00
06-8174	40 Concertos no interior	Loraine Maria Ferla Balen Tatto	061.453.100-49	O projeto tem por objetivo oportunizar o acesso a cultura a municípios do interior no Estado do Paraná, realizando concertos de piano e música erudita brasileira.	R$ 94.909,29	R$ 70.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

03-4648	Romi - Isetta : O Primeiro Automóvel Brasileiro	DBA Dórea Books and Artes Gráficas Ltda.	38.815.841/0001-20	Trata-se de um livro de arte sobre a história do Romi-Isetta, o pioneiro automóvel construído no brasil, em 1956, durante os chamados "anos dourados", quando Juscelino Kubitschek era o Presidente da República e o país viva um forte clima de otimismo e progresso em todas as áreas da vida brasileira.	R$ 301.516,87	R$ 301.516,87
08-9370	Sérgio Bernardes - Reinvenção da Arquitetura	ARTVIVA EDITORA COMERCIALIZACAO E DISTRIBUICAO DE LIVROS LTDA. - ME	07.578.256/0001-20	Edição bilíngue do livro Sérgio Bernardes - Reinvenção da Arquitetura, que conterá ensaios que examinarão todas as facetas do arquiteto.	R$ 281.556,00	R$ 235.000,00
08-5769	Liberdade e desenvolvimento e suas implicações sociais e culturais XXII Fórum da liberdade.	INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS	90.090.432/0001-23	Organização do Fórum da Liberdade com palestras e debates sobre o tema liberdade e desenvolvimento no mundo atual. Após o evento será editado um livro com os textos produzidos por personalidades dos meios acadêmicos, cultural e empresarial que participarão do projeto.	R$ 506.307,00	R$ 300.000,00
07-6697	Galeria da FAV: Percurso e Reflexões	Carla Luzia de Abreu	409.211.311-00	Edição de livro com imagens de coleções do acervo da Galeria da Faculdade de Artes Visuais da UFG, que contempla a arte contemporânea, textos de críticos de arte, arte-educadores e artistas. Acompanhará o livro um encarte com CD-rom, no qual serão apresentadas de forma detalhada, a história da Galeria.	R$ 125.389,00	R$ 125.389,00
06-1099	Ação Educativa para a Exposição Por Ti América	MANUFATURA DE ARTE PROJETOS CULTURAIS S/S LIMITADA	06.023.169/0001-43	O projeto tem como objetivo desenvolver ação arte-educativa composta de monitoria e oficinas para Exposição Por ti América e desenvolver um instrumento (peça gráfica) de apoio à leitura das obras de arte. Serão recebidos alunos da rede de ensino oficial e privado, pessoas portadoras de necessidades especiais, menores de rua e público em geral visando mediar a leitura das obras de arte na Mostra que será apresentada no Centro Cultural Banco do Brasil / São Paulo	R$ 167.500,00	R$ 141.117,00
05-0213	Livro Uma História dos Negócios no Rio de Janeiro	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN	42.422.212/0001-07	Publicação de livro com tiragem de 2000 exemplares que descreverá o transcorrer dos negócios em todo o território do Estado do Rio de Janeiro.	R$ 253.325,40	R$ 157.331,00
07-8350	Pocket Trilhas no CCBB	ECHO PROMOCOES ARTISTICAS LTDA - ME	59.393.421/0001-72	Série de 4 espetáculos em forma de pocket show dedicados aos grandes criadores de trilhas sonoras para o cinema. Terão duração de 60 minutos com projeção de cenas antológicas de filmes.	R$ 242.750,00	R$ 190.000,00
09-0131	O Círculo Veloso-Guerra e Darius Milhaud no Brasil: Modernismo musical no Rio de Janeiro antes da Semana.	RELER EDITORA LTDA	04.649.479/0001-42	Publicar o Círculo Veloso-Guerra e Darius Milhaud no Brasil: Modernismo musical no Rio de Janeiro antes da Semana de 22, de autoria de Manoel Aranha Correa do Lago. A importância desta tese reside no ineditismo de sua documentação sobre a música de concerto no Rio de Janeiro no início do século XX e porque preenche importantes lacunas na biografia de Villa-Lobos e sua interação com Darius Milhaud.	R$ 135.498,00	R$ 85.500,00

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CPF/CNPJ	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
05-7078	Temporada Artplex de Teatro e Dança	Artplex Entretenimento Ltda.	04.052.441/0001-98	A Temporada tem o objetivo de fomentar o universo das artes cênicas na região metropolitana do Recife. Contemplará espetáculos de teatro e dança. Será realizada no Teatro Artplex no período de 4 meses.	R$ 787.516,40	R$ 700.000,00
06-5335	Por um Fio	ASSOCIAÇÃO DO PACO DAS ARTES FRANCISCO MATARAZZO SOBRINHO	71.929.889/0001-34	Realização da exposição itinerante "Por um Fio", curadoria de Vitória Daniela Bousso, com 11 artistas brasileiros contemporâneos, no Centro Cultural da CPFL Energia S/A, na Chácara Primaver, na cidade de Campinas e no Paço das Artes, Cidade Universitária-Butantã.	R$ 504.668,00	R$ 433.840,00
06-6882	Video Games Live	DVD MASTER PRODUÇÕES LTDA	03.978.241/0001-06	Espetáculo de luz, vídeo, música e efeitos sonoros. O evento projeta imagens reais de games em um telão e, com estes vídeos é conduzido em sincronia, combinando música sinfônica, canto lírico, tecnologia digital, luzes, além de atores que entrarão em cena interpretando alguns personagens principais dos jogos mais famosos durante momentos estratégicos do show.	R$ 580.172,45	R$ 358.002,00
05-6494	Graphic	VIGOR MORTIS PRODUCOES ARTISTICAS LTDA	05.980.535/0001-90	O projeto tem por objetivo encenar um espetáculo teatral que integre investigações não apenas de potenciais de encenação dramática, mas também o uso, de forma fluída e orgânica, de imagens, de histórias em quadrinhos e projeções multimídia. Será produzido material gráfico complementar ao espetáculo que será também o produto de obras usadas em uma exposição no saguão dos teatros por onde o espetáculo for apresentado.	R$ 532.175,40	R$ 205.000,00
06-7653	Coral Viva Voz - Atividades 2007	Associação Coral Viva Voz	03.141.986/0001-08	O objetivo do projeto Coral Viva Voz, visa a manutenção de uma série de atividades do coro, que serão desenvolvidas por ensaios, aula técnica vocal, teoria musical, oficinas, participação em encontro de corais da região e de outras localidades, realização de apresentações, no 5° Encontro Regional de Corais Infanto-Juvenis do Vale do Aço.	R$ 212.960,00	R$ 92.592,00
05-0441	Por Elise	PAULO HENRIQUE ALVES DE AZEVEDO	036.258.286-69	Este projeto tem o objetivo de realizar a circulação do espetáculo teatral "Por Elise", escrito e dirigido por Grace Passô e realizado pelo grupo teatral Espanca!, em cinco capitais brasileiras: Fortaleza, Natal, Recife, Salvador e Distrito Federal . Serão cinco dias em cada cidade em um total de 25 dias de viagem, com uma equipe de oito pessoas (cinco atores, dois técnicos e um produtor).	R$ 170.895,10	R$ 70.000,00

ANEXO III

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CPF/CNPJ	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO	VALOR NOMINAL A SER RESTITUIDO AO FNC
06-8433	Pequeno Príncipe - Rio de Janeiro e Turnê (O)	Luana Piovani Produções Artísticas e Licenciamentos Ltda.	66.517.905/0002-22	Realizar apresentações do espetáculo O Pequeno Príncipe, texto de Antoine de Saint-Exupéry e direção de João Falcão, no Teatro Tom Brasil no Rio de Janeiro e circulação por 17 cidades brasileiras.	R$ 1.944.658,00	R$ 747.000,00	R$ 747.000,00
04-1915	Banda Sinfônica Apresenta	Associação dos Amigos do Centro de Estudos Musicais Tom Jobim	03.758.906/0001-68	Tem por objetivo a realização de sete apresentações da Banda Sinfônica com convidados, que serão solistas ou grupos de música instrumental. Compreende sete concertos a ser realizado no Teatro Sérgio Cardoso, na cidade de São Paulo. Considerando os ensaios gerais abertos poderá haver uma plateia total para a temporada de 12.068 pessoas.	R$ 598.392,76	R$ 132.000,00	R$ 132.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO

PORTARIA Nº 21, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

O Diretor do Campus Ministro Reis Velloso, da Universidade Federal do Piauí, no uso de suas atribuições legais e, considerando:

- o Edital nº001/2018 - Campus Ministro Reis Velloso, de 04 de janeiro de 2018, publicado no D.O.U. de 09 de janeiro de 2018;

- o Processo nº 23111.030313/17-97 e as Leis: nºs 8.745/93; 9.849/99; e 10.667/03, publicadas em 10/12/93; 27/10/99 e 15/05/03, respectivamente, resolve:

- Homologar o resultado final do Processo Seletivo, para a contratação de Professor substituto, Classe Auxiliar, Nível I, em regime de Tempo Integral - TI-40, com lotação no Curso de Ciências Contábeis do "CMRV", na cidade de Parnaíba/PI, da forma como segue:

Habilitando os candidatos: RITA DE CÁSSIA DE SOUSA AGUIAR (1ª colocada), NIVIANNE LIMA DOS SANTOS ARAÚJO (2ª colocada), BRUNNA SILVA SOUZA (3ª colocada), ERASMO RANCHEL MONTE COELHO (4º colocado), JULIANO MEDEIROS DE ARAÚJO (5º colocado), FERNANDA SILVA DOS SANTOS (6ª colocada), FRANCISCO PEREIRA DUTRA JÚNIOR (7º colocado), LEANDRO SILVA FORTES (8º colocado), DIEGO PORTELA FREITAS (9º colocado) e MONIKELLY GOMES DE OLIVEIRA (10ª colocada), classificando as duas primeiras para contratação.

ALEXANDRO MARINHO OLIVEIRA

PORTARIA Nº 21, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

O Diretor do Campus Ministro Reis Velloso, da Universidade Federal do Piauí, no uso de suas atribuições legais e, considerando:

- o Edital nº001/2018 - Campus Ministro Reis Velloso, de 04 de janeiro de 2018, publicado no D.O.U. de 09 de janeiro de 2018;

- o Processo nº 23111.030312/17-42 e as Leis: nºs 8.745/93; 9.849/99; e 10.667/03, publicadas em 10/12/93; 27/10/99 e 15/05/03, respectivamente, resolve:

- Homologar o resultado final do processo Seletivo, para a contratação de Professor substituto, Classe Auxiliar, Nível I, em regime de Tempo Integral - TI-40, com lotação no Curso de Ciências Contábeis do "CMRV", na cidade de Parnaíba/PI, da forma como segue:

Habilitando os candidatos: BRUNA OLIVEIRA FERNANDES (1ª colocada), PEDRITA DIAS COSTA (2ª colocada), GRAZIELA DE MORAES RUBIM FILGUEIRAS (3ª colocada), MARCELA DE PAIVA LAURENTINO (4ª colocada), TATIANA MENDES CALDAS CASTELO BRANCO (5ª colocada) e LISANDRO SANTOS DE SOUSA (6º colocado), classificando as duas primeiras para contratação.

ALEXANDRO MARINHO OLIVEIRA

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 88, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre os coeficientes de distribuição e a estimativa anual de repasses das quotas estaduais e municipais do salário-educação a vigorar no exercício de 2018, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 15, inciso V, Anexo I, do Decreto n.º 9.007, de 20 de março de 2017, e considerando o disposto no Decreto nº 6.003, de 28 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º Divulgar a estimativa anual de repasses e os respectivos coeficientes de distribuição das quotas estaduais e municipais do salário-educação, a vigorar no exercício de 2018.

§ 1º Os coeficientes de distribuição a que se refere o caput deste artigo foram obtidos a partir da divisão do número de alunos da Educação Básica Pública, urbana e rural, das redes estaduais, distrital e municipais de ensino, pelo total de matrículas do mesmo segmento de ensino, consolidado no âmbito da respectiva Unidade Federada, apurados no Censo Escolar de 2017, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação - INEP/MEC, nos seguintes níveis e modalidades:

I. Educação Infantil;

II. Ensino Fundamental regular de 8 e de 9 anos;

III. Ensino Médio regular;

IV. Ensino Médio Integrado;

V. Educação Especial;

VI. Educação de Jovens e Adultos presencial, com avaliação no processo;

VII. Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional de Nível Médio e Fundamental, presencial, com avaliação no processo.

§ 2º Os valores da estimativa anual de repasses para os governos estaduais, distrital e municipais, conforme Anexo I, foram calculados com base na previsão da arrecadação da contribuição social do salário-educação, podendo haver alteração ao longo do presente exercício, a depender da arrecadação a ser efetivamente realizada em cada Unidade da Federação.

Art. 2º As quotas estaduais e municipais do salário-educação correspondem a dois terços de 90% (noventa por cento) da arrecadação apurada em cada Unidade da Federação, após dedução da retribuição a que se refere o § 1º, art. 3º da Lei nº 11.457/2007, combinado com o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 9.766/1998, observado o disposto no § 1º, art. 9º do Decreto nº 6.003/2006.

Art. 3º Os coeficientes e o valor estimado das quotas estaduais e municipais do salário-educação, por estado, Distrito Federal e município, serão divulgados no Sítio do FNDE na Internet, no endereço www.fnde.gov.br.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO DE SOUSA PINHEIRO

UF	GOVERNOS: ESTADUAL E MUNICIPAL	Quantidade de alunos matriculados no Ensino Básico Público									
		Censo - 2017									
		TOTAL	EDUCAÇÃO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR 8 ANOS	ENSINO MÉDIO REGULAR	ENSINO MÉDIO INTEGRADO	EDUCAÇÃO ESPECIAL	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PRESENCIAL	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, PRESENCIAL, INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO	COEFICIENTES	VALOR DA ESTIMATIVA
BR	TOTAL BRASIL	38.419.241	6.141.301	22.688.615	6.410.160	157.149	43.675	2.943.316	35.025	1	13.014.995.369,01
BR	REDE ESTADUAL	15.388.132	56.125	7.156.909	6.375.178	150.277	13.897	1.604.867	30.879	0,400531911	5.792.672.148,22
BR	REDE MUNICIPAL	23.031.109	6.085.176	15.531.706	34.982	6.872	29.778	1.338.449	4.146	0,599468089	7.222.323.220,79
AC	TOTAL UF	269.370	35.649	152.128	37.093	327		44.044	129	1	18.086.139,83
AC	REDE ESTADUAL	170.391	424	93.530	37.093	327		38.888	129	0,632553737	11.440.455,33
AC	REDE MUNICIPAL	98.979	35.225	58.598				5.156		0,367446264	6.645.684,50
AL	TOTAL UF	720.168	96.726	417.918	92.067	854	140	112.463		1	62.775.526,19
AL	REDE ESTADUAL	179.125	377	53.533	92.067	854		32.294		0,248726686	15.613.948,59
AL	REDE MUNICIPAL	541.043	96.349	364.385			140	80.169		0,751273314	47.161.577,60
AM	TOTAL UF	1.058.084	126.806	660.875	186.467	525	1.875	81.426	110	1	132.570.172,57
AM	REDE ESTADUAL	457.095		235.033	186.108	525	254	35.175		0,432002563	57.270.654,34
AM	REDE MUNICIPAL	600.989	126.806	425.842	359		1.621	46.251	110	0,567997437	75.299.518,23
AP	TOTAL UF	198.529	20.299	123.545	32.311	704	179	21.491		1	13.175.060,07
AP	REDE ESTADUAL	122.760	342	72.551	32.311	704	179	16.673		0,618347949	8.146.771,37
AP	REDE MUNICIPAL	75.769	19.957	50.994				4.818		0,381652051	5.028.288,70
BA	TOTAL UF	2.968.175	401.992	1.745.452	465.290	732	1.204	337.204	16.301	1	428.131.195,99
BA	REDE ESTADUAL	795.413	919	185.066	461.702	112	39	131.330	16.245	0,267980493	114.730.809,00
BA	REDE MUNICIPAL	2.172.762	401.073	1.560.386	3.588	620	1.165	205.874	56	0,732019507	313.400.386,99
CE	TOTAL UF	1.639.482	290.810	970.303	279.391	280	1.171	96.002	1.525	1	282.631.179,42
CE	REDE ESTADUAL	328.834	993	28.332	279.391	280	572	19.136	130	0,200571888	56.687.869,25
CE	REDE MUNICIPAL	1.310.648	289.817	941.971			599	76.866	1.395	0,799428112	225.943.310,17
DF	TOTAL UF	450.956	42.059	278.688	79.220	1.109	2.768	47.014	98	1	390.294.637,79
DF	REDE ESTADUAL	450.956	42.059	278.688	79.220	1.109	2.768	47.014	98	1	390.294.637,79
ES	TOTAL UF	746.580	155.420	441.010	95.856	545		53.740	9	1	203.439.127,47
ES	REDE ESTADUAL	239.928		108.480	95.856	545		35.038	9	0,321369445	65.379.119,42
ES	REDE MUNICIPAL	506.652	155.420	332.530				18.702		0,678630555	138.060.008,05
GO	TOTAL UF	1.138.595	169.914	710.664	184.581	132	1.041	72.119	144	1	368.099.796,19
GO	REDE ESTADUAL	476.600		242.941	183.911	132	235	49.237	144	0,418586064	154.081.445,00
GO	REDE MUNICIPAL	661.995	169.914	467.723	670		806	22.882		0,581413936	214.018.351,19
MA	TOTAL UF	1.807.582	280.963	1.074.991	287.559	1.252	838	161.794	185	1	118.686.325,32
MA	REDE ESTADUAL	352.772	154	40.350	286.540	40	201	25.487		0,195162377	23.163.105,38
MA	REDE MUNICIPAL	1.454.810	280.809	1.034.641	1.019	1.212	637	136.307	185	0,804837623	95.523.219,94
MG	TOTAL UF	3.762.349	561.384	2.234.744	715.587	33.376	3.734	213.477	47	1	1.065.388.566,89
MG	REDE ESTADUAL	2.000.539	531	1.099.619	709.907	33.014	2.494	154.974		0,531726057	566.494.862,18
MG	REDE MUNICIPAL	1.761.810	560.853	1.135.125	5.680	362	1.240	58.503	47	0,468273943	498.893.704,71

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MS	TOTAL UF	587.602	103.850	357.375	81.098	1.310	55	43.877	37	1	137.239.776,72
MS	REDE ESTADUAL	247.572	449	135.009	81.052	1.310	17	29.735		0,421326	57.822.686,11
MS	REDE MUNICIPAL	340.030	103.401	222.366	46		38	14.142	37	0,578674	79.417.090,61
MT	TOTAL UF	736.583	138.384	407.004	120.964	1.275	680	68.105	171	1	173.793.587,89
MT	REDE ESTADUAL	378.906	564	191.891	120.964	1.081	594	63.641	171	0,51441046	89.401.239,53
MT	REDE MUNICIPAL	357.677	137.820	215.113		194	86	4.464		0,48558954	84.392.348,36
PA	TOTAL UF	2.082.446	268.264	1.325.544	315.478	218	349	171.044	1.549	1	197.525.782,71
PA	REDE ESTADUAL	579.524	44	191.871	315.478	218	117	70.645	1.151	0,278290049	54.969.459,81
PA	REDE MUNICIPAL	1.502.922	268.220	1.133.673			232	100.399	398	0,721709951	142.556.322,90
PB	TOTAL UF	784.877	104.735	452.864	110.394	1.557	195	113.950	1.182	1	85.590.038,29
PB	REDE ESTADUAL	278.429	159	111.265	110.137	1.192	78	54.619	979	0,354742208	30.362.399,17
PB	REDE MUNICIPAL	506.448	104.576	341.599	257	365	117	59.331	203	0,645257792	55.227.639,12
PE	TOTAL UF	1.693.844	198.751	1.010.302	290.089	4.674	3.124	183.015	3.889	1	297.923.108,51
PE	REDE ESTADUAL	550.867	2.168	165.158	289.714	4.554	1.592	84.160	3.521	0,32521708	96.889.683,47
PE	REDE MUNICIPAL	1.142.977	196.583	845.144	375	120	1.532	98.855	368	0,67478292	201.033.425,04
PI	TOTAL UF	835.402	116.771	421.993	105.305	16.013		168.467	6.853	1	73.814.966,42
PI	REDE ESTADUAL	289.366		41.124	105.076	16.013		120.722	6.431	0,346379348	25.567.979,93
PI	REDE MUNICIPAL	546.036	116.771	380.869	229			47.745	422	0,653620652	48.246.986,49
PR	TOTAL UF	2.078.430	360.082	1.224.143	332.745	16.080	7.612	137.565	203	1	775.908.362,49
PR	REDE ESTADUAL	1.030.887	939	555.944	332.745	16.080	334	124.642	203	0,495993129	384.845.216,86
PR	REDE MUNICIPAL	1.047.543	359.143	668.199			7.278	12.923		0,504006871	391.063.145,63
RJ	TOTAL UF	2.334.848	364.464	1.387.987	397.999	20.850	8.074	155.217	257	1	1.440.292.654,39
RJ	REDE ESTADUAL	647.202	224	169.305	393.777	20.332	293	63.159	112	0,277192348	399.238.103,08
RJ	REDE MUNICIPAL	1.687.646	364.240	1.218.682	4.222	518	7.781	92.058	145	0,722807652	1.041.054.551,31
RN	TOTAL UF	645.375	107.975	376.789	94.961	320		64.314	1.016	1	92.042.606,61
RN	REDE ESTADUAL	228.040		102.422	94.961	320		29.336	1.001	0,353344955	32.522.790,64
RN	REDE MUNICIPAL	417.335	107.975	274.367				34.978	15	0,646655046	59.519.815,97
RO	TOTAL UF	380.129	42.529	251.200	52.519	117	157	33.607		1	50.743.376,46
RO	REDE ESTADUAL	195.914	967	115.761	52.519	117	132	26.418		0,515388197	26.152.537,31
RO	REDE MUNICIPAL	184.215	41.562	135.439			25	7.189		0,484611803	24.590.839,15
RR	TOTAL UF	135.140	20.400	85.687	19.063	394		9.596		1	11.861.222,64
RR	REDE ESTADUAL	71.474		43.062	19.063	394		8.955		0,52888856	6.273.264,96
RR	REDE MUNICIPAL	63.666	20.400	42.625				641		0,47111144	5.587.957,68
RS	TOTAL UF	1.841.604	284.891	1.152.627	277.873	12.863	3.130	110.195	25	1	753.363.546,32
RS	REDE ESTADUAL	876.931	3.370	512.599	274.044	12.394	1.567	72.957		0,476177832	358.735.020,14
RS	REDE MUNICIPAL	964.673	281.521	640.028	3.829	469	1.563	37.238	25	0,523822168	394.628.526,18
SC	TOTAL UF	1.252.284	289.957	736.880	170.838	6.716	17	47.876		1	589.409.546,29
SC	REDE ESTADUAL	503.818	92	294.151	170.066	6.716	1	32.792		0,402319282	237.130.825,59
SC	REDE MUNICIPAL	748.466	289.865	442.729	772		16	15.084		0,597680718	352.278.720,70
SE	TOTAL UF	419.662	56.563	259.194	63.117	13	244	40.214	317	1	68.188.706,27
SE	REDE ESTADUAL	152.360		72.791	63.117	13	199	15.923	317	0,363054077	24.756.187,81
SE	REDE MUNICIPAL	267.302	56.563	186.403			45	24.291		0,636945923	43.432.518,46
SP	TOTAL UF	7.496.110	1.447.612	4.201.757	1.466.556	34.773	4.954	339.550	908	1	5.145.765.099,03
SP	REDE ESTADUAL	3.623.838	1.350	1.927.221	1.452.620	31.761	115	210.603	168	0,483429139	2.487.612.789,16
SP	REDE MUNICIPAL	3.872.272	1.446.262	2.274.536	13.936	3.012	4.839	128.947	740	0,516570861	2.658.152.309,87
TO	TOTAL UF	355.035	54.051	226.951	55.739	140	2.134	15.950	70	1	38.255.260,24
TO	REDE ESTADUAL	158.591		89.212	55.739	140	2.116	11.314	70	0,446691171	17.088.287,00
TO	REDE MUNICIPAL	196.444	54.051	137.739			18	4.636		0,553308829	21.166.973,24

PORTARIA Nº 95, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre a competência delegada ao FNDE para editar ato normativo para regulamentar a contratação, pelo estudante financiado, de seguro prestamista.

O PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 15 do Anexo I do Decreto nº 9.007, de 20 de março de 2017, publicado no DOU de 21 de março de 2017, e

CONSIDERANDO o que prevê o art. 6º-D da lei nº 10.260, de 2001, que estabelece que nos casos de falecimento ou invalidez permanente do estudante financiado pelo Fies, o saldo devedor será absorvido por seguro prestamista obrigatório, a ser contratado pelo estudante logo após a assinatura do contrato de financiamento do Fies;;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 17, de 30 de Janeiro de 2018, que autoriza o FNDE a editar ato normativo para regulamentar a contratação, pelo estudante financiado, de seguro prestamista;

CONSIDERANDO o disposto da Portaria n.º 80, de 1º de Fevereiro de 2018, que delega ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE a competência para gerir os ativos e passivos do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, resolve:

Art. 1º A competência delegada ao FNDE nos termos do art. 1º da Resolução n.º 17, de 30 de janeiro de 2018, do Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil - CG-FIES, será exercida através da publicação de ato administrativo que tenha a finalidade de habilitar seguradoras para ofertarem apólices de seguro para garantir a quitação do saldo devedor do contrato de financiamento concedido por meio do FIES, nos caso de morte ou invalidez permanente do estudante financiado.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

SILVIO DE SOUSA PINHEIRO

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 94, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBÉRIO DE SOUZA TAVARES

ANEXO
(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201500956	PSICOLOGIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA ITAJUBÁ, 673, BAIRRO PORTÃO, CURITIBA/PR
2.	201601564	ENFERMAGEM (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINASSAU PETROLINA	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA CORONEL CLEMENTINO COELHO, 714, ATRÁS DA BANCA, PETROLINA/PE
3.	201602000	PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE SOCIESC	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA	RUA SALVATINA FELICIANA DOS SANTOS, 525, ITACORUBI, FLORIANÓPOLIS/SC

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4.	201602372	PRODUÇÃO DE CACAU E CHOCOLATE (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE MADRE THAIS	SOCIEDADE EDUCACIONAL SUL BAHIANA LTDA - EPP	AVENIDA ITABUNA, 1491, CENTRO COMERCIAL GABRIELA CENTER, CENTRO, ILHÉUS/BA
5.	201603110	ENGENHARIA DE ALIMENTOS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE METROPOLITANA	UNNESA - UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZONIA OCIDENTAL S/C LTDA - EPP	RUA ARARAS, 241, JARDIM ELDORADO, PORTO VELHO/RO
6.	201606608	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PITÁGORAS DE IPATINGA	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	AVENIDA CARLOS CHAGAS, 789, CIDADE NOBRE, IPATINGA/MG
7.	201606623	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PARAÍSO DO CEARÁ	FIUSA EDUCACIONAL S/SIMPLES LTDA - EPP	RUA SÃO BENEDITO, 344, SÃO MIGUEL, JUAZEIRO DO NORTE/CE
8.	201607283	ARTES VISUAIS (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE CESUMAR DE LONDRINA	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	AVENIDA SANTA MÔNICA, 450, - ATÉ 701/702, FRANCA, LONDRINA/PR
9.	201608174	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DOCTUM DA SERRA	INSTITUTO ENSINAR BRASIL	RUA 1 D, 80, CIVIT II, SERRA/ES
10.	201608403	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	114 (cento e quatorze)	FACULDADE UNA DE UBERLÂNDIA	INSTITUTO POLITECNICO DE ENSINO LTDA.	ALAMEDA PAULINA MARGONARI, 59, JARDIM KARAÍBA, UBERLÂNDIA/MG
11.	201608506	GASTRONOMIA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE UNIRB - MOSSORÓ	SOCIEDADE EDUCACIONAL MATER CHRISTI LTDA	AVENIDA FRANCISCO MOTA, 3310, PRESIDENTE COSTA E SILVA, MOSSORÓ/RN
12.	201701422	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE IMPERATRIZ	A. REGIAO TOCANTINA DE EDUCACAO E CULTURA LTDA.	AVENIDA PRUDENTE DE MORAIS, S/N, RESIDENCIAL KUBITSCHEK, IMPERATRIZ/MA
13.	201702401	JORNALISMO (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI	5ª AVENIDA, 1.100, - , MUNICÍPIOS, BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC
14.	201702403	FOTOGRAFIA (Tecnológico)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI	5ª AVENIDA, 1.100, - , MUNICÍPIOS, BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC
15.	201702465	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÃO LUÍS	UB UNISAOLUIS EDUCACIONAL S.A	RUA GRANDE / OSWALDO CRUZ, 1455, DIAMANTE, SÃO LUÍS/MA
16.	201702877	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE SANTÍSSIMO SACRAMENTO	ASSOCIACAO EDUCATIVA E CULTURAL MARIA EMILIA	RUA MARECHAL DEODORO, 118, CENTRO, ALAGOINHAS/BA
17.	201712000	FARMÁCIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	RUA ALAMEDA JOÃO DAL SASSO, 800, UNIVERSITÁRIO, BENTO GONÇALVES/RS
18.	201712001	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	RUA ALAMEDA JOÃO DAL SASSO, 800, UNIVERSITÁRIO, BENTO GONÇALVES/RS
19.	201712002	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	RUA ALAMEDA JOÃO DAL SASSO, 800, UNIVERSITÁRIO, BENTO GONÇALVES/RS
20.	201712127	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ESTÁCIO DE CASTANHAL	FACULDADES INTEGRADAS DE CASTANHAL LTDA - EPP	RODOVIA BR 316 KM 60, S/N, APEÚ, CASTANHAL/PA
21.	201712142	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÃO LUÍS	UB UNISAOLUIS EDUCACIONAL S.A	RUA GRANDE / OSWALDO CRUZ, 1455, DIAMANTE, SÃO LUÍS/MA
22.	201712263	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE INTEGRADA METROPOLITANA DE CAMPINAS	GRUPO IBMEC EDUCACIONAL S.A	RUA DOUTOR SALLES DE OLIVEIRA , 1.661, VILA INDUSTRIAL, CAMPINAS/SP
23.	201712265	JOGOS DIGITAIS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE INTEGRADA METROPOLITANA DE CAMPINAS	GRUPO IBMEC EDUCACIONAL S.A	RUA DOUTOR SALLES DE OLIVEIRA , 1.661, VILA INDUSTRIAL, CAMPINAS/SP
24.	201712266	GASTRONOMIA (Tecnológico)	180 (cento e oitenta)	UNIVERSIDADE POTIGUAR	APEC - SOCIEDADE POTIGUAR DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	RUA JOÃO DA ESCÓCIA, 1.561, NOVA BETÂNIA, MOSSORÓ/RN
25.	201712267	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE INTEGRAL DIFERENCIAL	INTEGRAL - GRUPO DE ENSINO SUPERIOR DO PIAUI S/C LTDA	RUA VETERINÁRIO BUGYJA BRITO, 1354, HORTO FLORESTAL, TERESINA/PI
26.	201712268	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE POTIGUAR	APEC - SOCIEDADE POTIGUAR DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	RUA JOÃO DA ESCÓCIA, 1.561, NOVA BETÂNIA, MOSSORÓ/RN
27.	201712269	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE POTIGUAR	APEC - SOCIEDADE POTIGUAR DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	RUA JOÃO DA ESCÓCIA, 1.561, NOVA BETÂNIA, MOSSORÓ/RN
28.	201712717	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE DA ALTA PAULISTA	INSTITUICAO DOM BOSCO DE ENSINO E CULTURA LTDA	RUA MANDAGUARIS, 1010, TÉRREO, CENTRO, TUPÃ/SP
29.	201712981	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA-UNISUL	RUA TRAJANO, 199, UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE FLORIANÓPOLIS - SC, CENTRO, FLORIANÓPOLIS/SC
30.	201712982	FARMÁCIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA-UNISUL	RUA PREFEITO REINOLDO ALVES, 25, - ATÉ 763/764, PASSA VINTE, PALHOÇA/SC
31.	201713027	FARMÁCIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	UNIVERSIDADE SALVADOR	FACS SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	RUA RIO TINTO, 152, SANTA MÔNICA, FEIRA DE SANTANA/BA
32.	201713121	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE SALVADOR	FACS SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	RUA RIO TINTO, 152, SANTA MÔNICA, FEIRA DE SANTANA/BA
33.	201713143	JORNALISMO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE SALVADOR	FACS SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	RUA RIO TINTO, 152, SANTA MÔNICA, FEIRA DE SANTANA/BA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 92, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.056188/2017-50, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro de Comunicação e Expressão, para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo 2017, objeto do Edital nº 106/2017/DDP, publicado no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2017, Seção 3, página 71.

Campo de Conhecimento: Artes/Dramaturgia
Regime de Trabalho: DE
Vagas: 2017
Classe/Denominação/Nível: A/Adjunto A/1
Lista geral:

Classificação	Candidato	Média final
1º	RAFAEL LUIZ MARQUES ARY	9,59

Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

Ministério da Fazenda

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

INSTRUÇÃO Nº 596, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Altera a Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 6 de fevereiro de 2018, com fundamento nos arts. 21 e 22 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, APROVOU a seguinte Instrução:

Art. 1º O art. 21 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21 .....

.....

VI - REVOGADO

.....

§ 5º REVOGADO

....." (NR)

Art. 2º Ficam revogados o inciso VI e o § 5º do art. 21 da Instrução CVM nº 480, de 2009.

Art. 3º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO BARBOSA

COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES

PAUTA DE JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM.

I - Marcação de Sessão de Julgamento: nos termos do disposto nos artigos 27 a 36 e artigo 40, todos da Deliberação CVM nº 538, de 05.03.2008, comunicamos que será realizada a seguinte Sessão de Julgamento de Processo Administrativo Sancionador na data, horário e local abaixo mencionados.

Ficam desde já convocados os acusados e os seus representantes, ou advogados, devidamente constituídos nos autos, para, querendo, comparecer à Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador e oferecer sustentação oral de sua defesa.

Eventuais alterações na presente pauta serão objeto de publicação no Diário Oficial da União.

PAS CVM nº SP2013/096 - BANESTES DTVM S.A.
Data: 20.03.2018 - terça-feira
Horário: 15h00min
Relator: Diretor Pablo Renteria
Local: Rua Sete de Setembro, nº 111 - 34º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ.

Objeto do processo: apurar a eventual responsabilidade por: (i) deixar de prestar informações aos clientes, violando, assim, o disposto nos artigos 3º, 4º, 5º, 9º e 13 da Instrução CVM nº 380/2002; (ii) deixar de estabelecer regras e parâmetros, bem como de guardar registros, infringindo, portanto, o art. 6º da Instrução CVM nº 387/2003; e (iii) apurar a faltar de diligência do diretor responsável pelas condutas anteriores, conforme o art. 4º da Instrução CVM nº 387/2003.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Acusados	Advogada
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Flávia de Paula Pinheiro de Souza Galelli OAB/SP nº 216.894
Ranieri Feres Doellinger	Flávia de Paula Pinheiro de Souza Galelli OAB/SP nº 216.894

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2018.
JOSÉ PAULO DIUANA DE CASTRO
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DESPACHO DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2017/4779
(SEI 19957.010212/2017-81)
ALL INN CAMPOS E OUTROS
Objeto: Apurar a responsabilidade da SPE Cachoeiro Residence Hotel Ltda., da Itaparica Business Center Empreendimentos Imobiliários - Ltda., da SPE Campos Residence Hotel Ltda., da ORGBRISTOL - Organizações Bristol Ltda., da Allia Hotels S.A., da Sra. Rubia Karla dos Reis Zanelato, do Sr. José Adalto Silva, do Sr. André Monegaglia e do Sr. Luiz Antônio Fantin por realização de ofertas de valores mobiliários referentes a empreendimentos hoteleiros, sem a obtenção do registro previsto no art. 19 da Lei nº 6.385/76e no art. 2º da Instrução CVM nº 400/03 e sem a dispensa prevista no inciso I, do § 5º do art. 19 da Lei nº 6.385/76 e no art. 4º da Instrução CVM nº 400/03, nos termos do art. 56-B da mesma Instrução.
Assunto: Pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesas

Acusados	Advogados
Allia Hotels S.A.	Não constituiu advogado
André Monegaglia	Não constituiu advogado
Itaparica Business Center Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Não constituiu advogado
Jose Adalto Silva	Francisco Augusto de Carvalho OAB/MG 56.345
Luiz Antônio Fantin	Não constituiu advogado
Orgbristol Organizações Bristol Ltda.	Não constituiu advogado
Rubia Karla dos Reis Zanelato	Não constituiu advogado
SPE Cachoeiro Residence Hotel Ltda.	Não constituiu advogado
SPE Campos Residence Hotel Ltda.	Não constituiu advogado

Trata-se de pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa, formulado por Jose Adalto Silva, acusado nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 03/03/2018 para todos os acusados no processo.

DOV RAWET
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES

DESPACHO DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº 04/2016
Objeto Apurar eventual atuação irregular da Onze Agentes Autônomos de Investimento, vinculado à PETRA PERSONAL TRADER CTVM S.A., na administração de carteiras de valores mobiliários, durante o período compreendido entre julho de 2010 e março de 2012.
Assunto: Pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.

Acusados	Advogados
Fernando Marques de Marsillac Fontes	Leandro Salztrager Benzecry OAB/RJ 117.672
João Vicente Sanches Neto	Não constituiu advogado
José Henrique D'elia	Não constituiu advogado
Lúcio dos Santos Faria	Não constituiu advogado
Luis Gustavo Deodato de Oliveira	Não constituiu advogado
Petra Personal Trader CTVM S/A (Atualmente denominada Finaxis CTVM)	Otavio Yazbek OAB/SP 144.506
Ricardo Binelli	Não constituiu advogado
Ricardo de Paula Nicoluci	Não constituiu advogado

Trata-se de pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa, formulado por Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, acusada nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 28/03/2018 para todos os acusados no processo.

CARLOS GUILHERME DE PAULA AGUIAR
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS

DESPACHO DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2017/4848
(SEI 19957.010324/2017-31)
Objeto: Apurar eventuais responsabilidades da GRADUAL CCTVM S.A., por infração ao artigo 4º, caput e parágrafo único, e ao artigo 13, inciso I, alínea "c" da Instrução CVM nº 387/03; da CAMPHEDGEX INVESTIMENTOS - AGENTES AUTÔNOMOS DE INVESTIMENTOS LTDA., MARIO ROBERTO SILVA DE ALMEIDA e HELDER MARTINS DA SILVA por infração ao artigo 8º, parágrafo 1º, da Instrução CVM Nº 434/06 e de RODRIGO ANTUNES por infração ao artigo 3º da instrução CVM nº 434/06 c/c artigo 8º, parágrafo 1º, da Instrução CVM nº 434/06.
Assunto: Pedido de prorrogação e unificação de prazo para apresentação de defesa.

Acusados	Advogados
Camphedgex Investimentos - Agentes Autônomos de Investimentos Ltda.	Não constituiu advogado
Gilberto dos Santos	Carlos Augusto Leite Junqueira de Siqueira OAB/RJ 114.289
Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Carlos Augusto Leite Junqueira de Siqueira OAB/RJ 114.289
Helder Parente Prudente	Não constituiu advogado
Mario Roberto Silva de Almeida	Não constituiu advogado
Rodrigo Antunes	Não constituiu advogado

Trata-se de pedido de prorrogação e unificação de prazo para apresentação de defesa, formulado por Gilberto dos Santos e Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A, acusados nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 11/03/2018.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

Nº 16.128 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza a PRISMA CAPITAL LTDA, CNPJ nº 27.451.028, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.129 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza a TRÍGONO CAPITAL LTDA., CNPJ nº 28.925.400, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

BRUNO DE FREITAS GOMES
CONDEIXA RODRIGUES
Em exercício

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

1ª SEÇÃO

2ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões extraordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 13502.900993/2013-35 (item 39) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 40 a 62. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens z a k, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

4) O julgamento do Processo nº 10530.904165/2009-64 (item 77) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 78 a 100. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 78 a 100, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

5) O julgamento do Processo nº 10120.903043/2013-69 (item 101) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 102 a 123. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 102 a 123, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

7) O julgamento do Processo nº 10880.679536/2009-94 (item 124) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 125 a 143. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 125 a 143, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

7) O julgamento do Processo nº 13984.901377/2009-40 (item 154) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 155 a 166. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 155 a 166, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: ACRÉSCIMOS LEGAIS/JUROS DE MORA
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
1 - Processo nº: 19679.004570/2003-85 - Embargante: ZONARI - SERVICOS DE ADESTRAMENTO E ADMINISTRACAO DE BENS LTDA - ME
TEMA 2: APURAÇÃO INCORRETA
Relator(a): EVA MARIA LOS
2 - Processo nº: 10073.720174/2014-04 - Recorrentes: RIGOTEX INDUSTRIA TEXTIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR
3 - Processo nº: 10120.007022/2001-87 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: INFRACON CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Relator(a): EVA MARIA LOS
4 - Processo nº: 10140.721913/2014-26 - Recorrente: PERI ALIMENTOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10166.731074/2014-66 - Recorrente: EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10315.000269/2002-76 - Recorrente: CEVEMA CEARA VEICULOS MAQUINAS E ACESSORIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10315.000270/2002-09 - Recorrente: CEVEMA CEARA VEICULOS MAQUINAS E ACESSORIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10875.000377/2002-01 - Recorrente: ESCOLA DE EDUCACAO INFANTIL O PEQUENO PRINCIPE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR
9 - Processo nº: 10925.000036/2009-61 - Recorrente: KF INDUSTRIAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10925.000037/2009-14 - Recorrente: KF INDUSTRIAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10925.000038/2009-51 - Recorrente: KF INDUSTRIAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10925.000032/2009-83 - Recorrente: KF INDUSTRIAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10925.000034/2009-72 - Recorrente: KF INDUSTRIAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10925.000035/2009-17 - Recorrente: KF INDUSTRIAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

15 - Processo nº: 11080.000192/2002-06 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TRANSCONTINENTAL LOGISTICA S.A.

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR

16 - Processo nº: 13609.721739/2015-46 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MECAN INDUSTRIA E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO S.A.

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

17 - Processo nº: 13819.001586/2003-16 - Recorrente: BRASCOLA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EVA MARIA LOS

18 - Processo nº: 13982.001173/2001-70 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE

19 - Processo nº: 19679.005081/2003-41 - Recorrente: INSTITUTO DE ASSESSORIA MERCADOLOGICA E MERCADOMETRICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 19679.005082/2003-95 - Recorrente: INSTITUTO DE ASSESSORIA MERCADOLOGICA E MERCADOMETRICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR

21 - Processo nº: 10925.000520/2007-29 - Recorrente: REUNIDAS S A TRANSPORTES COLETIVOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 10925.002581/2005-69 - Recorrente: REUNIDAS S A TRANSPORTES COLETIVOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 15983.720004/2016-34 - Recorrente: SANTOS FUTEBOL CLUBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

24 - Processo nº: 16327.001654/2004-40 - Embargante: ITAU RENT ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR

25 - Processo nº: 19311.720073/2015-21 - Recorrente: ERJ ADMINISTRACAO E RESTAURANTES DE EMPRESAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EVA MARIA LOS

26 - Processo nº: 19740.720024/2009-90 - Recorrente: ALIANCA FOMENTO MERCANTIL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

27 - Processo nº: 10882.003922/2003-03 - Recorrente: ROVNO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EVA MARIA LOS

28 - Processo nº: 13603.002871/2003-71 - Recorrente: EMPORIUM EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

29 - Processo nº: 19515.001261/2004-15 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CITICORP MERCANTIL PARTIC INVESTIMENTOS

Relator(a): EVA MARIA LOS

30 - Processo nº: 19515.722835/2013-75 - Embargante: NESTLE BRASIL LTDA.

DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 3: DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

31 - Processo nº: 10740.720068/2014-11 - Recorrente: COSTA JUCA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 10740.720024/2014-82 - Recorrente: COSTA JUCA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 10740.720025/2014-27 - Recorrente: COSTA JUCA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10740.720069/2014-57 - Recorrente: COSTA JUCA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 10783.720248/2014-98 - Recorrente: COSTA JUCA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10380.723168/2015-16 - Recorrente: INDUSTRIA DE CALCADOS BECKER IRAUCUBA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 4: PER/DCOMP

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

37 - Processo nº: 13836.000653/2002-88 - Recorrente: MAGNETI MARELLI ESCAPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 10725.902960/2009-31 - Recorrente: M.ANDRADE ADMINISTRACAO DE BENS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 13502.900993/2013-35 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

40 - Processo nº: 13502.900572/2014-95 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 13502.900979/2013-31 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 13502.900980/2013-66 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 13502.900981/2013-19 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 13502.900982/2013-55 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 13502.900983/2013-08 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 13502.900984/2013-44 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 13502.900985/2013-99 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 13502.900986/2013-33 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 13502.900987/2013-88 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 13502.900988/2013-22 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 13502.900989/2013-77 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 13502.900990/2013-00 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 13502.900991/2013-46 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 13502.900992/2013-91 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 13502.900995/2013-24 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 13502.900996/2013-79 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 13502.900997/2013-13 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 13502.900998/2013-68 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 13502.900999/2013-11 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 13502.901000/2013-42 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 13502.902057/2009-82 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 13502.902058/2009-27 - Recorrente: INCENOR INDUSTRIA CERAMICA DO NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 5: SIMPLES - EXCLUSÃO

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

63 - Processo nº: 13855.000726/2009-80 - Recorrente: JOSE EDUARDO ANIBAL ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 6: SUSPENSÃO DA ISENÇÃO/IMUNIDADE

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

64 - Processo nº: 10073.720691/2012-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FUNDACAO CSN PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A CONSTRUCAO DA CIDADANIA

65 - Processo nº: 14041.001485/2007-61 - Embargante: CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASILIA CEUB

TEMA 7: EMBARGOS

Relator(a): EVA MARIA LOS

66 - Processo nº: 15586.001053/2007-66 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: SAO JORGE COM. IMPORT. E EXPORTACAO LTDA

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

67 - Processo nº: 19515.723055/2013-42 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: VIP INDUSTRIA E COMERCIO DE CAIXAS E PAPELAO ONDULADO LTDA

TEMA 8: DIVERSOS

Relator(a): EVA MARIA LOS

68 - Processo nº: 16561.720148/2014-52 - Recorrentes: CARGILL AGRICOLA S A e FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 13005.722242/2014-63 - Recorrente: FRS S/A AGRO AVICOLA INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 16561.720070/2014-76 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: ACUCAREIRA ZILLO LORENZETTI S A

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

71 - Processo nº: 10735.002492/2004-79 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE CARNES E DERIVADOS LAMIN LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 19515.721272/2015-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BROOKFIELD SAO PAULO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.

73 - Processo nº: 15956.720368/2014-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FARM INDUSTRIA E AGRO PECUARIA LTDA

74 - Processo nº: 11634.720174/2015-47 - Recorrente: BRASIPAR - INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 16561.720044/2016-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CERRADINHO PARTICIPACOES S.A.

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR

76 - Processo nº: 10680.721852/2011-47 - Recorrente: SAMARCO MINERACAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): EVA MARIA LOS

77 - Processo nº: 10530.904165/2009-64 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

78 - Processo nº: 10530.900433/2012-74 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 10530.902226/2011-73 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 10530.902227/2011-18 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 10530.902970/2011-78 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 10530.903323/2011-83 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 10530.904046/2011-26 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 10530.904166/2009-17 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 10530.904167/2009-53 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 10530.904168/2009-06 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 10530.904169/2009-42 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo nº: 10530.904170/2009-77 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo nº: 10530.904171/2009-11 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo nº: 10530.904172/2009-66 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo nº: 10530.904173/2009-19 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo nº: 10530.904174/2009-55 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo nº: 10530.904175/2009-08 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo nº: 10530.904348/2009-80 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo nº: 10530.904349/2009-24 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo nº: 10530.904350/2009-59 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo nº: 10530.904351/2009-01 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 10530.904352/2009-48 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo nº: 10530.904354/2009-37 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo nº: 10530.905050/2011-10 - Recorrente: INSTITUTO ANALISE DE PESQUISAS CLINICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

101 - Processo nº: 10120.903043/2013-69 - Recorrente: KASA MOTORS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

102 - Processo nº: 10120.903044/2013-11 - Recorrente: KASA MOTORS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo nº: 10120.903045/2013-58 - Recorrente: KASA MOTORS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

104 - Processo nº: 10120.903046/2013-01 - Recorrente: KASA MOTORS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

105 - Processo nº: 10120.903047/2013-47 - Recorrente: KASA MOTORS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

106 - Processo nº: 10120.903048/2013-91 - Recorrente: KASA MOTORS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

107 - Processo nº: 10120.903049/2013-36 - Recorrente: KASA MOTORS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

108 - Processo nº: 10120.903050/2013-61 - Recorrente: KASA MOTORS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

109 - Processo nº: 10120.903051/2013-13 - Recorrente: KASA MOTORS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo nº: 10120.903054/2013-49 - Recorrente: KASA MOTORS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

111 - Processo nº: 10120.903055/2013-93 - Recorrente: KASA MOTORS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo nº: 10120.903056/2013-38 - Recorrente: KASA MOTORS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

113 - Processo nº: 10120.903057/2013-82 - Recorrente: KASA MOTORS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

114 - Processo nº: 10120.903058/2013-27 - Recorrente: KASA MOTORS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo nº: 10120.903059/2013-71 - Recorrente: KASA MOTORS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

116 - Processo nº: 10120.903064/2013-84 - Recorrente: KASA MOTORS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

117 - Processo nº: 10120.903066/2013-73 - Recorrente: KASA MOTORS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

118 - Processo nº: 10120.903067/2013-18 - Recorrente: KASA MOTORS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

119 - Processo nº: 10120.903068/2013-62 - Recorrente: KASA MOTORS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

120 - Processo nº: 10120.903069/2013-15 - Recorrente: KASA MOTORS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

121 - Processo nº: 10120.903070/2013-31 - Recorrente: KASA MOTORS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

122 - Processo nº: 10120.903071/2013-86 - Recorrente: KASA MOTORS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

123 - Processo nº: 10120.903072/2013-21 - Recorrente: KASA MOTORS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR

124 - Processo nº: 10880.679536/2009-94 - Recorrentes: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

125 - Processo nº: 10880.679523/2009-15 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

126 - Processo nº: 10880.679524/2009-60 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

127 - Processo nº: 10880.679529/2009-92 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

128 - Processo nº: 10880.679530/2009-17 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

129 - Processo nº: 10880.679531/2009-61 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

130 - Processo nº: 10880.679532/2009-14 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

131 - Processo nº: 10880.679533/2009-51 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

132 - Processo nº: 10880.679534/2009-03 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

133 - Processo nº: 10880.679535/2009-40 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

134 - Processo nº: 10880.679538/2009-83 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

135 - Processo nº: 10880.679541/2009-05 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

136 - Processo nº: 10880.679543/2009-96 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

137 - Processo nº: 10880.694837/2009-48 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

138 - Processo nº: 10880.694838/2009-92 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

139 - Processo nº: 10880.694839/2009-37 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

140 - Processo nº: 10880.694840/2009-61 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

141 - Processo nº: 10880.694841/2009-14 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

142 - Processo nº: 10880.694842/2009-51 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

143 - Processo nº: 10880.694843/2009-03 - Recorrente: CSC COMPUTER SCIENCES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

144 - Processo nº: 16327.721476/2012-87 - Recorrentes: UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. e FAZENDA NACIONAL

145 - Processo nº: 10530.723582/2013-94 - Recorrente: NORAUTO CAMINHOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

146 - Processo nº: 10530.723779/2013-23 - Recorrente: TV SUBAE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

147 - Processo nº: 11065.004895/2008-89 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FIBRA SA INDUSTRIA E COMERCIO

148 - Processo nº: 19515.004781/2009-86 - Recorrentes: SANTHER FABRICA DE PAPEL SANTA THEREZINHA S/A e FAZENDA NACIONAL

149 - Processo nº: 13839.003788/2006-07 - Embargante: IBG INDUSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA

150 - Processo nº: 10218.720693/2014-72 - Recorrente: CARAJAS EXTRACAO DE AGUA MINERAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

151 - Processo nº: 19675.000576/2007-47 - Recorrente: JJ PRODUCOES E COBRANCAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

152 - Processo nº: 10882.722154/2015-16 - Recorrentes: COMERCIAL ZENA MOVEIS - SOCIEDADE LIMITADA e FAZENDA NACIONAL

153 - Processo nº: 10600.720007/2015-21 - Recorrentes: ELETROSOM S/A e FAZENDA NACIONAL

154 - Processo nº: 13984.901377/2009-40 - Recorrente: ALMIR RODRIGUES & CIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

155 - Processo nº: 13984.901363/2009-26 - Recorrente: ALMIR RODRIGUES & CIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

156 - Processo nº: 13984.901364/2009-71 - Recorrente: ALMIR RODRIGUES & CIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

157 - Processo nº: 13984.901365/2009-15 - Recorrente: ALMIR RODRIGUES & CIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

158 - Processo nº: 13984.901368/2009-59 - Recorrente: ALMIR RODRIGUES & CIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

159 - Processo nº: 13984.901369/2009-01 - Recorrente: ALMIR RODRIGUES & CIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

160 - Processo nº: 13984.901370/2009-28 - Recorrente: ALMIR RODRIGUES & CIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

161 - Processo nº: 13984.901371/2009-72 - Recorrente: ALMIR RODRIGUES & CIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

162 - Processo nº: 13984.901372/2009-17 - Recorrente: ALMIR RODRIGUES & CIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

163 - Processo nº: 13984.901373/2009-61 - Recorrente: ALMIR RODRIGUES & CIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

164 - Processo nº: 13984.901374/2009-14 - Recorrente: ALMIR RODRIGUES & CIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

165 - Processo nº: 13984.901375/2009-51 - Recorrente: ALMIR RODRIGUES & CIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

166 - Processo nº: 13984.901376/2009-03 - Recorrente: ALMIR RODRIGUES & CIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

167 - Processo nº: 10680.014772/2008-36 - Recorrentes: INDUSTRIA DE ALIMENTOS VALE DO MUCURI LTDA e FAZENDA NACIONAL

168 - Processo nº: 19515.000050/2006-19 - Recorrentes: CLARO S.A. e FAZENDA NACIONAL

169 - Processo nº: 16306.000254/2010-11 - Recorrente: TUPY FUNDICOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

170 - Processo nº: 11516.721342/2016-49 - Recorrentes: GLOBAL VILLAGE TELECOM S.A. e FAZENDA NACIONAL

171 - Processo nº: 16682.900045/2015-89 - Recorrente: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

172 - Processo nº: 16306.720525/2011-21 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

173 - Processo nº: 16327.900761/2015-13 - Recorrente: BANCO VOTORANTIM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: CONHECIMENTO

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR

1 - Processo nº: 10435.722767/2014-41 - Recorrentes: CASAS BANDEIRANTES LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EVA MARIA LOS

2 - Processo nº: 10830.720336/2012-15 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: AVERY DENNISON DO BRASIL LTDA

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

3 - Processo nº: 10925.001691/2004-22 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: ONITEC SERVICE LTDA - ME

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

4 - Processo nº: 16561.720049/2014-71 - Recorrentes: JHS F PARTICIPACOES S.A. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

5 - Processo nº: 10530.724538/2015-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ATACADAO RECONCAVO COMERCIO DE CEREAIS LTDA

TEMA 2: DECADÊNCIA/PRESCRIÇÃO

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

6 - Processo nº: 10380.006289/2002-77 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: ACCCARD ADM DE CARTOES E SERVICOS S/A

Relator(a): EVA MARIA LOS

7 - Processo nº: 10830.006572/2008-49 - Embargante: BSA BEBIDAS LTDA

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

8 - Processo nº: 19515.720307/2014-62 - Recorrente: ARMARINHOS FERNANDO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 3: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

9 - Processo nº: 10480.732676/2015-59 - Recorrente: PERNOD RICARD BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

10 - Processo nº: 16832.000282/2010-72 - Recorrente: BESOURO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

11 - Processo nº: 15521.000418/2008-71 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: IMBEG - IMBE ENGENHARIA LTDA

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

12 - Processo nº: 10803.000011/2011-69 - Recorrente: GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 13807.000357/2001-43 - Recorrente: SOLUTIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

14 - Processo nº: 13896.723245/2014-27 - Recorrentes: SANTA BARBARA S/A e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EVA MARIA LOS

15 - Processo nº: 18471.000761/2002-51 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: GLAXO WELLCOME S/A

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

16 - Processo nº: 18471.001024/2005-18 - Recorrente: NETWORK DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EVA MARIA LOS

17 - Processo nº: 19515.001010/2006-94 - Recorrente: NET SAO PAULO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

18 - Processo nº: 19515.003023/2006-06 - Recorrentes: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP e FAZENDA NACIONAL

TEMA 4: DEDUÇÕES/COMPENSAÇÕES EM RAZÃO DE RETENÇÕES, ANTECIPAÇÕES E RECOLHIMNETOS A MAIOR DO IMPOSTO

Relator(a): EVA MARIA LOS

19 - Processo nº: 13894.000284/2002-39 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ITAUCARD ADM DE CARTOES DE CRED E IMOB LTDA GRUPO ITAU

20 - Processo nº: 16327.002851/2003-03 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FIAT FACTORING SOCIEDADE DE FOMENTO COMERCIAL LTDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TEMA 5: DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

21 - Processo nº: 10183.003840/2008-42 - Recorrente: FAZENDA AGROPECUARIA XAVANTINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

22 - Processo nº: 10183.727732/2015-98 - Recorrente: TREZE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

23 - Processo nº: 10283.006589/2005-05 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RODAL CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA - ME

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

24 - Processo nº: 10830.002574/2011-64 - Recorrente: ANK - SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 10830.003195/2010-19 - Recorrente: CASA DA MADEIRA ANHANGUERA - EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

26 - Processo nº: 10980.724526/2015-31 - Recorrente: BAYONNE COSMETICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

27 - Processo nº: 11052.001256/2010-25 - Recorrente: GOIARIO COMERCIO E REPRESENTACOES DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

28 - Processo nº: 15956.720019/2011-15 - Recorrente: MARTA APARECIDA MERLIN CAVALLARO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

29 - Processo nº: 18019.000332/2009-05 - Recorrente: A BERNARDO LEAL ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

30 - Processo nº: 18088.000058/2009-42 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: LILIAN RODRIGUES PIAI - EPP

DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 6: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

31 - Processo nº: 10580.733827/2012-15 - Recorrentes: MORENA VEICULOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR

32 - Processo nº: 16561.720021/2016-03 - Recorrentes: ATACADAO S.A. e FAZENDA NACIONAL

TEMA 7: PER/DCOMP

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

33 - Processo nº: 11543.004393/2001-07 - Recorrente: XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 11543.005654/2002-89 - Recorrente: XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 16682.900169/2011-31 - Recorrente: XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 16682.900817/2010-78 - Recorrente: XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 16682.901021/2011-13 - Recorrente: XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 16682.901297/2010-11 - Recorrente: XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 16682.903278/2011-18 - Recorrente: XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

40 - Processo nº: 10166.902304/2008-30 - Recorrente: SARKIS & SARKIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 10166.902462/2008-90 - Recorrente: SARKIS & SARKIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 10166.902478/2008-01 - Recorrente: SARKIS & SARKIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 10166.902486/2008-49 - Recorrente: SARKIS & SARKIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10166.902492/2008-04 - Recorrente: SARKIS & SARKIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR

45 - Processo nº: 10825.721246/2015-63 - Recorrente: COMPANHIA AGRICOLA QUATA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10825.721247/2015-16 - Recorrente: COMPANHIA AGRICOLA QUATA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10825.722255/2016-52 - Recorrente: COMPANHIA AGRICOLA QUATA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 13896.002596/2009-33 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 13896.002597/2009-88 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 13896.903144/2009-71 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 13896.903146/2009-60 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 13896.903260/2009-90 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 13896.906377/2009-25 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 13896.907954/2008-15 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

55 - Processo nº: 16682.900376/2014-38 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 16682.903054/2012-89 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 16682.903060/2012-36 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 16682.903062/2012-25 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 16682.903076/2012-49 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 16682.903080/2012-15 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 16682.903082/2012-04 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 8: DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

62 - Processo nº: 18470.720458/2011-79 - Recorrente: CARLOS HENRIQUE CUNHA FRIDMAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

63 - Processo nº: 19311.000150/2009-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VALKI PLASTICOS E MAQUINAS LTDA

64 - Processo nº: 19515.004459/2010-91 - Recorrente: KOSMOPLATINA COMERCIO DE METAIS E HIDRAULICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 9: LUCRO ARBITRADO

65 - Processo nº: 10183.005324/2003-48 - Recorrente: CONFIANCA FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

66 - Processo nº: 10240.720220/2013-15 - Recorrente: ECLIPSE REPARACAO E MANUTENCAO DE COMPUTADORES LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

67 - Processo nº: 10314.728735/2014-25 - Recorrente: AMR INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS SIDERURGICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

68 - Processo nº: 10380.728015/2013-95 - Recorrente: CASEBRAS CAIXA ASSISTENCIAL DO SERVIDOR BRASILEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

69 - Processo nº: 10469.724899/2015-09 - Recorrente: TECIDOS LIDER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

70 - Processo nº: 10909.003278/2008-24 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: SUL BUSINESS - FOMENTO MERCANTIL LTDA

71 - Processo nº: 10920.721410/2011-21 - Recorrente: AM- FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

72 - Processo nº: 10932.720103/2014-36 - Recorrente: MENSAN METALURGICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

73 - Processo nº: 15586.000450/2007-11 - Recorrente: COMERCIAL DE CAFE STOCKL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

74 - Processo nº: 15586.000663/2007-42 - Recorrente: DISMAR COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

75 - Processo nº: 15586.002293/2008-69 - Recorrente: MONTREAL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

76 - Processo nº: 10280.723086/2009-43 - Recorrentes: REAL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA e FAZENDA NACIONAL

TEMA 10: EMBARGOS

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

77 - Processo nº: 12963.000087/2007-09 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CEREALISTA SANTA RITA LTDA

78 - Processo nº: 16561.000047/2006-51 - Embargante: LABEL PARTICIPACOES LTDA - ME

79 - Processo nº: 16682.720048/2010-26 - Embargante: TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A.

TEMA 11: OMISSÃO DE RECEITAS

80 - Processo nº: 10280.001008/96-54 - Recorrente: AMAZONIA COMPENSADOS E LAMINADOS S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 10283.720104/2009-13 - Recorrente: MARIA ALCILENE GOMES DA SILVA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 10283.720097/2009-41 - Recorrente: SEVERINO G. DE OLIVEIRA ESTIVAS EM GERAL - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EVA MARIA LOS

83 - Processo nº: 10314.722994/2014-42 - Recorrente: ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

84 - Processo nº: 10425.001015/98-16 - Recorrente: E. BARBOSA DE SOUZA E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 10480.731677/2015-86 - Recorrente: ANTUNES PALMEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 10530.725536/2015-91 - Recorrentes: MINDOM PROMOTORA LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

87 - Processo nº: 10640.002655/2005-53 - Recorrente: COMERCIO DE CEREAIS IRMAOS VAZ LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

88 - Processo nº: 15540.720006/2012-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IPCE FIOS E CABOS ELETRICOS LTDA

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

89 - Processo nº: 10640.003272/2007-64 - Recorrente: DROGARIA CARVALHO E CANAAN LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo nº: 10880.725451/2014-52 - Recorrente: DURCHSSOUF COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMATICA EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

91 - Processo nº: 10932.720041/2015-43 - Recorrente: STAR METAL'S INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 12: OMISSAO DE RECEITAS

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

92 - Processo nº: 10945.002647/2008-25 - Recorrente: V PILATI EMPRESA DE TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

93 - Processo nº: 11052.001422/2010-93 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS ESPORTE GOUVEENSE LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

94 - Processo nº: 11080.002783/2005-52 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: PREDIMAR COMERCIO DE IMOVEIS LTDA - ME

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

95 - Processo nº: 13116.720927/2014-18 - Recorrente: A.S.E. DISTRIBUICAO LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

96 - Processo nº: 13161.720264/2015-77 - Recorrente: ORVALHO CORRETORA DE GRAOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

97 - Processo nº: 15563.000725/2008-65 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS F.MAIA DE CAXIAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

98 - Processo nº: 15586.720635/2013-93 - Recorrente: RECREIO VITORIA VEICULOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

99 - Processo nº: 16707.001866/2009-67 - Recorrente: TRD SERVICOS E ADMINISTRACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

100 - Processo nº: 17883.000506/2008-99 - Recorrente: CURTY E COELHO LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

101 - Processo nº: 18470.725744/2012-10 - Recorrentes: ENINCO ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

102 - Processo nº: 18470.730936/2012-30 - Recorrentes: PONTO FRIO ADMINISTRACAO E IMPORTACAO DE BENS LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
103 - Processo nº: 18471.002077/2007-18 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FISCHER AMERICA RIO COMUNICACAO TOTAL LTDA
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
104 - Processo nº: 19515.001893/2010-19 - Recorrentes: VERSALHES COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
105 - Processo nº: 19515.002852/2007-44 - Recorrente: EMILYTEC - COMERCIO DE TELEFONIA E INFORMATICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
106 - Processo nº: 19515.004028/2007-29 - Recorrente: COMERCIO DE MALHAS E TECIDOS SILVA SANTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVA MARIA LOS
107 - Processo nº: 19515.005788/2009-15 - Recorrente: MARCOMAR COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
108 - Processo nº: 19515.720506/2014-71 - Recorrente: EMBRASE EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 13: OUTRAS RECEITAS
109 - Processo nº: 10280.723136/2011-15 - Recorrentes: M E VIEIRA & CIA LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVA MARIA LOS
110 - Processo nº: 10768.018464/2002-24 - Recorrente: FUNDACAO DE PREVIDENCIA DOS SERV DO IRB e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
111 - Processo nº: 16561.720162/2013-75 - Recorrente: NOVELIS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR
112 - Processo nº: 11065.720170/2016-41 - Recorrente: CONEXAOSUL IMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVA MARIA LOS
113 - Processo nº: 16643.720038/2013-08 - Embargante: CAMARGO CORREA S/A
TEMA 14: PENALIDADES/MULTA DE OFÍCIO
114 - Processo nº: 10580.730172/2014-95 - Recorrente: BOMIX INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 15469.000454/2007-35 - Recorrente: CIMEELI - COMERCIO E INDUSTRIA DE METAIS E LIGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
116 - Processo nº: 19515.006249/2009-01 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FRIGONOVA LTDA
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
117 - Processo nº: 15586.720754/2013-46 - Recorrente: COMERCIAL DE VEICULOS CAPIXABA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 15: PENALIDADES/MULTA ISOLADA
Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR
118 - Processo nº: 15892.720013/2016-44 - Recorrente: COMPANHIA AGRICOLA QUATA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVA MARIA LOS
119 - Processo nº: 16062.720140/2015-06 - Recorrente: UNIMED PAULISTANA SOC COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 16: PENAÇIDADES/MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO
120 - Processo nº: 13840.000074/2007-81 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MASTERFOODS BRASIL ALIMENTOS LTDA.
TEMA 17: OUTROS AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO
121 - Processo nº: 15563.720274/2015-13 - Recorrente: SENDAS DISTRIBUIDORA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 19515.720944/2015-10 - Recorrente: ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA PAULISTA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 19515.721216/2014-44 - Recorrente: GAIA ENERGIA E PARTICIPACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 18: PER/DCOMP
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
124 - Processo nº: 13851.900234/2006-83 - Recorrente: TECNOMOTOR ELETRONICA DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
125 - Processo nº: 10660.720028/2007-21 - Recorrente: COMERCIAL BENEFICIADORA DE CAFE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVA MARIA LOS
126 - Processo nº: 10680.903353/2013-38 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
127 - Processo nº: 10735.902631/2008-90 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: SILVER STAR PARTICIPACOES S/A.
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
128 - Processo nº: 10768.000655/2010-40 - Recorrente: QUEIROZ GALVAO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
129 - Processo nº: 10166.905166/2015-70 - Recorrente: BANCO DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
130 - Processo nº: 12448.721788/2013-44 - Recorrente: QUEIROZ GALVAO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
131 - Processo nº: 10166.905167/2015-14 - Recorrente: BANCO DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
132 - Processo nº: 10830.004182/2001-68 - Recorrente: PRATEC CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
133 - Processo nº: 10855.000595/2002-76 - Recorrente: SPLICE DO BRASIL - TELECOMUNICACOES E ELETRONICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVA MARIA LOS
134 - Processo nº: 10880.922182/2013-90 - Recorrente: MARFRIG GLOBAL FOODS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 10880.946345/2009-43 - Recorrente: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 10880.946352/2009-45 - Recorrente: DOW BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 10880.973470/2010-60 - Recorrente: CITIBANK CORRETORA DE SEGUROS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 10880.989543/2009-00 - Recorrente: EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
139 - Processo nº: 10920.000931/2008-45 - Recorrente: LOJAS CERTO MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
140 - Processo nº: 10932.000078/2007-41 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: VOSS AUTOMOTIVE LTDA
141 - Processo nº: 10935.901963/2012-87 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: INDUSTRIA DE COMPENSADOS GUARARAPES LTDA
142 - Processo nº: 11080.007735/2002-16 - Embargante: SANTALUCIA ALIMENTOS LTDA
Relator(a): EVA MARIA LOS
143 - Processo nº: 11610.000632/2003-62 - Recorrente: ERICSSON SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
144 - Processo nº: 12448.910961/2016-20 - Recorrente: H STERN COMERCIO E INDUSTRIA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
145 - Processo nº: 13807.011428/99-76 - Embargante: ITAU GRAFICA LTDA - GRUPO ITAU
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
146 - Processo nº: 13888.902238/2012-27 - Recorrente: BIOCELL MEDICINA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
147 - Processo nº: 15374.001945/00-88 - Recorrente: LABORATORIOS PIERRE FABRE DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 16327.000545/2009-10 - Recorrente: ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 16327.919408/2009-51 - Recorrente: UNIBANCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR
150 - Processo nº: 18186.724582/2011-19 - Recorrente: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 19: PRELIMINAR/DIVERSOS
151 - Processo nº: 10830.002082/2004-40 - Recorrente: MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 16327.001125/2006-16 - Embargante: EVAUX PARTICIPACOES S.A
TEMA 20: PRELIMINAR/NULIDADE
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
153 - Processo nº: 12571.720398/2012-51 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MIGUEL SALLUM & FILHOS LTDA
Relator(a): EVA MARIA LOS
154 - Processo nº: 19679.010809/2003-56 - Recorrente: CENTRAL HABITACIONAL ASSESSORIA LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 21: DIVERSOS
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
155 - Processo nº: 11060.002450/2010-29 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CENTRO INTEGRADO DE PREPARACAO DO ESTUDANTE LTDA
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
156 - Processo nº: 10640.000998/2010-41 - Recorrente: FREDLAR INDUSTRIAL DE MOVEIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 10640.001930/2010-89 - Recorrente: FREDLAR INDUSTRIAL DE MOVEIS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
158 - Processo nº: 10783.916313/2009-11 - Recorrente: FLEXIBRAS TUBOS FLEXIVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVA MARIA LOS
159 - Processo nº: 10820.721678/2014-33 - Recorrente: PHAEL CONFECCOES DE AURIFLAMA EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 15871.720011/2015-12 - Recorrente: PHAEL CONFECCOES DE AURIFLAMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 22: PER/DCOMP
161 - Processo nº: 10820.721675/2014-08 - Recorrente: PHAEL CONFECCOES DE AURIFLAMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 10820.721676/2014-44 - Recorrente: PHAEL CONFECCOES DE AURIFLAMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 10820.721677/2014-99 - Recorrente: PHAEL CONFECCOES DE AURIFLAMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção

3ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS - AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
1 - Processo nº: 10580.721584/2012-72 - Recorrente: GOTEMBURGO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 16561.000078/2009-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASIL KIRIN BEBIDAS LTDA
TEMA 2: OMISSÃO DE RECEITAS
3 - Processo nº: 15956.720195/2016-61 - Recorrente: CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
4 - Processo nº: 10640.001744/2006-63 - Embargante: DRF/JUIZ DE FORA/MG e Contribuinte: DAMAG INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
5 - Processo nº: 10240.720461/2010-11 - Recorrentes: PORTO REAL VIAGENS E TURISMO LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO
6 - Processo nº: 10510.724286/2012-68 - Recorrente: ITAGUASSU AGRO INDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
7 - Processo nº: 11634.000413/2008-10 - Recorrente: ARMELINDO ORTIZ DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TEMA 3: DEDUÇÃO DE IMPOSTO
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
8 - Processo nº: 10880.916426/2013-03 - Recorrente: TELEFONICA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
9 - Processo nº: 10650.900801/2010-56 - Recorrente: VALE FERTILIZANTES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 4: LUCRO PRESUMIDO - COEFICIENTES DE PRESUNÇÃO
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
10 - Processo nº: 10865.004347/2008-71 - Recorrente: CLINICA RADIOLOGICA PINHALENSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10980.011333/2006-25 - Embargante: ALTERNATIVA EDITORIAL LTDA
TEMA 5: MULTAS POR ATRASO DE DECLARAÇÕES
12 - Processo nº: 13921.000445/2008-13:Embargante: 3ª TE/4ª Câmara/1ª SEJUL- CARF e Contribuinte: TRANSAR TRANSPORTES LTDA - ME
13 - Processo nº: 10768.100484/2008-33 - Recorrente: CAFE E BAR COLONIA ULTRAMAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10283.000545/2008-14 - Recorrente: MIL MADEIRAS PRECIOSAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 11080.013546/2007-89 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: VALE TRADING S/A
Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO
16 - Processo nº: 16095.720062/2015-54 - Recorrente: LEVEL 3 COMUNICACOES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
17 - Processo nº: 13116.721150/2015-90 - Recorrente: POLLO SERVICOS AUTOMOTORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
18 - Processo nº: 13855.722641/2014-13 - Recorrente: ACUCAR E ALCOOL OSWALDO RIBEIRO DE MENDONCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10480.732677/2015-01 - Recorrente: PERNOD RICARD BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
20 - Processo nº: 10120.007317/2005-87 - Recorrente: CIPA-INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTARES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 6: MULTAS ISOLADAS
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
21 - Processo nº: 11080.000332/2009-12 - Recorrente: TRIAAC SUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10580.721834/2008-98 - Recorrente: INOVAPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10410.000195/2004-51 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: USINAS REUNIDAS SERESTA S/A
TEMA 7: CORREÇÃO MONETÁRIA DE BALANÇO
Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO
24 - Processo nº: 10880.012542/98-99 - Recorrente: DUCTOR IMPLANTACAO DE PROJETOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: PER/DCOMP
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
25 - Processo nº: 10680.901143/2013-13 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10283.907247/2009-20 - Recorrente: LOCOMOTIVA DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO DE TEXTEIS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 9: LUCRO ARBITRADO
Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO
27 - Processo nº: 10825.722771/2015-04 - Recorrente: DOV OLEOS VEGETAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10825.722765/2015-49 - Recorrente: W. A. S. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 16095.720129/2015-51 - Recorrente: GLOBOPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS TERMOPLASTICOS LTDA - ME. Responsáveis Solidários: DAKHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TERMOPLÁSTICOS LTDA, PAULO FERNANDES SILVA, RINALDO SUMI e MÁRCIO PAULO BAUM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 16095.720132/2015-74 - Recorrente: REER INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 14098.720154/2014-06 - Recorrente: VESPOR AUTOMOTIVE DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 10: RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
32 - Processo nº: 13896.722310/2014-05 - Recorrentes: JSM ENGENHARIA E TERRAPLENAGEM LTDA. - ME e FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 13896.721615/2014-91 - Recorrentes: ROCK STAR MARKETING, PROMOCOES E EVENTOS LTDA. - ME e FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 13896.721609/2014-34 - Recorrentes: ROCK STAR PRODUCOES, COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP e FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 13896.722315/2014-20 - Recorrentes: SOTERRA TERRAPLENAGEM E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA. - ME e FAZENDA NACIONAL
TEMA 11: PREÇO DE TRANSFERÊNCIA
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
36 - Processo nº: 16561.000147/2007-69 - Recorrente: CITROVITA AGRO INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 12: PER/DCOMP
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
37 - Processo nº: 10783.903159/2008-37 - Recorrente: T V V - TERMINAL DE VILA VELHA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10783.903163/2008-03 - Recorrente: T V V - TERMINAL DE VILA VELHA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10783.903164/2008-40 - Recorrente: T V V - TERMINAL DE VILA VELHA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10783.903165/2008-94 - Recorrente: T V V - TERMINAL DE VILA VELHA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10783.903166/2008-39 - Recorrente: T V V - TERMINAL DE VILA VELHA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO
42 - Processo nº: 13811.000263/00-71 - Recorrente: CARGILL AGRICOLA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10680.910765/2012-43 - Recorrente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 11065.003376/2001-27 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE JULGAMENTO e Contribuinte: PLINIO FLECK ADMINISTRADORA DE BENS IMOVEIS LTDA
45 - Processo nº: 13884.004196/2001-44 - Recorrente: TECAP TECNOLOGIA COM. E APLIC. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 11080.016986/2002-83 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TELCOM TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA
47 - Processo nº: 19647.004740/2005-61 - Recorrente: TELEPISA CELULAR S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 13: EXCLUSAO DO SIMPLES
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
48 - Processo nº: 10480.731825/2012-10 - Recorrente: HABITARE WINDOW FASHION LIMITADA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 13709.000521/2002-10 - Recorrente: PLUGG - RIO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10530.724460/2009-39 - Recorrente: NEUMICRO - MONTAGEM E EMBALAGEM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 14: PER/DCOMP
Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO
51 - Processo nº: 16327.903368/2008-44 - Recorrente: BANCO GMAC S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
52 - Processo nº: 10880.936041/2009-78 - Recorrente: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10880.936042/2009-12 - Recorrente: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10880.986223/2009-90 - Recorrente: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10880.986224/2009-34 - Recorrente: CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO SABESP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 16682.900251/2012-46 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 10840.902660/2008-54 - Recorrente: ESCANDINAVIA VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 16327.900242/2008-18 - Recorrente: BANCO NOSSA CAIXA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 16327.900273/2008-79 - Recorrente: BANCO NOSSA CAIXA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
60 - Processo nº: 16682.902259/2014-17 - Recorrente: RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10730.720182/2010-28 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS PRIMO SCHINCARIOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10730.720267/2010-14 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS PRIMO SCHINCARIOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões extraordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.
OBSERVAÇÕES:
1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.
2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.
3) O julgamento do Processo nº 11065.721975/2014-41 (item 27) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 28 a 37. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 28 a 37, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.
4) O julgamento do Processo nº 10380.904202/2011-10 (item 38) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 39 a 72. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 39 a 72, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.
5) O julgamento do Processo nº 10983.900843/2010-25 (item 73) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 74 a 81. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 74 a 81, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.
6) O julgamento do Processo nº 10280.904791/2012-45 (item 82) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 83 a 106. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 83 a 106, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.
7) O julgamento do Processo nº 13896.911728/2009-10 (item 107) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 108 a 117. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 108 a 117 , nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: OUTRAS RECEITAS
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
1 - Processo nº: 16561.720144/2015-55 - Recorrentes: FMA PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
2 - Processo nº: 16682.720924/2011-03 - Recorrente: REXAM BEVERAGE CAN SOUTH AMERICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TEMA 2: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS - AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO

Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO

3 - Processo nº: 16327.720700/2016-47 - Recorrente: BANCO CETELEM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 16327.721155/2015-25 - Recorrente: BANCO CETELEM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 3: PER/DCOMP

5 - Processo nº: 13116.721201/2016-64 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 13116.721223/2016-24 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 13116.721239/2016-37 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 13116.900954/2014-72 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 13116.720668/2016-97 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 13116.720670/2016-66 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

11 - Processo nº: 10865.904662/2009-81 - Recorrente: AUTO POSTO EVOLUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 10865.904663/2009-25 - Recorrente: AUTO POSTO EVOLUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10865.904664/2009-70 - Recorrente: AUTO POSTO EVOLUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10865.904665/2009-14 - Recorrente: AUTO POSTO EVOLUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10865.904666/2009-69 - Recorrente: AUTO POSTO EVOLUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA: 4: SIMPLES - EXCLUSÃO/INCLUSÃO RETROATIVA

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

16 - Processo nº: 10830.003499/2003-49 - Recorrente: GRANADIER NETO COMERCIO E MANUTENCAO DE ESTUFAS AGRICOLAS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 10830.005016/2004-21 - Recorrente: TIG MASTER SOLDAS COMERCIO E SERVICOS DE SOLDAS ESPECIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 10830.004392/2004-07 - Recorrente: LINA DA CUNHA PENTEADO - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 13839.001428/2003-10 - Recorrente: FERNANDO MARTINHO CASTIGLIONI ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 5: OMISSÃO DE RECEITAS

Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO

20 - Processo nº: 16832.000265/2010-35 - Recorrente: FAESON DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10675.002956/2006-61 - Recorrente: GEMINI GRAPHIC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 11516.001586/2007-11 - Recorrente: EXPRESSO ESTRELA CATARINENSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 10935.005281/2009-46 - Recorrente: COUFORT - COMERCIO DE COUROS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

24 - Processo nº: 13502.000270/2007-96 - Recorrente: BRASKEM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 6: SUSPENSÃO DE IMUNIDADE/ISENÇÃO

25 - Processo nº: 13884.005054/2002-85 - Recorrente: FUNDACAO VALEPARAIBANA DE ENSINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10680.014495/2004-38 - Recorrente: FUNDACAO DOM CABRAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 7: MULTA POR FALTA DE ENTREGA DE DECLARAÇÃO

Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO

27 - Processo nº: 11065.721975/2014-41 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

28 - Processo nº: 11065.721662/2014-92 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 11065.721976/2014-95 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 11065.721977/2014-30 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 11065.721978/2014-84 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 11065.722053/2014-51 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 11065.722054/2014-03 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 11065.722056/2014-94 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 11065.722124/2014-15 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 11065.722125/2014-60 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 11065.722385/2014-35 - Recorrente: ZENGLEIN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 8: PER/DCOMP

Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO

38 - Processo nº: 10380.904202/2011-10 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

39 - Processo nº: 10380.904203/2011-64 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 10380.904204/2011-17 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 10380.904205/2011-53 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 10380.906944/2011-80 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 10380.906945/2011-24 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10380.908405/2009-61 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10380.908406/2009-13 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10380.908407/2009-50 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10380.908408/2009-02 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 10380.908409/2009-49 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 10380.908410/2009-73 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 10380.908411/2009-18 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 10380.908412/2009-62 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 10380.908413/2009-15 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 10380.908414/2009-51 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 10380.908415/2009-04 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 10380.908416/2009-41 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 10380.908417/2009-95 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 10380.908418/2009-30 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 10380.908419/2009-84 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 10380.908420/2009-17 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 10380.908421/2009-53 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 10380.908422/2009-06 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 10380.908423/2009-42 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 10380.908424/2009-97 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 10380.908425/2009-31 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 10380.908426/2009-86 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 10380.908427/2009-21 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 10380.908428/2009-75 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 10380.908429/2009-10 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 10380.908430/2009-44 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 10380.908431/2009-99 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 10380.908432/2009-33 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 10380.908433/2009-88 - Recorrente: IMAGEMAMA DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO

73 - Processo nº: 10983.900843/2010-25 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

74 - Processo nº: 10983.900360/2008-14 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 10983.902558/2008-24 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 10983.905073/2008-92 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 10983.908814/2009-78 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 10983.908815/2009-12 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 10983.908816/2009-67 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 10983.908817/2009-10 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 11516.003424/2007-17 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 9: LUCRO PRESUMIDO: COEFICIENTES DE PRESUNÇÃO

Relator(a): NELSO KICHEL

82 - Processo nº: 10280.904791/2012-45 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

83 - Processo nº: 10280.723231/2013-72 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 10280.901161/2013-08 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 10280.901162/2013-44 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 10280.901164/2013-33 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 10280.904794/2012-89 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo nº: 10280.904795/2012-23 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo nº: 10280.904798/2012-67 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo nº: 10280.904799/2012-10 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo nº: 10280.904803/2012-31 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo nº: 10280.904804/2012-86 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo nº: 10280.904805/2012-21 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo nº: 10280.904806/2012-75 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

95 - Processo nº: 10280.904807/2012-10 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo nº: 10280.904808/2012-64 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo nº: 10280.904809/2012-17 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 10280.904810/2012-33 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo nº: 10280.904813/2012-77 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo nº: 10280.904815/2012-66 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

101 - Processo nº: 10280.904820/2012-79 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

102 - Processo nº: 10280.904821/2012-13 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo nº: 10280.904822/2012-68 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

104 - Processo nº: 10280.904823/2012-11 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

105 - Processo nº: 10280.904824/2012-57 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

106 - Processo nº: 10280.904825/2012-00 - Recorrente: PREV SAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 10: DEDUÇÃO DE RETENÇÕES E RECOLHIMENTOS ANTECIPADOS

Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

107 - Processo nº: 13896.911728/2009-10 - Recorrente: DIOSYNTH PRODUTOS FARMOQUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

108 - Processo nº: 13896.911729/2009-64 - Recorrente: DIOSYNTH PRODUTOS FARMOQUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

109 - Processo nº: 13896.911730/2009-99 - Recorrente: DIOSYNTH PRODUTOS FARMOQUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo nº: 13896.911731/2009-33 - Recorrente: DIOSYNTH PRODUTOS FARMOQUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

111 - Processo nº: 13896.912363/2009-41 - Recorrente: DIOSYNTH PRODUTOS FARMOQUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo nº: 13896.912364/2009-95 - Recorrente: DIOSYNTH PRODUTOS FARMOQUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

113 - Processo nº: 13896.912365/2009-30 - Recorrente: DIOSYNTH PRODUTOS FARMOQUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

114 - Processo nº: 13896.912366/2009-84 - Recorrente: DIOSYNTH PRODUTOS FARMOQUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo nº: 13896.912367/2009-29 - Recorrente: DIOSYNTH PRODUTOS FARMOQUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

116 - Processo nº: 13896.912368/2009-73 - Recorrente: DIOSYNTH PRODUTOS FARMOQUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

117 - Processo nº: 13896.912370/2009-42 - Recorrente: DIOSYNTH PRODUTOS FARMOQUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 11: PENALIDADES - MULTAS ISOLADAS E MULTAS POR ATRASO NA ENTREGA DE DECLARAÇÕES

Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR

118 - Processo nº: 15586.720308/2011-70 - Embargante: BRAZIL TRADING LTDA

119 - Processo nº: 13502.000540/2005-05 - Recorrente: FRANGOS & PEIXES COM DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

120 - Processo nº: 13502.000541/2005-41 - Recorrente: FRANGOS & PEIXES COM DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

121 - Processo nº: 13502.000715/2004-95 - Recorrente: FRANGOS & PEIXES COM DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

122 - Processo nº: 18471.000771/2006-10 - Embargante: FERRAGENS RAMADA LIMITADA

123 - Processo nº: 19647.012821/2005-34 - Recorrentes: TIM NORDESTE TELECOMUNICACOES S/A e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

124 - Processo nº: 11610.007063/2003-86 - Recorrente: KLABIN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 12: OMISSÃO DE RECEITAS

Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO

125 - Processo nº: 16327.721637/2013-13 - Recorrente: BANCO GMAC S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO

126 - Processo nº: 10909.004499/2010-34 - Recorrente: FAJOFAMA COMERCIO DE ALIMENTOS E REPRESENTACOES LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

127 - Processo nº: 19515.722087/2011-69 - Recorrentes: RADIAL DISTRIBUICAO LTDA e FAZENDA NACIONAL

TEMA 13: LUCROS NO EXTERIOR

Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO

128 - Processo nº: 16643.000346/2010-62 - Recorrente: ITB HOLDING BRASIL PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

129 - Processo nº: 16539.720011/2014-85 - Recorrente: BELGRAVIA SERVICOS E PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

130 - Processo nº: 16327.721302/2014-86 - Recorrente: BANCO VOTORANTIM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 14: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS - AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO

131 - Processo nº: 19515.721363/2011-71 - Recorrentes: ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO SA e FAZENDA NACIONAL

TEMA 15: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

132 - Processo nº: 19740.000674/2008-34 - Embargante: SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

133 - Processo nº: 15374.724304/2009-31 - Embargante: COBRA TECNOLOGIA S.A.

Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

134 - Processo nº: 16327.001696/2010-29 - Embargante: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR

135 - Processo nº: 16832.001030/2009-27 - Recorrente: SOCIEDADE TECNICA E INDUSTRIAL DE LUBRIFICANTES SOLUTEC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 16: PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA

Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO

136 - Processo nº: 16561.720164/2014-45 - Recorrente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 17: COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

137 - Processo nº: 13819.000874/2001-83 - Recorrente: RASSINI-NHK AUTOPECAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 18: COOPERATIVAS

138 - Processo nº: 13629.721517/2012-42 - Recorrente: UNIMED JOAO MONLEVADE COOPERATIVA DE TRAB MEDICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 19: LUCRO PRESUMIDO - COEFICIENTES DE PRESUNÇÃO

Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR

139 - Processo nº: 13603.722749/2011-25 - Recorrente: QUALITEC ENGENHARIA DA QUALIDADE LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 20: RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO

140 - Processo nº: 13629.720359/2011-22 - Recorrente: FOX TURISMO AGENCIA DE VIAGENS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 21: ACRÉSCIMOS LEGAIS

Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO

141 - Processo nº: 10283.720639/2007-14 - Recorrente: ESSILOR DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 22: POSTERGAÇÃO DO PAGAMENTO DO IMPOSTO

142 - Processo nº: 19515.004010/2003-01 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CHEMIN INCORPORADORA S/A.

TEMA 23: COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

143 - Processo nº: 11610.009614/2007-70 - Recorrente: ITB HOLDING BRASIL PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

144 - Processo nº: 19515.722179/2012-20 - Recorrentes: UNILEVER BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

145 - Processo nº: 10950.006695/2008-13 - Recorrente: COCAMAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO

146 - Processo nº: 19515.003557/2004-62 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TUPY FUNDICOES

Relator(a): NELSO KICHEL

147 - Processo nº: 13899.000560/2003-08 - Recorrente: ACHESON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

148 - Processo nº: 10120.000871/2010-09 - Recorrente: TELEVISAO ANHANGUERA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 24: GLOSA DE CUSTOS E DESPESAS

Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO

149 - Processo nº: 16327.720885/2016-90 - Recorrente: ASSURANT SEGURADORA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

150 - Processo nº: 13005.720890/2013-02 - Recorrente: FRS S/A AGRO AVICOLA INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

151 - Processo nº: 10580.730619/2011-83 - Recorrente: GDK S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO

152 - Processo nº: 10630.720014/2010-61 - Recorrentes: ALCANA DESTILARIA DE ALCOOL DE NANUQUE S/A e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO

153 - Processo nº: 18471.000255/2006-95 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA

TEMA 25: DEDUÇÃO DE IMPOSTO

Relator(a): NELSO KICHEL

154 - Processo nº: 18471.001976/2004-51 - Recorrente: POSTO DE GASOLINA CENTRAL DA ABOLICAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

155 - Processo nº: 10680.921047/2008-16 - Recorrente: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 26: OMISSÃO DE RECEITAS: DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO

156 - Processo nº: 19515.001892/2008-50 - Recorrente: CONDRIMA COMERCIO E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

157 - Processo nº: 10865.000518/2009-73 - Recorrente: COMERCIO DE CEREAIS VALE DO SUL LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

158 - Processo nº: 19515.721598/2013-25 - Recorrente: MC CANN ERICKSON PUBLICIDADE LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO

159 - Processo nº: 10280.720851/2010-15 - Recorrente: NOVO TRIANGULO COMERCIO DE ALIMENTOS LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

160 - Processo nº: 11080.000107/2010-10 - Recorrente: PROAL ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

161 - Processo nº: 10410.003491/2009-19 - Recorrente: VISAO COM DE ORODUTOS OTICOS LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 27: ARBITRAMENTO DE LUCROS

162 - Processo nº: 15563.000444/2010-27 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: IMBRA DISTRIBUIDORA E RECICLAGEM DE METAIS LTDA

TEMA 28: OMISSÃO DE RECEITAS: RECEITAS NÃO DECLARADAS

Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

163 - Processo nº: 19515.002302/2009-97 - Recorrente: SODESP ORGANIZACAO DE DESPACHOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

164 - Processo nº: 10314.725666/2014-06 - Recorrentes: INTERCEMENT BRASIL S.A. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO

165 - Processo nº: 10980.720691/2011-90 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL-CURITIBA-PR e Contribuinte: ARTES GRAFICAS RENASCER LTDA - ME

166 - Processo nº: 16327.001486/2001-40 - Embargante: DEINF/SP e Contribuinte: BANCO SANTANDER CENTRAL HISPANO S.A

Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR

167 - Processo nº: 10925.720190/2011-78 - Recorrente: PRIMO & FREITAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

168 - Processo nº: 10480.734088/2013-98 - Recorrente: A.P.E. AUTOPECAS - EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

169 - Processo nº: 11020.722035/2014-95 - Recorrente: NTE AUTO PECAS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

170 - Processo nº: 11020.724102/2013-25 - Recorrente: NTE AUTO PECAS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 29: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS - AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

171 - Processo nº: 10314.720878/2015-70 - Recorrente: COMPANHIA LUZ E FORCA SANTA CRUZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 30: AJUSTE AO LUCRO LÍQUIDO

172 - Processo nº: 15521.000335/2008-81 - Recorrente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

173 - Processo nº: 13116.722753/2012-66 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO

174 - Processo nº: 16561.720090/2014-47 - Recorrente: VALE FERTILIZANTES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

175 - Processo nº: 19515.721114/2014-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INTEGRITAS PARTICIPACOES S.A.

Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO

176 - Processo nº: 10675.003554/2002-50 - Recorrente: SADIA INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 31: AGRAVAMENTO DE MULTA

177 - Processo nº: 10140.723126/2011-76 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MONZA DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA

TEMA 32: OMISSÃO DE RECEITAS - PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

178 - Processo nº: 11065.722333/2016-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: STAMPA ARTEFATOS DE COURO LTDA

TEMA 33: PER/DCOMP

Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

179 - Processo nº: 10680.938472/2009-25 - Recorrente: COMPANHIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS-CEMIG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

180 - Processo nº: 16327.000246/2008-02 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

181 - Processo nº: 10480.900074/2016-11 - Recorrente: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO

182 - Processo nº: 10120.002455/2001-46 - Recorrente: CIPA-INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTARES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NELSO KICHEL

183 - Processo nº: 10680.932852/2009-56 - Recorrente: CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

184 - Processo nº: 10680.935073/2009-11 - Recorrente: CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

185 - Processo nº: 10166.903359/2009-48 - Recorrente: BBTUR VIAGENS E TURISMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

186 - Processo nº: 10166.913640/2009-99 - Recorrente: BBTUR VIAGENS E TURISMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

187 - Processo nº: 10166.903360/2009-72 - Recorrente: BBTUR VIAGENS E TURISMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

188 - Processo nº: 10166.901241/2006-32 - Recorrente: BBTUR VIAGENS E TURISMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

189 - Processo nº: 15578.720083/2013-12 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 34: PREÇO DE TRANSFERÊNCIA

Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

190 - Processo nº: 14367.720002/2013-05 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO

191 - Processo nº: 16561.720049/2015-51 - Recorrente: ULTRAFERTIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 35: PRELIMINAR - CIÊNCIA VIA POSTAL

Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO

192 - Processo nº: 16561.720143/2014-20 - Recorrente: SIMM - SOLUCOES INTELIGENTES PARA MERCADO MOVEL DO BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 36: RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

193 - Processo nº: 10972.000082/2009-03 - Recorrente: DISTRIBUIDORA SOUSA GOMES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

194 - Processo nº: 10600.720008/2013-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BANCO INTERMEDIUM SA

TEMA 37: EXCLUSÃO DO SIMPLES

Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO

195 - Processo nº: 19515.004294/2007-51 - Recorrente: AWA SUPERSELL COMERCIAL DE ARTIGOS DESCARTAVEIS, DE FESTA E DECORACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NELSO KICHEL

196 - Processo nº: 11052.001420/2010-02 - Recorrente: ELEVADORES IDEAL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 38: SUSPENSÇÃO DE IMUNIDADE/ISENÇÃO

Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO

197 - Processo nº: 12448.729562/2013-91 - Embargante: 1ª TO da 3ª Câmara da 1ª Seção do CARF e Contribuinte: CAPEMISA - INSTITUTO DE ACAO SOCIAL

TEMA 39: APURAÇÃO INCORRETA

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

198 - Processo nº: 18471.000971/2002-49 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: GUILHERME FONTES FILMES LTDA ME

Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR

199 - Processo nº: 11080.009016/2004-93 - Embargante: RIO GRANDE ENERGIA SA

200 - Processo nº: 13808.000309/2002-26 - Embargante: DERAT/SP e Contribuinte: ASSOCIACAO DAS FAMILIAS PARA A UNIFICACAO E PAZ MUNDIAL

TEMA 40: COFINS - CONCEITO DE FATURAMENTO - EXIGÊNCIA REFLEXA

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

201 - Processo nº: 15586.000827/2005-70 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: RACE COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA

TEMA 41: IOF - EXIGÊNCIA BASEADA EM MESMOS ELEMENTOS DE PROVA DE AUTUAÇÃO DE IRPJ

Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR

202 - Processo nº: 16327.004074/2003-23 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BANCO BMC S.A.

TEMA 42: GLOSA DE CUSTOS E DESPESAS

Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO

203 - Processo nº: 19515.005912/2008-61 - Recorrente: CONSIDER DISTRIBUIDOR NACIONAL DE PRODUTOS SIDERURGICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

204 - Processo nº: 19515.720161/2016-17 - Recorrente: SAP BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

205 - Processo nº: 10803.720049/2012-32 - Recorrente: ITA PECAS PARA VEICULOS COMERCIO E SERVICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO

206 - Processo nº: 10855.724350/2013-91 - Recorrente: TECSIS TECNOLOGIA E SISTEMAS AVANCADOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR

207 - Processo nº: 16327.000005/99-11 - Embargante: FENICIA ADMINISTRACAO DE NEGOCIOS E COBRANCA LTDA

208 - Processo nº: 10480.720835/2010-68 - Embargante: SINTEQUIMICA DO BRASIL LIMITADA

209 - Processo nº: 16327.001397/2009-51 - Embargante: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

TEMA 43: DECADÊNCIA

210 - Processo nº: 18471.002045/2003-99 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FARMABRAZ BETA ATALAIA FARMACEUTICA LTDA

TEMA 44: OMISSÃO DE RECEITAS - DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO

211 - Processo nº: 10650.001629/2007-51 - Recorrente: BRAMILHO EXPORTACAO E COMERCIO DE CEREAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

212 - Processo nº: 13864.000447/2009-15 - Recorrente: A.C.I. NETWORK GUEDES LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

213 - Processo nº: 13984.002315/2008-72 - Recorrente: ALIDA ADELINA LANG ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

214 - Processo nº: 19515.720749/2016-71 - Recorrentes: IPCE FIOS E CABOS ELETRICOS EIRELI e FAZENDA NACIONAL

215 - Processo nº: 10540.001752/2009-81 - Recorrente: FRIGORIFICO PIRAJA INDUSTRIAL E COMERCIAL DE CARNES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

216 - Processo nº: 10730.006557/2006-67 - Recorrente: FAZENDA NOV MOD STA EDWIGES COM REP LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

217 - Processo nº: 15956.000394/2008-40 - Recorrente: VALBLOCK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

218 - Processo nº: 18088.000862/2010-65 - Recorrente: MASTER COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE COSMETICOS E SANEANTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO

219 - Processo nº: 10640.003823/2010-95 - Recorrente: CARVOARIA ARANTES E PEREIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

220 - Processo nº: 12448.720607/2011-09 - Recorrente: BCR - BIO CENTER RIO INFORMATICA E CELULAR LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR

221 - Processo nº: 11516.007540/2008-96 - Embargante: CARISMA TRANSPORTES LTDA

TEMA 45: OMISSÃO DE RECEITAS - PASSIVO FICTÍCIO

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

222 - Processo nº: 10469.720166/2012-44 - Recorrentes: DRICOS MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

223 - Processo nº: 19515.001633/2005-86 - Recorrente: LWS COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

224 - Processo nº: 19515.004070/2009-10 - Recorrente: MACLENY - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 46: OMISSÃO DE RECEITAS - DIVERSOS

225 - Processo nº: 16327.720393/2011-90 - Recorrentes: SOROCRED - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO

226 - Processo nº: 15983.000354/2010-95 - Recorrente: CONSULT LEASING SERVICOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO

227 - Processo nº: 15504.731281/2012-94 - Recorrentes: INFORMATICA NACIONAL S.A e FAZENDA NACIONAL

228 - Processo nº: 19515.720741/2013-61 - Recorrentes: EUROPACK INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS TERMOPLASTICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

TEMA 47: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS - AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO

Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO

229 - Processo nº: 10903.720018/2015-04 - Recorrente: CALAMO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE BELEZA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

230 - Processo nº: 10980.724365/2015-85 - Recorrente: O BOTICARIO FRANCHISING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NELSO KICHEL

231 - Processo nº: 10166.000239/2004-82 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL e Contribuinte: VIA ENGENHARIA S. A.

TEMA 48: PENALIDADES DIVERSAS

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

232 - Processo nº: 19740.000433/2006-23 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MEGAZEN FOMENTO MERCANTIL LTDA - ME

Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR

233 - Processo nº: 10280.721647/2010-11 - Embargante: AGROPALMA S/A

234 - Processo nº: 10855.001810/2003-37 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: PANIFICADORA SABINA LTDA

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

235 - Processo nº: 10865.720538/2015-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONSTRUTORA SIMOSO LTDA

Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR

236 - Processo nº: 16682.720061/2011-66 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BRASILVEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS

TEMA 49: PER/DCOMP

Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO

237 - Processo nº: 13005.901307/2009-78 - Recorrente: AGRO COMERCIAL AFUBRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR

238 - Processo nº: 10510.900018/2008-72 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A

239 - Processo nº: 10805.902228/2012-76 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA

240 - Processo nº: 19647.006058/2006-93 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: EDITORA JORNAL DO COMMERCIO S.A

TEMA 50: EXAMES PRELIMINARES

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

241 - Processo nº: 11516.004131/2010-52 - Embargante: DRF/FLORINÓPOLIS/SC e Contribuinte: MACEDO ADMINISTRACAO DE BENS PROPRIOS LTDA

TEMA 51: IPI - APURAÇÃO REFLEXA DE IRPJ

Relator(a): MILENE DE ARAUJO MACEDO

242 - Processo nº: 19515.720745/2013-40 - Recorrente: EUROPACK INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS TERMOPLASTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 52: RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

243 - Processo nº: 13780.720179/2017-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SELMO DE AZEVEDO MEDEIROS DOS SANTOS

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões extraordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 13851.903041/2012-22 (item 46) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 47 a 56. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 47 a 56, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

4) O julgamento do Processo nº 13896.901005/2013-99 (item 76) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 77 a 85. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 77 a 85, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

5) O julgamento do Processo nº 10320.901811/2012-11 (item 87) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 88 a 95. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 88 a 95, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

6) O julgamento do Processo nº 10680.913812/2012-19 (item 98) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 99 a 11. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 99 a 11, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: VISTAS E RETORNOS DE PAUTA

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

1 - Processo nº: 10830.721270/2014-42 - Recorrente: RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

2 - Processo nº: 10972.720011/2015-61 - Recorrentes: USINA FRUTAL ACUCAR E ALCOOL LTDA. e FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 11080.726189/2014-41 - Recorrente: FERMAU PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

4 - Processo nº: 10980.726765/2011-00 - Recorrente: O BOTICARIO FRANCHISING S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

5 - Processo nº: 11060.724851/2014-67 - Recorrente: FORMOSA PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

6 - Processo nº: 15563.720356/2013-98 - Recorrentes: SENDAS DISTRIBUIDORA S/A e FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 19515.721301/2015-93 - Recorrente: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 2:GLOSA DE CUSTOS E DESPESAS

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

8 - Processo nº: 11516.720289/2015-88 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 11516.720291/2015-57 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

10 - Processo nº: 10882.720216/2016-36 - Recorrente: TOTAL QUIMICA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

11 - Processo nº: 11516.722692/2011-18 - Recorrente: ALVES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO

12 - Processo nº: 13609.001434/2010-18 - Recorrente: SOCIEDADE CEREAIS UNAI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 3: OMISSÃO DE RECEITAS - DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

13 - Processo nº: 10865.003248/2010-96 - Recorrente: COMERCIO DE CONDIMENTOS PERMEL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10410.721488/2010-14 - Recorrente: ALMEIDA E ROCHA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 4: OMISSÃO DE RECEITAS

15 - Processo nº: 10882.001459/2010-86 - Recorrente: EDGAR YUDI SHIMIZU AUTOMOVEIS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 13312.000572/2010-05 - Recorrente: ANTONIO LUCIANO DA SILVA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 10872.000323/2010-78 - Recorrente: ALCOBACA - MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 5: EXCLUSÃO DO SIMPLES

18 - Processo nº: 11070.000435/2010-27 - Recorrente: CONPLAN ORGANIZACAO DE SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

19 - Processo nº: 10830.007090/2004-82 - Recorrente: WMF SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 6: DIVERSOS

Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO

20 - Processo nº: 10670.721867/2015-58 - Recorrentes: VANGUARDA FOMENTO MERCANTIL LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

21 - Processo nº: 10660.721588/2014-22 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS SILVIANOPOLIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 7: DIVERSOS

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

22 - Processo nº: 10070.000367/2003-12 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

23 - Processo nº: 10980.724267/2016-29 - Recorrente: BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO

24 - Processo nº: 17883.000457/2008-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TONGS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

25 - Processo nº: 18471.001568/2005-80 - Recorrentes: BRETAGNE COMERCIAL S.A. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO

26 - Processo nº: 10840.724301/2016-60 - Recorrente: PEDRA AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 19515.005473/2009-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: QUALY QUEIJOS COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - ME

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

28 - Processo nº: 16682.720841/2012-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NET RIO LTDA

29 - Processo nº: 15374.000837/2007-62 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

TEMA 8: RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO

30 - Processo nº: 11065.001849/2009-17 - Recorrente: MOINHOS CRUZEIRO DO SUL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 10073.901284/2009-08 - Recorrente: PRO BOAT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

32 - Processo nº: 10882.720146/2008-14 - Embargante: FERTIBRAS S/A

33 - Processo nº: 13851.000076/2002-36 - Recorrente: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

34 - Processo nº: 13888.901126/2015-00 - Recorrente: A.A.DE MELO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 10980.723331/2015-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMERCIAL BEIRAO DA SERRA LTDA

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

36 - Processo nº: 16561.720038/2015-71 - Recorrentes: RAIA DROGASIL S/A e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO

37 - Processo nº: 16643.720053/2013-48 - Recorrente: SCHAEFFLER BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

38 - Processo nº: 10860.210443/98-72 - Recorrente: F. J. M. BORGES & CIA. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 13807.000361/00-41 - Recorrente: BRICKELL PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 9: OMISSÃO DE RECEITAS - DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

40 - Processo nº: 10865.002430/2010-20 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FORUSI METAIS SANITARIOS LTDA - EPP

Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS

41 - Processo nº: 10183.727555/2015-40 - Recorrente: GERCIO MARCELINO MENDONCA JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

42 - Processo nº: 10830.722424/2012-51 - Embargante: SINTESE - FOMENTO MERCANTIL LTDA - ME

Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS

43 - Processo nº: 17883.720008/2016-76 - Recorrente: ALOES PIRAI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

44 - Processo nº: 10166.722314/2013-51 - Recorrentes: MZ CONSTRUTORA LTDA - EPP e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS

45 - Processo nº: 10740.720005/2016-18 - Recorrentes: PRIME SOLUTIONS LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

46 - Processo nº: 13851.903041/2012-22 - Recorrente: ADRIANA APARECIDA OLIVEIRA SILVA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

47 - Processo nº: 13851.903042/2012-77 - Recorrente: ADRIANA APARECIDA OLIVEIRA SILVA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 13851.903043/2012-11 - Recorrente: ADRIANA APARECIDA OLIVEIRA SILVA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 13851.903044/2012-66 - Recorrente: ADRIANA APARECIDA OLIVEIRA SILVA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 13851.903045/2012-19 - Recorrente: ADRIANA APARECIDA OLIVEIRA SILVA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 13851.903046/2012-55 - Recorrente: ADRIANA APARECIDA OLIVEIRA SILVA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 13851.903049/2012-99 - Recorrente: ADRIANA APARECIDA OLIVEIRA SILVA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 13851.903050/2012-13 - Recorrente: ADRIANA APARECIDA OLIVEIRA SILVA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 13851.903052/2012-11 - Recorrente: ADRIANA APARECIDA OLIVEIRA SILVA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 13851.903053/2012-57 - Recorrente: ADRIANA APARECIDA OLIVEIRA SILVA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 13851.903054/2012-00 - Recorrente: ADRIANA APARECIDA OLIVEIRA SILVA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS

57 - Processo nº: 15586.720130/2015-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: WORLDXCHANGE INTERMEDIACAO E NEGOCIOS LTDA - ME

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

58 - Processo nº: 15504.020400/2009-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: R.I EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

TEMA 10: DIVERSOS

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

59 - Processo nº: 19515.720415/2013-54 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FLEURY S.A.

60 - Processo nº: 19515.001361/2006-03 - Embargante: VIVO PARTICIPACOES S.A.

61 - Processo nº: 19515.003489/2005-12 - Embargante: VIVO PARTICIPACOES S.A.

62 - Processo nº: 10384.900633/2009-52 - Recorrente: HOSPITAIS E CLINICAS DO PIAUI S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 16561.720076/2015-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INTERCEMENT PARTICIPACOES S.A.

64 - Processo nº: 13971.724186/2013-83 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MERCOSUL COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO

65 - Processo nº: 16151.720040/2014-91 - Recorrente: BRADISH REPRESENTACAO E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

66 - Processo nº: 16682.721104/2011-21 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TNL PCS S/A

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

67 - Processo nº: 16682.720351/2012-91 - Recorrente: TNL PCS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

68 - Processo nº: 15374.000836/2007-18 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

TEMA 11: RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

69 - Processo nº: 10735.901721/2010-88 - Recorrente: PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 10735.901712/2010-97 - Recorrente: PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 10735.901141/2010-91 - Recorrente: PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 10735.900003/2011-75 - Recorrente: PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 10735.900004/2011-10 - Recorrente: PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 10735.900863/2011-17 - Recorrente: PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 10735.901789/2011-48 - Recorrente: PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

76 - Processo nº: 13896.901005/2013-99 - Recorrente: AVANTI PROPAGANDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

77 - Processo nº: 13896.901009/2013-77 - Recorrente: AVANTI PROPAGANDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 13896.901012/2013-91 - Recorrente: AVANTI PROPAGANDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 13896.901013/2013-35 - Recorrente: AVANTI PROPAGANDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 13896.901015/2013-24 - Recorrente: AVANTI PROPAGANDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 13896.901018/2013-68 - Recorrente: AVANTI PROPAGANDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 13896.901020/2013-37 - Recorrente: AVANTI PROPAGANDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 13896.901021/2013-81 - Recorrente: AVANTI PROPAGANDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 13896.901022/2013-26 - Recorrente: AVANTI PROPAGANDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 13896.901025/2013-60 - Recorrente: AVANTI PROPAGANDA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 12: DIVERSOS

Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS

86 - Processo nº: 10980.725532/2013-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SCHOONER COMERCIO DE VESTUARIO E DEC. NAUTICA LTDA - EPP

87 - Processo nº: 10320.901811/2012-11 - Recorrente: EQUATORIAL SOLUCOES S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

88 - Processo nº: 10320.902032/2012-24 - Recorrente: EQUATORIAL SOLUCOES S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo nº: 10320.902691/2012-61 - Recorrente: EQUATORIAL SOLUCOES S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo nº: 10320.902692/2012-13 - Recorrente: EQUATORIAL SOLUCOES S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo nº: 10320.902693/2012-50 - Recorrente: EQUATORIAL SOLUCOES S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo nº: 10320.902696/2012-93 - Recorrente: EQUATORIAL SOLUCOES S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo nº: 10320.902697/2012-38 - Recorrente: EQUATORIAL SOLUCOES S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo nº: 10320.902698/2012-82 - Recorrente: EQUATORIAL SOLUCOES S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo nº: 10320.902700/2012-13 - Recorrente: EQUATORIAL SOLUCOES S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

96 - Processo nº: 16327.001989/2006-20 - Embargante: BRADESCO-KIRTON CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.

Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO

97 - Processo nº: 10746.900368/2011-71 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO

98 - Processo nº: 10680.913812/2012-19 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

99 - Processo nº: 10680.913813/2012-55 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo nº: 10680.913814/2012-08 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

101 - Processo nº: 10680.913815/2012-44 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

102 - Processo nº: 10680.913816/2012-99 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo nº: 10680.913817/2012-33 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

104 - Processo nº: 10680.913818/2012-88 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

105 - Processo nº: 10680.913819/2012-22 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

106 - Processo nº: 10680.913820/2012-57 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

107 - Processo nº: 10680.913821/2012-00 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

108 - Processo nº: 10680.913822/2012-46 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

109 - Processo nº: 10680.913823/2012-91 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo nº: 10680.913824/2012-35 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

111 - Processo nº: 10680.913825/2012-80 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 13: OMISSÃO DE RECEITAS - DEPÓSITOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

112 - Processo nº: 10909.000158/2008-75 - Recorrente: BACK COMERCIAL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO

113 - Processo nº: 10380.002462/2009-34 - Recorrente: BOM DE VERA INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

114 - Processo nº: 10935.007140/2007-04 - Recorrente: BERTONCELLI & FILHOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO

115 - Processo nº: 11522.001298/2008-68 - Recorrente: RIBEL DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

116 - Processo nº: 10909.002490/2009-55 - Recorrente: TRANSPORTES CECCATO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO

117 - Processo nº: 10640.000386/2010-58 - Recorrente: TRANSE CALCADOS E COMPLEMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

118 - Processo nº: 15540.000157/2009-41 - Recorrente: MAFIS - COMERCIO DE MATERIAIS RECICLAVEIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO

119 - Processo nº: 11522.001051/2008-41 - Recorrente: J. C. GONCALVES GASPAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

120 - Processo nº: 19515.003269/2010-56 - Recorrente: BT PRODUTOS INDUSTRIAIS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 10835.901867/2009-61 (item 45) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 46 a 74. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 46 a 74, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: GLOSA DE CUSTOS E DESPESAS

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

1 - Processo nº: 10680.903829/2010-98 - Recorrente: BUSINESS SOLUTIONS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 10680.903828/2010-43 - Recorrente: BUSINESS SOLUTIONS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 10945.721314/2014-47 - Recorrente: DANI & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

4 - Processo nº: 15586.001637/2009-01 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

5 - Processo nº: 14751.000142/2005-10 - Recorrente: ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 14751.002618/2009-72 - Recorrente: ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 14751.002674/2008-26 - Recorrente: ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10467.720529/2011-81 - Recorrente: ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

9 - Processo nº: 19515.720676/2012-93 - Recorrente: S.P.COM - SISTEMA PERISSINOTO DE COMUNICACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 2: GLOSA DE CUSTOS E DESPESAS

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

10 - Processo nº: 13896.723262/2015-45 - Recorrentes: SOG - OLEO E GAS S/A e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

11 - Processo nº: 10240.721228/2014-71 - Recorrente: ROVEMA VEICULOS E MAQUINAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 11080.732186/2013-66 - Recorrente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

13 - Processo nº: 15521.000001/2012-94 - Recorrentes: HSR DE ITAPERUNA INDUSTRIA E COMERCIO DE CHARQUES LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

14 - Processo nº: 10882.721035/2011-12 - Recorrentes: BRADESPLAN PARTICIPACOES LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

15 - Processo nº: 12448.727738/2014-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MAPE INCORPORACAO E EMPREENDIMENTOS LIMITADA

Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO

16 - Processo nº: 10932.720133/2015-23 - Recorrente: MIX ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO

17 - Processo nº: 13116.720614/2012-06 - Recorrente: CDA - COMPANHIA DE DISTRIBUICAO ARAGUAIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

18 - Processo nº: 13609.720191/2015-17 - Recorrente: POSTO LUBRIMAX LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

19 - Processo nº: 16004.720091/2013-26 - Recorrente: JET CASA INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

20 - Processo nº: 19515.005600/2009-39 - Recorrente: D P VALE VERDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 19515.000248/2010-89 - Recorrente: EMPORIO DI DOLCE COMERCIO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 3: OMISSÃO DE RECEITAS

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

22 - Processo nº: 19515.720776/2014-81 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE LATAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

23 - Processo nº: 10314.725621/2014-23 - Recorrente: DIA BRASIL SOCIEDADE LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 4: RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

24 - Processo nº: 16692.726230/2015-86 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

25 - Processo nº: 10073.901504/2008-12 - Recorrente: HOTEL DO FRADE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 5: RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO

26 - Processo nº: 14098.000215/2009-40 - Embargante: FRIGOSAFRA EMPREENDIMENTOS LTDA - ME

27 - Processo nº: 10670.721526/2011-59 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CASTRO CAMPOS E CUNHA LTDA - ME

TEMA 6: DIVERSOS

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

28 - Processo nº: 19515.003604/2005-59 - Recorrente: BANESPA SA SERV TEC ADM E DE COR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO

29 - Processo nº: 10314.728930/2014-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RESICONTROL SOLUCOES AMBIENTAIS S.A.

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

30 - Processo nº: 10380.720020/2006-21 - Recorrente: NUTERAL INDUSTRIA DE FORMULACOES NUTRICIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO

31 - Processo nº: 13827.000676/2009-78 - Recorrente: TRANSPORTE VALE DO SOL BOTUCATU LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 7: DIVERSOS

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

32 - Processo nº: 16095.720119/2014-34 - Recorrente: TRANSPORTADORA BELMOK LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

33 - Processo nº: 16643.000289/2010-11 - Embargante: ZF DO BRASIL LTDA.

Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO

34 - Processo nº: 18471.001831/2005-31 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: COMPANHIA HOTEIS PALACE

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

35 - Processo nº: 10166.007099/2001-21 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BRASAL CAMINHOES LTDA

Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO

36 - Processo nº: 10880.928754/2010-00 - Embargante: HEJOASSU ADMINISTRACAO S.A.

Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO

37 - Processo nº: 13864.720066/2016-77 - Recorrente: RIGIS ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 16095.720037/2015-71 - Recorrente: GERAL EXPRESSO AGENCIAMENTO DE TRANSPORTE DE CARGAS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

39 - Processo nº: 16682.720737/2014-64 - Recorrente: LOJAS AMERICANAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

40 - Processo nº: 16327.721275/2014-41 - Recorrente: BANCO BRADESCO CARTOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

41 - Processo nº: 10920.720870/2014-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BARCELONA SECURITIZADORA S.A.

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

42 - Processo nº: 15586.720563/2014-65 - Recorrente: EXIMBIZ COMERCIO INTERNACIONAL S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 8: ARBITRAMENTO DE LUCROS

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

43 - Processo nº: 12571.720094/2012-93 - Recorrente: K R M TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

44 - Processo nº: 10283.720238/2016-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SODECAM -SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS LTDA

DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 9: LUCRO PRESUMIDO

Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO

45 - Processo nº: 10835.901867/2009-61 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

46 - Processo nº: 10835.901244/2009-99 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10835.901245/2009-33 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 10835.901246/2009-88 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 10835.901247/2009-22 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 10835.901248/2009-77 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 10835.901250/2009-46 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 10835.901252/2009-35 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 10835.901514/2008-81 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 10835.901855/2009-37 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 10835.901856/2009-81 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 10835.901857/2009-26 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 10835.901858/2009-71 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 10835.901859/2009-15 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 10835.901860/2009-40 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 10835.901861/2009-94 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 10835.901862/2009-39 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 10835.901863/2009-83 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 10835.901864/2009-28 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 10835.901865/2009-72 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 10835.901866/2009-17 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 10835.901868/2009-14 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 10835.901870/2009-85 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 10835.901963/2009-18 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 10835.901964/2009-54 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 10835.901965/2009-07 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 10835.901966/2009-43 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 10835.901967/2009-98 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 10835.901970/2009-10 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 10835.901971/2009-56 - Recorrente: LABORATORIO DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOPATOLOGIA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 10: OMISSÃO DE RECEITAS

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

75 - Processo nº: 11020.003770/2009-39 - Recorrente: ARTEFATOS DE METAIS CONDOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 12571.000123/2009-00 - Recorrentes: L. ANTUNES TRANSPORTES LTDA - EPP e FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 10630.720205/2006-46 - Recorrente: MONTE ALEGRE - PARTICIPACOES E ADMINISTR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

78 - Processo nº: 12571.720128/2012-40 - Recorrentes: BASTON DO BRASIL PRODUTOS QUIMICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO

79 - Processo nº: 13896.000622/2010-22 - Recorrente: KOFAR PRODUTOS METALURGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

80 - Processo nº: 10380.732638/2012-81 - Recorrente: DASS NORDESTE CALCADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 11: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS

Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO

81 - Processo nº: 10980.723835/2014-11 - Recorrentes: BOTICA COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA e FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 10903.720016/2015-15 - Recorrente: BOTICA COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 12: OPERAÇÕES SOCIETÁRIA

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

83 - Processo nº: 13896.722177/2015-60 - Recorrentes: BAXTER HOSPITALAR LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

84 - Processo nº: 10880.720343/2014-93 - Recorrente: ANTIGUA ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

85 - Processo nº: 10314.725644/2015-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SANTISTA WORK SOLUTION S.A.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
86 - Processo nº: 16561.720043/2015-84 - Recorrentes: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA
87 - Processo nº: 13896.722004/2011-18 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
88 - Processo nº: 16561.720143/2016-91 - Recorrente: SERASA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 13: GLOSA DE CUSTOS E DESPESAS
Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA
89 - Processo nº: 16327.720261/2016-72 - Recorrente: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 16561.720178/2015-40 - Recorrente: TAM LINHAS AEREAS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção

4ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões extraordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 13603.904309/2011-94 (item 59) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 60 a 79. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 60 a 79, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

4) O julgamento do Processo nº 13851.902677/2013-38 (item 82) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 83 a 99. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 83 a 99, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

5) O julgamento do Processo nº 10680.907763/2011-96 (item 113) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 114 a 136. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 114 a 136, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

6) O julgamento do Processo nº 15374.915764/2008-96 (item 147) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 148 a .158 O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 148 a 158, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

7) O julgamento do Processo nº 10480.900462/2016-01 (item 171) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 172 a .176 O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 172 a 176, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

8) O julgamento do Processo nº 10875.905274/2009-06 (item 183) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 184 a .196 O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 184 a 196, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: VISTAS E RETORNOS DE PAUTA
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
1 - Processo nº: 10680.721560/2013-76 - Recorrentes: SUPERMIX CONCRETO S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
2 - Processo nº: 15940.720094/2014-06 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
3 - Processo nº: 16327.721379/2012-94 - Recorrentes: BANCO PANAMERICANO SA e FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 16327.721464/2012-52 - Recorrentes: BANCO PANAMERICANO SA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
5 - Processo nº: 16327.720693/2011-79 - Recorrente: CORRETORA SOUZA BARROS CAMBIO E TITULOS S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 11030.722214/2012-41 - Recorrentes: ZAMBONATTO CONSTRUCOES LTDA e FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
7 - Processo nº: 19515.004649/2003-89 - Recorrentes: RIMET EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS S/A e FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 15983.720171/2014-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BIRLA CARBON BRASIL LTDA.
Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
9 - Processo nº: 19515.721565/2013-85 - Recorrente: GOURMAITRE COZINHA INDUSTRIAL E REFEICOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10882.002338/2007-56 - Recorrentes: ODONTOPREV S.A. e FAZENDA NACIONAL

DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 3: DEDUÇÕES/COMPENSAÇÕES EM RAZÃO DE RETENÇÕES, ANTECIPAÇÕES E RECOLHIMENTOS A MAIOR DO IMPOSTO
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
11 - Processo nº: 10880.928419/2010-01 - Recorrente: DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10880.947842/2014-26 - Recorrente: DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 16327.902024/2015-47 - Recorrente: DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 13603.900348/2013-84 - Recorrente: FIAT AUTOMOVEIS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 13603.904103/2010-83 - Recorrente: FIAT AUTOMOVEIS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: CONHECIMENTO
16 - Processo nº: 16327.001291/2006-12 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
17 - Processo nº: 13896.720684/2015-69 - Embargante: ITALICA SAUDE LTDA -
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
18 - Processo nº: 10480.004362/98-91 - Embargante: COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO
19 - Processo nº: 10865.720170/2014-00 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: KABUM COMERCIO ELETRONICO S.A.
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
20 - Processo nº: 16095.720077/2014-31 - Recorrente: STEELMAN CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
21 - Processo nº: 16327.003792/2002-00 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: KODAK BRASILEIRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA IMAGEM E SERVICOS LTDA

DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 5: OUTROS
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
22 - Processo nº: 19515.003680/2003-01 - Recorrente: ITAUTEC.COM SERVICOS S.A. - GRUPO ITAUTEC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
23 - Processo nº: 16327.720539/2013-69 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
24 - Processo nº: 19647.014650/2007-40 - Recorrente: NETUNO ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
25 - Processo nº: 13896.723075/2012-19 - Recorrente: ZELEPEL INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE PAPEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
26 - Processo nº: 16561.720153/2013-84 - Recorrentes: WHIRLPOOL S.A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
27 - Processo nº: 16327.721255/2014-71 - Embargante: FINANCEIRA ITAU CBD S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
28 - Processo nº: 10830.900042/2013-56 - Recorrente: MOTOROLA MOBILITY COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 11516.720795/2013-13 - Recorrente: PETROFAB EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
30 - Processo nº: 16151.720110/2017-54 - Recorrentes: KOSMOS COMERCIO DE VESTUARIO S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10380.009384/2008-18 - Recorrente: JOONGBO QUIMICA DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
32 - Processo nº: 16561.720150/2015-11 - Recorrentes: CCI CONCESSOES LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
33 - Processo nº: 16004.720074/2013-99 - Recorrente: COMERCIAL ZENA MOVEIS - SOCIEDADE LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
34 - Processo nº: 10166.002902/2005-64 - Recorrente: VIA ENGENHARIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 16327.901371/2014-71 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 16327.721149/2015-78 - Recorrentes: ITAU UNIBANCO S.A. e FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 16327.721204/2013-68 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
38 - Processo nº: 16327.721830/2011-92 - Recorrente: ITAU COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
39 - Processo nº: 16095.720083/2013-16 - Recorrente: ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
40 - Processo nº: 10540.722058/2012-04 - Embargante: BIOPAR S/A
41 - Processo nº: 19515.001309/2007-20 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FIGWAL TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
42 - Processo nº: 16095.720117/2015-26 - Recorrente: METALLICA INDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 16095.720152/2015-45 - Recorrentes: CORDEIRO FIOS E CABOS ELETRICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
44 - Processo nº: 16682.720950/2014-76 - Recorrente: CAMBRAIA E ROSA COMERCIO DE VEICULOS E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA
45 - Processo nº: 10073.721867/2012-44 - Recorrente: I P DE CARVALHO COMERCIO DE GAS M E - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10580.000413/2003-15 - Recorrente: GOODCAR COMERCIO DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10909.002267/2010-41 - Recorrente: AZULY PARTICIPACOES E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 16024.000799/2008-61 - Recorrente: GIROLIMP COMERCIO DE ARMARINHOS, DESCARTAVEIS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 19515.002604/2008-84 - Recorrente: HOLANDA COMERCIO DE FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

50 - Processo nº: 10825.722770/2015-51 - Recorrente: DOFAR DISTRIBUIDORA DE RACOES E FARELOS LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

51 - Processo nº: 10935.723840/2016-22 - Recorrentes: INDUSTRIAL ARBHORES COMPENSADOS - EIRELI - EPP e FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 11516.720104/2014-54 - Recorrentes: AMERICANPET INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA e FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 13971.722141/2013-74 - Recorrente: ZZA SECURITIZADORA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

54 - Processo nº: 19515.001749/2009-49 - Recorrentes: UNIDAS S.A. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

55 - Processo nº: 16561.720052/2014-94 - Recorrente: ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

56 - Processo nº: 19515.721524/2013-99 - Recorrente: JANSSEN-CILAG FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

57 - Processo nº: 10880.728600/2011-92 - Recorrente: RIO PLATE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 19515.004547/2010-92 - Recorrente: BEXMA COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

59 - Processo nº: 13603.904309/2011-94 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES

60 - Processo nº: 13603.904310/2011-19 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 13603.904311/2011-63 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 13603.904312/2011-16 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 13603.904313/2011-52 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 13603.904314/2011-05 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 13603.904315/2011-41 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 13603.904316/2011-96 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 13603.904317/2011-31 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 13603.904318/2011-85 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 13603.904319/2011-20 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 13603.904320/2011-54 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 13603.904321/2011-07 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 13603.904322/2011-43 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 13603.904323/2011-98 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 13603.904324/2011-32 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 13603.904325/2011-87 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 13603.904326/2011-21 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 13603.904327/2011-76 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 13603.904328/2011-11 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 13603.904329/2011-65 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

80 - Processo nº: 16682.721117/2013-61 - Recorrente: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 10680.933176/2009-38 - Recorrente: COMPANHIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS-CEMIG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES

82 - Processo nº: 13851.902677/2013-38 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 13851.902678/2013-82 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 13851.902679/2013-27 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 13851.902680/2013-51 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 13851.902681/2013-04 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 13851.902682/2013-41 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo nº: 13851.902685/2013-84 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo nº: 13851.902686/2013-29 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo nº: 13851.902687/2013-73 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo nº: 13851.902688/2013-18 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo nº: 13851.902689/2013-62 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo nº: 13851.902690/2013-97 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo nº: 13851.902691/2013-31 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo nº: 13851.902692/2013-86 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo nº: 13851.902693/2013-21 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo nº: 13851.902694/2013-75 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 13851.902695/2013-10 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo nº: 13851.902696/2013-64 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

100 - Processo nº: 13888.002554/2007-30 - Recorrente: CATERPILLAR BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

101 - Processo nº: 13899.900221/2006-68 - Recorrente: HENKEL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

102 - Processo nº: 16682.902174/2013-40 - Recorrente: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo nº: 16682.904390/2013-20 - Recorrente: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES

104 - Processo nº: 16561.720017/2016-37 - Recorrente: THINKTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE INFORMATICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

105 - Processo nº: 10950.000593/2010-17 - Recorrente: KOLLAN CONFECCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA

106 - Processo nº: 15758.000487/2009-91 - Recorrente: HELOISA CARLA RODRIGUES AYRES CANGA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES

107 - Processo nº: 19740.000698/2008-93 - Recorrente: BRASFAC FOMENTO MERCANTIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

108 - Processo nº: 13896.002328/2010-55 - Recorrente: ZERA INTEGRADORA DE SOLUCOES DE INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

109 - Processo nº: 13016.000973/2008-87 - Recorrente: RODOVIARIO SENI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo nº: 11516.723632/2014-65 - Recorrente: FONTANELLA TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN

111 - Processo nº: 10825.723197/2015-01 - Recorrente: MONDELLI INDUSTRIA DE ALIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo nº: 10120.727701/2014-91 - Recorrente: LIBRA FACTORING E FOMENTO MERCANTIL EIRELI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

113 - Processo nº: 10680.907763/2011-96 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES

114 - Processo nº: 10680.900886/2011-04 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo nº: 10680.900887/2011-41 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

116 - Processo nº: 10680.900888/2011-95 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

117 - Processo nº: 10680.900889/2011-30 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

118 - Processo nº: 10680.910487/2010-62 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

119 - Processo nº: 10680.910488/2010-15 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

120 - Processo nº: 10680.910489/2010-51 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

121 - Processo nº: 10680.911147/2011-30 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

122 - Processo nº: 10680.926342/2011-64 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

123 - Processo nº: 10680.926343/2011-17 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

124 - Processo nº: 10680.926344/2011-53 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

125 - Processo nº: 10680.926345/2011-06 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

126 - Processo nº: 10680.928378/2011-82 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

127 - Processo nº: 10680.928379/2011-27 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

128 - Processo nº: 10680.928380/2011-51 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

129 - Processo nº: 10680.928381/2011-04 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

130 - Processo nº: 10680.928382/2011-41 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

131 - Processo nº: 10680.928383/2011-95 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

132 - Processo nº: 10680.928384/2011-30 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

133 - Processo nº: 10680.928385/2011-84 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

134 - Processo nº: 10680.928386/2011-29 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

135 - Processo nº: 10680.928387/2011-73 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

136 - Processo nº: 10680.929130/2011-39 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN

137 - Processo nº: 10183.727784/2015-64 - Recorrente: COMERCIAL AMAZONIA DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

138 - Processo nº: 16306.720234/2013-03 - Recorrente: DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

139 - Processo nº: 19515.720364/2014-41 - Recorrente: FAST SHOP S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

140 - Processo nº: 10508.720648/2013-71 - Recorrente: COMERCIAL DE ESTIVAS MATOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

141 - Processo nº: 10830.726078/2012-81 - Recorrentes: GASFORTE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

142 - Processo nº: 16045.720021/2016-34 - Recorrente: CANA BRAVA TRANSPORTE E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

143 - Processo nº: 16045.720019/2016-65 - Recorrente: CANA BRAVA TRANSPORTE E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

144 - Processo nº: 12448.722374/2015-02 - Recorrente: ACOM COMUNICACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

145 - Processo nº: 11080.006702/2007-55 - Recorrente: CLEVESUL- COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

146 - Processo nº: 10735.002491/2005-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALL-SEVEN ADMINISTRACAO LTDA - ME

147 - Processo nº: 15374.915764/2008-96 - Recorrente: DIAMIX COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES

148 - Processo nº: 15374.915763/2008-41 - Recorrente: DIAMIX COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

149 - Processo nº: 15374.915765/2008-31 - Recorrente: DIAMIX COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

150 - Processo nº: 15374.915766/2008-85 - Recorrente: DIAMIX COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

151 - Processo nº: 15374.915767/2008-20 - Recorrente: DIAMIX COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

152 - Processo nº: 15374.915768/2008-74 - Recorrente: DIAMIX COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

153 - Processo nº: 15374.915770/2008-43 - Recorrente: DIAMIX COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

154 - Processo nº: 15374.915773/2008-87 - Recorrente: DIAMIX COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

155 - Processo nº: 15374.915775/2008-76 - Recorrente: DIAMIX COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

156 - Processo nº: 15374.915778/2008-18 - Recorrente: DIAMIX COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

157 - Processo nº: 15374.915779/2008-54 - Recorrente: DIAMIX COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

158 - Processo nº: 15374.915780/2008-89 - Recorrente: DIAMIX COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

159 - Processo nº: 19515.008041/2008-38 - Recorrente: COMERCIO DE METAIS LINENSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

160 - Processo nº: 19515.003968/2007-09 - Recorrente: PROJECTUS CONSULTORIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

161 - Processo nº: 18088.000440/2008-75 - Embargante: ENGENHARIA E CONSTRUCOES CARVALHO - EM RECUPERACAO JUDICIAL

Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES

162 - Processo nº: 10980.723579/2009-96 - Recorrente: TAISA BERNADETE BAUER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

163 - Processo nº: 10980.723641/2010-83 - Recorrente: TAISA BERNADETE BAUER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

164 - Processo nº: 16024.000624/2008-54 - Recorrente: JJ PRODUCOES E COBRANCAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

165 - Processo nº: 19515.001192/2006-01 - Recorrentes: GWI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e FAZENDA NACIONAL

166 - Processo nº: 19515.723149/2013-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TANGARA ENERGIA S/A

Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA

167 - Processo nº: 13502.000571/2006-39 - Recorrente: BRASKEM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

168 - Processo nº: 16004.001068/2007-91 - Recorrente: HOMBRE CONFECCOES E ACESSORIOS LTDA - ME. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

169 - Processo nº: 16048.000007/2008-81 - Recorrente: PILKINGTON BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

170 - Processo nº: 16048.000009/2008-70 - Recorrente: PILKINGTON BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

171 - Processo nº: 10480.900462/2016-01 - Recorrente: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES

172 - Processo nº: 10480.900463/2016-47 - Recorrente: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

173 - Processo nº: 10480.900464/2016-91 - Recorrente: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

174 - Processo nº: 10480.900465/2016-36 - Recorrente: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

175 - Processo nº: 10480.900466/2016-81 - Recorrente: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

176 - Processo nº: 10480.900467/2016-25 - Recorrente: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA

177 - Processo nº: 11831.004260/2003-49 - Recorrente: ALPARGATAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

178 - Processo nº: 11516.720934/2014-81 - Recorrente: KOMLOG IMPORTACAO LTDA. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

179 - Processo nº: 10935.002798/2010-17 - Recorrente: JORGE TOME - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

180 - Processo nº: 10935.002797/2010-72 - Recorrente: JORGE TOME - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

181 - Processo nº: 10840.722663/2011-10 - Recorrente: OLIVEIRA E PEREIRA COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

182 - Processo nº: 10950.721725/2012-00 - Recorrente: TEXSA DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

183 - Processo nº: 10875.905274/2009-06 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES

184 - Processo nº: 10875.902729/2011-48 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

185 - Processo nº: 10875.902730/2011-72 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

186 - Processo nº: 10875.902974/2011-55 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

187 - Processo nº: 10875.903393/2011-31 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

188 - Processo nº: 10875.904005/2011-39 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

189 - Processo nº: 10875.905275/2009-42 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

190 - Processo nº: 10875.905276/2009-97 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

191 - Processo nº: 10875.905277/2009-31 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

192 - Processo nº: 10875.905278/2009-86 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

193 - Processo nº: 10875.905279/2009-21 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

194 - Processo nº: 10875.905280/2009-55 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

195 - Processo nº: 10875.905281/2009-08 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

196 - Processo nº: 10875.906806/2011-39 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN

197 - Processo nº: 16561.720095/2013-99 - Recorrente: VEYANCE TECHNOLOGIES DO BRASIL PRODUTOS DE ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

198 - Processo nº: 10410.724039/2014-51 - Recorrente: L O DA SILVA CEREAIS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

199 - Processo nº: 10480.727878/2013-17 - Recorrente: BRPLAST EMBALAGENS FLEXIVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

200 - Processo nº: 10830.721289/2013-16 - Recorrente: RODOPETRO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

201 - Processo nº: 10980.723566/2014-84 - Recorrentes: ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA e FAZENDA NACIONAL

202 - Processo nº: 12448.722548/2015-29 - Recorrente: CBI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

203 - Processo nº: 19311.720365/2014-82 - Recorrente: AGR IMPORTACAO E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

204 - Processo nº: 19311.720364/2014-38 - Recorrente: BARAO-PLANET COMERCIO DE ROUPAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

205 - Processo nº: 19311.720361/2014-02 - Recorrente: FASHION-ROUPAS COMERCIO DE CONFECCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

206 - Processo nº: 19311.720397/2014-88 - Recorrente: HOT-MAXI SHOPPING COMERCIO DE CONFECCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

207 - Processo nº: 19311.720363/2014-93 - Recorrente: HOT-NUMBER-ONE COMERCIO DE CONFECCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

208 - Processo nº: 19311.720395/2014-99 - Recorrente: INVICTUS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

209 - Processo nº: 19311.720398/2014-22 - Recorrente: PLANET-JUNDI MAX COMERCIO DE CONFECCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

210 - Processo nº: 19311.720366/2014-27 - Recorrente: PLANET-OUT LET COMERCIO DE CONFECCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

211 - Processo nº: 19311.720368/2014-16 - Recorrente: POLO WEAR OUTLET COMERCIO DE CONFECCOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

212 - Processo nº: 16561.720195/2012-34 - Embargante: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 10835.901959/2009-41 (item 41) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 42 a 78. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 42 a 78, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

4) O julgamento do Processo nº 10805.902133/2010-91 (item 79) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 80 a 110. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 80 a 110, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

1 - Processo nº: 10283.720643/2008-63 - Recorrentes: FUJIFILM DA AMAZONIA LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES

2 - Processo nº: 19515.721562/2013-41 - Recorrente: GOURMAITRE COZINHA INDUSTRIAL E REFEICOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

3 - Processo nº: 10600.720022/2013-15 - Recorrente: APERAM INOX AMERICA DO SUL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES

4 - Processo nº: 12448.733043/2014-17 - Recorrente: REDE WINDSOR DE HOTEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

5 - Processo nº: 19515.720192/2016-78 - Recorrentes: RECUPERADORA VISTA AZUL INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA - EPP EM RECUPERACAO JUDICIAL - EPP e FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES

6 - Processo nº: 10920.002171/2006-49 - Recorrentes: TIGRE S.A. - TUBOS E CONEXOES e FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 16327.721415/2012-10 - Recorrente: ITAU VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 2: BENEFÍCIOS FISCAIS

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

8 - Processo nº: 11831.001201/2001-57 - Recorrente: NORCHEM HOLDINGS E NEGOCIOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES

9 - Processo nº: 15586.720036/2011-16 - Recorrentes: ARCELORMITTAL TUBARAO COMERCIAL S.A. e FAZENDA NACIONAL

DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: CORREÇÃO MONETÁRIA DO BALANÇO

Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES

10 - Processo nº: 15578.000128/2010-96 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 15578.000129/2010-31 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 4: COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS

12 - Processo nº: 15521.000293/2008-89 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PARAGON OFFSHORE DO BRASIL LTDA

TEMA 5: OMISSÃO DE RECEITAS

13 - Processo nº: 15521.000124/2005-04 - Recorrentes: NOBLE DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 19404.000423/2006-17 - Recorrentes: PARAGON OFFSHORE DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

15 - Processo nº: 10315.002249/2008-25 - Recorrente: CHAMAX SERVICOS DE MAO OBRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

16 - Processo nº: 10880.722831/2015-16 - Recorrente: BLOKOS ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN

17 - Processo nº: 11080.728037/2014-83 - Recorrentes: LPS SUL -CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES

18 - Processo nº: 11052.000201/2010-06 - Recorrente: BEST POWER GERADORES EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

19 - Processo nº: 19311.720207/2015-11 - Recorrente: ROBERTO RESTUM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 19311.720233/2015-31 - Recorrente: ROBERTO RESTUM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

21 - Processo nº: 10314.727988/2015-62 - Recorrentes: LUA NOVA IND E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

22 - Processo nº: 10580.721814/2008-17 - Recorrente: ODBINV S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 6: OMISSÃO DE RECEITAS

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

23 - Processo nº: 16561.720165/2014-90 - Recorrentes: ARAINVEST PARTICIPACOES SA. e FAZENDA NACIONAL

TEMA 7: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS

Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES

24 - Processo nº: 13971.005344/2010-50 - Recorrentes: BUNGE ALIMENTOS S/A e FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 13971.724030/2013-01 - Recorrentes: BUNGE ALIMENTOS S/A e FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 8: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

26 - Processo nº: 10600.720022/2014-98 - Recorrente: APERAM INOX AMERICA DO SUL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES

27 - Processo nº: 19311.720193/2014-47 - Recorrente: FIDELITY PROCESSADORA E SERVICOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

28 - Processo nº: 16561.720111/2014-24 - Recorrente: MCLG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 9: OUTRAS RECEITAS/DESPESAS

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

29 - Processo nº: 16561.720035/2012-95 - Recorrente: SADIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 16561.720139/2013-81 - Recorrente: EAGLE DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 10: LUCRO ARBITRADO

Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES

31 - Processo nº: 10670.721317/2014-58 - Recorrente: CAFE SABOR DE MINAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 15540.720258/2015-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SOCIEDADE EDUCACIONAL PLINIO LEITE S/S LTDA

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

33 - Processo nº: 19311.720151/2015-97 - Recorrente: LP ADMINISTRADORA DE BENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES

34 - Processo nº: 18470.730162/2014-17 - Recorrente: SANERIO CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 11: DEPÓSITOS BANCÁRIOS NÃO COMPROVADOS

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

35 - Processo nº: 12448.731363/2014-24 - Recorrente: S C M M SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

36 - Processo nº: 10872.000008/2010-41 - Recorrente: NORTE-LIGHT COMERCIAL ELETRICA, HIDRAULICA E SERVICOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES

37 - Processo nº: 10140.722638/2014-68 - Recorrente: SERMIX - SERVICOS E LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 12: DEPÓSITOS BANCÁRIOS NÃO COMPROVADOS

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

38 - Processo nº: 13896.722333/2014-10 - Recorrente: S.M. TERRAPLENAGEM LTDA. - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES

39 - Processo nº: 19515.722392/2012-31 - Recorrente: DANIEL CORSI DE SOUZA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 13: PER/DCOMP

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

40 - Processo nº: 10875.903623/2009-47 - Recorrente: CUMMINS BRASIL LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

41 - Processo nº: 10880.918121/2010-85 - Recorrente: CARGILL AGRICOLA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN

42 - Processo nº: 16682.720722/2011-53 - Recorrente: GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

43 - Processo nº: 16682.902803/2011-70 - Recorrente: BNDES PARTICIPACOES SA BNDESPAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

44 - Processo nº: 10835.901959/2009-41 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES

45 - Processo nº: 10835.001699/2009-11 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10835.720042/2009-48 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10835.900246/2009-61 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 10835.900247/2009-13 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 10835.900248/2009-50 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 10835.900249/2009-02 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 10835.900250/2009-29 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 10835.900886/2009-71 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 10835.901234/2009-53 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 10835.901235/2009-06 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 10835.901236/2009-42 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 10835.901237/2009-97 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 10835.901960/2009-76 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 10835.901961/2009-11 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 10835.902583/2009-92 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 10835.902584/2009-37 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 10835.902585/2009-81 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 10835.902586/2009-26 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 10835.902587/2009-71 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 10835.902588/2009-15 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 10835.902589/2009-60 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 10835.902590/2009-94 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 10835.902591/2009-39 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 10835.902592/2009-83 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 10835.902593/2009-28 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 10835.902594/2009-72 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 10835.902595/2009-17 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 10835.902596/2009-61 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 10835.902597/2009-14 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 10835.902598/2009-51 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 10835.902599/2009-03 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 10835.902600/2009-91 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 10835.902601/2009-36 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 10835.902602/2009-81 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA PRESIDENTE PRUDENTE S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

79 - Processo nº: 10805.902133/2010-91 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES

80 - Processo nº: 10805.902135/2010-80 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 10805.902807/2011-38 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 10805.902808/2011-82 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 10805.904561/2011-39 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 10805.904562/2011-83 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

85 - Processo nº: 10805.904563/2011-28 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10805.904565/2011-17 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10805.905354/2011-00 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 10805.906366/2011-43 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10805.906973/2009-99 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 10805.906976/2009-22 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10805.908210/2011-05 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10805.908220/2009-18 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10805.908230/2011-78 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 10805.908235/2011-09 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 10805.908237/2011-90 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 10805.908238/2011-34 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 10805.908239/2011-89 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10805.908435/2011-53 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10805.908436/2011-06 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10805.908437/2011-42 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10805.908438/2011-97 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10805.908439/2011-31 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10805.908440/2011-66 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10805.908441/2011-19 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 10805.908442/2011-55 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10805.908443/2011-08 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 10805.908444/2011-44 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10805.908445/2011-99 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10805.908446/2011-33 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10805.908447/2011-88 - Recorrente: LAB HORMON - LABORATORIO ESPECIALIZADO EM DOSAGENS HORMONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 14: PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

111 - Processo nº: 16561.720199/2012-12 - Recorrente: ROCHE DIAGNOSTICA BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 16643.000310/2010-89 - Recorrentes: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA e FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 15: PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

113 - Processo nº: 16643.000322/2010-11 - Recorrente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 16561.720136/2014-28 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 16561.720096/2014-14 - Recorrentes: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL

TEMA 16: LUCRO PRESUMIDO

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

116 - Processo nº: 11516.006725/2009-64 - Recorrente: EXAME LABORATORIO MEDICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 15504.723163/2014-74 - Recorrente: JAM ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 13896.722139/2012-64 - Recorrente: PRO SINALIZACAO VIARIA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 17: OUTRAS RECEITAS/DESPESAS

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

119 - Processo nº: 16643.720058/2013-71 - Recorrente: CARGILL AGRICOLA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES

120 - Processo nº: 10925.723080/2012-49 - Embargante: PARATI SA

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

121 - Processo nº: 16561.720119/2013-18 - Recorrentes: AGROCOMERCIAL TRIUNFO S.A. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

122 - Processo nº: 16327.000911/2007-79 - Recorrente: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 18: AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

123 - Processo nº: 19515.722808/2012-11 - Recorrente: INEPAR S.A. INDUSTRIA E CONSTRUCOES - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 19515.720436/2016-12 - Recorrente: CONTERN-CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento do recurso da sessão extraordinária a ser realizada na data a seguir mencionada, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 18:30 HORAS

Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO

1 - Processo nº: 16561.000068/2006-77 - Representante: CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA - Representada: SEGUNDA TURMA DA QUARTA CÂMARA DA PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO e Interessados: : BANK OF AMERICA NEGOCIOS E PARTICIPACOES LTDA. e FAZENDA NACIONAL - REPRESENTAÇÃO DE NULIDADE.

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LEONARDO DE ANDRADE COUTO
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento do recurso da sessão extraordinária a ser realizada na data a seguir mencionada, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 19:00 HORAS

Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE

1 - Processo nº: 16327.000299/2006-53 - Representante: CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA - Representada: SEGUNDA TURMA DA QUARTA CÂMARA DA PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO e Interessado: BANK OF AMERICA NEGOCIOS E PARTICIPACOES LTDA - REPRESENTAÇÃO DE NULIDADE.

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

PAULO MATEUS CICCONE
Presidente da 2ª Turma Ordinária
da 4ª Câmara da 1ª Seção
Substituto

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões extraordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 10730.907627/2011-63 (item 28) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 29 a 51. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 29 a 51, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: DIVERSOS

Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA

1 - Processo nº: 10283.720775/2014-33 - Recorrente: FOXCONN MOEBG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA

2 - Processo nº: 10803.720032/2015-28 - Recorrentes: GOLD BOSTON EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI

3 - Processo nº: 16682.902617/2013-01 - Recorrente: RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES

4 - Processo nº: 10166.001382/2003-19 - Recorrente: BB.LEASING S.A.ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO

5 - Processo nº: 16327.903402/2014-29 - Recorrente: BANCO ITAU BBA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 2: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS

Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE

6 - Processo nº: 16327.720419/2012-81 - Recorrente: LIDERPRIME - ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10530.720043/2012-12 - Recorrente: SAVON INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES

8 - Processo nº: 16641.720051/2014-50 - Recorrente: QUIP SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS

9 - Processo nº: 10480.729868/2011-54 - Recorrente: TRANSVAL SERVICOS GERAIS E CONSERVACAO LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10 - Processo nº: 10980.724029/2015-32 - Recorrente: COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 11516.722218/2014-39 - Recorrentes: ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERAMICOS e FAZENDA NACIONAL

DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 3: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS

Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE

12 - Processo nº: 11516.722572/2011-11 - Recorrente: PERKONS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES

13 - Processo nº: 10805.722537/2015-15 - Recorrentes: VIA VAREJO S/A e FAZENDA NACIONAL

TEMA 4: OMISSÃO DE RECEITAS

Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES

14 - Processo nº: 15504.724024/2015-49 - Recorrentes: GABRIEL GANANIAN e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI

15 - Processo nº: 10980.726058/2013-77 - Recorrente: JOIAS VIP LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 5: DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA

Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA

16 - Processo nº: 10166.721306/2016-30 - Recorrente: PAULO OCTAVIO INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 10932.720095/2015-17 - Recorrentes: COOPERFLY COOP DOS USUARIOS DE AERONAVE EM REGIME DE PROPRIEDADE COMPARTILHADA e FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 10830.724567/2015-41 - Recorrentes: MICROCAMP ESCOLA DE EDUCACAO PROFISSIONAL E COMERCIO DE LIVROS LTDA. - EPP e FAZENDA NACIONAL

TEMA 6: DIVERSOS

Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES

19 - Processo nº: 10980.724298/2016-80 - Recorrente: TUC PARTICIPACOES PORTUARIAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 10380.724501/2010-91 - Recorrente: J MACEDO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10314.728585/2014-50 - Recorrentes: UNIVERSO ONLINE S/A e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA

22 - Processo nº: 10660.720252/2013-61 - Recorrente: WINPARTS COMERCIO, INDUSTRIA, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 19515.720305/2015-54 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BASE PETROLEO E GAS S.A.

Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI

24 - Processo nº: 12448.735559/2012-26 - Recorrente: BRASTURINVEST INVESTIMENTOS TURISTICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 16327.000163/2010-20 - Recorrente: DEUTSCHE BANK - CORRETORA DE VALORES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 16327.721086/2012-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL

DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 7: PER/DCOMP

Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA

27 - Processo nº: 16327.001385/2006-83 - Recorrente: BANCO J.P. MORGAN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES

28 - Processo nº: 10730.907627/2011-63 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO

29 - Processo nº: 10730.720049/2010-71 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10730.907612/2011-03 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 10730.907613/2011-40 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 10730.907614/2011-94 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 10730.907615/2011-39 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10730.907616/2011-83 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 10730.907617/2011-28 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10730.907618/2011-72 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 10730.907619/2011-17 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 10730.907620/2011-41 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10730.907621/2011-96 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 10730.907622/2011-31 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 10730.907623/2011-85 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 10730.907624/2011-20 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 10730.907625/2011-74 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10730.907626/2011-19 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10730.907628/2011-16 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10730.907629/2011-52 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10730.907630/2011-87 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 10730.907631/2011-21 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 10730.907632/2011-76 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 10730.907633/2011-11 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 10730.907634/2011-65 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES

52 - Processo nº: 16682.900675/2014-72 - Recorrente: BNDES PARTICIPACOES SA BNDESPAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 16327.901420/2016-38 - Recorrente: BANCO BRADESCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 16327.900023/2011-34 - Recorrente: BANCO CITIBANK S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 16327.000574/2003-96 - Recorrente: CIA ITAULEASING DE ARREND.MERC.GPO.ITAU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI

56 - Processo nº: 19515.003985/2007-38 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 10283.720023/2009-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SONY BRASIL LTDA.

Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA

58 - Processo nº: 10070.000112/2003-41 - Recorrente: GALVASUD S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 10880.909384/2015-16 - Recorrente: NIPLAN ENGENHARIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 15251.720019/2014-03 - Recorrente: MAERSK ENERGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LEONARDO DE ANDRADE COUTO
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 13639.720105/2011-95 (item 46) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 47 a 64. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 47 a 64, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

4) O julgamento do Processo nº 10983.901701/2009-41 (item 93) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 94 a 115. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 94 a 115, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS

Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES

1 - Processo nº: 19515.721059/2015-58 - Recorrentes: MULTIGRAIN S.A. e FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 16327.721091/2015-62 - Recorrente: BANCO ABC BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS

3 - Processo nº: 10803.720157/2012-13 - Recorrente: GEOSONDA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10803.720074/2012-16 - Recorrentes: KITCHENS DECORACOES E PLANEJAMENTO DE INTERIORES LTDA e FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 12448.721942/2016-21 - Recorrente: PETRA ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA

6 - Processo nº: 10580.730619/2013-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASOIL MANATI EXPLORACAO PETROLIFERA S.A.

Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES

7 - Processo nº: 13971.721769/2012-71 - Recorrentes: CIA. HERING e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE

8 - Processo nº: 16561.000025/2006-91 - Recorrente: MAQUINAS AGRICOLAS JACTO S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO

9 - Processo nº: 14098.720037/2015-15 - Recorrente: CERVEJARIA PETROPOLIS DO CENTRO OESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES

10 - Processo nº: 11080.721473/2016-93 - Recorrente: CAPEMISA APLUB CAPITALIZACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 2: DIVERSOS

Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES

11 - Processo nº: 13116.722752/2012-11 - Recorrente: CAOA MONTADORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI

12 - Processo nº: 10930.900899/2009-61 - Recorrente: VIVO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 3: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS

13 - Processo nº: 10882.721447/2015-86 - Recorrentes: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES

14 - Processo nº: 16561.720017/2015-56 - Recorrente: SKY BRASIL SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 16327.721349/2014-40 - Recorrente: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES

16 - Processo nº: 13864.720171/2015-25 - Recorrente: TIVIT TERCEIRIZACAO DE PROCESSOS, SERVICOS E TECNOLOGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 13971.723958/2015-21 - Recorrentes: BUNGE ALIMENTOS S/A e FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI

18 - Processo nº: 16561.720025/2014-11 - Embargante: HYPERMARCAS S/A

TEMA 4: LUCRO ARBITRADO

Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES

19 - Processo nº: 19515.721015/2015-28 - Recorrente: IMPORT EXPRESS COMERCIAL IMPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 5: OMISSÃO DE RECEITAS

Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS

20 - Processo nº: 19515.720430/2015-64 - Recorrentes: REAL COMERCIAL LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO

21 - Processo nº: 14041.720086/2014-22 - Recorrentes: GRUPO OK CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS

22 - Processo nº: 10480.725748/2016-92 - Recorrente: MARINER COMERCIO E INDUSTRIA DE EMBARCACOES LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 6: OMISSÃO DE RECEITAS

Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS

23 - Processo nº: 15586.720289/2011-81 - Recorrentes: BRAZSHIPPING MARITIMA LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA

24 - Processo nº: 14751.720006/2015-11 - Recorrente: ELIBANEIDE PEREIRA WANDERLEY e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 10983.721593/2016-54 - Recorrente: BERNARDETE ORSI & CIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 7: DIVERSOS

Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES

26 - Processo nº: 16327.002216/2005-80 - Recorrente: CATERPILLAR BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE

27 - Processo nº: 19515.721446/2012-41 - Recorrentes: ENOB ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS

28 - Processo nº: 16327.721046/2011-84 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 16095.720124/2015-28 - Recorrentes: UNIMED DE GUARULHOS-COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES

30 - Processo nº: 16327.000976/2004-71 - Recorrente: UNIBANCO LEASING S/A A M e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE

31 - Processo nº: 12448.724685/2015-06 - Embargante: YOLANDA PARTICIPACOES S/A

Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI

32 - Processo nº: 10930.901147/2010-51 - Recorrente: VIVO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 8: DIVERSOS

Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA

33 - Processo nº: 10600.720076/2016-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SAMARCO MINERACAO S.A.

34 - Processo nº: 19515.720183/2016-87 - Recorrente: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 9: DEDUÇÕES/COMPENSAÇÕES EM RAZÃO DE RETENÇÕES, ANTECIPAÇÕES E RECOLHIMENTOS A MAIOR DO IMPOSTO

Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE

35 - Processo nº: 10735.904439/2009-19 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10735.904437/2009-20 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 10735.904263/2009-03 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 10735.904440/2009-43 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10735.904438/2009-74 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 10735.904436/2009-85 - Recorrente: CARL ZEISS VISION BRASIL INDUSTRIA OPTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 10: PER/DCOMP

Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO

41 - Processo nº: 10880.939479/2013-94 - Recorrente: SIEMENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 16306.721242/2011-05 - Recorrente: MORGAN STANLEY PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 10880.996932/2012-89 - Recorrente: INTERCEMENT BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10880.996930/2012-90 - Recorrente: INTERCEMENT BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10880.927731/2014-01 - Recorrente: CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS

46 - Processo nº: 13639.720105/2011-95 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO

47 - Processo nº: 13639.720094/2011-43 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 13639.720107/2011-84 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 13639.720108/2011-29 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 13639.720109/2011-73 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 13639.720110/2011-06 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 13639.720111/2011-42 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 13639.720112/2011-97 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 13639.720113/2011-31 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 13639.720114/2011-86 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 13639.720115/2011-21 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 13639.720116/2011-75 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 13639.720117/2011-10 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 13639.720118/2011-64 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 13639.720119/2011-17 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 13639.720120/2011-33 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 13639.720121/2011-88 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 13639.720122/2011-22 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 13639.720123/2011-77 - Recorrente: CARRARO & ROCHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA

65 - Processo nº: 11020.906198/2009-61 - Recorrente: TECNOVIN DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES

66 - Processo nº: 13804.001193/2002-82 - Recorrente: PERDIGAO AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 11: PER/DCOMP

Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA

67 - Processo nº: 10880.907573/2014-65 - Recorrente: BASF SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 10805.720100/2007-29 - Recorrente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI

69 - Processo nº: 10930.904414/2011-23 - Recorrente: VIVO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES

70 - Processo nº: 11060.002030/2005-85 - Recorrente: TECMA ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 11060.001066/2009-75 - Recorrente: TECMA ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES

72 - Processo nº: 10950.902657/2015-12 - Recorrente: USINA DE ACUCAR SANTA TEREZINHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 13603.902729/2012-17 - Recorrente: CNH INDUSTRIAL LATIN AMERICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 13149.000032/2003-23 - Recorrente: PASTORIL AGROPECUARIA COUTO MAGALHAES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI

75 - Processo nº: 10930.904006/2011-71 - Recorrente: VIVO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA

76 - Processo nº: 10880.901443/2006-17 - Recorrente: CAMARGO CORREA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 10880.913525/2012-44 - Recorrente: SE SUPERMERCADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 13971.720009/2006-07 - Recorrente: BUNGE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 12: PER/DCOMP

Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA

79 - Processo nº: 14033.003328/2008-71 - Recorrente: BANCO DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES

80 - Processo nº: 11831.000445/00-15 - Recorrente: ALFA PARTICIPACOES INDUSTRIAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 13804.001192/2002-38 - Recorrente: PERDIGAO AGROINDUSTRIAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES

82 - Processo nº: 10830.900582/2006-19 - Recorrente: DRAFT I PARTICIPACOES S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 16692.720481/2014-76 - Recorrente: AMBEV S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 10480.003108/2003-11 - Recorrente: FINAMBRAS HOLDING LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 10070.002840/2003-98 - Recorrente: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA

86 - Processo nº: 11610.005721/2003-03 - Recorrente: ALFASTAR PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 13502.720320/2009-17 - Recorrente: COPENOR COMPANHIA PETROQUIMICA DO NORDESTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo nº: 13502.000928/2002-55 - Recorrente: COPENOR COMPANHIA PETROQUIMICA DO NORDESTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES

89 - Processo nº: 10855.900002/2009-40 - Recorrente: HNK BR PARTICIPACOES E REPRESENTACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo nº: 16682.902743/2014-38 - Recorrente: PROVAR NEGOCIOS DE VAREJO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo nº: 13804.000497/2003-11 - Recorrente: PERDIGAO AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE

92 - Processo nº: 11610.003103/2001-59 - Recorrente: DROGARIA SAO PAULO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES

93 - Processo nº: 10983.901701/2009-41 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LEONARDO DE ANDRADE COUTO

94 - Processo nº: 10983.901702/2009-96 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo nº: 10983.901891/2008-16 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo nº: 10983.902053/2009-41 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo nº: 10983.902054/2009-95 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 10983.902232/2008-05 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo nº: 10983.902233/2008-41 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo nº: 10983.902234/2008-96 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

101 - Processo nº: 10983.902235/2008-31 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10983.902236/2008-85 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 10983.902237/2008-20 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10983.902238/2008-74 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 10983.902239/2008-19 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10983.902579/2009-21 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 10983.902959/2009-65 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10983.902960/2009-90 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10983.902961/2009-34 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10983.902962/2009-89 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10983.903141/2008-89 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 10983.903142/2008-23 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10983.903143/2008-78 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10983.903428/2009-90 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 10983.903789/2009-36 - Recorrente: CONFRETTA CONSTRUTORA FRETTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
116 - Processo nº: 10768.720251/2007-71 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 13: DIVERSOS
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
117 - Processo nº: 10920.001354/2005-66 - Recorrentes: SCHULZ S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
118 - Processo nº: 19515.002355/2007-46 - Recorrente: MARMARIS CAMBIO E TURISMO EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LEONARDO DE ANDRADE COUTO
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

3ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.
OBSERVAÇÕES:
1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.
2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.
3) O julgamento do Processo nº 10835.003027/2004-27 (item 26) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 27 a 33. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 27 a 33, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.
4) O julgamento do Processo nº 10835.000067/2006-89 (item 34) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 35 a 44. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 35 a 44, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: AÇÕES JUDICIAIS - CONCOMITÂNCIA
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
1 - Processo nº: 16327.720082/2013-92 - Recorrente: PERNAMBUCANAS FINANCIADORA S/A CRED FIN E INVESTIMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 16327.720236/2013-46 - Recorrente: PERNAMBUCANAS FINANCIADORA S/A CRED FIN E INVESTIMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: PIS/COFINS E IPI - BASE DE CÁLCULO
Relator(a): CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA
3 - Processo nº: 16045.720011/2015-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA
4 - Processo nº: 11080.732528/2012-67 - Recorrente: METRO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10410.004618/2002-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: USINAS REUNIDAS SERESTA S/A
Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO
6 - Processo nº: 10680.016279/2002-65 - Recorrente: SAMA SANTA MARTA SIDERURGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 13609.001059/2002-98 - Recorrente: SAMA - STA MARTA SDERURGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10680.720418/2005-00 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA MISTA DE TRANSPORTE DE CARGA, PASSAGEIROS E CONSUMO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA - COTRACARGEM
9 - Processo nº: 10070.002100/2001-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL
10 - Processo nº: 18471.000268/2005-83 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10830.007020/2004-24 - Recorrente: ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA PAULISTA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10580.002752/2005-06 - Recorrente: COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO E DA BAHIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10640.001360/2001-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL
Relator(a): DEMES BRITO
14 - Processo nº: 15758.000919/2008-83 - Recorrente: OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS TUR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10980.001384/2006-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TOTAL LINHAS AEREAS S.A
16 - Processo nº: 10280.720815/2008-29 - Recorrente: CONDOMINIO VOLUNTARIO PATIO BELEM e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 13807.002837/00-60 - Recorrente: VICUNHA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: COMPENSAÇÃO
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
18 - Processo nº: 11075.001568/2004-22 - Recorrentes: COOPERATIVA AGRICOLA URUGUAIANA LIMITADA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL
19 - Processo nº: 10580.905933/2008-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FLAMINGO'S PARADISE S/A - INVESTIMENTOS
Relator(a): DEMES BRITO
20 - Processo nº: 10314.001468/00-41 - Recorrente: UNILEVER BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10314.001472/00-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UNILEVER BRASIL LTDA.
22 - Processo nº: 10380.001948/2005-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MERCADINHO MAPEL LTDA - ME
TEMA 4: MULTA DE OFÍCIO
Relator(a): CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA
23 - Processo nº: 10860.720564/2014-08 - Recorrentes: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA e FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10860.721985/2012-86 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA
25 - Processo nº: 10166.730561/2012-40 - Recorrentes: BRASAL REFRIGERANTES S/A e FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: RESSARCIMENTO/EXPORTAÇÃO/PIS/COFINS/APURAÇÃO NÃO CUMULATIVA
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
26 - Processo nº: 10835.003027/2004-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
27 - Processo nº: 15940.000293/2007-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
28 - Processo nº: 15940.000297/2007-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
29 - Processo nº: 15940.000298/2007-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
30 - Processo nº: 15940.000299/2007-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
31 - Processo nº: 15940.000300/2007-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
32 - Processo nº: 15940.000301/2007-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
33 - Processo nº: 15940.000302/2007-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
34 - Processo nº: 10835.000067/2006-89 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
35 - Processo nº: 10835.000118/2004-19 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10835.000163/2005-46 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10835.000829/2005-66 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10835.000935/2003-88 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10835.001182/2004-17 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10835.001183/2004-53 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10835.001556/2005-77 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10835.003026/2004-82 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 15940.000295/2007-56 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 15940.000296/2007-09 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA
45 - Processo nº: 10835.000068/2006-23 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 15940.000294/2007-10 - Recorrentes: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10835.000936/2003-22 - Recorrente: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10835.002005/2003-69 - Recorrente: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10835.002182/2004-26 - Recorrente: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 6: CLASSIFICAÇÃO
Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL
50 - Processo nº: 11050.002026/2003-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASKEM S/A
51 - Processo nº: 11050.002554/2003-23 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: KILLING S.A. TINTAS E ADESIVOS
52 - Processo nº: 11050.003145/2004-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: KEMIA TAU DO BRASIL INDUSTRIA QUIMICAS LTDA
Relator(a): CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA
53 - Processo nº: 11065.003605/2006-18 - Recorrentes: SPRINGER CARRIER LTDA e FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator(a): DEMES BRITO

54 - Processo nº: 10711.002691/2005-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SEAVIATION SERV AEROPORTUARIOS LTDA

55 - Processo nº: 11051.000379/2005-91 - Recorrente: AMERICAN QUIMICA DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 11968.001033/2008-21 - Recorrente: SUAPE PORCELANATO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 15165.000471/2011-73 - Recorrentes: VISUM SISTEMAS ELETRONICOS S/A e FAZENDA NACIONAL

TEMA 7: TRIBUTOS SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR - PENALIDADES E OUTROS

Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

58 - Processo nº: 10314.720075/2011-91 - Recorrente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 11128.002137/2003-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: D-LOG BRASIL OPERADOR LOGISTICO MULTIMODAL LTDA

60 - Processo nº: 13855.003838/2008-10 - Recorrente: EMBRAT EMPRESA BRASILEIRA DE ARMAZENS E TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 10831.013196/2004-13 - Recorrente: DHL EXPRESS (BRAZIL) LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 8: DIVERSOS

Relator(a): CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA

62 - Processo nº: 13839.001920/2004-76 - Recorrente: SAF COMERCIO DE PAPEIS E APARAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 13807.006968/00-80 - Recorrente: MELHORAMENTOS CMPC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

64 - Processo nº: 10073.901515/2008-94 - Recorrente: PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DEMES BRITO

65 - Processo nº: 16327.000137/2004-53 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SUL AMERICA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.

66 - Processo nº: 10665.721417/2011-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FERROESTE INDUSTRIAL LTDA

DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 9: MULTA POR ATRASO NA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE VEÍCULO OU CARGA NELE TRANSPORTADA - DENÚNCIA ESPONTÂNEA

Relator(a): CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA

67 - Processo nº: 10711.003636/2006-44 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: WILSON SONS AGENCIA MARITIMA LTDA

Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA

68 - Processo nº: 10715.000811/2010-98 - Recorrente: TAM LINHAS AEREAS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 10715.006434/2009-67 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TAM LINHAS AEREAS S/A.

70 - Processo nº: 10715.008227/2009-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TAM LINHAS AEREAS S/A.

71 - Processo nº: 10715.008377/2009-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TAM LINHAS AEREAS S/A.

72 - Processo nº: 10715.008746/2009-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TAM LINHAS AEREAS S/A.

73 - Processo nº: 10715.001380/2010-87 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DELTA AIR LINES INC

74 - Processo nº: 10715.008807/2009-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DELTA AIR LINES INC

TEMA 10: CONVERSÃO DA PENA DE PERDIMENTO EM MULTA

75 - Processo nº: 10983.722369/2011-75 - Recorrente: FIRST S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 10280.722313/2011-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SD COMERCIAL LTDA - EPP

TEMA 11: EMBARGOS

77 - Processo nº: 10855.722479/2013-64 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CERVEJARIA PETROPOLIS S/A

Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO

78 - Processo nº: 12466.000725/97-33 - Embargante: CIA IMPORTADORA E EXPORTADORA COIMEX

TEMA 12: NULIDADE

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

79 - Processo nº: 13808.003591/00-15 - Recorrente: AUTO SUECO SAO PAULO - CONCESSIONARIA DE VEICULOS LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO

80 - Processo nº: 11080.006963/2003-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JARZYNSKI ELETRICA LTDA - EPP

Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

81 - Processo nº: 11128.005667/97-85 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NOVARTIS BIOCIENCIAS SA

Relator(a): DEMES BRITO

82 - Processo nº: 10940.001634/2004-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FOSFOREIRA BRASILEIRA S/A

DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 13: IPI - CRÉDITO PRESUMIDO E CRÉDITO BÁSICO

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

83 - Processo nº: 10410.001165/98-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CIA AGROINDUSTRIAL VALE DO CAMARAGIBE

84 - Processo nº: 10410.001990/98-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CIA AGROINDUSTRIAL VALE DO CAMARAGIBE

85 - Processo nº: 10850.002365/2002-91 - Recorrente: USINA MOEMA ACUCAR E ALCOOL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

86 - Processo nº: 10820.002042/2002-55 - Recorrente: DESTILARIA VALE DO TIETE S/A - DESTIVALE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 13527.000053/2003-94 - Recorrentes: CAMPELO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e FAZENDA NACIONAL

88 - Processo nº: 13527.000259/2002-33 - Recorrente: CAMPELO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo nº: 13671.000025/2003-11 - Recorrente: SBL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo nº: 13851.001224/2003-11 - Recorrente: SUCOCITRICO CUTRALE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo nº: 13846.000014/2003-84 - Recorrente: CENTRAL DE ALCOOL LUCELIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA

92 - Processo nº: 13877.000031/99-34 - Recorrentes: CARGILL AGRICOLA S A e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

93 - Processo nº: 13856.000268/2002-01 - Recorrentes: USINA DA BARRA S/A - ACUCAR E ALCOOL e FAZENDA NACIONAL

94 - Processo nº: 13856.000263/2002-70 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: USINA DA BARRA S/A - ACUCAR E ALCOOL

Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA

95 - Processo nº: 10380.005581/2006-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CMS COMMODITY MAN SERVICES LTDA

96 - Processo nº: 13603.901702/2008-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PETRONAS LUBRIFICANTES BRASIL S.A

97 - Processo nº: 10830.720864/2008-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A

98 - Processo nº: 10630.901790/2008-45 - Recorrente: DASA- DESTILARIA DE ALCOOL SERRA DOS AIMORES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA

99 - Processo nº: 10380.900071/2006-34 - Recorrente: COMPEX INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCA E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo nº: 10380.902418/2009-26 - Recorrente: COMPEX INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCA E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

101 - Processo nº: 10380.902420/2009-03 - Recorrente: COMPEX INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCA E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

102 - Processo nº: 10380.902421/2009-40 - Recorrente: COMPEX INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCA E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo nº: 13984.000390/00-15 - Recorrente: MADEIREIRA BROCARDO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

104 - Processo nº: 13984.000391/00-70 - Recorrente: MADEIREIRA BROCARDO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

105 - Processo nº: 13804.002257/2001-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: LOUIS DREYFUS COMPANY BRASIL S.A.

106 - Processo nº: 13808.003335/96-05 - Recorrentes: LOUIS DREYFUS COMPANY BRASIL S.A. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

107 - Processo nº: 13981.000034/00-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MADEPINUS IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA.

108 - Processo nº: 13981.000043/00-69 - Recorrentes: MADEPINUS IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA

109 - Processo nº: 10783.901479/2006-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: REALCAFE SOLUVEL DO BRASIL S A

Relator(a): DEMES BRITO

110 - Processo nº: 13677.000053/2003-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ECB ARDOSIAS, LTDA

111 - Processo nº: 10283.005279/2007-27 - Recorrente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo nº: 13710.000165/2003-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA BRASILEIRA DE PETROLEO IPIRANGA

Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO

113 - Processo nº: 10120.006764/2002-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CARAMURU ALIMENTOS S/A.

Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA

114 - Processo nº: 10855.000911/2006-33 - Recorrente: METALUR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo nº: 10380.720053/2009-13 - Recorrente: PAQUETA CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 14: DECADÊNCIA

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

116 - Processo nº: 10882.003051/2004-09 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ROGE DISTRIBUIDORA E TECNOLOGIA S/A

117 - Processo nº: 16327.001339/2006-84 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRED.MUTUO DOS MEDICOS E DEMAIS PROFISS.DE NIVEL SUPERIOR DE SAUDE DE SAO JOSE DOS CAMPOS

118 - Processo nº: 10930.004857/2003-11 - Recorrente: TOYOPAR COMERCIO DE VEICULOS E PECAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

119 - Processo nº: 10380.013106/2006-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA

120 - Processo nº: 10380.013104/2006-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA

121 - Processo nº: 19515.002859/2004-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DGC PARTICIPACOES E INCORPORADORA LTDA.

122 - Processo nº: 10980.007510/2003-26 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HOTEIS DEVILLE LTDA

Relator(a): DEMES BRITO

123 - Processo nº: 13981.000154/2003-06 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASAUTO CACADOR LTDA

TEMA 15 - PRAZO PARA REPETIÇÃO DE INDÉBITO

Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL

124 - Processo nº: 13832.000086/2002-08 - Recorrente: ECTA EXTRACAO COMERCIO E TRANSPORTE DE AREIA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

125 - Processo nº: 10830.006521/2003-11 - Recorrente: MOTOMIL DE CAMPINAS COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

126 - Processo nº: 10830.006522/2003-57 - Recorrente: MOTOMIL DE CAMPINAS COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

127 - Processo nº: 10680.001481/2006-16 - Recorrente: NACIONAL EXPRESSO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

128 - Processo nº: 10880.018695/00-17 - Recorrente: PACAEMBU AUTOPECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ADRIANA GOMES RÊGO
Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO Nº 20, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Informa aplicação, no Distrito Federal, do Protocolo ICMS 50/17.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e tendo em vista o disposto no inciso II da cláusula trigésima segunda do Convênio ICMS 52/17, de 7 de abril de 2017, torna público, em atendimento à solicitação da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, que somente aplicará as disposições contidas no Protocolo ICMS 50/17, de 15 de dezembro de 2017, a partir de data prevista em decreto do Poder Executivo do Distrito Federal, a ser publicado posteriormente.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA

CÂMARA DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de Julgamento dos recursos da 76ª Reunião Ordinária da Câmara de Recursos da Previdência Complementar - CRPC, a ser realizada em 28 de fevereiro de 2018, na Esplanada dos Ministérios, Bloco "F", 9º andar, sala 902, Brasília/DF, nos horários a seguir mencionados:

Início dos trabalhos: 09h e 30 min

1) Processo nº 44011.000165/2015-12, Auto de Infração nº 0013/15-39, Decisão nº 12/2016/Dicol/Previc, Recorrentes: Alexej Predtechensky e Adilson Florêncio da Costa, Procurador: Leonardo Pimentel Bueno - OAB/DF nº 22.403, Entidade: POSTALIS - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, Relator: José Ricardo Sasseron. Retornando após vista do Membro Jeaniton Sousa Pinto.

2) Processo nº 44011.000303/2015-63, Auto de Infração nº 0019/15-15, Decisão nº 04/2017/Dicol/Previc, Recorrente: Ricardo Oliveira Azevedo, Procurador: Leonardo Pimentel Bueno - OAB/DF nº 22.403, Entidade: POSTALIS - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, Relatora: Fernanda Mandarino Dornelas. Retornando após vista do Membro Jarbas Antonio de Biagi.

3) Processo nº 44011.000312/2015-54, Auto de Infração nº 0026/15-81, Decisão nº 06/2016/Dicol/Previc, Recorrentes: Alexej Predtechensky, Adilson Florêncio da Costa, Ricardo Oliveira Azevedo, José Carlos Rodrigues Sousa e Mônica Christina Caldeira Nunes, Procurador: Leonardo Pimentel Bueno - OAB/DF nº 22.403, Entidade: POSTALIS - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, Relator designado: Alfredo Sulzbacher Wondracek/Denise Viana da Rocha Lima.

4) Processo nº 44011.000467/2015-91, Auto de Infração nº 0031/15-11, Decisão nº 15/2017/Dicol/Previc, Recorrentes: Antônio Carlos Conquista e Ricardo Oliveira Azevedo, Procuradores: Fábio Lopes Vilela Berbel - OAB/SP nº 264.103 e Leonardo Pimentel Bueno - OAB/DF nº 22.403, Entidade: POSTALIS - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, Relator designado: Maria Batista da Silva/Frederico Viana de Araujo.

5) Processo nº 44011.000468/2015-35, Auto de Infração nº 0030/15-58, Decisão nº 26/2017/Dicol/Previc, Recorrentes: Adilson Florêncio da Costa, Antônio Carlos Conquista, Alexej Predtechensky, Ricardo Oliveira Azevedo, José Carlos Rodrigues Sousa, Mônica Christina Caldeiras Nunes e João Carlos Penna Esteves, Procuradores: Fábio Lopes Vilela Berbel - OAB/SP nº 264.103 e Leonardo Pimentel Bueno - OAB/DF nº 22.403, Entidade: POSTALIS - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, Relator designado: Maria Batista da Silva/Frederico Viana de Araujo.

6) Processo nº 44011.000469/2015-80, Auto de Infração nº 0037/15-05, Decisão nº 18/2017/Dicol/Previc, Recorrentes: Júlio Vicente Lopes, Reginaldo Chaves de Alcântara, Ângela Rosa da Silva, Antônio Alberto Rodrigues Barbosa, Manoel dos Santos Oliveira Cantoara e José Alberto Brito, Procuradora: Renata Mollo dos Santos - OAB/SP nº 179.369, Entidade: POSTALIS - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, Relator designado: Jarbas Antonio de Biagi/Carlos Alberto Pereira.

Início dos trabalhos: 15h

7) Processo nº 44210.000006/2015-71, Auto de Infração nº 023/2015, Decisão nº 38/2016/Dicol/Previc, Recorrentes: Fábio Mazzeo, Valter Renato Gregori, Sérgio Reis Quaglia, Leopoldo Massardi, André Tivoli, Amaro Vieira da Silva, Jaime José Matos Rebelo e Sami Tebechrani, Procurador: Flávio Martins Rodrigues - OAB/RJ nº 59.051, Entidade: METRUS - Instituto de Seguridade Social, Relator: Alfredo Sulzbacher Wondracek. Retornando após vista do Membro Ricardo Só de Castro.

8) Processo nº 44210.000015/2015-62, Auto de Infração nº 38/2015, Decisão nº 42/2016/Dicol/Previc, Recorrentes: Fábio Mazzeo, Valter Renato Gregori e Sérgio Reis Quaglia, Procurador: Flávio Martins Rodrigues - OAB/RJ nº 59.051, Entidade: METRUS - Instituto de Seguridade Social, Relator designado: José Ricardo Sasseron/Ricardo Só de Castro.

PAULO CESAR DOS SANTOS
Presidente da Câmara

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.787, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto-Lei nº 2.124, de 13 de junho de 1984, no inciso IV e nos §§ 2º e 9º do art. 32, nos arts. 32-A e 32-C e no § 3º do art. 39 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, no art. 18 da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, no art. 90 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e no art. 1º da Lei nº 12.402, de 2 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º As normas disciplinadoras da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb) são as estabelecidas nesta Instrução Normativa.

CAPÍTULO I

DA OBRIGATORIEDADE DE APRESENTAÇÃO DA DCTFWEB

Art. 2º Deverão apresentar a DCTFWeb:

I - as pessoas jurídicas de direito privado em geral e as equiparadas a empresa nos termos do § 1º;

II - as unidades gestoras de orçamento dos órgãos públicos, das autarquias e das fundações de quaisquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;

III - os consórcios de que tratam os arts. 278 e 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, quando realizarem, em nome próprio:

a) a contratação de trabalhador segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS);

b) a aquisição de produção rural de produtor rural pessoa física;

c) o patrocínio de equipe de futebol profissional; ou

d) a contratação de empresa para prestação de serviço sujeito à retenção de que trata o art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

IV - as entidades de fiscalização do exercício profissional (conselhos federais e regionais), inclusive a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);

V - os fundos especiais criados no âmbito de quaisquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios bem como dos Ministérios Públicos e dos Tribunais de Contas, quando dotados de personalidade jurídica sob a forma de autarquia;

VI - os organismos oficiais internacionais ou estrangeiros em funcionamento no Brasil, quando contratarem trabalhador segurado do RGPS;

VII - os Microempreendedores Individuais (MEI), quando:

a) contratarem trabalhador segurado do RGPS;

b) adquirirem produção rural de produtor rural pessoa física;

c) patrocinarem equipe de futebol profissional; ou

d) contratarem empresa para prestação de serviço sujeito à retenção de que trata o art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991;

VIII - os produtores rurais pessoa física, quando:

a) contratarem trabalhador segurado do RGPS; ou

b) comercializarem a sua produção com adquirente domiciliado no exterior, a consumidor pessoa física, no varejo, a outro produtor rural pessoa física ou a segurado especial;

IX - as pessoas físicas que adquirirem produção de produtor rural pessoa física ou de segurado especial para venda, no varejo, a consumidor pessoa física; e

X - as demais pessoas jurídicas que estejam obrigadas pela legislação ao recolhimento das contribuições previdenciárias de que trata o art. 6º.

§ 1º Equiparam-se a empresa, para efeitos do disposto nesta Instrução Normativa, o contribuinte individual e a pessoa física na condição de proprietário ou dono de obra de construção civil, em relação a trabalhador segurado do RGPS que lhes presta serviço, bem como a cooperativa, a associação ou a entidade de qualquer natureza ou finalidade, a missão diplomática e a repartição consular de carreira estrangeiras.

§ 2º A DCTFWeb das pessoas jurídicas deverá ser apresentada de forma centralizada pelo respectivo estabelecimento matriz e identificada com o número de inscrição deste no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), ressalvadas as unidades gestoras dos órgãos públicos da administração direta de quaisquer dos poderes da União, quando inscritas no CNPJ como filiais.

§ 3º Deverão apresentar a DCTFWeb identificada com o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do titular ou responsável:

I - o contribuinte individual, inclusive o titular de serviço notarial e registral, e a pessoa física na condição de proprietário ou dono de obra de construção civil, na hipótese prevista no § 1º;

II - os produtores rurais pessoas físicas nas hipóteses previstas no inciso VIII do caput; e

III - as pessoas físicas de que trata o inciso IX do caput, que adquirirem produção de produtor rural pessoa física ou de segurado especial para venda, no varejo, a pessoa física.

§ 4º Para fins do disposto no inciso II do caput, considera-se unidade gestora de orçamento aquela autorizada a executar parcela do orçamento da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

§ 5º As informações relativas às sociedades em conta de participação (SCP) devem ser apresentadas pelo sócio ostensivo, em sua própria DCTFWeb.

CAPÍTULO II

DA DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DA DCTFWEB

Art. 3º Estão dispensados da obrigação de apresentar a DCTFWeb:

I - os contribuintes individuais que não têm trabalhador segurado do RGPS que lhes preste serviços;

II - os segurados especiais;

III - os produtores rurais pessoa física não enquadrados nas hipóteses previstas no inciso VIII do caput do art. 2º,

IV - os órgãos públicos em relação aos servidores públicos estatutários, filiados a regimes previdenciários próprios;

V - os segurados facultativos;

VI - os consórcios de que tratam os arts. 278 e 279 da Lei nº 6.404, de 1976, não enquadrados nas hipóteses previstas no inciso III do caput do art. 2º;

VII - os MEI, quando não enquadrados nas hipóteses previstas no inciso VII do caput do art. 2º,

VIII - os fundos especiais de natureza contábil ou financeira, não dotados de personalidade jurídica, criados no âmbito de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;

IX - as comissões sem personalidade jurídica criadas por ato internacional celebrado pela República Federativa do Brasil e 1 (um) ou mais países, para fins diversos;

X - as comissões de conciliação prévia de que trata o art. 625-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

XI - os fundos de investimento imobiliário ou os clubes de investimento registrados em Bolsa de Valores, segundo as normas fixadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou pelo Banco Central do Brasil (Bacen), cujas informações, quando existirem, serão prestadas pela instituição financeira responsável pela administração do fundo; e

XII - os organismos oficiais internacionais ou estrangeiros em funcionamento no Brasil que não tenham trabalhador segurado do RGPS que lhes preste serviços.

CAPÍTULO III

DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DCTFWEB

Art. 4º A DCTFWeb deverá ser elaborada a partir das informações prestadas nas escriturações do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) ou da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), módulos integrantes do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).

§ 1º Para a apresentação da DCTFWeb é obrigatório o uso de assinatura digital válida, com utilização de certificado de segurança emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica:

I - ao MEI;

II - às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) enquadradas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) que tenham até 1 (um) empregado no período a que se refere a declaração.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, a assinatura e a transmissão da DCTFWeb poderão ser realizadas por meio de código de acesso, obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <http://rfb.gov.br>.

CAPÍTULO IV

DO PRAZO DE APRESENTAÇÃO DA DCTFWEB

Art. 5º A DCTFWeb deverá ser apresentada mensalmente, até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao da ocorrência dos fatos geradores.

§ 1º Quando o prazo previsto no caput recair em dia não útil, a entrega da DCTFWeb será antecipada para o dia útil imediatamente anterior.

§ 2º Se houver interrupção temporária na ocorrência de fatos geradores, o contribuinte deverá apresentar a DCTFWeb relativa ao 1º (primeiro) mês nessa condição, ficando dispensado da obrigação nos meses subsequentes até que novos fatos geradores venham a ocorrer, observado o disposto nos §§ 3º e 4º.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, o contribuinte deverá apresentar a DCTFWeb relativa ao mês de janeiro de cada ano enquanto persistir a condição de inexistência de fato gerador a declarar, exceto os contribuintes a que se referem os incisos III, VI e VII do caput do art. 2º.

§ 4º Na hipótese prevista no § 2º, as pessoas físicas de que trata o § 3º do art. 2º ficam dispensadas da obrigação de apresentar DCTFWeb a partir do 1º (primeiro) mês sem ocorrência de fatos geradores, inclusive da obrigação prevista no § 3º, até que novos fatos geradores venham a ocorrer.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO V

DAS CONTRIBUIÇÕES DECLARADAS NA DCTFWEB

Art. 6º A DCTFWeb conterá informações relativas às contribuições previdenciárias:

I- previstas nas alíneas "a" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 1991;

II - instituídas a título de substituição às incidentes sobre a folha de pagamento, inclusive as referentes à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) de que trata a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011; e

III - destinadas a outras entidades ou fundos.

§ 1º Os valores relativos às contribuições exigidas em lançamento de ofício poderão ser informados na DCTFWeb como créditos, para fins de vinculação aos débitos apurados.

§ 2º Os valores retidos pela empresa contratante de serviços executados mediante cessão de mão de obra na forma prevista no art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, integrarão as informações da DCTFWeb da empresa tomadora de serviços.

CAPÍTULO VI

DOS OUTROS TIPOS DE DCTFWEB

Art. 7º Além da DCTFWeb a ser apresentada mensalmente no prazo de que trata o art. 5º, deverão ser transmitidas as seguintes declarações específicas:

I - DCTFWeb Anual, para a prestação de informações relativas aos valores pagos aos trabalhadores a título de 13º (décimo terceiro) salário; e

II - DCTFWeb Diária, para a prestação de informações relativas à receita de espetáculos desportivos realizados por associação desportiva que mantém clube de futebol profissional, quando for o caso.

§ 1º A DCTFWeb Anual deverá ser transmitida até o dia 20 de dezembro de cada ano.

§ 2º Quando o prazo previsto no § 1º recair em dia não útil, o prazo será antecipado para o dia útil imediatamente anterior.

§ 3º A DCTFWeb Diária deverá ser transmitida até o 2º (segundo) dia útil após a realização do evento desportivo, pela entidade promotora do espetáculo.

§ 4º Na hipótese prevista no § 3º, havendo mais de 1 (um) evento desportivo no mesmo dia, as informações deverão ser agrupadas e enviadas na mesma DCTFWeb Diária.

§ 5º As declarações de que trata o caput devem ser transmitidas somente quando houver valores a declarar.

§ 6º Aplicam-se às declarações de que trata o caput as demais disposições previstas nesta Instrução Normativa.

CAPÍTULO VII

DAS PENALIDADES

Art. 8º O sujeito passivo que deixar de apresentar a DCTFWeb no prazo fixado ou que a apresentar com incorreções ou omissões será intimado a apresentar declaração original, no caso de não apresentação, ou a prestar esclarecimentos, nos demais casos, no prazo estipulado pela RFB, e sujeitar-se-á às seguintes multas:

I - de 2% (dois por cento) ao mês calendário ou fração, incidentes sobre o montante das contribuições informadas na DCTFWeb, ainda que integralmente pagas, no caso de falta de entrega dessa declaração ou entrega após o prazo, limitada a 20% (vinte por cento), observado o disposto no § 3º; e

II - de R$ 20,00 (vinte reais) para cada grupo de 10 (dez) informações incorretas ou omitidas.

§ 1º Para efeitos de aplicação da multa prevista no inciso I do caput, será considerado como termo inicial o dia seguinte ao término do prazo fixado para a entrega da declaração, e como termo final a data da efetiva entrega ou, no caso de não apresentação, a data da lavratura do Auto de Infração ou da Notificação de Lançamento.

§ 2º A multa mínima a ser aplicada será de:

I - R$ 200,00 (duzentos reais), no caso de omissão de declaração sem ocorrência de fatos geradores; ou

II - R$ 500,00 (quinhentos reais), nos demais casos.

§ 3º Observado o disposto no § 2º, as multas serão reduzidas:

I - em 50% (cinquenta por cento), quando a declaração for apresentada após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício; ou

II - em 25% (vinte e cinco por cento), se houver a apresentação da declaração no prazo fixado na intimação.

§ 4º Em substituição às reduções de que trata o § 3º, as multas de que tratam o caput e o § 2º terão redução de 90% (noventa por cento) para o MEI e de 50% (cinquenta por cento) para a ME e a EPP enquadradas no Simples Nacional.

§ 5º O disposto no § 4º não se aplica na hipótese de:

I - fraude, resistência ou embaraço à fiscalização; ou

II - ausência de pagamento da multa no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação.

§ 6º As multas de que trata este artigo serão exigidas mediante lançamento de ofício.

§ 7º No caso de órgãos públicos da administração direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, as multas a que se refere este artigo serão lançadas em nome do respectivo ente da Federação a que pertençam.

§ 8º No caso de autarquias e fundações públicas federais, estaduais, distritais ou municipais, as multas a que se refere este artigo serão lançadas em nome da respectiva autarquia ou fundação.

CAPÍTULO VIII

DO TRATAMENTO DOS DADOS INFORMADOS NA DCTFWEB

Art. 9º Os valores informados na DCTFWeb serão objeto de procedimento de auditoria interna.

§ 1º Os saldos a pagar relativos a cada contribuição informada na DCTFWeb e os valores das diferenças apuradas em procedimentos de auditoria interna, relativos às informações indevidas ou não comprovadas prestadas na DCTFWeb sobre pagamento, parcelamento, dedução, compensação, exclusão ou suspensão de exigibilidade, poderão ser objeto de cobrança administrativa com os acréscimos moratórios devidos e, caso não liquidados, serão enviados para inscrição em Dívida Ativa da União (DAU).

§ 2º Os avisos de cobrança referentes à cobrança administrativa de que trata o § 1º deverão ser consultados por meio da Caixa Postal Eletrônica, disponível no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC), no endereço <rfb.gov.br>.

§ 3º A inscrição em DAU será efetuada:

I - no caso de órgãos públicos da administração direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, em nome do respectivo ente da Federação a que pertençam;

II - no caso de autarquias e fundações públicas federais, estaduais, distritais e municipais, em nome da própria autarquia ou fundação.

CAPÍTULO IX

DA RETIFICAÇÃO DE DECLARAÇÕES

Art. 10. A alteração das informações prestadas em DCTFWeb, nas hipóteses em que admitida, será efetuada mediante apresentação de DCTFWeb retificadora, elaborada com observância das mesmas normas estabelecidas para a declaração retificada.

§ 1º A DCTFWeb retificadora terá a mesma natureza da declaração originariamente apresentada e servirá para declarar novos débitos, aumentar ou reduzir os valores de débitos já informados ou efetivar qualquer alteração nos créditos vinculados.

§ 2º A retificação não produzirá efeitos quando tiver por objeto:

I - reduzir os débitos:

a) cujos saldos a pagar já tenham sido enviados à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para inscrição em DAU, nos casos em que importe alteração desses saldos;

b) cujos valores apurados em procedimentos de auditoria interna, relativos às informações indevidas ou não comprovadas prestadas na DCTFWeb, sobre pagamento, parcelamento, dedução, compensação, exclusão ou suspensão de exigibilidade, já tenham sido enviados à PGFN para inscrição em DAU;

c) que tenham sido objeto de exame em procedimento de fiscalização; ou

d) objeto de pedido de parcelamento deferido; ou

II - alterar os débitos de contribuições em relação aos quais o sujeito passivo tenha sido intimado do início de procedimento fiscal.

§ 3º A retificação de valores informados na DCTFWeb, que resulte em alteração do montante de débitos já enviados à PGFN para inscrição em DAU, de débitos que tenham sido objeto de exame em procedimento de fiscalização ou de débitos objeto de pedido de parcelamento deferido, poderá ser efetuada pela RFB somente nos casos em que houver prova inequívoca da ocorrência de erro de fato no preenchimento da declaração e enquanto não for extinto o crédito tributário.

§ 4º Na hipótese prevista no inciso II do § 2º, havendo recolhimento anterior ao início do procedimento fiscal em valor superior ao declarado, a pessoa jurídica poderá apresentar declaração retificadora, em atendimento a intimação fiscal e nos termos desta, para sanar erro de fato, sem prejuízo das penalidades de que trata o art. 8º.

§ 5º O direito de o sujeito passivo pleitear a retificação da DCTFWeb extingue-se em 5 (cinco) anos contados a partir do 1º (primeiro) dia do exercício seguinte ao qual se refere a declaração.

Art. 11. As DCTFWeb retificadoras poderão ser retidas para análise com base na aplicação de parâmetros internos estabelecidos pela RFB.

§ 1º O responsável pelo envio da DCTFWeb retida para análise será intimado a prestar esclarecimentos ou a apresentar documentos sobre as possíveis inconsistências ou indícios de irregularidade detectados na análise.

§ 2º A intimação para o sujeito passivo prestar esclarecimentos ou apresentar documentação comprobatória poderá ser efetuada de forma eletrônica, observada a legislação específica, prescindindo, nesse caso, de assinatura.

§ 3º O não atendimento à intimação no prazo determinado ensejará a não homologação da retificação.

§ 4º Não produzirão efeitos as informações retificadas:

I - enquanto pendentes de análise; e

II - não homologadas.

Art. 12. A pessoa jurídica cuja exclusão do Simples Nacional tenha sido efetivada com efeitos retroativos fica obrigada a retificar as DCTFWeb apresentadas desde a data à qual os efeitos da exclusão retroagiram.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. A DCTFWeb substitui a Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) como instrumento de confissão do crédito previdenciário.

§ 1º A entrega da DCTFWeb será obrigatória em relação aos tributos cujos fatos geradores ocorrerem:

I - a partir do mês de julho de 2018, para as entidades integrantes do "Grupo 2 - Entidades Empresariais", do Anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, com faturamento no ano-calendário de 2016 acima de R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais);

II - a partir do mês de janeiro de 2019, para os demais sujeitos passivos, exceto para aqueles previstos no inciso III deste parágrafo e no § 3º; e

III - a partir do mês de julho de 2019, para os entes públicos integrantes do "Grupo 1 - Administração Pública", do Anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 2016.

§ 2º As pessoas jurídicas imunes e isentas do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), ainda que enquadradas no inciso I do § 1º deste artigo, sujeitam-se ao prazo previsto no inciso II do mesmo § 1º.

§ 3º Os sujeitos passivos que optarem pela utilização do eSocial na forma especificada no § 3º do art. 2º da Resolução do Comitê Diretivo do eSocial nº 2, de 30 de agosto de 2016, ainda que imunes e isentos, ficam obrigados à entrega da DCTFWeb em relação aos tributos cujos fatos geradores ocorrerem a partir do mês de julho de 2018.

§ 4º Os fatos geradores referentes a períodos anteriores aos mencionados nos §§ 1º e 3º, conforme o caso, continuarão a ser declarados por meio de GFIP, de acordo com as orientações previstas na Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, e no manual da GFIP, aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 880, de 16 de outubro de 2008.

Art. 14. O sujeito passivo omisso em relação à entrega da DCTFWeb que tenha efetuado recolhimento anterior ao início de procedimento fiscal poderá apresentar DCTFWeb em atendimento à intimação e nos termos desta, para informar os valores recolhidos espontaneamente, sem prejuízo das penalidades de que trata o art. 8º.

Art. 15. Os arts. 3º e 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.599, de 11 de dezembro de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

.....

§ 2º .....

I - as ME e as EPP enquadradas no Simples Nacional que estejam sujeitas ao pagamento da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) nos termos dos incisos IV e VII do caput do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, enquanto não obrigadas à entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb), deverão informar na DCTF os valores relativos:

....." (NR)

"Art. 6º .....

.....

XII - CPRB de que tratam os arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 2011, observado o disposto no § 14.

.....

§ 14. Não deverão ser informados valores de CPRB na DCTF a partir do mês em que se tornar obrigatória a entrega da DCTFWeb, de acordo com o cronograma estabelecido no art. 13 da Instrução Normativa RFB nº 1.787, de 7 de fevereiro de 2018, conforme o tipo de sujeito passivo" (NR)

Art. 16. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos a partir do dia 1º de julho de 2018.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

SUBSECRETARIA DE ADUANA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

PORTARIA Nº 3, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Define procedimentos complementares para a prestação de garantia na modalidade fiança idônea para o regime aduaneiro especial de admissão temporária para utilização econômica, inclusive Repetro e Repetro-Sped.

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA (COANA), no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 41 da IN RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, no § 10 do art. 60 da IN RFB nº 1.600, de 14 de dezembro de 2015, e no inciso III do art. 41 da IN RFB nº 1.781, de 29 de dezembro, de 2017, resolve:

Art. 1º A prestação de garantia na modalidade fiança idônea no regime aduaneiro especial de admissão temporária para utilização econômica com pagamento proporcional, inclusive no Repetro e no Repetro-Sped, será efetuada com observância dos procedimentos complementares dispostos nesta Portaria.

Art. 2º A prestação da garantia de que trata o art. 1º deverá ser aprovada pela RFB previamente ao pedido de aplicação do regime.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º O fiador que prestar garantia na forma do art. 1º deverá providenciar a formalização de um processo digital, nos termos da IN RFB nº 1.782, de 11 de janeiro de 2018, para solicitar a aprovação da garantia à unidade da RFB com jurisdição, para fins de fiscalização dos tributos incidentes sobre o comércio exterior, sobre o domicílio tributário ou o estabelecimento matriz do fiador, nos termos da Portaria RFB nº 2.466, de 28 de dezembro de 2010.

Art. 4º A unidade da RFB a que se refere o art. 3º procederá à análise do pedido de aprovação da garantia, emitindo despacho decisório acerca da aprovação ou recusa do pleito.

§ 1º Caso a garantia seja aprovada, o despacho decisório de aprovação poderá ser utilizado para instruir um ou diversos pedidos de aplicação do regime enquanto a garantia for válida.

§ 2º O fiador deverá instruir o pedido de aprovação da garantia com os seguintes documentos:

I - cópia dos atos constitutivos da pessoa jurídica outorgada, ou de sua última consolidação, e alterações realizadas nos últimos dois anos, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado de documentos que comprovem a eleição de seus administradores, no caso de sociedade por ações, quando se tratar de pessoa jurídica ou instituição financeira;

II - cópia dos documentos que comprovem a condição de representante legal da pessoa jurídica outorgada, exceto quando o outorgado for o responsável legal da empresa, quando se tratar de pessoa jurídica ou instituição financeira;

III - cópia do documento de identificação do signatário da procuração, ou do fiador, no caso de pessoa física;

IV - certidão simplificada da Junta Comercial expedida nos últimos 90 dias, quando se tratar de pessoa jurídica;

V - cópia da declaração de imposto de renda pessoa física, no caso de pessoa física, ou cópia do Balanço Patrimonial da última Escrituração Contábil Digital (ECD) a que estiver obrigado a transmitir o fiador, nos demais casos;

VI - declaração nos termos dos §§ 3º e 4º, sendo dispensado de registro em cartório de títulos e documentos.

§ 3º O fiador deverá também apresentar uma declaração contendo as seguintes informações:

I - os dados dos beneficiários do regime que serão afiançados (CNPJ/CPF, razão social/nome e endereço);

II - o montante do crédito tributário que está sendo garantido para cada beneficiário do regime;

III - o montante do patrimônio líquido de cada afiançado e do fiador; e

IV - o percentual do patrimônio líquido de cada afiançado que está sendo garantido em relação ao patrimônio líquido do fiador.

§ 4º A declaração a que se refere o § 3º deverá conter o seguinte texto: "Declaro assumir responsabilidade solidária pelo integral cumprimento das obrigações aqui afiançadas, comprometendo-me a recolher aos cofres públicos o valor total dos tributos e contribuições federais suspensos, inclusive de multas de ofício, multas de mora e juros moratórios, em caso de descumprimento das regras estabelecidas para o regime pelo beneficiário garantido. E renuncio expressamente ao benefício de ordem instituído pelo artigo 827 da Lei n.º 10.406, de 2002 - Código Civil Brasileiro."

§ 5º A regularidade fiscal do fiador será comprovada mediante consulta aos sistemas da RFB, por meio da qual será verificada a existência de Certidão Negativa de Débitos (CND) ou de Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa (CPD-EN) válida, nos termos do parágrafo único do art. 18 da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013 e ao sistema da Caixa Econômica Federal para verificação quanto à regularidade do recolhimento ao FGTS.

Art. 5º Na hipótese de garantia prestada por pessoa jurídica, o fiador ainda deverá informar na declaração a que se refere o § 3º do art. 3º se a garantia será prestada com base em patrimônio líquido:

I - de, no mínimo, 5 (cinco) vezes o valor da garantia a ser prestada; ou

II - superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Art. 6º O beneficiário do regime deverá providenciar a formalização de um processo digital anual, dirigido à unidade da RFB a que se refere o art. 3º, para controle dos limites previstos no art. 5º.

§ 1º O beneficiário ainda deverá providenciar, mensalmente, a solicitação de juntada ao processo digital de que trata o caput de um relatório contendo:

I - o número de cada declaração de importação acobertada, no mês, pela modalidade de fiança idônea;

II - o número das declarações de exportação (no caso de reexportação), o número das declarações de importação (no caso de despacho para consumo ou de transferência para outro regime) ou número dos processos administrativos de extinção (no caso de entrega à Fazenda ou de destruição), no mês, no caso de extinção total ou parcial do regime para cada bem garantido;

III - o montante dos tributos suspensos, no mês, que foi acobertado pela modalidade de fiança idônea;

IV - o montante dos tributos suspensos, no mês, que foi baixado em decorrência da extinção da aplicação do regime; e

V - o montante acumulado de tributos suspensos e acobertados pela modalidade de fiança idônea e cuja aplicação do regime esteja vigente.

§ 2º O relatório de que trata o § 1º deverá ser apresentado mensalmente pelo beneficiário até o quinto dia útil do mês seguinte ao da utilização da modalidade de fiança idônea.

§ 3º A unidade da RFB a que se refere o art. 3º deverá:

I - vincular o processo digital referido no caput ao processo digital referido no art. 3º; e

II - analisar, por ocasião da renovação anual do pedido de garantia, se o limite permitido em norma não foi ultrapassado.

§ 4º A unidade de despacho da RFB, responsável pela concessão ou prorrogação do prazo de vigência do regime, deverá verificar, durante a análise do pedido de aplicação do regime, se o limite garantido, constante do despacho decisório de que trata o § 1º do art. 4º, não está sendo ultrapassado.

Art. 7º Nas hipóteses de que tratam o inciso III do art. 18 da IN RFB nº 1.415, de 2013, o inciso III do § 2º do art. 61 da IN RFB nº 1.600, de 2015, e o inciso III do § 1º do art. 16 da IN RFB nº 1.781, de 2017, o documento comprobatório da garantia prestada é composto unicamente do despacho decisório de que trata o § 1º do art. 4º.

Art. 8º No caso de simples pedido de substituição de fiador na vigência da aplicação do regime, o beneficiário do regime deverá solicitar a juntada do despacho decisório de aprovação a que se refere o § 1º do art. 4º aos autos de cada processo de admissão temporária para utilização econômica, dispensada a apresentação de quaisquer outros documentos.

Parágrafo único. Na hipótese de que trata o caput, a apresentação do despacho decisório de aprovação dispensa nova análise de aplicação do regime.

Art. 9º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JACKSON ALUIR CORBARI

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 10, de 19 de janeiro de 2017, publicado na página 20 da Seção 1 da Edição do Diário Oficial da União (DOU) nº 16, de 23 de janeiro de 2017: Onde se lê: "Art. 1º .(...) Iceball KS e URY 77310934" Leia-se: "Art. 1º .(...) Iceball KS e URY 77311344"

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720083/2018-91, e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência, o veículo marca Volvo, modelo S60 T6, ano 2011, cor azul, chassi YV1FS9056C2101362, desembaraçada pela Declaração de Importação nº 12/0153573-7, de 25/01/2012, pela Alfândega no Porto de Santos-SP, de propriedade do Fundo de População das Nações Unidas, CNPJ nº 03.771.277/0001-06.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

Declara INAPTA a inscrição nº 83.274.811/0001-08, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da pessoa jurídica DISPROFAG DIST DE PRODUTOS FARMACEUTICOS AGUILERA LTDA - ME.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM/PA, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do artigo 340, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 40, inciso II, e 42, inciso II e § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º - Declarar INAPTA a inscrição nº 83.274.811/0001-08 no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do contribuinte DISPROFAG DIST DE PRODUTOS FARMACEUTICOS AGUILERA LTDA - ME, em virtude da empresa não ter sido localizada em seu domicílio fiscal conforme apurado em diligência fiscal.

Art. 2º - Serão considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros, os documentos emitidos pela empresa acima citada, a partir da data de publicação no Diário Oficial da União (DOU) deste Ato Declaratório Executivo.

LUIZ OTÁVIO MARTINS RIBEIRO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

Concede inscrição no registro especial para estabelecimento importador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 336 do Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados - RIPI, aprovado pelo Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 e o disposto no art. 3º da Instrução Normativa SRF nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, e ainda, considerando o Processo Nº18365.720060/2018-14, declara:

Art. 1º Fica concedido à empresa BACOZON COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ 28.420.831/0001-31, localizada na Rua da Granja Azul, 03 Galpão 02 - Bairro Colônia Oliveira Machado, o Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas, sob o número 0220100/014.

Art. 2º O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na IN SRF n.º 1432/2013 e demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro nos termos do art. 8º da mesma instrução normativa.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LEONARDO BARBOSA FROTA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 171, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 3ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 335 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09.10.2017, publicada no DOU de 11.10.2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25.2.67, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6.9.79, resolve:

Art. 1º - Delegar competência ao Delegado Adjunto da Alfândega da Receita Federal do Brasil de Fortaleza, para praticar, nas faltas e impedimentos simultâneos do Chefe e do Chefe Substituto da Seção de Gestão de Riscos Aduaneiros - SARAD, os atos de que trata o art. 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09/10/2017, publicada no DOU de 11/10/2017.

Art. 2º - Em todos os atos praticados em função da competência ora delegada, serão mencionados após a respectiva assinatura, o número e a data desta Portaria.

JOÃO BATISTA BARROS DA SILVA FILHO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancela a habilitação para Operar o Regime Especial (Reidi), instituído pelos artigos 1º ao 5º Da Lei Nº 11.488, de 2007, quanto a Suspensão do PIS/Pasep e da COFINS, da pessoa jurídica que menciona. Tem-se, ainda, que nos termos do §6º, do artigo 12, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007, o cancelamento da habilitação implica no cancelamento automático das co-habilitações a ela vinculadas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições constantes do artigo 270, "caput", dos benefícios fiscais, e no uso da incumbência regimental constante do artigo 340, inciso VIII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11/10/2017, seção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1, página 22, e tendo em vista o disposto no artigo 12, inciso I, §1º, §2º, §6º e §7º, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, como também o exposto na informação fiscal e no despacho exarados no processo nº 10380.731.426/2017-91, declara:

Art. 1º Cancelada, a pedido, a habilitação constante do Ato Declaratório Executivo (ADE) 96, de

13 de setembro de 2016 (DOU de15/09/2016, seção 1, página 20). emitido, pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza, Ceará, a favor da empresa CENTRAL EÓLICA SANTO INÁCIO III S.A., CNPJ Nº 12.009.141/0001-54, titular do projeto EOL Santo Inácio III, aprovado, conforme seu Anexo I, referente a Portaria MME - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Enérgico, de enquadramento deste projeto no REIDI, nº 121, de 26 de julho de 2016 (DOU de 27/07/2016, seção 1, página 39/40), haja vista o interessado ter finalizado as obras referentes ao citado projeto. Fica, igualmente cancelada as eventuais co-habilitações vinculadas a esse projeto, consoante dispõe o art. 12, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº 758/2007; sem prejuízo da observância, se for o caso, do disposto no art. 9º, § único do Decreto nº6.144, de 03 de julho de 2007 e, o correspondentemente artigo, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 2º Fica revogado os efeitos do Ato Declaratório Executivo referido no artigo primeiro deste Ato, pelo que a supracitada pessoa jurídica não poderá mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação ora cancelada, abrangendo, referidos efeitos, se for o caso, à pessoa jurídica eventualmente co-habilitada e vinculada ao supracitado projeto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação. Cientifique-se a requerente.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancela a habilitação para Operar o Regime Especial (Reidi), instituído pelos artigos 1º ao 5º Da Lei Nº 11.488, de 2007, quanto a Suspensão do PIS/Pasep e da COFINS, da pessoa jurídica que menciona. Tem-se, ainda, que nos termos do §6º, do artigo 12, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25/07/2007, o cancelamento da habilitação implica no cancelamento automático das co-habilitações a ela vinculadas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, no uso das atribuições constantes do artigo 270, "caput", dos beneficios fiscais, e no uso da incumbência regimental constante do artigo 340, inciso VIII do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11/10/2017, seção 1, página 22, e tendo em vista o disposto no artigo 12, inciso I, §1º, §2º, §6º e §7º, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, como também o exposto na informação fiscal e no despacho exarados no processo nº 10380.731.427/2017-36, declara:

Art. 1º Cancelada, a pedido, a habilitação constante do Ato Declaratório Executivo (ADE) 99, de 20 de setembro de 2016 (DOU de 22/09/2016, seção 1, página 19) emitido, pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza, Ceará, a favor da empresa CENTRAL EÓLICA SANTO INÁCIO IV S.A., CNPJ Nº 11.738.349/0001-41, titular do projeto EOL Santo Inácio IV, aprovado, conforme seu Anexo I, referente a Portaria MME - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Enérgico, de enquadramento deste projeto no REIDI, nº 120, de 26 de julho de 2016 (DOU de 27/07/2016, seção 1, página 39), haja vista o interessado ter finalizado as obras referentes ao citado projeto. Fica, igualmente cancelada as eventuais co-habilitações vinculadas a esse projeto, consoante dispõe o art. 12, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº 758/2007; sem prejuízo da observância, se for o caso, do disposto no art. 9º, § único do Decreto nº6.144, de 03 de julho de 2007 e, o correspondentemente artigo, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007.

Art. 2º Fica revogado os efeitos do Ato Declaratório Executivo referido no artigo primeiro deste Ato, pelo que a supracitada pessoa jurídica não poderá mais efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação ora cancelada, abrangendo, referidos efeitos, se for o caso, à pessoa jurídica eventualmente co-habilitada e vinculada ao supracitado projeto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação. Cientifique-se a requerente.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUAZEIRO DO NORTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2017

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL EM JUAZEIRO DO NORTE (CE), no uso das atribuições que lhe confere o art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e de acordo com o disposto no art. 59 da Instrução Normativa SRF 267, de 23 de dezembro de 2002, considerando ainda o processo administrativo nº 10315.720043/2015-18, declara:

A empresa INDÚSTRIA DE CAFÉ OJUARA LTDA faz jus à redução do imposto de renda, e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0054/2016, expedido pela SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, órgão integrante do Ministério da Integração Nacional, na forma a seguir discriminada:

I - Pessoa Jurídica beneficiária da redução: INDÚSTRIA DE CAFÉ OJUARA LTDA;

II - CNPJ: 41.553.769/0001-14

III - Endereço da Unidade Produtora: Av. João Inácio de Lucena, 1174 - 63.260-000 - Brejo Santo/CE

IV - Incentivo fiscal objeto do Laudo Constitutivo: Redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis;

V - Fundamento legal para reconhecimento do direito: Art. 1º da Medida Provisória nº 2199-14, de 24 de agosto de 2001, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002 e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais;

VI - Condição onerosa: Modernização Total de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

VII - Setor prioritário considerado: Indústria de Transformação de Químicos; Decreto 4.213, art. 2º, inciso VI, alínea i;

VIII - Atividade objeto da redução: Torrefação e moagem de café;

IX - Capacidade instalada do empreendimento: 1.789.920 quilogramas/ano;

X - Prazo de vigência da redução: 10 (dez) anos;

XI - Prazo para a fruição do benefício: ano-calendário de 2016 ao ano calendário de 2025;

XII - Percentual de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 75%

A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 0054/2016 - SUDENE, bem assim, das demais normas regulamentares.

O beneficio fiscal foi exarado nos autos do processo administrativo nº 17179.720050/2016-43.

Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ERISON FURTADO MARTIAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancelamento de ofício de habilitação no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso II do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e no § 3º do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.720955/2015-92, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício a habilitação da pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto "Distribuição Internet Sul"
Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 1.286, de 19 de março de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 27 de março de 2015, seção 1, pág. 78.
Ato de Habilitação no REPNBL-Redes: Ato Declaratório Executivo DRF/UBL nº 33, de 30 de abril de 2015.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancelamento de ofício de habilitação no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso II do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e no § 3º do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.721006/2015-20, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício a habilitação da pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto "Borda Internet Atlântico"
Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 1.262, de 18 de março de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 19 de março de 2015, seção 1, págs. 44 e 45.
Ato de Habilitação no REPNBL-Redes: Ato Declaratório Executivo DRF/UBL nº 46, de 6 de maio de 2015.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancelamento de ofício de habilitação no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso II do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e no § 3º do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.720954/2015-48, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício a habilitação da pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto "Distribuição Internet SJC/JFA"
Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 1.265, de 18 de março de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 19 de março de 2015, seção 1, pág. 45.
Ato de Habilitação no REPNBL-Redes: Ato Declaratório Executivo DRF/UBL nº 34, de 30 de abril de 2015.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancelamento de ofício de habilitação no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso II do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e no § 3º do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.721003/2015-96, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício a habilitação da pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto "Proteção Borda Internet ULA"
Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 1.267, de 18 de março de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 19 de março de 2015, seção 1, pág. 45.
Ato de Habilitação no REPNBL-Redes: Ato Declaratório Executivo DRF/UBL nº 41, de 5 de maio de 2015.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancelamento de ofício de habilitação no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso II do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e no § 3º do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.720999/2015-12, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício a habilitação da pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto "Modernização DWDM 100G"
Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 1.287, de 19 de março de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 27 de março de 2015, seção 1, pág. 78.
Ato de Habilitação no REPNBL-Redes: Ato Declaratório Executivo DRF/UBL nº 42, de 5 de maio de 2015.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancelamento de ofício de habilitação no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso II do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e no § 3º do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.722520/2015-82, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício a habilitação da pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto "MPE - Americana"
Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 1.724, de 20 de abril de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 23 de abril de 2015, seção 1, pág. 43.
Ato de Habilitação no REPNBL-Redes: Ato Declaratório Executivo DRF/UBL nº 124, de 18 de novembro de 2015.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancelamento de ofício de habilitação no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso II do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e no § 3º do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.722521/2015-27, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício a habilitação da pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto "MPE - Araraquara"
Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 1.725, de 20 de abril de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 23 de abril de 2015, seção 1, pág. 43.
Ato de Habilitação no REPNBL-Redes: Ato Declaratório Executivo DRF/UBL nº 125, de 18 de novembro de 2015.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancelamento de ofício de habilitação no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso II do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e no § 3º do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.722523/2015-16, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício a habilitação da pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto "MPE - Jundiaí"
Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 1.726, de 20 de abril de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 23 de abril de 2015, seção 1, pág. 43.
Ato de Habilitação no REPNBL-Redes: Ato Declaratório Executivo DRF/UBL nº 116, de 13 de novembro de 2015.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancelamento de ofício de habilitação no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso II do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e no § 3º do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.722524/2015-61, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício a habilitação da pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto "MPE - Santa Bárbara"
Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 1.728, de 20 de abril de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 23 de abril de 2015, seção 1, pág. 43.
Ato de Habilitação no REPNBL-Redes: Ato Declaratório Executivo DRF/UBL nº 123, de 18 de novembro de 2015.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancelamento de ofício de habilitação no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso II do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e no § 3º do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.722525/2015-13, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício a habilitação da pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto "MPE - São Carlos"
Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 1.731, de 20 de abril de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 23 de abril de 2015, seção 1, págs. 43 e 44.
Ato de Habilitação no REPNBL-Redes: Ato Declaratório Executivo DRF/UBL nº 128, de 19 de novembro de 2015.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancelamento de ofício de habilitação no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso II do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e no § 3º do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.722526/2015-50, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício a habilitação da pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto "MPE - Valinhos"
Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 1.732, de 20 de abril de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 23 de abril de 2015, seção 1, pág. 44.
Ato de Habilitação no REPNBL-Redes: Ato Declaratório Executivo DRF/UBL nº 127, de 19 de novembro de 2015.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancelamento de ofício de habilitação no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso II do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e no § 3º do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.722467/2015-10, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício a habilitação da pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto "Novas Fronteiras - Canoas"
Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 1.735, de 20 de abril de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 23 de abril de 2015, seção 1, pág. 44.
Ato de Habilitação no REPNBL-Redes: Ato Declaratório Executivo DRF/UBL nº 129, de 20 de novembro de 2015.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancelamento de ofício de habilitação no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso II do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e no § 3º do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.722513/2015-81, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício a habilitação da pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto "Novas Fronteiras - Esteio"
Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 1.820, de 28 de abril de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 30 de abril de 2015, seção 1, págs. 113 e 114.
Ato de Habilitação no REPNBL-Redes: Ato Declaratório Executivo DRF/UBL nº 117, de 16 de novembro de 2015.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancelamento de ofício de habilitação no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso II do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e no § 3º do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.722475/2015-66, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício a habilitação da pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto "Novas Fronteiras - Gravataí"
Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 1.821, de 28 de abril de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 30 de abril de 2015, seção 1, pág. 114.
Ato de Habilitação no REPNBL-Redes: Ato Declaratório Executivo DRF/UBL nº 108, de 9 de novembro de 2015.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancelamento de ofício de habilitação no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso II do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e no § 3º do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.722474/2015-11, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício a habilitação da pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto "Novas Fronteiras - Novo Hamburgo"
Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 1.822, de 28 de abril de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 30 de abril de 2015, seção 1, pág. 114.
Ato de Habilitação no REPNBL-Redes: Ato Declaratório Executivo DRF/UBL nº 100, de 6 de novembro de 2015.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancelamento de ofício de habilitação no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso II do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e no § 3º do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.722473/2015-77, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício a habilitação da pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto "Novas Fronteiras - Porto Alegre"
Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 1.824, de 28 de abril de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 30 de abril de 2015, seção 1, pág. 114.
Ato de Habilitação no REPNBL-Redes: Ato Declaratório Executivo DRF/UBL nº 111, de 10 de novembro de 2015.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancelamento de ofício de habilitação no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso II do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e no § 3º do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.722473/2015-77, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício a habilitação da pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto "Novas Fronteiras - São Leopoldo"
Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 1.825, de 28 de abril de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 30 de abril de 2015, seção 1, pág. 114.
Ato de Habilitação no REPNBL-Redes: Ato Declaratório Executivo DRF/UBL nº 112, de 10 de novembro de 2015.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancelamento de ofício de habilitação no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso II do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e no § 3º do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.722471/2015-88, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício a habilitação da pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto "Novas Fronteiras - Itajaí"
Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 1.827, de 28 de abril de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 30 de abril de 2015, seção 1, pág. 114.
Ato de Habilitação no REPNBL-Redes: Ato Declaratório Executivo DRF/UBL nº 109, de 9 de novembro de 2015.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancelamento de ofício de habilitação no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso II do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e no § 3º do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.722608/2016-85, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício a habilitação da pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto "Novas Fronteiras - Joinville"
Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 1.828, de 28 de abril de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 30 de abril de 2015, seção 1, pág. 114.
Ato de Habilitação no REPNBL-Redes: Ato Declaratório Executivo DRF/UBL nº 43, de 14 de dezembro de 2016.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancelamento de ofício de habilitação no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso II do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e no § 3º do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.722469/2015-17, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício a habilitação da pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto "Novas Fronteiras - São José + Palhoça"
Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 1.829, de 28 de abril de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 30 de abril de 2015, seção 1, págs. 114 e 115.
Ato de Habilitação no REPNBL-Redes: Ato Declaratório Executivo DRF/UBL nº 110, de 10 de novembro de 2015.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancelamento de ofício de habilitação no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso da competência prevista no inciso II do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e no § 3º do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, no Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e na Instrução Normativa RFB nº 1.355, de 3 de maio de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 10675.722527/2015-02, resolve:

Art. 1º Cancelar de ofício a habilitação da pessoa jurídica abaixo identificada no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações (REPNBL-Redes) instituído pelos arts. 28 a 33 da Lei nº 12.715, de 2012.

Nome Empresarial: Algar Multimídia S/A
CNPJ: 04.622.116/0001-13
Nome do Projeto: Projeto "Novas Fronteiras - Radial Brasília"
Portaria de Autorização do Projeto: Portaria nº 2.400, de 3 de junho de 2015, do Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia do Ministério das Comunicações, publicada no DOU de 11 de junho de 2015, seção 1, pág. 34.
Ato de Habilitação no REPNBL-Redes: Ato Declaratório Executivo DRF/UBL nº 126, de 18 de novembro de 2015.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR SOARES FERREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 340, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 430, de 9 de outubro de 2017, e de acordo com o disposto no inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Termo de Diligência e Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 28, publicado no Diário Oficial, de 22 de agosto de 2017, e demais documentos integrantes do Processo nº 10660.720411/2018-32, aprova:

Art. 1º O fornecimento de 13.200 (treze mil e duzentos) selos de controle, tipo uísque, cor amarela, à empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ n.º 33.856.394/0019-62, localizada na Rodovia Fernão Dias, km. 947,5, Área C, Bairro dos Pires, cidade de Extrema, MG, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/158, para selagem no exterior dos seguintes produtos:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
WHISKEY JAMESON	1.100 caixas de 12 garrafas de 750ml de whisky, graduação alcoólica de 40%	13.200

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

ALESSANDRO MARTINS DOS SANTOS ROCHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e ainda, considerando os autos de processo administrativo nº 13767.720303/2017-89, resolve:

Art. 1º - DECLARAR NULO o CNPJ 19.267.391/0001-33, na data de abertura, pertinente à pessoa Jurídica denominada JOÃO FRANCISCO JUNIOR, por indício de ocorrência de irregularidade no ato de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, nos termos do item II, § 1º e 2º do artigo 35, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Art. 2º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO BOSSER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancelar as inscrições de registro especial para operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 270, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017 e, tendo em vista o disposto no artigo 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações introduzidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.011 de 23 de fevereiro de 2010, Instrução Normativa RFB nº 1.048, de 29 de junho de 2010 e Instrução Normativa nº 1.153, de 11 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º Cancelar as inscrições de registro especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, concedidas às empresas relacionadas abaixo, em virtude da baixa da inscrição do CNPJ por encerramento da liquidação voluntária, por incorporação ou por omissão contumaz, bem como a suspensão por determinação judicial ou por interrupção temporária das atividades.

Empresa	Central Nacional Brazil Comércio e Intermediações de Negócios de Papel e Celulose Ltda. (antiga Branac Papel e Celulose S/A)
CNPJ	33.066.853/0007-70
Processo	13709.002156/2001-99
ADE nº	254 e 255 de 25/06/2010
Empresa	Elsevier Editora Ltda.
CNPJ	42.546.531/0005-58
Processo	13710.003506/2005-29
ADE nº	360 e 361 de 29/06/2010
Empresa	LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda
CNPJ	33.829.698/0003-73
Processo	13708.000590/2008-11
ADE nº	191 e 192 de 25/06/2010
Empresa	Editora Forense Ltda. (antiga Cia Editora Forense)
CNPJ	33.111.584/0014-46
Processo	13708.000591/2008-65

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ADE nº	245 e 246 de 25/06/2010
Empresa	Editora Guanabara Koogan Ltda.
CNPJ	42.581.280/0003-80
Processo	13708.000592/2008-18
ADE nº	193 e 194 de 25/06/2010
Empresa	Fibria Celulose S/A
CNPJ	60.643.228/0275-93
Processo	18471.000048/2010-17
ADE nº	257 de 25/06/2010
Empresa	Target Bang Editora Eireli - EPP
CNPJ	07.883.313/0001-84
Processo	15463.000430/2010-31
ADE nº	138 de 25/06/2010
Empresa	Manati Produções Editoriais Ltda - EPP
CNPJ	00.493.827/0001-84
Processo	10768.001136/ 2010-07
ADE nº	122 de 14/06/2010
Empresa	Marfort Produções e Promoções Ltda - ME
CNPJ	32.314.312/0001-66
Processo	12448.721338/2010-17
ADE nº	77 de 09/06/2011
Empresa	Suzano Papel e Celulose S.A.
CNPJ	16.404.287/0295-60
Processo	12448.723022/2011-32
ADE nº	58 de 28/04/2011
Processo	12448.725237/2011-98
ADE nº	199 de 22/11/2011

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Declara ANULADA a inscrição de CPF constante do presente ADE.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com fundamento nos artigos 17, 18 e 19 da Instrução Normativa SRF Nº 1548, de 13 de fevereiro de 2015, DOU de 19/02/2015, e pelas informações que constam no processo administrativo, declara:

Art. 1º - A ANULAÇÃO da inscrição, abaixo especificadas, no Cadastro Pessoa Física, por motivo de fraude:

PROCESSO ADMINISTRATIVO	TITULAR	CPF
12448.720928/2018-71	FRANCISCA RODRIGUES DE SOUZA	534.368.147-68

Art. 2º - Este ATO DECLARATORIO EXECUTIVO entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Desalfandega o Recinto Aduaneiro de Uso Público que menciona.

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência conferida pelo art. 30 - §1º - da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e à vista do que consta do processo nº 10880.020525/97-44, declara:

Art. 1º. Desalfandegado, a partir de 09 de março de 2018, o recinto aduaneiro situado na Rodovia Senador José Ermírio de Moraes, km 10,2 - Sorocaba/SP, com área de 97.957,00 m², administrado pela empresa AURORA TERMINAIS E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.777.936/0001-96, em virtude do advento do termo do Contrato de Permissão para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em Estação Aduaneira Interior - EADI e seus respectivos Termos Aditivos, firmados entre a União, por intermédio da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal, e a referida empresa permissionária.

Art. 2º. A partir da data indicada no artigo anterior o recinto fica impedido, na forma do art. 31 da Portaria RFB nº 3.518/2011, de receber cargas contendo mercadorias importadas ou a exportar, inclusive em regime de trânsito aduaneiro, com as exceções ali previstas.

Art. 3º. Compete à DRF/Sorocaba cumprir e fazer cumprir as demais disposições contidas nos arts. 30, 31 e 32 de retro citada Portaria.

Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação do Diário Oficial da União.

JOSÉ GUILHERME ANTUNES DE VASCONCELOS

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Habilita ao Despacho Aduaneiro de Remessa Expressa a Empresa que menciona.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no uso de suas atribuições regimentais e com a competência conferida pelo artigo 8º da Instrução Normativa RFB nº 1737, de 15 de setembro de 2017, nos termos e condições desta mesma norma e à vista do que conta do processo nº 10814.726721/2017-89, declara:

Art. 1º. Fica a empresa DHL EXPRESS BRAZIL LTDA., com sede no município de São Paulo SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.890.252/0001-13, habilitada a promover, no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, em recinto administrado pela concessionária GRUAIRPORT, o Despacho Aduaneiro de Importação e de Exportação de Remessas Expressas de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.737/2017.

Art. 2º. A empresa ora habilitada e as operações por ela promovidas ficam sujeitas às exigências da referida Instrução Normativa e às normas e exigências complementares que vierem a ser expedidas por autoridade competente.

Art. 3º. O credenciamento dos mandatários da empresa assim habilitada será objeto de solicitação junto a esta Alfândega na forma do disposto no art. 31 da Portaria Coana nº 81/2017.

Art. 4º. Esta habilitação é válida até 03/12/2020, em conformidade com o art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.737/2017, e sua eventual renovação deverá obedecer ao previsto no art. 11 desta mesma Instrução Normativa.

Art. 5º. Fica atribuído ao habilitado, nos termos do art. 3º da Portaria Coana nº 81/2017, o código de identificação "DHL".

Art. 6º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ LUIZ GONÇALVES MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Habilita ao Despacho Aduaneiro de Remessa Expressa a Empresa que menciona.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no uso de suas atribuições regimentais e com a competência conferida pelo artigo 8º da Instrução Normativa RFB nº 1737, de 15 de setembro de 2017, nos termos e condições desta mesma norma e à vista do que conta do processo nº 10814.726511/2017-91, declara:

Art. 1º. Fica a empresa SKYPOSTAL SERVIÇOS DE COURIER LTDA. - ME, com sede no município de São Paulo SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.869.061/0001-56, habilitada a promover, no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, em recinto administrado pela concessionária GRUAIRPORT, o Despacho Aduaneiro de Importação e de Exportação de Remessas Expressas de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.737/2017.

Art. 2º. A empresa ora habilitada e as operações por ela promovidas ficam sujeitas às exigências da referida Instrução Normativa e às normas e exigências complementares que vierem a ser expedidas por autoridade competente.

Art. 3º. O credenciamento dos mandatários da empresa assim habilitada será objeto de solicitação junto a esta Alfândega na forma do disposto no art. 31 da Portaria Coana nº 81/2017.

Art. 4º. Esta habilitação é válida até 26/12/2020, em conformidade com o art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.737/2017, e sua eventual renovação deverá obedecer ao previsto no art. 11 desta mesma Instrução Normativa.

Art. 5º. Fica atribuído ao habilitado, nos termos do art. 3º da Portaria Coana nº 81/2017, o código de identificação "SPO".

Art. 6º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ LUIZ GONÇALVES MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Habilita ao Despacho Aduaneiro de Remessa Expressa a Empresa que menciona.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no uso de suas atribuições regimentais e com a competência conferida pelo artigo 8º da Instrução Normativa RFB nº 1737, de 15 de setembro de 2017, nos termos e condições desta mesma norma e à vista do que conta do processo nº 10814.724829/2017-37, declara:

Art. 1º. Fica a empresa FAXE CARGO - TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA., com sede no município de Guarulhos SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.755.435/0001-58, habilitada a promover, no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, em recinto administrado pela concessionária GRUAIRPORT, o Despacho Aduaneiro de Importação e de Exportação de Remessas Expressas de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.737/2017.

Art. 2º. A empresa ora habilitada e as operações por ela promovidas ficam sujeitas às exigências da referida Instrução Normativa e às normas e exigências complementares que vierem a ser expedidas por autoridade competente.

Art. 3º. O credenciamento dos mandatários da empresa assim habilitada será objeto de solicitação junto a esta Alfândega na forma do disposto no art. 31 da Portaria Coana nº 81/2017.

Art. 4º. Esta habilitação é válida até 25/10/2020, em conformidade com o art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.737/2017, e sua eventual renovação deverá obedecer ao previsto no art. 11 desta mesma Instrução Normativa.

Art. 5º. Fica atribuído ao habilitado, nos termos do art. 3º da Portaria Coana nº 81/2017, o código de identificação "FAX".

Art. 6º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ LUIZ GONÇALVES MARTINS

PORTARIA Nº 59, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

Altera a Portaria ALF/GRU nº 203, de 28 de dezembro de 2017, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União nº 249, de 29 de dezembro de 2017.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09/10/2017, publicada no DOU-Seção 1 de 11/10/2017, resolve:

Art. 1º O inciso IV do artigo 4º da Portaria ALF/GRU nº 203, de 28 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º .....

.....

IV - efetuar o início e a conclusão de trânsito aduaneiro de mercadorias destinadas ao exterior, iniciado ou a ser concluído em outra repartição, nos termos e condições da IN SRF nº 28/94, e da IN SRF nº 248/2002 nos casos previstos no art. 80 da Portaria Coana nº 81/2017.

....."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ LUIZ GONÇALVES MARTINS

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Anular inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, com fundamento no artigo 340, III da Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017, bem como no artigo 35, parágrafo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016, resolve:

Anular a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) dos contribuintes descritos abaixo. A anulação da inscrição é motivada pelo vício na inscrição, conforme previsto no inciso II do art. 35 e artigo 36 da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016.

PROCESSO: 10010.021020/0116-80

CONTRIBUINTE: FERNANDO PEREIRA DA SILVA 02777412383

CNPJ: 18.230.468/0001-38

PROCESSO: 10100.009354/0116-76

CONTRIBUINTE: EDILEUSA AREVALOS CABRAL 02465470140

CNPJ: 17.606.507/0001-96

PROCESSO: 10384.720806/2016-80

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONTRIBUINTE: JACSON RODRIGO DA SILVA 94460639149
CNPJ: 15.085.841/0001-16
PROCESSO: 10480.721281/2015-21
CONTRIBUINTE: FABIANO GOMES DE SOUZA 83558861434
CNPJ: 15.231.831/0001-41
PROCESSO: 10860.720357/2016-15
CONTRIBUINTE: JOSE ANGELO DE JESUS DA CRUZ 03304456856
CNPJ: 14.378.972/0001-29
PROCESSO: 10880.720603/2016-92
CONTRIBUINTE: ALDO PAVIANI 02426668172
CNPJ: 12.663.172/0001-24
PROCESSO: 10880.721996/2016-51
CONTRIBUINTE: MARCELLO BASILE DIAS FERREIRA 32599028809
CNPJ: 12.610.296/0001-41
PROCESSO: 10880.722676/2016-19
CONTRIBUINTE: MARCELA CARDOSO DE ALENCAR 00488333393
CNPJ: 19.065.586/0001-09
PROCESSO: 10880.723145/2016-43
CONTRIBUINTE: ANDERSON RENATO ALVES PASQUALIN 22007715848
CNPJ: 15.130.234/0001-20
PROCESSO: 10880.723475/2016-39
CONTRIBUINTE: GERSON ROBERTO MARQUARDT 51947897004
CNPJ: 21.170.198/0001-21
Data de efeitos: a partir da data de abertura da inscrição

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Anular inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, com fundamento no artigo 340, III da Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017, bem como no artigo 35, parágrafo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016, resolve:

Anular a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) dos contribuintes descritos abaixo. A anulação da inscrição é motivada pelo vício na inscrição, conforme previsto no inciso II do art. 35 e artigo 36 da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016.

PROCESSO: 10880.723661/2016-78
CONTRIBUINTE: MILTON VALERIO BAHLS 01440325979
CNPJ: 21.222.064/0001-07
PROCESSO: 10880.723954/2016-55
CONTRIBUINTE: FABIANA GONÇALVES DA LUZ 95862803149
CNPJ: 17.711.477/0001-88
PROCESSO: 10880.723970/2016-48
CONTRIBUINTE: TICIANA PINTO RANGEL 62953141391
CNPJ: 14.669.382/0001-55
PROCESSO: 10880.723992/2016-16
CONTRIBUINTE: FABIO BARBOSA 02504919905
CNPJ: 21.928.267/0001-13
PROCESSO: 10880.724035/2016-07
CONTRIBUINTE: DENISE SGARBI DO AMARAL 84225530825
CNPJ: 14.542.834/0001-33
PROCESSO: 10880.724367/2016-83
CONTRIBUINTE: JOSE CARLOS DOS ANJOS 69132810563
CNPJ: 16.640.811/0001-97
PROCESSO: 10880.727163/2015-13
CONTRIBUINTE: ANTONIO FRANCISCO PORTELA DA ROCHA 02430549395
CNPJ: 19.591.193/0001-20
PROCESSO: 10952.720378/2015-12
CONTRIBUINTE: DENIVALDO ARAUJO SANTIAGO 19128444515
CNPJ: 15.493.820/0001-30
PROCESSO: 11516.720163/2016-94
CONTRIBUINTE: ANA CRISTINA NASCIMENTO 88782620997
CNPJ: 15.168.720/0001-38
PROCESSO: 12179.720005/2016-75
CONTRIBUINTE: ADEMIR EUSTAQUIO TELES 88887146691
CNPJ: 17.723.580/0001-48
Data de efeitos: a partir da data de abertura da inscrição

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Anular inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, com fundamento no artigo 340, III da Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017, bem como no artigo 35, parágrafo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016, resolve:

Anular a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) dos contribuintes descritos abaixo. A anulação da inscrição é motivada pelo vício na inscrição, conforme previsto no inciso II do art. 35 e artigo 36 da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016.

PROCESSO: 13062.720060/2016-35
CONTRIBUINTE: ROCHELE NUNES BUENO 00828686033
CNPJ: 15.249.003/0001-30
PROCESSO: 13069.720024/2018-73
CONTRIBUINTE: JOAO LUIS TOME 34647074404
CNPJ: 29.278.392/0001-37
PROCESSO: 13069.720152/2018-17
CONTRIBUINTE: IANDRA OLIVEIRA SOUZA NUNES 25815836818
CNPJ: 19.191.826/0001-03
PROCESSO: 13069.720529/2016-76
CONTRIBUINTE: THIAGO DOS SANTOS SANTANA 38290393873
CNPJ: 13.203.809/0001-62
PROCESSO: 13362.720410/2017-60
CONTRIBUINTE: THIAGO DOS SANTOS PAES LANDIM 03361320348
CNPJ: 14.673.575/0001-80
PROCESSO: 13403.720106/2013-65
CONTRIBUINTE: JULIANA EMANUELLE DUTRA DE BARROS 00772319456
CNPJ: 13.496.607/0001-56
PROCESSO: 13553.720088/2016-41
CONTRIBUINTE: FABIANE RODRIGUES DE SOUSA 34545365884
CNPJ: 15.429.875/0001-80
PROCESSO: 13804.722560/2016-81
CONTRIBUINTE: RAFAEL GENTIL SERNAGLIA 33743933810
CNPJ: 14.490.201/0001-29
PROCESSO: 13832.720058/2016-06
CONTRIBUINTE: RICARDO DE OLIVEIRA CABRAL 01544309864
CNPJ: 21.540.306/0001-00
Data de efeitos: a partir da data de abertura da inscrição

GUILHERME BIBIANI NETO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

Concede habilitação no Regime Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital (Recof-Sped) à pessoa jurídica que especifica.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEX - Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização de Comércio Exterior em São Paulo, no uso das atribuições do artigo 272 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos arts. 8º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.612, de 26 de Janeiro de 2016, declara:

Art. 1º Fica a empresa Viscofan do Brasil Sociedade Comercial e Industrial Ltda, por meio dos estabelecimentos 65.019.655/0002-38 e 65.019.655/0003-19, habilitada a operar o Regime Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital (Recof-Sped), nos termos e condições estabelecidos pela Instrução Normativa RFB n° 1.612, de 2016, e pela Portaria Coana nº 47/2016, de 30 de junho de 2016.

Art. 2º A habilitação a que se refere o artigo anterior é concedida a título precário, podendo ser cancelada ou suspensa a qualquer momento, nos casos de descumprimento das condições estabelecidas ou de infringência de disposições legais ou regulamentares, sem prejuízo da aplicação de penalidade específica.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RODRIGO LORENZON YUNAN GASSIBE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

EQUIPE DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS E BENEFÍCIOS FISCAIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Cancela o Ato Declaratório Executivo DRF/CTA nº 38, de 14 de março de 2011, DOU n° 51, de 16 de março de 2017 que conferiu a habilitação à pessoa jurídica titular do projeto, ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007, e alterada pelas Leis nº 11.727/2008, 11.933/2009 e 12.249/2010.

A CHEFE DA EQUIPE DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS E BENEFÍCIOS FISCAIS (EQESB) DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA (SEORT), no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 270, do Regimento Interno aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, em observância à delegação de competência prevista no inciso II do artigo 2º da Portaria DRF/CTA nº 148, de 07 de outubro de 2016, tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no artigo 16 do Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007, e alterações, e considerando o que consta no processo nº 10980.720610/2018-28 declara:

Art. 1º. Concedido o cancelamento, a pedido, da habilitação ao Regime Especial para Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) como titular do projeto, instituído pela Lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007, da empresa COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. inscrita no CNPJ sob o nº 04.370.282/0001-70, conferida pelo ADE DRF/CTA n° 38, de 14/03/2011, DOU 16/03/2011, relativa ao projeto aprovado pela Portaria MME nº 938 e seu anexo de 24/11/2010, DOU de 26 de novembro de 2010.

Art. 2º. Com o cancelamento da habilitação, a pessoa jurídica não poderá efetuar aquisições e importações ao amparo do REIDI de bens e serviços destinados ao projeto correspondente à habilitação cancelada

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ROSICLER BÁRBARA NASCIMENTO NODARI

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 90, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DO TESOURO NACIONAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Portaria STN nº 508, de 10 de agosto de 2016, estabelece os seguintes procedimentos para seleção e atuação das instituições credenciadas a operar com a Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (Codip) e disciplina a participação nas operações especiais da Secretaria do Tesouro Nacional.

Definições

Art. 1º Para fins do disposto nesta Portaria, considera-se:

I - dealer: instituição credenciada pela Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (Codip) do Tesouro Nacional com o objetivo de promover o desenvolvimento dos mercados primário e secundário de títulos públicos;

II - corretora ou distribuidora: instituição financeira cuja denominação social enquadre-se em corretora ou distribuidora, pertencente ou não a conglomerado financeiro com instituição bancária;

III - corretora ou distribuidora independente: corretora ou distribuidora não pertencente a conglomerado financeiro com instituição bancária;

IV - demais instituições: instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto corretoras ou distribuidoras;

V - título: título público federal custodiado no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic);

VI - oferta pública: operação competitiva em que o Tesouro Nacional vende títulos;

VII - operação definitiva: compra ou venda de títulos, entre participantes de mercado, sem o compromisso de revenda ou de recompra; e

VIII - relacionamento com a Codip: interação da instituição com a Codip, incluindo o fornecimento de informações relevantes e transferência de conhecimento técnico.

IX - Conglomerado financeiro é o assim considerado pelo Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central - Unicad.

Conjunto de instituições credenciadas

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º O conjunto de dealers é formado por até 12 (doze) instituições.
§ 1º Três vagas desse conjunto serão destinadas a corretoras ou distribuidoras e nove vagas às demais instituições.
§ 2º De um mesmo conglomerado financeiro, apenas uma instituição poderá atuar como dealer, a critério da Codip, preferencialmente a de melhor desempenho.
Pré-requisitos para credenciamento
Art. 3º Constituem pré-requisitos para o credenciamento:
I - patrimônio de referência de, pelo menos, R$26.250.000,00 (vinte e seis milhões e duzentos e cinquenta mil reais);
II - elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro; e
III - inexistência de restrição que, a critério do Banco Central do Brasil ou do Tesouro Nacional, desaconselhe o credenciamento.
Datas de credenciamento e descredenciamento
Art. 4º Com base no desempenho no período, avaliado segundo os critérios estabelecidos nesta Portaria, os credenciamentos e os descredenciamentos serão realizados nas seguintes datas:
I - 10 de fevereiro, relativamente ao período de avaliação de 10 de agosto do ano anterior a 31 de janeiro; e
II - 10 de agosto, relativamente ao período de avaliação de 10 de fevereiro a 31 de julho.
Critérios de seleção
Art. 5º Na seleção das instituições:
I - serão descredenciadas duas instituições dealers, sendo 1 (uma) delas a corretora ou distribuidora com menor pontuação e 1 (uma) das demais instituições, com menor pontuação no período de avaliação encerrado;
II - poderão ser credenciadas até 2 (duas) instituições candidatas, sendo até 1 (uma) delas corretora ou distribuidora, com maior pontuação, e até 1 (uma) das demais instituições, com maior pontuação no período de avaliação encerrado.
§ 1º As instituições enquadradas no inciso I deste artigo terão seu credenciamento válido até o dia útil anterior à próxima data de credenciamento.
§ 2º Considera-se candidata a instituição não credenciada que se enquadre no inciso II ou no inciso III do artigo 1º e que:
I - preencha os pré-requisitos para o credenciamento; e
II - não tenha sido descredenciada na avaliação em curso.
Art. 6º O credenciamento de instituição para operar como dealer é conferido em caráter precário, podendo o Tesouro Nacional, a qualquer tempo, excluí-la do grupo de dealers.
Parágrafo único. Na ocorrência de descredenciamento extemporâneo, a Codip decidirá pela conveniência de preencher a vaga resultante com a candidata mais bem classificada no último período de avaliação.
Fatores de avaliação
Art. 7º Os fatores de avaliação e seus respectivos pesos, segundo a condição da instituição, são os seguintes:
I - demais instituições:

Fator de Avaliação	Instituição	
	Candidata	Credenciada
a) atuação em sistema eletrônico de negociação	Não avaliado	20%
b) operações definitivas	60%	10%
c) operações definitivas dos objetos de negociação	Não avaliado	15%
d) ofertas públicas	40%	35%
e) relacionamento com a Codip	Não avaliado	20%

II - corretoras ou distribuidoras:

Fator de Avaliação	Instituição	
	Candidata	Credenciada
a) operações definitivas	100%	80%
b) relacionamento com a Codip	Não avaliado	20%

Avaliação das operações
Art. 8º Somente as operações realizadas em condições competitivas serão objeto de avaliação, excluídas, em qualquer hipótese, as que apresentarem indícios de artificialidade, as contratadas com outras instituições do mesmo conglomerado financeiro e as contratadas com fundos de investimento e congêneres administrados pela própria instituição ou por qualquer outra integrante do mesmo conglomerado financeiro.
§ 1º Para fins de avaliação, será considerada a data de liquidação das operações.
§ 2º Para fins de avaliação, serão consideradas, nas operações:
I - com intermediação, a participação, também, das instituições intermediárias; e
II - definitivas dos objetos de negociação, somente as referidas no art. 10.
Art. 9º De acordo com o título negociado e de seu prazo de vencimento, as operações definitivas e as decorrentes de ofertas públicas serão computadas pelos seguintes preços unitários:

Título	Prazo de Vencimento (em anos)	Preço Unitário
LTN ou NTN-F	Até 1	Preço contratado
LTN ou NTN-F	Superior a 1 e inferior ou igual a 5	Dobro do preço contratado
LTN ou NTN-F	Superior a 5	Quádruplo do preço contratado
NTN-B	Inferior ou igual a 4	Preço contratado
NTN-B	Superior a 4 e inferior ou igual a 15	Dobro do preço contratado
NTN-B	Superior a 15	Quádruplo do preço contratado
Demais	Todos	Metade do preço contratado

§ 1º Não serão consideradas para fins de avaliação as operações especiais do Tesouro Nacional.
§ 2º Aos preços unitários referidos neste artigo serão aplicados, adicionalmente, os seguintes fatores multiplicativos:
I - 3 (três), nas operações relativas à primeira oferta pública, se assim definida na respectiva portaria do Tesouro Nacional;
II - 2 (dois), nas operações definitivas, exceto com títulos conjugados com derivativos, cursadas em sistema eletrônico de negociação, excluídas as que sejam apenas objeto de registro; e
III - 1,5 (um inteiro e cinco décimos) nas operações definitivas com títulos conjugados com derivativos cursadas em sistema eletrônico de negociação, excluídas as que sejam apenas objeto de registro.
Art. 10. O dealer, para aferição de seu desempenho nos fatores atuação em sistema eletrônico de negociação (artigo 7º, inciso I, a) e operações definitivas dos objetos de negociação (artigo 7º, inciso I, c) ao longo do período de avaliação, elegerá 5 (cinco) objetos entre vencimentos de Letras do Tesouro Nacional (LTN) e de Notas do Tesouro Nacional - Séries B e F (NTN-B e NTN-F) e grupo de vencimentos de NTN-B.
§ 1º Os títulos e seus vencimentos ou grupo de vencimentos passíveis de avaliação serão os constantes de relação, a ser divulgada pela Codip por meio de correio eletrônico institucional, que estabelecerá critérios para a seleção dos objetos de negociação de cada dealer.
§ 2º Serão admitidas até duas substituições dos objetos de negociação selecionados, ressalvando-se não se submeterem a esse limite as decorrentes de inclusão ou de exclusão de objetos pela Codip no próprio período de avaliação.
§ 3º Para cada objeto de negociação, o desempenho do dealer será avaliado mediante:
I - apresentação de propostas de compra e de venda em sistema eletrônico de negociação que atenda aos pré-requisitos estabelecidos nos arts. 11 a 13; e
II - participação relativa nas operações definitivas do objeto.
§ 4º A atuação em sistema eletrônico de negociação e as operações definitivas serão computadas a partir do segundo dia útil subsequente ao dia em que o dealer tenha informado, por correio eletrônico endereçado a dealers.codip.df.stn@tesouro.gov.br, os objetos de negociação selecionados.
Atuação em sistema eletrônico de negociação
Art. 11. A atuação do dealer em sistema eletrônico de negociação consiste na apresentação de propostas de compra e de venda de cada um de seus objetos de negociação, observados os seguintes pressupostos:
I - roda de negociação que permita o acesso a, pelo menos, 10 (dez) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
II - proposta com lote padrão múltiplo de 10.000 (dez mil) títulos, para liquidação no dia útil subsequente e válida para qualquer componente da roda; e
III - propostas formuladas em turnos de 90 (noventa) minutos cada, um pela manhã e outro pela tarde, nos horários fixados pelo administrador do respectivo sistema eletrônico de negociação.
Parágrafo único. Não serão levadas em conta as propostas de negócios formuladas nos dias não considerados úteis pelo Conselho Monetário Nacional para fins de operações praticadas no mercado financeiro, bem como no dia 24 de dezembro, no último dia útil do ano, na quarta-feira de cinzas e nos feriados do município de São Paulo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 12. No tocante a cada objeto de negociação, a validação da atuação em um turno requer a apresentação de ofertas de compra e de venda em roda de negociação, como comitente ou como intermediário, por 60 (sessenta) minutos ou mais, consecutivos ou não, desde que a diferença entre a menor taxa de compra e a maior taxa de venda propostas pelo participante ao mercado não exceda o limite de pontos percentuais a ser informado pela Codip por correio eletrônico institucional e divulgado na página do Tesouro Nacional na Internet.

Parágrafo único. Na hipótese de o objeto de negociação ser constituído por um grupo de vencimentos, a validação do turno em determinado dia poderá ser feita com qualquer dos títulos pertencentes àquele grupo.

Art. 13. A atuação em sistema eletrônico de negociação somente será considerada em plataforma que:

I - tenha sido eleita pelos dealers, em maioria simples, dentre lista proposta pela Codip antes do início do período de avaliação correspondente ou, em caso de empate na primeira votação, eleita por maioria simples em votação feita entre os 5 (cinco) dealers com melhor desempenho em operações no mercado secundário, conforme o último ranking publicado na página do Tesouro Nacional na Internet; e

II - remeta diariamente, via Rede do Sistema Financeiro Nacional (RSFN) ou por meio de aplicativo disponibilizado pelo Banco Central do Brasil para intercâmbio de informações de modo seguro via Internet, os dados relativos às propostas de negociação apresentadas nas rodas de negociação, observado o dever de sigilo de que trata a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

Divulgação de resultados

Art. 14. A Codip informará os resultados da avaliação de desempenho dos dealers mensalmente por correio eletrônico.

Parágrafo único. Poderão ser divulgados pela Internet rankings das 5 (cinco) instituições dealers com melhor desempenho acumulado no trimestre em um ou mais fatores de avaliação.

Operações especiais do Tesouro Nacional

Art. 15. Consideram-se operações especiais do Tesouro Nacional, se assim estabelecido nas respectivas portarias:

I - a venda de títulos pelo Tesouro Nacional, a preço não competitivo, vinculada a determinada oferta pública;

II - a compra de títulos pelo Tesouro Nacional, a preço competitivo; e

III - a operação conjugada de compra e venda de títulos pelo Tesouro Nacional.

Metas de desempenho

Art. 16. Somente poderá contratar operações especiais do Tesouro Nacional no mês em curso a instituição dealer que, no mês anterior, não se encontrava credenciada ou, se credenciada, tenha cumprido pelo menos uma das seguintes metas:

I - mercado primário: participação mínima de 5% (cinco por cento) nas operações decorrentes de ofertas públicas do Tesouro Nacional; ou

II - mercado secundário, conforme a condição da instituição:

a) demais instituições:

1. participação mínima de 7% (sete por cento) nas operações definitivas em, no mínimo, 4 (quatro) dos 5 (cinco) objetos de negociação previstos no art. 10; e

2. cumprimento de, no mínimo, 30 (trinta) turnos em sistema eletrônico de negociação, exceto nos meses de fevereiro ou agosto, em que a meta fica reduzida para a metade, em, no mínimo, 4 (quatro) dos 5 (cinco) objetos de negociação previstos no art. 10;

b) corretoras ou distribuidoras: percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de participação nas operações definitivas.

§1º Para os efeitos deste artigo, será considerado mês em curso da operação especial de que trata o artigo 15, inciso I, o de realização da oferta pública à qual a operação especial se vincula.

§2º Os percentuais de participação mencionados nos incisos do caput deste artigo referem-se aos valores financeiros das operações, computados segundo os critérios estabelecidos no art. 9º.

§3º Para a contratação de operações especiais do Tesouro Nacional, não se requer o cumprimento das metas estabelecidas nos incisos do caput deste artigo quando se tratar de primeira oferta pública do título, se assim definida na respectiva portaria.

Participação nas operações especiais do Tesouro Nacional

Art. 17. As instituições aptas a contratar operações especiais do Tesouro Nacional no mês, nos termos do art. 16, comporão os seguintes grupos:

I - grupo 1 - dealers que tenham alcançado a meta estabelecida no art. 16, inciso I, e dealers que não se encontravam credenciados no mês anterior; e

II - grupo 2 - dealers que tenham alcançado a meta estabelecida no art. 16, inciso II, e dealers que não se encontravam credenciados no mês anterior.

Art. 18. Na venda de que trata o artigo 15, inciso I, 40% (quarenta por cento) da quantidade de títulos ofertados de cada vencimento serão destinados aos dealers do grupo 1 e 60% (sessenta por cento), aos dealers do grupo 2.

§ 1º A quantidade máxima de títulos de cada vencimento que poderá ser adquirida por cada dealer, conforme o grupo, será definida de acordo com os seguintes critérios:

I - grupo 1: a fração máxima do total ofertado que poderá ser adquirida pelo dealer será dada pelo quociente entre a quantidade de títulos adquiridos pelo dealer e a quantidade de títulos adquiridos pelo conjunto de dealers do grupo 1 na oferta pública à qual a operação especial se vincula; e

II - grupo 2: a quantidade será dada pelo quociente entre a quantidade de títulos destinada ao grupo 2 e a de dealers do grupo 2.

§ 2º No caso de primeira oferta pública do título, se assim definida na respectiva portaria do Tesouro Nacional, não haverá distinção de grupos, sendo a quantidade máxima que poderá ser adquirida por determinado dealer obtida pelo quociente entre as quantidades de títulos adquiridos pelo dealer e pelo conjunto dos dealers na oferta pública à qual a operação especial se vincula.

Disposições transitórias e finais

Art. 19. A seleção das instituições credenciadas como dealers no período que se inicia em 10 de fevereiro de 2018 atenderá aos seguintes critérios em adição ao disposto nos arts. 2º e 3º desta Portaria:

I - serão descredenciadas três instituições dealers, sendo 1 (uma) delas corretora ou distribuidora independente com menor pontuação e 2 (duas) demais instituições, com menor pontuação;

II - poderão ser credenciadas até 3 (três) instituições candidatas, sendo até 1 (uma) delas corretora ou distribuidora independente, com maior pontuação, para o grupo de corretoras e distribuidoras, e até 2 (duas) instituições do grupo de demais instituições, com maior pontuação.

Art. 20. A participação em operações especiais no mês de fevereiro de 2018 dos dealers que também se encontravam credenciados no mês anterior estão condicionadas à participação mínima de 6% (seis por cento) nas operações decorrentes de ofertas públicas do Tesouro Nacional, para o grupo I, e às metas do art.16, inciso II desta Portaria, para o grupo II.

Art. 21. Os casos omissos serão resolvidos pelo Coordenador-Geral da Codip.

Art. 22. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10 de fevereiro de 2018.

Art. 23. Fica revogada em 10 de fevereiro de 2018 a Portaria STN nº 29, de 17 de janeiro de 2017.

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

RETIFICAÇÃO

Na Decisão nº 40/2016/DICOL/PREVIC, de 10/10/2016, do Processo 44011.000311/2015-18, relativo ao Auto de Infração nº 25/15-18, do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - POSTALIS, publicada no DOU nº 232, de 05/12/2016, Seção 1, pág. 21, onde se lê: "(...) infringindo o infringindo o disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001, c/c inciso V do artigo 53 da Resolução CMN n° 3.792, de 24 de setembro de 2009; Aplicar, nos termos do art. 64 do Decreto nº 4.942/2003", leia-se "(...) infringindo o disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001, c/c arts. 4º, inciso I, e 9º, todos da Resolução CMN n° 3.792, de 24 de setembro de 2009, nos termos do art. 64 do Decreto nº 4.942/2003".

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 103, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.007348/2017-21 e Documento SEI nº 0098779, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano Inpelprev (em alteração para Família Previdência Corporativo), CNPB nº 2015.0009-92, administrado pela Fundação CEEE de Seguridade Social- ELETROCEEE.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 104, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.007319/2017-69 e Documento SEI nº 0098631, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano Família Previdência (em alteração de nome para Família Previdência Associativo), CNPB nº 2010.0042-56, administrado pela Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 108, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 42477.1317 e Documento SEI nº 0094801, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano Contábil Prev, CNPB nº 2012.0012-38, administrado pela Mongeral Aegon Fundo de Pensão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 113, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.007576/2017-09 e Documento SEI nº 0100696, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios VCNE, CNPB nº 1993.0037-38, administrado pela Fundação Sen. José Ermínio de Moraes - FUNJESEM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 114, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.006399/2017-35 e Documento SEI nº 0100850, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios da Abrilprev, CNPB nº 1993.0008-11, administrado pela Abrilprev - Sociedade de Previdência Privada.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 119, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º e o inciso II do art. 33, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "b", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000260/2016-05, resolve:

Art. 1º Autorizar a incorporação do Plano de Aposentadoria Kraft Prev, CNPB n° 1991.0019-83, pelo Plano de Benefícios KFB Prev, CNPB nº 2006.0016-47, administrados pelo Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão, CNPJ n°67.846.188/0001-64.

Art. 2º Aprovar a aplicação das alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios KFB Prev, CNPB nº 2006.0016-47, que passará a ser denominado Plano de Aposentadoria Mondelez Prev.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 773, DE 7 DE FEVEREIRO 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.601745/2018-33, resolve:

Art. 1º Aprovar a destituição e eleição de administradores de KYOEI DO BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS, CNPJ n. 61.383.576/0001-70, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na assembleia geral extraordinário realizada em 29 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 774, DE 7 DE FEVEREIRO 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.635880/2017-00, resolve:

Art. 1º Aprovar a destituição e eleição de administradores de LUIZASEG SEGUROS S.A., CNPJ n. 07.746.953/0001-42, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 30 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 775, DE 7 DE FEVEREIRO 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.631519/2017-04, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de MAPFRE VIDA S.A., CNPJ n. 54.484.753/0001-49, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 776, DE 7 DE FEVEREIRO 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.601743/2018-44, resolve:

Art. 1º Aprovar a destituição de administrador de PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A., CNPJ n. 33.061.813/0001-40, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 29 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 16, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Altera o Processo Produtivo Básico para "produtos produzidos, predominantemente, com matérias-primas da região amazônica de origem: agrícola, pecuária, avícola, píscea, apícola, mineral e extrativa vegetal", industrializados na Zona Franca de Manaus.

OS MINISTROS DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52001.000689/2015-51, de 24 de abril de 2015, resolvem:

Art. 1º A Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 177, de 3 de julho de 2014, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º .....

§ 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se aos produtos identificados no Anexo desta Portaria, com suas respectivas classificações na Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM.

§ 2º Para os produtos constantes do Anexo desta Portaria: "fios de juta" (NCM 5307.10.10 e 5307.20.10); "tecidos de juta" (NCM 5310.10.10) e "sacos de juta" (NCM 6305.10.00), fica estabelecido, para efeito de atendimento dessa Portaria, que a preponderância de matéria prima regional "fibra de juta" (NCM 5303.10.10), poderá ser atendida, em peso, com os percentuais reduzidos, de acordo com o seguinte cronograma, considerando-se o ano calendário:

Ano calendário	2018	2019	2020 em diante
Percentual em peso de fibra de juta (NCM 5303.10.10)	30%	40%	51% ou mais

§ 3º Como contrapartida ao disposto no §2º, nos anos de 2018 e 2019, as empresas deverão aplicar 1% (um por cento) do faturamento, deduzidos os tributos incidentes da comercialização, nas seguintes opções de forma isolada ou combinada conforme a seguir:

I - formulação e execução de projetos de inovação tecnológica, processos inovadores ou pesquisa tecnológica relacionados aos produtos mencionados no §2º, em conformidade com o disposto no art. 2º do Decreto nº 5.798, de 7 de junho de 2006, tais como os que objetivem a geração de novas cultivares de novas de melhor qualidade; ou

II - assistência técnica aos produtores de juta, nos termos estabelecidos pelo Conselho de Administração da Suframa - CAS.

§ 4º A eventual distribuição de sementes deve ser executada em prazo compatível com o calendário de plantio."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE DE LIMA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Substituto

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 83, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 14 da Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012 e os termos do Parecer Técnico nº 007/2018 - COPIN/CGAPI/SPR, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR o adicional de quota de importação de insumos no valor de US$ 2,199,874.20 (dois milhões, cento e noventa e nove mil, oitocentos e setenta e quatro dólares norte-americanos e vinte centavos) para o produto ROTEADOR DIGITAL - código Suframa 0057, correspondente a 11% (onze por cento) da cota atual do produto aprovado por meio da Resolução n.º 0149, de 21 de outubro de 2016, emitida em nome da empresa FLEX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E MOTORES LTDA., com inscrição Suframa nº 20.0690.01-9 e CNPJ nº 22.798.094/0001-29.

APPIO DA SILVA TOLENTINO

SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

PORTARIA Nº 237-SEI, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 30 do Decreto n° 9.260, de 29 de dezembro de 2017 resolve:

Art. 1º Atribuir competência ao Diretor do Departamento de Empreendedorismo e Artesanato para gerir o Programa do Artesanato Brasileiro - PAB de que trata o Decreto 1.508 de 31 de maio de 1995.

Art. 2º No exercício da competência de que trata o artigo 1º, cabe ao Diretor de Empreendedorismo e Artesanato:

I - formular, coordenar e articular políticas públicas e diretrizes de promoção do segmento artesanal e de valorização do artesão brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico;

II - executar e monitorar programas e ações de promoção da comercialização do produto artesanal brasileiro nos mercados nacional e internacional;

III - executar e monitorar programa e ações de qualificação técnica e gerencial do artesão e desenvolvimento técnico do produto artesanal;

IV - gerir os recursos do orçamento do Ministério destinados à execução de iniciativas voltadas ao segmento artesanal;

V - administrar, controlar, desenvolver e normatizar portais na internet, bancos de dados e sistemas de informação produzidos no âmbito do Programa do Artesanato Brasileiro.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO DE FREITAS MARTINS DA VEIGA

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 33, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

BA	Mucuri	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	2228	14/12/17	59051.005010/2018-16
GO	Doverlândia	Enxurradas - 1.2.2.0.0	14	22/01/18	59051.004939/2018-28
RS	Amaral Ferrador	Estiagem - 1.4.1.1.0	2322	12/01/18	59051.004996/2018-15
RS	Hulha Negra	Estiagem - 1.4.1.1.0	2206	22/01/18	59051.005000/2018-81
RS	Morro Redondo	Estiagem - 1.4.1.1.0	4407	23/01/18	59051.004999/2018-41
SC	Joinville	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	30450	29/01/18	59051.005018/2018-82

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

PORTARIA Nº 30, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Fixar as metas globais e intermediárias de desempenho institucional da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste para o 5º ciclo de Avaliação de desempenho - exercício 2017-2018.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - SUDECO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 8.277, de 27 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Fixar as metas globais e intermediárias do 5º ciclo de avaliação de desempenho para a concessão da Gratificação de Desempenho do Plano de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE e da Gratificação de Desempenho de Atividades de cargos Específicos - GDACE aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal desta Superintendência, na forma da Lei, conforme anexo I desta Portaria.

Art. 2º O quinto ciclo da referida Avaliação de Desempenho corresponde ao período de 1º de novembro de 2017 a 31 de outubro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS NANTES DE OLIVEIRA

ANEXO I - METAS GLOBAIS E INTERMEDIÁRIAS PARA O 5º CICLO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO (Período de 01/11/17 a 31/10/18)

METAS GLOBAIS	METAS INTERMEDIÁRIAS	INDICADOR	FÓRMULA	UNIDADE DE MEDIDA	FONTE DE DADOS (ÁREA RESPONSÁVEL)
1) Ampliar o controle das ações executadas e dos recursos descentralizados pela Autarquia	1.1) Realizar 70% do cronograma da programação das vistorias.	Vistorias Executadas (VE)	Total de vistorias realizadas/Total de vistorias programadas	Percentual (%)	DIPGF
2) Ampliar os investimentos em capacitação	2.1) Realizar o mínimo de 20 horas de capacitação por servidor no decorrer do referido ciclo de avaliação de desempenho.	Capacitação (IC)	Horas de capacitação/Total de servidores	Horas/servidor	DA/CRH
3) Ampliar a visibilidade das ações da SUDECO para o público externo e interno (Accountability)	3.1) Disponibilizar 100% dos convênios celebrados pela SUDECO em seu site.	Índice de Transparência dos Convênios (ITC)	Total de convênios disponibilizados no site da Sudeco/Total de Convênios Celebrados	Percentual (%)	DIPGF
	3.2) Atender 100% das solicitações enviadas à Ouvidoria da Sudeco.	Casos Respondidos pela Ouvidoria (CROuvi)	Total de respostas efetuadas/Total de solicitações realizadas	Percentual (%)	Ouvidoria/SisOuvidor/SIC
	3.3) Atender 100% das solicitações enviadas à Ouvidoria do FCO.	Casos Respondidos pela Ouvidoria do FCO.	Total de respostas efetuadas/Total de solicitações realizadas	Percentual (%)	
	3.4) Atender 100% das solicitações enviadas ao SIC.	Casos Respondidos pelo SIC	Total de respostas efetuadas/Total de solicitações realizadas	Percentual (%)	
	3.5) Responder em até 15 dias (média) às solicitações enviadas à Ouvidoria.	Tempo médio de resposta das solicitações enviadas à Ouvidoria.	(data da resposta - data questionamento) / Total de solicitações realizadas	Dias por solicitação realizada	
4) Ampliar a avaliação da efetividade nas ações do Controle Interno	4.1) Realizar 70% das auditorias programadas no Plano Anual de Atividades de Auditoria/PAINT até o final do 4º Ciclo de Avaliação de Desempenho.	Auditorias realizadas (AR)	Total de auditorias realizadas/Total de auditorias programadas	Percentual (%)	Auditoria
	4.2) Atender 100% das diligências recebidas dos Órgãos de Controle Interno e Externo.	Diligências Atendidas (DA)	Total de diligências atendidas/Total de diligências recebidas	Percentual(%)	
	4.3) Analisar e Pré-Certificar 100% dos processos de Tomada de Contas instaurados	Certificações Realizadas (CR)	Total de processos pré-certificados/Total de processos recebidos	Percentual(%)	

Obs.: As áreas responsáveis pelas metas intermediárias estão dispostas da seguinte forma: Meta 1.1 (DIPGF); Meta 2.1 (DA/CRH); Meta 3.1 (DIPGF); Metas 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5 (Ouvidoria/SisOuvidor/SIC); Metas 4.1, 4.2 e 4.3 (Auditoria).

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 69, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Altera o Anexo XIV da Portaria nº 820, de 29 de setembro de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, e os arts. 6° e 7° do Decreto n° 9.150, de 4 de setembro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 9º, §§4º a §6º, do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, resolve

Art. 1° Fica alterado o Anexo XIV da Portaria nº 820, de 29 de setembro de 2017, que passa a vigorar na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Ficam convalidados os atos de nomeação e apostilamento ocorridos a partir da entrada em vigor do Decreto nº 9.150, de 4 de setembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO JARDIM

ANEXO

CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/No	DENOMINAÇÃO	NE/DAS/ FCPE/FG
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	1	Diretor-Geral	DAS 101.6
	1	Assistente	FCPE 102.2
Gabinete	1	Chefe	FCPE 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação de Apoio Técnico	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Inteligência	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Operações de Inteligência	1	Chefe	FCPE 101.2
Seção de Contrainteligência	1		FG-01
Corregedoria-Geral	1	Corregedor-Geral	FCPE 101.4
Divisão de Corregedoria	1	Chefe	FCPE 101.2
Núcleo de Análise Processual	1		FG-03

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Divisão de Fiscalização e Assuntos Internos	1	Chefe	FCPE 101.2
Núcleo de Operações Correcionais	1		FG-03
Divisão de Gestão Correcional	1	Chefe	FCPE 101.2
Núcleo Cartorial	1		FG-03
Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização Rodoviária	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Seção de Apoio à Gestão	1		FG-01
Divisão de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações	1	Chefe	FCPE 101.2
Núcleo de Telecomunicações	1		FG-03
Divisão de Infraestrutura Predial	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Administração de Sistemas	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Gestão e Governança de Tecnologia de Informação e Comunicações	1	Chefe	FCPE 101.2
Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicações	1		FG-03
Coordenação-Geral de Operações	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Núcleo de Apoio Administrativo	1		FG-03
Núcleo de Prevenção de Acidentes e Educação para o Trânsito	1		FG-03
Coordenação de Planejamento e Controle Operacional	1	Coordenador	FCPE 101.3
Núcleo de Comando e Controle Nacional	1		FG-03
Divisão de Planejamento Operacional	1	Chefe	FCPE 101.2
Núcleo de Ciências de Dados Operacionais	1		FG-03
Divisão de Processamento de Infrações	1	Chefe	FCPE 101.2
Núcleo de Gestão de Infrações	1		FG-03
Divisão de Operações Aéreas	1	Chefe	FCPE 101.2
Núcleo de Segurança Operacional e Procedimentos Administrativos	1		FG-03
Divisão de Comando de Operações Especializadas	1	Chefe	FCPE 101.2
Núcleo de Policiamento Especializado	1		FG-03
Núcleo de Motociclismo	1		FG-03
Divisão de Fiscalização de Trânsito e Transporte	1	Chefe	FCPE 101.2
Núcleo de Normas e Fiscalização de Trânsito e Transporte	1		FG-03
Coordenação-Geral de Recursos Humanos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Núcleo de Gestão e Apoio Administrativo	1		FG-03
Coordenação de Gestão Estratégica	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Recursos Humanos	1	Chefe	FCPE 101.2
Seção de Aposentadorias e Pensões	1		FG-01
Divisão de Cadastro	1	Chefe	FCPE 101.2
Núcleo de Cadastro e Lotação	1		FG-03
Divisão de Pagamento	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Saúde e Assistência Social	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Processos e Execução de Concursos	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação da Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal	1	Coordenador	FCPE 101.3
Núcleo de Execução Administrativa	1		FG-03
Divisão de Apoio Administrativo	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Educação Corporativa	1	Chefe	FCPE 101.2
Núcleo de Formação e Qualificação Profissional	1		FG-03
Coordenação-Geral de Administração	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Seção Orçamentária e Financeira	1		FG-01
Divisão de Análise Processual e Normatização	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário	1	Chefe	FCPE 101.2
Seção de Execução Orçamentária	1		FG-01
Divisão de Gerenciamento e Execução Financeira	1	Chefe	FCPE 101.2
Núcleo de Arrecadação	1		FG-03
Seção de Execução Financeira	1		FG-01
Divisão de Controle Logístico e Mobilização	1	Chefe	FCPE 101.2
Núcleo de Almoxarifado	1		FG-03
Núcleo de Gerenciamento Logístico e Apoio Operacional	1		FG-03
Núcleo de Patrimônio	1		FG-03
Divisão de Contratações	1	Chefe	FCPE 101.2
Núcleo de Contratos	1		FG-03
Divisão de Planejamento Logístico	1	Chefe	FCPE 101.2
Núcleo de Gestão da Frota Veicular	1		FG-03
Núcleo de Administração Predial	1		FG-03
Núcleo de Planejamento e Prospecção da Demanda	1		FG-03
Divisão de Gestão Documental	1	Chefe	FCPE 101.2
Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Acre	1	Superintendente	FCPE 101.3
Núcleo de Operações	1	Chefe	FG-03
Núcleo Administrativo e Financeiro	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Alagoas	1	Superintendente	FCPE 101.3
Seção de Operações	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Operações Especiais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Processamento de Infrações	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Prevenção de Acidentes	1	Chefe	FG-03
Seção Administrativa e Financeira	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Telemática	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Orçamento e Finanças	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Patrimônio e Material	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Serviços Gerais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Documentação	1	Chefe	FG-03

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Corregedoria Regional	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Seção de Recursos Humanos	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Apoio Técnico	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Comunicação Social	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Inteligência	1	Chefe	FG-03
1ª Delegacia: Maceió	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
2ª Delegacia: São Miguel dos Campos	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
3ª Delegacia: Palmeira dos Índios	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Amapá	1	Superintendente	FCPE 101.3
Núcleo de Operações	1	Chefe	FG-03
Núcleo Administrativo e Financeiro	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Amazonas	1	Superintendente	FCPE 101.3
Núcleo Administrativo e Financeiro	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
1ª Delegacia: Manaus	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal na Bahia	1	Superintendente	FCPE 101.3
Seção de Operações	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Operações Especiais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Processamento de Infrações	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Prevenção de Acidentes	1	Chefe	FG-03
Seção Administrativa e Financeira	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Telemática	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Orçamento e Finanças	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Patrimônio e Material	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Serviços Gerais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Documentação	1	Chefe	FG-03
Corregedoria Regional	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Seção de Recursos Humanos	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Apoio Técnico	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Comunicação Social	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Inteligência	1	Chefe	FG-03
1ª Delegacia: Simões Filho	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
2ª Delegacia: Feira de Santana	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
3ª Delegacia: Jequié	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
4ª Delegacia: Senhor do Bonfim	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
5ª Delegacia: Itabuna	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
6ª Delegacia: Seabra	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
7ª Delegacia: Paulo Afonso	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
8ª Delegacia: Vitória da Conquista	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
9ª Delegacia: Eunápolis	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
10ª Delegacia: Barreiras	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Ceará	1	Superintendente	FCPE 101.3
Seção de Operações	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Operações Especiais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Processamento de Infrações	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Prevenção de Acidentes	1	Chefe	FG-03
Seção Administrativa e Financeira	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Telemática	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Orçamento e Finanças	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Patrimônio e Material	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Serviços Gerais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Documentação	1	Chefe	FG-03
Corregedoria Regional	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Seção de Recursos Humanos	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Apoio Técnico	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Comunicação Social	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Inteligência	1	Chefe	FG-03
1ª Delegacia: Caucaia	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
2ª Delegacia: Canindé	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
3ª Delegacia: Russas	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
4ª Delegacia: Sobral	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
5ª Delegacia: Icó	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Distrito Federal	1	Superintendente	FCPE 101.3
Núcleo Administrativo e Financeiro	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
1ª Delegacia: Brasília	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Espírito Santo	1	Superintendente	FCPE 101.3
Seção de Operações	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Operações Especiais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Processamento de Infrações	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Prevenção de Acidentes	1	Chefe	FG-03
Seção Administrativa e Financeira	1	Chefe	FG-01

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Núcleo de Telemática	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Orçamento e Finanças	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Patrimônio e Material	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Serviços Gerais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Documentação	1	Chefe	FG-03
Corregedoria Regional	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Seção de Recursos Humanos	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Apoio Técnico	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Comunicação Social	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Inteligência	1	Chefe	FG-03
1ª Delegacia: Viana	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
2ª Delegacia: Serra	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
3ª Delegacia: Guarapari	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
4ª Delegacia: Linhares	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Goiás	1	Superintendente	FCPE 101.3
Seção de Operações	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Operações Especiais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Processamento de Infrações	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Prevenção de Acidentes	1	Chefe	FG-03
Seção Administrativa e Financeira	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Telemática	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Orçamento e Finanças	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Patrimônio e Material	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Serviços Gerais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Documentação	1	Chefe	FG-03
Corregedoria Regional	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Seção de Recursos Humanos	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Apoio Técnico	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Comunicação Social	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Inteligência	1	Chefe	FG-03
1ª Delegacia: Goiânia	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
2ª Delegacia: Anápolis	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
3ª Delegacia: Morrinhos	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
4ª Delegacia: Rio Verde	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
5ª Delegacia: Jataí	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
6ª Delegacia: Catalão	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
7ª Delegacia: Porangatu	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Maranhão	1	Superintendente	FCPE 101.3
Seção de Operações	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Operações Especiais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Processamento de Infrações	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Prevenção de Acidentes	1	Chefe	FG-03
Seção Administrativa e Financeira	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Telemática	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Orçamento e Finanças	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Patrimônio e Material	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Serviços Gerais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Documentação	1	Chefe	FG-03
Corregedoria Regional	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Seção de Recursos Humanos	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Apoio Técnico	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Comunicação Social	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Inteligência	1	Chefe	FG-03
1ª Delegacia: Pedrinhas	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
2ª Delegacia: Santa Inês	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
3ª Delegacia: Caxias	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
4ª Delegacia: Imperatriz	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
5ª Delegacia: Balsas	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais	1	Superintendente	FCPE 101.3
Seção de Operações	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Operações Especiais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Processamento de Infrações	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Prevenção de Acidentes	1	Chefe	FG-03
Seção Administrativa e Financeira	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Telemática	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Orçamento e Finanças	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Patrimônio e Material	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Serviços Gerais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Documentação	1	Chefe	FG-03
Corregedoria Regional	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Seção de Recursos Humanos	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Apoio Técnico	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Comunicação Social	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Inteligência	1	Chefe	FG-03
1ª Delegacia: Região Metropolitana	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03

2ª Delegacia: Sete Lagoas	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
3ª Delegacia: João Monlevade	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
4ª Delegacia: Oliveira	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
5ª Delegacia: Juiz de Fora	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
6ª Delegacia: Governador Valadares	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
7ª Delegacia: Leopoldina	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
8ª Delegacia: Araxá	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
9ª Delegacia: Caxambu	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
10ª Delegacia: Pouso Alegre	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
11ª Delegacia: Patos de Minas	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
12ª Delegacia: Teófilo Otoni	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
13ª Delegacia: Poços de Caldas	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
14ª Delegacia: Montes Claros	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
15ª Delegacia: Uberaba	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
16ª Delegacia: Paracatu	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
17ª Delegacia: Uberlândia	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
18ª Delegacia: Frutal	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Mato Grosso	1	Superintendente	FCPE 101.3
Seção de Operações	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Operações Especiais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Processamento de Infrações	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Prevenção de Acidentes	1	Chefe	FG-03
Seção Administrativa e Financeira	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Telemática	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Orçamento e Finanças	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Patrimônio e Material	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Serviços Gerais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Documentação	1	Chefe	FG-03
Corregedoria Regional	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Seção de Recursos Humanos	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Apoio Técnico	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Comunicação Social	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Inteligência	1	Chefe	FG-03
1ª Delegacia: Cuiabá	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
2ª Delegacia: Rondonópolis	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
3ª Delegacia: Cáceres	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
4ª Delegacia: Diamantino	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
5ª Delegacia: Primavera do Leste	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
6ª Delegacia: Sorriso	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
7ª Delegacia: Pontes e Lacerda	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
8ª Delegacia: Barra do Garças	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Mato Grosso do Sul	1	Superintendente	FCPE 101.3
Seção de Operações	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Operações Especiais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Processamento de Infrações	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Prevenção de Acidentes	1	Chefe	FG-03
Seção Administrativa e Financeira	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Telemática	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Orçamento e Finanças	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Patrimônio e Material	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Serviços Gerais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Documentação	1	Chefe	FG-03
Corregedoria Regional	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Seção de Recursos Humanos	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Apoio Técnico	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Comunicação Social	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Inteligência	1	Chefe	FG-03
1ª Delegacia: Campo Grande	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
2ª Delegacia: Nova Alvorada	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
3ª Delegacia: Corumbá	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
4ª Delegacia: Dourados	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
5ª Delegacia: Guia Lopes da Laguna	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
6ª Delegacia: Coxim	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
7ª Delegacia: Bataguassu	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8ª Delegacia: Três Lagoas	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
9ª Delegacia: Paranaíba	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
10ª Delegacia: Naviraí	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Pará	1	Superintendente	FCPE 101.3
Seção de Operações	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Operações Especiais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Processamento de Infrações	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Prevenção de Acidentes	1	Chefe	FG-03
Seção Administrativa e Financeira	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Telemática	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Orçamento e Finanças	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Patrimônio e Material	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Serviços Gerais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Documentação	1	Chefe	FG-03
Corregedoria Regional	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Seção de Recursos Humanos	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Apoio Técnico	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Comunicação Social	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Inteligência	1	Chefe	FG-03
1ª Delegacia: Benevides	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
2ª Delegacia: Ipixuna	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
3ª Delegacia: Marabá	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
4ª Delegacia: Altamira	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
5ª Delegacia: Santarém	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal na Paraíba	1	Superintendente	FCPE 101.3
Seção de Operações	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Operações Especiais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Processamento de Infrações	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Prevenção de Acidentes	1	Chefe	FG-03
Seção Administrativa e Financeira	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Telemática	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Orçamento e Finanças	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Patrimônio e Material	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Serviços Gerais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Documentação	1	Chefe	FG-03
Corregedoria Regional	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Seção de Recursos Humanos	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Apoio Técnico	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Comunicação Social	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Inteligência	1	Chefe	FG-03
1ª Delegacia: João Pessoa	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
2ª Delegacia: Campina Grande	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
3ª Delegacia: Patos	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Pernambuco	1	Superintendente	FCPE 101.3
Seção de Operações	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Operações Especiais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Processamento de Infrações	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Prevenção de Acidentes	1	Chefe	FG-03
Seção Administrativa e Financeira	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Telemática	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Orçamento e Finanças	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Patrimônio e Material	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Serviços Gerais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Documentação	1	Chefe	FG-03
Corregedoria Regional	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Seção de Recursos Humanos	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Apoio Técnico	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Comunicação Social	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Inteligência	1	Chefe	FG-03
1ª Delegacia: Recife	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
2ª Delegacia: Caruaru	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
3ª Delegacia: Garanhuns	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
4ª Delegacia: Serra Talhada	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
5ª Delegacia: Salgueiro	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
6ª Delegacia: Petrolina	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Piauí	1	Superintendente	FCPE 101.3
Seção de Operações	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Operações Especiais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Processamento de Infrações	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Prevenção de Acidentes	1	Chefe	FG-03
Seção Administrativa e Financeira	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Telemática	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Orçamento e Finanças	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Patrimônio e Material	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Serviços Gerais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Documentação	1	Chefe	FG-03
Corregedoria Regional	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Seção de Recursos Humanos	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal	1	Chefe	FG-03

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Núcleo de Apoio Técnico	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Comunicação Social	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Inteligência	1	Chefe	FG-03
1ª Delegacia: Teresina	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
2ª Delegacia: Piripiri	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
3ª Delegacia: Floriano	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
4ª Delegacia: Picos	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
5ª Delegacia: Parnaíba	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Paraná	1	Superintendente	FCPE 101.3
Seção de Operações	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Operações Especiais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Processamento de Infrações	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Prevenção de Acidentes	1	Chefe	FG-03
Seção Administrativa e Financeira	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Telemática	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Orçamento e Finanças	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Patrimônio e Material	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Serviços Gerais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Documentação	1	Chefe	FG-03
Corregedoria Regional	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Seção de Recursos Humanos	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Apoio Técnico	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Comunicação Social	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Inteligência	1	Chefe	FG-03
1ª Delegacia: Região Metropolitana	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
2ª Delegacia: Pato Branco	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
3ª Delegacia: Ponta Grossa	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
4ª Delegacia: Cascavel	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
5ª Delegacia: Foz do Iguaçu	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
6ª Delegacia: Guaíra	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
7ª Delegacia: Londrina	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro	1	Superintendente	FCPE 101.3
Seção de Operações	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Operações Especiais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Processamento de Infrações	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Prevenção de Acidentes	1	Chefe	FG-03
Seção Administrativa e Financeira	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Telemática	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Orçamento e Finanças	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Patrimônio e Material	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Serviços Gerais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Documentação	1	Chefe	FG-03
Corregedoria Regional	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Seção de Recursos Humanos	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Apoio Técnico	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Comunicação Social	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Inteligência	1	Chefe	FG-03
1ª Delegacia: Duque de Caxias	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
2ª Delegacia: Niterói	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
3ª Delegacia: Itaguaí	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
4ª Delegacia: Magé	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
5ª Delegacia: Barra do Piraí	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
6ª Delegacia: Petrópolis	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
7ª Delegacia: Resende	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
8ª Delegacia: Campos dos Goytacazes	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Rio Grande do Norte	1	Superintendente	FCPE 101.3
Seção de Operações	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Operações Especiais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Processamento de Infrações	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Prevenção de Acidentes	1	Chefe	FG-03
Seção Administrativa e Financeira	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Telemática	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Orçamento e Finanças	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Patrimônio e Material	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Serviços Gerais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Documentação	1	Chefe	FG-03
Corregedoria Regional	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Seção de Recursos Humanos	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Apoio Técnico	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Comunicação Social	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Inteligência	1	Chefe	FG-03
1ª Delegacia: Macaíba	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
2ª Delegacia: Ceará-Mirim	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
3ª Delegacia: Currais Novos	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
4ª Delegacia: Mossoró	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Rondônia	1	Superintendente	FCPE 101.3
Seção de Operações	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Operações Especiais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Processamento de Infrações	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Prevenção de Acidentes	1	Chefe	FG-03
Seção Administrativa e Financeira	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Telemática	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Orçamento e Finanças	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Patrimônio e Material	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Serviços Gerais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Documentação	1	Chefe	FG-03
Corregedoria Regional	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Seção de Recursos Humanos	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Apoio Técnico	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Comunicação Social	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Inteligência	1	Chefe	FG-03
1ª Delegacia: Porto Velho	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
2ª Delegacia: Ji-Paraná	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
3ª Delegacia: Ariquemes	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
4ª Delegacia: Vilhena	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Roraima	1	Superintendente	FCPE 101.3
Núcleo Administrativo e Financeiro	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
1ª Delegacia: Boa Vista	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Rio Grande do Sul	1	Superintendente	FCPE 101.3
Seção de Operações	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Operações Especiais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Processamento de Infrações	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Prevenção de Acidentes	1	Chefe	FG-03
Seção Administrativa e Financeira	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Telemática	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Orçamento e Finanças	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Patrimônio e Material	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Serviços Gerais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Documentação	1	Chefe	FG-03
Corregedoria Regional	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Seção de Recursos Humanos	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Apoio Técnico	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Comunicação Social	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Inteligência	1	Chefe	FG-03
1ª Delegacia: Porto Alegre	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
2ª Delegacia: Eldorado do Sul	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
3ª Delegacia: Osório	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
4ª Delegacia: Lajeado	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
5ª Delegacia: Caxias do Sul	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
6ª Delegacia: Bento Gonçalves	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
7ª Delegacia: Pelotas	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
8ª Delegacia: Passo Fundo	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
9ª Delegacia: Santa Maria	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
10ª Delegacia: Ijuí	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
11ª Delegacia: Santana do Livramento	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
12ª Delegacia: São Borja	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
13ª Delegacia: Uruguaiana	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
14ª Delegacia: Sarandi	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina	1	Superintendente	FCPE 101.3
Seção de Operações	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Operações Especiais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Processamento de Infrações	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Prevenção de Acidentes	1	Chefe	FG-03
Seção Administrativa e Financeira	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Telemática	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Orçamento e Finanças	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Patrimônio e Material	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Serviços Gerais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Documentação	1	Chefe	FG-03
Corregedoria Regional	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Seção de Recursos Humanos	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Apoio Técnico	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Comunicação Social	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Inteligência	1	Chefe	FG-03
1ª Delegacia: São José	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
2ª Delegacia: Tubarão	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
3ª Delegacia: Joinville	1	Chefe	FG-02

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
4ª Delegacia: Itajaí	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
5ª Delegacia: Lages	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
6ª Delegacia: Mafra	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
7ª Delegacia: Joaçaba	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
8ª Delegacia: Chapecó	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Sergipe	1	Superintendente	FCPE 101.3
Seção de Operações	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Operações Especiais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Processamento de Infrações	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Prevenção de Acidentes	1	Chefe	FG-03
Seção Administrativa e Financeira	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Telemática	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Orçamento e Finanças	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Patrimônio e Material	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Serviços Gerais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Documentação	1	Chefe	FG-03
Corregedoria Regional	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Seção de Recursos Humanos	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Apoio Técnico	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Comunicação Social	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Inteligência	1	Chefe	FG-03
1ª Delegacia: Nossa Senhora do Socorro	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
2ª Delegacia: São Cristóvão	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em São Paulo	1	Superintendente	FCPE 101.3
Seção de Operações	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Operações Especiais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Processamento de Infrações	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Prevenção de Acidentes	1	Chefe	FG-03
Seção Administrativa e Financeira	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Telemática	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Orçamento e Finanças	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Patrimônio e Material	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Serviços Gerais	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Documentação	1	Chefe	FG-03
Corregedoria Regional	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Seção de Recursos Humanos	1	Chefe	FG-01
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Apoio Técnico	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Comunicação Social	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Inteligência	1	Chefe	FG-03
1ª Delegacia: Guarulhos	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
2ª Delegacia: São José dos Campos	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
3ª Delegacia: Atibaia	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
4ª Delegacia: Itapecerica da Serra	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
5ª Delegacia: Registro	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
6ª Delegacia: Taubaté	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
7ª Delegacia: Ubatuba	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
8ª Delegacia: Cachoeira Paulista	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
9ª Delegacia: São José do Rio Preto	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
10ª Delegacia: Marília	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03
Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Tocantins	1	Superintendente	FCPE 101.3
Núcleo Administrativo e Financeiro	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos	1	Chefe	FG-03
Núcleo de Administração de Pessoal	1	Chefe	FG-03
1ª Delegacia: Palmas	1	Chefe	FG-02
Núcleo de Policiamento e Fiscalização	1	Chefe	FG-03

DESPACHO Nº 49, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Interessado: JAN HONORE TALPE. Requerimento de Anistia nº 2014.01.74248. Assunto: Anistia Política.

De acordo com o contido no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e com base na análise do Requerimento de Anistia n°. 2014.01.74248, formulado por JAN HONORE TALPE, que pleiteia declaração de anistiado político e reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada;

Considerando que o ordenamento jurídico pátrio prevê que sejam declarados anistiados políticos aqueles que no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988 foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos institucionais ou complementares, ou de exceção, sendo imprescindível a comprovação da perseguição de caráter exclusivamente político; e

Considerando o fato de que o requerente não possui nacionalidade brasileira e que ainda havia à época da suposta perseguição sofrida vedação ao exercício de atividade política por estrangeiro, deixo de acolher o Parecer emitido pela Comissão de Anistia, proferido na 19ª Sessão de Turma da 93ª Caravana de Anistia, realizada no dia 6 de dezembro de 2016, e resolvo:

INDEFERIR o Requerimento de Anistia n° 2014.01.74248 formulado por JAN HONORE TALPE, portador do CPF nº. 070.522.201-21.

TORQUATO JARDIM
Ministro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA Nº 163, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Dia: 07.02.2018
Hora: 10:20
Presidente: Alexandre Barreto de Souza
Secretário do Plenário: Paulo Eduardo Silva de Oliveira

A distribuição é realizada em blocos de modo que os processos sejam sorteados aos Conselheiros excluindo-se os nomes dos sorteados anteriormente até que reste uma opção, mantendo-se, desta forma, uma distribuição numericamente igualitária entre os Conselheiros. A distribuição iniciará sem o nome dos Conselheiros João Paulo de Resende, Polyanna Ferreira Silva Vilanova e Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt que nos últimos blocos de sorteio - na 161ª e 162ª Sessão Ordinária de Distribuição - foram os relatores sorteados.

Foi distribuído pelo sistema de sorteio o seguinte feito:

Processo Administrativo nº 08012.004280/2012-40 (Apartado Restrito nº 08700.011188/2014-40).

Representante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Representados: Adler Assessoramento Empresarial Ltda., Alsar Tecnologia em Redes Ltda., CDT Comunicação de Dados Ltda., Netway Datacom Comércio de Sistemas para Informática Ltda., Rhox Comunicação de Dados Ltda., Tellus S.A. Informática e Telecomunicações, Vertax Redes e Telecomunicações Ltda., Cristiane dos Santos Costa, Emílio Timo, Fábio de Azevedo Montoro, Margareth Brixi Tony de Souza, Paulo de Assis Gomes, Rochely Maria Moura Leal Lima, Rômulo Silva Nogueira, Ronato Batista de Oliveira, Ronei Souza Machado e Wellington da Rocha Mello Júnior

Advogados: Ana Malard Velloso, Ana Paula Martinez, Alexandre Ditzel Faraco, Alexandre Peralta Colares, Carlos Carvalho Duarte Neto, Edson Ferreira, Elaine Cristina Xiol y Ferreira, Elior Marconi Fernandes Carvalho Pinto, Hugo Moraes Pereira de Lucena, João Hagenbeck Parizzi, José Carlos Nespoli Louzada, Kauê de Barros Machado, Leandro Oliveira Gobbo, Leonardo Fernandes Ranña, Manoel Coelho Arruda Júnior, Neide Terezinha Malard, Raphael Augusto Pinheiro Anunciação, Ticiano Figueiredo e outros.
Relator: Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Nº 152 - Ato de Concentração nº 08700.000390/2018-70. Requerentes: Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e Ecosul - Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Advogados: Priscila Brolio Gonçalves e Gabriel Mattioli de Miranda. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 154 - Ato de Concentração nº 8700.006750/2017-66. Requerentes: Mercosul Line Navegação e Logística Ltda. ("Mercosul Line") e Log-In - Logística Intermodal S/A ("Log-In"). Advogados: Tito Amaral de Andrade, Erica Sumie Yamashita e João Felipe Achcar de Azambuja. Acolho a Nota Técnica nº 7/2018/CGAA3/SGA1/SG/CADE, de 07 de fevereiro de 2018 e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive quanto a sua motivação. Decido pela aprovação, sem restrições, do referido ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

Nº 156 - Ato de Concentração nº 08700.000485/2018-93. Requerentes: DENSO Corporation, Toshiba Information Systems (Japan) Corporation. Advogados: Cecilia Vidigal Monteiro de Barros, Paula Beeby Monteiro de Barros e António José Dias Ribeiro da Rocha Frota. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 157 - Ato de Concentração nº 08700.000439/2018-94. Requerentes: BBM Logística S/A, Transeich Armazéns Gerais S.A. e Transeich Assessoria e Transportes S/A. Advogados: Pedro Conde Elias Vicentini, Maria Eugênia Novis e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 158 - Ato de Concentração nº 08700.000391/2018-14. Requerentes: VLI MULTIMODAL S.A. e PROGRESS RAIL LOCAÇÃO DE LOCOMOTIVAS LTDA. Advogados: Aurélio Marchini Santos, Andréa da Cunha Cruz e Cristianne Saccab Zarzur. Decido pela aprovação, sem restrições.

KENYS MENEZES MACHADO
Superintendente-Geral
Substituto

COORDENAÇÃO GERAL DE ANÁLISE ANTITRUSTE 6

DESPACHO Nº 149, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo Administrativo nº 08700.006065/2017-30 (apartado de acesso restrito nº 08700.006203/2017-81) Representante: Cade ex officio Representados: Federal Mogul Sistemas Automotivos Ltda., KSPG Automotive Brazil Ltda., Mahle Metal Leve S.A. e MAHLE GmbH, Erwin Alexander Friedmann, Antonio Carlos Coelho da Silva, Antônio Carlos Cunha Bueno, Bernd Brünig, Claus Henning Bernhard Paulo von Heydebreck, Claus Hoppen, Daniele Ferrari de Carli Bianchi, Dieter Oskar Moser, Edvaldo Ricardo Selidonio de Souza, Faustino Luigi Minchella, Fernando Del Nero Rocha, Gerson Silva Prado, Horst Fischer, José Ademir de Souza, José Angel Viani Barroyeta, José Carlos Marques Brito, José Carlos Massari Jr., José Luis Seixas Ferreira, Josemar Ribas, Julio Ricardo Albertin, Leandro José Moretto, Lincoln Fujii, Luis Antônio Silva Lipay, Mônica Maria Marques Suzigan, Robson de Souza Rezende e Thomas José Carlos Klein. Advogados: José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Ari Marcelo Solon, Lorena Leite Nisiyama, Bolívar Moura Rocha, Otoniel de Melo Guimarães, Hugo Ribeiro de Paula e Silva, Rita de Cássia Fontoura, Olavo Zago Chinaglia e outros. Tendo em vista informações prestadas em resposta (SEI 0438356) ao Ofício nº 91/2018/CADE, determino a retificação do nome do Representado Alex Friedmann para Erwin Alexander Friedmann. Esclareço não se tratar de inclusão ou exclusão de Representado do polo passivo deste feito, mas apenas de retificação de informação prestada anteriormente, permanecendo o mesmo Representado em questão no polo passivo deste Processo Administrativo.

RAVVI AUGUSTO DE ABREU COUTINHO MADRUGA
Coordenador-Geral

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 235, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/104444 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COLABORE SERVIÇOS DE VIGILANCIA ARMADA LTDA, CNPJ nº 11.499.545/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 84/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 323, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/109186 - DELESP/DREX/SR/DPF/MS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CIFRA VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 37.572.849/0001-40, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 82/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 483, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/106279 - DELESP/DREX/SR/DPF/AP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POINTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 01.485.395/0001-22, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Amapá, com Certificado de Segurança nº 59/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 532, DE 30 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/105338 - DPF/SJK/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AVIBRAS INDUSTRIA AEROESPACIAL S/A, CNPJ nº 60.181.468/0001-51 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 540, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/1417 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CLA VIGILANCIA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 26.535.662/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Maranhão, com Certificado de Segurança nº 72/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 563, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/2934 - DPF/SJE/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RIO PRETO SHOPPING CENTER LTDA, CNPJ nº 61.997.458/0001-51 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 204/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 565, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/3403 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

AUTORIZAR a empresa SNAKE EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ Nº 07.473.476/0001-99, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser G.I EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 572, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/5320 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TRANSFEDERAL TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 26.324.424/0001-03, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

917 (novecentas e dezessete) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 573, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/5329 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TRANSFEDERAL TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 26.324.424/0001-03, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1272 (uma mil e duzentas e setenta e duas) Munições calibre 38

1029 (uma mil e vinte e nove) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 587, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/6249 - DPF/CAE/MT, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0161-00, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Espingardas calibre 12

44 (quarenta e quatro) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 596, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/87546 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FÁBRICA DA PEDRA S/A FIAÇÃO E TECELAGEM, CNPJ nº 10.831.642/0001-96 para atuar em Alagoas, com Certificado de Segurança nº 207/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 602, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/6672 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

CONCEDER autorização à empresa STAR CURSO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 02.288.030/0001-70, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38

3000 (três mil) Gramas de pólvora

20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 673, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/7020 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa EXECUTIVA SEGURANÇA PRIVADA LTDA-ME, CNPJ nº 20.747.575/0001-80, sediada no Pará, para adquirir:

Da empresa cedente ESE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 05.742.568/0001-00:

11 (onze) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente ESE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 05.742.568/0001-00:

128 (cento e vinte e oito) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 676, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/99873 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 11.179.264/0012-23, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar no Ceará com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 51/2018 (CNPJ nº 11.179.264/0012-23) e nº 2873/2017 (CNPJ nº 11.179.264/0014-95).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 677, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/101778 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa GESEG GRUPO ESPECIAL DE SEGURANÇA S/S LTDA ME, CNPJ nº 12.512.290/0004-84, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 174/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 680, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/6543 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO EDIFICIO 21ST CENTURY FLAT, CNPJ nº 03.819.289/0001-63 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 692, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/84266 - DELESP/DREX/SR/DPF/AP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa PATENTE EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA - EPP, CNPJ nº 28.242.540/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Amapá, com Certificado de Segurança nº 22/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 693, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/99222 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AC SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 09.459.901/0001-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 2788/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 694, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/739 - DPF/SJE/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa REDENTOR INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA, CNPJ nº 01.390.437/0001-41 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 698, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/6942 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROATIVA FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 11.271.838/0001-36, sediada em Alagoas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

2 (duas) Pistolas calibre .380

5 (cinco) Revólveres calibre 38

480 (quatrocentas e oitenta) Munições calibre 12

31632 (trinta e uma mil e seiscentas e trinta e duas) Espoletas calibre 38

1000 (um mil) Estojos calibre 38

7239 (sete mil e duzentos e trinta e nove) Gramas de pólvora

31632 (trinta e um mil e seiscentos e trinta e dois) Projéteis calibre 38

2612 (duas mil e seiscentas e doze) Espoletas calibre .380

112 (cento e doze) Estojos calibre .380

2612 (dois mil e seiscentos e doze) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 699, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/7219 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SCORPIONS CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES SOCIEDADE SIMPLES LTDA, CNPJ nº 03.492.494/0001-67, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Pistolas calibre .380

626 (seiscentas e vinte e seis) Munições calibre 12

79152 (setenta e nove mil e cento e cinquenta e duas) Espoletas calibre 38

10000 (dez mil) Estojos calibre 38

22163 (vinte e dois mil e cento e sessenta e três) Gramas de pólvora

79152 (setenta e nove mil e cento e cinquenta e dois) Projéteis calibre 38

6354 (seis mil e trezentas e cinquenta e quatro) Espoletas calibre .380

5000 (cinco mil) Estojos calibre .380

6354 (seis mil e trezentos e cinquenta e quatro) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 700, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/7386 - DPF/VDC/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESCOLA GIDEÃO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 10.698.638/0001-00, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3500 (três mil e quinhentas) Munições calibre .380
2000 (duas mil) Munições calibre 12
30000 (trinta mil) Espoletas calibre 38
5000 (cinco mil) Gramas de pólvora
30000 (trinta mil) Projéteis calibre 38
500 (quinhentas) Espoletas calibre .380
500 (quinhentos) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 701, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/7428 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve: CONCEDER autorização à empresa MTVIP SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA- EPP, CNPJ nº 22.262.421/0001-23, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5 (cinco) Revólveres calibre 38
72 (setenta e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 731, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/7775 - DPF/UDI/MG, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa SUPERVIG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 11.412.859/0002-05, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada em Minas Gerais.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 92, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/98581 - DELESP/DREX/SR/DPF/RO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa G.J.SEG VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 21.361.698/0001-40, sediada em Rondônia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
150 (cento e cinquenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

PORTARIA Nº 34.107, DE 30 DE JANEIRO DE 2018

O COCOORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08520.004100/2017-02 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa E.S.V - EMPRESA SERGIPANA DE VIGILANCIA EIRELI, CNPJ/MF nº 16.208.738/0001-89, localizada no Estado de SERGIPE.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 34.109, DE 30 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08352.000401/2018-19 - CV/DPF/JFA/MG, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento concedida à empresa INDUSTRIA E COMERCIO COPAS S.A, CNPJ/MF nº 21.786.793/0001-96, localizada no Estado de MINAS GERAIS.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 34.112, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL substituto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08096.000569/2018-01 - DPF/CAC/PR, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa BIOCINESE CENTRO DE ESTUDOS BIOFARMACEUTICOS LTDA, CNPJ nº 07.521.890/0002-07, localizada no Estado de PARANÁ.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

DECISÃO Nº 1, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo Administrativo nº 08012.013188/2007-11. Recorrente: Ilcasa Indústria de Laticínios de Campina Grande S/A. Advogados: Juliana Queiroz Aragão Serra e outros. O recurso administrativo interposto não comporta provimento. Não há o que se falar na ocorrência de prescrição intercorrente porque não houve inércia da administração pública, que por todo o tempo de tramitação do feito movimentou-o realizando diligências e intimações. De acordo com o entendimento do C. STJ: "... a forma de contagem da prescrição intercorrente somente incide durante o tempo de paralisação do processo administrativo devido a inércia da Administração Pública, não se contando, portanto, a partir do início da apuração se a partir dela continuarem a ser praticados atos de movimentação do processo administrativo, mas somente a partir do momento em que se verificar verdadeira inércia." Porque "... o instituto da prescrição intercorrente visa evitar a inércia da administração pública entre um ato do procedimento administrativo e outro, não havendo sentido contar a data inicial da apuração da infração administrativa, se a partir dela continuarem a ser praticados atos de movimentação do processo.", conforme decisão proferida no REsp 1707295, pela Ministra Regina Helena Costa, publicada em 19.12.2017. O recurso invoca a prescrição intercorrente em desacordo com a jurisprudência do STJ. O encadeamento dos atos processuais revela que sua duração perdurou no tempo em virtude de diligências sobretudo de instrução, em atendimento ao princípio do contraditório, consagrado no art. 5o, LV da Constituição Federal também aos processos administrativos. Diante da alegação da defesa de supostas irregularidades nos apontamentos do MAPA, foram necessárias novas diligências instrutórias, que acabaram dilargando a conclusão do processo. Durante todo o tempo, no entanto, o processo foi movimentado, com a realização de atos processuais e diligências. Daí o porquê que, de acordo com o entendimento do C. STJ, a prescrição alegada deve ser afastada. Se tal não bastasse, precedentes do STJ também apontam o caráter impróprio do prazo prescricional previsto no art. 49 da Lei nro. 9.784/99, ante a ausência da cominação de qualquer penalidade para o seu descumprimento. Nesse sentido, por exemplo, o julgamento do AgRg no AREsp 588.898, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJe de 6.2.2015 e a decisão monocrática proferida no REsp 1713057, Relatora Ministra Regina Helna Costa, DJ de 15.12.2017. Por essas razões, afasto a alegada prescrição. No mérito, os fatos trazidos no processo são graves, porque houve comprovadamente a colocação de produtos impróprios ao consumo no mercado, porque contrariaram as normas técnicas incidentes na espécia, contrariando o art. 18, parágrafo 6o da Lei nro. 8078/90. A lei presume a impropriedade do produto colocado no mercado em desacordo com as normas técnicas, que não pode ser colocado no mercado em hipótese alguma. Também houve, nesse passo, violação ao princípio da informação, porque os consumidores adquiriram produtos impróprios ao consumo sem saber, com 47,5% a menos de proteína e 13,34% a menos de gordura. A simples colocação de produto impróprio ao consumo no mercado coloca em risco a saúde e a segurança dos consumidores. O dano à coletividade, nesse caso, é presumido pela lei e decorre do fato em si. A sanção aplicada guarda proporcionalidade com a gravidade do fato e com suas circunstâncias. Não há, pois, o que se falar em redução da penalidade. Nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/99, adoto também como motivação a Nota Técnica nº 13/2017/ASSESSORIA SENACON/GAB-SENACON/SENACON, assim ementada: "Recurso Administrativo. Inobservância do dever de informação no que diz respeito à composição do produto. Colocação no mercado de consumo de produto em desacordo com a Resolução ANVISA RDC n. 360. Infração ao Princípio da boa-fé e transparência e aos ditames da Lei n. 8.078/90 (Art. 4°, I e III; 6º, III e IV; 18, § 6, II; 31 e 39, VIII). Aplicação de sanção de multa no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). Recomendação de Desprovimento de Recurso". Por tais razões, nego provimento ao recurso administrativo interposto e mantenho a penalidade aplicada. Fica a recorrente intimada a pagar a multa no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução nº 30/2013 do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa da união, nos termos do art. 55 do Decreto nº 2.181/97.

ARTHUR LUIS MENDONÇA ROLLO
Secretário

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 23, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: PANTERA NEGRA (BLACK PANTHER, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Kevin Feige
Diretor(es): Ryan Coogler
Distribuidor(es): The Walt Disney Company (Brasil) Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Aventura/Ação
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.001386/2018-16
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: DE VOLTA (GO HOME, Bélgica / França / Suíça - 2015)
Produtor(es): Nathalie Trafford
Diretor(es): Jihane Chouaib
Distribuidor(es): ESFERA PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.002512/2018-50
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: LADY BIRD - A HORA DE VOAR (LADY BIRD, Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Scott Rudin Productions/Entertainment 360
Diretor(es): Greta Gerwig
Distribuidor(es): UNIVERSAL PICTURES INTERNATIONAL BRAZIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama/Comédia
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.002688/2018-10
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: A MALDIÇÃO DA CASA WINCHESTER (WINCHESTER, Austrália / Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Blacklab Entertainment/E/Imagination Design Works
Diretor(es): Michael Spierig/Peter Spierig
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Terror
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas e Violência
Processo: 08000.003876/2018-57
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: ALÉM DO HOMEM (Brasil - 2018)
Produtor(es): Denise Gomes/Paula Cosenza
Diretor(es): Willy Biondani
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual
Processo: 08000.004201/2018-25
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Minissérie: 13 DIAS LONGE DO SOL (Brasil - 2017)
Produtor(es): Central Globo de Produção
Diretor(es): Luciano Moura
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.063638/2017-10
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

Série: CONSELHO TUTELAR - 3ª TEMPORADA (Brasil - 2017)
Episódio(s): 01 A 05
Produtor(es): Visom Digital - Carlos de Andrade
Diretor(es): Rudi Lagermann
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.068446/2017-08
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: UMA ESPÉCIE DE FAMÍLIA (UNA ESPECIE DE FAMILIA, Argentina / Brasil - 2017)
Produtor(es): Diego Lerman
Diretor(es): Diegto Lerman
Distribuidor(es): PANDORA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Atos criminosos
Processo: 08017.000136/2018-80
Requerente: PROVIDENCE DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA - EPP (PANDORA FILMES)

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

DESPACHO Nº 19, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo MJ nº: 08017.001548/2017-56
Programa: "JOÃO KLEBER SHOW ESPECIAL CHACRINHA"
Requerente: TV ÔMEGA LTDA.
Emissora: Rede TV!

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 8, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 7 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014;

CONSIDERANDO que a emissora exibiu a obra "JOÃO KLEBER SHOW ESPECIAL CHACRINHA" com autoclassificação "Livre", conforme requerimento protocolado em 06 de dezembro de 2017 .

CONSIDERANDO que durante a análise do programa não foram constatados elementos suficientes para a manutenção da autoclassificação exibida, resolve:

Indeferir o pedido de autoclassificação da obra "JOÃO KLEBER SHOW ESPECIAL CHACRINHA" e classificá-la como "não recomendado para menores de dez anos" por conter conteúdo sexual, ficando o interessado na obrigação de aplicar a nova classificação no prazo de 5 (cinco) dias e sempre quando houver a exibição da obra.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.830, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017
(Publicada no DOU de 27 -12-2017)

ANEXO (*)

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS - EQUIPES DE SAÚDE BUCAL

Estado	Município	IBGE	ESB 1 Novo Credenciamento	ESB 2 Novo Credenciamento	Total de ESB 1	Total de ESB 2
AM	Nova Olinda do Norte	130310	1	0	11	1
AM	São Sebastião do Uatumã	130395	1	0	5	0
AM Total	2		2	0	16	1
BA	Abaíra	290010	1	0	4	0
BA	Anguera	290150	1	0	5	0
BA	Belo Campo	290350	2	0	6	0
BA	Boninal	290400	1	0	2	0
BA	Cabaceiras do Paraguaçu	290485	1	0	9	0
BA	Cafarnaum	290530	3	0	7	0
BA	Caldeirão Grande	290550	1	0	4	0
BA	Camamu	290580	1	0	7	0
BA	Central	290760	1	0	9	0
BA	Cordeiros	290900	1	0	4	0
BA	Ipecaetá	291380	1	0	4	0
BA	Itaberaba	291470	5	0	14	0
BA	Itiúba	291700	3	0	9	0
BA	Jiquiriçá	291820	1	0	4	0
BA	Lajedo do Tabocal	291905	1	0	3	0
BA	Macajuba	291960	1	0	4	0
BA	Miguel Calmon	292120	6	0	10	0
BA	Mirangaba	292140	2	0	7	0
BA	Mirante	292145	1	0	5	0
BA	Paulo Afonso	292400	1	0	24	0
BA	Presidente Tancredo Neves	292575	1	0	8	0
BA	Rafael Jambeiro	292595	1	0	9	0
BA	Rodelas	292710	2	0	3	0
BA	Ruy Barbosa	292720	2	0	8	0
BA	Santo Estêvão	292880	2	0	15	0
BA	São Domingos	292895	1	0	5	0
BA	Seabra	292990	1	0	5	0
BA	Teolândia	293160	1	0	5	0
BA	Una	293250	2	0	8	0
BA	Urandi	293260	0	2	1	2
BA	Várzea da Roça	293305	2	0	6	0
BA	Wenceslau Guimarães	293350	2	0	10	0
BA Total	32		52	2	224	2
CE	Aquiraz	230100	1	0	25	0
CE	Banabuiú	230185	5	0	9	0
CE	Barreira	230195	1	0	8	0
CE	Barroquinha	230205	1	0	5	0
CE	Beberibe	230220	1	0	7	8
CE	Cascavel	230350	1	0	19	0
CE	Catunda	230365	2	0	5	0
CE	Eusébio	230428	1	0	18	0
CE	Granja	230470	2	0	14	0
CE	Groaíras	230490	1	0	5	0
CE	Hidrolândia	230520	1	0	4	0
CE	Ipaporanga	230565	1	0	3	1
CE	Missão Velha	230840	1	0	13	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	Monsenhor Tabosa	230860	1	0	8	0
CE	Pentecoste	231070	3	0	14	3
CE Total	15		23	0	157	12
ES	Anchieta	320040	2	0	10	0
ES Total	1		2	0	10	0
GO	Abadia de Goiás	520005	1	0	4	0
GO	Águas Lindas de Goiás	520025	5	0	22	0
GO	Alexânia	520030	4	0	10	0
GO	Caiapônia	520440	2	0	4	0
GO	Campestre de Goiás	520460	1	0	2	0
GO	Campinorte	520470	1	0	4	1
GO	Chapadão do Céu	520547	1	0	3	0
GO	Flores de Goiás	520790	1	0	5	0
GO	Goianésia	520860	10	0	22	0
GO	Goiânia	520870	34	0	144	78
GO	Goianira	520880	2	0	18	0
GO	Hidrolândia	520970	1	0	6	2
GO	Itumbiara	521150	1	0	11	5
GO	Jussara	521220	2	0	6	2
GO	Maurilândia	521300	3	0	6	0
GO	Nazário	521440	1	0	4	0
GO	Nova Glória	521486	1	1	2	2
GO	Pires do Rio	521740	1	0	6	0
GO	Porangatu	521800	3	0	9	0
GO	Santa Rita do Araguaia	521940	1	0	2	0
GO	Senador Canedo	522045	1	0	33	0
GO	Terezópolis de Goiás	522119	1	0	2	0
GO	Trindade	522140	7	0	16	1
GO Total	23		85	1	341	91
MA	Barão de Grajaú	210150	2	0	9	0
MA	Buriti Bravo	210230	4	0	5	0
MA	Conceição do Lago-Açu	210355	8	0	10	0
MA	Jenipapo dos Vieiras	210547	6	0	7	0
MA	Lago Verde	210590	2	0	6	0
MA	Loreto	210610	1	0	4	0
MA	Mata Roma	210640	1	1	6	3
MA	Peritoró	210845	4	0	10	0
MA	Santo Amaro do Maranhão	211027	2	0	6	0
MA	São Bernardo	211060	4	0	10	0
MA	São José de Ribamar	211120	51	0	84	0
MA	Tufilândia	211227	1	0	3	0
MA Total	12		86	1	160	3
MG	Alvorada de Minas	310240	2	0	2	2
MG	Araxá	310400	1	0	7	9
MG	Campos Gerais	311160	5	6	7	6
MG	Capelinha	311230	9	0	17	0
MG	Capitão Andrade	311265	1	0	3	0
MG	Catuti	311547	0	1	0	3
MG	Claraval	311640	1	0	2	0
MG	Conceição dos Ouros	311780	1	0	1	0
MG	Contagem	311860	43	0	120	6
MG	Coração de Jesus	311880	4	0	9	2
MG	Divinolândia de Minas	312220	3	0	4	0
MG	Divisópolis	312245	1	0	4	0
MG	Formoso	312620	1	2	1	3
MG	Ibiaí	312960	0	1	1	3
MG	Indianópolis	313070	1	0	3	0
MG	Jacutinga	313490	5	0	5	0
MG	Jordânia	313650	0	1	3	2
MG	Juruaia	313690	1	0	3	0
MG	Manhumirim	313950	0	1	3	5
MG	Mário Campos	314015	0	1	0	2
MG	Mato Verde	314100	0	1	2	4
MG	Mutum	314400	0	1	9	1
MG	Pai Pedro	314655	1	0	1	2
MG	Perdizes	314980	3	0	7	0
MG	Recreio	315410	1	0	4	0
MG	Rio Vermelho	315600	1	0	3	1
MG	Sabinópolis	315680	4	0	7	0
MG	Santa Bárbara	315720	0	2	2	8
MG	Santa Luzia	315780	30	3	30	6
MG	Tupaciguara	316960	1	0	2	2
MG	Virgolândia	317190	1	0	3	0
MG Total	31		121	20	265	67
MS	Ribas do Rio Pardo	500710	1	0	8	0
MS Total	1		1	0	8	0
MT	Campinápolis	510260	2	0	4	0
MT	Lucas do Rio Verde	510525	1	0	14	2
MT	Nova Maringá	510890	1	0	3	0
MT	Nova Mutum	510622	1	0	8	1
MT	Primavera do Leste	510704	0	1	1	9
MT	Rosário Oeste	510770	4	0	7	0
MT Total	6		9	1	37	12
PA	Abaetetuba	150010	2	2	12	2
PA	Água Azul do Norte	150034	1	0	5	0
PA	Augusto Corrêa	150090	3	0	14	0
PA	Barcarena	150130	2	0	10	0
PA	Bonito	150160	2	0	8	0
PA	Bragança	150170	16	0	33	1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PA	Breu Branco	150178	4	0	6	0
PA	Cachoeira do Piriá	150195	8	0	14	0
PA	Faro	150300	1	0	2	0
PA	Garrafão do Norte	150307	4	0	8	0
PA	Goianésia do Pará	150309	6	0	8	0
PA	Inhangapi	150340	2	0	5	0
PA	Irituia	150350	2	0	6	0
PA	Novo Repartimento	150506	4	0	6	0
PA	Ourém	150540	2	0	6	0
PA	Ourilândia do Norte	150543	2	0	6	0
PA	Parauapebas	150553	16	0	29	0
PA	Santa Luzia do Pará	150655	2	0	8	0
PA	Santarém Novo	150690	2	0	4	0
PA	São Caetano de Odivelas	150710	2	0	8	0
PA	São Félix do Xingu	150730	3	0	13	0
PA	Tracuateua	150803	4	0	9	0
PA	Ulianópolis	150812	6	0	11	0
PA	Vigia	150820	4	0	8	0
PA Total	24		100	2	239	3
PB	Alagoinha	250050	1	0	7	0
PB	Aroeiras	250130	2	0	10	0
PB	Belém	250190	1	0	6	2
PB	Monteiro	250970	2	0	11	0
PB	Nova Olinda	251020	1	0	3	0
PB	Paulista	251090	1	0	6	0
PB	Solânea	251600	1	0	10	0
PB	Sousa	251620	3	0	29	0
PB Total	8		12	0	82	2
PE	Aliança	260070	2	0	13	0
PE	Arcoverde	260120	3	0	30	0
PE	Caetés	260320	2	0	11	0
PE	Flores	260560	2	0	10	0
PE	Garanhuns	260600	2	0	26	1
PE	Gravatá	260640	1	0	14	3
PE	Inajá	260700	2	0	7	0
PE	Jupi	260830	1	0	7	0
PE	Paranatama	261030	1	0	6	0
PE	Paulista	261070	36	0	59	0
PE	São Joaquim do Monte	261330	2	0	11	0
PE	Vicência	261630	1	0	9	0
PE Total	12		55	0	203	4
PR	Diamante D'Oeste	410715	1	0	1	1
PR	Floresta	410790	1	0	2	0
PR	Francisco Beltrão	410840	4	8	11	11
PR	Ibaiti	410970	5	0	12	0
PR	Mangueirinha	411440	6	0	7	0
PR	Maringá	411520	1	0	33	14
PR	Matelândia	411560	1	0	3	2
PR	Medianeira	411580	3	0	7	1
PR	São Mateus do Sul	412560	0	1	5	1
PR Total	9		22	9	81	30
RN	Felipe Guerra	240370	1	0	3	0
RN	Itajá	240485	1	0	4	0
RN Total	2		2	0	7	0
RR	Amajari	140002	0	2	3	2
RR	Rorainópolis	140047	5	0	12	0
RR Total	2		5	2	15	2
SC	Antônio Carlos	420120	1	0	2	0
SC	Camboriú	420320	2	0	12	0
SC	Criciúma	420460	15	0	32	0
SC	Ibirama	420690	3	0	8	0
SC	Laurentino	420950	2	0	3	0
SC	Massaranduba	421060	1	0	2	0
SC	Ponte Serrada	421340	1	0	4	1
SC	Rio do Campo	421450	2	0	3	0
SC	São Miguel do Oeste	421720	1	0	10	2
SC Total	9		28	0	76	3
SE	Macambira	280370	0	1	2	1
SE Total	1		0	1	2	1
SP	Álvares Machado	350130	3	0	8	0
SP	Américo Brasiliense	350170	9	0	10	0
SP	Guaratinguetá	351840	9	0	17	0
SP	Ibiúna	351970	30	0	30	0
SP	Itu	352390	2	0	4	2
SP	Jaguariúna	352470	1	0	1	0
SP	Monte Aprazível	353140	8	0	9	0
SP	Nipoã	353270	2	0	2	0
SP	Paulo de Faria	353660	3	0	4	0
SP	Piracicaba	353870	2	0	17	0
SP	Piraju	353880	1	0	9	0
SP	Sales	354480	3	0	3	0
SP	São Caetano do Sul	354880	0	9	0	17
SP	Taguaí	355300	2	0	3	0
SP	Tarumã	355395	1	0	2	0
SP	Tatuí	355400	5	0	7	0
SP Total	16		81	9	126	19
TO	Aguiarnópolis	170030	1	0	2	0
TO	Alvorada	170070	0	2	2	2
TO	Araguatins	170220	3	0	10	0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TO	Colinas do Tocantins	170550	2	0	12	0
TO	Itaguatins	171070	1	0	2	0
TO	Miranorte	171330	1	0	4	0
TO	Sítio Novo do Tocantins	172080	2	0	5	0
TO Total	7		10	2	37	2
Total Geral	213		696	50	2086	254

(*) Republicado por ter saído, no DOU nº 247-A, de 27 -12-2017, Seção 1, página 8, com incorreções no original.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 246, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

Autoriza o repasse dos valores de recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde, relativos ao Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS); à Assistência Financeira Complementar (AFC) da União para cumprimento do piso salarial profissional nacional dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e ao Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACE (IF).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único, do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 12.994, de 17 de junho de 2014, que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 8.474, de 22 de junho de 2015, que regulamenta o disposto no § 1º do art. 9º-C e no § 1º do art. 9º-D da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias;

Considerando os arts. 1º a 16 do Anexo III da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017,que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.510/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que atualiza os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde do Componente de Vigilância em Saúde do Bloco de Vigilância em Saúde, com base na estimativa populacional do IBGE para 2017, definindo doravante os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde das 27 (vinte e sete) Unidades Federadas; e

Considerando o Relatório do cadastro dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) no Sistema Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (SCNES) referente ao mês de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Autoriza o repasse dos valores de recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde, relativos ao Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS); à Assistência Financeira Complementar (AFC) da União para cumprimento do piso salarial profissional nacional dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e ao Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACE (IF).

Art. 2º Os valores a serem transferidos para os Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios constantes desta Portaria totalizam o montante de R$ 128.935.574,11 (cento e vinte e oito milhões novecentos e trinta e cinco mil quinhentos e setenta e quatro reais e onze centavos) conforme Anexos I a XXVII.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamentos instruídos.

Art. 4º Os créditos orçamentários de que tratam a presente Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho - 10.305.2015.20AL Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Plano Orçamentário 0000, e o Programa de Trabalho - 10.305.2015.20AL-0001 Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Plano Orçamentário 0001 - Assistência Financeira Complementar aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Agentes de Combate às Endemias.

Parágrafo único. Os recursos relativos ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de vigilância em saúde.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018.

RICARDO BARROS

		ANEXO I				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELE-GIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
AC	120000	SES/AC	0	0,00	0,00	120.398,34
AC	120001	Acrelândia	0	0,00	0,00	10.786,47
AC	120005	Assis Brasil	1	50,70	963,30	4.567,28
AC	120010	Brasiléia	8	405,60	7.706,40	10.887,98
AC	120013	Bujari	0	0,00	0,00	8.158,02
AC	120017	Capixaba	0	0,00	0,00	8.361,28
AC	120020	Cruzeiro do Sul	116	5.881,20	111.742,80	32.945,52
AC	120025	Epitaciolândia	0	0,00	0,00	13.828,65
AC	120030	Feijó	0	0,00	0,00	25.966,60
AC	120032	Jordão	3	152,10	2.889,90	4.116,81
AC	120033	Mâncio Lima	10	507,00	9.633,00	7.984,88
AC	120034	Manoel Urbano	3	152,10	2.889,90	5.033,45
AC	120035	Marechal Thaumaturgo	1	50,70	963,30	14.994,85
AC	120038	Plácido de Castro	0	0,00	0,00	15.625,52
AC	120039	Porto Walter	6	304,20	5.779,80	5.061,55
AC	120040	Rio Branco	150	7.605,00	144.495,00	143.950,89
AC	120042	Rodrigues Alves	10	507,00	9.633,00	7.574,29
AC	120043	Santa Rosa do Purus	0	0,00	0,00	5.845,81
AC	120045	Senador Guiomard	6	304,20	5.779,80	11.407,92
AC	120050	Sena Madureira	1	50,70	963,30	33.440,05
AC	120060	Tarauacá	8	405,60	7.706,40	26.080,52
AC	120070	Xapuri	5	253,50	4.816,50	10.525,38
AC	120080	Porto Acre	0	0,00	0,00	13.108,79
		Total	328	16.629,60	315.962,40	540.650,85
		ANEXO II				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELE-GIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
AL	270000	SES/AL	0	0,00	0,00	281.725,19
AL	270010	Água Branca	5	253,50	4.816,50	4.689,13
AL	270020	Anadia	5	253,50	4.816,50	4.022,63
AL	270030	Arapiraca	12	608,40	11.559,60	97.653,77
AL	270040	Atalaia	11	557,70	10.596,30	10.371,43
AL	270050	Barra de Santo Antônio	7	354,90	6.743,10	4.586,89
AL	270060	Barra de São Miguel	4	202,80	3.853,20	2.427,68
AL	270070	Batalha	6	304,20	5.779,80	4.143,17
AL	270080	Belém	2	101,40	1.926,60	1.195,26
AL	270090	Belo Monte	3	152,10	2.889,90	1.648,72
AL	270100	Boca da Mata	10	507,00	9.633,00	6.110,30
AL	270110	Branquinha	4	202,80	3.853,20	2.560,28
AL	270120	Cacimbinhas	4	202,80	3.853,20	2.486,17
AL	270130	Cajueiro	8	405,60	7.706,40	4.674,67
AL	270135	Campestre	3	152,10	2.889,90	1.603,24
AL	270140	Campo Alegre	10	507,00	9.633,00	14.783,90
AL	270150	Campo Grande	3	152,10	2.889,90	2.234,62
AL	270160	Canapi	4	202,80	3.853,20	4.420,43

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AL	270170	Capela	7	354,90	6.743,10	3.900,79
AL	270180	Carneiros	2	101,40	1.926,60	2.297,27
AL	270190	Chã Preta	3	152,10	2.889,90	1.721,40
AL	270200	Coité do Nóia	4	202,80	3.853,20	2.619,73
AL	270210	Colônia Leopoldina	7	354,90	6.743,10	4.763,09
AL	270220	Coqueiro Seco	3	152,10	2.889,90	1.791,48
AL	270230	Coruripe	19	963,30	18.302,70	12.872,82
AL	270235	Craíbas	5	253,50	4.816,50	6.183,91
AL	270240	Delmiro Gouveia	21	1.064,70	20.229,30	11.589,38
AL	270250	Dois Riachos	4	202,80	3.853,20	2.551,81
AL	270255	Estrela de Alagoas	4	202,80	3.853,20	4.603,37
AL	270260	Feira Grande	5	253,50	4.816,50	5.367,24
AL	270270	Feliz Deserto	3	152,10	2.889,90	1.139,10
AL	270280	Flexeiras	4	202,80	3.853,20	2.891,73
AL	270290	Girau do Ponciano	6	304,20	5.779,80	12.360,62
AL	270300	Ibateguara	5	253,50	4.816,50	3.535,61
AL	270310	Igaci	5	253,50	4.816,50	6.865,88
AL	270320	Igreja Nova	5	253,50	4.816,50	6.215,44
AL	270330	Inhapi	4	202,80	3.853,20	4.661,57
AL	270340	Jacaré dos Homens	3	152,10	2.889,90	1.349,16
AL	270350	Jacuípe	3	152,10	2.889,90	1.644,60
AL	270360	Japaratinga	3	152,10	2.889,90	2.178,47
AL	270370	Jaramataia	3	152,10	2.889,90	1.393,68
AL	270375	Jequiá da Praia	4	202,80	3.853,20	2.747,23
AL	270380	Joaquim Gomes	6	304,20	5.779,80	5.366,50
AL	270390	Jundiá	2	101,40	1.926,60	1.036,19
AL	270400	Junqueiro	5	253,50	4.816,50	6.625,47
AL	270410	Lagoa da Canoa	4	202,80	3.853,20	4.602,76
AL	270420	Limoeiro de Anadia	5	253,50	4.816,50	8.002,71
AL	270430	Maceió	531	26.921,70	511.512,30	279.443,55
AL	270440	Major Isidoro	6	304,20	5.779,80	4.554,48
AL	270450	Maragogi	10	507,00	9.633,00	8.612,82
AL	270460	Maravilha	2	101,40	1.926,60	3.952,99
AL	270470	Marechal Deodoro	26	1.318,20	25.045,80	14.461,98
AL	270480	Maribondo	5	253,50	4.816,50	3.186,92
AL	270490	Mar Vermelho	2	101,40	1.926,60	1.039,86
AL	270500	Mata Grande	5	253,50	4.816,50	6.756,98
AL	270510	Matriz de Camaragibe	6	304,20	5.779,80	5.388,03
AL	270520	Messias	6	304,20	5.779,80	5.232,67
AL	270530	Minador do Negrão	3	152,10	2.889,90	1.294,33
AL	270540	Monteirópolis	3	152,10	2.889,90	1.706,71
AL	270550	Murici	8	405,60	7.706,40	6.151,21
AL	270560	Novo Lino	4	202,80	3.853,20	2.879,95
AL	270570	Olho d'Água das Flores	7	354,90	6.743,10	4.766,89
AL	270580	Olho d'Água do Casado	3	152,10	2.889,90	2.194,74
AL	270590	Olho d'Água Grande	3	152,10	2.889,90	1.259,75
AL	270600	Olivença	4	202,80	3.853,20	2.692,13
AL	270610	Ouro Branco	4	202,80	3.853,20	2.629,41
AL	270620	Palestina	3	152,10	2.889,90	1.249,20
AL	270630	Palmeira dos Índios	34	1.723,80	32.752,20	16.603,67
AL	270640	Pão de Açúcar	6	304,20	5.779,80	5.579,78
AL	270642	Pariconha	4	202,80	3.853,20	2.667,68
AL	270644	Paripueira	3	152,10	2.889,90	5.104,79
AL	270650	Passo de Camaragibe	3	152,10	2.889,90	4.066,96
AL	270660	Paulo Jacinto	4	202,80	3.853,20	1.775,76
AL	270670	Penedo	28	1.419,60	26.972,40	14.472,90
AL	270680	Piaçabuçu	6	304,20	5.779,80	4.112,81
AL	270690	Pilar	21	1.064,70	20.229,30	9.913,97
AL	270700	Pindoba	2	101,40	1.926,60	754,98
AL	270710	Piranhas	7	354,90	6.743,10	5.585,49
AL	270720	Poço das Trincheiras	4	202,80	3.853,20	3.406,45
AL	270730	Porto Calvo	0	0,00	0,00	11.925,55
AL	270740	Porto de Pedras	3	152,10	2.889,90	2.228,67
AL	270750	Porto Real do Colégio	5	253,50	4.816,50	4.663,65
AL	270760	Quebrangulo	4	202,80	3.853,20	2.668,06
AL	270770	Rio Largo	32	1.622,40	30.825,60	21.188,32
AL	270780	Roteiro	3	152,10	2.889,90	1.577,56
AL	270790	Santa Luzia do Norte	3	152,10	2.889,90	2.308,04
AL	270800	Santana do Ipanema	17	861,90	16.376,10	10.975,38
AL	270810	Santana do Mundaú	4	202,80	3.853,20	2.560,68
AL	270820	São Brás	3	152,10	2.889,90	1.649,71
AL	270830	São José da Laje	9	456,30	8.669,70	5.261,12
AL	270840	São José da Tapera	7	354,90	6.743,10	7.794,14
AL	270850	São Luís do Quitunde	11	557,70	10.596,30	7.514,96
AL	270860	São Miguel dos Campos	17	861,90	16.376,10	13.332,81
AL	270870	São Miguel dos Milagres	3	152,10	2.889,90	2.070,76
AL	270880	São Sebastião	6	304,20	5.779,80	9.624,06
AL	270890	Satuba	3	152,10	2.889,90	6.566,72
AL	270895	Senador Rui Palmeira	4	202,80	3.853,20	3.237,64
AL	270900	Tanque d'Arca	3	152,10	2.889,90	1.511,87
AL	270910	Taquarana	3	152,10	2.889,90	6.274,97
AL	270915	Teotônio Vilela	2	101,40	1.926,60	18.285,88
AL	270920	Traipu	3	152,10	2.889,90	9.702,08
AL	270930	União dos Palmares	27	1.368,90	26.009,10	14.416,85
AL	270940	Viçosa	10	507,00	9.633,00	5.732,94
		Total	1.200	60.840,00	1.155.960,00	1.190.788,75

ANEXO III

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
AM	130000	SES/AM	0	0,00	0,00	691.262,78

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AM	130002	Alvarães	0	0,00	0,00	20.947,03
AM	130006	Amaturá	0	0,00	0,00	8.130,57
AM	130008	Anamã	2	101,40	1.926,60	6.612,08
AM	130010	Anori	0	0,00	0,00	11.730,51
AM	130014	Apuí	8	405,60	7.706,40	19.534,59
AM	130020	Atalaia do Norte	22	1.115,40	21.192,60	13.205,71
AM	130030	Autazes	0	0,00	0,00	33.859,65
AM	130040	Barcelos	43	2.180,10	41.421,90	18.038,01
AM	130050	Barreirinha	5	253,50	4.816,50	13.504,14
AM	130060	Benjamin Constant	0	0,00	0,00	24.005,26
AM	130063	Beruri	4	202,80	3.853,20	7.176,72
AM	130068	Boa Vista do Ramos	0	0,00	0,00	10.735,54
AM	130070	Boca do Acre	10	507,00	9.633,00	17.483,94
AM	130080	Borba	2	101,40	1.926,60	35.256,23
AM	130083	Caapiranga	0	0,00	0,00	8.034,00
AM	130090	Canutama	14	709,80	13.486,20	6.587,74
AM	130100	Carauari	0	0,00	0,00	16.459,07
AM	130110	Careiro	23	1.166,10	22.155,90	21.883,28
AM	130115	Careiro da Várzea	0	0,00	0,00	22.597,92
AM	130120	Coari	0	0,00	0,00	71.576,70
AM	130130	Codajás	8	405,60	7.706,40	8.450,64
AM	130140	Eirunepé	38	1.926,60	36.605,40	10.132,06
AM	130150	Envira	0	0,00	0,00	11.321,60
AM	130160	Fonte Boa	5	253,50	4.816,50	15.981,65
AM	130165	Guajará	13	659,10	12.522,90	4.745,12
AM	130170	Humaitá	7	354,90	6.743,10	61.197,89
AM	130180	Ipixuna	56	2.839,20	53.944,80	8.218,50
AM	130185	Iranduba	0	0,00	0,00	55.902,52
AM	130190	Itacoatiara	27	1.368,90	26.009,10	51.298,27
AM	130195	Itamarati	11	557,70	10.596,30	4.583,05
AM	130200	Itapiranga	0	0,00	0,00	7.742,62
AM	130210	Japurá	0	0,00	0,00	16.318,18
AM	130220	Juruá	2	101,40	1.926,60	8.337,90
AM	130230	Jutaí	0	0,00	0,00	23.209,48
AM	130240	Lábrea	69	3.498,30	66.467,70	13.507,62
AM	130250	Manacapuru	0	0,00	0,00	82.068,96
AM	130255	Manaquiri	5	253,50	4.816,50	12.868,28
AM	130260	Manaus	22	1.115,40	21.192,60	1.627.986,78
AM	130270	Manicoré	0	0,00	0,00	31.776,23
AM	130280	Maraã	4	202,80	3.853,20	7.277,19
AM	130290	Maués	0	0,00	0,00	36.134,80
AM	130300	Nhamundá	5	253,50	4.816,50	7.324,07
AM	130310	Nova Olinda do Norte	0	0,00	0,00	21.160,33
AM	130320	Novo Airão	0	0,00	0,00	18.866,79
AM	130330	Novo Aripuanã	0	0,00	0,00	19.637,55
AM	130340	Parintins	0	0,00	0,00	66.117,42
AM	130350	Pauini	0	0,00	0,00	15.029,95
AM	130353	Presidente Figueiredo	0	0,00	0,00	48.190,55
AM	130356	Rio Preto da Eva	32	1.622,40	30.825,60	23.903,09
AM	130360	Santa Isabel do Rio Negro	6	304,20	5.779,80	20.976,69
AM	130370	Santo Antônio do Içá	43	2.180,10	41.421,90	7.228,47
AM	130380	São Gabriel da Cachoeira	0	0,00	0,00	34.598,65
AM	130390	São Paulo de Olivença	18	912,60	17.339,40	11.049,48
AM	130395	São Sebastião do Uatumã	3	152,10	2.889,90	5.567,12
AM	130400	Silves	0	0,00	0,00	7.636,30
AM	130406	Tabatinga	8	405,60	7.706,40	29.254,92
AM	130410	Tapauá	23	1.166,10	22.155,90	9.720,72
AM	130420	Tefé	0	0,00	0,00	37.110,10
AM	130423	Tonantins	4	202,80	3.853,20	7.056,01
AM	130426	Uarini	14	709,80	13.486,20	3.917,74
AM	130430	Urucará	0	0,00	0,00	12.771,04
AM	130440	Urucurituba	5	253,50	4.816,50	8.047,79
		Total	561	28.442,70	540.411,30	3.592.845,59

ANEXO IV

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELE-GIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
AP	160000	SES/AP	0	0,00	0,00	85.507,22
AP	160005	Serra do Navio	4	202,80	3.853,20	9.521,66
AP	160010	Amapá	1	50,70	963,30	7.596,05
AP	160015	Pedra Branca do Amapari	18	912,60	17.339,40	15.263,05
AP	160020	Calçoene	10	507,00	9.633,00	7.118,13
AP	160021	Cutias	3	152,10	2.889,90	2.623,08
AP	160023	Ferreira Gomes	0	0,00	0,00	6.708,48
AP	160025	Itaubal	0	0,00	0,00	5.555,53
AP	160027	Laranjal do Jari	12	608,40	11.559,60	29.379,98
AP	160030	Macapá	164	8.314,80	157.981,20	187.597,84
AP	160040	Mazagão	14	709,80	13.486,20	21.374,15
AP	160050	Oiapoque	11	557,70	10.596,30	38.407,73
AP	160053	Porto Grande	5	253,50	4.816,50	21.153,24
AP	160055	Pracuúba	2	101,40	1.926,60	3.808,72
AP	160060	Santana	59	2.991,30	56.834,70	42.439,54
AP	160070	Tartarugalzinho	5	253,50	4.816,50	17.048,74
AP	160080	Vitória do Jari	0	0,00	0,00	9.803,62
		Total	308	15.615,60	296.696,40	510.906,76

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO V

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELE-GIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
BA	290000	SES/BA	0	0,00	0,00	1.649.594,60
BA	290010	Abaíra	0	0,00	0,00	4.236,37
BA	290020	Abaré	4	202,80	3.853,20	5.400,09
BA	290030	Acajutiba	8	405,60	7.706,40	3.604,10
BA	290035	Adustina	4	202,80	3.853,20	4.098,42
BA	290040	Água Fria	4	202,80	3.853,20	4.171,30
BA	290050	Érico Cardoso	0	0,00	0,00	5.274,95
BA	290060	Aiquara	2	101,40	1.926,60	1.181,77
BA	290070	Alagoinhas	84	4.258,80	80.917,20	35.745,19
BA	290080	Alcobaça	0	0,00	0,00	10.714,00
BA	290090	Almadina	3	152,10	2.889,90	1.449,94
BA	290100	Amargosa	14	709,80	13.486,20	8.767,69
BA	290110	Amélia Rodrigues	12	608,40	11.559,60	6.067,65
BA	290115	América Dourada	6	304,20	5.779,80	3.878,19
BA	290120	Anagé	0	0,00	0,00	11.086,24
BA	290130	Andaraí	5	253,50	4.816,50	3.382,63
BA	290135	Andorinha	4	202,80	3.853,20	3.584,59
BA	290140	Angical	4	202,80	3.853,20	3.382,96
BA	290150	Anguera	4	202,80	3.853,20	2.631,06
BA	290160	Antas	4	202,80	3.853,20	5.115,92
BA	290170	Antônio Cardoso	4	202,80	3.853,20	2.801,56
BA	290180	Antônio Gonçalves	4	202,80	3.853,20	2.792,85
BA	290190	Aporá	4	202,80	3.853,20	4.922,05
BA	290195	Apuarema	3	152,10	2.889,90	1.786,35
BA	290200	Aracatu	4	202,80	3.853,20	3.261,50
BA	290205	Araças	0	0,00	0,00	5.778,66
BA	290210	Araci	13	659,10	12.522,90	13.313,35
BA	290220	Aramari	4	202,80	3.853,20	2.681,94
BA	290225	Arataca	0	0,00	0,00	5.418,41
BA	290230	Aratuípe	4	202,80	3.853,20	2.111,38
BA	290240	Aurelino Leal	6	304,20	5.779,80	3.099,48
BA	290250	Baianópolis	0	0,00	0,00	6.564,70
BA	290260	Baixa Grande	5	253,50	4.816,50	4.993,20
BA	290265	Banzaê	4	202,80	3.853,20	3.154,48
BA	290270	Barra	12	608,40	11.559,60	13.609,77
BA	290280	Barra da Estiva	6	304,20	5.779,80	5.171,38
BA	290290	Barra do Choça	1	50,70	963,30	15.338,24
BA	290300	Barra do Mendes	4	202,80	3.853,20	3.372,96
BA	290310	Barra do Rocha	1	50,70	963,30	2.024,11
BA	290320	Barreiras	47	2.382,90	45.275,10	36.125,38
BA	290323	Barro Alto	1	50,70	963,30	6.084,49
BA	290327	Barrocas	4	202,80	3.853,20	3.734,50
BA	290330	Barro Preto	3	152,10	2.889,90	1.550,77
BA	290340	Belmonte	6	304,20	5.779,80	5.502,98
BA	290350	Belo Campo	5	253,50	4.816,50	4.248,52
BA	290360	Biritinga	4	202,80	3.853,20	3.816,31
BA	290370	Boa Nova	4	202,80	3.853,20	3.469,81
BA	290380	Boa Vista do Tupim	0	0,00	0,00	9.048,60
BA	290390	Bom Jesus da Lapa	25	1.267,50	24.082,50	16.183,29
BA	290395	Bom Jesus da Serra	4	202,80	3.853,20	2.439,25
BA	290400	Boninal	0	0,00	0,00	6.882,65
BA	290405	Bonito	4	202,80	3.853,20	3.998,50
BA	290410	Boquira	0	0,00	0,00	10.296,00
BA	290420	Botuporã	4	202,80	3.853,20	2.557,96
BA	290430	Brejões	4	202,80	3.853,20	3.498,23
BA	290440	Brejolândia	4	202,80	3.853,20	2.647,83
BA	290450	Brotas de Macaúbas	0	0,00	0,00	5.179,62
BA	290460	Brumado	22	1.115,40	21.192,60	15.967,65
BA	290470	Buerarema	0	0,00	0,00	9.064,04
BA	290475	Buritirama	5	253,50	4.816,50	5.168,75
BA	290480	Caatiba	0	0,00	0,00	4.962,83
BA	290485	Cabaceiras do Paraguaçu	4	202,80	3.853,20	4.998,13
BA	290490	Cachoeira	9	456,30	8.669,70	8.052,69
BA	290500	Caculé	0	0,00	0,00	10.916,12
BA	290510	Caém	4	202,80	3.853,20	2.389,98
BA	290515	Caetanos	0	0,00	0,00	7.381,91
BA	290520	Caetité	15	760,50	14.449,50	12.112,15
BA	290530	Cafarnaum	6	304,20	5.779,80	4.355,54
BA	290540	Cairu	4	202,80	3.853,20	4.499,46
BA	290550	Caldeirão Grande	4	202,80	3.853,20	3.169,86
BA	290560	Camacan	12	608,40	11.559,60	7.633,54
BA	290570	Camaçari	158	8.010,60	152.201,40	68.037,98
BA	290580	Camamu	7	354,90	6.743,10	10.461,76
BA	290590	Campo Alegre de Lourdes	5	253,50	4.816,50	8.955,50
BA	290600	Campo Formoso	16	811,20	15.412,80	18.250,86
BA	290610	Canápolis	4	202,80	3.853,20	2.511,70
BA	290620	Canarana	7	354,90	6.743,10	6.155,88
BA	290630	Canavieiras	14	709,80	13.486,20	8.136,59
BA	290640	Candeal	3	152,10	2.889,90	2.095,27
BA	290650	Candeias	41	2.078,70	39.495,30	20.816,49
BA	290660	Candiba	4	202,80	3.853,20	3.389,83

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	290670	Cândido Sales	8	405,60	7.706,40	6.200,56
BA	290680	Cansanção	6	304,20	5.779,80	10.807,74
BA	290682	Canudos	5	253,50	4.816,50	3.968,25
BA	290685	Capela do Alto Alegre	4	202,80	3.853,20	2.845,78
BA	290687	Capim Grosso	12	608,40	11.559,60	7.194,00
BA	290689	Caraíbas	0	0,00	0,00	4.717,16
BA	290690	Caravelas	6	304,20	5.779,80	5.211,25
BA	290700	Cardeal da Silva	3	152,10	2.889,90	2.233,69
BA	290710	Carinhanha	7	354,90	6.743,10	7.060,98
BA	290720	Casa Nova	22	1.115,40	21.192,60	16.816,71
BA	290730	Castro Alves	8	405,60	7.706,40	6.253,04
BA	290740	Catolândia	2	101,40	1.926,60	975,17
BA	290750	Catu	28	1.419,60	26.972,40	12.938,52
BA	290755	Caturama	0	0,00	0,00	4.475,16
BA	290760	Central	2	101,40	1.926,60	6.387,56
BA	290770	Chorrochó	4	202,80	3.853,20	2.656,27
BA	290780	Cícero Dantas	10	507,00	9.633,00	7.960,87
BA	290790	Cipó	7	354,90	6.743,10	4.065,19
BA	290800	Coaraci	10	507,00	9.633,00	4.808,99
BA	290810	Cocos	5	253,50	4.816,50	4.468,29
BA	290820	Conceição da Feira	7	354,90	6.743,10	5.276,33
BA	290830	Conceição do Almeida	4	202,80	3.853,20	4.691,96
BA	290840	Conceição do Coité	26	1.318,20	25.045,80	15.652,77
BA	290850	Conceição do Jacuípe	12	608,40	11.559,60	7.763,25
BA	290860	Conde	5	253,50	4.816,50	7.270,20
BA	290870	Condeúba	4	202,80	3.853,20	4.561,34
BA	290880	Contendas do Sincorá	2	101,40	1.926,60	1.057,15
BA	290890	Coração de Maria	5	253,50	4.816,50	6.215,32
BA	290900	Cordeiros	3	152,10	2.889,90	2.040,50
BA	290910	Coribe	4	202,80	3.853,20	3.443,00
BA	290920	Coronel João Sá	4	202,80	3.853,20	4.340,86
BA	290930	Correntina	8	405,60	7.706,40	7.645,23
BA	290940	Cotegipe	0	0,00	0,00	6.606,41
BA	290950	Cravolândia	3	152,10	2.889,90	1.318,37
BA	290960	Crisópolis	6	304,20	5.779,80	5.003,85
BA	290970	Cristópolis	4	202,80	3.853,20	3.300,69
BA	290980	Cruz das Almas	26	1.318,20	25.045,80	14.880,25
BA	290990	Curaçá	7	354,90	6.743,10	9.538,73
BA	291000	Dário Meira	4	202,80	3.853,20	2.915,23
BA	291005	Dias d'Ávila	38	1.926,60	36.605,40	18.483,90
BA	291010	Dom Basílio	4	202,80	3.853,20	2.888,42
BA	291020	Dom Macedo Costa	2	101,40	1.926,60	965,25
BA	291030	Elísio Medrado	3	152,10	2.889,90	1.940,36
BA	291040	Encruzilhada	5	253,50	4.816,50	5.485,91
BA	291050	Entre Rios	14	709,80	13.486,20	9.905,27
BA	291060	Esplanada	12	608,40	11.559,60	8.672,81
BA	291070	Euclides da Cunha	18	912,60	17.339,40	14.253,14
BA	291072	Eunápolis	49	2.484,30	47.201,70	26.420,63
BA	291075	Fátima	4	202,80	3.853,20	4.826,85
BA	291077	Feira da Mata	0	0,00	0,00	2.837,83
BA	291080	Feira de Santana	323	16.376,10	311.145,90	143.796,81
BA	291085	Filadélfia	5	253,50	4.816,50	4.034,02
BA	291090	Firmino Alves	3	152,10	2.889,90	1.334,21
BA	291100	Floresta Azul	4	202,80	3.853,20	2.610,67
BA	291110	Formosa do Rio Preto	7	354,90	6.743,10	5.938,17
BA	291120	Gandu	13	659,10	12.522,90	7.682,98
BA	291125	Gavião	2	101,40	1.926,60	1.090,86
BA	291130	Gentio do Ouro	3	152,10	2.889,90	2.733,63
BA	291140	Glória	0	0,00	0,00	7.366,33
BA	291150	Gongogi	0	0,00	0,00	3.815,62
BA	291160	Governador Mangabeira	4	202,80	3.853,20	5.998,67
BA	291165	Guajeru	3	152,10	2.889,90	2.222,27
BA	291170	Guanambi	24	1.216,80	23.119,20	19.893,50
BA	291180	Guaratinga	6	304,20	5.779,80	5.175,27
BA	291185	Heliópolis	4	202,80	3.853,20	3.238,52
BA	291190	Iaçu	9	456,30	8.669,70	6.270,63
BA	291200	Ibiassucê	4	202,80	3.853,20	2.490,13
BA	291210	Ibicaraí	9	456,30	8.669,70	5.636,35
BA	291220	Ibicoara	7	354,90	6.743,10	4.534,29
BA	291230	Ibicuí	6	304,20	5.779,80	3.849,08
BA	291240	Ibipeba	6	304,20	5.779,80	4.280,38
BA	291250	Ibipitanga	0	0,00	0,00	7.064,29
BA	291260	Ibiquera	1	50,70	963,30	1.404,91
BA	291270	Ibirapitanga	0	0,00	0,00	11.134,29
BA	291280	Ibirapuã	4	202,80	3.853,20	2.028,58
BA	291290	Ibirataia	8	405,60	7.706,40	5.291,03
BA	291300	Ibitiara	4	202,80	3.853,20	3.887,35
BA	291310	Ibititá	5	253,50	4.816,50	4.297,33
BA	291320	Ibotirama	12	608,40	11.559,60	6.385,04
BA	291330	Ichu	3	152,10	2.889,90	1.475,15
BA	291340	Igaporã	5	253,50	4.816,50	3.731,52
BA	291345	Igrapiúna	4	202,80	3.853,20	3.324,98
BA	291350	Iguaí	7	354,90	6.743,10	6.608,66
BA	291360	Ilhéus	94	4.765,80	90.550,20	46.160,59
BA	291370	Inhambupe	9	456,30	8.669,70	10.083,00
BA	291380	Ipecaetá	4	202,80	3.853,20	3.610,06
BA	291390	Ipiaú	21	1.064,70	20.229,30	10.932,17
BA	291400	Ipirá	21	1.064,70	20.229,30	14.389,46
BA	291410	Ipupiara	4	202,80	3.853,20	2.327,65

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	291420	Irajuba	2	101,40	1.926,60	1.730,05
BA	291430	Iramaia	3	152,10	2.889,90	3.538,98
BA	291440	Iraquara	5	253,50	4.816,50	6.968,01
BA	291450	Irará	6	304,20	5.779,80	7.947,28
BA	291460	Irecê	37	1.875,90	35.642,10	17.069,02
BA	291465	Itabela	13	659,10	12.522,90	7.200,88
BA	291470	Itaberaba	33	1.673,10	31.788,90	15.309,71
BA	291480	Itabuna	118	5.982,60	113.669,40	50.656,38
BA	291490	Itacaré	7	354,90	6.743,10	6.504,21
BA	291500	Itaeté	4	202,80	3.853,20	3.800,96
BA	291510	Itagi	5	253,50	4.816,50	3.104,77
BA	291520	Itagibá	5	253,50	4.816,50	3.642,88
BA	291530	Itagimirim	1	50,70	963,30	2.437,53
BA	291535	Itaguaçu da Bahia	2	101,40	1.926,60	4.819,15
BA	291540	Itaju do Colônia	1	50,70	963,30	2.477,40
BA	291550	Itajuípe	9	456,30	8.669,70	5.015,08
BA	291560	Itamaraju	26	1.318,20	25.045,80	15.435,75
BA	291570	Itamari	0	0,00	0,00	3.992,62
BA	291580	Itambé	9	456,30	8.669,70	8.288,21
BA	291590	Itanagra	3	152,10	2.889,90	1.841,13
BA	291600	Itanhém	8	405,60	7.706,40	4.751,77
BA	291610	Itaparica	11	557,70	10.596,30	5.628,77
BA	291620	Itapé	0	0,00	0,00	4.895,91
BA	291630	Itapebi	3	152,10	2.889,90	2.636,71
BA	291640	Itapetinga	37	1.875,90	35.642,10	17.767,98
BA	291650	Itapicuru	5	253,50	4.816,50	11.780,20
BA	291660	Itapitanga	4	202,80	3.853,20	2.475,00
BA	291670	Itaquara	1	50,70	963,30	2.974,70
BA	291680	Itarantim	8	405,60	7.706,40	4.655,29
BA	291685	Itatim	6	304,20	5.779,80	3.502,27
BA	291690	Itiruçu	5	253,50	4.816,50	3.721,07
BA	291700	Itiúba	6	304,20	5.779,80	11.862,36
BA	291710	Itororó	9	456,30	8.669,70	4.867,73
BA	291720	Ituaçu	4	202,80	3.853,20	5.119,59
BA	291730	Ituberá	10	507,00	9.633,00	6.743,92
BA	291733	Iuiú	4	202,80	3.853,20	2.632,51
BA	291735	Jaborandi	3	152,10	2.889,90	2.158,06
BA	291740	Jacaraci	4	202,80	3.853,20	3.542,69
BA	291750	Jacobina	38	1.926,60	36.605,40	19.435,85
BA	291760	Jaguaquara	21	1.064,70	20.229,30	12.840,90
BA	291770	Jaguarari	10	507,00	9.633,00	7.906,02
BA	291780	Jaguaripe	4	202,80	3.853,20	4.871,63
BA	291790	Jandaíra	3	152,10	2.889,90	2.548,33
BA	291800	Jequié	97	4.917,90	93.440,10	37.228,49
BA	291810	Jeremoabo	0	0,00	0,00	19.068,95
BA	291820	Jiquiriçá	0	0,00	0,00	6.923,58
BA	291830	Jitaúna	5	253,50	4.816,50	3.515,75
BA	291835	João Dourado	8	405,60	7.706,40	5.877,21
BA	291840	Juazeiro	1	50,70	963,30	112.125,39
BA	291845	Jucuruçu	4	202,80	3.853,20	2.384,02
BA	291850	Jussara	0	0,00	0,00	7.339,32
BA	291855	Jussari	3	152,10	2.889,90	1.487,98
BA	291860	Jussiape	3	152,10	2.889,90	1.773,98
BA	291870	Lafaiete Coutinho	1	50,70	963,30	927,21
BA	291875	Lagoa Real	4	202,80	3.853,20	3.673,31
BA	291880	Laje	0	0,00	0,00	11.387,21
BA	291890	Lajedão	1	50,70	963,30	932,25
BA	291900	Lajedinho	2	101,40	1.926,60	990,88
BA	291905	Lajedo do Tabocal	2	101,40	1.926,60	2.163,25
BA	291910	Lamarão	3	152,10	2.889,90	2.830,33
BA	291915	Lapão	6	304,20	5.779,80	7.165,36
BA	291920	Lauro de Freitas	112	5.678,40	107.889,60	45.291,58
BA	291930	Lençóis	5	253,50	4.816,50	2.666,58
BA	291940	Licínio de Almeida	4	202,80	3.853,20	2.972,06
BA	291950	Livramento de Nossa Senhora	10	507,00	9.633,00	11.789,04
BA	291955	Luís Eduardo Magalhães	36	1.825,20	34.678,80	19.148,48
BA	291960	Macajuba	1	50,70	963,30	4.481,24
BA	291970	Macarani	7	354,90	6.743,10	4.379,38
BA	291980	Macaúbas	9	456,30	8.669,70	14.699,34
BA	291990	Macururé	3	152,10	2.889,90	1.928,90
BA	291992	Madre de Deus	9	456,30	8.669,70	4.814,10
BA	291995	Maetinga	3	152,10	2.889,90	1.645,79
BA	292000	Maiquinique	4	202,80	3.853,20	2.354,46
BA	292010	Mairi	8	405,60	7.706,40	4.627,79
BA	292020	Malhada	4	202,80	3.853,20	4.179,55
BA	292030	Malhada de Pedras	0	0,00	0,00	4.098,41
BA	292040	Manoel Vitorino	5	253,50	4.816,50	3.349,96
BA	292045	Mansidão	4	202,80	3.853,20	3.198,94
BA	292050	Maracás	12	608,40	11.559,60	7.576,71

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	292060	Maragogipe	16	811,20	15.412,80	10.601,25
BA	292070	Maraú	5	253,50	4.816,50	4.951,95
BA	292080	Marcionílio Souza	4	202,80	3.853,20	2.526,79
BA	292090	Mascote	1	50,70	963,30	6.431,35
BA	292100	Mata de São João	18	912,60	17.339,40	10.770,38
BA	292105	Matina	0	0,00	0,00	6.143,69
BA	292110	Medeiros Neto	10	507,00	9.633,00	5.405,13
BA	292120	Miguel Calmon	11	557,70	10.596,30	6.331,19
BA	292130	Milagres	4	202,80	3.853,20	2.882,05
BA	292140	Mirangaba	4	202,80	3.853,20	5.112,83
BA	292145	Mirante	3	152,10	2.889,90	2.353,54
BA	292150	Monte Santo	6	304,20	5.779,80	19.375,36
BA	292160	Morpará	4	202,80	3.853,20	2.059,52
BA	292170	Morro do Chapéu	12	608,40	11.559,60	8.604,07
BA	292180	Mortugaba	2	101,40	1.926,60	4.635,66
BA	292190	Mucugê	4	202,80	3.853,20	3.199,62
BA	292200	Mucuri	15	760,50	14.449,50	9.641,50
BA	292205	Mulungu do Morro	0	0,00	0,00	6.117,68
BA	292210	Mundo Novo	7	354,90	6.743,10	6.270,92
BA	292220	Muniz Ferreira	3	152,10	2.889,90	1.808,81
BA	292225	Muquém de São Francisco	1	50,70	963,30	4.399,99
BA	292230	Muritiba	12	608,40	11.559,60	7.045,27
BA	292240	Mutuípe	6	304,20	5.779,80	5.313,48
BA	292250	Nazaré	12	608,40	11.559,60	6.770,96
BA	292260	Nilo Peçanha	1	50,70	963,30	5.622,03
BA	292265	Nordestina	4	202,80	3.853,20	3.115,98
BA	292270	Nova Canaã	4	202,80	3.853,20	5.201,52
BA	292273	Nova Fátima	3	152,10	2.889,90	1.861,98
BA	292275	Nova Ibiá	1	50,70	963,30	2.273,90
BA	292280	Nova Itarana	3	152,10	2.889,90	1.931,42
BA	292285	Nova Redenção	4	202,80	3.853,20	2.297,50
BA	292290	Nova Soure	8	405,60	7.706,40	5.993,66
BA	292300	Nova Viçosa	0	0,00	0,00	20.190,50
BA	292303	Novo Horizonte	0	0,00	0,00	5.735,58
BA	292305	Novo Triunfo	4	202,80	3.853,20	3.675,15
BA	292310	Olindina	8	405,60	7.706,40	6.697,85
BA	292320	Oliveira dos Brejinhos	5	253,50	4.816,50	5.635,79
BA	292330	Ouriçangas	3	152,10	2.889,90	2.043,25
BA	292335	Ourolândia	4	202,80	3.853,20	4.408,25
BA	292340	Palmas de Monte Alto	6	304,20	5.779,80	5.168,40
BA	292350	Palmeiras	4	202,80	3.853,20	2.132,89
BA	292360	Paramirim	6	304,20	5.779,80	5.107,21
BA	292370	Paratinga	6	304,20	5.779,80	9.330,07
BA	292380	Paripiranga	5	253,50	4.816,50	8.967,87
BA	292390	Pau Brasil	4	202,80	3.853,20	2.745,30
BA	292400	Paulo Afonso	0	0,00	0,00	55.323,58
BA	292405	Pé de Serra	0	0,00	0,00	6.635,75
BA	292410	Pedrão	3	152,10	2.889,90	1.734,33
BA	292420	Pedro Alexandre	4	202,80	3.853,20	4.492,59
BA	292430	Piatã	0	0,00	0,00	8.517,66
BA	292440	Pilão Arcado	6	304,20	5.779,80	10.601,03
BA	292450	Pindaí	4	202,80	3.853,20	3.887,59
BA	292460	Pindobaçu	6	304,20	5.779,80	4.863,44
BA	292465	Pintadas	4	202,80	3.853,20	2.536,74
BA	292467	Piraí do Norte	4	202,80	3.853,20	2.541,54
BA	292470	Piripá	4	202,80	3.853,20	2.905,38
BA	292480	Piritiba	0	0,00	0,00	12.208,11
BA	292490	Planaltino	3	152,10	2.889,90	2.219,90
BA	292500	Planalto	0	0,00	0,00	12.336,04
BA	292510	Poções	19	963,30	18.302,70	11.197,31
BA	292520	Pojuca	15	760,50	14.449,50	9.102,04
BA	292525	Ponto Novo	5	253,50	4.816,50	3.740,23
BA	292530	Porto Seguro	55	2.788,50	52.981,50	34.220,08
BA	292540	Potiraguá	1	50,70	963,30	3.424,78
BA	292550	Prado	8	405,60	7.706,40	6.720,54
BA	292560	Presidente Dutra	6	304,20	5.779,80	3.605,71
BA	292570	Presidente Jânio Quadros	4	202,80	3.853,20	3.139,19
BA	292575	Presidente Tancredo Neves	5	253,50	4.816,50	8.054,41
BA	292580	Queimadas	8	405,60	7.706,40	6.472,53
BA	292590	Quijingue	5	253,50	4.816,50	8.515,50
BA	292593	Quixabeira	4	202,80	3.853,20	2.301,98
BA	292595	Rafael Jambeiro	5	253,50	4.816,50	6.343,45
BA	292600	Remanso	14	709,80	13.486,20	9.779,00
BA	292610	Retirolândia	4	202,80	3.853,20	3.375,63
BA	292620	Riachão das Neves	6	304,20	5.779,80	5.342,56
BA	292630	Riachão do Jacuípe	13	659,10	12.522,90	8.113,19
BA	292640	Riacho de Santana	8	405,60	7.706,40	8.994,80
BA	292650	Ribeira do Amparo	4	202,80	3.853,20	3.539,02
BA	292660	Ribeira do Pombal	20	1.014,00	19.266,00	12.596,15
BA	292665	Ribeirão do Largo	3	152,10	2.889,90	3.227,01
BA	292670	Rio de Contas	4	202,80	3.853,20	3.150,87
BA	292680	Rio do Antônio	4	202,80	3.853,20	3.621,75
BA	292690	Rio do Pires	1	50,70	963,30	4.596,28
BA	292700	Rio Real	15	760,50	14.449,50	9.571,60
BA	292710	Rodelas	4	202,80	3.853,20	2.155,31
BA	292720	Ruy Barbosa	10	507,00	9.633,00	7.339,78
BA	292730	Salinas da Margarida	0	0,00	0,00	7.228,83
BA	292740	Salvador	1.425	72.247,50	1.372.702,50	676.955,13
BA	292750	Santa Bárbara	5	253,50	4.816,50	4.998,70
BA	292760	Santa Brígida	4	202,80	3.853,20	3.524,81
BA	292770	Santa Cruz Cabrália	0	0,00	0,00	13.086,33
BA	292780	Santa Cruz da Vitória	3	152,10	2.889,90	1.560,17
BA	292790	Santa Inês	5	253,50	4.816,50	2.563,46
BA	292800	Santaluz	11	557,70	10.596,30	8.805,04
BA	292805	Santa Luzia	4	202,80	3.853,20	3.442,49
BA	292810	Santa Maria da Vitória	15	760,50	14.449,50	9.584,67
BA	292820	Santana	8	405,60	7.706,40	6.300,25

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	292830	Santanópolis	3	152,10	2.889,90	2.163,79
BA	292840	Santa Rita de Cássia	9	456,30	8.669,70	6.679,29
BA	292850	Santa Teresinha	4	202,80	3.853,20	2.447,96
BA	292860	Santo Amaro	0	0,00	0,00	28.398,79
BA	292870	Santo Antônio de Jesus	52	2.636,40	50.091,60	23.682,54
BA	292880	Santo Estêvão	17	861,90	16.376,10	12.351,63
BA	292890	São Desidério	5	253,50	4.816,50	10.611,45
BA	292895	São Domingos	4	202,80	3.853,20	2.263,48
BA	292900	São Félix	5	253,50	4.816,50	3.666,50
BA	292905	São Félix do Coribe	2	101,40	1.926,60	5.326,52
BA	292910	São Felipe	5	253,50	4.816,50	5.250,33
BA	292920	São Francisco do Conde	5	253,50	4.816,50	13.617,66
BA	292925	São Gabriel	6	304,20	5.779,80	4.494,65
BA	292930	São Gonçalo dos Campos	9	456,30	8.669,70	8.755,21
BA	292935	São José da Vitória	3	152,10	2.889,90	1.447,24
BA	292937	São José do Jacuípe	0	0,00	0,00	5.069,62
BA	292940	São Miguel das Matas	0	0,00	0,00	5.542,16
BA	292950	São Sebastião do Passé	18	912,60	17.339,40	10.502,02
BA	292960	Sapeaçu	4	202,80	3.853,20	4.449,05
BA	292970	Sátiro Dias	0	0,00	0,00	9.363,29
BA	292975	Saubara	7	354,90	6.743,10	2.837,08
BA	292980	Saúde	1	50,70	963,30	5.171,49
BA	292990	Seabra	13	659,10	12.522,90	10.442,67
BA	293000	Sebastião Laranjeiras	4	202,80	3.853,20	2.680,33
BA	293010	Senhor do Bonfim	31	1.571,70	29.862,30	18.638,13
BA	293015	Serra do Ramalho	5	253,50	4.816,50	10.324,08
BA	293020	Sento Sé	11	557,70	10.596,30	9.600,02
BA	293030	Serra Dourada	4	202,80	3.853,20	4.610,84
BA	293040	Serra Preta	4	202,80	3.853,20	3.751,76
BA	293050	Serrinha	31	1.571,70	29.862,30	19.083,85
BA	293060	Serrolândia	4	202,80	3.853,20	3.169,83
BA	293070	Simões Filho	53	2.687,10	51.054,90	31.178,13
BA	293075	Sítio do Mato	4	202,80	3.853,20	3.079,31
BA	293076	Sítio do Quinto	4	202,80	3.853,20	2.976,57
BA	293077	Sobradinho	3	152,10	2.889,90	7.978,55
BA	293080	Souto Soares	4	202,80	3.853,20	5.020,57
BA	293090	Tabocas do Brejo Velho	4	202,80	3.853,20	3.006,03
BA	293100	Tanhaçu	5	253,50	4.816,50	4.952,87
BA	293105	Tanque Novo	5	253,50	4.816,50	4.098,42
BA	293110	Tanquinho	4	202,80	3.853,20	1.960,06
BA	293120	Taperoá	5	253,50	4.816,50	5.020,25
BA	293130	Tapiramutá	5	253,50	4.816,50	4.093,00
BA	293135	Teixeira de Freitas	52	2.636,40	50.091,60	37.053,96
BA	293140	Teodoro Sampaio	4	202,80	3.853,20	1.861,98
BA	293150	Teofilândia	5	253,50	4.816,50	5.898,41
BA	293160	Teolândia	4	202,80	3.853,20	3.519,31
BA	293170	Terra Nova	6	304,20	5.779,80	3.104,52
BA	293180	Tremedal	4	202,80	3.853,20	4.653,46
BA	293190	Tucano	14	709,80	13.486,20	12.863,35
BA	293200	Uauá	6	304,20	5.779,80	6.120,87
BA	293210	Ubaíra	5	253,50	4.816,50	5.234,12
BA	293220	Ubaitaba	5	253,50	4.816,50	4.892,37
BA	293230	Ubatã	9	456,30	8.669,70	6.431,91
BA	293240	Uibaí	6	304,20	5.779,80	3.319,02
BA	293245	Umburanas	4	202,80	3.853,20	5.094,38
BA	293250	Una	8	405,60	7.706,40	5.269,00
BA	293260	Urandi	4	202,80	3.853,20	4.101,63
BA	293270	Uruçuca	9	456,30	8.669,70	5.434,03
BA	293280	Utinga	7	354,90	6.743,10	4.628,11
BA	293290	Valença	41	2.078,70	39.495,30	22.629,98
BA	293300	Valente	8	405,60	7.706,40	6.586,94
BA	293305	Várzea da Roça	4	202,80	3.853,20	3.377,95
BA	293310	Várzea do Poço	4	202,80	3.853,20	2.165,40
BA	293315	Várzea Nova	5	253,50	4.816,50	3.154,55
BA	293317	Varzedo	3	152,10	2.889,90	2.168,17
BA	293320	Vera Cruz	20	1.014,00	19.266,00	10.612,36
BA	293325	Vereda	1	50,70	963,30	2.149,55
BA	293330	Vitória da Conquista	164	8.314,80	157.981,20	79.914,54
BA	293340	Wagner	4	202,80	3.853,20	2.235,06
BA	293345	Wanderley	0	0,00	0,00	5.999,12
BA	293350	Wenceslau Guimarães	5	253,50	4.816,50	6.075,21
BA	293360	Xique-Xique	18	912,60	17.339,40	11.083,65
		Total	5.455	276.568,50	5.254.801,50	5.592.157,99

ANEXO VI

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELE-GIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
CE	230000	SES/CE	0	0,00	0,00	779.258,78
CE	230010	Abaiara	4	202,80	3.853,20	2.543,24
CE	230015	Acarape	4	202,80	3.853,20	3.643,85
CE	230020	Acaraú	15	760,50	14.449,50	13.657,54
CE	230030	Acopiara	17	861,90	16.376,10	11.849,56
CE	230040	Aiuaba	4	202,80	3.853,20	3.782,06
CE	230050	Alcântaras	4	202,80	3.853,20	2.527,52
CE	230060	Altaneira	4	202,80	3.853,20	1.649,07
CE	230070	Alto Santo	4	202,80	3.853,20	3.739,79
CE	230075	Amontada	7	354,90	6.743,10	12.360,99

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	230080	Antonina do Norte	3	152,10	2.889,90	1.616,76
CE	230090	Apuiarés	4	202,80	3.853,20	3.257,46
CE	230100	Aquiraz	40	2.028,00	38.532,00	21.629,42
CE	230110	Aracati	28	1.419,60	26.972,40	16.158,14
CE	230120	Aracoiaba	8	405,60	7.706,40	5.839,30
CE	230125	Ararendá	4	202,80	3.853,20	2.411,21
CE	230130	Araripe	6	304,20	5.779,80	4.754,71
CE	230140	Aratuba	4	202,80	3.853,20	2.591,39
CE	230150	Arneiroz	3	152,10	2.889,90	1.721,55
CE	230160	Assaré	8	405,60	7.706,40	5.108,02
CE	230170	Aurora	8	405,60	7.706,40	5.475,34
CE	230180	Baixio	3	152,10	2.889,90	1.386,42
CE	230185	Banabuiú	5	253,50	4.816,50	3.979,14
CE	230190	Barbalha	19	963,30	18.302,70	13.135,55
CE	230195	Barreira	5	253,50	4.816,50	4.617,84
CE	230200	Barro	8	405,60	7.706,40	4.946,07
CE	230205	Barroquinha	5	253,50	4.816,50	3.278,37
CE	230210	Baturité	14	709,80	13.486,20	7.876,39
CE	230220	Beberibe	14	709,80	13.486,20	11.603,98
CE	230230	Bela Cruz	8	405,60	7.706,40	7.136,17
CE	230240	Boa Viagem	16	811,20	15.412,80	12.012,51
CE	230250	Brejo Santo	17	861,90	16.376,10	10.665,87
CE	230260	Camocim	26	1.318,20	25.045,80	13.900,01
CE	230270	Campos Sales	12	608,40	11.559,60	6.009,89
CE	230280	Canindé	27	1.368,90	26.009,10	17.176,97
CE	230290	Capistrano	4	202,80	3.853,20	3.966,42
CE	230300	Caridade	5	253,50	4.816,50	5.039,12
CE	230310	Cariré	4	202,80	3.853,20	4.403,85
CE	230320	Caririaçu	9	456,30	8.669,70	5.970,49
CE	230330	Cariús	5	253,50	4.816,50	4.153,68
CE	230340	Carnaubal	4	202,80	3.853,20	3.951,09
CE	230350	Cascavel	35	1.774,50	33.715,50	15.538,80
CE	230360	Catarina	5	253,50	4.816,50	4.429,90
CE	230365	Catunda	4	202,80	3.853,20	2.307,91
CE	230370	Caucaia	159	8.061,30	153.164,70	98.834,82
CE	230380	Cedro	10	507,00	9.633,00	5.553,03
CE	230390	Chaval	5	253,50	4.816,50	2.847,35
CE	230393	Choró	4	202,80	3.853,20	2.976,33
CE	230395	Chorozinho	6	304,20	5.779,80	5.244,96
CE	230400	Coreaú	3	152,10	2.889,90	7.315,02
CE	230410	Crateús	34	1.723,80	32.752,20	16.493,33
CE	230420	Crato	59	2.991,30	56.834,70	28.668,60
CE	230423	Croatá	6	304,20	5.779,80	3.972,29
CE	230425	Cruz	5	253,50	4.816,50	5.791,51
CE	230426	Deputado Irapuan Pinheiro	3	152,10	2.889,90	2.113,03
CE	230427	Ererê	3	152,10	2.889,90	1.574,86
CE	230428	Eusébio	28	1.419,60	26.972,40	14.401,44
CE	230430	Farias Brito	6	304,20	5.779,80	4.232,84
CE	230435	Forquilha	9	456,30	8.669,70	5.321,37
CE	230440	Fortaleza	1.270	64.389,00	1.223.391,00	714.154,48
CE	230445	Fortim	5	253,50	4.816,50	3.558,24
CE	230450	Frecheirinha	5	253,50	4.816,50	3.026,22
CE	230460	General Sampaio	3	152,10	2.889,90	1.531,18
CE	230465	Graça	4	202,80	3.853,20	3.420,09
CE	230470	Granja	15	760,50	14.449,50	12.093,74
CE	230480	Granjeiro	2	101,40	1.926,60	1.017,63
CE	230490	Groaíras	3	152,10	2.889,90	2.422,84
CE	230495	Guaiúba	9	456,30	8.669,70	7.200,68
CE	230500	Guaraciaba do Norte	8	405,60	7.706,40	10.000,75
CE	230510	Guaramiranga	2	101,40	1.926,60	901,46
CE	230520	Hidrolândia	6	304,20	5.779,80	4.496,88
CE	230523	Horizonte	35	1.774,50	33.715,50	17.980,70
CE	230526	Ibaretama	4	202,80	3.853,20	2.932,87
CE	230530	Ibiapina	6	304,20	5.779,80	5.593,14
CE	230533	Ibicuitinga	4	202,80	3.853,20	2.719,04
CE	230535	Icapuí	4	202,80	3.853,20	4.778,79
CE	230540	Icó	18	912,60	17.339,40	14.934,64
CE	230550	Iguatu	40	2.028,00	38.532,00	22.479,07
CE	230560	Independência	7	354,90	6.743,10	5.768,11
CE	230565	Ipaporanga	4	202,80	3.853,20	2.546,82
CE	230570	Ipaumirim	4	202,80	3.853,20	2.739,31
CE	230580	Ipu	15	760,50	14.449,50	9.210,68
CE	230590	Ipueiras	12	608,40	11.559,60	8.519,94
CE	230600	Iracema	6	304,20	5.779,80	3.139,36
CE	230610	Irauçuba	8	405,60	7.706,40	5.302,93
CE	230620	Itaiçaba	3	152,10	2.889,90	1.695,32
CE	230625	Itaitinga	23	1.166,10	22.155,90	10.733,23
CE	230630	Itapagé	18	912,60	17.339,40	11.389,11
CE	230640	Itapipoca	36	1.825,20	34.678,80	28.124,17
CE	230650	Itapiúna	5	253,50	4.816,50	4.423,43
CE	230655	Itarema	7	354,90	6.743,10	11.626,47
CE	230660	Itatira	5	253,50	4.816,50	4.571,14
CE	230670	Jaguaretama	5	253,50	4.816,50	4.004,70
CE	230680	Jaguaribara	4	202,80	3.853,20	2.492,06
CE	230690	Jaguaribe	12	608,40	11.559,60	7.667,89
CE	230700	Jaguaruana	13	659,10	12.522,90	7.422,16
CE	230710	Jardim	5	253,50	4.816,50	7.225,56
CE	230720	Jati	3	152,10	2.889,90	1.722,62

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	230725	Jijoca de Jericoacoara	4	202,80	3.853,20	4.685,97
CE	230730	Juazeiro do Norte	148	7.503,60	142.568,40	59.341,70
CE	230740	Jucás	9	456,30	8.669,70	5.449,23
CE	230750	Lavras da Mangabeira	11	557,70	10.596,30	6.930,44
CE	230760	Limoeiro do Norte	20	1.014,00	19.266,00	12.934,18
CE	230763	Madalena	5	253,50	4.816,50	4.369,98
CE	230765	Maracanaú	128	6.489,60	123.302,40	61.924,71
CE	230770	Maranguape	50	2.535,00	48.165,00	34.460,84
CE	230780	Marco	8	405,60	7.706,40	5.982,33
CE	230790	Martinópole	5	253,50	4.816,50	2.465,46
CE	230800	Massapê	14	709,80	13.486,20	8.414,57
CE	230810	Mauriti	14	709,80	13.486,20	10.237,89
CE	230820	Meruoca	4	202,80	3.853,20	3.311,46
CE	230830	Milagres	8	405,60	7.706,40	6.286,89
CE	230835	Milhã	4	202,80	3.853,20	2.918,30
CE	230837	Miraíma	4	202,80	3.853,20	3.024,81
CE	230840	Missão Velha	9	456,30	8.669,70	7.811,60
CE	230850	Mombaça	11	557,70	10.596,30	9.693,25
CE	230860	Monsenhor Tabosa	5	253,50	4.816,50	3.865,66
CE	230870	Morada Nova	18	912,60	17.339,40	13.757,74
CE	230880	Moraújo	3	152,10	2.889,90	1.910,71
CE	230890	Morrinhos	6	304,20	5.779,80	4.893,57
CE	230900	Mucambo	5	253,50	4.816,50	3.188,74
CE	230910	Mulungu	4	202,80	3.853,20	2.831,89
CE	230920	Nova Olinda	6	304,20	5.779,80	3.401,14
CE	230930	Nova Russas	15	760,50	14.449,50	7.123,02
CE	230940	Novo Oriente	9	456,30	8.669,70	6.307,55
CE	230945	Ocara	5	253,50	4.816,50	6.333,36
CE	230950	Orós	11	557,70	10.596,30	4.751,89
CE	230960	Pacajus	34	1.723,80	32.752,20	19.306,71
CE	230970	Pacatuba	35	1.774,50	33.715,50	22.458,57
CE	230980	Pacoti	3	152,10	2.889,90	2.673,91
CE	230990	Pacujá	3	152,10	2.889,90	1.378,15
CE	231000	Palhano	3	152,10	2.889,90	2.055,95
CE	231010	Palmácia	4	202,80	3.853,20	2.882,96
CE	231020	Paracuru	13	659,10	12.522,90	7.455,32
CE	231025	Paraipaba	7	354,90	6.743,10	7.526,74
CE	231030	Parambu	0	0,00	0,00	13.950,04
CE	231040	Paramoti	4	202,80	3.853,20	2.552,54
CE	231050	Pedra Branca	16	811,20	15.412,80	9.470,48
CE	231060	Penaforte	4	202,80	3.853,20	1.975,17
CE	231070	Pentecoste	13	659,10	12.522,90	8.160,84
CE	231080	Pereiro	4	202,80	3.853,20	3.585,68
CE	231085	Pindoretama	4	202,80	3.853,20	5.237,94
CE	231090	Piquet Carneiro	4	202,80	3.853,20	3.674,17
CE	231095	Pires Ferreira	4	202,80	3.853,20	2.378,64
CE	231100	Poranga	4	202,80	3.853,20	2.750,62
CE	231110	Porteiras	4	202,80	3.853,20	3.342,98
CE	231120	Potengi	4	202,80	3.853,20	2.419,32
CE	231123	Potiretama	3	152,10	2.889,90	1.409,67
CE	231126	Quiterianópolis	5	253,50	4.816,50	4.637,66
CE	231130	Quixadá	33	1.673,10	31.788,90	19.050,14
CE	231135	Quixelô	4	202,80	3.853,20	3.337,94
CE	231140	Quixeramobim	28	1.419,60	26.972,40	17.285,12
CE	231150	Quixeré	6	304,20	5.779,80	4.812,05
CE	231160	Redenção	9	456,30	8.669,70	6.116,08
CE	231170	Reriutaba	7	354,90	6.743,10	4.294,05
CE	231180	Russas	29	1.470,30	27.935,70	16.734,62
CE	231190	Saboeiro	4	202,80	3.853,20	3.542,37
CE	231195	Salitre	4	202,80	3.853,20	3.617,77
CE	231200	Santana do Acaraú	9	456,30	8.669,70	7.080,14
CE	231210	Santana do Cariri	5	253,50	4.816,50	3.882,10
CE	231220	Santa Quitéria	14	709,80	13.486,20	9.679,88
CE	231230	São Benedito	12	608,40	11.559,60	10.499,26
CE	231240	São Gonçalo do Amarante	17	861,90	16.376,10	13.260,91
CE	231250	São João do Jaguaribe	3	152,10	2.889,90	1.734,05
CE	231260	São Luís do Curu	5	253,50	4.816,50	2.844,12
CE	231270	Senador Pompeu	11	557,70	10.596,30	5.910,51
CE	231280	Senador Sá	4	202,80	3.853,20	1.674,71
CE	231290	Sobral	92	4.664,40	88.623,60	45.149,39
CE	231300	Solonópole	6	304,20	5.779,80	4.000,11
CE	231310	Tabuleiro do Norte	12	608,40	11.559,60	6.708,45
CE	231320	Tamboril	9	456,30	8.669,70	5.701,51
CE	231325	Tarrafas	3	152,10	2.889,90	1.973,11
CE	231330	Tauá	21	1.064,70	20.229,30	12.842,81
CE	231335	Tejuçuoca	4	202,80	3.853,20	4.527,78
CE	231340	Tianguá	26	1.318,20	25.045,80	16.635,27
CE	231350	Trairi	11	557,70	10.596,30	13.732,29
CE	231355	Tururu	4	202,80	3.853,20	3.526,58
CE	231360	Ubajara	9	456,30	8.669,70	7.678,47
CE	231370	Umari	3	152,10	2.889,90	1.707,93
CE	231375	Umirim	6	304,20	5.779,80	4.355,71
CE	231380	Uruburetama	8	405,60	7.706,40	4.757,26
CE	231390	Uruoca	5	253,50	4.816,50	3.027,60
CE	231395	Varjota	8	405,60	7.706,40	4.057,23
CE	231400	Várzea Alegre	16	811,20	15.412,80	8.949,15
CE	231410	Viçosa do Ceará	10	507,00	9.633,00	17.499,18
		Total	3.586	181.810,20	3.454.393,80	2.996.048,96

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		ANEXO VII				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELE-GIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
DF	530000	Brasília	397	20.127,90	382.430,10	645.137,66
		Total	397	20.127,90	382.430,10	645.137,66
		ANEXO VIII				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELE-GIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
ES	320000	SES/ES	0	0,00	0,00	405.933,11
ES	320010	Afonso Cláudio	9	456,30	8.669,70	6.645,83
ES	320013	Águia Branca	1	50,70	963,30	3.154,74
ES	320016	Água Doce do Norte	4	202,80	3.853,20	2.483,48
ES	320020	Alegre	10	507,00	9.633,00	6.587,85
ES	320030	Alfredo Chaves	4	202,80	3.853,20	3.079,24
ES	320035	Alto Rio Novo	1	50,70	963,30	2.312,35
ES	320040	Anchieta	10	507,00	9.633,00	5.828,14
ES	320050	Apiacá	4	202,80	3.853,20	1.619,45
ES	320060	Aracruz	36	1.825,20	34.678,80	20.088,57
ES	320070	Atilio Vivacqua	0	0,00	0,00	4.819,96
ES	320080	Baixo Guandu	6	304,20	5.779,80	7.202,75
ES	320090	Barra de São Francisco	0	0,00	0,00	18.490,55
ES	320100	Boa Esperança	0	0,00	0,00	6.312,83
ES	320110	Bom Jesus do Norte	5	253,50	4.816,50	2.093,53
ES	320115	Brejetuba	0	0,00	0,00	5.242,18
ES	320120	Cachoeiro de Itapemirim	73	3.701,10	70.320,90	44.975,41
ES	320130	Cariacica	67	3.396,90	64.541,10	137.858,68
ES	320140	Castelo	9	456,30	8.669,70	7.820,40
ES	320150	Colatina	45	2.281,50	43.348,50	25.423,85
ES	320160	Conceição da Barra	12	608,40	11.559,60	6.446,36
ES	320170	Conceição do Castelo	0	0,00	0,00	5.285,46
ES	320180	Divino de São Lourenço	0	0,00	0,00	1.914,26
ES	320190	Domingos Martins	5	253,50	4.816,50	9.375,94
ES	320200	Dores do Rio Preto	0	0,00	0,00	2.837,50
ES	320210	Ecoporanga	3	152,10	2.889,90	7.043,62
ES	320220	Fundão	0	0,00	0,00	10.845,53
ES	320225	Governador Lindenberg	4	202,80	3.853,20	2.572,50
ES	320230	Guaçuí	0	0,00	0,00	12.740,40
ES	320240	Guarapari	48	2.433,60	46.238,40	36.077,37
ES	320245	Ibatiba	6	304,20	5.779,80	5.284,24
ES	320250	Ibiraçu	0	0,00	0,00	5.137,24
ES	320255	Ibitirama	0	0,00	0,00	3.838,33
ES	320260	Iconha	0	0,00	0,00	5.723,20
ES	320265	Irupi	0	0,00	0,00	5.463,50
ES	320270	Itaguaçu	5	253,50	4.816,50	3.030,65
ES	320280	Itapemirim	10	507,00	9.633,00	7.257,45
ES	320290	Itarana	4	202,80	3.853,20	2.317,09
ES	320300	Iúna	6	304,20	5.779,80	6.427,73
ES	320305	Jaguaré	0	0,00	0,00	12.103,81
ES	320310	Jerônimo Monteiro	5	253,50	4.816,50	2.457,35
ES	320313	João Neiva	7	354,90	6.743,10	3.505,13
ES	320316	Laranja da Terra	0	0,00	0,00	4.678,27
ES	320320	Linhares	61	3.092,70	58.761,30	34.513,97
ES	320330	Mantenópolis	5	253,50	4.816,50	3.148,05
ES	320332	Marataízes	14	709,80	13.486,20	11.423,76
ES	320334	Marechal Floriano	0	0,00	0,00	6.755,87
ES	320335	Marilândia	4	202,80	3.853,20	2.572,91
ES	320340	Mimoso do Sul	0	0,00	0,00	11.183,43
ES	320350	Montanha	9	456,30	8.669,70	3.959,00
ES	320360	Mucurici	0	0,00	0,00	2.412,84
ES	320370	Muniz Freire	5	253,50	4.816,50	3.895,70
ES	320380	Muqui	2	101,40	1.926,60	4.527,51
ES	320390	Nova Venécia	0	0,00	0,00	20.821,32
ES	320400	Pancas	6	304,20	5.779,80	4.838,14
ES	320405	Pedro Canário	12	608,40	11.559,60	5.417,97
ES	320410	Pinheiros	7	354,90	6.743,10	5.539,04
ES	320420	Piúma	8	405,60	7.706,40	7.529,83
ES	320425	Ponto Belo	4	202,80	3.853,20	1.613,12
ES	320430	Presidente Kennedy	4	202,80	3.853,20	2.397,33
ES	320435	Rio Bananal	4	202,80	3.853,20	4.091,74
ES	320440	Rio Novo do Sul	0	0,00	0,00	4.938,79
ES	320450	Santa Leopoldina	1	50,70	963,30	4.299,70
ES	320455	Santa Maria de Jetibá	5	253,50	4.816,50	11.487,43
ES	320460	Santa Teresa	0	0,00	0,00	9.810,20
ES	320465	São Domingos do Norte	0	0,00	0,00	3.600,68
ES	320470	São Gabriel da Palha	10	507,00	9.633,00	7.630,73
ES	320480	São José do Calçado	0	0,00	0,00	4.506,36
ES	320490	São Mateus	44	2.230,80	42.385,20	26.225,00
ES	320495	São Roque do Canaã	4	202,80	3.853,20	2.568,21
ES	320500	Serra	142	7.199,40	136.788,60	131.308,95
ES	320501	Sooretama	5	253,50	4.816,50	7.040,68
ES	320503	Vargem Alta	5	253,50	4.816,50	4.406,73
ES	320506	Venda Nova do Imigrante	6	304,20	5.779,80	5.017,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ES	320510	Viana	6	304,20	5.779,80	34.335,66
ES	320515	Vila Pavão	0	0,00	0,00	3.862,42
ES	320517	Vila Valério	2	101,40	1.926,60	4.074,67
ES	320520	Vila Velha	117	5.931,90	112.706,10	141.431,63
ES	320530	Vitória	110	5.577,00	105.963,00	94.870,33
		Total	1.001	50.750,70	964.263,30	1.518.392,93

ANEXO IX

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELE-GIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
GO	520000	SES/GO	0	0,00	0,00	447.581,90
GO	520005	Abadia de Goiás	3	152,10	2.889,90	4.113,50
GO	520010	Abadiânia	6	304,20	5.779,80	4.616,09
GO	520013	Acreúna	9	456,30	8.669,70	4.873,63
GO	520015	Adelândia	2	101,40	1.926,60	1.482,17
GO	520017	Água Fria de Goiás	3	152,10	2.889,90	4.586,30
GO	520020	Água Limpa	2	101,40	1.926,60	1.643,17
GO	520025	Águas Lindas de Goiás	95	4.816,50	91.513,50	38.994,06
GO	520030	Alexânia	12	608,40	11.559,60	5.696,99
GO	520050	Aloândia	2	101,40	1.926,60	1.478,44
GO	520055	Alto Horizonte	3	152,10	2.889,90	2.275,28
GO	520060	Alto Paraíso de Goiás	4	202,80	3.853,20	3.579,19
GO	520080	Alvorada do Norte	4	202,80	3.853,20	2.951,94
GO	520082	Amaralina	0	0,00	0,00	4.854,51
GO	520085	Americano do Brasil	3	152,10	2.889,90	1.746,58
GO	520090	Amorinópolis	0	0,00	0,00	3.170,56
GO	520110	Anápolis	223	11.306,10	214.815,90	68.665,20
GO	520120	Anhanguera	1	50,70	963,30	2.123,91
GO	520130	Anicuns	11	557,70	10.596,30	4.316,98
GO	520140	Aparecida de Goiânia	160	8.112,00	154.128,00	124.228,96
GO	520145	Aparecida do Rio Doce	1	50,70	963,30	2.563,61
GO	520150	Aporé	2	101,40	1.926,60	4.414,81
GO	520160	Araçu	2	101,40	1.926,60	1.568,42
GO	520170	Aragarças	0	0,00	0,00	8.767,23
GO	520180	Aragoiânia	4	202,80	3.853,20	3.723,11
GO	520215	Araguapaz	3	152,10	2.889,90	3.627,39
GO	520235	Arenópolis	1	50,70	963,30	2.855,50
GO	520250	Aruanã	5	253,50	4.816,50	3.938,84
GO	520260	Aurilândia	0	0,00	0,00	3.349,52
GO	520280	Avelinópolis	1	50,70	963,30	2.020,05
GO	520310	Baliza	2	101,40	1.926,60	4.061,29
GO	520320	Barro Alto	4	202,80	3.853,20	2.846,83
GO	520330	Bela Vista de Goiás	11	557,70	10.596,30	6.760,61
GO	520340	Bom Jardim de Goiás	4	202,80	3.853,20	3.217,34
GO	520350	Bom Jesus de Goiás	12	608,40	11.559,60	4.567,91
GO	520355	Bonfinópolis	3	152,10	2.889,90	2.722,38
GO	520357	Bonópolis	0	0,00	0,00	5.195,33
GO	520360	Brazabrantes	2	101,40	1.926,60	2.456,94
GO	520380	Britânia	3	152,10	2.889,90	2.536,18
GO	520390	Buriti Alegre	6	304,20	5.779,80	2.627,29
GO	520393	Buriti de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.602,46
GO	520396	Buritinópolis	2	101,40	1.926,60	1.664,63
GO	520400	Cabeceiras	4	202,80	3.853,20	3.181,60
GO	520410	Cachoeira Alta	5	253,50	4.816,50	3.550,93
GO	520420	Cachoeira de Goiás	1	50,70	963,30	2.418,86
GO	520425	Cachoeira Dourada	4	202,80	3.853,20	2.312,23
GO	520430	Caçu	7	354,90	6.743,10	4.184,17
GO	520440	Caiapônia	7	354,90	6.743,10	10.614,36
GO	520450	Caldas Novas	46	2.332,20	44.311,80	20.218,93
GO	520455	Caldazinha	2	101,40	1.926,60	2.716,63
GO	520460	Campestre de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.813,14
GO	520465	Campinaçu	2	101,40	1.926,60	3.003,00
GO	520470	Campinorte	6	304,20	5.779,80	3.221,83
GO	520480	Campo Alegre de Goiás	3	152,10	2.889,90	3.665,74
GO	520485	Campo Limpo de Goiás	1	50,70	963,30	2.648,57
GO	520490	Campos Belos	11	557,70	10.596,30	4.102,49
GO	520495	Campos Verdes	2	101,40	1.926,60	1.715,11
GO	520500	Carmo do Rio Verde	3	152,10	2.889,90	2.282,71
GO	520505	Castelândia	2	101,40	1.926,60	1.581,85
GO	520510	Catalão	27	1.368,90	26.009,10	20.219,84
GO	520520	Caturaí	1	50,70	963,30	3.403,53
GO	520530	Cavalcante	3	152,10	2.889,90	10.055,08
GO	520540	Ceres	12	608,40	11.559,60	4.262,75
GO	520545	Cezarina	3	152,10	2.889,90	2.177,73
GO	520547	Chapadão do Céu	0	0,00	0,00	7.571,47
GO	520549	Cidade Ocidental	29	1.470,30	27.935,70	11.491,21
GO	520551	Cocalzinho de Goiás	7	354,90	6.743,10	5.519,13
GO	520552	Colinas do Sul	0	0,00	0,00	4.924,24
GO	520570	Córrego do Ouro	2	101,40	1.926,60	1.589,18
GO	520580	Corumbá de Goiás	4	202,80	3.853,20	3.561,23
GO	520590	Corumbaíba	4	202,80	3.853,20	3.233,56
GO	520620	Cristalina	7	354,90	6.743,10	21.610,91
GO	520630	Cristianópolis	2	101,40	1.926,60	1.565,77
GO	520640	Crixás	5	253,50	4.816,50	6.199,50
GO	520650	Cromínia	0	0,00	0,00	3.210,99
GO	520660	Cumari	2	101,40	1.926,60	1.699,03
GO	520670	Damianópolis	2	101,40	1.926,60	1.747,43

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	520680	Damolândia	0	0,00	0,00	2.893,59
GO	520690	Davinópolis	2	101,40	1.926,60	1.681,22
GO	520710	Diorama	1	50,70	963,30	2.600,67
GO	520725	Doverlândia	1	50,70	963,30	16.855,55
GO	520735	Edealina	2	101,40	1.926,60	1.733,39
GO	520740	Edéia	6	304,20	5.779,80	3.379,26
GO	520750	Estrela do Norte	1	50,70	963,30	2.170,40
GO	520753	Faina	3	152,10	2.889,90	2.942,75
GO	520760	Fazenda Nova	0	0,00	0,00	5.029,98
GO	520780	Firminópolis	5	253,50	4.816,50	2.696,64
GO	520790	Flores de Goiás	4	202,80	3.853,20	9.787,54
GO	520800	Formosa	43	2.180,10	41.421,90	23.844,32
GO	520810	Formoso	3	152,10	2.889,90	1.988,68
GO	520815	Gameleira de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.948,53
GO	520830	Divinópolis de Goiás	2	101,40	1.926,60	2.748,03
GO	520840	Goianápolis	4	202,80	3.853,20	4.069,23
GO	520850	Goiandira	0	0,00	0,00	3.733,03
GO	520860	Goianésia	32	1.622,40	30.825,60	11.616,83
GO	520870	Goiânia	698	35.388,60	672.383,40	364.969,88
GO	520880	Goianira	27	1.368,90	26.009,10	9.434,56
GO	520890	Goiás	11	557,70	10.596,30	6.854,25
GO	520910	Goiatuba	18	912,60	17.339,40	6.700,08
GO	520915	Gouvelândia	3	152,10	2.889,90	2.066,97
GO	520920	Guapó	6	304,20	5.779,80	3.629,38
GO	520929	Guaraíta	0	0,00	0,00	3.956,86
GO	520940	Guarani de Goiás	2	101,40	1.926,60	2.683,96
GO	520945	Guarinos	2	101,40	1.926,60	1.608,54
GO	520960	Heitoraí	2	101,40	1.926,60	1.720,72
GO	520970	Hidrolândia	7	354,90	6.743,10	5.668,23
GO	520980	Hidrolina	0	0,00	0,00	3.403,39
GO	520990	Iaciara	5	253,50	4.816,50	3.731,83
GO	520993	Inaciolândia	3	152,10	2.889,90	2.058,03
GO	520995	Indiara	5	253,50	4.816,50	3.400,64
GO	521000	Inhumas	18	912,60	17.339,40	9.116,22
GO	521010	Ipameri	13	659,10	12.522,90	6.961,48
GO	521015	Ipiranga de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.538,16
GO	521020	Iporá	18	912,60	17.339,40	5.680,31
GO	521030	Israelândia	0	0,00	0,00	3.347,97
GO	521040	Itaberaí	12	608,40	11.559,60	7.033,39
GO	521056	Itaguari	2	101,40	1.926,60	1.562,27
GO	521060	Itaguaru	3	152,10	2.889,90	1.660,43
GO	521080	Itajá	3	152,10	2.889,90	2.834,46
GO	521090	Itapaci	10	507,00	9.633,00	4.032,24
GO	521100	Itapirapuã	4	202,80	3.853,20	3.408,72
GO	521120	Itapuranga	13	659,10	12.522,90	4.989,15
GO	521130	Itarumã	3	152,10	2.889,90	4.947,09
GO	521140	Itauçu	4	202,80	3.853,20	2.191,38
GO	521150	Itumbiara	30	1.521,00	28.899,00	17.640,78
GO	521160	Ivolândia	2	101,40	1.926,60	2.059,58
GO	521170	Jandaia	3	152,10	2.889,90	2.181,81
GO	521180	Jaraguá	18	912,60	17.339,40	8.588,97
GO	521190	Jataí	47	2.382,90	45.275,10	20.758,04
GO	521200	Jaupaci	0	0,00	0,00	3.553,14
GO	521205	Jesúpolis	1	50,70	963,30	2.007,87
GO	521210	Joviânia	4	202,80	3.853,20	2.108,52
GO	521220	Jussara	9	456,30	8.669,70	5.729,67
GO	521225	Lagoa Santa	2	101,40	1.926,60	1.882,53
GO	521230	Leopoldo de Bulhões	3	152,10	2.889,90	2.256,12
GO	521250	Luziânia	106	5.374,20	102.109,80	39.703,64
GO	521260	Mairipotaba	1	50,70	963,30	2.312,86
GO	521270	Mambaí	3	152,10	2.889,90	2.659,00
GO	521280	Mara Rosa	1	50,70	963,30	5.590,67
GO	521290	Marzagão	0	0,00	0,00	3.222,70
GO	521295	Matrinchã	2	101,40	1.926,60	2.402,78
GO	521300	Maurilândia	6	304,20	5.779,80	2.720,99
GO	521305	Mimoso de Goiás	2	101,40	1.926,60	3.290,49
GO	521308	Minaçu	15	760,50	14.449,50	7.264,99
GO	521310	Mineiros	27	1.368,90	26.009,10	15.824,28
GO	521340	Moiporá	1	50,70	963,30	2.226,38
GO	521350	Monte Alegre de Goiás	3	152,10	2.889,90	5.565,73
GO	521370	Montes Claros de Goiás	4	202,80	3.853,20	3.557,43
GO	521375	Montividiu	3	152,10	2.889,90	4.491,21
GO	521377	Montividiu do Norte	0	0,00	0,00	5.216,20
GO	521380	Morrinhos	21	1.064,70	20.229,30	8.330,75
GO	521385	Morro Agudo de Goiás	0	0,00	0,00	3.196,71
GO	521390	Mossâmedes	1	50,70	963,30	2.751,38
GO	521400	Mozarlândia	2	101,40	1.926,60	5.641,69
GO	521405	Mundo Novo	3	152,10	2.889,90	3.921,33
GO	521410	Mutunópolis	2	101,40	1.926,60	1.887,48
GO	521440	Nazário	5	253,50	4.816,50	2.130,34
GO	521450	Nerópolis	14	709,80	13.486,20	6.841,89
GO	521460	Niquelândia	13	659,10	12.522,90	12.503,22
GO	521470	Nova América	2	101,40	1.926,60	1.545,63
GO	521480	Nova Aurora	1	50,70	963,30	2.284,80
GO	521483	Nova Crixás	4	202,80	3.853,20	10.234,82
GO	521486	Nova Glória	2	101,40	1.926,60	2.607,79
GO	521487	Nova Iguaçu de Goiás	1	50,70	963,30	2.536,73
GO	521490	Nova Roma	2	101,40	1.926,60	3.457,01

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	521500	Nova Veneza	4	202,80	3.853,20	2.843,78
GO	521520	Novo Brasil	1	50,70	963,30	2.402,79
GO	521523	Novo Gama	33	1.673,10	31.788,90	19.328,37
GO	521525	Novo Planalto	2	101,40	1.926,60	2.638,93
GO	521530	Orizona	5	253,50	4.816,50	3.994,18
GO	521540	Ouro Verde de Goiás	1	50,70	963,30	2.012,04
GO	521550	Ouvidor	3	152,10	2.889,90	1.932,71
GO	521560	Padre Bernardo	9	456,30	8.669,70	7.675,51
GO	521565	Palestina de Goiás	2	101,40	1.926,60	2.294,88
GO	521570	Palmeiras de Goiás	11	557,70	10.596,30	5.012,09
GO	521580	Palmelo	2	101,40	1.926,60	1.489,63
GO	521590	Palminópolis	2	101,40	1.926,60	1.656,66
GO	521600	Panamá	2	101,40	1.926,60	1.649,01
GO	521630	Paranaiguara	5	253,50	4.816,50	2.959,03
GO	521640	Paraúna	3	152,10	2.889,90	6.314,26
GO	521645	Perolândia	0	0,00	0,00	4.775,54
GO	521680	Petrolina de Goiás	3	152,10	2.889,90	2.713,60
GO	521690	Pilar de Goiás	0	0,00	0,00	3.508,26
GO	521710	Piracanjuba	11	557,70	10.596,30	5.485,21
GO	521720	Piranhas	5	253,50	4.816,50	3.574,94
GO	521730	Pirenópolis	3	152,10	2.889,90	9.034,91
GO	521740	Pires do Rio	12	608,40	11.559,60	5.596,02
GO	521760	Planaltina	44	2.230,80	42.385,20	19.190,72
GO	521770	Pontalina	9	456,30	8.669,70	4.052,43
GO	521800	Porangatu	17	861,90	16.376,10	10.788,77
GO	521805	Porteirão	2	101,40	1.926,60	1.953,47
GO	521810	Portelândia	1	50,70	963,30	2.928,69
GO	521830	Posse	8	405,60	7.706,40	7.142,66
GO	521839	Professor Jamil	0	0,00	0,00	3.216,20
GO	521850	Quirinópolis	18	912,60	17.339,40	10.265,29
GO	521860	Rialma	1	50,70	963,30	4.067,43
GO	521870	Rianápolis	1	50,70	963,30	2.210,74
GO	521878	Rio Quente	2	101,40	1.926,60	2.105,08
GO	521880	Rio Verde	52	2.636,40	50.091,60	38.334,27
GO	521890	Rubiataba	10	507,00	9.633,00	3.884,59
GO	521900	Sanclerlândia	4	202,80	3.853,20	2.154,19
GO	521910	Santa Bárbara de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.802,19
GO	521920	Santa Cruz de Goiás	1	50,70	963,30	3.185,20
GO	521925	Santa Fé de Goiás	2	101,40	1.926,60	2.689,36
GO	521930	Santa Helena de Goiás	21	1.064,70	20.229,30	6.667,02
GO	521935	Santa Isabel	0	0,00	0,00	3.758,43
GO	521940	Santa Rita do Araguaia	4	202,80	3.853,20	2.794,59
GO	521945	Santa Rita do Novo Destino	1	50,70	963,30	3.054,29
GO	521950	Santa Rosa de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.445,90
GO	521960	Santa Tereza de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.834,01
GO	521970	Santa Terezinha de Goiás	2	101,40	1.926,60	3.536,45
GO	521971	Santo Antônio da Barra	2	101,40	1.926,60	1.795,62
GO	521973	Santo Antônio de Goiás	3	152,10	2.889,90	4.026,41
GO	521975	Santo Antônio do Descoberto	26	1.318,20	25.045,80	16.427,35
GO	521980	São Domingos	4	202,80	3.853,20	6.155,11
GO	521990	São Francisco de Goiás	3	152,10	2.889,90	1.829,32
GO	522000	São João d'Aliança	4	202,80	3.853,20	3.252,57
GO	522005	São João da Paraúna	1	50,70	963,30	4.983,49
GO	522010	São Luís de Montes Belos	17	861,90	16.376,10	5.699,06
GO	522015	São Luíz do Norte	0	0,00	0,00	3.926,80
GO	522020	São Miguel do Araguaia	11	557,70	10.596,30	8.560,53
GO	522026	São Miguel do Passa Quatro	1	50,70	963,30	2.787,38
GO	522028	São Patrício	1	50,70	963,30	2.277,08
GO	522040	São Simão	10	507,00	9.633,00	4.712,99
GO	522045	Senador Canedo	52	2.636,40	50.091,60	24.167,69
GO	522050	Serranópolis	2	101,40	1.926,60	8.380,02
GO	522060	Silvânia	8	405,60	7.706,40	4.929,25
GO	522068	Simolândia	2	101,40	1.926,60	2.281,36
GO	522070	Sítio d'Abadia	2	101,40	1.926,60	2.952,29
GO	522100	Taquaral de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.507,77
GO	522108	Teresina de Goiás	0	0,00	0,00	14.726,41
GO	522119	Terezópolis de Goiás	4	202,80	3.853,20	2.632,73
GO	522130	Três Ranchos	2	101,40	1.926,60	1.580,64
GO	522140	Trindade	36	1.825,20	34.678,80	27.790,13
GO	522145	Trombas	2	101,40	1.926,60	1.835,21
GO	522150	Turvânia	3	152,10	2.889,90	1.758,59
GO	522155	Turvelândia	1	50,70	963,30	3.506,73
GO	522157	Uirapuru	1	50,70	963,30	3.060,38
GO	522160	Uruaçu	24	1.216,80	23.119,20	7.958,63
GO	522170	Uruana	7	354,90	6.743,10	2.979,77
GO	522180	Urutaí	2	101,40	1.926,60	1.833,39
GO	522185	Valparaíso de Goiás	67	3.396,90	64.541,10	27.765,80
GO	522190	Varjão	0	0,00	0,00	3.496,16
GO	522200	Vianópolis	4	202,80	3.853,20	3.249,07
GO	522205	Vicentinópolis	4	202,80	3.853,20	2.508,03
GO	522220	Vila Boa	3	152,10	2.889,90	3.840,57
GO	522230	Vila Propício	0	0,00	0,00	6.211,71
		Total	2.838	143.886,60	2.733.845,40	2.294.280,30

ANEXO X

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELE-GIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
MA	210000	SES/MA	0	0,00	0,00	1.152.866,97
MA	210005	Açailândia	48	2.433,60	46.238,40	43.398,54
MA	210010	Afonso Cunha	3	152,10	2.889,90	2.123,10
MA	210015	Água Doce do Maranhão	3	152,10	2.889,90	4.480,95
MA	210020	Alcântara	2	101,40	1.926,60	14.303,36
MA	210030	Aldeias Altas	7	354,90	6.743,10	5.693,71
MA	210040	Altamira do Maranhão	0	0,00	0,00	7.559,35
MA	210043	Alto Alegre do Maranhão	7	354,90	6.743,10	8.886,91

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	210047	Alto Alegre do Pindaré	5	253,50	4.816,50	14.591,96
MA	210050	Alto Parnaíba	0	0,00	0,00	10.041,84
MA	210055	Amapá do Maranhão	2	101,40	1.926,60	3.466,51
MA	210060	Amarante do Maranhão	8	405,60	7.706,40	17.556,24
MA	210070	Anajatuba	3	152,10	2.889,90	14.213,86
MA	210080	Anapurus	4	202,80	3.853,20	3.576,76
MA	210083	Apicum-Açu	5	253,50	4.816,50	7.366,29
MA	210087	Araguanã	4	202,80	3.853,20	6.917,93
MA	210090	Araioses	6	304,20	5.779,80	19.690,34
MA	210095	Arame	0	0,00	0,00	19.537,48
MA	210100	Arari	8	405,60	7.706,40	9.965,05
MA	210110	Axixá	4	202,80	3.853,20	4.632,44
MA	210120	Bacabal	50	2.535,00	48.165,00	34.062,57
MA	210125	Bacabeira	3	152,10	2.889,90	7.498,35
MA	210130	Bacuri	4	202,80	3.853,20	7.632,83
MA	210135	Bacurituba	1	50,70	963,30	3.278,73
MA	210140	Balsas	28	1.419,60	26.972,40	25.076,94
MA	210150	Barão de Grajaú	6	304,20	5.779,80	5.718,54
MA	210160	Barra do Corda	33	1.673,10	31.788,90	33.282,40
MA	210170	Barreirinhas	0	0,00	0,00	23.796,49
MA	210173	Belágua	2	101,40	1.926,60	2.671,86
MA	210177	Bela Vista do Maranhão	4	202,80	3.853,20	4.633,73
MA	210180	Benedito Leite	3	152,10	2.889,90	2.300,19
MA	210190	Bequimão	0	0,00	0,00	12.721,37
MA	210193	Bernardo do Mearim	2	101,40	1.926,60	3.120,37
MA	210197	Boa Vista do Gurupi	4	202,80	3.853,20	3.160,66
MA	210200	Bom Jardim	8	405,60	7.706,40	16.632,89
MA	210203	Bom Jesus das Selvas	7	354,90	6.743,10	13.277,99
MA	210207	Bom Lugar	0	0,00	0,00	10.341,82
MA	210210	Brejo	7	354,90	6.743,10	9.208,25
MA	210215	Brejo de Areia	0	0,00	0,00	9.167,20
MA	210220	Buriti	5	253,50	4.816,50	8.546,13
MA	210230	Buriti Bravo	6	304,20	5.779,80	9.189,71
MA	210232	Buriticupu	0	0,00	0,00	39.857,36
MA	210235	Buritirana	0	0,00	0,00	10.148,43
MA	210237	Cachoeira Grande	0	0,00	0,00	7.317,78
MA	210240	Cajapió	0	0,00	0,00	5.830,88
MA	210250	Cajari	0	0,00	0,00	11.821,27
MA	210255	Campestre do Maranhão	6	304,20	5.779,80	4.412,03
MA	210260	Cândido Mendes	6	304,20	5.779,80	7.363,81
MA	210270	Cantanhede	3	152,10	2.889,90	14.699,80
MA	210275	Capinzal do Norte	4	202,80	3.853,20	3.671,70
MA	210280	Carolina	10	507,00	9.633,00	10.539,19
MA	210290	Carutapera	8	405,60	7.706,40	10.872,98
MA	210300	Caxias	76	3.853,20	73.210,80	43.036,33
MA	210310	Cedral	1	50,70	963,30	6.271,21
MA	210312	Central do Maranhão	0	0,00	0,00	6.325,60
MA	210315	Centro do Guilherme	0	0,00	0,00	9.056,53
MA	210317	Centro Novo do Maranhão	5	253,50	4.816,50	10.195,10
MA	210320	Chapadinha	19	963,30	18.302,70	20.537,35
MA	210325	Cidelândia	4	202,80	3.853,20	5.573,34
MA	210330	Codó	51	2.585,70	49.128,30	48.863,19
MA	210340	Coelho Neto	17	861,90	16.376,10	10.572,83
MA	210350	Colinas	15	760,50	14.449,50	13.717,93
MA	210355	Conceição do Lago-Açu	4	202,80	3.853,20	11.013,87
MA	210360	Coroatá	0	0,00	0,00	53.775,61
MA	210370	Cururupu	0	0,00	0,00	21.768,95
MA	210375	Davinópolis	6	304,20	5.779,80	4.183,88
MA	210380	Dom Pedro	2	101,40	1.926,60	10.197,66
MA	210390	Duque Bacelar	4	202,80	3.853,20	4.726,75
MA	210400	Esperantinópolis	4	202,80	3.853,20	9.684,70
MA	210405	Estreito	16	811,20	15.412,80	20.794,54
MA	210407	Feira Nova do Maranhão	0	0,00	0,00	6.976,56
MA	210408	Fernando Falcão	0	0,00	0,00	7.258,15
MA	210409	Formosa da Serra Negra	1	50,70	963,30	12.653,82
MA	210410	Fortaleza dos Nogueiras	0	0,00	0,00	8.660,94
MA	210420	Fortuna	1	50,70	963,30	9.624,79
MA	210430	Godofredo Viana	4	202,80	3.853,20	5.152,96
MA	210440	Gonçalves Dias	5	253,50	4.816,50	4.652,96
MA	210450	Governador Archer	0	0,00	0,00	7.207,73
MA	210455	Governador Edison Lobão	4	202,80	3.853,20	7.669,28
MA	210460	Governador Eugênio Barros	4	202,80	3.853,20	4.921,44
MA	210462	Governador Luiz Rocha	4	202,80	3.853,20	2.039,41
MA	210465	Governador Newton Bello	0	0,00	0,00	7.877,81
MA	210467	Governador Nunes Freire	8	405,60	7.706,40	11.522,80
MA	210470	Graça Aranha	1	50,70	963,30	2.291,60
MA	210480	Grajaú	23	1.166,10	22.155,90	26.094,13
MA	210490	Guimarães	0	0,00	0,00	8.846,41
MA	210500	Humberto de Campos	0	0,00	0,00	19.682,89
MA	210510	Icatu	1	50,70	963,30	14.972,82
MA	210515	Igarapé do Meio	0	0,00	0,00	9.290,25
MA	210520	Igarapé Grande	5	253,50	4.816,50	3.076,58
MA	210530	Imperatriz	135	6.844,50	130.045,50	91.960,36
MA	210535	Itaipava do Grajaú	4	202,80	3.853,20	10.210,59
MA	210540	Itapecuru Mirim	17	861,90	16.376,10	38.879,86
MA	210542	Itinga do Maranhão	11	557,70	10.596,30	8.465,74
MA	210545	Jatobá	3	152,10	2.889,90	5.340,17
MA	210547	Jenipapo dos Vieiras	0	0,00	0,00	12.956,19
MA	210550	João Lisboa	8	405,60	7.706,40	7.481,88

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	210560	Joselândia	0	0,00	0,00	10.094,57
MA	210565	Junco do Maranhão	2	101,40	1.926,60	2.162,70
MA	210570	Lago da Pedra	8	405,60	7.706,40	30.086,65
MA	210580	Lago do Junco	4	202,80	3.853,20	4.161,06
MA	210590	Lago Verde	4	202,80	3.853,20	7.188,18
MA	210592	Lagoa do Mato	2	101,40	1.926,60	3.963,50
MA	210594	Lago dos Rodrigues	0	0,00	0,00	7.474,81
MA	210596	Lagoa Grande do Maranhão	0	0,00	0,00	6.891,83
MA	210598	Lajeado Novo	1	50,70	963,30	2.999,62
MA	210600	Lima Campos	3	152,10	2.889,90	4.988,00
MA	210610	Loreto	4	202,80	3.853,20	5.951,31
MA	210620	Luís Domingues	3	152,10	2.889,90	2.679,57
MA	210630	Magalhães de Almeida	4	202,80	3.853,20	10.897,12
MA	210632	Maracaçumé	8	405,60	7.706,40	6.524,25
MA	210635	Marajá do Sena	0	0,00	0,00	4.619,79
MA	210637	Maranhãozinho	0	0,00	0,00	10.535,65
MA	210640	Mata Roma	4	202,80	3.853,20	8.319,71
MA	210650	Matinha	2	101,40	1.926,60	12.878,84
MA	210660	Matões	7	354,90	6.743,10	6.357,75
MA	210663	Matões do Norte	4	202,80	3.853,20	7.000,99
MA	210667	Milagres do Maranhão	1	50,70	963,30	3.902,21
MA	210670	Mirador	5	253,50	4.816,50	14.451,94
MA	210675	Miranda do Norte	0	0,00	0,00	22.440,26
MA	210680	Mirinzal	4	202,80	3.853,20	5.652,61
MA	210690	Monção	6	304,20	5.779,80	14.373,14
MA	210700	Montes Altos	0	0,00	0,00	9.071,55
MA	210710	Morros	0	0,00	0,00	15.478,57
MA	210720	Nina Rodrigues	4	202,80	3.853,20	3.682,20
MA	210725	Nova Colinas	2	101,40	1.926,60	2.674,83
MA	210730	Nova Iorque	2	101,40	1.926,60	2.173,29
MA	210735	Nova Olinda do Maranhão	7	354,90	6.743,10	6.884,19
MA	210740	Olho d'Água das Cunhãs	6	304,20	5.779,80	6.081,38
MA	210745	Olinda Nova do Maranhão	4	202,80	3.853,20	5.677,86
MA	210750	Paço do Lumiar	54	2.737,80	52.018,20	45.947,63
MA	210760	Palmeirândia	0	0,00	0,00	11.978,52
MA	210770	Paraibano	10	507,00	9.633,00	6.445,95
MA	210780	Parnarama	7	354,90	6.743,10	6.548,44
MA	210790	Passagem Franca	5	253,50	4.816,50	4.462,12
MA	210800	Pastos Bons	8	405,60	7.706,40	5.098,79
MA	210805	Paulino Neves	4	202,80	3.853,20	3.993,00
MA	210810	Paulo Ramos	2	101,40	1.926,60	8.047,72
MA	210820	Pedreiras	10	507,00	9.633,00	22.038,17
MA	210825	Pedro do Rosário	0	0,00	0,00	15.889,78
MA	210830	Penalva	7	354,90	6.743,10	13.441,43
MA	210840	Peri Mirim	0	0,00	0,00	9.132,91
MA	210845	Peritoró	5	253,50	4.816,50	14.404,84
MA	210850	Pindaré-Mirim	13	659,10	12.522,90	10.734,34
MA	210860	Pinheiro	0	0,00	0,00	62.124,81
MA	210870	Pio XII	7	354,90	6.743,10	8.073,76
MA	210880	Pirapemas	6	304,20	5.779,80	5.736,06
MA	210890	Poção de Pedras	6	304,20	5.779,80	11.025,15
MA	210900	Porto Franco	6	304,20	5.779,80	6.793,20
MA	210905	Porto Rico do Maranhão	3	152,10	2.889,90	2.414,51
MA	210910	Presidente Dutra	20	1.014,00	19.266,00	18.974,47
MA	210920	Presidente Juscelino	1	50,70	963,30	5.733,83
MA	210923	Presidente Médici	2	101,40	1.926,60	3.528,71
MA	210927	Presidente Sarney	2	101,40	1.926,60	9.788,37
MA	210930	Presidente Vargas	4	202,80	3.853,20	3.960,73
MA	210940	Primeira Cruz	4	202,80	3.853,20	9.003,01
MA	210945	Raposa	10	507,00	9.633,00	16.774,29
MA	210950	Riachão	0	0,00	0,00	13.962,53
MA	210955	Ribamar Fiquene	1	50,70	963,30	4.827,20
MA	210960	Rosário	13	659,10	12.522,90	12.499,04
MA	210970	Sambaíba	3	152,10	2.889,90	2.733,15
MA	210975	Santa Filomena do Maranhão	3	152,10	2.889,90	2.354,84
MA	210980	Santa Helena	8	405,60	7.706,40	14.768,93
MA	210990	Santa Inês	25	1.267,50	24.082,50	23.286,77
MA	211000	Santa Luzia	16	811,20	15.412,80	37.679,45
MA	211003	Santa Luzia do Paruá	3	152,10	2.889,90	15.721,33
MA	211010	Santa Quitéria do Maranhão	4	202,80	3.853,20	10.006,60
MA	211020	Santa Rita	9	456,30	8.669,70	13.690,76
MA	211023	Santana do Maranhão	4	202,80	3.853,20	3.466,48
MA	211027	Santo Amaro do Maranhão	0	0,00	0,00	8.781,58
MA	211030	Santo Antônio dos Lopes	0	0,00	0,00	9.228,19
MA	211040	São Benedito do Rio Preto	1	50,70	963,30	8.590,12
MA	211050	São Bento	6	304,20	5.779,80	21.309,84
MA	211060	São Bernardo	6	304,20	5.779,80	6.705,84
MA	211065	São Domingos do Azeitão	3	152,10	2.889,90	2.785,67
MA	211070	São Domingos do Maranhão	11	557,70	10.596,30	8.923,07
MA	211080	São Félix de Balsas	0	0,00	0,00	4.952,44
MA	211085	São Francisco do Brejão	4	202,80	3.853,20	5.140,55
MA	211090	São Francisco do Maranhão	4	202,80	3.853,20	4.573,11
MA	211100	São João Batista	0	0,00	0,00	12.428,58
MA	211102	São João do Carú	4	202,80	3.853,20	6.082,26
MA	211105	São João do Paraíso	4	202,80	3.853,20	3.744,02
MA	211107	São João do Soter	0	0,00	0,00	12.310,03

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	211110	São João dos Patos	13	659,10	12.522,90	9.954,15
MA	211120	São José de Ribamar	48	2.433,60	46.238,40	100.810,89
MA	211125	São José dos Basílios	3	152,10	2.889,90	2.263,53
MA	211130	São Luís	531	26.921,70	511.512,30	431.758,56
MA	211140	São Luís Gonzaga do Maranhão	5	253,50	4.816,50	4.597,23
MA	211150	São Mateus do Maranhão	17	861,90	16.376,10	10.845,80
MA	211153	São Pedro da Água Branca	0	0,00	0,00	8.328,17
MA	211157	São Pedro dos Crentes	1	50,70	963,30	2.154,38
MA	211160	São Raimundo das Mangabeiras	6	304,20	5.779,80	7.586,73
MA	211163	São Raimundo do Doca Bezerra	3	152,10	2.889,90	2.564,39
MA	211167	São Roberto	2	101,40	1.926,60	4.326,09
MA	211170	São Vicente Ferrer	5	253,50	4.816,50	8.448,80
MA	211172	Satubinha	4	202,80	3.853,20	4.909,64
MA	211174	Senador Alexandre Costa	4	202,80	3.853,20	3.796,04
MA	211176	Senador La Rocque	5	253,50	4.816,50	4.654,57
MA	211178	Serrano do Maranhão	4	202,80	3.853,20	3.792,53
MA	211180	Sítio Novo	0	0,00	0,00	11.164,12
MA	211190	Sucupira do Norte	4	202,80	3.853,20	3.598,42
MA	211195	Sucupira do Riachão	3	152,10	2.889,90	1.910,62
MA	211200	Tasso Fragoso	0	0,00	0,00	7.112,24
MA	211210	Timbiras	2	101,40	1.926,60	21.671,80
MA	211220	Timon	83	4.208,10	79.953,90	32.992,01
MA	211223	Trizidela do Vale	0	0,00	0,00	15.253,94
MA	211227	Tufilândia	1	50,70	963,30	5.465,70
MA	211230	Tuntum	12	608,40	11.559,60	10.938,40
MA	211240	Turiaçu	6	304,20	5.779,80	17.023,78
MA	211245	Turilândia	0	0,00	0,00	15.302,97
MA	211250	Tutóia	0	0,00	0,00	42.890,15
MA	211260	Urbano Santos	8	405,60	7.706,40	7.379,54
MA	211270	Vargem Grande	15	760,50	14.449,50	29.125,74
MA	211280	Viana	12	608,40	11.559,60	27.820,26
MA	211285	Vila Nova dos Martírios	0	0,00	0,00	9.193,83
MA	211290	Vitória do Mearim	2	101,40	1.926,60	19.398,87
MA	211300	Vitorino Freire	5	253,50	4.816,50	16.124,22
MA	211400	Zé Doca	18	912,60	17.339,40	16.913,47
		Total	2.043	103.580,10	1.968.021,90	4.211.825,76

ANEXO XI

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELE-GIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
MG	310000	SES/MG	0	0,00	0,00	2.306.766,45
MG	310010	Abadia dos Dourados	3	152,10	2.889,90	1.411,80
MG	310020	Abaeté	0	0,00	0,00	9.444,40
MG	310030	Abre Campo	1	50,70	963,30	4.529,90
MG	310040	Acaiaca	1	50,70	963,30	813,00
MG	310050	Açucena	0	0,00	0,00	4.118,80
MG	310060	Água Boa	4	202,80	3.853,20	3.006,80
MG	310070	Água Comprida	0	0,00	0,00	828,00
MG	310080	Aguanil	2	101,40	1.926,60	888,00
MG	310090	Águas Formosas	8	405,60	7.706,40	3.883,20
MG	310100	Águas Vermelhas	4	202,80	3.853,20	2.715,20
MG	310110	Aimorés	1	50,70	963,30	9.321,10
MG	310120	Aiuruoca	3	152,10	2.889,90	1.254,80
MG	310130	Alagoa	1	50,70	963,30	553,60
MG	310140	Albertina	0	0,00	0,00	1.218,40
MG	310150	Além Paraíba	18	912,60	17.339,40	7.472,08
MG	310160	Alfenas	40	2.028,00	38.532,00	15.941,40
MG	310163	Alfredo Vasconcelos	2	101,40	1.926,60	1.355,00
MG	310170	Almenara	3	152,10	2.889,90	13.827,70
MG	310180	Alpercata	0	0,00	0,00	3.006,00
MG	310190	Alpinópolis	8	405,60	7.706,40	3.969,20
MG	310200	Alterosa	0	0,00	0,00	5.820,40
MG	310205	Alto Caparaó	1	50,70	963,30	1.353,10
MG	310210	Alto Rio Doce	4	202,80	3.853,20	2.424,00
MG	310220	Alvarenga	1	50,70	963,30	879,00
MG	310230	Alvinópolis	0	0,00	0,00	6.256,80
MG	310240	Alvorada de Minas	2	101,40	1.926,60	734,60
MG	310250	Amparo do Serra	2	101,40	1.926,60	1.004,60
MG	310260	Andradas	17	861,90	16.376,10	8.141,20
MG	310270	Cachoeira de Pajeú	2	101,40	1.926,60	1.895,80
MG	310280	Andrelândia	5	253,50	4.816,50	2.501,40
MG	310285	Angelândia	3	152,10	2.889,90	1.708,20
MG	310290	Antônio Carlos	1	50,70	963,30	3.679,90
MG	310300	Antônio Dias	0	0,00	0,00	3.895,20
MG	310310	Antônio Prado de Minas	1	50,70	963,30	338,40
MG	310320	Araçaí	0	0,00	0,00	947,20
MG	310330	Aracitaba	2	101,40	1.926,60	422,60
MG	310340	Araçuaí	0	0,00	0,00	14.944,40
MG	310350	Araguari	63	3.194,10	60.687,90	26.425,13
MG	310360	Arantina	2	101,40	1.926,60	577,60
MG	310370	Araponga	0	0,00	0,00	3.417,60
MG	310375	Araporã	4	202,80	3.853,20	1.354,80
MG	310380	Arapuá	2	101,40	1.926,60	576,60
MG	310390	Araújos	4	202,80	3.853,20	1.799,20
MG	310400	Araxá	53	2.687,10	51.054,90	20.856,60
MG	310410	Arceburgo	5	253,50	4.816,50	2.115,60
MG	310420	Arcos	6	304,20	5.779,80	10.210,95
MG	310430	Areado	6	304,20	5.779,80	2.991,20
MG	310440	Argirita	2	101,40	1.926,60	584,80

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	310445	Aricanduva	2	101,40	1.926,60	1.038,40
MG	310450	Arinos	7	354,90	6.743,10	3.648,60
MG	310460	Astolfo Dutra	7	354,90	6.743,10	2.823,60
MG	310470	Ataléia	4	202,80	3.853,20	2.868,80
MG	310480	Augusto de Lima	3	152,10	2.889,90	1.012,40
MG	310490	Baependi	7	354,90	6.743,10	3.863,00
MG	310500	Baldim	3	152,10	2.889,90	1.888,37
MG	310510	Bambuí	15	760,50	14.449,50	4.803,60
MG	310520	Bandeira	1	50,70	963,30	1.060,30
MG	310530	Bandeira do Sul	3	152,10	2.889,90	1.147,80
MG	310540	Barão de Cocais	13	659,10	12.522,90	6.393,60
MG	310550	Barão de Monte Alto	3	152,10	2.889,90	1.154,00
MG	310560	Barbacena	33	1.673,10	31.788,90	30.755,03
MG	310570	Barra Longa	0	0,00	0,00	2.396,40
MG	310590	Barroso	0	0,00	0,00	8.352,80
MG	310600	Bela Vista de Minas	3	152,10	2.889,90	2.083,20
MG	310610	Belmiro Braga	0	0,00	0,00	1.401,20
MG	310620	Belo Horizonte	1.110	56.277,00	1.069.263,00	868.185,14
MG	310630	Belo Oriente	5	253,50	4.816,50	5.646,70
MG	310640	Belo Vale	3	152,10	2.889,90	1.568,20
MG	310650	Berilo	4	202,80	3.853,20	2.501,60
MG	310660	Bertópolis	2	101,40	1.926,60	935,60
MG	310665	Berizal	2	101,40	1.926,60	944,00
MG	310670	Betim	187	9.480,90	180.137,10	118.177,06
MG	310680	Bias Fortes	1	50,70	963,30	753,00
MG	310690	Bicas	0	0,00	0,00	5.818,00
MG	310700	Biquinhas	2	101,40	1.926,60	532,80
MG	310710	Boa Esperança	18	912,60	17.339,40	8.106,00
MG	310720	Bocaina de Minas	0	0,00	0,00	2.074,00
MG	310730	Bocaiúva	0	0,00	0,00	20.067,20
MG	310740	Bom Despacho	25	1.267,50	24.082,50	10.008,40
MG	310750	Bom Jardim de Minas	0	0,00	0,00	2.665,20
MG	310760	Bom Jesus da Penha	1	50,70	963,30	840,60
MG	310770	Bom Jesus do Amparo	2	101,40	1.926,60	1.203,60
MG	310780	Bom Jesus do Galho	2	101,40	1.926,60	4.326,60
MG	310790	Bom Repouso	0	0,00	0,00	4.310,00
MG	310800	Bom Sucesso	7	354,90	6.743,10	3.581,40
MG	310810	Bonfim	3	152,10	2.889,90	1.638,00
MG	310820	Bonfinópolis de Minas	3	152,10	2.889,90	1.180,80
MG	310825	Bonito de Minas	4	202,80	3.853,20	2.190,20
MG	310830	Borda da Mata	8	405,60	7.706,40	3.811,00
MG	310840	Botelhos	0	0,00	0,00	6.130,40
MG	310850	Botumirim	3	152,10	2.889,90	1.322,40
MG	310855	Brasilândia de Minas	6	304,20	5.779,80	3.221,00
MG	310860	Brasília de Minas	12	608,40	11.559,60	6.546,40
MG	310870	Brás Pires	2	101,40	1.926,60	932,80
MG	310880	Braúnas	2	101,40	1.926,60	1.018,20
MG	310890	Brazópolis	3	152,10	2.889,90	3.102,90
MG	310900	Brumadinho	0	0,00	0,00	18.136,06
MG	310910	Bueno Brandão	3	152,10	2.889,90	2.246,60
MG	310920	Buenópolis	5	253,50	4.816,50	2.118,80
MG	310925	Bugre	2	101,40	1.926,60	829,20
MG	310930	Buritis	4	202,80	3.853,20	6.022,40
MG	310940	Buritizeiro	0	0,00	0,00	11.334,00
MG	310945	Cabeceira Grande	4	202,80	3.853,20	1.388,00
MG	310950	Cabo Verde	0	0,00	0,00	5.732,00
MG	310960	Cachoeira da Prata	0	0,00	0,00	1.493,60
MG	310970	Cachoeira de Minas	4	202,80	3.853,20	2.329,20
MG	310980	Cachoeira Dourada	0	0,00	0,00	1.076,40
MG	310990	Caetanópolis	5	253,50	4.816,50	2.279,80
MG	311000	Caeté	19	963,30	18.302,70	10.354,63
MG	311010	Caiana	3	152,10	2.889,90	1.088,00
MG	311020	Cajuri	1	50,70	963,30	827,00
MG	311030	Caldas	0	0,00	0,00	5.811,60
MG	311040	Camacho	1	50,70	963,30	631,60
MG	311050	Camanducaia	0	0,00	0,00	8.822,80
MG	311060	Cambuí	11	557,70	10.596,30	5.833,00
MG	311070	Cambuquira	0	0,00	0,00	5.221,20
MG	311080	Campanário	2	101,40	1.926,60	751,40
MG	311090	Campanha	8	405,60	7.706,40	3.325,40
MG	311100	Campestre	7	354,90	6.743,10	4.288,00
MG	311110	Campina Verde	9	456,30	8.669,70	4.015,80
MG	311115	Campo Azul	2	101,40	1.926,60	772,60
MG	311120	Campo Belo	28	1.419,60	26.972,40	10.891,60
MG	311130	Campo do Meio	3	152,10	2.889,90	2.375,60
MG	311140	Campo Florido	4	202,80	3.853,20	1.577,20
MG	311150	Campos Altos	5	253,50	4.816,50	3.077,40
MG	311160	Campos Gerais	11	557,70	10.596,30	5.811,40
MG	311170	Canaã	1	50,70	963,30	945,80
MG	311180	Canápolis	4	202,80	3.853,20	2.423,40
MG	311190	Cana Verde	3	152,10	2.889,90	1.147,80
MG	311200	Candeias	6	304,20	5.779,80	3.029,40
MG	311205	Cantagalo	0	0,00	0,00	1.806,80
MG	311210	Caparaó	0	0,00	0,00	2.195,60
MG	311220	Capela Nova	1	50,70	963,30	975,90
MG	311230	Capelinha	14	709,80	13.486,20	7.573,40
MG	311240	Capetinga	1	50,70	963,30	1.925,50
MG	311250	Capim Branco	0	0,00	0,00	4.516,40
MG	311260	Capinópolis	9	456,30	8.669,70	3.250,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	311265	Capitão Andrade	3	152,10	2.889,90	1.081,00
MG	311270	Capitão Enéas	6	304,20	5.779,80	3.047,40
MG	311280	Capitólio	4	202,80	3.853,20	1.736,40
MG	311290	Caputira	0	0,00	0,00	3.772,40
MG	311300	Caraí	2	101,40	1.926,60	7.585,80
MG	311310	Caranaíba	0	0,00	0,00	1.336,40
MG	311320	Carandaí	0	0,00	0,00	10.150,40
MG	311330	Carangola	5	253,50	4.816,50	8.607,10
MG	311340	Caratinga	17	861,90	16.376,10	20.360,30
MG	311350	Carbonita	2	101,40	1.926,60	1.908,80
MG	311360	Careaçu	2	101,40	1.926,60	1.351,40
MG	311370	Carlos Chagas	9	456,30	8.669,70	4.042,80
MG	311380	Carmésia	2	101,40	1.926,60	525,80
MG	311390	Carmo da Cachoeira	4	202,80	3.853,20	2.470,00
MG	311400	Carmo da Mata	1	50,70	963,30	3.660,30
MG	311410	Carmo de Minas	3	152,10	2.889,90	3.038,90
MG	311420	Carmo do Cajuru	10	507,00	9.633,00	4.427,20
MG	311430	Carmo do Paranaíba	16	811,20	15.412,80	6.172,20
MG	311440	Carmo do Rio Claro	5	253,50	4.816,50	4.291,60
MG	311450	Carmópolis de Minas	0	0,00	0,00	7.598,00
MG	311455	Carneirinho	5	253,50	4.816,50	2.014,40
MG	311460	Carrancas	2	101,40	1.926,60	822,00
MG	311470	Carvalhópolis	1	50,70	963,30	716,20
MG	311480	Carvalhos	1	50,70	963,30	930,20
MG	311490	Casa Grande	1	50,70	963,30	461,80
MG	311500	Cascalho Rico	2	101,40	1.926,60	614,20
MG	311510	Cássia	9	456,30	8.669,70	3.611,40
MG	311520	Conceição da Barra de Minas	1	50,70	963,30	811,40
MG	311530	Cataguases	36	1.825,20	34.678,80	15.005,00
MG	311535	Catas Altas	3	152,10	2.889,90	1.063,20
MG	311540	Catas Altas da Noruega	2	101,40	1.926,60	733,20
MG	311545	Catuji	3	152,10	2.889,90	1.352,20
MG	311547	Catuti	3	152,10	2.889,90	1.040,00
MG	311550	Caxambu	10	507,00	9.633,00	4.451,40
MG	311560	Cedro do Abaeté	1	50,70	963,30	245,40
MG	311570	Central de Minas	3	152,10	2.889,90	1.422,40
MG	311580	Centralina	0	0,00	0,00	4.248,80
MG	311590	Chácara	0	0,00	0,00	1.240,40
MG	311600	Chalé	2	101,40	1.926,60	1.164,60
MG	311610	Chapada do Norte	0	0,00	0,00	6.270,00
MG	311615	Chapada Gaúcha	4	202,80	3.853,20	2.594,20
MG	311620	Chiador	2	101,40	1.926,60	565,40
MG	311630	Cipotânea	3	152,10	2.889,90	1.373,60
MG	311640	Claraval	0	0,00	0,00	1.938,80
MG	311650	Claro dos Poções	4	202,80	3.853,20	1.581,80
MG	311660	Cláudio	11	557,70	10.596,30	5.657,40
MG	311670	Coimbra	1	50,70	963,30	2.060,30
MG	311680	Coluna	3	152,10	2.889,90	1.842,60
MG	311690	Comendador Gomes	2	101,40	1.926,60	627,60
MG	311700	Comercinho	3	152,10	2.889,90	1.618,80
MG	311710	Conceição da Aparecida	2	101,40	1.926,60	2.223,00
MG	311720	Conceição das Pedras	2	101,40	1.926,60	571,60
MG	311730	Conceição das Alagoas	12	608,40	11.559,60	5.363,60
MG	311740	Conceição de Ipanema	0	0,00	0,00	1.857,60
MG	311750	Conceição do Mato Dentro	6	304,20	5.779,80	3.654,60
MG	311760	Conceição do Pará	3	152,10	2.889,90	1.103,00
MG	311770	Conceição do Rio Verde	6	304,20	5.779,80	2.744,80
MG	311780	Conceição dos Ouros	3	152,10	2.889,90	2.293,40
MG	311783	Cônego Marinho	3	152,10	2.889,90	1.524,80
MG	311787	Confins	4	202,80	3.853,20	1.541,87
MG	311790	Congonhal	1	50,70	963,30	3.719,10
MG	311800	Congonhas	0	0,00	0,00	21.537,20
MG	311810	Congonhas do Norte	1	50,70	963,30	1.090,30
MG	311820	Conquista	4	202,80	3.853,20	1.392,00
MG	311830	Conselheiro Lafaiete	56	2.839,20	53.944,80	28.658,03
MG	311840	Conselheiro Pena	12	608,40	11.559,60	4.648,00
MG	311850	Consolação	1	50,70	963,30	362,00
MG	311860	Contagem	249	12.624,30	239.861,70	156.412,75
MG	311870	Coqueiral	0	0,00	0,00	3.796,80
MG	311880	Coração de Jesus	0	0,00	0,00	10.820,80
MG	311890	Cordisburgo	4	202,80	3.853,20	1.805,80
MG	311900	Cordislândia	0	0,00	0,00	1.434,80
MG	311910	Corinto	12	608,40	11.559,60	4.896,80
MG	311920	Coroaci	3	152,10	2.889,90	2.090,60
MG	311930	Coromandel	13	659,10	12.522,90	5.701,60
MG	311940	Coronel Fabriciano	52	2.636,40	50.091,60	27.305,69
MG	311950	Coronel Murta	4	202,80	3.853,20	1.882,20
MG	311960	Coronel Pacheco	0	0,00	0,00	1.250,00
MG	311970	Coronel Xavier Chaves	0	0,00	0,00	1.388,40
MG	311980	Córrego Danta	2	101,40	1.926,60	685,20
MG	311990	Córrego do Bom Jesus	1	50,70	963,30	763,80
MG	311995	Córrego Fundo	2	101,40	1.926,60	1.259,00
MG	312000	Córrego Novo	2	101,40	1.926,60	620,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	312010	Couto de Magalhães de Minas	1	50,70	963,30	888,80
MG	312015	Crisólita	3	152,10	2.889,90	1.326,20
MG	312020	Cristais	5	253,50	4.816,50	2.512,80
MG	312030	Cristália	3	152,10	2.889,90	1.208,40
MG	312040	Cristiano Otoni	2	101,40	1.926,60	1.045,00
MG	312050	Cristina	3	152,10	2.889,90	2.097,20
MG	312060	Crucilândia	1	50,70	963,30	1.059,50
MG	312070	Cruzeiro da Fortaleza	3	152,10	2.889,90	834,80
MG	312080	Cruzília	7	354,90	6.743,10	3.099,40
MG	312083	Cuparaque	2	101,40	1.926,60	999,00
MG	312087	Curral de Dentro	4	202,80	3.853,20	1.524,60
MG	312090	Curvelo	45	2.281,50	43.348,50	15.975,60
MG	312100	Datas	1	50,70	963,30	1.225,10
MG	312110	Delfim Moreira	0	0,00	0,00	3.282,00
MG	312120	Delfinópolis	1	50,70	963,30	1.911,10
MG	312125	Delta	4	202,80	3.853,20	1.980,80
MG	312130	Descoberto	0	0,00	0,00	2.018,80
MG	312140	Desterro de Entre Rios	3	152,10	2.889,90	1.466,80
MG	312150	Desterro do Melo	2	101,40	1.926,60	612,00
MG	312160	Diamantina	24	1.216,80	23.119,20	9.646,00
MG	312170	Diogo de Vasconcelos	0	0,00	0,00	1.574,00
MG	312180	Dionísio	4	202,80	3.853,20	1.731,40
MG	312190	Divinésia	2	101,40	1.926,60	691,00
MG	312200	Divino	7	354,90	6.743,10	4.026,60
MG	312210	Divino das Laranjeiras	3	152,10	2.889,90	1.017,20
MG	312220	Divinolândia de Minas	3	152,10	2.889,90	1.511,80
MG	312230	Divinópolis	107	5.424,90	103.073,10	52.860,83
MG	312235	Divisa Alegre	3	152,10	2.889,90	1.325,00
MG	312240	Divisa Nova	2	101,40	1.926,60	1.213,60
MG	312245	Divisópolis	0	0,00	0,00	4.218,80
MG	312247	Dom Bosco	2	101,40	1.926,60	774,40
MG	312250	Dom Cavati	4	202,80	3.853,20	1.060,60
MG	312260	Dom Joaquim	1	50,70	963,30	926,40
MG	312270	Dom Silvério	2	101,40	1.926,60	1.070,20
MG	312280	Dom Viçoso	1	50,70	963,30	614,80
MG	312290	Dona Eusébia	3	152,10	2.889,90	1.305,40
MG	312300	Dores de Campos	0	0,00	0,00	4.037,20
MG	312310	Dores de Guanhães	1	50,70	963,30	1.173,90
MG	312320	Dores do Indaiá	1	50,70	963,30	4.655,90
MG	312330	Dores do Turvo	0	0,00	0,00	1.806,40
MG	312340	Doresópolis	2	101,40	1.926,60	306,60
MG	312350	Douradoquara	0	0,00	0,00	772,00
MG	312352	Durandé	0	0,00	0,00	3.153,60
MG	312360	Elói Mendes	0	0,00	0,00	11.092,00
MG	312370	Engenheiro Caldas	5	253,50	4.816,50	2.219,60
MG	312380	Engenheiro Navarro	3	152,10	2.889,90	1.475,40
MG	312385	Entre Folhas	3	152,10	2.889,90	1.088,60
MG	312390	Entre Rios de Minas	1	50,70	963,30	5.153,50
MG	312400	Ervália	1	50,70	963,30	6.642,70
MG	312410	Esmeraldas	36	1.825,20	34.678,80	16.102,33
MG	312420	Espera Feliz	7	354,90	6.743,10	4.961,00
MG	312430	Espinosa	7	354,90	6.743,10	6.442,80
MG	312440	Espírito Santo do Dourado	2	101,40	1.926,60	942,40
MG	312450	Estiva	2	101,40	1.926,60	2.653,00
MG	312460	Estrela Dalva	1	50,70	963,30	499,20
MG	312470	Estrela do Indaiá	2	101,40	1.926,60	720,40
MG	312480	Estrela do Sul	4	202,80	3.853,20	1.596,20
MG	312490	Eugenópolis	1	50,70	963,30	3.550,70
MG	312500	Ewbank da Câmara	1	50,70	963,30	790,40
MG	312510	Extrema	15	760,50	14.449,50	6.868,80
MG	312520	Fama	0	0,00	0,00	970,40
MG	312530	Faria Lemos	0	0,00	0,00	1.369,20
MG	312540	Felício dos Santos	2	101,40	1.926,60	1.031,40
MG	312550	São Gonçalo do Rio Preto	1	50,70	963,30	641,00
MG	312560	Felisburgo	1	50,70	963,30	2.009,10
MG	312570	Felixlândia	5	253,50	4.816,50	3.054,60
MG	312580	Fernandes Tourinho	2	101,40	1.926,60	673,80
MG	312590	Ferros	4	202,80	3.853,20	2.161,40
MG	312595	Fervedouro	4	202,80	3.853,20	2.207,80
MG	312600	Florestal	4	202,80	3.853,20	1.713,37
MG	312610	Formiga	30	1.521,00	28.899,00	14.112,24
MG	312620	Formoso	3	152,10	2.889,90	1.858,80
MG	312630	Fortaleza de Minas	2	101,40	1.926,60	881,40
MG	312640	Fortuna de Minas	2	101,40	1.926,60	586,40
MG	312650	Francisco Badaró	3	152,10	2.889,90	2.111,40
MG	312660	Francisco Dumont	1	50,70	963,30	1.122,70
MG	312670	Francisco Sá	9	456,30	8.669,70	5.285,60
MG	312675	Franciscópolis	3	152,10	2.889,90	1.165,00
MG	312680	Frei Gaspar	3	152,10	2.889,90	1.206,60
MG	312690	Frei Inocêncio	1	50,70	963,30	2.875,50
MG	312695	Frei Lagonegro	0	0,00	0,00	1.404,00
MG	312700	Fronteira	8	405,60	7.706,40	3.414,40
MG	312705	Fronteira dos Vales	2	101,40	1.926,60	955,40
MG	312707	Fruta de Leite	3	152,10	2.889,90	1.183,80
MG	312710	Frutal	37	1.875,90	35.642,10	11.754,00
MG	312720	Funilândia	2	101,40	1.926,60	855,40
MG	312730	Galiléia	0	0,00	0,00	2.836,80
MG	312733	Gameleiras	3	152,10	2.889,90	1.052,80
MG	312735	Glaucilândia	0	0,00	0,00	1.264,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	312737	Goiabeira	2	101,40	1.926,60	665,60
MG	312738	Goianá	1	50,70	963,30	790,40
MG	312740	Gonçalves	0	0,00	0,00	1.764,00
MG	312750	Gonzaga	0	0,00	0,00	2.489,20
MG	312760	Gouveia	3	152,10	2.889,90	2.412,80
MG	312770	Governador Valadares	4	202,80	3.853,20	122.552,25
MG	312780	Grão Mogol	4	202,80	3.853,20	3.186,20
MG	312790	Grupiara	2	101,40	1.926,60	283,60
MG	312800	Guanhães	0	0,00	0,00	13.621,60
MG	312810	Guapé	2	101,40	1.926,60	3.857,40
MG	312820	Guaraciaba	0	0,00	0,00	4.216,80
MG	312825	Guaraciama	2	101,40	1.926,60	1.000,20
MG	312830	Guaranésia	10	507,00	9.633,00	3.875,60
MG	312840	Guarani	0	0,00	0,00	3.618,80
MG	312850	Guarará	0	0,00	0,00	1.596,40
MG	312860	Guarda-Mor	3	152,10	2.889,90	1.348,20
MG	312870	Guaxupé	24	1.216,80	23.119,20	10.458,80
MG	312880	Guidoval	1	50,70	963,30	1.979,10
MG	312890	Guimarânia	4	202,80	3.853,20	1.591,20
MG	312900	Guiricema	2	101,40	1.926,60	1.767,60
MG	312910	Gurinhatã	3	152,10	2.889,90	1.228,80
MG	312920	Heliodora	0	0,00	0,00	2.624,40
MG	312930	Iapu	3	152,10	2.889,90	2.192,40
MG	312940	Ibertioga	2	101,40	1.926,60	1.032,60
MG	312950	Ibiá	12	608,40	11.559,60	5.020,00
MG	312960	Ibiaí	4	202,80	3.853,20	1.680,00
MG	312965	Ibiracatu	0	0,00	0,00	2.500,00
MG	312970	Ibiraci	4	202,80	3.853,20	2.715,00
MG	312980	Ibirité	99	5.019,30	95.366,70	46.587,19
MG	312990	Ibitiúra de Minas	2	101,40	1.926,60	707,20
MG	313000	Ibituruna	2	101,40	1.926,60	603,60
MG	313005	Icaraí de Minas	4	202,80	3.853,20	2.367,00
MG	313010	Igarapé	18	912,60	17.339,40	9.596,30
MG	313020	Igaratinga	4	202,80	3.853,20	2.109,40
MG	313030	Iguatama	4	202,80	3.853,20	1.642,60
MG	313040	Ijaci	3	152,10	2.889,90	1.292,00
MG	313050	Ilicínea	5	253,50	4.816,50	2.471,60
MG	313055	Imbé de Minas	3	152,10	2.889,90	1.379,80
MG	313060	Inconfidentes	0	0,00	0,00	2.942,40
MG	313065	Indaiabira	3	152,10	2.889,90	1.505,60
MG	313070	Indianópolis	3	152,10	2.889,90	1.361,20
MG	313080	Ingaí	0	0,00	0,00	1.114,00
MG	313090	Inhapim	5	253,50	4.816,50	5.136,30
MG	313100	Inhaúma	3	152,10	2.889,90	1.248,00
MG	313110	Inimutaba	4	202,80	3.853,20	1.497,80
MG	313115	Ipaba	2	101,40	1.926,60	5.423,40
MG	313120	Ipanema	10	507,00	9.633,00	3.947,20
MG	313130	Ipatinga	123	6.236,10	118.485,90	58.770,68
MG	313140	Ipiaçu	2	101,40	1.926,60	857,00
MG	313150	Ipuiúna	1	50,70	963,30	3.086,70
MG	313160	Iraí de Minas	3	152,10	2.889,90	1.393,80
MG	313170	Itabira	57	2.889,90	54.908,10	26.839,13
MG	313180	Itabirinha	0	0,00	0,00	4.599,20
MG	313190	Itabirito	22	1.115,40	21.192,60	10.163,20
MG	313200	Itacambira	2	101,40	1.926,60	1.074,80
MG	313210	Itacarambi	6	304,20	5.779,80	3.688,60
MG	313220	Itaguara	5	253,50	4.816,50	3.110,10
MG	313230	Itaipé	0	0,00	0,00	5.090,00
MG	313240	Itajubá	0	0,00	0,00	38.800,00
MG	313250	Itamarandiba	7	354,90	6.743,10	7.121,30
MG	313260	Itamarati de Minas	2	101,40	1.926,60	872,40
MG	313270	Itambacuri	0	0,00	0,00	9.454,80
MG	313280	Itambé do Mato Dentro	0	0,00	0,00	912,40
MG	313290	Itamogi	3	152,10	2.889,90	2.114,40
MG	313300	Itamonte	1	50,70	963,30	5.193,10
MG	313310	Itanhandu	7	354,90	6.743,10	3.058,00
MG	313320	Itanhomi	5	253,50	4.816,50	2.478,80
MG	313330	Itaobim	0	0,00	0,00	8.627,60
MG	313340	Itapagipe	6	304,20	5.779,80	3.008,20
MG	313350	Itapecerica	10	507,00	9.633,00	4.431,60
MG	313360	Itapeva	3	152,10	2.889,90	1.923,60
MG	313370	Itatiaiuçu	3	152,10	2.889,90	2.561,77
MG	313375	Itaú de Minas	8	405,60	7.706,40	3.216,40
MG	313380	Itaúna	21	1.064,70	20.229,30	18.539,20
MG	313390	Itaverava	1	50,70	963,30	1.369,90
MG	313400	Itinga	1	50,70	963,30	5.095,50
MG	313410	Itueta	3	152,10	2.889,90	1.224,00
MG	313420	Ituiutaba	38	1.926,60	36.605,40	20.905,20
MG	313430	Itumirim	2	101,40	1.926,60	1.252,60
MG	313440	Iturama	0	0,00	0,00	15.393,60
MG	313450	Itutinga	2	101,40	1.926,60	795,20
MG	313460	Jaboticatubas	6	304,20	5.779,80	4.560,50
MG	313470	Jacinto	2	101,40	1.926,60	3.097,80
MG	313480	Jacuí	3	152,10	2.889,90	1.561,80

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	313490	Jacutinga	10	507,00	9.633,00	5.090,60
MG	313500	Jaguaraçu	0	0,00	0,00	1.263,20
MG	313505	Jaíba	11	557,70	10.596,30	7.587,80
MG	313507	Jampruca	3	152,10	2.889,90	1.082,80
MG	313510	Janaúba	38	1.926,60	36.605,40	15.076,99
MG	313520	Januária	20	1.014,00	19.266,00	13.716,80
MG	313530	Japaraíba	2	101,40	1.926,60	861,60
MG	313535	Japonvar	3	152,10	2.889,90	1.736,60
MG	313540	Jeceaba	2	101,40	1.926,60	1.077,40
MG	313545	Jenipapo de Minas	3	152,10	2.889,90	1.534,40
MG	313550	Jequeri	0	0,00	0,00	5.216,40
MG	313560	Jequitaí	4	202,80	3.853,20	1.613,80
MG	313570	Jequitibá	2	101,40	1.926,60	1.063,80
MG	313580	Jequitinhonha	11	557,70	10.596,30	5.112,00
MG	313590	Jesuânia	2	101,40	1.926,60	979,80
MG	313600	Joaíma	6	304,20	5.779,80	3.126,80
MG	313610	Joanésia	3	152,10	2.889,90	1.061,00
MG	313620	João Monlevade	31	1.571,70	29.862,30	15.918,00
MG	313630	João Pinheiro	24	1.216,80	23.119,20	9.750,20
MG	313640	Joaquim Felício	2	101,40	1.926,60	933,80
MG	313650	Jordânia	0	0,00	0,00	4.360,40
MG	313652	José Gonçalves de Minas	1	50,70	963,30	931,20
MG	313655	José Raydan	2	101,40	1.926,60	978,80
MG	313657	Josenópolis	2	101,40	1.926,60	975,40
MG	313660	Nova União	0	0,00	0,00	2.708,53
MG	313665	Juatuba	10	507,00	9.633,00	6.037,27
MG	313670	Juiz de Fora	205	10.393,50	197.476,50	126.848,03
MG	313680	Juramento	2	101,40	1.926,60	871,60
MG	313690	Juruaia	0	0,00	0,00	4.136,40
MG	313695	Juvenília	3	152,10	2.889,90	1.172,60
MG	313700	Ladainha	4	202,80	3.853,20	3.630,40
MG	313710	Lagamar	4	202,80	3.853,20	1.560,40
MG	313720	Lagoa da Prata	25	1.267,50	24.082,50	10.240,80
MG	313730	Lagoa dos Patos	2	101,40	1.926,60	859,60
MG	313740	Lagoa Dourada	4	202,80	3.853,20	2.611,20
MG	313750	Lagoa Formosa	8	405,60	7.706,40	3.635,00
MG	313753	Lagoa Grande	5	253,50	4.816,50	1.888,00
MG	313760	Lagoa Santa	0	0,00	0,00	28.817,60
MG	313770	Lajinha	7	354,90	6.743,10	4.060,20
MG	313780	Lambari	4	202,80	3.853,20	4.494,80
MG	313790	Lamim	0	0,00	0,00	1.409,60
MG	313800	Laranjal	3	152,10	2.889,90	1.370,40
MG	313810	Lassance	3	152,10	2.889,90	1.332,80
MG	313820	Lavras	48	2.433,60	46.238,40	20.424,80
MG	313830	Leandro Ferreira	2	101,40	1.926,60	660,00
MG	313835	Leme do Prado	1	50,70	963,30	1.035,90
MG	313840	Leopoldina	24	1.216,80	23.119,20	10.670,80
MG	313850	Liberdade	2	101,40	1.926,60	1.080,20
MG	313860	Lima Duarte	0	0,00	0,00	6.764,00
MG	313862	Limeira do Oeste	1	50,70	963,30	2.031,50
MG	313865	Lontra	3	152,10	2.889,90	1.808,80
MG	313867	Luisburgo	3	152,10	2.889,90	1.281,80
MG	313868	Luislândia	3	152,10	2.889,90	1.351,20
MG	313870	Luminárias	2	101,40	1.926,60	1.114,40
MG	313880	Luz	10	507,00	9.633,00	3.680,00
MG	313890	Machacalis	0	0,00	0,00	2.894,80
MG	313900	Machado	4	202,80	3.853,20	12.914,80
MG	313910	Madre de Deus de Minas	0	0,00	0,00	2.061,20
MG	313920	Malacacheta	6	304,20	5.779,80	3.845,60
MG	313925	Mamonas	3	152,10	2.889,90	1.324,80
MG	313930	Manga	7	354,90	6.743,10	3.979,60
MG	313940	Manhuaçu	27	1.368,90	26.009,10	17.716,00
MG	313950	Manhumirim	4	202,80	3.853,20	5.260,40
MG	313960	Mantena	11	557,70	10.596,30	5.626,40
MG	313970	Maravilhas	3	152,10	2.889,90	1.575,20
MG	313980	Mar de Espanha	3	152,10	2.889,90	2.548,60
MG	313990	Maria da Fé	0	0,00	0,00	5.820,40
MG	314000	Mariana	1	50,70	963,30	22.979,50
MG	314010	Marilac	1	50,70	963,30	859,40
MG	314015	Mário Campos	0	0,00	0,00	6.994,40
MG	314020	Maripá de Minas	1	50,70	963,30	595,80
MG	314030	Marliéria	1	50,70	963,30	825,80
MG	314040	Marmelópolis	0	0,00	0,00	1.191,60
MG	314050	Martinho Campos	8	405,60	7.706,40	2.687,20
MG	314053	Martins Soares	0	0,00	0,00	3.268,80
MG	314055	Mata Verde	0	0,00	0,00	3.415,60
MG	314060	Materlândia	2	101,40	1.926,60	934,60
MG	314070	Mateus Leme	11	557,70	10.596,30	7.158,20
MG	314080	Matias Barbosa	2	101,40	1.926,60	3.853,00
MG	314085	Matias Cardoso	4	202,80	3.853,20	2.199,80
MG	314090	Matipó	0	0,00	0,00	7.565,60
MG	314100	Mato Verde	5	253,50	4.816,50	2.589,40
MG	314110	Matozinhos	17	861,90	16.376,10	8.713,60
MG	314120	Matutina	2	101,40	1.926,60	771,20
MG	314130	Medeiros	2	101,40	1.926,60	753,00
MG	314140	Medina	1	50,70	963,30	7.641,90
MG	314150	Mendes Pimentel	3	152,10	2.889,90	1.312,80
MG	314160	Mercês	0	0,00	0,00	4.347,20
MG	314170	Mesquita	3	152,10	2.889,90	1.216,80
MG	314180	Minas Novas	3	152,10	2.889,90	9.913,70
MG	314190	Minduri	1	50,70	963,30	794,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	314200	Mirabela	5	253,50	4.816,50	2.745,20
MG	314210	Miradouro	0	0,00	0,00	4.334,80
MG	314220	Miraí	6	304,20	5.779,80	2.989,20
MG	314225	Miravânia	1	50,70	963,30	990,70
MG	314230	Moeda	2	101,40	1.926,60	991,40
MG	314240	Moema	4	202,80	3.853,20	1.505,00
MG	314250	Monjolos	2	101,40	1.926,60	475,80
MG	314260	Monsenhor Paulo	4	202,80	3.853,20	1.742,20
MG	314270	Montalvânia	6	304,20	5.779,80	3.194,80
MG	314280	Monte Alegre de Minas	5	253,50	4.816,50	4.219,00
MG	314290	Monte Azul	6	304,20	5.779,80	4.443,60
MG	314300	Monte Belo	5	253,50	4.816,50	2.690,60
MG	314310	Monte Carmelo	22	1.115,40	21.192,60	9.649,60
MG	314315	Monte Formoso	0	0,00	0,00	1.974,40
MG	314320	Monte Santo de Minas	5	253,50	4.816,50	4.389,80
MG	314330	Montes Claros	212	10.748,40	204.219,60	90.456,08
MG	314340	Monte Sião	5	253,50	4.816,50	4.688,80
MG	314345	Montezuma	3	152,10	2.889,90	1.633,60
MG	314350	Morada Nova de Minas	4	202,80	3.853,20	1.772,00
MG	314360	Morro da Garça	2	101,40	1.926,60	533,80
MG	314370	Morro do Pilar	2	101,40	1.926,60	684,20
MG	314380	Munhoz	1	50,70	963,30	1.577,10
MG	314390	Muriaé	44	2.230,80	42.385,20	24.420,83
MG	314400	Mutum	8	405,60	7.706,40	5.505,60
MG	314410	Muzambinho	10	507,00	9.633,00	4.205,20
MG	314420	Nacip Raydan	2	101,40	1.926,60	654,80
MG	314430	Nanuque	21	1.064,70	20.229,30	8.375,20
MG	314435	Naque	0	0,00	0,00	2.772,00
MG	314437	Natalândia	2	101,40	1.926,60	676,40
MG	314440	Natércia	0	0,00	0,00	1.928,00
MG	314450	Nazareno	0	0,00	0,00	3.433,20
MG	314460	Nepomuceno	10	507,00	9.633,00	5.410,60
MG	314465	Ninheira	3	152,10	2.889,90	2.075,00
MG	314467	Nova Belém	2	101,40	1.926,60	732,40
MG	314470	Nova Era	8	405,60	7.706,40	3.600,40
MG	314480	Nova Lima	49	2.484,30	47.201,70	21.508,20
MG	314490	Nova Módica	2	101,40	1.926,60	766,00
MG	314500	Nova Ponte	7	354,90	6.743,10	2.986,80
MG	314505	Nova Porteirinha	3	152,10	2.889,90	1.529,60
MG	314510	Nova Resende	6	304,20	5.779,80	3.329,00
MG	314520	Nova Serrana	2	101,40	1.926,60	35.945,80
MG	314530	Novo Cruzeiro	5	253,50	4.816,50	7.937,10
MG	314535	Novo Oriente de Minas	4	202,80	3.853,20	2.173,80
MG	314537	Novorizonte	1	50,70	963,30	1.159,90
MG	314540	Olaria	1	50,70	963,30	391,40
MG	314545	Olhos-d'Água	3	152,10	2.889,90	1.188,60
MG	314550	Olímpio Noronha	0	0,00	0,00	1.105,20
MG	314560	Oliveira	19	963,30	18.302,70	8.381,40
MG	314570	Oliveira Fortes	0	0,00	0,00	872,80
MG	314580	Onça de Pitangui	0	0,00	0,00	1.276,80
MG	314585	Oratórios	1	50,70	963,30	942,00
MG	314587	Orizânia	1	50,70	963,30	2.216,30
MG	314590	Ouro Branco	16	811,20	15.412,80	7.787,00
MG	314600	Ouro Fino	0	0,00	0,00	13.486,40
MG	314610	Ouro Preto	28	1.419,60	26.972,40	14.931,80
MG	314620	Ouro Verde de Minas	3	152,10	2.889,90	1.229,60
MG	314625	Padre Carvalho	3	152,10	2.889,90	1.267,60
MG	314630	Padre Paraíso	3	152,10	2.889,90	5.180,90
MG	314640	Paineiras	3	152,10	2.889,90	941,60
MG	314650	Pains	4	202,80	3.853,20	1.678,20
MG	314655	Pai Pedro	3	152,10	2.889,90	1.236,80
MG	314660	Paiva	0	0,00	0,00	636,00
MG	314670	Palma	3	152,10	2.889,90	1.350,60
MG	314675	Palmópolis	0	0,00	0,00	2.691,84
MG	314690	Papagaios	0	0,00	0,00	6.206,40
MG	314700	Paracatu	0	0,00	0,00	36.954,40
MG	314710	Pará de Minas	6	304,20	5.779,80	31.315,80
MG	314720	Paraguaçu	10	507,00	9.633,00	4.316,60
MG	314730	Paraisópolis	2	101,40	1.926,60	6.466,60
MG	314740	Paraopeba	0	0,00	0,00	9.770,80
MG	314750	Passabém	0	0,00	0,00	710,40
MG	314760	Passa Quatro	1	50,70	963,30	5.624,70
MG	314770	Passa Tempo	4	202,80	3.853,20	1.675,40
MG	314780	Passa-Vinte	0	0,00	0,00	848,40
MG	314790	Passos	54	2.737,80	52.018,20	25.753,05
MG	314795	Patis	2	101,40	1.926,60	1.195,20
MG	314800	Patos de Minas	14	709,80	13.486,20	54.415,65
MG	314810	Patrocínio	32	1.622,40	30.825,60	17.996,60
MG	314820	Patrocínio do Muriaé	0	0,00	0,00	2.272,00
MG	314830	Paula Cândido	0	0,00	0,00	3.879,20
MG	314840	Paulistas	2	101,40	1.926,60	1.004,00
MG	314850	Pavão	0	0,00	0,00	3.508,40
MG	314860	Peçanha	5	253,50	4.816,50	3.574,20
MG	314870	Pedra Azul	5	253,50	4.816,50	5.082,70
MG	314875	Pedra Bonita	2	101,40	1.926,60	1.423,40
MG	314880	Pedra do Anta	1	50,70	963,30	682,80
MG	314890	Pedra do Indaiá	2	101,40	1.926,60	806,80
MG	314900	Pedra Dourada	0	0,00	0,00	980,80
MG	314910	Pedralva	2	101,40	1.926,60	2.746,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	314915	Pedras de Maria da Cruz	3	152,10	2.889,90	2.279,20
MG	314920	Pedrinópolis	2	101,40	1.926,60	734,40
MG	314930	Pedro Leopoldo	0	0,00	0,00	34.312,38
MG	314940	Pedro Teixeira	0	0,00	0,00	737,20
MG	314950	Pequeri	2	101,40	1.926,60	669,40
MG	314960	Pequi	2	101,40	1.926,60	879,00
MG	314970	Perdigão	4	202,80	3.853,20	2.169,20
MG	314980	Perdizes	6	304,20	5.779,80	3.185,00
MG	314990	Perdões	10	507,00	9.633,00	4.288,80
MG	314995	Periquito	1	50,70	963,30	1.896,70
MG	315000	Pescador	0	0,00	0,00	1.724,40
MG	315010	Piau	2	101,40	1.926,60	577,40
MG	315015	Piedade de Caratinga	3	152,10	2.889,90	1.649,40
MG	315020	Piedade de Ponte Nova	0	0,00	0,00	1.685,20
MG	315030	Piedade do Rio Grande	1	50,70	963,30	953,20
MG	315040	Piedade dos Gerais	1	50,70	963,30	1.029,10
MG	315050	Pimenta	2	101,40	1.926,60	1.744,00
MG	315053	Pingo-d'Água	3	152,10	2.889,90	974,60
MG	315057	Pintópolis	2	101,40	1.926,60	1.517,00
MG	315060	Piracema	0	0,00	0,00	2.630,00
MG	315070	Pirajuba	3	152,10	2.889,90	1.158,00
MG	315080	Piranga	4	202,80	3.853,20	3.583,60
MG	315090	Piranguçu	1	50,70	963,30	1.242,30
MG	315100	Piranguinho	1	50,70	963,30	2.475,50
MG	315110	Pirapetinga	0	0,00	0,00	4.350,40
MG	315120	Pirapora	7	354,90	6.743,10	15.939,30
MG	315130	Piraúba	5	253,50	4.816,50	2.224,60
MG	315140	Pitangui	11	557,70	10.596,30	5.541,20
MG	315150	Piumhi	17	861,90	16.376,10	6.905,00
MG	315160	Planura	6	304,20	5.779,80	2.359,20
MG	315170	Poço Fundo	6	304,20	5.779,80	3.380,60
MG	315180	Poços de Caldas	76	3.853,20	73.210,80	37.369,13
MG	315190	Pocrane	0	0,00	0,00	3.620,00
MG	315200	Pompéu	1	50,70	963,30	11.681,50
MG	315210	Ponte Nova	29	1.470,30	27.935,70	12.072,20
MG	315213	Ponto Chique	2	101,40	1.926,60	851,80
MG	315217	Ponto dos Volantes	4	202,80	3.853,20	2.427,60
MG	315220	Porteirinha	12	608,40	11.559,60	7.748,20
MG	315230	Porto Firme	4	202,80	3.853,20	2.249,00
MG	315240	Poté	5	253,50	4.816,50	3.328,20
MG	315250	Pouso Alegre	45	2.281,50	43.348,50	33.105,83
MG	315260	Pouso Alto	3	152,10	2.889,90	1.258,20
MG	315270	Prados	3	152,10	2.889,90	1.804,20
MG	315280	Prata	12	608,40	11.559,60	5.559,20
MG	315290	Pratápolis	4	202,80	3.853,20	1.795,00
MG	315300	Pratinha	2	101,40	1.926,60	713,80
MG	315310	Presidente Bernardes	2	101,40	1.926,60	1.126,00
MG	315320	Presidente Juscelino	0	0,00	0,00	1.571,20
MG	315330	Presidente Kubitschek	0	0,00	0,00	1.224,40
MG	315340	Presidente Olegário	8	405,60	7.706,40	3.919,80
MG	315350	Alto Jequitibá	3	152,10	2.889,90	1.707,00
MG	315360	Prudente de Morais	5	253,50	4.816,50	2.115,40
MG	315370	Quartel Geral	0	0,00	0,00	1.422,80
MG	315380	Queluzito	0	0,00	0,00	783,20
MG	315390	Raposos	0	0,00	0,00	7.648,66
MG	315400	Raul Soares	8	405,60	7.706,40	4.884,60
MG	315410	Recreio	5	253,50	4.816,50	2.139,40
MG	315415	Reduto	0	0,00	0,00	2.846,80
MG	315420	Resende Costa	4	202,80	3.853,20	2.313,80
MG	315430	Resplendor	7	354,90	6.743,10	3.543,00
MG	315440	Ressaquinha	2	101,40	1.926,60	986,12
MG	315445	Riachinho	3	152,10	2.889,90	1.658,00
MG	315450	Riacho dos Machados	3	152,10	2.889,90	1.934,40
MG	315460	Ribeirão das Neves	185	9.379,50	178.210,50	93.728,24
MG	315470	Ribeirão Vermelho	0	0,00	0,00	1.623,20
MG	315480	Rio Acima	5	253,50	4.816,50	2.362,03
MG	315490	Rio Casca	0	0,00	0,00	5.750,40
MG	315500	Rio Doce	2	101,40	1.926,60	524,60
MG	315510	Rio do Prado	1	50,70	963,30	1.169,90
MG	315520	Rio Espera	2	101,40	1.926,60	1.209,00
MG	315530	Rio Manso	3	152,10	2.889,90	1.347,27
MG	315540	Rio Novo	4	202,80	3.853,20	1.816,80
MG	315550	Rio Paranaíba	5	253,50	4.816,50	2.492,40
MG	315560	Rio Pardo de Minas	7	354,90	6.743,10	6.203,20
MG	315570	Rio Piracicaba	4	202,80	3.853,20	2.924,80
MG	315580	Rio Pomba	7	354,90	6.743,10	3.612,20
MG	315590	Rio Preto	0	0,00	0,00	2.217,60
MG	315600	Rio Vermelho	4	202,80	3.853,20	2.751,00
MG	315610	Ritápolis	0	0,00	0,00	1.982,00
MG	315620	Rochedo de Minas	1	50,70	963,30	458,60
MG	315630	Rodeiro	3	152,10	2.889,90	1.571,40
MG	315640	Romaria	1	50,70	963,30	734,20
MG	315645	Rosário da Limeira	0	0,00	0,00	1.832,00
MG	315650	Rubelita	3	152,10	2.889,90	1.485,60
MG	315660	Rubim	5	253,50	4.816,50	2.075,40
MG	315670	Sabará	21	1.064,70	20.229,30	48.887,76
MG	315680	Sabinópolis	5	253,50	4.816,50	3.208,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	315690	Sacramento	12	608,40	11.559,60	5.199,60
MG	315700	Salinas	15	760,50	14.449,50	8.335,60
MG	315710	Salto da Divisa	0	0,00	0,00	2.850,80
MG	315720	Santa Bárbara	10	507,00	9.633,00	7.161,00
MG	315725	Santa Bárbara do Leste	0	0,00	0,00	3.272,00
MG	315727	Santa Bárbara do Monte Verde	0	0,00	0,00	1.238,40
MG	315730	Santa Bárbara do Tugúrio	0	0,00	0,00	1.858,40
MG	315733	Santa Cruz de Minas	4	202,80	3.853,20	1.709,40
MG	315737	Santa Cruz de Salinas	0	0,00	0,00	1.773,60
MG	315740	Santa Cruz do Escalvado	1	50,70	963,30	1.056,70
MG	315750	Santa Efigênia de Minas	1	50,70	963,30	932,20
MG	315760	Santa Fé de Minas	1	50,70	963,30	806,80
MG	315765	Santa Helena de Minas	3	152,10	2.889,90	1.282,00
MG	315770	Santa Juliana	1	50,70	963,30	4.388,70
MG	315780	Santa Luzia	0	0,00	0,00	113.096,78
MG	315790	Santa Margarida	2	101,40	1.926,60	4.542,60
MG	315800	Santa Maria de Itabira	4	202,80	3.853,20	2.201,40
MG	315810	Santa Maria do Salto	0	0,00	0,00	2.162,40
MG	315820	Santa Maria do Suaçuí	6	304,20	5.779,80	2.979,20
MG	315830	Santana da Vargem	3	152,10	2.889,90	1.475,80
MG	315840	Santana de Cataguases	0	0,00	0,00	1.550,40
MG	315850	Santana de Pirapama	3	152,10	2.889,90	1.621,20
MG	315860	Santana do Deserto	2	101,40	1.926,60	806,40
MG	315870	Santana do Garambéu	1	50,70	963,30	487,20
MG	315880	Santana do Jacaré	0	0,00	0,00	1.944,40
MG	315890	Santana do Manhuaçu	0	0,00	0,00	3.541,20
MG	315895	Santana do Paraíso	12	608,40	11.559,60	6.565,60
MG	315900	Santana do Riacho	1	50,70	963,30	860,20
MG	315910	Santana dos Montes	2	101,40	1.926,60	781,60
MG	315920	Santa Rita de Caldas	4	202,80	3.853,20	1.847,80
MG	315930	Santa Rita de Jacutinga	1	50,70	963,30	1.072,70
MG	315935	Santa Rita de Minas	2	101,40	1.926,60	1.429,80
MG	315940	Santa Rita de Ibitipoca	0	0,00	0,00	1.451,20
MG	315950	Santa Rita do Itueto	3	152,10	2.889,90	1.156,40
MG	315960	Santa Rita do Sapucaí	3	152,10	2.889,90	14.039,70
MG	315970	Santa Rosa da Serra	1	50,70	963,30	677,20
MG	315980	Santa Vitória	7	354,90	6.743,10	3.929,20
MG	315990	Santo Antônio do Amparo	8	405,60	7.706,40	3.710,60
MG	316000	Santo Antônio do Aventureiro	2	101,40	1.926,60	733,60
MG	316010	Santo Antônio do Grama	0	0,00	0,00	1.655,20
MG	316020	Santo Antônio do Itambé	1	50,70	963,30	830,20
MG	316030	Santo Antônio do Jacinto	0	0,00	0,00	4.816,80
MG	316040	Santo Antônio do Monte	12	608,40	11.559,60	5.623,00
MG	316045	Santo Antônio do Retiro	3	152,10	2.889,90	1.467,80
MG	316050	Santo Antônio do Rio Abaixo	0	0,00	0,00	728,00
MG	316060	Santo Hipólito	2	101,40	1.926,60	655,20
MG	316070	Santos Dumont	20	1.014,00	19.266,00	9.512,20
MG	316080	São Bento Abade	3	152,10	2.889,90	1.031,80
MG	316090	São Brás do Suaçuí	2	101,40	1.926,60	749,40
MG	316095	São Domingos das Dores	3	152,10	2.889,90	1.139,40
MG	316100	São Domingos do Prata	5	253,50	4.816,50	3.562,20
MG	316105	São Félix de Minas	2	101,40	1.926,60	693,40
MG	316110	São Francisco	20	1.014,00	19.266,00	11.834,38
MG	316120	São Francisco de Paula	1	50,70	963,30	1.705,90
MG	316130	São Francisco de Sales	1	50,70	963,30	1.526,30
MG	316140	São Francisco do Glória	3	152,10	2.889,90	1.042,20
MG	316150	São Geraldo	4	202,80	3.853,20	2.381,00
MG	316160	São Geraldo da Piedade	2	101,40	1.926,60	874,40
MG	316165	São Geraldo do Baixio	2	101,40	1.926,60	784,00
MG	316170	São Gonçalo do Abaeté	0	0,00	0,00	2.759,20
MG	316180	São Gonçalo do Pará	4	202,80	3.853,20	2.397,00
MG	316190	São Gonçalo do Rio Abaixo	2	101,40	1.926,60	2.382,60
MG	316200	São Gonçalo do Sapucaí	0	0,00	0,00	10.206,80
MG	316210	São Gotardo	4	202,80	3.853,20	10.153,20
MG	316220	São João Batista do Glória	4	202,80	3.853,20	1.486,20
MG	316225	São João da Lagoa	2	101,40	1.926,60	988,40
MG	316230	São João da Mata	1	50,70	963,30	562,20
MG	316240	São João da Ponte	5	253,50	4.816,50	5.567,90
MG	316245	São João das Missões	4	202,80	3.853,20	2.572,40
MG	316250	São João del Rei	44	2.230,80	42.385,20	18.052,60
MG	316255	São João do Manhuaçu	2	101,40	1.926,60	2.620,20
MG	316257	São João do Manteninha	3	152,10	2.889,90	1.151,80
MG	316260	São João do Oriente	4	202,80	3.853,20	1.592,80
MG	316265	São João do Pacuí	2	101,40	1.926,60	879,20
MG	316270	São João do Paraíso	5	253,50	4.816,50	4.745,80
MG	316280	São João Evangelista	0	0,00	0,00	6.433,20
MG	316290	São João Nepomuceno	13	659,10	12.522,90	5.307,60
MG	316292	São Joaquim de Bicas	12	608,40	11.559,60	7.037,33
MG	316294	São José da Barra	3	152,10	2.889,90	1.474,80
MG	316295	São José da Lapa	8	405,60	7.706,40	5.345,67
MG	316300	São José da Safira	2	101,40	1.926,60	860,60
MG	316310	São José da Varginha	0	0,00	0,00	1.933,60
MG	316320	São José do Alegre	0	0,00	0,00	1.691,20
MG	316330	São José do Divino	0	0,00	0,00	1.578,40
MG	316340	São José do Goiabal	2	101,40	1.926,60	1.143,40
MG	316350	São José do Jacuri	3	152,10	2.889,90	1.338,80
MG	316360	São José do Mantimento	0	0,00	0,00	1.114,80
MG	316370	São Lourenço	21	1.064,70	20.229,30	9.091,40
MG	316380	São Miguel do Anta	2	101,40	1.926,60	1.409,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	316390	São Pedro da União	2	101,40	1.926,60	1.010,80
MG	316400	São Pedro dos Ferros	3	152,10	2.889,90	1.679,40
MG	316410	São Pedro do Suaçuí	2	101,40	1.926,60	1.123,20
MG	316420	São Romão	0	0,00	0,00	4.756,80
MG	316430	São Roque de Minas	0	0,00	0,00	2.836,80
MG	316440	São Sebastião da Bela Vista	1	50,70	963,30	1.211,90
MG	316443	São Sebastião da Vargem Alegre	0	0,00	0,00	1.202,40
MG	316447	São Sebastião do Anta	2	101,40	1.926,60	1.283,80
MG	316450	São Sebastião do Maranhão	0	0,00	0,00	4.296,00
MG	316460	São Sebastião do Oeste	2	101,40	1.926,60	1.317,80
MG	316470	São Sebastião do Paraíso	34	1.723,80	32.752,20	14.106,60
MG	316480	São Sebastião do Rio Preto	0	0,00	0,00	648,80
MG	316490	São Sebastião do Rio Verde	1	50,70	963,30	449,80
MG	316500	São Tiago	5	253,50	4.816,50	2.214,60
MG	316510	São Tomás de Aquino	4	202,80	3.853,20	1.451,40
MG	316520	São Thomé das Letras	0	0,00	0,00	2.842,40
MG	316530	São Vicente de Minas	2	101,40	1.926,60	1.534,40
MG	316540	Sapucaí-Mirim	0	0,00	0,00	2.740,00
MG	316550	Sardoá	0	0,00	0,00	2.479,20
MG	316553	Sarzedo	17	861,90	16.376,10	7.241,97
MG	316555	Setubinha	3	152,10	2.889,90	2.412,00
MG	316556	Sem-Peixe	0	0,00	0,00	1.142,40
MG	316557	Senador Amaral	2	101,40	1.926,60	1.087,80
MG	316560	Senador Cortes	0	0,00	0,00	819,60
MG	316570	Senador Firmino	3	152,10	2.889,90	1.558,40
MG	316580	Senador José Bento	1	50,70	963,30	360,80
MG	316590	Senador Modestino Gonçalves	2	101,40	1.926,60	912,80
MG	316600	Senhora de Oliveira	1	50,70	963,30	1.393,50
MG	316610	Senhora do Porto	2	101,40	1.926,60	720,40
MG	316620	Senhora dos Remédios	0	0,00	0,00	4.248,80
MG	316630	Sericita	0	0,00	0,00	2.973,60
MG	316640	Seritinga	0	0,00	0,00	749,60
MG	316650	Serra Azul de Minas	0	0,00	0,00	1.748,80
MG	316660	Serra da Saudade	1	50,70	963,30	165,00
MG	316670	Serra dos Aimorés	4	202,80	3.853,20	1.761,80
MG	316680	Serra do Salitre	5	253,50	4.816,50	2.298,20
MG	316690	Serrania	2	101,40	1.926,60	1.562,40
MG	316695	Serranópolis de Minas	2	101,40	1.926,60	953,80
MG	316700	Serranos	0	0,00	0,00	814,80
MG	316710	Serro	0	0,00	0,00	8.574,00
MG	316720	Sete Lagoas	0	0,00	0,00	106.302,60
MG	316730	Silveirânia	2	101,40	1.926,60	458,40
MG	316740	Silvianópolis	1	50,70	963,30	1.562,30
MG	316750	Simão Pereira	1	50,70	963,30	530,20
MG	316760	Simonésia	0	0,00	0,00	7.853,20
MG	316770	Sobrália	3	152,10	2.889,90	1.179,40
MG	316780	Soledade de Minas	1	50,70	963,30	1.489,10
MG	316790	Tabuleiro	0	0,00	0,00	1.634,00
MG	316800	Taiobeiras	13	659,10	12.522,90	6.764,80
MG	316805	Taparuba	2	101,40	1.926,60	642,00
MG	316810	Tapira	0	0,00	0,00	1.860,00
MG	316820	Tapiraí	2	101,40	1.926,60	384,60
MG	316830	Taquaraçu de Minas	1	50,70	963,30	950,83
MG	316840	Tarumirim	4	202,80	3.853,20	2.935,40
MG	316850	Teixeiras	0	0,00	0,00	4.734,40
MG	316860	Teófilo Otoni	68	3.447,60	65.504,40	31.935,15
MG	316870	Timóteo	45	2.281,50	43.348,50	19.083,11
MG	316880	Tiradentes	3	152,10	2.889,90	1.561,40
MG	316890	Tiros	1	50,70	963,30	1.818,70
MG	316900	Tocantins	7	354,90	6.743,10	3.353,20
MG	316905	Tocos do Moji	0	0,00	0,00	1.658,80
MG	316910	Toledo	1	50,70	963,30	1.529,50
MG	316920	Tombos	4	202,80	3.853,20	1.864,20
MG	316930	Três Corações	17	861,90	16.376,10	15.799,80
MG	316935	Três Marias	1	50,70	963,30	11.711,50
MG	316940	Três Pontas	11	557,70	10.596,30	12.242,50
MG	316950	Tumiritinga	4	202,80	3.853,20	1.347,80
MG	316960	Tupaciguara	14	709,80	13.486,20	5.107,60
MG	316970	Turmalina	7	354,90	6.743,10	3.952,40
MG	316980	Turvolândia	0	0,00	0,00	2.010,00
MG	316990	Ubá	21	1.064,70	20.229,30	30.755,70
MG	317000	Ubaí	4	202,80	3.853,20	2.506,20
MG	317005	Ubaporanga	0	0,00	0,00	5.048,80
MG	317010	Uberaba	164	8.314,80	157.981,20	73.861,20
MG	317020	Uberlândia	0	0,00	0,00	304.475,85
MG	317030	Umburatiba	2	101,40	1.926,60	549,20
MG	317040	Unaí	40	2.028,00	38.532,00	16.796,00
MG	317043	União de Minas	0	0,00	0,00	1.799,20
MG	317047	Uruana de Minas	0	0,00	0,00	1.335,20
MG	317050	Urucânia	1	50,70	963,30	3.272,30
MG	317052	Urucuia	4	202,80	3.853,20	3.219,00
MG	317057	Vargem Alegre	3	152,10	2.889,90	1.327,00
MG	317060	Vargem Bonita	0	0,00	0,00	886,40
MG	317065	Vargem Grande do Rio Pardo	2	101,40	1.926,60	1.006,40
MG	317070	Varginha	65	3.295,50	62.614,50	30.231,90

MG	317075	Varjão de Minas	3	152,10	2.889,90	1.389,40
MG	317080	Várzea da Palma	21	1.064,70	20.229,30	7.825,60
MG	317090	Varzelândia	5	253,50	4.816,50	3.944,60
MG	317100	Vazante	0	0,00	0,00	8.313,60
MG	317103	Verdelândia	3	152,10	2.889,90	1.844,00
MG	317107	Veredinha	3	152,10	2.889,90	1.159,60
MG	317110	Veríssimo	2	101,40	1.926,60	782,20
MG	317115	Vermelho Novo	2	101,40	1.926,60	981,00
MG	317120	Vespasiano	63	3.194,10	60.687,90	29.061,69
MG	317130	Viçosa	0	0,00	0,00	31.352,40
MG	317140	Vieiras	2	101,40	1.926,60	758,00
MG	317150	Mathias Lobato	2	101,40	1.926,60	681,20
MG	317160	Virgem da Lapa	0	0,00	0,00	5.617,20
MG	317170	Virgínia	0	0,00	0,00	3.548,00
MG	317180	Virginópolis	3	152,10	2.889,90	2.166,00
MG	317190	Virgolândia	3	152,10	2.889,90	1.144,00
MG	317200	Visconde do Rio Branco	17	861,90	16.376,10	8.386,40
MG	317210	Volta Grande	3	152,10	2.889,90	1.063,00
MG	317220	Wenceslau Braz	0	0,00	0,00	1.047,60
		Total	6.930	351.351,00	6.675.669,00	8.106.321,48

ANEXO XII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELE-GIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
MS	500000	SES/MS	0	0,00	0,00	239.871,78
MS	500020	Água Clara	4	202,80	3.853,20	5.566,23
MS	500025	Alcinópolis	3	152,10	2.889,90	864,67
MS	500060	Amambai	13	659,10	12.522,90	7.028,00
MS	500070	Anastácio	10	507,00	9.633,00	5.147,49
MS	500080	Anaurilândia	3	152,10	2.889,90	3.822,98
MS	500085	Angélica	5	253,50	4.816,50	1.743,00
MS	500090	Antônio João	4	202,80	3.853,20	1.468,00
MS	500100	Aparecida do Taboado	0	0,00	0,00	10.215,83
MS	500110	Aquidauana	24	1.216,80	23.119,20	11.010,42
MS	500124	Aral Moreira	1	50,70	963,30	2.960,36
MS	500150	Bandeirantes	4	202,80	3.853,20	1.322,91
MS	500190	Bataguassu	9	456,30	8.669,70	4.654,65
MS	500200	Batayporã	2	101,40	1.926,60	1.874,67
MS	500210	Bela Vista	10	507,00	9.633,00	4.055,17
MS	500215	Bodoquena	4	202,80	3.853,20	1.329,83
MS	500220	Bonito	11	557,70	10.596,30	6.628,19
MS	500230	Brasilândia	6	304,20	5.779,80	2.001,40
MS	500240	Caarapó	11	557,70	10.596,30	5.498,07
MS	500260	Camapuã	6	304,20	5.779,80	2.711,24
MS	500270	Campo Grande	231	11.711,70	222.522,30	303.372,08
MS	500280	Caracol	3	152,10	2.889,90	1.103,31
MS	500290	Cassilândia	10	507,00	9.633,00	6.529,07
MS	500295	Chapadão do Sul	8	405,60	7.706,40	3.990,00
MS	500310	Corguinho	1	50,70	963,30	1.525,46
MS	500315	Coronel Sapucaia	5	253,50	4.816,50	2.502,67
MS	500320	Corumbá	51	2.585,70	49.128,30	31.168,51
MS	500325	Costa Rica	1	50,70	963,30	5.756,36
MS	500330	Coxim	14	709,80	13.486,20	7.893,44
MS	500345	Deodápolis	6	304,20	5.779,80	2.128,83
MS	500348	Dois Irmãos do Buriti	4	202,80	3.853,20	1.855,33
MS	500350	Douradina	1	50,70	963,30	1.338,47
MS	500370	Dourados	116	5.881,20	111.742,80	40.859,98
MS	500375	Eldorado	5	253,50	4.816,50	2.037,33
MS	500380	Fátima do Sul	11	557,70	10.596,30	3.210,00
MS	500390	Figueirão	2	101,40	1.926,60	777,64
MS	500400	Glória de Dourados	5	253,50	4.816,50	1.670,83
MS	500410	Guia Lopes da Laguna	4	202,80	3.853,20	1.744,31
MS	500430	Iguatemi	6	304,20	5.779,80	2.639,67
MS	500440	Inocência	4	202,80	3.853,20	1.457,76
MS	500450	Itaporã	8	405,60	7.706,40	3.923,17
MS	500460	Itaquiraí	2	101,40	1.926,60	7.608,36
MS	500470	Ivinhema	11	557,70	10.596,30	4.637,89
MS	500480	Japorã	0	0,00	0,00	2.945,33
MS	500490	Jaraguari	2	101,40	1.926,60	1.169,83
MS	500500	Jardim	15	760,50	14.449,50	5.172,58
MS	500510	Jateí	2	101,40	1.926,60	795,09
MS	500515	Juti	1	50,70	963,30	1.221,03
MS	500520	Ladário	10	507,00	9.633,00	3.765,00
MS	500525	Laguna Carapã	2	101,40	1.926,60	1.229,41
MS	500540	Maracaju	20	1.014,00	19.266,00	7.519,04
MS	500560	Miranda	10	507,00	9.633,00	4.795,38
MS	500568	Mundo Novo	1	50,70	963,30	5.071,03
MS	500570	Naviraí	27	1.368,90	26.009,10	8.864,67
MS	500580	Nioaque	4	202,80	3.853,20	2.509,15
MS	500600	Nova Alvorada do Sul	9	456,30	8.669,70	5.169,94
MS	500620	Nova Andradina	23	1.166,10	22.155,90	10.303,09
MS	500625	Novo Horizonte do Sul	2	101,40	1.926,60	844,67
MS	500627	Paraíso das Águas	1	50,70	963,30	891,67
MS	500630	Paranaíba	18	912,60	17.339,40	9.164,51
MS	500635	Paranhos	2	101,40	1.926,60	2.690,73
MS	500640	Pedro Gomes	0	0,00	0,00	2.686,02
MS	500660	Ponta Porã	23	1.166,10	22.155,90	18.007,44
MS	500690	Porto Murtinho	0	0,00	0,00	5.626,33
MS	500710	Ribas do Rio Pardo	1	50,70	963,30	6.997,03
MS	500720	Rio Brilhante	14	709,80	13.486,20	6.024,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MS	500730	Rio Negro	3	152,10	2.889,90	831,50
MS	500740	Rio Verde de Mato Grosso	8	405,60	7.706,40	6.382,84
MS	500750	Rochedo	0	0,00	0,00	1.786,68
MS	500755	Santa Rita do Pardo	2	101,40	1.926,60	1.593,19
MS	500769	São Gabriel do Oeste	5	253,50	4.816,50	4.968,66
MS	500770	Sete Quedas	6	304,20	5.779,80	1.812,67
MS	500780	Selvíria	4	202,80	3.853,20	1.097,84
MS	500790	Sidrolândia	18	912,60	17.339,40	9.095,83
MS	500793	Sonora	5	253,50	4.816,50	4.267,19
MS	500795	Tacuru	3	152,10	2.889,90	2.026,47
MS	500797	Taquarussu	2	101,40	1.926,60	815,78
MS	500800	Terenos	5	253,50	4.816,50	3.475,83
MS	500830	Três Lagoas	68	3.447,60	65.504,40	23.360,64
MS	500840	Vicentina	3	152,10	2.889,90	1.006,83
		Total	958	48.570,60	922.841,40	935.490,28

ANEXO XIII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELE-GIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
MT	510000	SES/MT	0	0,00	0,00	515.128,30
MT	510010	Acorizal	0	0,00	0,00	2.339,21
MT	510020	Água Boa	0	0,00	0,00	10.475,79
MT	510025	Alta Floresta	20	1.014,00	19.266,00	14.681,94
MT	510030	Alto Araguaia	0	0,00	0,00	7.766,30
MT	510035	Alto Boa Vista	3	152,10	2.889,90	1.891,52
MT	510040	Alto Garças	0	0,00	0,00	4.930,68
MT	510050	Alto Paraguai	0	0,00	0,00	4.669,44
MT	510060	Alto Taquari	5	253,50	4.816,50	2.190,42
MT	510080	Apiacás	5	253,50	4.816,50	3.259,23
MT	510100	Araguaiana	1	50,70	963,30	921,74
MT	510120	Araguainha	0	0,00	0,00	1.725,80
MT	510125	Araputanga	1	50,70	963,30	5.973,10
MT	510130	Arenápolis	5	253,50	4.816,50	2.163,91
MT	510140	Aripuanã	8	405,60	7.706,40	7.076,65
MT	510160	Barão de Melgaço	2	101,40	1.926,60	1.701,32
MT	510170	Barra do Bugres	13	659,10	12.522,90	7.204,49
MT	510180	Barra do Garças	36	1.825,20	34.678,80	12.607,64
MT	510185	Bom Jesus do Araguaia	2	101,40	1.926,60	1.833,01
MT	510190	Brasnorte	6	304,20	5.779,80	5.466,86
MT	510250	Cáceres	39	1.977,30	37.568,70	19.512,19
MT	510260	Campinápolis	4	202,80	3.853,20	3.289,26
MT	510263	Campo Novo do Parecis	13	659,10	12.522,90	7.172,63
MT	510267	Campo Verde	16	811,20	15.412,80	8.537,00
MT	510268	Campos de Júlio	3	152,10	2.889,90	1.908,27
MT	510269	Canabrava do Norte	2	101,40	1.926,60	1.875,33
MT	510270	Canarana	8	405,60	7.706,40	6.576,01
MT	510279	Carlinda	4	202,80	3.853,20	3.223,55
MT	510285	Castanheira	3	152,10	2.889,90	2.473,07
MT	510300	Chapada dos Guimarães	7	354,90	6.743,10	4.072,35
MT	510305	Cláudia	4	202,80	3.853,20	3.671,32
MT	510310	Cocalinho	0	0,00	0,00	4.273,46
MT	510320	Colíder	16	811,20	15.412,80	9.448,23
MT	510325	Colniza	12	608,40	11.559,60	11.403,34
MT	510330	Comodoro	7	354,90	6.743,10	6.812,46
MT	510335	Confresa	10	507,00	9.633,00	10.184,60
MT	510336	Conquista D'Oeste	1	50,70	963,30	1.087,41
MT	510337	Cotriguaçu	0	0,00	0,00	10.934,29
MT	510340	Cuiabá	271	13.739,70	261.054,30	197.989,51
MT	510343	Curvelândia	3	152,10	2.889,90	1.079,39
MT	510345	Denise	4	202,80	3.853,20	1.948,63
MT	510350	Diamantino	9	456,30	8.669,70	4.552,29
MT	510360	Dom Aquino	4	202,80	3.853,20	1.738,91
MT	510370	Feliz Natal	5	253,50	4.816,50	3.934,86
MT	510380	Figueirópolis D'Oeste	1	50,70	963,30	937,25
MT	510385	Gaúcha do Norte	0	0,00	0,00	5.143,36
MT	510390	General Carneiro	2	101,40	1.926,60	1.140,10
MT	510395	Glória D'Oeste	1	50,70	963,30	920,01
MT	510410	Guarantã do Norte	13	659,10	12.522,90	10.349,50
MT	510420	Guiratinga	4	202,80	3.853,20	3.124,44
MT	510450	Indiavaí	1	50,70	963,30	986,81
MT	510452	Ipiranga do Norte	2	101,40	1.926,60	1.533,04
MT	510454	Itanhangá	2	101,40	1.926,60	1.367,36
MT	510455	Itaúba	0	0,00	0,00	3.756,86
MT	510460	Itiquira	4	202,80	3.853,20	2.734,07
MT	510480	Jaciara	16	811,20	15.412,80	5.693,68
MT	510490	Jangada	3	152,10	2.889,90	1.709,41
MT	510500	Jauru	1	50,70	963,30	3.338,86
MT	510510	Juara	7	354,90	6.743,10	15.533,52
MT	510515	Juína	16	811,20	15.412,80	12.566,55
MT	510517	Juruena	4	202,80	3.853,20	4.871,88
MT	510520	Juscimeira	1	50,70	963,30	3.883,16
MT	510523	Lambari D'Oeste	2	101,40	1.926,60	1.258,54
MT	510525	Lucas do Rio Verde	28	1.419,60	26.972,40	17.995,17
MT	510530	Luciara	2	101,40	1.926,60	894,38
MT	510550	Vila Bela da Santíssima Trindade	4	202,80	3.853,20	3.320,90
MT	510558	Marcelândia	5	253,50	4.816,50	5.843,24
MT	510560	Matupá	6	304,20	5.779,80	4.642,50
MT	510562	Mirassol d'Oeste	13	659,10	12.522,90	5.722,54

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MT	510590	Nobres	7	354,90	6.743,10	3.207,60
MT	510600	Nortelândia	3	152,10	2.889,90	1.349,83
MT	510610	Nossa Senhora do Livramento	0	0,00	0,00	5.733,57
MT	510615	Nova Bandeirantes	4	202,80	3.853,20	5.214,63
MT	510617	Nova Nazaré	1	50,70	963,30	1.152,42
MT	510618	Nova Lacerda	3	152,10	2.889,90	1.354,96
MT	510619	Nova Santa Helena	2	101,40	1.926,60	955,48
MT	510620	Nova Brasilândia	3	152,10	2.889,90	956,48
MT	510621	Nova Canaã do Norte	0	0,00	0,00	7.371,43
MT	510622	Nova Mutum	16	811,20	15.412,80	9.108,65
MT	510623	Nova Olímpia	4	202,80	3.853,20	4.469,37
MT	510624	Nova Ubiratã	4	202,80	3.853,20	3.458,81
MT	510625	Nova Xavantina	10	507,00	9.633,00	4.412,27
MT	510626	Novo Mundo	3	152,10	2.889,90	2.553,81
MT	510627	Novo Horizonte do Norte	1	50,70	963,30	1.304,41
MT	510628	Novo São Joaquim	0	0,00	0,00	2.804,96
MT	510629	Paranaíta	3	152,10	2.889,90	3.683,21
MT	510630	Paranatinga	10	507,00	9.633,00	6.820,38
MT	510631	Novo Santo Antônio	0	0,00	0,00	2.095,17
MT	510637	Pedra Preta	4	202,80	3.853,20	3.626,83
MT	510642	Peixoto de Azevedo	13	659,10	12.522,90	9.837,88
MT	510645	Planalto da Serra	1	50,70	963,30	908,88
MT	510650	Poconé	16	811,20	15.412,80	6.892,58
MT	510665	Pontal do Araguaia	4	202,80	3.853,20	1.365,43
MT	510670	Ponte Branca	2	101,40	1.926,60	881,41
MT	510675	Pontes e Lacerda	24	1.216,80	23.119,20	10.245,63
MT	510677	Porto Alegre do Norte	4	202,80	3.853,20	3.508,93
MT	510680	Porto dos Gaúchos	3	152,10	2.889,90	2.070,31
MT	510682	Porto Esperidião	4	202,80	3.853,20	2.480,52
MT	510685	Porto Estrela	2	101,40	1.926,60	930,88
MT	510700	Poxoréo	8	405,60	7.706,40	3.683,91
MT	510704	Primavera do Leste	34	1.723,80	32.752,20	12.675,83
MT	510706	Querência	0	0,00	0,00	9.773,19
MT	510710	São José dos Quatro Marcos	10	507,00	9.633,00	4.039,22
MT	510715	Reserva do Cabaçal	1	50,70	963,30	923,67
MT	510718	Ribeirão Cascalheira	3	152,10	2.889,90	2.998,11
MT	510719	Ribeirãozinho	2	101,40	1.926,60	930,64
MT	510720	Rio Branco	0	0,00	0,00	2.166,47
MT	510724	Santa Carmem	1	50,70	963,30	1.981,66
MT	510726	Santo Afonso	1	50,70	963,30	929,65
MT	510729	São José do Povo	2	101,40	1.926,60	995,88
MT	510730	São José do Rio Claro	5	253,50	4.816,50	4.217,51
MT	510735	São José do Xingu	3	152,10	2.889,90	2.506,54
MT	510740	São Pedro da Cipa	1	50,70	963,30	1.067,55
MT	510757	Rondolândia	2	101,40	1.926,60	1.752,83
MT	510760	Rondonópolis	33	1.673,10	31.788,90	63.265,85
MT	510770	Rosário Oeste	6	304,20	5.779,80	3.746,76
MT	510774	Santa Cruz do Xingu	1	50,70	963,30	1.158,73
MT	510775	Salto do Céu	0	0,00	0,00	1.877,79
MT	510776	Santa Rita do Trivelato	1	50,70	963,30	1.229,64
MT	510777	Santa Terezinha	3	152,10	2.889,90	2.431,13
MT	510779	Santo Antônio do Leste	0	0,00	0,00	2.284,64
MT	510780	Santo Antônio do Leverger	4	202,80	3.853,20	4.498,12
MT	510785	São Félix do Araguaia	4	202,80	3.853,20	3.584,46
MT	510787	Sapezal	9	456,30	8.669,70	7.110,01
MT	510788	Serra Nova Dourada	2	101,40	1.926,60	968,97
MT	510790	Sinop	45	2.281,50	43.348,50	45.974,94
MT	510792	Sorriso	43	2.180,10	41.421,90	24.930,54
MT	510794	Tabaporã	3	152,10	2.889,90	5.983,99
MT	510795	Tangará da Serra	48	2.433,60	46.238,40	21.127,74
MT	510800	Tapurah	3	152,10	2.889,90	4.696,64
MT	510805	Terra Nova do Norte	4	202,80	3.853,20	3.897,44
MT	510810	Tesouro	2	101,40	1.926,60	991,25
MT	510820	Torixoréu	2	101,40	1.926,60	943,93
MT	510830	União do Sul	2	101,40	1.926,60	1.655,55
MT	510835	Vale de São Domingos	2	101,40	1.926,60	918,94
MT	510840	Várzea Grande	36	1.825,20	34.678,80	82.479,83
MT	510850	Vera	4	202,80	3.853,20	3.688,72
MT	510860	Vila Rica	4	202,80	3.853,20	10.676,91
MT	510880	Nova Guarita	2	101,40	1.926,60	1.650,41
MT	510885	Nova Marilândia	2	101,40	1.926,60	963,75
MT	510890	Nova Maringá	2	101,40	1.926,60	2.991,47
MT	510895	Nova Monte Verde	3	152,10	2.889,90	2.906,15
		Total	1.184	60.028,80	1.140.547,20	1.531.006,52

ANEXO XIV

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELE-GIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
PA	150000	SES/PA	0	0,00	0,00	702.427,35
PA	150010	Abaetetuba	45	2.281,50	43.348,50	78.358,52
PA	150013	Abel Figueiredo	3	152,10	2.889,90	2.868,90

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PA	150020	Acará	7	354,90	6.743,10	36.182,07
PA	150030	Afuá	5	253,50	4.816,50	25.450,76
PA	150034	Água Azul do Norte	3	152,10	2.889,90	18.282,26
PA	150040	Alenquer	23	1.166,10	22.155,90	21.918,85
PA	150050	Almeirim	10	507,00	9.633,00	26.904,37
PA	150060	Altamira	3	152,10	2.889,90	85.533,77
PA	150070	Anajás	16	811,20	15.412,80	11.293,88
PA	150080	Ananindeua	227	11.508,90	218.669,10	204.745,61
PA	150085	Anapu	27	1.368,90	26.009,10	10.750,34
PA	150090	Augusto Corrêa	4	202,80	3.853,20	31.643,22
PA	150095	Aurora do Pará	2	101,40	1.926,60	22.252,13
PA	150100	Aveiro	4	202,80	3.853,20	8.810,26
PA	150110	Bagre	0	0,00	0,00	23.652,64
PA	150120	Baião	13	659,10	12.522,90	24.065,38
PA	150125	Bannach	2	101,40	1.926,60	1.340,62
PA	150130	Barcarena	23	1.166,10	22.155,90	74.008,36
PA	150140	Belém	757	38.379,90	729.218,10	576.190,11
PA	150145	Belterra	4	202,80	3.853,20	9.833,88
PA	150150	Benevides	12	608,40	11.559,60	36.835,96
PA	150157	Bom Jesus do Tocantins	4	202,80	3.853,20	9.253,03
PA	150160	Bonito	4	202,80	3.853,20	8.711,07
PA	150170	Bragança	34	1.723,80	32.752,20	65.787,80
PA	150172	Brasil Novo	4	202,80	3.853,20	10.398,06
PA	150175	Brejo Grande do Araguaia	1	50,70	963,30	4.825,28
PA	150178	Breu Branco	23	1.166,10	22.155,90	28.782,03
PA	150180	Breves	2	101,40	1.926,60	77.340,87
PA	150190	Bujaru	0	0,00	0,00	22.480,64
PA	150195	Cachoeira do Piriá	4	202,80	3.853,20	15.784,32
PA	150200	Cachoeira do Arari	3	152,10	2.889,90	21.523,19
PA	150210	Cametá	55	2.788,50	52.981,50	53.426,84
PA	150215	Canaã dos Carajás	13	659,10	12.522,90	16.064,52
PA	150220	Capanema	28	1.419,60	26.972,40	26.641,76
PA	150230	Capitão Poço	13	659,10	12.522,90	29.404,84
PA	150240	Castanhal	0	0,00	0,00	154.933,25
PA	150250	Chaves	0	0,00	0,00	18.302,86
PA	150260	Colares	4	202,80	3.853,20	5.477,56
PA	150270	Conceição do Araguaia	15	760,50	14.449,50	22.504,58
PA	150275	Concórdia do Pará	4	202,80	3.853,20	21.852,23
PA	150276	Cumaru do Norte	4	202,80	3.853,20	6.536,09
PA	150277	Curionópolis	6	304,20	5.779,80	8.588,89
PA	150280	Curralinho	22	1.115,40	21.192,60	13.287,16
PA	150285	Curuá	4	202,80	3.853,20	7.252,62
PA	150290	Curuçá	7	354,90	6.743,10	24.170,86
PA	150293	Dom Eliseu	21	1.064,70	20.229,30	25.850,03
PA	150295	Eldorado dos Carajás	9	456,30	8.669,70	17.430,10
PA	150300	Faro	3	152,10	2.889,90	8.911,26
PA	150304	Floresta do Araguaia	0	0,00	0,00	15.668,44
PA	150307	Garrafão do Norte	5	253,50	4.816,50	15.309,03
PA	150309	Goianésia do Pará	10	507,00	9.633,00	21.592,81
PA	150310	Gurupá	5	253,50	4.816,50	20.938,92
PA	150320	Igarapé-Açu	9	456,30	8.669,70	21.287,30
PA	150330	Igarapé-Miri	15	760,50	14.449,50	33.949,23
PA	150340	Inhangapi	3	152,10	2.889,90	6.146,47
PA	150345	Ipixuna do Pará	7	354,90	6.743,10	42.641,95
PA	150350	Irituia	5	253,50	4.816,50	20.316,02
PA	150360	Itaituba	63	3.194,10	60.687,90	39.089,00
PA	150370	Itupiranga	10	507,00	9.633,00	31.498,07
PA	150375	Jacareacanga	5	253,50	4.816,50	28.103,43
PA	150380	Jacundá	9	456,30	8.669,70	36.977,17
PA	150390	Juruti	6	304,20	5.779,80	38.914,08
PA	150400	Limoeiro do Ajuru	5	253,50	4.816,50	17.511,00
PA	150405	Mãe do Rio	13	659,10	12.522,90	11.608,90
PA	150410	Magalhães Barata	3	152,10	2.889,90	3.708,84
PA	150420	Marabá	62	3.143,40	59.724,60	155.785,23
PA	150430	Maracanã	8	405,60	7.706,40	15.050,38
PA	150440	Marapanim	2	101,40	1.926,60	19.949,40
PA	150442	Marituba	65	3.295,50	62.614,50	50.727,66
PA	150445	Medicilândia	8	405,60	7.706,40	16.674,67
PA	150450	Melgaço	1	50,70	963,30	20.379,46
PA	150460	Mocajuba	11	557,70	10.596,30	13.428,49
PA	150470	Moju	14	709,80	13.486,20	49.854,93
PA	150475	Mojuí dos Campos	7	354,90	6.743,10	6.207,55
PA	150480	Monte Alegre	15	760,50	14.449,50	30.356,26
PA	150490	Muaná	2	101,40	1.926,60	29.203,19
PA	150495	Nova Esperança do Piriá	5	253,50	4.816,50	11.679,57
PA	150497	Nova Ipixuna	0	0,00	0,00	12.871,36
PA	150500	Nova Timboteua	3	152,10	2.889,90	8.966,57
PA	150503	Novo Progresso	19	963,30	18.302,70	16.697,57
PA	150506	Novo Repartimento	17	861,90	16.376,10	42.185,78
PA	150510	Óbidos	12	608,40	11.559,60	28.692,27
PA	150520	Oeiras do Pará	16	811,20	15.412,80	12.544,84
PA	150530	Oriximiná	18	912,60	17.339,40	53.329,36
PA	150540	Ourém	4	202,80	3.853,20	9.918,78
PA	150543	Ourilândia do Norte	11	557,70	10.596,30	14.733,01
PA	150548	Pacajá	25	1.267,50	24.082,50	18.402,45
PA	150549	Palestina do Pará	2	101,40	1.926,60	3.996,87
PA	150550	Paragominas	51	2.585,70	49.128,30	43.652,81
PA	150553	Parauapebas	79	4.005,30	76.100,70	84.468,78
PA	150555	Pau D'Arco	0	0,00	0,00	4.657,05

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PA	150560	Peixe-Boi	3	152,10	2.889,90	3.370,02
PA	150563	Piçarra	0	0,00	0,00	10.093,31
PA	150565	Placas	5	253,50	4.816,50	19.074,99
PA	150570	Ponta de Pedras	10	507,00	9.633,00	14.345,77
PA	150580	Portel	10	507,00	9.633,00	38.232,50
PA	150590	Porto de Moz	8	405,60	7.706,40	24.026,45
PA	150600	Prainha	3	152,10	2.889,90	20.392,97
PA	150610	Primavera	3	152,10	2.889,90	5.468,82
PA	150611	Quatipuru	4	202,80	3.853,20	6.650,35
PA	150613	Redenção	36	1.825,20	34.678,80	32.717,59
PA	150616	Rio Maria	8	405,60	7.706,40	7.051,83
PA	150618	Rondon do Pará	18	912,60	17.339,40	23.069,58
PA	150619	Rurópolis	6	304,20	5.779,80	33.175,49
PA	150620	Salinópolis	16	811,20	15.412,80	15.985,20
PA	150630	Salvaterra	6	304,20	5.779,80	12.546,87
PA	150635	Santa Bárbara do Pará	2	101,40	1.926,60	14.333,80
PA	150640	Santa Cruz do Arari	5	253,50	4.816,50	3.906,00
PA	150650	Santa Izabel do Pará	30	1.521,00	28.899,00	27.310,68
PA	150655	Santa Luzia do Pará	0	0,00	0,00	15.437,54
PA	150658	Santa Maria das Barreiras	3	152,10	2.889,90	13.653,77
PA	150660	Santa Maria do Pará	7	354,90	6.743,10	12.448,48
PA	150670	Santana do Araguaia	14	709,80	13.486,20	42.665,03
PA	150680	Santarém	101	5.120,70	97.293,30	137.822,33
PA	150690	Santarém Novo	2	101,40	1.926,60	3.251,77
PA	150700	Santo Antônio do Tauá	8	405,60	7.706,40	16.583,42
PA	150710	São Caetano de Odivelas	0	0,00	0,00	13.936,23
PA	150715	São Domingos do Araguaia	8	405,60	7.706,40	12.019,21
PA	150720	São Domingos do Capim	5	253,50	4.816,50	19.879,60
PA	150730	São Félix do Xingu	26	1.318,20	25.045,80	73.987,75
PA	150740	São Francisco do Pará	4	202,80	3.853,20	8.409,54
PA	150745	São Geraldo do Araguaia	9	456,30	8.669,70	11.387,59
PA	150746	São João da Ponta	3	152,10	2.889,90	2.368,60
PA	150747	São João de Pirabas	6	304,20	5.779,80	12.006,50
PA	150750	São João do Araguaia	4	202,80	3.853,20	6.951,09
PA	150760	São Miguel do Guamá	20	1.014,00	19.266,00	26.252,33
PA	150770	São Sebastião da Boa Vista	16	811,20	15.412,80	10.277,41
PA	150775	Sapucaia	1	50,70	963,30	3.612,01
PA	150780	Senador José Porfírio	7	354,90	6.743,10	5.015,32
PA	150790	Soure	12	608,40	11.559,60	9.792,58
PA	150795	Tailândia	29	1.470,30	27.935,70	54.049,51
PA	150796	Terra Alta	4	202,80	3.853,20	5.191,90
PA	150797	Terra Santa	3	152,10	2.889,90	11.597,02
PA	150800	Tomé-Açu	18	912,60	17.339,40	31.626,69
PA	150803	Tracuateua	5	253,50	4.816,50	19.074,19
PA	150805	Trairão	2	101,40	1.926,60	12.728,55
PA	150808	Tucumã	15	760,50	14.449,50	16.106,59
PA	150810	Tucuruí	4	202,80	3.853,20	83.841,24
PA	150812	Ulianópolis	12	608,40	11.559,60	34.086,48
PA	150815	Uruará	6	304,20	5.779,80	29.714,24
PA	150820	Vigia	16	811,20	15.412,80	26.020,59
PA	150830	Viseu	0	0,00	0,00	47.399,72
PA	150835	Vitória do Xingu	0	0,00	0,00	11.679,52
PA	150840	Xinguara	17	861,90	16.376,10	18.164,95
		Total	2.667	135.216,90	2.569.121,10	5.109.337,44

ANEXO XV

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELE-GIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
PB	250000	SES/PB	0	0,00	0,00	616.482,98
PB	250010	Água Branca	4	202,80	3.853,20	1.923,38
PB	250020	Aguiar	2	101,40	1.926,60	1.047,38
PB	250030	Alagoa Grande	10	507,00	9.633,00	5.387,44
PB	250040	Alagoa Nova	5	253,50	4.816,50	3.879,19
PB	250050	Alagoinha	4	202,80	3.853,20	2.712,00
PB	250053	Alcantil	2	101,40	1.926,60	1.031,06
PB	250057	Algodão de Jandaíra	1	50,70	963,30	468,94
PB	250060	Alhandra	6	304,20	5.779,80	4.894,75
PB	250070	São João do Rio do Peixe	4	202,80	3.853,20	3.363,75
PB	250073	Amparo	2	101,40	1.926,60	446,81
PB	250077	Aparecida	3	152,10	2.889,90	1.580,63
PB	250080	Araçagi	4	202,80	3.853,20	3.234,75
PB	250090	Arara	5	253,50	4.816,50	2.538,38
PB	250100	Araruna	5	253,50	4.816,50	3.828,38
PB	250110	Areia	5	253,50	4.816,50	4.401,00
PB	250115	Areia de Baraúnas	2	101,40	1.926,60	404,56
PB	250120	Areial	3	152,10	2.889,90	1.307,81
PB	250130	Aroeiras	5	253,50	4.816,50	3.611,06
PB	250135	Assunção	2	101,40	1.926,60	735,19
PB	250140	Baía da Traição	0	0,00	0,00	3.401,25
PB	250150	Bananeiras	5	253,50	4.816,50	4.127,25
PB	250153	Baraúna	2	101,40	1.926,60	923,44
PB	250157	Barra de Santana	3	152,10	2.889,90	1.557,19
PB	250160	Barra de Santa Rosa	5	253,50	4.816,50	2.891,44
PB	250170	Barra de São Miguel	1	50,70	963,30	1.278,82
PB	250180	Bayeux	49	2.484,30	47.201,70	25.614,72
PB	250190	Belém	6	304,20	5.779,80	3.315,94
PB	250200	Belém do Brejo do Cruz	0	0,00	0,00	2.755,12

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	250205	Bernardino Batista	2	101,40	1.926,60	644,63
PB	250210	Boa Ventura	2	101,40	1.926,60	1.054,69
PB	250215	Boa Vista	3	152,10	2.889,90	1.328,06
PB	250220	Bom Jesus	2	101,40	1.926,60	481,31
PB	250230	Bom Sucesso	3	152,10	2.889,90	945,75
PB	250240	Bonito de Santa Fé	4	202,80	3.853,20	2.238,38
PB	250250	Boqueirão	6	304,20	5.779,80	3.345,38
PB	250260	Igaracy	3	152,10	2.889,90	1.164,38
PB	250270	Borborema	2	101,40	1.926,60	1.018,13
PB	250280	Brejo do Cruz	5	253,50	4.816,50	2.645,06
PB	250290	Brejo dos Santos	3	152,10	2.889,90	1.210,69
PB	250300	Caaporã	10	507,00	9.633,00	5.468,00
PB	250310	Cabaceiras	2	101,40	1.926,60	1.044,38
PB	250320	Cabedelo	25	1.267,50	24.082,50	17.008,25
PB	250330	Cachoeira dos Índios	4	202,80	3.853,20	1.924,69
PB	250340	Cacimba de Areia	2	101,40	1.926,60	702,94
PB	250350	Cacimba de Dentro	0	0,00	0,00	6.433,50
PB	250355	Cacimbas	3	152,10	2.889,90	1.346,81
PB	250360	Caiçara	3	152,10	2.889,90	1.369,50
PB	250370	Cajazeiras	31	1.571,70	29.862,30	11.660,06
PB	250375	Cajazeirinhas	0	0,00	0,00	1.198,87
PB	250380	Caldas Brandão	2	101,40	1.926,60	1.129,69
PB	250390	Camalaú	3	152,10	2.889,90	1.128,75
PB	250400	Campina Grande	202	10.241,40	194.586,60	76.937,25
PB	250403	Capim	3	152,10	2.889,90	1.228,50
PB	250407	Caraúbas	2	101,40	1.926,60	782,06
PB	250410	Carrapateira	2	101,40	1.926,60	500,06
PB	250415	Casserengue	3	152,10	2.889,90	1.401,75
PB	250420	Catingueira	2	101,40	1.926,60	925,13
PB	250430	Catolé do Rocha	14	709,80	13.486,20	5.725,13
PB	250435	Caturité	2	101,40	1.926,60	907,31
PB	250440	Conceição	6	304,20	5.779,80	3.552,00
PB	250450	Condado	3	152,10	2.889,90	1.266,19
PB	250460	Conde	9	456,30	8.669,70	6.192,25
PB	250470	Congo	2	101,40	1.926,60	897,94
PB	250480	Coremas	7	354,90	6.743,10	2.892,38
PB	250485	Coxixola	2	101,40	1.926,60	360,94
PB	250490	Cruz do Espírito Santo	0	0,00	0,00	8.779,50
PB	250500	Cubati	0	0,00	0,00	2.727,75
PB	250510	Cuité	7	354,90	6.743,10	3.815,25
PB	250520	Cuitegi	3	152,10	2.889,90	1.292,81
PB	250523	Cuité de Mamanguape	0	0,00	0,00	2.384,25
PB	250527	Curral de Cima	3	152,10	2.889,90	986,06
PB	250530	Curral Velho	0	0,00	0,00	948,37
PB	250535	Damião	1	50,70	963,30	1.040,32
PB	250540	Desterro	3	152,10	2.889,90	1.557,38
PB	250550	Vista Serrana	2	101,40	1.926,60	714,00
PB	250560	Diamante	3	152,10	2.889,90	1.244,25
PB	250570	Dona Inês	4	202,80	3.853,20	1.975,31
PB	250580	Duas Estradas	2	101,40	1.926,60	683,44
PB	250590	Emas	2	101,40	1.926,60	661,50
PB	250600	Esperança	9	456,30	8.669,70	6.237,38
PB	250610	Fagundes	4	202,80	3.853,20	2.146,69
PB	250620	Frei Martinho	2	101,40	1.926,60	560,63
PB	250625	Gado Bravo	3	152,10	2.889,90	1.587,38
PB	250630	Guarabira	25	1.267,50	24.082,50	11.040,19
PB	250640	Gurinhém	4	202,80	3.853,20	2.650,13
PB	250650	Gurjão	2	101,40	1.926,60	644,25
PB	250660	Ibiara	3	152,10	2.889,90	1.130,06
PB	250670	Imaculada	4	202,80	3.853,20	2.218,69
PB	250680	Ingá	6	304,20	5.779,80	3.405,56
PB	250690	Itabaiana	11	557,70	10.596,30	4.624,31
PB	250700	Itaporanga	10	507,00	9.633,00	4.657,88
PB	250710	Itapororoca	2	101,40	1.926,60	5.091,52
PB	250720	Itatuba	0	0,00	0,00	4.078,50
PB	250730	Jacaraú	4	202,80	3.853,20	2.695,88
PB	250740	Jericó	3	152,10	2.889,90	1.451,63
PB	250750	João Pessoa	0	0,00	0,00	405.799,00
PB	250760	Juarez Távora	4	202,80	3.853,20	1.490,63
PB	250770	Juazeirinho	5	253,50	4.816,50	3.414,94
PB	250780	Junco do Seridó	3	152,10	2.889,90	1.343,44
PB	250790	Juripiranga	0	0,00	0,00	4.038,75
PB	250800	Juru	3	152,10	2.889,90	1.859,81
PB	250810	Lagoa	2	101,40	1.926,60	883,13
PB	250820	Lagoa de Dentro	3	152,10	2.889,90	1.438,13
PB	250830	Lagoa Seca	5	253,50	4.816,50	5.512,12
PB	250840	Lastro	2	101,40	1.926,60	526,69
PB	250850	Livramento	3	152,10	2.889,90	1.379,06
PB	250855	Logradouro	2	101,40	1.926,60	814,31
PB	250860	Lucena	5	253,50	4.816,50	3.280,25
PB	250870	Mãe d'Água	2	101,40	1.926,60	758,25
PB	250880	Malta	3	152,10	2.889,90	1.064,81
PB	250890	Mamanguape	18	912,60	17.339,40	11.251,25
PB	250900	Manaíra	0	0,00	0,00	4.170,00
PB	250905	Marcação	3	152,10	2.889,90	1.609,88
PB	250910	Mari	9	456,30	8.669,70	4.097,63
PB	250915	Marizópolis	4	202,80	3.853,20	1.240,13
PB	250920	Massaranduba	4	202,80	3.853,20	2.597,44

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	250930	Mataraca	4	202,80	3.853,20	1.587,38
PB	250933	Matinhas	0	0,00	0,00	1.701,37
PB	250937	Mato Grosso	0	0,00	0,00	1.093,12
PB	250939	Maturéia	3	152,10	2.889,90	1.235,06
PB	250940	Mogeiro	4	202,80	3.853,20	2.502,94
PB	250950	Montadas	3	152,10	2.889,90	1.067,06
PB	250960	Monte Horebe	2	101,40	1.926,60	904,69
PB	250970	Monteiro	12	608,40	11.559,60	6.242,63
PB	250980	Mulungu	3	152,10	2.889,90	1.860,38
PB	250990	Natuba	4	202,80	3.853,20	1.961,25
PB	251000	Nazarezinho	3	152,10	2.889,90	1.376,63
PB	251010	Nova Floresta	4	202,80	3.853,20	1.998,94
PB	251020	Nova Olinda	3	152,10	2.889,90	1.135,88
PB	251030	Nova Palmeira	2	101,40	1.926,60	920,63
PB	251040	Olho d'Água	3	152,10	2.889,90	1.274,25
PB	251050	Olivedos	2	101,40	1.926,60	740,81
PB	251060	Ouro Velho	2	101,40	1.926,60	570,38
PB	251065	Parari	0	0,00	0,00	836,07
PB	251070	Passagem	2	101,40	1.926,60	454,50
PB	251080	Patos	60	3.042,00	57.798,00	20.210,63
PB	251090	Paulista	4	202,80	3.853,20	2.307,75
PB	251100	Pedra Branca	2	101,40	1.926,60	713,06
PB	251110	Pedra Lavrada	3	152,10	2.889,90	1.522,88
PB	251120	Pedras de Fogo	4	202,80	3.853,20	6.833,92
PB	251130	Piancó	5	253,50	4.816,50	3.017,06
PB	251140	Picuí	7	354,90	6.743,10	3.513,19
PB	251150	Pilar	2	101,40	1.926,60	2.550,15
PB	251160	Pilões	3	152,10	2.889,90	1.286,25
PB	251170	Pilõezinhos	3	152,10	2.889,90	967,31
PB	251180	Pirpirituba	4	202,80	3.853,20	1.984,69
PB	251190	Pitimbu	5	253,50	4.816,50	4.795,50
PB	251200	Pocinhos	5	253,50	4.816,50	3.491,63
PB	251203	Poço Dantas	2	101,40	1.926,60	710,25
PB	251207	Poço de José de Moura	2	101,40	1.926,60	809,63
PB	251210	Pombal	14	709,80	13.486,20	6.143,63
PB	251220	Prata	2	101,40	1.926,60	783,56
PB	251230	Princesa Isabel	9	456,30	8.669,70	4.404,19
PB	251240	Puxinanã	0	0,00	0,00	5.143,12
PB	251250	Queimadas	12	608,40	11.559,60	8.290,13
PB	251260	Quixabá	2	101,40	1.926,60	541,29
PB	251270	Remígio	8	405,60	7.706,40	3.671,06
PB	251272	Pedro Régis	3	152,10	2.889,90	1.143,56
PB	251274	Riachão	2	101,40	1.926,60	676,31
PB	251275	Riachão do Bacamarte	2	101,40	1.926,60	849,19
PB	251276	Riachão do Poço	2	101,40	1.926,60	847,31
PB	251278	Riacho de Santo Antônio	0	0,00	0,00	1.027,23
PB	251280	Riacho dos Cavalos	3	152,10	2.889,90	1.614,19
PB	251290	Rio Tinto	5	253,50	4.816,50	7.260,50
PB	251300	Salgadinho	2	101,40	1.926,60	746,25
PB	251310	Salgado de São Félix	4	202,80	3.853,20	2.277,19
PB	251315	Santa Cecília	3	152,10	2.889,90	1.239,38
PB	251320	Santa Cruz	3	152,10	2.889,90	1.234,69
PB	251330	Santa Helena	3	152,10	2.889,90	1.115,44
PB	251335	Santa Inês	2	101,40	1.926,60	674,25
PB	251340	Santa Luzia	7	354,90	6.743,10	2.887,69
PB	251350	Santana de Mangueira	3	152,10	2.889,90	992,25
PB	251360	Santana dos Garrotes	3	152,10	2.889,90	1.351,69
PB	251365	Joca Claudino	0	0,00	0,00	1.008,75
PB	251370	Santa Rita	73	3.701,10	70.320,90	34.212,75
PB	251380	Santa Teresinha	2	101,40	1.926,60	864,75
PB	251385	Santo André	0	0,00	0,00	961,87
PB	251390	São Bento	15	760,50	14.449,50	6.415,31
PB	251392	São Bentinho	2	101,40	1.926,60	851,25
PB	251394	São Domingos do Cariri	2	101,40	1.926,60	487,69
PB	251396	São Domingos	2	101,40	1.926,60	585,00
PB	251398	São Francisco	2	101,40	1.926,60	635,44
PB	251400	São João do Cariri	2	101,40	1.926,60	816,00
PB	251410	São João do Tigre	1	50,70	963,30	832,88
PB	251420	São José da Lagoa Tapada	3	152,10	2.889,90	1.439,81
PB	251430	São José de Caiana	3	152,10	2.889,90	1.177,31
PB	251440	São José de Espinharas	2	101,40	1.926,60	888,38
PB	251445	São José dos Ramos	1	50,70	963,30	1.275,07
PB	251450	São José de Piranhas	7	354,90	6.743,10	3.780,56
PB	251455	São José de Princesa	2	101,40	1.926,60	769,88
PB	251460	São José do Bonfim	0	0,00	0,00	1.337,25
PB	251465	São José do Brejo do Cruz	0	0,00	0,00	890,58
PB	251470	São José do Sabugi	2	101,40	1.926,60	777,19
PB	251480	São José dos Cordeiros	1	50,70	963,30	702,94
PB	251490	São Mamede	4	202,80	3.853,20	1.461,38
PB	251500	São Miguel de Taipu	0	0,00	0,00	2.692,50
PB	251510	São Sebastião de Lagoa de Roça	4	202,80	3.853,20	2.220,94
PB	251520	São Sebastião do Umbuzeiro	0	0,00	0,00	1.311,00
PB	251530	Sapé	20	1.014,00	19.266,00	9.880,69
PB	251540	São Vicente do Seridó	4	202,80	3.853,20	2.078,25
PB	251550	Serra Branca	5	253,50	4.816,50	2.570,06
PB	251560	Serra da Raiz	2	101,40	1.926,60	598,13
PB	251570	Serra Grande	2	101,40	1.926,60	581,25
PB	251580	Serra Redonda	2	101,40	1.926,60	1.329,19
PB	251590	Serraria	0	0,00	0,00	2.331,75

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	251593	Sertãozinho	2	101,40	1.926,60	945,75
PB	251597	Sobrado	3	152,10	2.889,90	1.461,56
PB	251600	Solânea	10	507,00	9.633,00	5.048,44
PB	251610	Soledade	5	253,50	4.816,50	2.810,06
PB	251615	Sossêgo	2	101,40	1.926,60	668,81
PB	251620	Sousa	33	1.673,10	31.788,90	13.041,38
PB	251630	Sumé	7	354,90	6.743,10	3.179,44
PB	251640	Tacima	0	0,00	0,00	4.112,62
PB	251650	Taperoá	5	253,50	4.816,50	2.887,50
PB	251660	Tavares	4	202,80	3.853,20	2.748,94
PB	251670	Teixeira	5	253,50	4.816,50	2.848,31
PB	251675	Tenório	0	0,00	0,00	1.149,75
PB	251680	Triunfo	3	152,10	2.889,90	1.777,88
PB	251690	Uiraúna	6	304,20	5.779,80	2.884,13
PB	251700	Umbuzeiro	3	152,10	2.889,90	1.858,69
PB	251710	Várzea	2	101,40	1.926,60	528,75
PB	251720	Vieirópolis	3	152,10	2.889,90	1.004,63
PB	251740	Zabelê	2	101,40	1.926,60	420,94
		Total	1.247	63.222,90	1.201.235,10	1.697.041,27

ANEXO XVI

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
PE	260000	SES/PE	0	0,00	0,00	1.320.760,99
PE	260005	Abreu e Lima	34	1.723,80	32.752,20	22.770,92
PE	260010	Afogados da Ingazeira	13	659,10	12.522,90	8.483,06
PE	260020	Afrânio	4	202,80	3.853,20	3.340,31
PE	260030	Agrestina	0	0,00	0,00	8.481,64
PE	260040	Água Preta	11	557,70	10.596,30	6.258,84
PE	260050	Águas Belas	13	659,10	12.522,90	7.414,55
PE	260060	Alagoinha	0	0,00	0,00	4.996,26
PE	260070	Aliança	6	304,20	5.779,80	7.390,42
PE	260080	Altinho	0	0,00	0,00	7.880,04
PE	260090	Amaraji	8	405,60	7.706,40	3.910,77
PE	260100	Angelim	0	0,00	0,00	3.801,32
PE	260105	Araçoiaba	5	253,50	4.816,50	4.644,75
PE	260110	Araripina	29	1.470,30	27.935,70	16.821,20
PE	260120	Arcoverde	0	0,00	0,00	33.785,89
PE	260130	Barra de Guabiraba	1	50,70	963,30	3.932,12
PE	260140	Barreiros	19	963,30	18.302,70	8.522,97
PE	260150	Belém de Maria	0	0,00	0,00	4.127,24
PE	260160	Belém de São Francisco	0	0,00	0,00	7.117,36
PE	260170	Belo Jardim	33	1.673,10	31.788,90	17.413,46
PE	260180	Betânia	1	50,70	963,30	3.385,93
PE	260190	Bezerros	35	1.774,50	33.715,50	13.875,81
PE	260200	Bodocó	8	405,60	7.706,40	9.625,93
PE	260210	Bom Conselho	19	963,30	18.302,70	9.682,98
PE	260220	Bom Jardim	9	456,30	8.669,70	6.715,55
PE	260230	Bonito	14	709,80	13.486,20	7.689,31
PE	260240	Brejão	3	152,10	2.889,90	1.549,78
PE	260250	Brejinho	3	152,10	2.889,90	1.284,60
PE	260260	Brejo da Madre de Deus	23	1.166,10	22.155,90	11.489,96
PE	260270	Buenos Aires	4	202,80	3.853,20	2.251,71
PE	260280	Buíque	10	507,00	9.633,00	10.224,04
PE	260290	Cabo de Santo Agostinho	74	3.751,80	71.284,20	46.899,65
PE	260300	Cabrobó	8	405,60	7.706,40	5.826,05
PE	260310	Cachoeirinha	2	101,40	1.926,60	5.028,66
PE	260320	Caetés	1	50,70	963,30	10.484,20
PE	260330	Calçado	4	202,80	3.853,20	1.931,29
PE	260340	Calumbi	2	101,40	1.926,60	990,17
PE	260345	Camaragibe	66	3.346,20	63.577,80	35.832,73
PE	260350	Camocim de São Félix	0	0,00	0,00	6.395,64
PE	260360	Camutanga	4	202,80	3.853,20	1.461,50
PE	260370	Canhotinho	1	50,70	963,30	9.045,43
PE	260380	Capoeiras	4	202,80	3.853,20	3.442,36
PE	260390	Carnaíba	5	253,50	4.816,50	3.345,30
PE	260392	Carnaubeira da Penha	4	202,80	3.853,20	2.203,53
PE	260400	Carpina	28	1.419,60	26.972,40	14.228,71
PE	260410	Caruaru	165	8.365,50	158.944,50	81.612,67
PE	260415	Casinhas	3	152,10	2.889,90	2.456,32
PE	260420	Catende	0	0,00	0,00	14.573,04
PE	260430	Cedro	1	50,70	963,30	3.734,19
PE	260440	Chã de Alegria	5	253,50	4.816,50	2.305,23
PE	260450	Chã Grande	7	354,90	6.743,10	4.932,81
PE	260460	Condado	11	557,70	10.596,30	4.506,17
PE	260470	Correntes	5	253,50	4.816,50	3.114,36
PE	260480	Cortês	0	0,00	0,00	5.079,87
PE	260490	Cumaru	5	253,50	4.816,50	3.006,30
PE	260500	Cupira	0	0,00	0,00	8.252,08
PE	260510	Custódia	12	608,40	11.559,60	6.324,58
PE	260515	Dormentes	4	202,80	3.853,20	3.216,58
PE	260520	Escada	0	0,00	0,00	27.426,20
PE	260530	Exu	0	0,00	0,00	11.039,49
PE	260540	Feira Nova	0	0,00	0,00	7.557,21

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	260550	Ferreiros	0	0,00	0,00	4.149,61
PE	260560	Flores	5	253,50	4.816,50	3.890,80
PE	260570	Floresta	9	456,30	8.669,70	6.523,67
PE	260580	Frei Miguelinho	0	0,00	0,00	5.275,38
PE	260590	Gameleira	9	456,30	8.669,70	6.167,39
PE	260600	Garanhuns	57	2.889,90	54.908,10	27.843,94
PE	260610	Glória do Goitá	8	405,60	7.706,40	5.235,64
PE	260620	Goiana	35	1.774,50	33.715,50	15.915,84
PE	260630	Granito	3	152,10	2.889,90	1.276,34
PE	260640	Gravatá	21	1.064,70	20.229,30	19.076,06
PE	260650	Iati	4	202,80	3.853,20	3.835,92
PE	260660	Ibimirim	7	354,90	6.743,10	4.987,84
PE	260670	Ibirajuba	3	152,10	2.889,90	1.331,06
PE	260680	Igarassu	51	2.585,70	49.128,30	26.445,38
PE	260690	Iguaracy	4	202,80	3.853,20	2.095,11
PE	260700	Inajá	5	253,50	4.816,50	3.923,67
PE	260710	Ingazeira	1	50,70	963,30	786,42
PE	260720	Ipojuca	30	1.521,00	28.899,00	21.663,81
PE	260730	Ipubi	8	405,60	7.706,40	5.364,25
PE	260740	Itacuruba	1	50,70	963,30	835,98
PE	260750	Itaíba	3	152,10	2.889,90	6.282,48
PE	260760	Ilha de Itamaracá	9	456,30	8.669,70	6.082,29
PE	260765	Itambé	14	709,80	13.486,20	7.294,27
PE	260770	Itapetim	0	0,00	0,00	4.794,93
PE	260775	Itapissuma	10	507,00	9.633,00	6.035,79
PE	260780	Itaquitinga	0	0,00	0,00	5.802,30
PE	260790	Jaboatão dos Guararapes	283	14.348,10	272.613,90	159.489,92
PE	260795	Jaqueira	4	202,80	3.853,20	2.012,69
PE	260800	Jataúba	0	0,00	0,00	5.859,78
PE	260805	Jatobá	0	0,00	0,00	5.905,70
PE	260810	João Alfredo	8	405,60	7.706,40	5.762,21
PE	260820	Joaquim Nabuco	5	253,50	4.816,50	2.762,97
PE	260825	Jucati	0	0,00	0,00	3.900,78
PE	260830	Jupi	5	253,50	4.816,50	2.954,66
PE	260840	Jurema	2	101,40	1.926,60	3.333,64
PE	260845	Lagoa do Carro	6	304,20	5.779,80	3.584,27
PE	260850	Lagoa de Itaenga	9	456,30	8.669,70	3.671,91
PE	260860	Lagoa do Ouro	4	202,80	3.853,20	2.242,76
PE	260870	Lagoa dos Gatos	0	0,00	0,00	5.581,69
PE	260875	Lagoa Grande	6	304,20	5.779,80	4.352,68
PE	260880	Lajedo	12	608,40	11.559,60	6.864,06
PE	260890	Limoeiro	25	1.267,50	24.082,50	11.328,41
PE	260900	Macaparana	7	354,90	6.743,10	4.338,91
PE	260910	Machados	5	253,50	4.816,50	2.722,36
PE	260915	Manari	0	0,00	0,00	7.243,67
PE	260920	Maraial	4	202,80	3.853,20	2.066,55
PE	260930	Mirandiba	4	202,80	3.853,20	2.627,71
PE	260940	Moreno	20	1.014,00	19.266,00	14.235,60
PE	260950	Nazaré da Mata	14	709,80	13.486,20	6.482,90
PE	260960	Olinda	167	8.466,90	160.871,10	89.551,69
PE	260970	Orobó	5	253,50	4.816,50	4.090,08
PE	260980	Orocó	4	202,80	3.853,20	2.545,80
PE	260990	Ouricuri	20	1.014,00	19.266,00	13.934,17
PE	261000	Palmares	25	1.267,50	24.082,50	12.618,76
PE	261010	Palmeirina	0	0,00	0,00	2.819,06
PE	261020	Panelas	0	0,00	0,00	9.125,57
PE	261030	Paranatama	0	0,00	0,00	3.972,28
PE	261040	Parnamirim	5	253,50	4.816,50	3.679,66
PE	261050	Passira	8	405,60	7.706,40	5.004,53
PE	261060	Paudalho	6	304,20	5.779,80	16.690,23
PE	261070	Paulista	140	7.098,00	134.862,00	75.247,56
PE	261080	Pedra	0	0,00	0,00	7.745,47
PE	261090	Pesqueira	24	1.216,80	23.119,20	13.431,93
PE	261100	Petrolândia	6	304,20	5.779,80	8.723,58
PE	261110	Petrolina	112	5.678,40	107.889,60	78.654,35
PE	261120	Poção	4	202,80	3.853,20	1.939,04
PE	261130	Pombos	9	456,30	8.669,70	6.178,33
PE	261140	Primavera	1	50,70	963,30	4.129,67
PE	261150	Quipapá	6	304,20	5.779,80	4.445,08
PE	261153	Quixaba	3	152,10	2.889,90	1.178,08
PE	261160	Recife	621	31.484,70	598.209,30	421.357,68
PE	261170	Riacho das Almas	5	253,50	4.816,50	4.673,17
PE	261180	Ribeirão	17	861,90	16.376,10	9.456,84
PE	261190	Rio Formoso	6	304,20	5.779,80	4.023,14
PE	261200	Sairé	0	0,00	0,00	3.743,50
PE	261210	Salgadinho	2	101,40	1.926,60	1.849,38
PE	261220	Salgueiro	21	1.064,70	20.229,30	12.140,98
PE	261230	Saloá	1	50,70	963,30	5.374,59
PE	261240	Sanharó	6	304,20	5.779,80	4.470,55
PE	261245	Santa Cruz	4	202,80	3.853,20	2.616,01
PE	261247	Santa Cruz da Baixa Verde	4	202,80	3.853,20	2.151,21
PE	261250	Santa Cruz do Capibaribe	24	1.216,80	23.119,20	25.354,59
PE	261255	Santa Filomena	2	101,40	1.926,60	3.013,91
PE	261260	Santa Maria da Boa Vista	8	405,60	7.706,40	7.167,62
PE	261270	Santa Maria do Cambucá	4	202,80	3.853,20	2.411,40
PE	261280	Santa Terezinha	1	50,70	963,30	3.075,15
PE	261290	São Benedito do Sul	4	202,80	3.853,20	2.698,78
PE	261300	São Bento do Una	0	0,00	0,00	20.245,26
PE	261310	São Caitano	0	0,00	0,00	12.742,08
PE	261320	São João	2	101,40	1.926,60	8.444,56
PE	261330	São Joaquim do Monte	5	253,50	4.816,50	3.657,98
PE	261340	São José da Coroa Grande	0	0,00	0,00	8.420,13
PE	261350	São José do Belmonte	5	253,50	4.816,50	6.817,71
PE	261360	São José do Egito	6	304,20	5.779,80	5.819,99
PE	261370	São Lourenço da Mata	26	1.318,20	25.045,80	26.332,90
PE	261380	São Vicente Ferrer	5	253,50	4.816,50	3.080,98

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	261390	Serra Talhada	40	2.028,00	38.532,00	17.184,91
PE	261400	Serrita	4	202,80	3.853,20	3.283,35
PE	261410	Sertânia	10	507,00	9.633,00	6.138,21
PE	261420	Sirinhaém	9	456,30	8.669,70	7.789,01
PE	261430	Moreilândia	1	50,70	963,30	2.907,19
PE	261440	Solidão	0	0,00	0,00	2.057,42
PE	261450	Surubim	23	1.166,10	22.155,90	12.928,24
PE	261460	Tabira	13	659,10	12.522,90	4.870,13
PE	261470	Tacaimbó	3	152,10	2.889,90	2.225,38
PE	261480	Tacaratu	5	253,50	4.816,50	4.365,41
PE	261485	Tamandaré	7	354,90	6.743,10	4.639,25
PE	261500	Taquaritinga do Norte	10	507,00	9.633,00	4.879,94
PE	261510	Terezinha	3	152,10	2.889,90	1.225,23
PE	261520	Terra Nova	1	50,70	963,30	2.628,76
PE	261530	Timbaúba	29	1.470,30	27.935,70	10.868,10
PE	261540	Toritama	0	0,00	0,00	15.208,38
PE	261550	Tracunhaém	0	0,00	0,00	4.711,29
PE	261560	Trindade	0	0,00	0,00	10.378,34
PE	261570	Triunfo	4	202,80	3.853,20	2.629,43
PE	261580	Tupanatinga	5	253,50	4.816,50	4.644,53
PE	261590	Tuparetama	5	253,50	4.816,50	1.405,75
PE	261600	Venturosa	0	0,00	0,00	6.283,79
PE	261610	Verdejante	1	50,70	963,30	2.302,84
PE	261618	Vertente do Lério	3	152,10	2.889,90	1.352,40
PE	261620	Vertentes	6	304,20	5.779,80	4.688,75
PE	261630	Vicência	7	354,90	6.743,10	8.120,19
PE	261640	Vitória de Santo Antão	57	2.889,90	54.908,10	27.630,25
PE	261650	Xexéu	4	202,80	3.853,20	2.521,19
		Total	3.020	153.114,00	2.909.166,00	3.544.836,70

ANEXO XVII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
PI	220000	SES/PI	0	0,00	0,00	314.308,00
PI	220005	Acauã	3	152,10	2.889,90	1.414,50
PI	220010	Agricolândia	1	50,70	963,30	1.243,14
PI	220020	Água Branca	10	507,00	9.633,00	3.712,88
PI	220025	Alagoinha do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.528,22
PI	220027	Alegrete do Piauí	0	0,00	0,00	2.120,52
PI	220030	Alto Longá	2	101,40	1.926,60	3.787,46
PI	220040	Altos	2	101,40	1.926,60	19.633,18
PI	220045	Alvorada do Gurguéia	2	101,40	1.926,60	1.081,49
PI	220050	Amarante	0	0,00	0,00	7.034,75
PI	220060	Angical do Piauí	4	202,80	3.853,20	1.361,10
PI	220070	Anísio de Abreu	3	152,10	2.889,90	1.970,68
PI	220080	Antônio Almeida	2	101,40	1.926,60	632,32
PI	220090	Aroazes	3	152,10	2.889,90	1.174,49
PI	220095	Aroeiras do Itaim	2	101,40	1.926,60	509,88
PI	220100	Arraial	2	101,40	1.926,60	951,94
PI	220105	Assunção do Piauí	1	50,70	963,30	2.170,70
PI	220110	Avelino Lopes	3	152,10	2.889,90	2.335,78
PI	220115	Baixa Grande do Ribeiro	4	202,80	3.853,20	2.309,79
PI	220117	Barra D'Alcântara	2	101,40	1.926,60	789,69
PI	220120	Barras	13	659,10	12.522,90	9.442,52
PI	220130	Barreiras do Piauí	0	0,00	0,00	1.337,74
PI	220140	Barro Duro	4	202,80	3.853,20	1.571,22
PI	220150	Batalha	6	304,20	5.779,80	5.365,00
PI	220155	Bela Vista do Piauí	0	0,00	0,00	1.602,94
PI	220157	Belém do Piauí	2	101,40	1.926,60	711,31
PI	220160	Beneditinos	4	202,80	3.853,20	2.714,17
PI	220170	Bertolínia	1	50,70	963,30	1.235,00
PI	220173	Betânia do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.239,87
PI	220177	Boa Hora	3	152,10	2.889,90	1.352,98
PI	220180	Bocaina	1	50,70	963,30	900,77
PI	220190	Bom Jesus	10	507,00	9.633,00	5.017,77
PI	220191	Bom Princípio do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.123,93
PI	220192	Bonfim do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.132,46
PI	220194	Boqueirão do Piauí	1	50,70	963,30	1.627,72
PI	220196	Brasileira	3	152,10	2.889,90	1.663,45
PI	220198	Brejo do Piauí	2	101,40	1.926,60	942,12
PI	220200	Buriti dos Lopes	5	253,50	4.816,50	3.952,33
PI	220202	Buriti dos Montes	3	152,10	2.889,90	1.662,64
PI	220205	Cabeceiras do Piauí	3	152,10	2.889,90	2.113,02
PI	220207	Cajazeiras do Piauí	2	101,40	1.926,60	710,09
PI	220208	Cajueiro da Praia	1	50,70	963,30	2.086,63
PI	220209	Caldeirão Grande do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.168,02
PI	220210	Campinas do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.121,29
PI	220211	Campo Alegre do Fidalgo	0	0,00	0,00	2.013,11
PI	220213	Campo Grande do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.186,27
PI	220217	Campo Largo do Piauí	1	50,70	963,30	1.942,05
PI	220220	Campo Maior	19	963,30	18.302,70	10.338,81
PI	220225	Canavieira	2	101,40	1.926,60	795,99
PI	220230	Canto do Buriti	7	354,90	6.743,10	4.229,91
PI	220240	Capitão de Campos	4	202,80	3.853,20	2.282,17
PI	220245	Capitão Gervásio Oliveira	2	101,40	1.926,60	818,93
PI	220250	Caracol	2	101,40	1.926,60	2.430,62
PI	220253	Caraúbas do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.171,44
PI	220255	Caridade do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.014,07
PI	220260	Castelo do Piauí	7	354,90	6.743,10	4.008,43

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	220265	Caxingó	1	50,70	963,30	1.201,30
PI	220270	Cocal	7	354,90	6.743,10	5.573,89
PI	220271	Cocal de Telha	2	101,40	1.926,60	977,12
PI	220272	Cocal dos Alves	2	101,40	1.926,60	1.229,31
PI	220273	Coivaras	1	50,70	963,30	1.174,61
PI	220275	Colônia do Gurguéia	2	101,40	1.926,60	1.293,89
PI	220277	Colônia do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.530,25
PI	220280	Conceição do Canindé	2	101,40	1.926,60	979,24
PI	220285	Coronel José Dias	2	101,40	1.926,60	935,69
PI	220290	Corrente	9	456,30	8.669,70	5.321,14
PI	220300	Cristalândia do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.655,74
PI	220310	Cristino Castro	1	50,70	963,30	3.200,61
PI	220320	Curimatá	4	202,80	3.853,20	2.272,22
PI	220323	Currais	0	0,00	0,00	1.978,19
PI	220325	Curralinhos	0	0,00	0,00	2.361,81
PI	220327	Curral Novo do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.066,26
PI	220330	Demerval Lobão	0	0,00	0,00	7.352,62
PI	220335	Dirceu Arcoverde	3	152,10	2.889,90	1.400,29
PI	220340	Dom Expedito Lopes	3	152,10	2.889,90	1.378,77
PI	220342	Domingos Mourão	2	101,40	1.926,60	871,53
PI	220345	Dom Inocêncio	3	152,10	2.889,90	1.909,56
PI	220350	Elesbão Veloso	0	0,00	0,00	5.887,06
PI	220360	Eliseu Martins	2	101,40	1.926,60	981,58
PI	220370	Esperantina	14	709,80	13.486,20	7.935,11
PI	220375	Fartura do Piauí	0	0,00	0,00	2.119,92
PI	220380	Flores do Piauí	2	101,40	1.926,60	892,64
PI	220385	Floresta do Piauí	0	0,00	0,00	1.022,60
PI	220390	Floriano	28	1.419,60	26.972,40	12.100,53
PI	220400	Francinópolis	0	0,00	0,00	2.140,23
PI	220410	Francisco Ayres	0	0,00	0,00	1.871,14
PI	220415	Francisco Macedo	2	101,40	1.926,60	635,17
PI	220420	Francisco Santos	2	101,40	1.926,60	1.858,79
PI	220430	Fronteiras	4	202,80	3.853,20	2.329,32
PI	220435	Geminiano	0	0,00	0,00	2.173,53
PI	220440	Gilbués	0	0,00	0,00	4.273,15
PI	220450	Guadalupe	6	304,20	5.779,80	2.100,03
PI	220455	Guaribas	0	0,00	0,00	1.823,05
PI	220460	Hugo Napoleão	2	101,40	1.926,60	774,87
PI	220465	Ilha Grande	4	202,80	3.853,20	1.881,94
PI	220470	Inhuma	4	202,80	3.853,20	3.059,07
PI	220480	Ipiranga do Piauí	4	202,80	3.853,20	1.959,31
PI	220490	Isaías Coelho	1	50,70	963,30	2.459,44
PI	220500	Itainópolis	1	50,70	963,30	3.647,74
PI	220510	Itaueira	4	202,80	3.853,20	2.202,17
PI	220515	Jacobina do Piauí	1	50,70	963,30	1.355,62
PI	220520	Jaicós	5	253,50	4.816,50	3.813,84
PI	220525	Jardim do Mulato	1	50,70	963,30	899,55
PI	220527	Jatobá do Piauí	2	101,40	1.926,60	971,84
PI	220530	Jerumenha	2	101,40	1.926,60	894,07
PI	220535	João Costa	2	101,40	1.926,60	603,29
PI	220540	Joaquim Pires	3	152,10	2.889,90	2.867,79
PI	220545	Joca Marques	2	101,40	1.926,60	1.086,36
PI	220550	José de Freitas	0	0,00	0,00	20.849,12
PI	220551	Juazeiro do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.094,69
PI	220552	Júlio Borges	3	152,10	2.889,90	1.123,72
PI	220553	Jurema	1	50,70	963,30	950,92
PI	220554	Lagoinha do Piauí	2	101,40	1.926,60	731,55
PI	220555	Lagoa Alegre	3	152,10	2.889,90	2.270,15
PI	220556	Lagoa do Barro do Piauí	2	101,40	1.926,60	930,41
PI	220557	Lagoa de São Francisco	3	152,10	2.889,90	1.349,53
PI	220558	Lagoa do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.080,59
PI	220559	Lagoa do Sítio	3	152,10	2.889,90	1.032,96
PI	220560	Landri Sales	2	101,40	1.926,60	1.069,31
PI	220570	Luís Correia	7	354,90	6.743,10	6.049,51
PI	220580	Luzilândia	8	405,60	7.706,40	5.093,11
PI	220585	Madeiro	1	50,70	963,30	2.354,67
PI	220590	Manoel Emídio	2	101,40	1.926,60	1.069,30
PI	220595	Marcolândia	2	101,40	1.926,60	1.693,91
PI	220600	Marcos Parente	2	101,40	1.926,60	910,51
PI	220605	Massapê do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.286,98
PI	220610	Matias Olímpio	4	202,80	3.853,20	2.184,70
PI	220620	Miguel Alves	6	304,20	5.779,80	7.706,92
PI	220630	Miguel Leão	2	101,40	1.926,60	336,40
PI	220635	Milton Brandão	3	152,10	2.889,90	1.380,19
PI	220640	Monsenhor Gil	4	202,80	3.853,20	2.815,31
PI	220650	Monsenhor Hipólito	2	101,40	1.926,60	1.547,51
PI	220660	Monte Alegre do Piauí	3	152,10	2.889,90	2.121,55
PI	220665	Morro Cabeça no Tempo	0	0,00	0,00	1.657,76
PI	220667	Morro do Chapéu do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.357,24
PI	220669	Murici dos Portelas	3	152,10	2.889,90	1.826,92
PI	220670	Nazaré do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.482,33
PI	220672	Nazária	0	0,00	0,00	4.556,52
PI	220675	Nossa Senhora de Nazaré	2	101,40	1.926,60	971,84
PI	220680	Nossa Senhora dos Remédios	3	152,10	2.889,90	1.735,54
PI	220690	Novo Oriente do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.320,89
PI	220695	Novo Santo Antônio	2	101,40	1.926,60	687,76
PI	220700	Oeiras	15	760,50	14.449,50	7.397,82
PI	220710	Olho D'Água do Piauí	0	0,00	0,00	1.108,08

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	220720	Padre Marcos	3	152,10	2.889,90	1.372,27
PI	220730	Paes Landim	2	101,40	1.926,60	827,87
PI	220735	Pajeú do Piauí	2	101,40	1.926,60	711,78
PI	220740	Palmeira do Piauí	0	0,00	0,00	2.029,36
PI	220750	Palmeirais	4	202,80	3.853,20	2.902,72
PI	220755	Paquetá	1	50,70	963,30	795,79
PI	220760	Parnaguá	4	202,80	3.853,20	2.155,06
PI	220770	Parnaíba	71	3.599,70	68.394,30	32.908,85
PI	220775	Passagem Franca do Piauí	2	101,40	1.926,60	913,76
PI	220777	Patos do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.276,83
PI	220779	Pau D'Arco do Piauí	1	50,70	963,30	807,16
PI	220780	Paulistana	7	354,90	6.743,10	4.100,15
PI	220785	Pavussu	2	101,40	1.926,60	742,18
PI	220790	Pedro II	13	659,10	12.522,90	7.742,00
PI	220793	Pedro Laurentino	0	0,00	0,00	1.013,26
PI	220795	Nova Santa Rita	2	101,40	1.926,60	873,56
PI	220800	Picos	15	760,50	14.449,50	16.792,24
PI	220810	Pimenteiras	0	0,00	0,00	4.847,00
PI	220820	Pio IX	4	202,80	3.853,20	3.680,43
PI	220830	Piracuruca	10	507,00	9.633,00	5.772,13
PI	220840	Piripiri	1	50,70	963,30	26.399,18
PI	220850	Porto	4	202,80	3.853,20	2.509,39
PI	220855	Porto Alegre do Piauí	2	101,40	1.926,60	540,95
PI	220860	Prata do Piauí	2	101,40	1.926,60	631,31
PI	220865	Queimada Nova	1	50,70	963,30	2.627,58
PI	220870	Redenção do Gurguéia	3	152,10	2.889,90	1.753,21
PI	220880	Regeneração	9	456,30	8.669,70	3.593,73
PI	220885	Riacho Frio	0	0,00	0,00	1.729,65
PI	220887	Ribeira do Piauí	0	0,00	0,00	1.788,13
PI	220890	Ribeiro Gonçalves	0	0,00	0,00	2.929,72
PI	220900	Rio Grande do Piauí	0	0,00	0,00	2.571,12
PI	220910	Santa Cruz do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.246,78
PI	220915	Santa Cruz dos Milagres	2	101,40	1.926,60	802,49
PI	220920	Santa Filomena	2	101,40	1.926,60	1.250,03
PI	220930	Santa Luz	0	0,00	0,00	2.339,63
PI	220935	Santana do Piauí	2	101,40	1.926,60	925,74
PI	220937	Santa Rosa do Piauí	0	0,00	0,00	2.104,49
PI	220940	Santo Antônio de Lisboa	1	50,70	963,30	1.597,26
PI	220945	Santo Antônio dos Milagres	0	0,00	0,00	862,99
PI	220950	Santo Inácio do Piauí	0	0,00	0,00	1.515,22
PI	220955	São Braz do Piauí	2	101,40	1.926,60	888,79
PI	220960	São Félix do Piauí	0	0,00	0,00	1.196,01
PI	220965	São Francisco de Assis do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.174,90
PI	220970	São Francisco do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.286,37
PI	220975	São Gonçalo do Gurguéia	2	101,40	1.926,60	606,74
PI	220980	São Gonçalo do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.001,28
PI	220985	São João da Canabrava	2	101,40	1.926,60	920,67
PI	220987	São João da Fronteira	3	152,10	2.889,90	1.205,76
PI	220990	São João da Serra	2	101,40	1.926,60	1.243,12
PI	220995	São João da Varjota	2	101,40	1.926,60	966,96
PI	220997	São João do Arraial	3	152,10	2.889,90	1.593,40
PI	221000	São João do Piauí	0	0,00	0,00	8.227,11
PI	221005	São José do Divino	3	152,10	2.889,90	1.068,09
PI	221010	São José do Peixe	0	0,00	0,00	1.505,47
PI	221020	São José do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.344,45
PI	221030	São Julião	3	152,10	2.889,90	1.271,35
PI	221035	São Lourenço do Piauí	0	0,00	0,00	1.827,92
PI	221037	São Luis do Piauí	2	101,40	1.926,60	528,36
PI	221038	São Miguel da Baixa Grande	0	0,00	0,00	979,95
PI	221039	São Miguel do Fidalgo	2	101,40	1.926,60	608,16
PI	221040	São Miguel do Tapuio	4	202,80	3.853,20	3.687,95
PI	221050	São Pedro do Piauí	5	253,50	4.816,50	3.036,58
PI	221060	São Raimundo Nonato	14	709,80	13.486,20	6.926,12
PI	221062	Sebastião Barros	1	50,70	963,30	842,69
PI	221063	Sebastião Leal	1	50,70	963,30	857,72
PI	221065	Sigefredo Pacheco	2	101,40	1.926,60	2.085,83
PI	221070	Simões	4	202,80	3.853,20	2.926,27
PI	221080	Simplício Mendes	4	202,80	3.853,20	2.535,79
PI	221090	Socorro do Piauí	0	0,00	0,00	1.838,48
PI	221093	Sussuapara	0	0,00	0,00	2.685,24
PI	221095	Tamboril do Piauí	2	101,40	1.926,60	582,78
PI	221097	Tanque do Piauí	2	101,40	1.926,60	552,11
PI	221100	Teresina	393	19.925,10	378.576,90	265.644,13
PI	221110	União	11	557,70	10.596,30	13.071,10
PI	221120	Uruçuí	7	354,90	6.743,10	4.302,40
PI	221130	Valença do Piauí	11	557,70	10.596,30	4.180,56
PI	221135	Várzea Branca	2	101,40	1.926,60	1.002,23
PI	221140	Várzea Grande	2	101,40	1.926,60	882,49
PI	221150	Vera Mendes	0	0,00	0,00	1.230,12
PI	221160	Vila Nova do Piauí	2	101,40	1.926,60	611,21
PI	221170	Wall Ferraz	2	101,40	1.926,60	891,43
		Total	1.122	56.885,40	1.080.822,60	1.173.319,40

ANEXO XVIII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
PR	410000	SES/PR	0	0,00	0,00	783.166,59
PR	410010	Abatiá	3	152,10	2.889,90	893,39
PR	410020	Adrianópolis	0	0,00	0,00	1.919,06
PR	410030	Agudos do Sul	1	50,70	963,30	1.693,29
PR	410040	Almirante Tamandaré	10	507,00	9.633,00	20.991,98
PR	410045	Altamira do Paraná	2	101,40	1.926,60	718,90
PR	410050	Altônia	9	456,30	8.669,70	2.290,59
PR	410060	Alto Paraná	6	304,20	5.779,80	1.797,41
PR	410070	Alto Piquiri	5	253,50	4.816,50	1.137,28
PR	410080	Alvorada do Sul	5	253,50	4.816,50	1.230,59
PR	410090	Amaporã	3	152,10	2.889,90	779,20

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	410100	Ampére	8	405,60	7.706,40	1.985,80
PR	410105	Anahy	2	101,40	1.926,60	731,07
PR	410110	Andirá	4	202,80	3.853,20	2.187,86
PR	410115	Ângulo	2	101,40	1.926,60	740,22
PR	410120	Antonina	0	0,00	0,00	4.112,15
PR	410130	Antônio Olinto	1	50,70	963,30	865,30
PR	410140	Apucarana	59	2.991,30	56.834,70	19.420,64
PR	410150	Arapongas	45	2.281,50	43.348,50	13.393,18
PR	410160	Arapoti	9	456,30	8.669,70	2.875,59
PR	410165	Arapuã	2	101,40	1.926,60	721,38
PR	410170	Araruna	7	354,90	6.743,10	1.509,75
PR	410180	Araucária	7	354,90	6.743,10	29.703,93
PR	410185	Ariranha do Ivaí	1	50,70	963,30	721,89
PR	410190	Assaí	7	354,90	6.743,10	1.737,75
PR	410200	Assis Chateaubriand	19	963,30	18.302,70	3.682,35
PR	410210	Astorga	14	709,80	13.486,20	2.705,24
PR	410220	Atalaia	2	101,40	1.926,60	732,81
PR	410230	Balsa Nova	3	152,10	2.889,90	1.781,96
PR	410240	Bandeirantes	0	0,00	0,00	6.708,66
PR	410250	Barbosa Ferraz	7	354,90	6.743,10	1.367,01
PR	410260	Barracão	3	152,10	2.889,90	1.136,79
PR	410270	Barra do Jacaré	1	50,70	963,30	738,46
PR	410275	Bela Vista da Caroba	1	50,70	963,30	724,34
PR	410280	Bela Vista do Paraíso	8	405,60	7.706,40	1.662,61
PR	410290	Bituruna	3	152,10	2.889,90	1.797,02
PR	410300	Boa Esperança	2	101,40	1.926,60	725,07
PR	410302	Boa Esperança do Iguaçu	1	50,70	963,30	725,47
PR	410304	Boa Ventura de São Roque	2	101,40	1.926,60	779,30
PR	410305	Boa Vista da Aparecida	3	152,10	2.889,90	907,89
PR	410310	Bocaiúva do Sul	0	0,00	0,00	3.534,14
PR	410315	Bom Jesus do Sul	1	50,70	963,30	727,96
PR	410320	Bom Sucesso	2	101,40	1.926,60	812,24
PR	410322	Bom Sucesso do Sul	1	50,70	963,30	732,55
PR	410330	Borrazópolis	4	202,80	3.853,20	878,41
PR	410335	Braganey	2	101,40	1.926,60	728,94
PR	410337	Brasilândia do Sul	2	101,40	1.926,60	719,00
PR	410340	Cafeara	1	50,70	963,30	760,41
PR	410345	Cafelândia	7	354,90	6.743,10	1.823,02
PR	410347	Cafezal do Sul	3	152,10	2.889,90	728,83
PR	410350	Califórnia	4	202,80	3.853,20	966,19
PR	410360	Cambará	13	659,10	12.522,90	2.626,96
PR	410370	Cambé	53	2.687,10	51.054,90	15.686,85
PR	410380	Cambira	2	101,40	1.926,60	890,89
PR	410390	Campina da Lagoa	5	253,50	4.816,50	1.641,65
PR	410395	Campina do Simão	1	50,70	963,30	729,48
PR	410400	Campina Grande do Sul	0	0,00	0,00	11.446,65
PR	410405	Campo Bonito	2	101,40	1.926,60	722,62
PR	410410	Campo do Tenente	1	50,70	963,30	1.341,13
PR	410420	Campo Largo	6	304,20	5.779,80	27.992,92
PR	410425	Campo Magro	3	152,10	2.889,90	4.796,42
PR	410430	Campo Mourão	46	2.332,20	44.311,80	11.146,52
PR	410440	Cândido de Abreu	4	202,80	3.853,20	1.756,93
PR	410442	Candói	4	202,80	3.853,20	1.696,67
PR	410445	Cantagalo	4	202,80	3.853,20	1.450,56
PR	410450	Capanema	6	304,20	5.779,80	2.029,34
PR	410460	Capitão Leônidas Marques	7	354,90	6.743,10	1.683,43
PR	410465	Carambeí	3	152,10	2.889,90	2.326,69
PR	410470	Carlópolis	6	304,20	5.779,80	1.542,83
PR	410480	Cascavel	144	7.300,80	138.715,20	46.434,75
PR	410490	Castro	5	253,50	4.816,50	9.542,55
PR	410500	Catanduvas	2	101,40	1.926,60	1.152,77
PR	410510	Centenário do Sul	4	202,80	3.853,20	1.239,21
PR	410520	Cerro Azul	0	0,00	0,00	4.945,73
PR	410530	Céu Azul	5	253,50	4.816,50	1.280,54
PR	410540	Chopinzinho	4	202,80	3.853,20	2.097,98
PR	410550	Cianorte	35	1.774,50	33.715,50	10.317,38
PR	410560	Cidade Gaúcha	6	304,20	5.779,80	1.339,80
PR	410570	Clevelândia	4	202,80	3.853,20	1.843,37
PR	410580	Colombo	13	659,10	12.522,90	50.238,27
PR	410590	Colorado	12	608,40	11.559,60	2.483,42
PR	410600	Congonhinhas	1	50,70	963,30	1.016,38
PR	410610	Conselheiro Mairinck	2	101,40	1.926,60	751,82
PR	410620	Contenda	0	0,00	0,00	4.977,43
PR	410630	Corbélia	8	405,60	7.706,40	1.815,67
PR	410640	Cornélio Procópio	21	1.064,70	20.229,30	4.923,36
PR	410645	Coronel Domingos Soares	1	50,70	963,30	901,64
PR	410650	Coronel Vivida	7	354,90	6.743,10	2.291,02
PR	410655	Corumbataí do Sul	2	101,40	1.926,60	717,33

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	410657	Cruzeiro do Iguaçu	2	101,40	1.926,60	732,74
PR	410660	Cruzeiro do Oeste	11	557,70	10.596,30	2.213,85
PR	410670	Cruzeiro do Sul	3	152,10	2.889,90	731,51
PR	410680	Cruz Machado	0	0,00	0,00	3.968,88
PR	410685	Cruzmaltina	2	101,40	1.926,60	727,65
PR	410690	Curitiba	85	4.309,50	81.880,50	420.895,37
PR	410700	Curiúva	4	202,80	3.853,20	1.601,39
PR	410710	Diamante do Norte	3	152,10	2.889,90	882,12
PR	410712	Diamante do Sul	1	50,70	963,30	731,75
PR	410715	Diamante D'Oeste	0	0,00	0,00	1.618,98
PR	410720	Dois Vizinhos	16	811,20	15.412,80	4.057,41
PR	410725	Douradina	4	202,80	3.853,20	957,45
PR	410730	Doutor Camargo	4	202,80	3.853,20	740,79
PR	410740	Enéas Marques	2	101,40	1.926,60	731,39
PR	410750	Engenheiro Beltrão	7	354,90	6.743,10	1.529,37
PR	410752	Esperança Nova	1	50,70	963,30	722,37
PR	410753	Entre Rios do Oeste	2	101,40	1.926,60	781,33
PR	410754	Espigão Alto do Iguaçu	2	101,40	1.926,60	723,57
PR	410755	Farol	0	0,00	0,00	1.449,01
PR	410760	Faxinal	8	405,60	7.706,40	1.827,37
PR	410765	Fazenda Rio Grande	4	202,80	3.853,20	21.475,88
PR	410770	Fênix	2	101,40	1.926,60	732,61
PR	410773	Fernandes Pinheiro	0	0,00	0,00	1.496,46
PR	410775	Figueira	2	101,40	1.926,60	940,80
PR	410780	Floraí	3	152,10	2.889,90	731,38
PR	410785	Flor da Serra do Sul	1	50,70	963,30	731,62
PR	410790	Floresta	4	202,80	3.853,20	991,64
PR	410800	Florestópolis	6	304,20	5.779,80	1.233,54
PR	410810	Flórida	2	101,40	1.926,60	750,47
PR	410820	Formosa do Oeste	0	0,00	0,00	1.702,98
PR	410830	Foz do Iguaçu	131	6.641,70	126.192,30	50.273,26
PR	410832	Francisco Alves	4	202,80	3.853,20	755,13
PR	410840	Francisco Beltrão	38	1.926,60	36.605,40	8.859,03
PR	410845	Foz do Jordão	2	101,40	1.926,60	721,80
PR	410850	General Carneiro	3	152,10	2.889,90	1.592,01
PR	410855	Godoy Moreira	1	50,70	963,30	723,92
PR	410860	Goioerê	10	507,00	9.633,00	3.052,71
PR	410865	Goioxim	1	50,70	963,30	926,67
PR	410870	Grandes Rios	3	152,10	2.889,90	813,42
PR	410880	Guaíra	16	811,20	15.412,80	3.958,51
PR	410890	Guairaçá	3	152,10	2.889,90	769,47
PR	410895	Guamiranga	2	101,40	1.926,60	971,92
PR	410900	Guapirama	2	101,40	1.926,60	731,33
PR	410910	Guaporema	2	101,40	1.926,60	734,46
PR	410920	Guaraci	3	152,10	2.889,90	755,11
PR	410930	Guaraniaçu	4	202,80	3.853,20	1.543,98
PR	410940	Guarapuava	10	507,00	9.633,00	26.228,33
PR	410950	Guaraqueçaba	0	0,00	0,00	2.021,62
PR	410960	Guaratuba	5	253,50	4.816,50	3.676,78
PR	410965	Honório Serpa	2	101,40	1.926,60	723,25
PR	410970	Ibaiti	2	101,40	1.926,60	4.454,76
PR	410975	Ibema	3	152,10	2.889,90	749,48
PR	410980	Ibiporã	27	1.368,90	26.009,10	6.992,76
PR	410990	Icaraíma	4	202,80	3.853,20	984,21
PR	411000	Iguaraçu	3	152,10	2.889,90	900,41
PR	411005	Iguatu	2	101,40	1.926,60	735,65
PR	411007	Imbaú	3	152,10	2.889,90	1.377,37
PR	411010	Imbituva	4	202,80	3.853,20	3.254,91
PR	411020	Inácio Martins	3	152,10	2.889,90	1.235,30
PR	411030	Inajá	2	101,40	1.926,60	744,88
PR	411040	Indianópolis	2	101,40	1.926,60	743,89
PR	411050	Ipiranga	2	101,40	1.926,60	1.614,10
PR	411060	Iporã	4	202,80	3.853,20	1.603,72
PR	411065	Iracema do Oeste	0	0,00	0,00	1.448,41
PR	411070	Irati	26	1.318,20	25.045,80	6.086,51
PR	411080	Iretama	4	202,80	3.853,20	1.178,94
PR	411090	Itaguajé	3	152,10	2.889,90	731,34

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	411095	Itaipulândia	4	202,80	3.853,20	1.390,99
PR	411100	Itambaracá	4	202,80	3.853,20	795,40
PR	411110	Itambé	3	152,10	2.889,90	739,37
PR	411120	Itapejara d'Oeste	4	202,80	3.853,20	1.276,15
PR	411125	Itaperuçu	5	253,50	4.816,50	3.746,56
PR	411130	Itaúna do Sul	2	101,40	1.926,60	717,09
PR	411140	Ivaí	3	152,10	2.889,90	1.482,11
PR	411150	Ivaiporã	14	709,80	13.486,20	3.346,88
PR	411155	Ivaté	4	202,80	3.853,20	921,84
PR	411160	Ivatuba	2	101,40	1.926,60	758,46
PR	411170	Jaboti	3	152,10	2.889,90	756,24
PR	411180	Jacarezinho	5	253,50	4.816,50	4.091,82
PR	411190	Jaguapitã	6	304,20	5.779,80	1.444,23
PR	411200	Jaguariaíva	5	253,50	4.816,50	3.557,65
PR	411210	Jandaia do Sul	9	456,30	8.669,70	2.225,19
PR	411220	Janiópolis	3	152,10	2.889,90	743,61
PR	411230	Japira	2	101,40	1.926,60	738,49
PR	411240	Japurá	5	253,50	4.816,50	1.039,68
PR	411250	Jardim Alegre	0	0,00	0,00	2.787,78
PR	411260	Jardim Olinda	2	101,40	1.926,60	728,72
PR	411270	Jataizinho	6	304,20	5.779,80	1.603,69
PR	411275	Jesuítas	4	202,80	3.853,20	1.010,69
PR	411280	Joaquim Távora	5	253,50	4.816,50	1.279,36
PR	411290	Jundiaí do Sul	2	101,40	1.926,60	729,95
PR	411295	Juranda	3	152,10	2.889,90	880,94
PR	411300	Jussara	3	152,10	2.889,90	812,39
PR	411310	Kaloré	2	101,40	1.926,60	726,19
PR	411320	Lapa	2	101,40	1.926,60	10.969,28
PR	411325	Laranjal	1	50,70	963,30	791,30
PR	411330	Laranjeiras do Sul	14	709,80	13.486,20	3.555,86
PR	411340	Leópolis	2	101,40	1.926,60	729,54
PR	411342	Lidianópolis	2	101,40	1.926,60	719,75
PR	411345	Lindoeste	1	50,70	963,30	722,97
PR	411350	Loanda	11	557,70	10.596,30	2.381,62
PR	411360	Lobato	3	152,10	2.889,90	760,19
PR	411370	Londrina	0	0,00	0,00	183.280,94
PR	411373	Luiziana	3	152,10	2.889,90	854,85
PR	411375	Lunardelli	3	152,10	2.889,90	727,62
PR	411380	Lupionópolis	3	152,10	2.889,90	755,09
PR	411390	Mallet	2	101,40	1.926,60	1.475,08
PR	411400	Mamborê	5	253,50	4.816,50	1.506,79
PR	411410	Mandaguaçu	8	405,60	7.706,40	2.586,79
PR	411420	Mandaguari	18	912,60	17.339,40	4.136,52
PR	411430	Mandirituba	2	101,40	1.926,60	5.082,55
PR	411435	Manfrinópolis	2	101,40	1.926,60	718,70
PR	411440	Mangueirinha	4	202,80	3.853,20	1.833,85
PR	411450	Manoel Ribas	4	202,80	3.853,20	1.470,47
PR	411460	Marechal Cândido Rondon	23	1.166,10	22.155,90	7.015,68
PR	411470	Maria Helena	3	152,10	2.889,90	729,51
PR	411480	Marialva	17	861,90	16.376,10	4.785,69
PR	411490	Marilândia do Sul	4	202,80	3.853,20	1.013,04
PR	411500	Marilena	4	202,80	3.853,20	824,76
PR	411510	Mariluz	5	253,50	4.816,50	1.158,40
PR	411520	Maringá	171	8.669,70	164.724,30	62.172,38
PR	411530	Mariópolis	2	101,40	1.926,60	773,76
PR	411535	Maripá	3	152,10	2.889,90	732,00
PR	411540	Marmeleiro	5	253,50	4.816,50	1.552,93
PR	411545	Marquinho	1	50,70	963,30	724,90
PR	411550	Marumbi	1	50,70	963,30	737,58
PR	411560	Matelândia	6	304,20	5.779,80	2.059,91
PR	411570	Matinhos	3	152,10	2.889,90	5.033,45
PR	411573	Mato Rico	1	50,70	963,30	721,74
PR	411575	Mauá da Serra	4	202,80	3.853,20	1.118,50
PR	411580	Medianeira	19	963,30	18.302,70	5.324,60
PR	411585	Mercedes	2	101,40	1.926,60	762,92
PR	411590	Mirador	1	50,70	963,30	729,06
PR	411600	Miraselva	1	50,70	963,30	730,85
PR	411605	Missal	4	202,80	3.853,20	1.381,51
PR	411610	Moreira Sales	4	202,80	3.853,20	1.379,16
PR	411620	Morretes	1	50,70	963,30	2.538,78
PR	411630	Munhoz de Melo	3	152,10	2.889,90	759,35
PR	411640	Nossa Senhora das Graças	2	101,40	1.926,60	738,63
PR	411650	Nova Aliança do Ivaí	1	50,70	963,30	756,68
PR	411660	Nova América da Colina	2	101,40	1.926,60	732,51
PR	411670	Nova Aurora	6	304,20	5.779,80	1.278,03
PR	411680	Nova Cantu	3	152,10	2.889,90	906,18
PR	411690	Nova Esperança	12	608,40	11.559,60	3.316,30
PR	411695	Nova Esperança do Sudoeste	2	101,40	1.926,60	732,56
PR	411700	Nova Fátima	0	0,00	0,00	1.882,99
PR	411705	Nova Laranjeiras	3	152,10	2.889,90	1.616,33

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	411710	Nova Londrina	6	304,20	5.779,80	1.700,20
PR	411720	Nova Olímpia	3	152,10	2.889,90	749,91
PR	411721	Nova Santa Bárbara	2	101,40	1.926,60	759,92
PR	411722	Nova Santa Rosa	4	202,80	3.853,20	927,77
PR	411725	Nova Prata do Iguaçu	4	202,80	3.853,20	1.177,43
PR	411727	Nova Tebas	3	152,10	2.889,90	813,71
PR	411729	Novo Itacolomi	0	0,00	0,00	1.468,10
PR	411730	Ortigueira	5	253,50	4.816,50	2.546,16
PR	411740	Ourizona	2	101,40	1.926,60	736,81
PR	411745	Ouro Verde do Oeste	3	152,10	2.889,90	749,29
PR	411750	Paiçandu	15	760,50	14.449,50	5.511,92
PR	411760	Palmas	5	253,50	4.816,50	5.108,59
PR	411770	Palmeira	5	253,50	4.816,50	3.478,01
PR	411780	Palmital	3	152,10	2.889,90	1.603,70
PR	411790	Palotina	14	709,80	13.486,20	3.218,39
PR	411800	Paraíso do Norte	5	253,50	4.816,50	1.441,94
PR	411810	Paranacity	6	304,20	5.779,80	1.233,84
PR	411820	Paranaguá	6	304,20	5.779,80	32.024,80
PR	411830	Paranapoema	2	101,40	1.926,60	778,54
PR	411840	Paranavaí	41	2.078,70	39.495,30	9.831,87
PR	411845	Pato Bragado	3	152,10	2.889,90	783,45
PR	411850	Pato Branco	32	1.622,40	30.825,60	8.092,81
PR	411860	Paula Freitas	1	50,70	963,30	757,88
PR	411870	Paulo Frontin	0	0,00	0,00	1.690,99
PR	411880	Peabiru	6	304,20	5.779,80	1.518,95
PR	411885	Perobal	3	152,10	2.889,90	761,89
PR	411890	Pérola	6	304,20	5.779,80	1.216,74
PR	411900	Pérola d'Oeste	2	101,40	1.926,60	788,54
PR	411910	Piên	2	101,40	1.926,60	1.762,07
PR	411915	Pinhais	7	354,90	6.743,10	27.587,72
PR	411920	Pinhalão	1	50,70	963,30	752,36
PR	411925	Pinhal de São Bento	1	50,70	963,30	745,33
PR	411930	Pinhão	5	253,50	4.816,50	3.310,93
PR	411940	Piraí do Sul	5	253,50	4.816,50	2.615,96
PR	411950	Piraquara	5	253,50	4.816,50	23.810,06
PR	411960	Pitanga	5	253,50	4.816,50	3.357,80
PR	411965	Pitangueiras	2	101,40	1.926,60	778,28
PR	411970	Planaltina do Paraná	2	101,40	1.926,60	745,62
PR	411980	Planalto	4	202,80	3.853,20	1.494,43
PR	411990	Ponta Grossa	64	3.244,80	61.651,20	34.124,69
PR	411995	Pontal do Paraná	5	253,50	4.816,50	2.637,72
PR	412000	Porecatu	7	354,90	6.743,10	1.517,06
PR	412010	Porto Amazonas	2	101,40	1.926,60	755,97
PR	412015	Porto Barreiro	1	50,70	963,30	723,88
PR	412020	Porto Rico	2	101,40	1.926,60	736,02
PR	412030	Porto Vitória	1	50,70	963,30	735,76
PR	412033	Prado Ferreira	2	101,40	1.926,60	761,72
PR	412035	Pranchita	2	101,40	1.926,60	726,51
PR	412040	Presidente Castelo Branco	2	101,40	1.926,60	766,61
PR	412050	Primeiro de Maio	6	304,20	5.779,80	1.231,37
PR	412060	Prudentópolis	5	253,50	4.816,50	5.716,47
PR	412065	Quarto Centenário	2	101,40	1.926,60	727,68
PR	412070	Quatiguá	4	202,80	3.853,20	856,24
PR	412080	Quatro Barras	0	0,00	0,00	6.214,13
PR	412085	Quatro Pontes	1	50,70	963,30	750,32
PR	412090	Quedas do Iguaçu	11	557,70	10.596,30	3.433,56
PR	412100	Querência do Norte	5	253,50	4.816,50	1.334,17
PR	412110	Quinta do Sol	2	101,40	1.926,60	725,20
PR	412120	Quitandinha	1	50,70	963,30	4.212,12
PR	412125	Ramilândia	2	101,40	1.926,60	756,71
PR	412130	Rancho Alegre	3	152,10	2.889,90	747,21
PR	412135	Rancho Alegre D'Oeste	2	101,40	1.926,60	727,83
PR	412140	Realeza	7	354,90	6.743,10	1.807,03
PR	412150	Rebouças	4	202,80	3.853,20	1.597,45
PR	412160	Renascença	3	152,10	2.889,90	805,80

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	412170	Reserva	5	253,50	4.816,50	2.761,44
PR	412175	Reserva do Iguaçu	1	50,70	963,30	903,10
PR	412180	Ribeirão Claro	2	101,40	1.926,60	1.197,53
PR	412190	Ribeirão do Pinhal	7	354,90	6.743,10	1.472,01
PR	412200	Rio Azul	2	101,40	1.926,60	1.612,80
PR	412210	Rio Bom	2	101,40	1.926,60	730,25
PR	412215	Rio Bonito do Iguaçu	2	101,40	1.926,60	1.868,17
PR	412217	Rio Branco do Ivaí	1	50,70	963,30	748,51
PR	412220	Rio Branco do Sul	0	0,00	0,00	8.796,13
PR	412230	Rio Negro	2	101,40	1.926,60	7.229,34
PR	412240	Rolândia	35	1.774,50	33.715,50	8.374,65
PR	412250	Roncador	4	202,80	3.853,20	1.236,08
PR	412260	Rondon	0	0,00	0,00	2.129,85
PR	412265	Rosário do Ivaí	3	152,10	2.889,90	721,65
PR	412270	Sabáudia	3	152,10	2.889,90	783,26
PR	412280	Salgado Filho	1	50,70	963,30	718,04
PR	412290	Salto do Itararé	3	152,10	2.889,90	729,59
PR	412300	Salto do Lontra	4	202,80	3.853,20	1.572,43
PR	412310	Santa Amélia	2	101,40	1.926,60	723,28
PR	412320	Santa Cecília do Pavão	2	101,40	1.926,60	726,46
PR	412330	Santa Cruz de Monte Castelo	4	202,80	3.853,20	927,11
PR	412340	Santa Fé	6	304,20	5.779,80	1.355,22
PR	412350	Santa Helena	8	405,60	7.706,40	2.964,29
PR	412360	Santa Inês	2	101,40	1.926,60	723,58
PR	412370	Santa Isabel do Ivaí	5	253,50	4.816,50	997,70
PR	412380	Santa Izabel do Oeste	4	202,80	3.853,20	1.544,39
PR	412382	Santa Lúcia	2	101,40	1.926,60	731,00
PR	412385	Santa Maria do Oeste	2	101,40	1.926,60	1.320,62
PR	412390	Santa Mariana	5	253,50	4.816,50	1.355,43
PR	412395	Santa Mônica	1	50,70	963,30	768,49
PR	412400	Santana do Itararé	2	101,40	1.926,60	729,36
PR	412402	Santa Tereza do Oeste	5	253,50	4.816,50	1.418,60
PR	412405	Santa Terezinha de Itaipu	4	202,80	3.853,20	2.855,35
PR	412410	Santo Antônio da Platina	21	1.064,70	20.229,30	4.643,99
PR	412420	Santo Antônio do Caiuá	2	101,40	1.926,60	730,52
PR	412430	Santo Antônio do Paraíso	2	101,40	1.926,60	723,25
PR	412440	Santo Antônio do Sudoeste	8	405,60	7.706,40	2.109,49
PR	412450	Santo Inácio	3	152,10	2.889,90	742,55
PR	412460	São Carlos do Ivaí	4	202,80	3.853,20	794,99
PR	412470	São Jerônimo da Serra	4	202,80	3.853,20	1.259,78
PR	412480	São João	4	202,80	3.853,20	1.179,45
PR	412490	São João do Caiuá	3	152,10	2.889,90	732,56
PR	412500	São João do Ivaí	5	253,50	4.816,50	1.245,99
PR	412510	São João do Triunfo	1	50,70	963,30	2.226,09
PR	412520	São Jorge d'Oeste	1	50,70	963,30	1.107,18
PR	412530	São Jorge do Ivaí	1	50,70	963,30	734,34
PR	412535	São Jorge do Patrocínio	3	152,10	2.889,90	937,91
PR	412540	São José da Boa Vista	3	152,10	2.889,90	766,40
PR	412545	São José das Palmeiras	2	101,40	1.926,60	729,45
PR	412550	São José dos Pinhais	14	709,80	13.486,20	67.749,57
PR	412555	São Manoel do Paraná	2	101,40	1.926,60	741,83
PR	412560	São Mateus do Sul	5	253,50	4.816,50	4.604,59
PR	412570	São Miguel do Iguaçu	9	456,30	8.669,70	3.438,97
PR	412575	São Pedro do Iguaçu	3	152,10	2.889,90	755,88
PR	412580	São Pedro do Ivaí	5	253,50	4.816,50	1.198,66
PR	412590	São Pedro do Paraná	2	101,40	1.926,60	727,44
PR	412600	São Sebastião da Amoreira	4	202,80	3.853,20	1.004,13
PR	412610	São Tomé	3	152,10	2.889,90	754,60
PR	412620	Sapopema	2	101,40	1.926,60	798,18
PR	412625	Sarandi	52	2.636,40	50.091,60	13.068,78
PR	412627	Saudade do Iguaçu	0	0,00	0,00	1.524,29
PR	412630	Sengés	0	0,00	0,00	4.075,99
PR	412635	Serranópolis do Iguaçu	1	50,70	963,30	731,79
PR	412640	Sertaneja	4	202,80	3.853,20	725,94
PR	412650	Sertanópolis	8	405,60	7.706,40	1.745,76
PR	412660	Siqueira Campos	3	152,10	2.889,90	2.147,55
PR	412665	Sulina	0	0,00	0,00	1.446,61
PR	412667	Tamarana	4	202,80	3.853,20	1.522,26
PR	412670	Tamboara	3	152,10	2.889,90	763,29
PR	412680	Tapejara	8	405,60	7.706,40	1.697,23
PR	412690	Tapira	3	152,10	2.889,90	729,26
PR	412700	Teixeira Soares	2	101,40	1.926,60	1.294,04
PR	412710	Telêmaco Borba	5	253,50	4.816,50	10.689,45
PR	412720	Terra Boa	8	405,60	7.706,40	1.797,55
PR	412730	Terra Rica	8	405,60	7.706,40	1.757,73
PR	412740	Terra Roxa	8	405,60	7.706,40	1.858,34
PR	412750	Tibagi	6	304,20	5.779,80	2.149,07
PR	412760	Tijucas do Sul	3	152,10	2.889,90	2.275,91
PR	412770	Toledo	57	2.889,90	54.908,10	15.660,97
PR	412780	Tomazina	3	152,10	2.889,90	981,02
PR	412785	Três Barras do Paraná	4	202,80	3.853,20	1.326,72
PR	412788	Tunas do Paraná	1	50,70	963,30	1.404,81
PR	412790	Tuneiras do Oeste	4	202,80	3.853,20	993,06
PR	412795	Tupãssi	4	202,80	3.853,20	933,68
PR	412796	Turvo	4	202,80	3.853,20	1.491,17
PR	412800	Ubiratã	11	557,70	10.596,30	2.284,97
PR	412810	Umuarama	53	2.687,10	51.054,90	13.144,35
PR	412820	União da Vitória	5	253,50	4.816,50	6.686,41

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	412830	Uniflor	2	101,40	1.926,60	750,23
PR	412840	Uraí	5	253,50	4.816,50	1.273,72
PR	412850	Wenceslau Braz	9	456,30	8.669,70	2.076,61
PR	412853	Ventania	4	202,80	3.853,20	1.251,48
PR	412855	Vera Cruz do Oeste	4	202,80	3.853,20	1.011,75
PR	412860	Verê	3	152,10	2.889,90	895,88
PR	412862	Alto Paraíso	1	50,70	963,30	721,48
PR	412863	Doutor Ulysses	1	50,70	963,30	883,87
PR	412865	Virmond	2	101,40	1.926,60	738,31
PR	412870	Vitorino	3	152,10	2.889,90	797,21
PR	412880	Xambrê	3	152,10	2.889,90	728,90
		Total	2.700	136.890,00	2.600.910,00	2.689.686,23

ANEXO XIX

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
RJ	330000	SES/RJ	0	0,00	0,00	1.403.863,65
RJ	330010	Angra dos Reis	1	50,70	963,30	89.858,90
RJ	330015	Aperibé	0	0,00	0,00	5.269,60
RJ	330020	Araruama	2	101,40	1.926,60	57.219,66
RJ	330022	Areal	3	152,10	2.889,90	2.833,37
RJ	330023	Armação dos Búzios	16	811,20	15.412,80	7.527,33
RJ	330025	Arraial do Cabo	16	811,20	15.412,80	6.837,60
RJ	330030	Barra do Piraí	22	1.115,40	21.192,60	24.288,73
RJ	330040	Barra Mansa	0	0,00	0,00	83.960,33
RJ	330045	Belford Roxo	159	8.061,30	153.164,70	115.682,70
RJ	330050	Bom Jardim	7	354,90	6.743,10	6.198,73
RJ	330060	Bom Jesus do Itabapoana	1	50,70	963,30	15.868,43
RJ	330070	Cabo Frio	1	50,70	963,30	99.850,70
RJ	330080	Cachoeiras de Macacu	0	0,00	0,00	26.622,40
RJ	330090	Cambuci	1	50,70	963,30	6.106,93
RJ	330093	Carapebus	2	101,40	1.926,60	5.338,46
RJ	330095	Comendador Levy Gasparian	4	202,80	3.853,20	1.945,07
RJ	330100	Campos dos Goytacazes	195	9.886,50	187.843,50	114.400,53
RJ	330110	Cantagalo	8	405,60	7.706,40	4.627,00
RJ	330115	Cardoso Moreira	5	253,50	4.816,50	2.940,23
RJ	330120	Carmo	0	0,00	0,00	8.523,20
RJ	330130	Casimiro de Abreu	3	152,10	2.889,90	16.709,63
RJ	330140	Conceição de Macabu	10	507,00	9.633,00	5.240,90
RJ	330150	Cordeiro	11	557,70	10.596,30	4.958,33
RJ	330160	Duas Barras	2	101,40	1.926,60	3.285,60
RJ	330170	Duque de Caxias	0	0,00	0,00	415.798,60
RJ	330180	Engenheiro Paulo de Frontin	6	304,20	5.779,80	3.179,40
RJ	330185	Guapimirim	27	1.368,90	26.009,10	13.514,90
RJ	330187	Iguaba Grande	13	659,10	12.522,90	6.285,07
RJ	330190	Itaboraí	108	5.475,60	104.036,40	54.225,27
RJ	330200	Itaguaí	0	0,00	0,00	57.105,53
RJ	330205	Italva	5	253,50	4.816,50	3.435,37
RJ	330210	Itaocara	0	0,00	0,00	10.679,20
RJ	330220	Itaperuna	37	1.875,90	35.642,10	23.332,63
RJ	330225	Itatiaia	0	0,00	0,00	14.748,86
RJ	330227	Japeri	35	1.774,50	33.715,50	23.621,97
RJ	330230	Laje do Muriaé	4	202,80	3.853,20	1.732,27
RJ	330240	Macaé	107	5.424,90	103.073,10	56.965,77
RJ	330245	Macuco	3	152,10	2.889,90	1.267,93
RJ	330250	Magé	0	0,00	0,00	110.796,00
RJ	330260	Mangaratiba	0	0,00	0,00	19.793,66
RJ	330270	Maricá	0	0,00	0,00	71.403,73
RJ	330280	Mendes	11	557,70	10.596,30	4.228,70
RJ	330285	Mesquita	18	912,60	17.339,40	62.591,26
RJ	330290	Miguel Pereira	13	659,10	12.522,90	5.803,23
RJ	330300	Miracema	13	659,10	12.522,90	6.255,67
RJ	330310	Natividade	1	50,70	963,30	6.072,16
RJ	330320	Nilópolis	0	0,00	0,00	73.886,86
RJ	330330	Niterói	0	0,00	0,00	232.879,73
RJ	330340	Nova Friburgo	32	1.622,40	30.825,60	55.685,53
RJ	330350	Nova Iguaçu	191	9.683,70	183.990,30	192.839,30
RJ	330360	Paracambi	0	0,00	0,00	23.541,93
RJ	330370	Paraíba do Sul	19	963,30	18.302,70	10.015,13
RJ	330380	Paraty	1	50,70	963,30	18.381,90
RJ	330385	Paty do Alferes	7	354,90	6.743,10	6.297,90
RJ	330390	Petrópolis	53	2.687,10	51.054,90	88.121,43
RJ	330395	Pinheiral	0	0,00	0,00	11.331,60
RJ	330400	Piraí	11	557,70	10.596,30	6.585,13
RJ	330410	Porciúncula	8	405,60	7.706,40	4.313,04
RJ	330411	Porto Real	9	456,30	8.669,70	4.393,43
RJ	330412	Quatis	5	253,50	4.816,50	3.216,50
RJ	330414	Queimados	0	0,00	0,00	67.846,80
RJ	330415	Quissamã	7	354,90	6.743,10	5.491,50
RJ	330420	Resende	57	2.889,90	54.908,10	29.615,37
RJ	330430	Rio Bonito	0	0,00	0,00	27.193,60
RJ	330440	Rio Claro	8	405,60	7.706,40	4.197,20

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RJ	330450	Rio das Flores	0	0,00	0,00	4.192,53
RJ	330452	Rio das Ostras	0	0,00	0,00	65.854,60
RJ	330455	Rio de Janeiro	2.063	104.594,10	1.987.287,90	1.521.395,40
RJ	330460	Santa Maria Madalena	2	101,40	1.926,60	2.879,13
RJ	330470	Santo Antônio de Pádua	18	912,60	17.339,40	9.639,47
RJ	330475	São Francisco de Itabapoana	7	354,90	6.743,10	14.362,71
RJ	330480	São Fidélis	0	0,00	0,00	19.272,71
RJ	330490	São Gonçalo	0	0,00	0,00	489.918,80
RJ	330500	São João da Barra	15	760,50	14.449,50	8.207,27
RJ	330510	São João de Meriti	0	0,00	0,00	215.039,53
RJ	330513	São José de Ubá	3	152,10	2.889,90	1.681,40
RJ	330515	São José do Vale do Rio Preto	0	0,00	0,00	9.853,20
RJ	330520	São Pedro da Aldeia	45	2.281,50	43.348,50	23.311,40
RJ	330530	São Sebastião do Alto	0	0,00	0,00	4.243,86
RJ	330540	Sapucaia	7	354,90	6.743,10	4.146,11
RJ	330550	Saquarema	38	1.926,60	36.605,40	19.874,17
RJ	330555	Seropédica	0	0,00	0,00	39.394,13
RJ	330560	Silva Jardim	9	456,30	8.669,70	4.985,40
RJ	330570	Sumidouro	4	202,80	3.853,20	3.544,57
RJ	330575	Tanguá	16	811,20	15.412,80	7.693,00
RJ	330580	Teresópolis	5	253,50	4.816,50	77.344,83
RJ	330590	Trajano de Moraes	4	202,80	3.853,20	2.415,47
RJ	330600	Três Rios	37	1.875,90	35.642,10	18.527,13
RJ	330610	Valença	34	1.723,80	32.752,20	17.321,97
RJ	330615	Varre-Sai	3	152,10	2.889,90	2.472,63
RJ	330620	Vassouras	13	659,10	12.522,90	8.345,87
RJ	330630	Volta Redonda	36	1.825,20	34.678,80	89.081,66
		Total	3.637	184.395,90	3.503.522,10	6.643.628,02

ANEXO XX

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
RN	240000	SES/RN	0	0,00	0,00	381.399,13
RN	240010	Acari	5	253,50	4.816,50	2.653,38
RN	240020	Açu	26	1.318,20	25.045,80	13.357,85
RN	240030	Afonso Bezerra	1	50,70	963,30	4.184,41
RN	240040	Água Nova	0	0,00	0,00	1.496,88
RN	240050	Alexandria	5	253,50	4.816,50	3.186,16
RN	240060	Almino Afonso	2	101,40	1.926,60	1.135,29
RN	240070	Alto do Rodrigues	5	253,50	4.816,50	3.297,96
RN	240080	Angicos	6	304,20	5.779,80	2.734,11
RN	240090	Antônio Martins	0	0,00	0,00	3.322,98
RN	240100	Apodi	12	608,40	11.559,60	8.339,16
RN	240110	Areia Branca	10	507,00	9.633,00	6.290,81
RN	240120	Arês	4	202,80	3.853,20	3.284,65
RN	240130	Augusto Severo	3	152,10	2.889,90	2.242,57
RN	240140	Baía Formosa	4	202,80	3.853,20	2.137,19
RN	240145	Baraúna	1	50,70	963,30	11.932,39
RN	240150	Barcelona	2	101,40	1.926,60	933,72
RN	240160	Bento Fernandes	3	152,10	2.889,90	1.268,91
RN	240165	Bodó	2	101,40	1.926,60	553,76
RN	240170	Bom Jesus	4	202,80	3.853,20	2.354,15
RN	240180	Brejinho	2	101,40	1.926,60	3.914,00
RN	240185	Caiçara do Norte	0	0,00	0,00	3.041,52
RN	240190	Caiçara do Rio do Vento	2	101,40	1.926,60	844,87
RN	240200	Caicó	36	1.825,20	34.678,80	15.662,63
RN	240210	Campo Redondo	4	202,80	3.853,20	2.581,44
RN	240220	Canguaretama	11	557,70	10.596,30	7.867,13
RN	240230	Caraúbas	8	405,60	7.706,40	5.028,16
RN	240240	Carnaúba dos Dantas	4	202,80	3.853,20	1.879,83
RN	240250	Carnaubais	0	0,00	0,00	4.940,63
RN	240260	Ceará-Mirim	16	811,20	15.412,80	18.434,65
RN	240270	Cerro Corá	4	202,80	3.853,20	2.604,39
RN	240280	Coronel Ezequiel	3	152,10	2.889,90	1.284,06
RN	240290	Coronel João Pessoa	2	101,40	1.926,60	1.143,33
RN	240300	Cruzeta	4	202,80	3.853,20	1.878,45
RN	240310	Currais Novos	25	1.267,50	24.082,50	10.383,60
RN	240320	Doutor Severiano	2	101,40	1.926,60	1.650,70
RN	240325	Parnamirim	131	6.641,70	126.192,30	58.370,81
RN	240330	Encanto	0	0,00	0,00	2.601,63
RN	240340	Equador	4	202,80	3.853,20	1.404,82
RN	240350	Espírito Santo	3	152,10	2.889,90	2.468,71
RN	240360	Extremoz	15	760,50	14.449,50	6.492,52
RN	240370	Felipe Guerra	0	0,00	0,00	2.778,87
RN	240375	Fernando Pedroza	2	101,40	1.926,60	705,28
RN	240380	Florânia	4	202,80	3.853,20	2.126,40
RN	240390	Francisco Dantas	2	101,40	1.926,60	672,45
RN	240400	Frutuoso Gomes	2	101,40	1.926,60	982,62
RN	240410	Galinhos	1	50,70	963,30	623,32
RN	240420	Goianinha	7	354,90	6.743,10	5.984,78
RN	240430	Governador Dix-Sept Rosado	0	0,00	0,00	6.041,25
RN	240440	Grossos	4	202,80	3.853,20	2.384,45
RN	240450	Guamaré	4	202,80	3.853,20	3.514,69
RN	240460	Ielmo Marinho	4	202,80	3.853,20	3.148,51
RN	240470	Ipanguaçu	4	202,80	3.853,20	3.550,28
RN	240480	Ipueira	2	101,40	1.926,60	516,79
RN	240485	Itajá	0	0,00	0,00	3.476,35
RN	240490	Itaú	2	101,40	1.926,60	1.361,43
RN	240500	Jaçanã	4	202,80	3.853,20	2.081,86

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RN	240510	Jandaíra	0	0,00	0,00	3.285,36
RN	240520	Janduís	3	152,10	2.889,90	1.251,92
RN	240530	Januário Cicco	1	50,70	963,30	3.672,44
RN	240540	Japi	0	0,00	0,00	2.520,82
RN	240550	Jardim de Angicos	1	50,70	963,30	614,37
RN	240560	Jardim de Piranhas	5	253,50	4.816,50	3.411,15
RN	240570	Jardim do Seridó	6	304,20	5.779,80	2.887,93
RN	240580	João Câmara	0	0,00	0,00	16.110,78
RN	240590	João Dias	1	50,70	963,30	618,73
RN	240600	José da Penha	3	152,10	2.889,90	1.388,98
RN	240610	Jucurutu	6	304,20	5.779,80	4.254,18
RN	240615	Jundiá	2	101,40	1.926,60	897,67
RN	240620	Lagoa d'Anta	3	152,10	2.889,90	1.559,56
RN	240630	Lagoa de Pedras	3	152,10	2.889,90	1.740,01
RN	240640	Lagoa de Velhos	2	101,40	1.926,60	636,18
RN	240650	Lagoa Nova	4	202,80	3.853,20	3.579,20
RN	240660	Lagoa Salgada	3	152,10	2.889,90	1.898,42
RN	240670	Lajes	4	202,80	3.853,20	2.597,97
RN	240680	Lajes Pintadas	2	101,40	1.926,60	1.107,05
RN	240690	Lucrécia	2	101,40	1.926,60	918,79
RN	240700	Luís Gomes	3	152,10	2.889,90	2.344,28
RN	240710	Macaíba	21	1.064,70	20.229,30	18.340,44
RN	240720	Macau	14	709,80	13.486,20	7.314,30
RN	240725	Major Sales	0	0,00	0,00	1.837,58
RN	240730	Marcelino Vieira	4	202,80	3.853,20	1.952,84
RN	240740	Martins	3	152,10	2.889,90	2.018,73
RN	240750	Maxaranguape	3	152,10	2.889,90	2.806,20
RN	240760	Messias Targino	3	152,10	2.889,90	1.057,92
RN	240770	Montanhas	4	202,80	3.853,20	2.673,27
RN	240780	Monte Alegre	6	304,20	5.779,80	5.156,90
RN	240790	Monte das Gameleiras	0	0,00	0,00	1.038,17
RN	240800	Mossoró	146	7.402,20	140.641,80	67.869,20
RN	240810	Natal	451	22.865,70	434.448,30	202.853,75
RN	240820	Nísia Floresta	7	354,90	6.743,10	6.284,16
RN	240830	Nova Cruz	13	659,10	12.522,90	8.654,14
RN	240840	Olho-d'Água do Borges	2	101,40	1.926,60	1.008,10
RN	240850	Ouro Branco	2	101,40	1.926,60	1.120,83
RN	240860	Paraná	0	0,00	0,00	1.963,39
RN	240870	Paraú	1	50,70	963,30	900,89
RN	240880	Parazinho	2	101,40	1.926,60	1.209,97
RN	240890	Parelhas	12	608,40	11.559,60	4.974,84
RN	240895	Rio do Fogo	4	202,80	3.853,20	2.502,69
RN	240910	Passa e Fica	3	152,10	2.889,90	3.124,72
RN	240920	Passagem	0	0,00	0,00	1.427,54
RN	240930	Patu	6	304,20	5.779,80	2.948,77
RN	240933	Santa Maria	0	0,00	0,00	2.525,41
RN	240940	Pau dos Ferros	14	709,80	13.486,20	6.991,27
RN	240950	Pedra Grande	0	0,00	0,00	1.609,37
RN	240960	Pedra Preta	0	0,00	0,00	1.197,04
RN	240970	Pedro Avelino	3	152,10	2.889,90	1.649,79
RN	240980	Pedro Velho	0	0,00	0,00	6.866,37
RN	240990	Pendências	1	50,70	963,30	5.962,31
RN	241000	Pilões	2	101,40	1.926,60	880,68
RN	241010	Poço Branco	4	202,80	3.853,20	3.539,72
RN	241020	Portalegre	3	152,10	2.889,90	1.815,77
RN	241025	Porto do Mangue	3	152,10	2.889,90	1.558,64
RN	241030	Serra Caiada	3	152,10	2.889,90	2.318,56
RN	241040	Pureza	0	0,00	0,00	4.393,30
RN	241050	Rafael Fernandes	2	101,40	1.926,60	1.174,32
RN	241060	Rafael Godeiro	2	101,40	1.926,60	742,47
RN	241070	Riacho da Cruz	2	101,40	1.926,60	818,69
RN	241080	Riacho de Santana	2	101,40	1.926,60	982,62
RN	241090	Riachuelo	2	101,40	1.926,60	1.853,89
RN	241100	Rodolfo Fernandes	2	101,40	1.926,60	1.044,37
RN	241105	Tibau	0	0,00	0,00	1.882,58
RN	241110	Ruy Barbosa	2	101,40	1.926,60	846,93
RN	241120	Santa Cruz	19	963,30	18.302,70	9.106,88
RN	241140	Santana do Matos	0	0,00	0,00	6.321,80
RN	241142	Santana do Seridó	2	101,40	1.926,60	620,10
RN	241150	Santo Antônio	4	202,80	3.853,20	7.267,81
RN	241160	São Bento do Norte	0	0,00	0,00	1.362,34
RN	241170	São Bento do Trairí	2	101,40	1.926,60	1.015,91
RN	241180	São Fernando	2	101,40	1.926,60	830,40
RN	241190	São Francisco do Oeste	2	101,40	1.926,60	972,97
RN	241200	São Gonçalo do Amarante	54	2.737,80	52.018,20	23.258,58
RN	241210	São João do Sabugi	3	152,10	2.889,90	1.437,19
RN	241220	São José de Mipibu	13	659,10	12.522,90	10.100,52
RN	241230	São José do Campestre	5	253,50	4.816,50	2.986,19
RN	241240	São José do Seridó	2	101,40	1.926,60	1.065,96
RN	241250	São Miguel	9	456,30	8.669,70	5.420,46
RN	241255	São Miguel do Gostoso	3	152,10	2.889,90	2.205,38
RN	241260	São Paulo do Potengi	7	354,90	6.743,10	4.034,24
RN	241270	São Pedro	3	152,10	2.889,90	1.445,46
RN	241280	São Rafael	4	202,80	3.853,20	1.917,25
RN	241290	São Tomé	4	202,80	3.853,20	2.576,61
RN	241300	São Vicente	3	152,10	2.889,90	1.485,17

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RN	241310	Senador Elói de Souza	3	152,10	2.889,90	1.420,66
RN	241320	Senador Georgino Avelino	2	101,40	1.926,60	1.015,45
RN	241330	Serra de São Bento	3	152,10	2.889,90	1.353,62
RN	241335	Serra do Mel	4	202,80	3.853,20	2.717,81
RN	241340	Serra Negra do Norte	3	152,10	2.889,90	1.876,84
RN	241350	Serrinha	3	152,10	2.889,90	1.519,84
RN	241355	Serrinha dos Pintos	1	50,70	963,30	1.259,52
RN	241360	Severiano Melo	2	101,40	1.926,60	1.508,81
RN	241370	Sítio Novo	3	152,10	2.889,90	1.269,14
RN	241380	Taboleiro Grande	2	101,40	1.926,60	589,11
RN	241390	Taipu	4	202,80	3.853,20	2.853,26
RN	241400	Tangará	6	304,20	5.779,80	3.642,57
RN	241410	Tenente Ananias	2	101,40	1.926,60	3.038,82
RN	241415	Tenente Laurentino Cruz	3	152,10	2.889,90	1.396,98
RN	241420	Tibau do Sul	4	202,80	3.853,20	3.190,06
RN	241430	Timbaúba dos Batistas	0	0,00	0,00	1.118,98
RN	241440	Touros	0	0,00	0,00	15.631,41
RN	241445	Triunfo Potiguar	0	0,00	0,00	1.563,92
RN	241450	Umarizal	0	0,00	0,00	5.001,70
RN	241460	Upanema	0	0,00	0,00	7.274,74
RN	241470	Várzea	3	152,10	2.889,90	1.275,11
RN	241475	Venha-Ver	2	101,40	1.926,60	961,27
RN	241480	Vera Cruz	4	202,80	3.853,20	2.840,18
RN	241490	Viçosa	2	101,40	1.926,60	397,41
RN	241500	Vila Flor	2	101,40	1.926,60	728,47
		Total	1.420	71.994,00	1.367.886,00	1.260.398,80

ANEXO XXI

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
RO	110000	SES/RO	0	0,00	0,00	238.118,37
RO	110001	Alta Floresta D'Oeste	0	0,00	0,00	15.008,00
RO	110002	Ariquemes	1	50,70	963,30	61.654,61
RO	110003	Cabixi	2	101,40	1.926,60	4.568,40
RO	110004	Cacoal	0	0,00	0,00	51.629,08
RO	110005	Cerejeiras	4	202,80	3.853,20	6.670,71
RO	110006	Colorado do Oeste	1	50,70	963,30	10.230,86
RO	110007	Corumbiara	3	152,10	2.889,90	6.146,10
RO	110008	Costa Marques	1	50,70	963,30	14.986,70
RO	110009	Espigão D'Oeste	8	405,60	7.706,40	11.561,10
RO	110010	Guajará-Mirim	11	557,70	10.596,30	31.239,66
RO	110011	Jaru	5	253,50	4.816,50	27.774,91
RO	110012	Ji-Paraná	37	1.875,90	35.642,10	41.746,98
RO	110013	Machadinho D'Oeste	6	304,20	5.779,80	28.260,46
RO	110014	Nova Brasilândia D'Oeste	3	152,10	2.889,90	9.795,85
RO	110015	Ouro Preto do Oeste	0	0,00	0,00	23.391,08
RO	110018	Pimenta Bueno	17	861,90	16.376,10	11.098,21
RO	110020	Porto Velho	146	7.402,20	140.641,80	258.204,94
RO	110025	Presidente Médici	0	0,00	0,00	13.426,58
RO	110026	Rio Crespo	6	304,20	5.779,80	2.269,71
RO	110028	Rolim de Moura	3	152,10	2.889,90	30.403,26
RO	110029	Santa Luzia D'Oeste	3	152,10	2.889,90	5.997,10
RO	110030	Vilhena	0	0,00	0,00	55.784,16
RO	110032	São Miguel do Guaporé	0	0,00	0,00	14.105,58
RO	110033	Nova Mamoré	7	354,90	6.743,10	18.729,13
RO	110034	Alvorada D'Oeste	0	0,00	0,00	10.149,41
RO	110037	Alto Alegre dos Parecis	4	202,80	3.853,20	9.021,38
RO	110040	Alto Paraíso	5	253,50	4.816,50	13.624,44
RO	110045	Buritis	11	557,70	10.596,30	28.447,70
RO	110050	Novo Horizonte do Oeste	3	152,10	2.889,90	7.625,10
RO	110060	Cacaulândia	0	0,00	0,00	6.460,00
RO	110070	Campo Novo de Rondônia	6	304,20	5.779,80	8.704,20
RO	110080	Candeias do Jamari	21	1.064,70	20.229,30	11.138,10
RO	110090	Castanheiras	0	0,00	0,00	4.241,44
RO	110092	Chupinguaia	0	0,00	0,00	10.593,00
RO	110094	Cujubim	0	0,00	0,00	19.787,24
RO	110100	Governador Jorge Teixeira	0	0,00	0,00	10.534,00
RO	110110	Itapuã do Oeste	5	253,50	4.816,50	5.493,50
RO	110120	Ministro Andreazza	4	202,80	3.853,20	7.045,80
RO	110130	Mirante da Serra	0	0,00	0,00	12.469,00
RO	110140	Monte Negro	0	0,00	0,00	14.270,65
RO	110143	Nova União	0	0,00	0,00	7.883,00
RO	110145	Parecis	1	50,70	963,30	4.242,06
RO	110146	Pimenteiras do Oeste	1	50,70	963,30	3.311,77
RO	110147	Primavera de Rondônia	2	101,40	1.926,60	2.297,71
RO	110148	São Felipe D'Oeste	1	50,70	963,30	5.255,70
RO	110149	São Francisco do Guaporé	4	202,80	3.853,20	15.840,80
RO	110150	Seringueiras	0	0,00	0,00	12.653,00
RO	110155	Teixeirópolis	2	101,40	1.926,60	2.552,26
RO	110160	Theobroma	4	202,80	3.853,20	7.496,80
RO	110170	Urupá	0	0,00	0,00	12.366,75
RO	110175	Vale do Anari	8	405,60	7.706,40	5.574,50
RO	110180	Vale do Paraíso	0	0,00	0,00	8.425,00
		Total	346	17.542,20	333.301,80	1.260.305,85

ANEXO XXII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
RR	140000	SES/RR	0	0,00	0,00	49.038,05

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RR	140002	Amajari	5	253,50	4.816,50	8.140,33
RR	140005	Alto Alegre	19	963,30	18.302,70	11.280,56
RR	140010	Boa Vista	158	8.010,60	152.201,40	150.073,04
RR	140015	Bonfim	14	709,80	13.486,20	9.182,72
RR	140017	Cantá	19	963,30	18.302,70	8.438,50
RR	140020	Caracaraí	16	811,20	15.412,80	12.631,58
RR	140023	Caroebe	0	0,00	0,00	9.493,00
RR	140028	Iracema	0	0,00	0,00	15.148,30
RR	140030	Mucajaí	7	354,90	6.743,10	18.956,20
RR	140040	Normandia	4	202,80	3.853,20	6.673,80
RR	140045	Pacaraima	8	405,60	7.706,40	9.432,97
RR	140047	Rorainópolis	26	1.318,20	25.045,80	20.138,46
RR	140050	São João da Baliza	7	354,90	6.743,10	4.479,53
RR	140060	São Luiz	2	101,40	1.926,60	5.670,40
RR	140070	Uiramutã	3	152,10	2.889,90	6.946,10
		Total	288	14.601,60	277.430,40	345.723,54

ANEXO XXIII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
RS	430000	SES/RS	0	0,00	0,00	687.500,87
RS	430003	Aceguá	1	50,70	963,30	1.685,47
RS	430005	Água Santa	0	0,00	0,00	1.508,00
RS	430010	Agudo	0	0,00	0,00	3.693,01
RS	430020	Ajuricaba	2	101,40	1.926,60	1.307,24
RS	430030	Alecrim	2	101,40	1.926,60	1.132,74
RS	430040	Alegrete	5	253,50	4.816,50	14.347,90
RS	430045	Alegria	2	101,40	1.926,60	727,93
RS	430047	Almirante Tamandaré do Sul	1	50,70	963,30	732,27
RS	430050	Alpestre	1	50,70	963,30	947,99
RS	430055	Alto Alegre	0	0,00	0,00	1.459,43
RS	430057	Alto Feliz	0	0,00	0,00	1.484,74
RS	430060	Alvorada	24	1.216,80	23.119,20	42.109,98
RS	430063	Amaral Ferrador	0	0,00	0,00	1.596,61
RS	430064	Ametista do Sul	0	0,00	0,00	1.785,12
RS	430066	André da Rocha	1	50,70	963,30	756,95
RS	430070	Anta Gorda	0	0,00	0,00	1.514,97
RS	430080	Antônio Prado	1	50,70	963,30	2.245,68
RS	430085	Arambaré	2	101,40	1.926,60	732,55
RS	430087	Araricá	0	0,00	0,00	2.777,10
RS	430090	Aratiba	3	152,10	2.889,90	1.261,44
RS	430100	Arroio do Meio	2	101,40	1.926,60	2.316,92
RS	430105	Arroio do Sal	1	50,70	963,30	2.443,91
RS	430107	Arroio do Padre	0	0,00	0,00	1.503,28
RS	430110	Arroio dos Ratos	0	0,00	0,00	3.939,34
RS	430120	Arroio do Tigre	0	0,00	0,00	3.143,28
RS	430130	Arroio Grande	0	0,00	0,00	4.070,47
RS	430140	Arvorezinha	2	101,40	1.926,60	1.143,53
RS	430150	Augusto Pestana	2	101,40	1.926,60	798,40
RS	430155	Áurea	1	50,70	963,30	732,33
RS	430160	Bagé	31	1.571,70	29.862,30	13.900,35
RS	430163	Balneário Pinhal	2	101,40	1.926,60	1.800,94
RS	430165	Barão	0	0,00	0,00	1.497,82
RS	430170	Barão de Cotegipe	2	101,40	1.926,60	1.298,32
RS	430175	Barão do Triunfo	0	0,00	0,00	1.592,36
RS	430180	Barracão	1	50,70	963,30	734,15
RS	430185	Barra do Guarita	0	0,00	0,00	1.500,67
RS	430187	Barra do Quaraí	2	101,40	1.926,60	1.133,48
RS	430190	Barra do Ribeiro	1	50,70	963,30	2.341,22
RS	430192	Barra do Rio Azul	1	50,70	963,30	737,35
RS	430195	Barra Funda	1	50,70	963,30	750,97
RS	430200	Barros Cassal	1	50,70	963,30	1.615,54
RS	430205	Benjamin Constant do Sul	0	0,00	0,00	1.551,27
RS	430210	Bento Gonçalves	0	0,00	0,00	25.119,82
RS	430215	Boa Vista das Missões	0	0,00	0,00	1.475,77
RS	430220	Boa Vista do Buricá	3	152,10	2.889,90	1.443,74
RS	430222	Boa Vista do Cadeado	1	50,70	963,30	735,58
RS	430223	Boa Vista do Incra	0	0,00	0,00	1.502,28
RS	430225	Boa Vista do Sul	0	0,00	0,00	1.505,90
RS	430230	Bom Jesus	0	0,00	0,00	2.956,45
RS	430235	Bom Princípio	0	0,00	0,00	3.295,29
RS	430237	Bom Progresso	0	0,00	0,00	2.281,43
RS	430240	Bom Retiro do Sul	0	0,00	0,00	2.585,08
RS	430245	Boqueirão do Leão	0	0,00	0,00	1.762,21
RS	430250	Bossoroca	2	101,40	1.926,60	1.330,00
RS	430258	Bozano	0	0,00	0,00	1.464,27
RS	430260	Braga	1	50,70	963,30	730,60
RS	430265	Brochier	1	50,70	963,30	751,13
RS	430270	Butiá	0	0,00	0,00	4.473,75
RS	430280	Caçapava do Sul	0	0,00	0,00	7.336,90
RS	430290	Cacequi	4	202,80	3.853,20	1.546,80
RS	430300	Cachoeira do Sul	5	253,50	4.816,50	14.017,53
RS	430310	Cachoeirinha	5	253,50	4.816,50	28.771,74
RS	430320	Cacique Doble	1	50,70	963,30	760,39
RS	430330	Caibaté	0	0,00	0,00	2.458,99
RS	430340	Caiçara	1	50,70	963,30	732,64

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	430350	Camaquã	1	50,70	963,30	12.895,27
RS	430355	Camargo	2	101,40	1.926,60	757,98
RS	430360	Cambará do Sul	0	0,00	0,00	1.574,97
RS	430367	Campestre da Serra	0	0,00	0,00	1.486,36
RS	430370	Campina das Missões	1	50,70	963,30	2.834,97
RS	430380	Campinas do Sul	2	101,40	1.926,60	1.261,41
RS	430390	Campo Bom	3	152,10	2.889,90	14.204,12
RS	430400	Campo Novo	0	0,00	0,00	2.415,41
RS	430410	Campos Borges	0	0,00	0,00	1.463,75
RS	430420	Candelária	0	0,00	0,00	6.702,42
RS	430430	Cândido Godói	3	152,10	2.889,90	753,26
RS	430435	Candiota	0	0,00	0,00	3.035,75
RS	430440	Canela	0	0,00	0,00	9.341,03
RS	430450	Canguçu	3	152,10	2.889,90	9.453,91
RS	430460	Canoas	15	760,50	14.449,50	93.762,98
RS	430461	Canudos do Vale	0	0,00	0,00	1.463,86
RS	430462	Capão Bonito do Sul	0	0,00	0,00	1.462,81
RS	430463	Capão da Canoa	5	253,50	4.816,50	5.191,81
RS	430465	Capão do Cipó	0	0,00	0,00	1.536,01
RS	430466	Capão do Leão	0	0,00	0,00	5.434,79
RS	430467	Capivari do Sul	1	50,70	963,30	2.006,72
RS	430468	Capela de Santana	3	152,10	2.889,90	1.659,77
RS	430469	Capitão	0	0,00	0,00	1.487,92
RS	430470	Carazinho	11	557,70	10.596,30	6.648,46
RS	430471	Caraá	0	0,00	0,00	1.724,19
RS	430480	Carlos Barbosa	2	101,40	1.926,60	3.984,23
RS	430485	Carlos Gomes	0	0,00	0,00	1.458,43
RS	430490	Casca	3	152,10	2.889,90	1.396,84
RS	430495	Caseiros	0	0,00	0,00	1.497,54
RS	430500	Catuípe	1	50,70	963,30	1.789,60
RS	430510	Caxias do Sul	69	3.498,30	66.467,70	51.555,62
RS	430511	Centenário	1	50,70	963,30	732,59
RS	430512	Cerrito	0	0,00	0,00	2.600,40
RS	430513	Cerro Branco	2	101,40	1.926,60	745,94
RS	430515	Cerro Grande	1	50,70	963,30	731,94
RS	430517	Cerro Grande do Sul	0	0,00	0,00	2.382,55
RS	430520	Cerro Largo	4	202,80	3.853,20	1.589,23
RS	430530	Chapada	0	0,00	0,00	2.774,45
RS	430535	Charqueadas	0	0,00	0,00	10.243,40
RS	430537	Charrua	1	50,70	963,30	759,02
RS	430540	Chiapetta	0	0,00	0,00	2.415,88
RS	430543	Chuí	0	0,00	0,00	2.239,10
RS	430544	Chuvisca	0	0,00	0,00	1.510,53
RS	430545	Cidreira	2	101,40	1.926,60	1.892,42
RS	430550	Ciríaco	1	50,70	963,30	732,70
RS	430558	Colinas	0	0,00	0,00	1.469,30
RS	430560	Colorado	1	50,70	963,30	730,11
RS	430570	Condor	1	50,70	963,30	1.700,29
RS	430580	Constantina	2	101,40	1.926,60	1.427,98
RS	430583	Coqueiro Baixo	0	0,00	0,00	1.465,14
RS	430585	Coqueiros do Sul	1	50,70	963,30	731,64
RS	430587	Coronel Barros	2	101,40	1.926,60	738,51
RS	430590	Coronel Bicaco	3	152,10	2.889,90	1.304,27
RS	430593	Coronel Pilar	0	0,00	0,00	1.529,65
RS	430595	Cotiporã	1	50,70	963,30	733,01
RS	430597	Coxilha	0	0,00	0,00	1.465,91
RS	430600	Crissiumal	3	152,10	2.889,90	1.677,03
RS	430605	Cristal	0	0,00	0,00	2.817,65
RS	430607	Cristal do Sul	0	0,00	0,00	1.469,17
RS	430610	Cruz Alta	10	507,00	9.633,00	6.999,90
RS	430613	Cruzaltense	0	0,00	0,00	1.457,54
RS	430620	Cruzeiro do Sul	0	0,00	0,00	2.795,86
RS	430630	David Canabarro	0	0,00	0,00	1.470,64
RS	430632	Derrubadas	0	0,00	0,00	2.146,37
RS	430635	Dezesseis de Novembro	2	101,40	1.926,60	728,56
RS	430637	Dilermando de Aguiar	0	0,00	0,00	1.465,96
RS	430640	Dois Irmãos	2	101,40	1.926,60	6.171,69
RS	430642	Dois Irmãos das Missões	2	101,40	1.926,60	731,70
RS	430645	Dois Lajeados	0	0,00	0,00	1.483,20
RS	430650	Dom Feliciano	1	50,70	963,30	2.417,75
RS	430655	Dom Pedro de Alcântara	1	50,70	963,30	733,43
RS	430660	Dom Pedrito	0	0,00	0,00	8.661,25
RS	430670	Dona Francisca	0	0,00	0,00	1.459,87
RS	430673	Doutor Maurício Cardoso	2	101,40	1.926,60	1.077,92
RS	430675	Doutor Ricardo	0	0,00	0,00	1.465,79
RS	430676	Eldorado do Sul	0	0,00	0,00	10.159,66
RS	430680	Encantado	1	50,70	963,30	3.644,81
RS	430690	Encruzilhada do Sul	3	152,10	2.889,90	2.793,08
RS	430692	Engenho Velho	1	50,70	963,30	750,33
RS	430693	Entre-Ijuís	3	152,10	2.889,90	1.378,23
RS	430695	Entre Rios do Sul	0	0,00	0,00	1.461,65
RS	430697	Erebango	1	50,70	963,30	742,59
RS	430700	Erechim	35	1.774,50	33.715,50	10.934,23
RS	430705	Ernestina	0	0,00	0,00	1.477,19
RS	430710	Herval	2	101,40	1.926,60	1.104,15
RS	430720	Erval Grande	1	50,70	963,30	733,27
RS	430730	Erval Seco	2	101,40	1.926,60	1.302,83
RS	430740	Esmeralda	0	0,00	0,00	1.482,31
RS	430745	Esperança do Sul	1	50,70	963,30	1.183,39
RS	430750	Espumoso	2	101,40	1.926,60	1.689,34

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	430755	Estação	1	50,70	963,30	1.653,31
RS	430760	Estância Velha	0	0,00	0,00	12.684,92
RS	430770	Esteio	0	0,00	0,00	22.544,65
RS	430780	Estrela	1	50,70	963,30	5.916,90
RS	430781	Estrela Velha	1	50,70	963,30	734,37
RS	430783	Eugênio de Castro	0	0,00	0,00	1.457,93
RS	430786	Fagundes Varela	0	0,00	0,00	1.494,20
RS	430790	Farroupilha	6	304,20	5.779,80	8.576,03
RS	430800	Faxinal do Soturno	1	50,70	963,30	1.720,24
RS	430805	Faxinalzinho	1	50,70	963,30	730,27
RS	430807	Fazenda Vilanova	0	0,00	0,00	1.581,56
RS	430810	Feliz	1	50,70	963,30	2.245,81
RS	430820	Flores da Cunha	3	152,10	2.889,90	3.219,96
RS	430825	Floriano Peixoto	0	0,00	0,00	1.458,29
RS	430830	Fontoura Xavier	0	0,00	0,00	2.441,00
RS	430840	Formigueiro	1	50,70	963,30	783,52
RS	430843	Forquetinha	0	0,00	0,00	1.464,95
RS	430845	Fortaleza dos Valos	0	0,00	0,00	1.463,67
RS	430850	Frederico Westphalen	3	152,10	2.889,90	3.755,86
RS	430860	Garibaldi	2	101,40	1.926,60	5.002,10
RS	430865	Garruchos	2	101,40	1.926,60	1.073,98
RS	430870	Gaurama	1	50,70	963,30	1.586,70
RS	430880	General Câmara	0	0,00	0,00	1.973,01
RS	430885	Gentil	1	50,70	963,30	777,84
RS	430890	Getúlio Vargas	1	50,70	963,30	2.568,31
RS	430900	Giruá	8	405,60	7.706,40	1.860,56
RS	430905	Glorinha	0	0,00	0,00	2.764,03
RS	430910	Gramado	5	253,50	4.816,50	3.792,72
RS	430912	Gramado dos Loureiros	0	0,00	0,00	1.462,01
RS	430915	Gramado Xavier	0	0,00	0,00	1.511,80
RS	430920	Gravataí	65	3.295,50	62.614,50	38.100,17
RS	430925	Guabiju	0	0,00	0,00	1.463,46
RS	430930	Guaíba	10	507,00	9.633,00	17.053,85
RS	430940	Guaporé	0	0,00	0,00	5.139,97
RS	430950	Guarani das Missões	0	0,00	0,00	3.973,41
RS	430955	Harmonia	0	0,00	0,00	1.523,88
RS	430957	Herveiras	1	50,70	963,30	737,53
RS	430960	Horizontina	9	456,30	8.669,70	2.106,97
RS	430965	Hulha Negra	0	0,00	0,00	1.536,64
RS	430970	Humaitá	2	101,40	1.926,60	1.201,50
RS	430975	Ibarama	1	50,70	963,30	734,67
RS	430980	Ibiaçá	1	50,70	963,30	734,40
RS	430990	Ibiraiaras	1	50,70	963,30	1.686,07
RS	430995	Ibirapuitã	0	0,00	0,00	1.466,09
RS	431000	Ibirubá	7	354,90	6.743,10	2.140,64
RS	431010	Igrejinha	4	202,80	3.853,20	3.811,45
RS	431020	Ijuí	35	1.774,50	33.715,50	8.799,87
RS	431030	Ilópolis	0	0,00	0,00	1.466,65
RS	431033	Imbé	8	405,60	7.706,40	2.126,42
RS	431036	Imigrante	1	50,70	963,30	740,34
RS	431040	Independência	3	152,10	2.889,90	1.283,19
RS	431041	Inhacorá	0	0,00	0,00	1.465,36
RS	431043	Ipê	0	0,00	0,00	1.564,10
RS	431046	Ipiranga do Sul	1	50,70	963,30	732,87
RS	431050	Iraí	0	0,00	0,00	2.643,97
RS	431053	Itaara	0	0,00	0,00	2.720,84
RS	431055	Itacurubi	1	50,70	963,30	734,48
RS	431057	Itapuca	0	0,00	0,00	1.460,20
RS	431060	Itaqui	5	253,50	4.816,50	4.792,78
RS	431065	Itati	0	0,00	0,00	1.463,37
RS	431070	Itatiba do Sul	0	0,00	0,00	1.454,03
RS	431075	Ivorá	0	0,00	0,00	1.460,46
RS	431080	Ivoti	0	0,00	0,00	5.928,68
RS	431085	Jaboticaba	0	0,00	0,00	1.462,98
RS	431087	Jacuizinho	0	0,00	0,00	1.495,62
RS	431090	Jacutinga	1	50,70	963,30	736,12
RS	431100	Jaguarão	0	0,00	0,00	6.911,73
RS	431110	Jaguari	1	50,70	963,30	1.967,63
RS	431112	Jaquirana	0	0,00	0,00	1.460,37
RS	431113	Jari	0	0,00	0,00	1.465,72
RS	431115	Jóia	2	101,40	1.926,60	936,78
RS	431120	Júlio de Castilhos	3	152,10	2.889,90	2.176,71
RS	431123	Lagoa Bonita do Sul	1	50,70	963,30	755,54
RS	431125	Lagoão	1	50,70	963,30	789,49
RS	431127	Lagoa dos Três Cantos	1	50,70	963,30	734,60
RS	431130	Lagoa Vermelha	2	101,40	1.926,60	4.256,49
RS	431140	Lajeado	5	253,50	4.816,50	11.812,80
RS	431142	Lajeado do Bugre	1	50,70	963,30	739,58
RS	431150	Lavras do Sul	0	0,00	0,00	1.816,74
RS	431160	Liberato Salzano	0	0,00	0,00	1.488,83
RS	431162	Lindolfo Collor	0	0,00	0,00	1.535,09
RS	431164	Linha Nova	0	0,00	0,00	1.591,42
RS	431170	Machadinho	1	50,70	963,30	737,05
RS	431171	Maçambará	1	50,70	963,30	789,70
RS	431173	Mampituba	2	101,40	1.926,60	740,38
RS	431175	Manoel Viana	3	152,10	2.889,90	1.383,45
RS	431177	Maquiné	1	50,70	963,30	823,92
RS	431179	Maratá	1	50,70	963,30	748,96
RS	431180	Marau	17	861,90	16.376,10	4.241,22

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	431190	Marcelino Ramos	0	0,00	0,00	1.466,85
RS	431198	Mariana Pimentel	0	0,00	0,00	1.478,75
RS	431200	Mariano Moro	0	0,00	0,00	1.461,17
RS	431205	Marques de Souza	0	0,00	0,00	1.468,94
RS	431210	Mata	1	50,70	963,30	1.539,06
RS	431213	Mato Castelhano	0	0,00	0,00	1.478,42
RS	431215	Mato Leitão	0	0,00	0,00	1.564,55
RS	431217	Mato Queimado	1	50,70	963,30	730,96
RS	431220	Maximiliano de Almeida	0	0,00	0,00	1.462,30
RS	431225	Minas do Leão	0	0,00	0,00	1.789,78
RS	431230	Miraguaí	0	0,00	0,00	1.466,95
RS	431235	Montauri	0	0,00	0,00	1.463,19
RS	431237	Monte Alegre dos Campos	0	0,00	0,00	1.484,06
RS	431238	Monte Belo do Sul	0	0,00	0,00	1.464,00
RS	431240	Montenegro	10	507,00	9.633,00	8.455,21
RS	431242	Mormaço	0	0,00	0,00	1.547,30
RS	431244	Morrinhos do Sul	1	50,70	963,30	731,44
RS	431245	Morro Redondo	0	0,00	0,00	2.652,27
RS	431247	Morro Reuter	0	0,00	0,00	1.518,02
RS	431250	Mostardas	1	50,70	963,30	2.203,00
RS	431260	Muçum	1	50,70	963,30	745,73
RS	431261	Muitos Capões	0	0,00	0,00	1.494,35
RS	431262	Muliterno	1	50,70	963,30	743,57
RS	431265	Não-Me-Toque	6	304,20	5.779,80	1.796,96
RS	431267	Nicolau Vergueiro	0	0,00	0,00	1.465,03
RS	431270	Nonoai	0	0,00	0,00	3.071,82
RS	431275	Nova Alvorada	1	50,70	963,30	768,24
RS	431280	Nova Araçá	0	0,00	0,00	1.562,76
RS	431290	Nova Bassano	1	50,70	963,30	2.026,13
RS	431295	Nova Boa Vista	0	0,00	0,00	1.461,44
RS	431300	Nova Bréscia	0	0,00	0,00	1.487,66
RS	431301	Nova Candelária	1	50,70	963,30	733,05
RS	431303	Nova Esperança do Sul	1	50,70	963,30	762,32
RS	431306	Nova Hartz	1	50,70	963,30	4.410,01
RS	431308	Nova Pádua	0	0,00	0,00	1.485,09
RS	431310	Nova Palma	1	50,70	963,30	776,22
RS	431320	Nova Petrópolis	5	253,50	4.816,50	2.153,88
RS	431330	Nova Prata	2	101,40	1.926,60	3.639,23
RS	431333	Nova Ramada	1	50,70	963,30	731,01
RS	431335	Nova Roma do Sul	0	0,00	0,00	1.518,70
RS	431337	Nova Santa Rita	3	152,10	2.889,90	4.075,26
RS	431339	Novo Cabrais	0	0,00	0,00	1.510,03
RS	431340	Novo Hamburgo	0	0,00	0,00	74.921,40
RS	431342	Novo Machado	2	101,40	1.926,60	1.071,36
RS	431344	Novo Tiradentes	0	0,00	0,00	1.465,23
RS	431346	Novo Xingu	2	101,40	1.926,60	732,86
RS	431349	Novo Barreiro	0	0,00	0,00	1.488,57
RS	431350	Osório	0	0,00	0,00	9.423,05
RS	431360	Paim Filho	0	0,00	0,00	2.375,95
RS	431365	Palmares do Sul	0	0,00	0,00	3.102,85
RS	431370	Palmeira das Missões	12	608,40	11.559,60	3.733,79
RS	431380	Palmitinho	0	0,00	0,00	1.579,37
RS	431390	Panambi	16	811,20	15.412,80	4.410,19
RS	431395	Pantano Grande	0	0,00	0,00	3.197,94
RS	431400	Paraí	1	50,70	963,30	830,56
RS	431402	Paraíso do Sul	1	50,70	963,30	836,27
RS	431403	Pareci Novo	0	0,00	0,00	1.633,71
RS	431405	Parobé	2	101,40	1.926,60	12.893,01
RS	431406	Passa Sete	0	0,00	0,00	1.518,14
RS	431407	Passo do Sobrado	0	0,00	0,00	1.571,86
RS	431410	Passo Fundo	0	0,00	0,00	43.370,18
RS	431413	Paulo Bento	0	0,00	0,00	1.518,77
RS	431415	Paverama	1	50,70	963,30	868,70
RS	431417	Pedras Altas	2	101,40	1.926,60	1.073,57
RS	431420	Pedro Osório	0	0,00	0,00	1.799,95
RS	431430	Pejuçara	1	50,70	963,30	737,62
RS	431440	Pelotas	14	709,80	13.486,20	64.405,25
RS	431442	Picada Café	0	0,00	0,00	1.586,07
RS	431445	Pinhal	0	0,00	0,00	1.541,73
RS	431446	Pinhal da Serra	0	0,00	0,00	1.534,93
RS	431447	Pinhal Grande	0	0,00	0,00	1.465,43
RS	431449	Pinheirinho do Vale	0	0,00	0,00	2.522,27
RS	431450	Pinheiro Machado	2	101,40	1.926,60	1.536,07
RS	431454	Pinto Bandeira	0	0,00	0,00	1.578,99
RS	431455	Pirapó	2	101,40	1.926,60	1.071,05
RS	431460	Piratini	3	152,10	2.889,90	2.333,48
RS	431470	Planalto	0	0,00	0,00	2.883,76
RS	431475	Poço das Antas	0	0,00	0,00	1.483,84
RS	431477	Pontão	1	50,70	963,30	735,47
RS	431478	Ponte Preta	0	0,00	0,00	1.459,19
RS	431480	Portão	0	0,00	0,00	9.135,56
RS	431490	Porto Alegre	116	5.881,20	111.742,80	294.203,27
RS	431500	Porto Lucena	2	101,40	1.926,60	1.215,59
RS	431505	Porto Mauá	1	50,70	963,30	1.187,41
RS	431507	Porto Vera Cruz	1	50,70	963,30	1.167,91
RS	431510	Porto Xavier	4	202,80	3.853,20	2.454,89

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	431513	Pouso Novo	0	0,00	0,00	1.458,95
RS	431514	Presidente Lucena	0	0,00	0,00	1.533,57
RS	431515	Progresso	1	50,70	963,30	760,37
RS	431517	Protásio Alves	0	0,00	0,00	1.465,11
RS	431520	Putinga	0	0,00	0,00	1.463,78
RS	431530	Quaraí	9	456,30	8.669,70	2.805,11
RS	431531	Quatro Irmãos	1	50,70	963,30	741,17
RS	431532	Quevedos	0	0,00	0,00	1.478,42
RS	431535	Quinze de Novembro	1	50,70	963,30	741,04
RS	431540	Redentora	1	50,70	963,30	2.241,76
RS	431545	Relvado	1	50,70	963,30	732,59
RS	431550	Restinga Seca	1	50,70	963,30	2.489,56
RS	431555	Rio dos Índios	0	0,00	0,00	1.451,39
RS	431560	Rio Grande	16	811,20	15.412,80	29.627,06
RS	431570	Rio Pardo	4	202,80	3.853,20	4.640,30
RS	431575	Riozinho	0	0,00	0,00	1.502,81
RS	431580	Roca Sales	0	0,00	0,00	3.012,90
RS	431590	Rodeio Bonito	1	50,70	963,30	738,60
RS	431595	Rolador	1	50,70	963,30	730,69
RS	431600	Rolante	0	0,00	0,00	4.541,74
RS	431610	Ronda Alta	1	50,70	963,30	1.990,66
RS	431620	Rondinha	1	50,70	963,30	1.470,68
RS	431630	Roque Gonzales	2	101,40	1.926,60	1.284,14
RS	431640	Rosário do Sul	5	253,50	4.816,50	4.541,96
RS	431642	Sagrada Família	0	0,00	0,00	1.468,16
RS	431643	Saldanha Marinho	1	50,70	963,30	731,06
RS	431645	Salto do Jacuí	0	0,00	0,00	3.181,73
RS	431647	Salvador das Missões	0	0,00	0,00	1.476,19
RS	431650	Salvador do Sul	1	50,70	963,30	798,68
RS	431660	Sananduva	2	101,40	1.926,60	1.696,88
RS	431670	Santa Bárbara do Sul	4	202,80	3.853,20	1.356,47
RS	431673	Santa Cecília do Sul	1	50,70	963,30	732,95
RS	431675	Santa Clara do Sul	1	50,70	963,30	792,03
RS	431680	Santa Cruz do Sul	0	0,00	0,00	28.238,39
RS	431690	Santa Maria	16	811,20	15.412,80	46.174,02
RS	431695	Santa Maria do Herval	0	0,00	0,00	1.485,62
RS	431697	Santa Margarida do Sul	1	50,70	963,30	792,55
RS	431700	Santana da Boa Vista	0	0,00	0,00	2.780,48
RS	431710	Sant'Ana do Livramento	26	1.318,20	25.045,80	10.588,66
RS	431720	Santa Rosa	33	1.673,10	31.788,90	9.850,09
RS	431725	Santa Tereza	0	0,00	0,00	1.473,45
RS	431730	Santa Vitória do Palmar	4	202,80	3.853,20	3.803,69
RS	431740	Santiago	6	304,20	5.779,80	5.557,28
RS	431750	Santo Ângelo	31	1.571,70	29.862,30	8.328,12
RS	431755	Santo Antônio do Palma	0	0,00	0,00	1.466,66
RS	431760	Santo Antônio da Patrulha	0	0,00	0,00	11.196,69
RS	431770	Santo Antônio das Missões	4	202,80	3.853,20	1.473,46
RS	431775	Santo Antônio do Planalto	0	0,00	0,00	1.472,24
RS	431780	Santo Augusto	4	202,80	3.853,20	1.560,03
RS	431790	Santo Cristo	5	253,50	4.816,50	1.573,49
RS	431795	Santo Expedito do Sul	0	0,00	0,00	1.463,76
RS	431800	São Borja	0	0,00	0,00	14.901,60
RS	431805	São Domingos do Sul	0	0,00	0,00	1.490,23
RS	431810	São Francisco de Assis	0	0,00	0,00	4.287,65
RS	431820	São Francisco de Paula	0	0,00	0,00	4.977,44
RS	431830	São Gabriel	23	1.166,10	22.155,90	6.632,75
RS	431840	São Jerônimo	4	202,80	3.853,20	3.144,87
RS	431842	São João da Urtiga	1	50,70	963,30	734,07
RS	431843	São João do Polêsine	1	50,70	963,30	733,12
RS	431844	São Jorge	0	0,00	0,00	1.466,14
RS	431845	São José das Missões	0	0,00	0,00	1.463,32
RS	431846	São José do Herval	0	0,00	0,00	1.460,16
RS	431848	São José do Hortêncio	0	0,00	0,00	1.534,87
RS	431849	São José do Inhacorá	1	50,70	963,30	756,89
RS	431850	São José do Norte	3	152,10	2.889,90	2.903,01
RS	431860	São José do Ouro	1	50,70	963,30	1.671,19
RS	431861	São José do Sul	0	0,00	0,00	1.529,84
RS	431862	São José dos Ausentes	0	0,00	0,00	1.501,43
RS	431870	São Leopoldo	0	0,00	0,00	60.866,55
RS	431880	São Lourenço do Sul	5	253,50	4.816,50	4.725,85
RS	431890	São Luiz Gonzaga	15	760,50	14.449,50	3.798,58
RS	431900	São Marcos	0	0,00	0,00	4.534,03
RS	431910	São Martinho	3	152,10	2.889,90	1.223,48
RS	431912	São Martinho da Serra	1	50,70	963,30	734,99
RS	431915	São Miguel das Missões	2	101,40	1.926,60	1.366,94
RS	431920	São Nicolau	3	152,10	2.889,90	1.244,55
RS	431930	São Paulo das Missões	2	101,40	1.926,60	1.071,61
RS	431935	São Pedro da Serra	0	0,00	0,00	1.524,93
RS	431936	São Pedro das Missões	0	0,00	0,00	1.498,49
RS	431937	São Pedro do Butiá	0	0,00	0,00	1.512,31
RS	431940	São Pedro do Sul	0	0,00	0,00	3.708,38
RS	431950	São Sebastião do Caí	1	50,70	963,30	4.242,45
RS	431960	São Sepé	4	202,80	3.853,20	2.646,87
RS	431970	São Valentim	1	50,70	963,30	730,60
RS	431971	São Valentim do Sul	1	50,70	963,30	740,67
RS	431973	São Valério do Sul	0	0,00	0,00	1.498,82
RS	431975	São Vendelino	0	0,00	0,00	1.597,70
RS	431980	São Vicente do Sul	0	0,00	0,00	2.817,55
RS	431990	Sapiranga	9	456,30	8.669,70	13.313,76
RS	432000	Sapucaia do Sul	12	608,40	11.559,60	25.207,21
RS	432010	Sarandi	4	202,80	3.853,20	2.482,43
RS	432020	Seberi	3	152,10	2.889,90	1.425,40
RS	432023	Sede Nova	1	50,70	963,30	735,96
RS	432026	Segredo	0	0,00	0,00	1.609,57
RS	432030	Selbach	2	101,40	1.926,60	743,38
RS	432032	Senador Salgado Filho	1	50,70	963,30	733,26

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	432035	Sentinela do Sul	1	50,70	963,30	749,31
RS	432040	Serafina Corrêa	0	0,00	0,00	3.574,81
RS	432045	Sério	0	0,00	0,00	1.457,74
RS	432050	Sertão	0	0,00	0,00	2.494,90
RS	432055	Sertão Santana	0	0,00	0,00	1.517,09
RS	432057	Sete de Setembro	1	50,70	963,30	731,41
RS	432060	Severiano de Almeida	0	0,00	0,00	1.463,82
RS	432065	Silveira Martins	0	0,00	0,00	1.465,74
RS	432067	Sinimbu	0	0,00	0,00	2.857,45
RS	432070	Sobradinho	2	101,40	1.926,60	1.629,45
RS	432080	Soledade	5	253,50	4.816,50	3.390,63
RS	432085	Tabaí	2	101,40	1.926,60	769,30
RS	432090	Tapejara	0	0,00	0,00	4.494,36
RS	432100	Tapera	1	50,70	963,30	1.967,41
RS	432110	Tapes	0	0,00	0,00	3.776,58
RS	432120	Taquara	0	0,00	0,00	15.477,68
RS	432130	Taquari	2	101,40	1.926,60	3.893,23
RS	432132	Taquaruçu do Sul	0	0,00	0,00	1.501,88
RS	432135	Tavares	0	0,00	0,00	2.578,56
RS	432140	Tenente Portela	0	0,00	0,00	3.197,53
RS	432143	Terra de Areia	1	50,70	963,30	2.112,98
RS	432145	Teutônia	4	202,80	3.853,20	3.168,20
RS	432146	Tio Hugo	0	0,00	0,00	1.522,63
RS	432147	Tiradentes do Sul	1	50,70	963,30	1.203,75
RS	432149	Toropi	1	50,70	963,30	731,81
RS	432150	Torres	1	50,70	963,30	7.385,81
RS	432160	Tramandaí	9	456,30	8.669,70	5.194,48
RS	432162	Travesseiro	0	0,00	0,00	1.469,73
RS	432163	Três Arroios	0	0,00	0,00	1.462,74
RS	432166	Três Cachoeiras	0	0,00	0,00	3.071,97
RS	432170	Três Coroas	3	152,10	2.889,90	2.842,80
RS	432180	Três de Maio	9	456,30	8.669,70	2.595,00
RS	432183	Três Forquilhas	0	0,00	0,00	1.462,92
RS	432185	Três Palmeiras	0	0,00	0,00	1.476,57
RS	432190	Três Passos	8	405,60	7.706,40	2.638,92
RS	432195	Trindade do Sul	1	50,70	963,30	1.517,08
RS	432200	Triunfo	5	253,50	4.816,50	3.734,60
RS	432210	Tucunduva	3	152,10	2.889,90	1.254,15
RS	432215	Tunas	0	0,00	0,00	1.484,66
RS	432218	Tupanci do Sul	0	0,00	0,00	1.463,28
RS	432220	Tupanciretã	5	253,50	4.816,50	2.640,92
RS	432225	Tupandi	1	50,70	963,30	779,76
RS	432230	Tuparendi	3	152,10	2.889,90	2.340,02
RS	432232	Turuçu	1	50,70	963,30	732,82
RS	432234	Ubiretama	0	0,00	0,00	1.459,26
RS	432235	União da Serra	1	50,70	963,30	726,11
RS	432237	Unistalda	1	50,70	963,30	731,94
RS	432240	Uruguaiana	26	1.318,20	25.045,80	15.181,04
RS	432250	Vacaria	7	354,90	6.743,10	7.878,48
RS	432252	Vale Verde	1	50,70	963,30	751,61
RS	432253	Vale do Sol	0	0,00	0,00	2.477,84
RS	432254	Vale Real	0	0,00	0,00	1.596,85
RS	432255	Vanini	0	0,00	0,00	1.497,41
RS	432260	Venâncio Aires	6	304,20	5.779,80	9.226,76
RS	432270	Vera Cruz	2	101,40	1.926,60	3.475,90
RS	432280	Veranópolis	0	0,00	0,00	5.875,07
RS	432285	Vespasiano Correa	0	0,00	0,00	1.461,78
RS	432290	Viadutos	0	0,00	0,00	1.469,82
RS	432300	Viamão	9	456,30	8.669,70	65.903,69
RS	432310	Vicente Dutra	0	0,00	0,00	1.465,82
RS	432320	Victor Graeff	1	50,70	963,30	731,68
RS	432330	Vila Flores	0	0,00	0,00	1.492,33
RS	432335	Vila Lângaro	0	0,00	0,00	1.464,56
RS	432340	Vila Maria	1	50,70	963,30	740,20
RS	432345	Vila Nova do Sul	1	50,70	963,30	735,76
RS	432350	Vista Alegre	1	50,70	963,30	732,67
RS	432360	Vista Alegre do Prata	0	0,00	0,00	1.525,28
RS	432370	Vista Gaúcha	0	0,00	0,00	1.480,90
RS	432375	Vitória das Missões	0	0,00	0,00	1.460,52
RS	432377	Westfalia	1	50,70	963,30	752,44
RS	432380	Xangri-lá	0	0,00	0,00	3.768,87
		Total	1.223	62.006,10	1.178.115,90	2.915.321,33

ANEXO XXIV

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
SC	420000	SES/SC	0	0,00	0,00	391.568,88
SC	420005	Abdon Batista	0	0,00	0,00	1.160,68
SC	420010	Abelardo Luz	2	101,40	1.926,60	2.624,38
SC	420020	Agrolândia	1	50,70	963,30	1.734,85
SC	420030	Agronômica	1	50,70	963,30	701,65
SC	420040	Água Doce	1	50,70	963,30	912,14
SC	420050	Águas de Chapecó	1	50,70	963,30	821,74
SC	420055	Águas Frias	1	50,70	963,30	574,22
SC	420060	Águas Mornas	0	0,00	0,00	2.020,60
SC	420070	Alfredo Wagner	1	50,70	963,30	1.576,50
SC	420075	Alto Bela Vista	0	0,00	0,00	1.123,43
SC	420080	Anchieta	0	0,00	0,00	1.573,86
SC	420090	Angelina	0	0,00	0,00	1.318,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	420100	Anita Garibaldi	0	0,00	0,00	2.135,37
SC	420110	Anitápolis	1	50,70	963,30	601,17
SC	420120	Antônio Carlos	1	50,70	963,30	1.708,27
SC	420125	Apiúna	0	0,00	0,00	2.688,21
SC	420127	Arabutã	1	50,70	963,30	632,96
SC	420130	Araquari	5	253,50	4.816,50	4.496,67
SC	420140	Araranguá	3	152,10	2.889,90	14.223,15
SC	420150	Armazém	2	101,40	1.926,60	1.086,30
SC	420160	Arroio Trinta	1	50,70	963,30	611,03
SC	420165	Arvoredo	1	50,70	963,30	571,57
SC	420170	Ascurra	2	101,40	1.926,60	1.004,32
SC	420180	Atalanta	1	50,70	963,30	599,58
SC	420190	Aurora	0	0,00	0,00	1.450,44
SC	420195	Balneário Arroio do Silva	0	0,00	0,00	3.147,72
SC	420200	Balneário Camboriú	31	1.571,70	29.862,30	17.246,67
SC	420205	Balneário Barra do Sul	3	152,10	2.889,90	1.315,42
SC	420207	Balneário Gaivota	2	101,40	1.926,60	1.327,66
SC	420208	Bandeirante	2	101,40	1.926,60	582,40
SC	420209	Barra Bonita	0	0,00	0,00	1.106,54
SC	420210	Barra Velha	3	152,10	2.889,90	4.194,25
SC	420213	Bela Vista do Toldo	1	50,70	963,30	803,76
SC	420215	Belmonte	1	50,70	963,30	590,37
SC	420220	Benedito Novo	2	101,40	1.926,60	1.456,69
SC	420230	Biguaçu	2	101,40	1.926,60	19.427,42
SC	420240	Blumenau	17	861,90	16.376,10	72.494,71
SC	420243	Bocaina do Sul	0	0,00	0,00	1.241,56
SC	420245	Bombinhas	4	202,80	3.853,20	2.374,43
SC	420250	Bom Jardim da Serra	0	0,00	0,00	1.326,39
SC	420253	Bom Jesus	0	0,00	0,00	1.290,96
SC	420257	Bom Jesus do Oeste	1	50,70	963,30	569,14
SC	420260	Bom Retiro	0	0,00	0,00	2.497,98
SC	420270	Botuverá	0	0,00	0,00	1.405,81
SC	420280	Braço do Norte	3	152,10	2.889,90	5.435,34
SC	420285	Braço do Trombudo	1	50,70	963,30	636,79
SC	420287	Brunópolis	0	0,00	0,00	1.159,73
SC	420290	Brusque	6	304,20	5.779,80	27.068,79
SC	420300	Caçador	4	202,80	3.853,20	15.864,16
SC	420310	Caibi	1	50,70	963,30	799,94
SC	420315	Calmon	0	0,00	0,00	1.208,56
SC	420320	Camboriú	5	253,50	4.816,50	15.259,90
SC	420325	Capão Alto	1	50,70	963,30	578,00
SC	420330	Campo Alegre	1	50,70	963,30	2.099,76
SC	420340	Campo Belo do Sul	0	0,00	0,00	1.891,84
SC	420350	Campo Erê	3	152,10	2.889,90	1.175,81
SC	420360	Campos Novos	1	50,70	963,30	8.142,75
SC	420370	Canelinha	1	50,70	963,30	2.082,42
SC	420380	Canoinhas	3	152,10	2.889,90	10.982,86
SC	420390	Capinzal	2	101,40	1.926,60	3.817,02
SC	420395	Capivari de Baixo	1	50,70	963,30	5.232,69
SC	420400	Catanduvas	0	0,00	0,00	2.711,16
SC	420410	Caxambu do Sul	1	50,70	963,30	623,14
SC	420415	Celso Ramos	0	0,00	0,00	1.172,13
SC	420417	Cerro Negro	0	0,00	0,00	1.201,42
SC	420419	Chapadão do Lageado	1	50,70	963,30	613,54
SC	420420	Chapecó	86	4.360,20	82.843,80	27.193,07
SC	420425	Cocal do Sul	1	50,70	963,30	3.230,43
SC	420430	Concórdia	5	253,50	4.816,50	13.993,83
SC	420435	Cordilheira Alta	2	101,40	1.926,60	682,64
SC	420440	Coronel Freitas	3	152,10	2.889,90	1.309,68
SC	420445	Coronel Martins	1	50,70	963,30	589,25
SC	420450	Corupá	0	0,00	0,00	3.962,95
SC	420455	Correia Pinto	0	0,00	0,00	3.683,98
SC	420460	Criciúma	11	557,70	10.596,30	43.302,79
SC	420470	Cunha Porã	2	101,40	1.926,60	1.409,77
SC	420475	Cunhataí	0	0,00	0,00	1.145,70
SC	420480	Curitibanos	2	101,40	1.926,60	8.162,73
SC	420490	Descanso	2	101,40	1.926,60	1.098,03
SC	420500	Dionísio Cerqueira	4	202,80	3.853,20	1.969,88
SC	420510	Dona Emma	1	50,70	963,30	656,57
SC	420515	Doutor Pedrinho	0	0,00	0,00	1.330,21
SC	420517	Entre Rios	0	0,00	0,00	1.229,02
SC	420519	Ermo	0	0,00	0,00	1.135,27
SC	420520	Erval Velho	0	0,00	0,00	1.283,94
SC	420530	Faxinal dos Guedes	1	50,70	963,30	1.789,93
SC	420535	Flor do Sertão	1	50,70	963,30	552,45
SC	420540	Florianópolis	18	912,60	17.339,40	138.533,62
SC	420543	Formosa do Sul	1	50,70	963,30	578,71
SC	420545	Forquilhinha	1	50,70	963,30	5.663,64
SC	420550	Fraiburgo	2	101,40	1.926,60	7.319,95
SC	420555	Frei Rogério	1	50,70	963,30	568,97
SC	420560	Galvão	1	50,70	963,30	599,25
SC	420570	Garopaba	1	50,70	963,30	4.667,61
SC	420580	Garuva	3	152,10	2.889,90	2.228,57
SC	420590	Gaspar	5	253,50	4.816,50	12.368,46
SC	420600	Governador Celso Ramos	1	50,70	963,30	3.601,83
SC	420610	Grão Pará	0	0,00	0,00	1.666,93
SC	420620	Gravatal	1	50,70	963,30	1.942,17
SC	420630	Guabiruba	2	101,40	1.926,60	3.870,06
SC	420640	Guaraciaba	3	152,10	2.889,90	1.337,73

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	420650	Guaramirim	3	152,10	2.889,90	8.042,46
SC	420660	Guarujá do Sul	1	50,70	963,30	667,78
SC	420665	Guatambú	2	101,40	1.926,60	643,93
SC	420670	Herval d'Oeste	2	101,40	1.926,60	3.796,36
SC	420675	Ibiam	0	0,00	0,00	1.128,36
SC	420680	Ibicaré	0	0,00	0,00	1.198,53
SC	420690	Ibirama	2	101,40	1.926,60	2.847,25
SC	420700	Içara	4	202,80	3.853,20	10.132,27
SC	420710	Ilhota	0	0,00	0,00	3.533,53
SC	420720	Imaruí	1	50,70	963,30	1.946,50
SC	420730	Imbituba	5	253,50	4.816,50	6.422,88
SC	420740	Imbuia	0	0,00	0,00	1.563,91
SC	420750	Indaial	5	253,50	4.816,50	12.140,23
SC	420757	Iomerê	0	0,00	0,00	1.221,55
SC	420760	Ipira	0	0,00	0,00	1.273,97
SC	420765	Iporã do Oeste	3	152,10	2.889,90	1.138,58
SC	420768	Ipuaçu	0	0,00	0,00	1.887,00
SC	420770	Ipumirim	0	0,00	0,00	1.928,05
SC	420775	Iraceminha	1	50,70	963,30	622,28
SC	420780	Irani	1	50,70	963,30	1.659,37
SC	420785	Irati	0	0,00	0,00	1.118,85
SC	420790	Irineópolis	1	50,70	963,30	1.875,61
SC	420800	Itá	2	101,40	1.926,60	818,55
SC	420810	Itaiópolis	0	0,00	0,00	5.484,03
SC	420820	Itajaí	70	3.549,00	67.431,00	27.108,41
SC	420830	Itapema	11	557,70	10.596,30	7.801,34
SC	420840	Itapiranga	3	152,10	2.889,90	2.127,08
SC	420845	Itapoá	3	152,10	2.889,90	2.467,76
SC	420850	Ituporanga	2	101,40	1.926,60	4.352,01
SC	420860	Jaborá	1	50,70	963,30	621,49
SC	420870	Jacinto Machado	2	101,40	1.926,60	1.361,32
SC	420880	Jaguaruna	2	101,40	1.926,60	3.052,78
SC	420890	Jaraguá do Sul	8	405,60	7.706,40	35.856,52
SC	420895	Jardinópolis	1	50,70	963,30	549,80
SC	420900	Joaçaba	3	152,10	2.889,90	4.660,14
SC	420910	Joinville	29	1.470,30	27.935,70	119.218,93
SC	420915	José Boiteux	1	50,70	963,30	655,90
SC	420917	Jupiá	1	50,70	963,30	566,72
SC	420920	Lacerdópolis	0	0,00	0,00	1.151,21
SC	420930	Lages	10	507,00	9.633,00	30.902,05
SC	420940	Laguna	5	253,50	4.816,50	6.737,80
SC	420945	Lajeado Grande	1	50,70	963,30	546,16
SC	420950	Laurentino	1	50,70	963,30	865,73
SC	420960	Lauro Muller	1	50,70	963,30	2.899,69
SC	420970	Lebon Régis	0	0,00	0,00	3.093,91
SC	420980	Leoberto Leal	0	0,00	0,00	1.190,26
SC	420985	Lindóia do Sul	1	50,70	963,30	640,00
SC	420990	Lontras	1	50,70	963,30	2.039,07
SC	421000	Luiz Alves	0	0,00	0,00	3.165,31
SC	421003	Luzerna	0	0,00	0,00	1.454,77
SC	421005	Macieira	1	50,70	963,30	557,05
SC	421010	Mafra	2	101,40	1.926,60	12.329,68
SC	421020	Major Gercino	0	0,00	0,00	1.236,25
SC	421030	Major Vieira	0	0,00	0,00	2.043,82
SC	421040	Maracajá	2	101,40	1.926,60	910,22
SC	421050	Maravilha	5	253,50	4.816,50	3.197,19
SC	421055	Marema	1	50,70	963,30	561,41
SC	421060	Massaranduba	1	50,70	963,30	3.232,72
SC	421070	Matos Costa	0	0,00	0,00	1.160,08
SC	421080	Meleiro	0	0,00	0,00	1.806,67
SC	421085	Mirim Doce	0	0,00	0,00	1.142,42
SC	421090	Modelo	0	0,00	0,00	1.272,78
SC	421100	Mondaí	2	101,40	1.926,60	1.465,74
SC	421105	Monte Carlo	2	101,40	1.926,60	1.247,59
SC	421110	Monte Castelo	0	0,00	0,00	2.161,89
SC	421120	Morro da Fumaça	0	0,00	0,00	4.470,66
SC	421125	Morro Grande	1	50,70	963,30	591,46
SC	421130	Navegantes	4	202,80	3.853,20	15.816,73
SC	421140	Nova Erechim	1	50,70	963,30	696,47
SC	421145	Nova Itaberaba	0	0,00	0,00	1.265,88
SC	421150	Nova Trento	0	0,00	0,00	3.595,24
SC	421160	Nova Veneza	0	0,00	0,00	3.783,43
SC	421165	Novo Horizonte	1	50,70	963,30	577,54
SC	421170	Orleans	2	101,40	1.926,60	3.867,76
SC	421175	Otacílio Costa	2	101,40	1.926,60	2.743,21
SC	421180	Ouro	0	0,00	0,00	1.896,18
SC	421185	Ouro Verde	0	0,00	0,00	1.140,89
SC	421187	Paial	1	50,70	963,30	549,45
SC	421189	Painel	0	0,00	0,00	1.151,59
SC	421190	Palhoça	0	0,00	0,00	52.913,75
SC	421200	Palma Sola	3	152,10	2.889,90	987,74
SC	421205	Palmeira	1	50,70	963,30	610,86
SC	421210	Palmitos	1	50,70	963,30	3.185,55
SC	421220	Papanduva	2	101,40	1.926,60	2.922,22
SC	421223	Paraíso	2	101,40	1.926,60	614,20
SC	421225	Passo de Torres	2	101,40	1.926,60	1.067,18
SC	421227	Passos Maia	0	0,00	0,00	1.255,22
SC	421230	Paulo Lopes	0	0,00	0,00	1.876,80
SC	421240	Pedras Grandes	1	50,70	963,30	622,09

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	421250	Penha	4	202,80	3.853,20	4.910,13
SC	421260	Peritiba	0	0,00	0,00	1.172,11
SC	421265	Pescaria Brava	0	0,00	0,00	2.544,90
SC	421270	Petrolândia	1	50,70	963,30	782,85
SC	421280	Balneário Piçarras	3	152,10	2.889,90	2.790,21
SC	421290	Pinhalzinho	6	304,20	5.779,80	2.487,65
SC	421300	Pinheiro Preto	0	0,00	0,00	1.291,00
SC	421310	Piratuba	1	50,70	963,30	633,17
SC	421315	Planalto Alegre	0	0,00	0,00	1.222,74
SC	421320	Pomerode	2	101,40	1.926,60	6.318,57
SC	421330	Ponte Alta	0	0,00	0,00	1.287,48
SC	421335	Ponte Alta do Norte	0	0,00	0,00	1.225,49
SC	421340	Ponte Serrada	0	0,00	0,00	2.943,97
SC	421350	Porto Belo	3	152,10	2.889,90	2.587,49
SC	421360	Porto União	1	50,70	963,30	8.014,48
SC	421370	Pouso Redondo	1	50,70	963,30	3.360,73
SC	421380	Praia Grande	1	50,70	963,30	940,57
SC	421390	Presidente Castello Branco	2	101,40	1.926,60	548,79
SC	421400	Presidente Getúlio	0	0,00	0,00	4.333,98
SC	421410	Presidente Nereu	1	50,70	963,30	573,76
SC	421415	Princesa	1	50,70	963,30	606,21
SC	421420	Quilombo	2	101,40	1.926,60	1.307,51
SC	421430	Rancho Queimado	1	50,70	963,30	601,71
SC	421440	Rio das Antas	0	0,00	0,00	1.592,73
SC	421450	Rio do Campo	1	50,70	963,30	788,59
SC	421460	Rio do Oeste	1	50,70	963,30	951,53
SC	421470	Rio dos Cedros	1	50,70	963,30	1.951,60
SC	421480	Rio do Sul	5	253,50	4.816,50	12.826,44
SC	421490	Rio Fortuna	0	0,00	0,00	1.296,19
SC	421500	Rio Negrinho	2	101,40	1.926,60	8.790,79
SC	421505	Rio Rufino	0	0,00	0,00	1.163,19
SC	421507	Riqueza	1	50,70	963,30	640,48
SC	421510	Rodeio	1	50,70	963,30	1.966,14
SC	421520	Romelândia	1	50,70	963,30	700,49
SC	421530	Salete	1	50,70	963,30	983,37
SC	421535	Saltinho	1	50,70	963,30	616,31
SC	421540	Salto Veloso	1	50,70	963,30	667,54
SC	421545	Sangão	1	50,70	963,30	2.156,11
SC	421550	Santa Cecília	1	50,70	963,30	3.295,45
SC	421555	Santa Helena	0	0,00	0,00	1.136,63
SC	421560	Santa Rosa de Lima	0	0,00	0,00	1.154,33
SC	421565	Santa Rosa do Sul	0	0,00	0,00	2.130,78
SC	421567	Santa Terezinha	1	50,70	963,30	1.301,86
SC	421568	Santa Terezinha do Progresso	2	101,40	1.926,60	581,02
SC	421569	Santiago do Sul	1	50,70	963,30	541,14
SC	421570	Santo Amaro da Imperatriz	0	0,00	0,00	7.253,72
SC	421575	São Bernardino	1	50,70	963,30	576,94
SC	421580	São Bento do Sul	5	253,50	4.816,50	16.308,21
SC	421590	São Bonifácio	0	0,00	0,00	1.175,89
SC	421600	São Carlos	2	101,40	1.926,60	1.419,33
SC	421605	São Cristovão do Sul	2	101,40	1.926,60	696,66
SC	421610	São Domingos	3	152,10	2.889,90	1.215,08
SC	421620	São Francisco do Sul	5	253,50	4.816,50	8.112,25
SC	421625	São João do Oeste	1	50,70	963,30	804,40
SC	421630	São João Batista	1	50,70	963,30	7.978,27
SC	421635	São João do Itaperiú	1	50,70	963,30	636,72
SC	421640	São João do Sul	1	50,70	963,30	926,67
SC	421650	São Joaquim	1	50,70	963,30	5.831,43
SC	421660	São José	10	507,00	9.633,00	67.276,52
SC	421670	São José do Cedro	3	152,10	2.889,90	1.772,76
SC	421680	São José do Cerrito	0	0,00	0,00	2.321,52
SC	421690	São Lourenço do Oeste	5	253,50	4.816,50	3.021,50
SC	421700	São Ludgero	2	101,40	1.926,60	1.649,09
SC	421710	São Martinho	1	50,70	963,30	599,22
SC	421715	São Miguel da Boa Vista	0	0,00	0,00	1.114,37
SC	421720	São Miguel do Oeste	18	912,60	17.339,40	5.073,61
SC	421725	São Pedro de Alcântara	1	50,70	963,30	898,65
SC	421730	Saudades	1	50,70	963,30	1.501,02
SC	421740	Schroeder	1	50,70	963,30	4.160,92
SC	421750	Seara	2	101,40	1.926,60	2.542,53
SC	421755	Serra Alta	1	50,70	963,30	602,25
SC	421760	Siderópolis	1	50,70	963,30	2.573,55
SC	421770	Sombrio	2	101,40	1.926,60	5.649,45
SC	421775	Sul Brasil	0	0,00	0,00	1.156,05
SC	421780	Taió	0	0,00	0,00	4.656,55
SC	421790	Tangará	0	0,00	0,00	2.238,13
SC	421795	Tigrinhos	1	50,70	963,30	552,21
SC	421800	Tijucas	5	253,50	4.816,50	4.708,70
SC	421810	Timbé do Sul	0	0,00	0,00	1.373,68
SC	421820	Timbó	3	152,10	2.889,90	8.024,35
SC	421825	Timbó Grande	0	0,00	0,00	1.980,58
SC	421830	Três Barras	2	101,40	1.926,60	2.955,63
SC	421835	Treviso	0	0,00	0,00	1.299,66
SC	421840	Treze de Maio	1	50,70	963,30	905,00
SC	421850	Treze Tílias	1	50,70	963,30	961,99
SC	421860	Trombudo Central	1	50,70	963,30	919,40
SC	421870	Tubarão	4	202,80	3.853,20	22.783,33
SC	421875	Tunápolis	0	0,00	0,00	1.278,35

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	421880	Turvo	1	50,70	963,30	2.286,93
SC	421885	União do Oeste	1	50,70	963,30	581,59
SC	421890	Urubici	2	101,40	1.926,60	1.426,85
SC	421895	Urupema	0	0,00	0,00	1.156,67
SC	421900	Urussanga	2	101,40	1.926,60	3.473,53
SC	421910	Vargeão	0	0,00	0,00	1.222,55
SC	421915	Vargem	1	50,70	963,30	578,95
SC	421917	Vargem Bonita	0	0,00	0,00	1.276,19
SC	421920	Vidal Ramos	1	50,70	963,30	813,07
SC	421930	Videira	3	152,10	2.889,90	10.386,93
SC	421935	Vitor Meireles	0	0,00	0,00	1.323,45
SC	421940	Witmarsum	1	50,70	963,30	647,92
SC	421950	Xanxerê	16	811,20	15.412,80	6.341,60
SC	421960	Xavantina	1	50,70	963,30	621,12
SC	421970	Xaxim	12	608,40	11.559,60	3.596,78
SC	421985	Zortéa	0	0,00	0,00	1.273,13
SC	422000	Balneário Rincão	1	50,70	963,30	2.199,46
		Total	705	35.743,50	679.126,50	1.817.454,49

ANEXO XXV

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
SE	280000	SES/SE	0	0,00	0,00	283.940,61
SE	280010	Amparo de São Francisco	2	101,40	1.926,60	511,53
SE	280020	Aquidabã	7	354,90	6.743,10	4.612,18
SE	280030	Aracaju	261	13.232,70	251.421,30	158.165,74
SE	280040	Arauá	4	202,80	3.853,20	2.350,59
SE	280050	Areia Branca	5	253,50	4.816,50	3.930,05
SE	280060	Barra dos Coqueiros	0	0,00	0,00	12.587,82
SE	280067	Boquim	10	507,00	9.633,00	5.789,60
SE	280070	Brejo Grande	0	0,00	0,00	3.572,36
SE	280100	Campo do Brito	5	253,50	4.816,50	3.877,26
SE	280110	Canhoba	2	101,40	1.926,60	875,14
SE	280120	Canindé de São Francisco	8	405,60	7.706,40	6.274,24
SE	280130	Capela	6	304,20	5.779,80	8.754,15
SE	280140	Carira	8	405,60	7.706,40	4.652,30
SE	280150	Carmópolis	5	253,50	4.816,50	3.467,42
SE	280160	Cedro de São João	3	152,10	2.889,90	1.264,22
SE	280170	Cristinápolis	4	202,80	3.853,20	3.914,93
SE	280190	Cumbe	0	0,00	0,00	1.712,59
SE	280200	Divina Pastora	2	101,40	1.926,60	1.079,61
SE	280210	Estância	34	1.723,80	32.752,20	14.728,94
SE	280220	Feira Nova	1	50,70	963,30	1.445,20
SE	280230	Frei Paulo	5	253,50	4.816,50	3.268,32
SE	280240	Gararu	4	202,80	3.853,20	2.497,96
SE	280250	General Maynard	2	101,40	1.926,60	703,31
SE	280260	Gracho Cardoso	3	152,10	2.889,90	1.252,56
SE	280270	Ilha das Flores	3	152,10	2.889,90	1.838,95
SE	280280	Indiaroba	4	202,80	3.853,20	3.823,97
SE	280290	Itabaiana	31	1.571,70	29.862,30	20.236,70
SE	280300	Itabaianinha	12	608,40	11.559,60	8.916,09
SE	280310	Itabi	3	152,10	2.889,90	1.073,06
SE	280320	Itaporanga d'Ajuda	8	405,60	7.706,40	7.257,41
SE	280330	Japaratuba	5	253,50	4.816,50	3.969,85
SE	280340	Japoatã	2	101,40	1.926,60	3.735,98
SE	280350	Lagarto	14	709,80	13.486,20	30.643,81
SE	280360	Laranjeiras	12	608,40	11.559,60	6.325,04
SE	280370	Macambira	3	152,10	2.889,90	1.486,27
SE	280380	Malhada dos Bois	2	101,40	1.926,60	796,86
SE	280390	Malhador	2	101,40	1.926,60	3.510,58
SE	280400	Maruim	6	304,20	5.779,80	3.705,59
SE	280410	Moita Bonita	3	152,10	2.889,90	2.426,63
SE	280420	Monte Alegre de Sergipe	4	202,80	3.853,20	3.239,11
SE	280430	Muribeca	3	152,10	2.889,90	1.644,05
SE	280440	Neópolis	5	253,50	4.816,50	4.029,41
SE	280445	Nossa Senhora Aparecida	3	152,10	2.889,90	1.876,94
SE	280450	Nossa Senhora da Glória	11	557,70	10.596,30	7.753,57
SE	280460	Nossa Senhora das Dores	9	456,30	8.669,70	5.670,04
SE	280470	Nossa Senhora de Lourdes	3	152,10	2.889,90	1.393,67
SE	280480	Nossa Senhora do Socorro	97	4.917,90	93.440,10	38.547,31
SE	280490	Pacatuba	0	0,00	0,00	6.125,51
SE	280500	Pedra Mole	0	0,00	0,00	1.383,43
SE	280510	Pedrinhas	4	202,80	3.853,20	2.049,36
SE	280520	Pinhão	3	152,10	2.889,90	1.391,91
SE	280530	Pirambu	2	101,40	1.926,60	2.025,91
SE	280540	Poço Redondo	5	253,50	4.816,50	9.900,38
SE	280550	Poço Verde	8	405,60	7.706,40	5.034,28
SE	280560	Porto da Folha	7	354,90	6.743,10	6.124,43
SE	280570	Propriá	13	659,10	12.522,90	6.339,75
SE	280580	Riachão do Dantas	0	0,00	0,00	8.506,85
SE	280590	Riachuelo	4	202,80	3.853,20	2.181,42
SE	280600	Ribeirópolis	8	405,60	7.706,40	3.952,01
SE	280610	Rosário do Catete	4	202,80	3.853,20	2.272,48
SE	280620	Salgado	0	0,00	0,00	8.567,15
SE	280630	Santa Luzia do Itanhy	4	202,80	3.853,20	3.106,56
SE	280640	Santana do São Francisco	3	152,10	2.889,90	1.591,66
SE	280650	Santa Rosa de Lima	2	101,40	1.926,60	896,48
SE	280660	Santo Amaro das Brotas	5	253,50	4.816,50	2.601,13
SE	280670	São Cristóvão	45	2.281,50	43.348,50	18.881,26

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SE	280680	São Domingos	0	0,00	0,00	4.730,67
SE	280690	São Francisco	2	101,40	1.926,60	838,34
SE	280700	São Miguel do Aleixo	0	0,00	0,00	1.663,90
SE	280710	Simão Dias	2	101,40	1.926,60	15.384,79
SE	280720	Siriri	3	152,10	2.889,90	1.907,50
SE	280730	Telha	2	101,40	1.926,60	683,05
SE	280740	Tobias Barreto	18	912,60	17.339,40	11.077,86
SE	280750	Tomar do Geru	4	202,80	3.853,20	2.805,51
SE	280760	Umbaúba	7	354,90	6.743,10	5.358,92
		Total	781	39.596,70	752.337,30	836.512,02

ANEXO XXVI

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
SP	350000	SES/SP	0	0,00	0,00	2.719.578,18
SP	350010	Adamantina	19	963,30	18.302,70	4.264,36
SP	350020	Adolfo	3	152,10	2.889,90	1.028,55
SP	350030	Aguaí	5	253,50	4.816,50	3.476,83
SP	350040	Águas da Prata	3	152,10	2.889,90	1.058,93
SP	350050	Águas de Lindóia	0	0,00	0,00	4.627,25
SP	350055	Águas de Santa Bárbara	0	0,00	0,00	2.124,07
SP	350060	Águas de São Pedro	0	0,00	0,00	2.307,90
SP	350070	Agudos	13	659,10	12.522,90	3.611,17
SP	350075	Alambari	0	0,00	0,00	2.269,37
SP	350080	Alfredo Marcondes	2	101,40	1.926,60	1.054,58
SP	350090	Altair	1	50,70	963,30	1.166,26
SP	350100	Altinópolis	5	253,50	4.816,50	1.588,11
SP	350110	Alto Alegre	0	0,00	0,00	2.056,40
SP	350115	Alumínio	0	0,00	0,00	3.588,45
SP	350120	Álvares Florence	2	101,40	1.926,60	1.021,13
SP	350130	Álvares Machado	7	354,90	6.743,10	2.665,38
SP	350140	Álvaro de Carvalho	0	0,00	0,00	2.163,56
SP	350150	Alvinlândia	1	50,70	963,30	1.149,75
SP	350160	Americana	1	50,70	963,30	60.037,27
SP	350170	Américo Brasiliense	9	456,30	8.669,70	3.837,26
SP	350180	Américo de Campos	4	202,80	3.853,20	1.042,63
SP	350190	Amparo	6	304,20	5.779,80	12.018,45
SP	350200	Analândia	0	0,00	0,00	2.201,77
SP	350210	Andradina	26	1.318,20	25.045,80	7.977,82
SP	350220	Angatuba	4	202,80	3.853,20	2.412,08
SP	350230	Anhembi	0	0,00	0,00	2.227,41
SP	350240	Anhumas	2	101,40	1.926,60	1.069,96
SP	350250	Aparecida	13	659,10	12.522,90	4.534,88
SP	350260	Aparecida d'Oeste	3	152,10	2.889,90	1.020,79
SP	350270	Apiaí	5	253,50	4.816,50	2.495,99
SP	350275	Araçariguama	0	0,00	0,00	4.119,94
SP	350280	Araçatuba	118	5.982,60	113.669,40	26.701,86
SP	350290	Araçoiaba da Serra	6	304,20	5.779,80	3.181,80
SP	350300	Aramina	3	152,10	2.889,90	1.065,44
SP	350310	Arandu	0	0,00	0,00	2.076,97
SP	350315	Arapeí	2	101,40	1.926,60	1.026,67
SP	350320	Araraquara	102	5.171,40	98.256,60	30.096,25
SP	350330	Araras	38	1.926,60	36.605,40	14.543,47
SP	350335	Arco-Íris	1	50,70	963,30	1.073,73
SP	350340	Arealva	3	152,10	2.889,90	1.065,56
SP	350350	Areias	2	101,40	1.926,60	1.045,27
SP	350360	Areiópolis	0	0,00	0,00	2.175,12
SP	350370	Ariranha	0	0,00	0,00	2.170,39
SP	350380	Artur Nogueira	2	101,40	1.926,60	11.069,90
SP	350390	Arujá	6	304,20	5.779,80	16.764,02
SP	350395	Aspásia	2	101,40	1.926,60	1.028,86
SP	350400	Assis	44	2.230,80	42.385,20	13.423,01
SP	350410	Atibaia	3	152,10	2.889,90	33.544,08
SP	350420	Auriflama	0	0,00	0,00	3.577,46
SP	350430	Avaí	2	101,40	1.926,60	1.064,42
SP	350440	Avanhandava	2	101,40	1.926,60	1.710,02
SP	350450	Avaré	29	1.470,30	27.935,70	11.669,55
SP	350460	Bady Bassitt	6	304,20	5.779,80	1.716,65
SP	350470	Balbinos	2	101,40	1.926,60	1.276,89
SP	350480	Bálsamo	2	101,40	1.926,60	1.075,33
SP	350490	Bananal	3	152,10	2.889,90	1.358,38
SP	350500	Barão de Antonina	0	0,00	0,00	2.152,28
SP	350510	Barbosa	3	152,10	2.889,90	1.080,95
SP	350520	Bariri	5	253,50	4.816,50	3.388,11
SP	350530	Barra Bonita	12	608,40	11.559,60	4.541,38
SP	350535	Barra do Chapéu	1	50,70	963,30	1.167,89
SP	350540	Barra do Turvo	0	0,00	0,00	2.053,70
SP	350550	Barretos	73	3.701,10	70.320,90	14.809,66
SP	350560	Barrinha	10	507,00	9.633,00	3.125,60
SP	350570	Barueri	41	2.078,70	39.495,30	34.890,89
SP	350580	Bastos	6	304,20	5.779,80	2.122,36
SP	350590	Batatais	18	912,60	17.339,40	7.685,00
SP	350600	Bauru	119	6.033,30	114.632,70	55.555,39
SP	350610	Bebedouro	1	50,70	963,30	18.133,11
SP	350620	Bento de Abreu	2	101,40	1.926,60	1.076,55
SP	350630	Bernardino de Campos	3	152,10	2.889,90	1.094,71
SP	350635	Bertioga	19	963,30	18.302,70	7.412,13

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	350640	Bilac	2	101,40	1.926,60	1.089,53
SP	350650	Birigui	47	2.382,90	45.275,10	15.740,25
SP	350660	Biritiba-Mirim	1	50,70	963,30	7.329,37
SP	350670	Boa Esperança do Sul	7	354,90	6.743,10	1.531,67
SP	350680	Bocaina	0	0,00	0,00	2.357,83
SP	350690	Bofete	0	0,00	0,00	2.256,22
SP	350700	Boituva	17	861,90	16.376,10	5.670,35
SP	350710	Bom Jesus dos Perdões	4	202,80	3.853,20	2.352,25
SP	350715	Bom Sucesso de Itararé	1	50,70	963,30	1.182,98
SP	350720	Borá	0	0,00	0,00	2.079,30
SP	350730	Boracéia	0	0,00	0,00	2.169,73
SP	350740	Borborema	8	405,60	7.706,40	1.546,20
SP	350745	Borebi	1	50,70	963,30	1.231,75
SP	350750	Botucatu	49	2.484,30	47.201,70	15.754,87
SP	350760	Bragança Paulista	0	0,00	0,00	42.819,18
SP	350770	Braúna	3	152,10	2.889,90	1.085,78
SP	350775	Brejo Alegre	1	50,70	963,30	1.188,19
SP	350780	Brodowski	11	557,70	10.596,30	2.359,01
SP	350790	Brotas	4	202,80	3.853,20	2.336,10
SP	350800	Buri	4	202,80	3.853,20	1.932,58
SP	350810	Buritama	9	456,30	8.669,70	1.918,05
SP	350820	Buritizal	1	50,70	963,30	1.181,18
SP	350830	Cabrália Paulista	0	0,00	0,00	2.049,97
SP	350840	Cabreúva	0	0,00	0,00	9.375,91
SP	350850	Caçapava	0	0,00	0,00	23.146,75
SP	350860	Cachoeira Paulista	13	659,10	12.522,90	4.096,63
SP	350870	Caconde	1	50,70	963,30	3.792,95
SP	350880	Cafelândia	10	507,00	9.633,00	1.769,59
SP	350890	Caiabu	1	50,70	963,30	1.104,96
SP	350900	Caieiras	0	0,00	0,00	25.619,83
SP	350910	Caiuá	1	50,70	963,30	1.241,07
SP	350920	Cajamar	0	0,00	0,00	19.281,06
SP	350925	Cajati	4	202,80	3.853,20	2.845,36
SP	350930	Cajobi	5	253,50	4.816,50	1.059,44
SP	350940	Cajuru	1	50,70	963,30	4.094,87
SP	350945	Campina do Monte Alegre	0	0,00	0,00	2.121,30
SP	350950	Campinas	117	5.931,90	112.706,10	208.752,83
SP	350960	Campo Limpo Paulista	5	253,50	4.816,50	11.343,66
SP	350970	Campos do Jordão	0	0,00	0,00	12.863,50
SP	350980	Campos Novos Paulista	0	0,00	0,00	2.133,21
SP	350990	Cananéia	0	0,00	0,00	3.152,25
SP	350995	Canas	2	101,40	1.926,60	1.105,06
SP	351000	Cândido Mota	1	50,70	963,30	5.747,77
SP	351010	Cândido Rodrigues	1	50,70	963,30	1.122,61
SP	351015	Canitar	1	50,70	963,30	1.268,04
SP	351020	Capão Bonito	9	456,30	8.669,70	4.652,02
SP	351030	Capela do Alto	6	304,20	5.779,80	1.958,82
SP	351040	Capivari	9	456,30	8.669,70	5.316,68
SP	351050	Caraguatatuba	8	405,60	7.706,40	22.755,28
SP	351060	Carapicuíba	5	253,50	4.816,50	98.626,60
SP	351070	Cardoso	2	101,40	1.926,60	1.207,12
SP	351080	Casa Branca	6	304,20	5.779,80	3.931,28
SP	351090	Cássia dos Coqueiros	0	0,00	0,00	2.044,63
SP	351100	Castilho	9	456,30	8.669,70	2.083,17
SP	351110	Catanduva	64	3.244,80	61.651,20	15.827,55
SP	351120	Catiguá	4	202,80	3.853,20	1.067,37
SP	351130	Cedral	4	202,80	3.853,20	1.098,71
SP	351140	Cerqueira César	0	0,00	0,00	3.817,77
SP	351150	Cerquilho	4	202,80	3.853,20	5.298,67
SP	351160	Cesário Lange	5	253,50	4.816,50	1.722,06
SP	351170	Charqueada	4	202,80	3.853,20	1.642,26
SP	351190	Clementina	0	0,00	0,00	2.256,42
SP	351200	Colina	9	456,30	8.669,70	1.891,90
SP	351210	Colômbia	1	50,70	963,30	1.111,35
SP	351220	Conchal	0	0,00	0,00	5.448,58
SP	351230	Conchas	5	253,50	4.816,50	1.727,05
SP	351240	Cordeirópolis	7	354,90	6.743,10	2.329,73
SP	351250	Coroados	2	101,40	1.926,60	1.097,54
SP	351260	Coronel Macedo	3	152,10	2.889,90	1.019,54
SP	351270	Corumbataí	0	0,00	0,00	2.085,92
SP	351280	Cosmópolis	14	709,80	13.486,20	8.635,75
SP	351290	Cosmorama	3	152,10	2.889,90	1.029,62
SP	351300	Cotia	3	152,10	2.889,90	59.123,22
SP	351310	Cravinhos	10	507,00	9.633,00	3.462,17
SP	351320	Cristais Paulista	3	152,10	2.889,90	1.088,23
SP	351330	Cruzália	2	101,40	1.926,60	1.016,19
SP	351340	Cruzeiro	12	608,40	11.559,60	10.215,50
SP	351350	Cubatão	0	0,00	0,00	53.394,36
SP	351360	Cunha	2	101,40	1.926,60	3.636,15
SP	351370	Descalvado	7	354,90	6.743,10	3.341,61
SP	351380	Diadema	23	1.166,10	22.155,90	86.838,26
SP	351385	Dirce Reis	2	101,40	1.926,60	1.050,62
SP	351390	Divinolândia	0	0,00	0,00	2.272,45
SP	351400	Dobrada	4	202,80	3.853,20	1.082,18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	351410	Dois Córregos	8	405,60	7.706,40	2.633,08
SP	351420	Dolcinópolis	1	50,70	963,30	1.094,17
SP	351430	Dourado	0	0,00	0,00	2.069,45
SP	351440	Dracena	29	1.470,30	27.935,70	6.041,42
SP	351450	Duartina	2	101,40	1.926,60	1.232,28
SP	351460	Dumont	0	0,00	0,00	2.248,66
SP	351470	Echaporã	2	101,40	1.926,60	1.023,55
SP	351480	Eldorado	0	0,00	0,00	3.859,00
SP	351490	Elias Fausto	2	101,40	1.926,60	1.703,06
SP	351492	Elisiário	1	50,70	963,30	1.245,94
SP	351495	Embaúba	2	101,40	1.926,60	1.029,40
SP	351500	Embu das Artes	10	507,00	9.633,00	60.023,58
SP	351510	Embu-Guaçu	5	253,50	4.816,50	12.990,59
SP	351512	Emilianópolis	2	101,40	1.926,60	1.051,64
SP	351515	Engenheiro Coelho	1	50,70	963,30	3.910,95
SP	351518	Espírito Santo do Pinhal	8	405,60	7.706,40	4.324,98
SP	351519	Espírito Santo do Turvo	0	0,00	0,00	2.176,90
SP	351520	Estrela d'Oeste	4	202,80	3.853,20	1.032,31
SP	351530	Estrela do Norte	1	50,70	963,30	1.116,30
SP	351535	Euclides da Cunha Paulista	3	152,10	2.889,90	1.120,83
SP	351540	Fartura	3	152,10	2.889,90	1.569,41
SP	351550	Fernandópolis	27	1.368,90	26.009,10	7.846,36
SP	351560	Fernando Prestes	2	101,40	1.926,60	1.041,80
SP	351565	Fernão	1	50,70	963,30	1.173,14
SP	351570	Ferraz de Vasconcelos	2	101,40	1.926,60	47.336,47
SP	351580	Flora Rica	2	101,40	1.926,60	1.006,52
SP	351590	Floreal	2	101,40	1.926,60	1.024,24
SP	351600	Flórida Paulista	5	253,50	4.816,50	1.862,61
SP	351610	Florínia	0	0,00	0,00	2.041,65
SP	351620	Franca	36	1.825,20	34.678,80	55.892,18
SP	351630	Francisco Morato	0	0,00	0,00	44.759,52
SP	351640	Franco da Rocha	0	0,00	0,00	38.995,10
SP	351650	Gabriel Monteiro	1	50,70	963,30	1.099,52
SP	351660	Gália	0	0,00	0,00	2.039,22
SP	351670	Garça	11	557,70	10.596,30	4.573,41
SP	351680	Gastão Vidigal	2	101,40	1.926,60	1.092,88
SP	351685	Gavião Peixoto	2	101,40	1.926,60	1.061,60
SP	351690	General Salgado	5	253,50	4.816,50	1.165,43
SP	351700	Getulina	5	253,50	4.816,50	1.481,79
SP	351710	Glicério	2	101,40	1.926,60	1.046,66
SP	351720	Guaiçara	6	304,20	5.779,80	1.162,17
SP	351730	Guaimbê	2	101,40	1.926,60	1.051,12
SP	351740	Guaíra	14	709,80	13.486,20	4.077,13
SP	351750	Guapiaçu	2	101,40	1.926,60	2.114,81
SP	351760	Guapiara	0	0,00	0,00	3.550,26
SP	351770	Guará	5	253,50	4.816,50	2.159,49
SP	351780	Guaraçaí	4	202,80	3.853,20	1.140,30
SP	351790	Guaraci	4	202,80	3.853,20	1.080,52
SP	351800	Guarani d'Oeste	2	101,40	1.926,60	1.029,52
SP	351810	Guarantã	3	152,10	2.889,90	1.039,74
SP	351820	Guararapes	14	709,80	13.486,20	3.804,23
SP	351830	Guararema	0	0,00	0,00	7.558,42
SP	351840	Guaratinguetá	17	861,90	16.376,10	15.052,13
SP	351850	Guareí	3	152,10	2.889,90	2.288,94
SP	351860	Guariba	8	405,60	7.706,40	3.839,90
SP	351870	Guarujá	63	3.194,10	60.687,90	73.541,20
SP	351880	Guarulhos	0	0,00	0,00	351.893,64
SP	351885	Guatapará	3	152,10	2.889,90	1.069,44
SP	351890	Guzolândia	0	0,00	0,00	2.147,17
SP	351900	Herculândia	0	0,00	0,00	2.134,95
SP	351905	Holambra	0	0,00	0,00	3.503,00
SP	351907	Hortolândia	0	0,00	0,00	59.005,57
SP	351910	Iacanga	5	253,50	4.816,50	1.110,67
SP	351920	Iacri	4	202,80	3.853,20	1.025,92
SP	351925	Iaras	0	0,00	0,00	2.466,99
SP	351930	Ibaté	4	202,80	3.853,20	3.351,30
SP	351940	Ibirá	5	253,50	4.816,50	1.512,00
SP	351950	Ibirarema	2	101,40	1.926,60	1.095,93
SP	351960	Ibitinga	19	963,30	18.302,70	7.339,38
SP	351970	Ibiúna	6	304,20	5.779,80	13.611,70
SP	351980	Icém	1	50,70	963,30	1.180,74
SP	351990	Iepê	4	202,80	3.853,20	1.054,39
SP	352000	Igaraçu do Tietê	5	253,50	4.816,50	3.074,50
SP	352010	Igarapava	13	659,10	12.522,90	3.061,39
SP	352020	Igaratá	2	101,40	1.926,60	1.180,38
SP	352030	Iguape	0	0,00	0,00	7.661,00
SP	352040	Ilhabela	9	456,30	8.669,70	4.169,25
SP	352042	Ilha Comprida	0	0,00	0,00	2.664,00
SP	352044	Ilha Solteira	10	507,00	9.633,00	3.317,50
SP	352050	Indaiatuba	31	1.571,70	29.862,30	30.038,20
SP	352060	Indiana	2	101,40	1.926,60	1.029,53
SP	352070	Indiaporã	3	152,10	2.889,90	1.027,84
SP	352080	Inúbia Paulista	0	0,00	0,00	2.138,66
SP	352090	Ipaussu	0	0,00	0,00	2.891,67
SP	352100	Iperó	7	354,90	6.743,10	4.553,24
SP	352110	Ipeúna	0	0,00	0,00	2.289,31
SP	352115	Ipiguá	2	101,40	1.926,60	1.122,48
SP	352120	Iporanga	0	0,00	0,00	2.051,17
SP	352130	Ipuã	8	405,60	7.706,40	1.562,01

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	352140	Iracemápolis	5	253,50	4.816,50	2.277,93
SP	352150	Irapuã	3	152,10	2.889,90	1.069,07
SP	352160	Irapuru	3	152,10	2.889,90	1.075,68
SP	352170	Itaberá	5	253,50	4.816,50	1.777,97
SP	352180	Itaí	3	152,10	2.889,90	4.028,96
SP	352190	Itajobi	8	405,60	7.706,40	1.579,99
SP	352200	Itaju	1	50,70	963,30	1.255,39
SP	352210	Itanhaém	24	1.216,80	23.119,20	13.445,04
SP	352215	Itaóca	2	101,40	1.926,60	1.034,69
SP	352220	Itapecerica da Serra	0	0,00	0,00	44.583,45
SP	352230	Itapetininga	33	1.673,10	31.788,90	20.875,80
SP	352240	Itapeva	12	608,40	11.559,60	9.162,06
SP	352250	Itapevi	44	2.230,80	42.385,20	34.388,30
SP	352260	Itapira	9	456,30	8.669,70	7.230,56
SP	352265	Itapirapuã Paulista	1	50,70	963,30	1.169,14
SP	352270	Itápolis	17	861,90	16.376,10	4.383,83
SP	352280	Itaporanga	3	152,10	2.889,90	1.484,91
SP	352290	Itapuí	3	152,10	2.889,90	1.333,43
SP	352300	Itapura	2	101,40	1.926,60	1.082,51
SP	352310	Itaquaquecetuba	0	0,00	0,00	94.071,36
SP	352320	Itararé	0	0,00	0,00	9.865,88
SP	352330	Itariri	0	0,00	0,00	3.341,30
SP	352340	Itatiba	12	608,40	11.559,60	17.566,15
SP	352350	Itatinga	0	0,00	0,00	3.947,60
SP	352360	Itirapina	6	304,20	5.779,80	2.293,90
SP	352370	Itirapuã	3	152,10	2.889,90	1.069,28
SP	352380	Itobi	3	152,10	2.889,90	1.038,89
SP	352390	Itu	31	1.571,70	29.862,30	21.269,63
SP	352400	Itupeva	3	152,10	2.889,90	8.278,67
SP	352410	Ituverava	17	861,90	16.376,10	4.197,58
SP	352420	Jaborandi	4	202,80	3.853,20	1.045,18
SP	352430	Jaboticabal	39	1.977,30	37.568,70	7.733,73
SP	352440	Jacareí	54	2.737,80	52.018,20	28.731,38
SP	352450	Jaci	3	152,10	2.889,90	1.142,27
SP	352460	Jacupiranga	0	0,00	0,00	3.505,41
SP	352470	Jaguariúna	0	0,00	0,00	13.551,00
SP	352480	Jales	12	608,40	11.559,60	6.150,53
SP	352490	Jambeiro	0	0,00	0,00	2.270,43
SP	352500	Jandira	33	1.673,10	31.788,90	19.216,17
SP	352510	Jardinópolis	11	557,70	10.596,30	4.201,02
SP	352520	Jarinu	4	202,80	3.853,20	2.794,54
SP	352530	Jaú	67	3.396,90	64.541,10	19.084,91
SP	352540	Jeriquara	1	50,70	963,30	1.092,71
SP	352550	Joanópolis	0	0,00	0,00	3.236,75
SP	352560	João Ramalho	1	50,70	963,30	1.165,83
SP	352570	José Bonifácio	15	760,50	14.449,50	3.562,26
SP	352580	Júlio Mesquita	3	152,10	2.889,90	1.058,84
SP	352585	Jumirim	0	0,00	0,00	2.240,91
SP	352590	Jundiaí	27	1.368,90	26.009,10	80.801,36
SP	352600	Junqueirópolis	6	304,20	5.779,80	2.654,37
SP	352610	Juquiá	0	0,00	0,00	3.825,60
SP	352620	Juquitiba	2	101,40	1.926,60	6.166,27
SP	352630	Lagoinha	1	50,70	963,30	1.095,57
SP	352640	Laranjal Paulista	6	304,20	5.779,80	2.730,90
SP	352650	Lavínia	4	202,80	3.853,20	1.454,93
SP	352660	Lavrinhas	1	50,70	963,30	1.178,05
SP	352670	Leme	11	557,70	10.596,30	9.907,60
SP	352680	Lençóis Paulista	11	557,70	10.596,30	6.737,89
SP	352690	Limeira	89	4.512,30	85.733,70	39.243,81
SP	352700	Lindóia	0	0,00	0,00	2.226,56
SP	352710	Lins	6	304,20	5.779,80	14.309,84
SP	352720	Lorena	26	1.318,20	25.045,80	10.997,50
SP	352725	Lourdes	1	50,70	963,30	1.151,27
SP	352730	Louveira	10	507,00	9.633,00	4.496,53
SP	352740	Lucélia	13	659,10	12.522,90	2.798,87
SP	352750	Lucianópolis	1	50,70	963,30	1.140,05
SP	352760	Luís Antônio	4	202,80	3.853,20	1.372,89
SP	352770	Luiziânia	1	50,70	963,30	1.226,39
SP	352780	Lupércio	1	50,70	963,30	1.128,64
SP	352790	Lutécia	1	50,70	963,30	1.086,56
SP	352800	Macatuba	8	405,60	7.706,40	1.675,45
SP	352810	Macaubal	4	202,80	3.853,20	1.049,45
SP	352820	Macedônia	2	101,40	1.926,60	1.029,04
SP	352830	Magda	2	101,40	1.926,60	1.024,94
SP	352840	Mairinque	0	0,00	0,00	9.119,37
SP	352850	Mairiporã	0	0,00	0,00	24.935,92
SP	352860	Manduri	0	0,00	0,00	2.134,70
SP	352870	Marabá Paulista	3	152,10	2.889,90	1.126,48
SP	352880	Maracaí	4	202,80	3.853,20	1.368,97
SP	352885	Marapoama	0	0,00	0,00	2.190,12
SP	352890	Mariápolis	0	0,00	0,00	2.082,01
SP	352900	Marília	80	4.056,00	77.064,00	32.100,01
SP	352910	Marinópolis	2	101,40	1.926,60	1.028,08
SP	352920	Martinópolis	9	456,30	8.669,70	3.406,87
SP	352930	Matão	31	1.571,70	29.862,30	9.710,72
SP	352940	Mauá	43	2.180,10	41.421,90	79.084,40
SP	352950	Mendonça	3	152,10	2.889,90	1.110,60
SP	352960	Meridiano	1	50,70	963,30	1.091,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	352965	Mesópolis	1	50,70	963,30	1.095,21
SP	352970	Miguelópolis	0	0,00	0,00	4.413,46
SP	352980	Mineiros do Tietê	4	202,80	3.853,20	1.254,51
SP	352990	Miracatu	0	0,00	0,00	4.071,37
SP	353000	Mira Estrela	2	101,40	1.926,60	1.066,92
SP	353010	Mirandópolis	12	608,40	11.559,60	3.823,16
SP	353020	Mirante do Paranapanema	6	304,20	5.779,80	1.775,23
SP	353030	Mirassol	20	1.014,00	19.266,00	7.570,56
SP	353040	Mirassolândia	2	101,40	1.926,60	1.086,55
SP	353050	Mococa	14	709,80	13.486,20	8.997,97
SP	353060	Mogi das Cruzes	35	1.774,50	33.715,50	79.460,34
SP	353070	Mogi Guaçu	25	1.267,50	24.082,50	17.459,86
SP	353080	Mogi Mirim	22	1.115,40	21.192,60	12.045,94
SP	353090	Mombuca	0	0,00	0,00	2.108,77
SP	353100	Monções	2	101,40	1.926,60	1.048,97
SP	353110	Mongaguá	12	608,40	11.559,60	7.076,02
SP	353120	Monte Alegre do Sul	0	0,00	0,00	2.162,95
SP	353130	Monte Alto	1	50,70	963,30	8.824,25
SP	353140	Monte Aprazível	0	0,00	0,00	4.776,96
SP	353150	Monte Azul Paulista	4	202,80	3.853,20	2.131,93
SP	353160	Monte Castelo	2	101,40	1.926,60	1.032,02
SP	353170	Monteiro Lobato	0	0,00	0,00	2.167,73
SP	353180	Monte Mor	7	354,90	6.743,10	7.566,90
SP	353190	Morro Agudo	15	760,50	14.449,50	3.154,88
SP	353200	Morungaba	0	0,00	0,00	3.308,00
SP	353205	Motuca	2	101,40	1.926,60	1.073,95
SP	353210	Murutinga do Sul	2	101,40	1.926,60	1.055,46
SP	353215	Nantes	2	101,40	1.926,60	1.099,13
SP	353220	Narandiba	2	101,40	1.926,60	1.085,79
SP	353230	Natividade da Serra	0	0,00	0,00	2.055,44
SP	353240	Nazaré Paulista	1	50,70	963,30	2.585,39
SP	353250	Neves Paulista	3	152,10	2.889,90	1.030,28
SP	353260	Nhandeara	5	253,50	4.816,50	1.121,78
SP	353270	Nipoã	3	152,10	2.889,90	1.128,08
SP	353280	Nova Aliança	4	202,80	3.853,20	1.110,87
SP	353282	Nova Campina	2	101,40	1.926,60	1.092,41
SP	353284	Nova Canaã Paulista	1	50,70	963,30	1.063,89
SP	353286	Nova Castilho	2	101,40	1.926,60	1.081,15
SP	353290	Nova Europa	5	253,50	4.816,50	1.120,19
SP	353300	Nova Granada	10	507,00	9.633,00	2.063,20
SP	353310	Nova Guataporanga	2	101,40	1.926,60	1.051,57
SP	353320	Nova Independência	2	101,40	1.926,60	1.163,04
SP	353325	Novais	3	152,10	2.889,90	1.151,70
SP	353330	Nova Luzitânia	0	0,00	0,00	2.229,55
SP	353340	Nova Odessa	1	50,70	963,30	13.593,45
SP	353350	Novo Horizonte	22	1.115,40	21.192,60	3.938,70
SP	353360	Nuporanga	4	202,80	3.853,20	1.064,84
SP	353370	Ocauçu	0	0,00	0,00	2.069,66
SP	353380	Óleo	2	101,40	1.926,60	1.019,43
SP	353390	Olímpia	29	1.470,30	27.935,70	6.159,40
SP	353400	Onda Verde	2	101,40	1.926,60	1.083,42
SP	353410	Oriente	0	0,00	0,00	2.108,12
SP	353420	Orindiúva	2	101,40	1.926,60	1.140,07
SP	353430	Orlândia	17	861,90	16.376,10	4.240,38
SP	353440	Osasco	0	0,00	0,00	182.031,93
SP	353450	Oscar Bressane	2	101,40	1.926,60	1.031,95
SP	353460	Osvaldo Cruz	0	0,00	0,00	8.531,59
SP	353470	Ourinhos	52	2.636,40	50.091,60	14.582,28
SP	353475	Ouroeste	5	253,50	4.816,50	1.134,33
SP	353480	Ouro Verde	4	202,80	3.853,20	1.068,49
SP	353490	Pacaembu	3	152,10	2.889,90	1.837,05
SP	353500	Palestina	5	253,50	4.816,50	1.228,07
SP	353510	Palmares Paulista	5	253,50	4.816,50	1.246,48
SP	353520	Palmeira d'Oeste	4	202,80	3.853,20	1.023,96
SP	353530	Palmital	9	456,30	8.669,70	2.173,36
SP	353540	Panorama	10	507,00	9.633,00	1.529,36
SP	353550	Paraguaçu Paulista	22	1.115,40	21.192,60	5.902,01
SP	353560	Paraibuna	0	0,00	0,00	4.551,50
SP	353570	Paraíso	0	0,00	0,00	2.134,02
SP	353580	Paranapanema	2	101,40	1.926,60	3.005,90
SP	353590	Paranapuã	3	152,10	2.889,90	1.054,12
SP	353600	Parapuã	2	101,40	1.926,60	1.188,95
SP	353610	Pardinho	0	0,00	0,00	2.191,90
SP	353620	Pariquera-Açu	1	50,70	963,30	2.862,69
SP	353625	Parisi	2	101,40	1.926,60	1.051,34
SP	353630	Patrocínio Paulista	5	253,50	4.816,50	1.405,20
SP	353640	Paulicéia	4	202,80	3.853,20	1.100,22
SP	353650	Paulínia	0	0,00	0,00	25.624,75
SP	353657	Paulistânia	1	50,70	963,30	1.106,40
SP	353660	Paulo de Faria	5	253,50	4.816,50	1.040,20
SP	353670	Pederneiras	9	456,30	8.669,70	4.475,58
SP	353680	Pedra Bela	0	0,00	0,00	2.093,69

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	353690	Pedranópolis	2	101,40	1.926,60	1.024,88
SP	353700	Pedregulho	2	101,40	1.926,60	1.694,07
SP	353710	Pedreira	1	50,70	963,30	10.686,20
SP	353715	Pedrinhas Paulista	1	50,70	963,30	1.128,16
SP	353720	Pedro de Toledo	0	0,00	0,00	2.180,80
SP	353730	Penápolis	18	912,60	17.339,40	8.470,99
SP	353740	Pereira Barreto	15	760,50	14.449,50	3.223,75
SP	353750	Pereiras	0	0,00	0,00	2.201,56
SP	353760	Peruíbe	0	0,00	0,00	16.643,00
SP	353770	Piacatu	1	50,70	963,30	1.207,10
SP	353780	Piedade	3	152,10	2.889,90	7.898,95
SP	353790	Pilar do Sul	0	0,00	0,00	5.623,94
SP	353800	Pindamonhangaba	22	1.115,40	21.192,60	20.500,00
SP	353810	Pindorama	9	456,30	8.669,70	1.630,90
SP	353820	Pinhalzinho	2	101,40	1.926,60	1.445,54
SP	353830	Piquerobi	2	101,40	1.926,60	1.041,45
SP	353850	Piquete	1	50,70	963,30	2.606,20
SP	353860	Piracaia	3	152,10	2.889,90	2.642,87
SP	353870	Piracicaba	0	0,00	0,00	105.354,55
SP	353880	Piraju	6	304,20	5.779,80	3.723,75
SP	353890	Pirajuí	4	202,80	3.853,20	3.256,90
SP	353900	Pirangi	5	253,50	4.816,50	1.127,21
SP	353910	Pirapora do Bom Jesus	2	101,40	1.926,60	2.813,78
SP	353920	Pirapozinho	12	608,40	11.559,60	2.645,81
SP	353930	Pirassununga	5	253,50	4.816,50	10.281,70
SP	353940	Piratininga	4	202,80	3.853,20	1.305,72
SP	353950	Pitangueiras	13	659,10	12.522,90	3.807,88
SP	353960	Planalto	3	152,10	2.889,90	1.105,61
SP	353970	Platina	0	0,00	0,00	2.151,75
SP	353980	Poá	12	608,40	11.559,60	18.563,52
SP	353990	Poloni	3	152,10	2.889,90	1.081,25
SP	354000	Pompéia	7	354,90	6.743,10	2.122,25
SP	354010	Pongaí	0	0,00	0,00	2.051,02
SP	354020	Pontal	10	507,00	9.633,00	4.664,55
SP	354025	Pontalinda	1	50,70	963,30	1.211,90
SP	354030	Pontes Gestal	2	101,40	1.926,60	1.031,41
SP	354040	Populina	3	152,10	2.889,90	1.026,26
SP	354050	Porangaba	2	101,40	1.926,60	1.114,93
SP	354060	Porto Feliz	5	253,50	4.816,50	5.466,12
SP	354070	Porto Ferreira	2	101,40	1.926,60	9.400,33
SP	354075	Potim	5	253,50	4.816,50	3.046,53
SP	354080	Potirendaba	6	304,20	5.779,80	1.677,53
SP	354085	Pracinha	2	101,40	1.926,60	1.225,76
SP	354090	Pradópolis	2	101,40	1.926,60	2.091,11
SP	354100	Praia Grande	50	2.535,00	48.165,00	90.340,44
SP	354105	Pratânia	0	0,00	0,00	2.182,66
SP	354110	Presidente Alves	3	152,10	2.889,90	1.027,11
SP	354120	Presidente Bernardes	2	101,40	1.926,60	1.789,84
SP	354130	Presidente Epitácio	21	1.064,70	20.229,30	5.487,13
SP	354140	Presidente Prudente	71	3.599,70	68.394,30	29.379,09
SP	354150	Presidente Venceslau	18	912,60	17.339,40	5.157,20
SP	354160	Promissão	20	1.014,00	19.266,00	4.501,10
SP	354165	Quadra	0	0,00	0,00	2.213,53
SP	354170	Quatá	4	202,80	3.853,20	1.360,36
SP	354180	Queiroz	1	50,70	963,30	1.285,92
SP	354190	Queluz	4	202,80	3.853,20	1.618,63
SP	354200	Quintana	0	0,00	0,00	2.144,85
SP	354210	Rafard	0	0,00	0,00	2.093,16
SP	354220	Rancharia	15	760,50	14.449,50	3.143,69
SP	354230	Redenção da Serra	2	101,40	1.926,60	1.027,29
SP	354240	Regente Feijó	7	354,90	6.743,10	1.956,86
SP	354250	Reginópolis	3	152,10	2.889,90	1.179,23
SP	354260	Registro	16	811,20	15.412,80	5.525,44
SP	354270	Restinga	3	152,10	2.889,90	1.095,71
SP	354280	Ribeira	1	50,70	963,30	1.091,25
SP	354290	Ribeirão Bonito	0	0,00	0,00	2.575,75
SP	354300	Ribeirão Branco	1	50,70	963,30	2.579,91
SP	354310	Ribeirão Corrente	0	0,00	0,00	2.143,54
SP	354320	Ribeirão do Sul	1	50,70	963,30	1.097,97
SP	354323	Ribeirão dos Índios	0	0,00	0,00	2.060,49
SP	354325	Ribeirão Grande	0	0,00	0,00	2.072,70
SP	354330	Ribeirão Pires	4	202,80	3.853,20	27.928,82
SP	354340	Ribeirão Preto	295	14.956,50	284.173,50	88.983,55
SP	354350	Riversul	0	0,00	0,00	2.029,29
SP	354360	Rifaina	2	101,40	1.926,60	1.047,78
SP	354370	Rincão	5	253,50	4.816,50	1.059,75
SP	354380	Rinópolis	3	152,10	2.889,90	1.028,62
SP	354390	Rio Claro	48	2.433,60	46.238,40	26.468,32
SP	354400	Rio das Pedras	5	253,50	4.816,50	3.322,80
SP	354410	Rio Grande da Serra	0	0,00	0,00	12.887,25
SP	354420	Riolândia	2	101,40	1.926,60	1.576,22
SP	354425	Rosana	8	405,60	7.706,40	1.875,69
SP	354430	Roseira	1	50,70	963,30	1.664,70
SP	354440	Rubiácea	2	101,40	1.926,60	1.092,15
SP	354450	Rubinéia	2	101,40	1.926,60	1.069,65
SP	354460	Sabino	3	152,10	2.889,90	1.055,34
SP	354470	Sagres	1	50,70	963,30	1.096,13
SP	354480	Sales	3	152,10	2.889,90	1.099,89
SP	354490	Sales Oliveira	5	253,50	4.816,50	1.139,85

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	354500	Salesópolis	0	0,00	0,00	4.408,86
SP	354510	Salmourão	3	152,10	2.889,90	1.069,86
SP	354515	Saltinho	0	0,00	0,00	2.212,13
SP	354520	Salto	15	760,50	14.449,50	14.598,25
SP	354530	Salto de Pirapora	9	456,30	8.669,70	4.347,21
SP	354540	Salto Grande	4	202,80	3.853,20	1.050,68
SP	354550	Sandovalina	2	101,40	1.926,60	1.100,74
SP	354560	Santa Adélia	0	0,00	0,00	3.002,32
SP	354570	Santa Albertina	3	152,10	2.889,90	1.044,39
SP	354580	Santa Bárbara d'Oeste	25	1.267,50	24.082,50	28.878,68
SP	354600	Santa Branca	0	0,00	0,00	3.666,75
SP	354610	Santa Clara d'Oeste	1	50,70	963,30	1.096,34
SP	354620	Santa Cruz da Conceição	1	50,70	963,30	1.201,15
SP	354625	Santa Cruz da Esperança	1	50,70	963,30	1.171,24
SP	354630	Santa Cruz das Palmeiras	0	0,00	0,00	6.551,60
SP	354640	Santa Cruz do Rio Pardo	0	0,00	0,00	9.386,24
SP	354650	Santa Ernestina	0	0,00	0,00	2.057,38
SP	354660	Santa Fé do Sul	21	1.064,70	20.229,30	3.975,25
SP	354670	Santa Gertrudes	5	253,50	4.816,50	2.510,29
SP	354680	Santa Isabel	3	152,10	2.889,90	11.720,41
SP	354690	Santa Lúcia	3	152,10	2.889,90	1.054,16
SP	354700	Santa Maria da Serra	0	0,00	0,00	2.179,54
SP	354710	Santa Mercedes	2	101,40	1.926,60	1.038,43
SP	354720	Santana da Ponte Pensa	1	50,70	963,30	1.069,13
SP	354730	Santana de Parnaíba	40	2.028,00	38.532,00	17.200,26
SP	354740	Santa Rita d'Oeste	2	101,40	1.926,60	1.025,39
SP	354750	Santa Rita do Passa Quatro	0	0,00	0,00	6.897,50
SP	354760	Santa Rosa de Viterbo	10	507,00	9.633,00	2.552,39
SP	354765	Santa Salete	1	50,70	963,30	1.143,69
SP	354770	Santo Anastácio	9	456,30	8.669,70	2.252,11
SP	354780	Santo André	1	50,70	963,30	185.592,78
SP	354790	Santo Antônio da Alegria	2	101,40	1.926,60	1.069,37
SP	354800	Santo Antônio de Posse	0	0,00	0,00	5.700,25
SP	354805	Santo Antônio do Aracanguá	3	152,10	2.889,90	1.071,52
SP	354810	Santo Antônio do Jardim	0	0,00	0,00	2.056,15
SP	354820	Santo Antônio do Pinhal	2	101,40	1.926,60	1.044,55
SP	354830	Santo Expedito	0	0,00	0,00	2.149,03
SP	354840	Santópolis do Aguapeí	2	101,40	1.926,60	1.078,21
SP	354850	Santos	0	0,00	0,00	183.082,56
SP	354860	São Bento do Sapucaí	0	0,00	0,00	2.723,75
SP	354870	São Bernardo do Campo	0	0,00	0,00	215.823,15
SP	354880	São Caetano do Sul	0	0,00	0,00	41.631,08
SP	354890	São Carlos	55	2.788,50	52.981,50	26.830,17
SP	354900	São Francisco	2	101,40	1.926,60	1.029,11
SP	354910	São João da Boa Vista	19	963,30	18.302,70	10.350,66
SP	354920	São João das Duas Pontes	2	101,40	1.926,60	1.028,21
SP	354925	São João de Iracema	2	101,40	1.926,60	1.059,54
SP	354930	São João do Pau d'Alho	2	101,40	1.926,60	1.027,72
SP	354940	São Joaquim da Barra	22	1.115,40	21.192,60	4.986,01
SP	354950	São José da Bela Vista	3	152,10	2.889,90	1.050,73
SP	354960	São José do Barreiro	1	50,70	963,30	1.096,68
SP	354970	São José do Rio Pardo	9	456,30	8.669,70	5.359,37
SP	354980	São José do Rio Preto	37	1.875,90	35.642,10	84.477,75
SP	354990	São José dos Campos	104	5.272,80	100.183,20	91.711,48
SP	354995	São Lourenço da Serra	0	0,00	0,00	4.033,78
SP	355000	São Luís do Paraitinga	0	0,00	0,00	2.685,00
SP	355010	São Manuel	9	456,30	8.669,70	3.984,43
SP	355020	São Miguel Arcanjo	4	202,80	3.853,20	3.222,44
SP	355030	São Paulo	1.998	101.298,60	1.924.673,40	1.578.944,15
SP	355040	São Pedro	2	101,40	1.926,60	6.797,90
SP	355050	São Pedro do Turvo	1	50,70	963,30	1.141,32
SP	355060	São Roque	15	760,50	14.449,50	11.059,13
SP	355070	São Sebastião	41	2.078,70	39.495,30	10.692,25
SP	355080	São Sebastião da Grama	0	0,00	0,00	2.427,15
SP	355090	São Simão	5	253,50	4.816,50	1.567,80
SP	355100	São Vicente	0	0,00	0,00	133.105,05
SP	355110	Sarapuí	0	0,00	0,00	2.178,46
SP	355120	Sarutaiá	2	101,40	1.926,60	1.028,29
SP	355130	Sebastianópolis do Sul	2	101,40	1.926,60	1.098,55
SP	355140	Serra Azul	4	202,80	3.853,20	1.801,05
SP	355150	Serrana	0	0,00	0,00	8.792,97
SP	355160	Serra Negra	1	50,70	963,30	6.222,20
SP	355170	Sertãozinho	40	2.028,00	38.532,00	13.632,70
SP	355180	Sete Barras	0	0,00	0,00	2.592,63
SP	355190	Severínia	3	152,10	2.889,90	1.749,02
SP	355200	Silveiras	1	50,70	963,30	1.164,11
SP	355210	Socorro	2	101,40	1.926,60	8.128,40
SP	355220	Sorocaba	154	7.807,80	148.348,20	86.058,18
SP	355230	Sud Mennucci	4	202,80	3.853,20	1.038,54
SP	355240	Sumaré	45	2.281,50	43.348,50	35.604,66
SP	355250	Suzano	24	1.216,80	23.119,20	52.723,04
SP	355255	Suzanápolis	2	101,40	1.926,60	1.104,52
SP	355260	Tabapuã	7	354,90	6.743,10	1.234,31

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	355270	Tabatinga	1	50,70	963,30	2.267,94
SP	355280	Taboão da Serra	41	2.078,70	39.495,30	36.468,93
SP	355290	Taciba	3	152,10	2.889,90	1.069,79
SP	355300	Taguaí	3	152,10	2.889,90	1.283,79
SP	355310	Taiaçu	3	152,10	2.889,90	1.053,74
SP	355320	Taiúva	3	152,10	2.889,90	1.030,70
SP	355330	Tambaú	6	304,20	5.779,80	2.539,40
SP	355340	Tanabi	13	659,10	12.522,90	2.573,00
SP	355350	Tapiraí	0	0,00	0,00	2.049,69
SP	355360	Tapiratiba	3	152,10	2.889,90	1.281,83
SP	355365	Taquaral	2	101,40	1.926,60	1.035,20
SP	355370	Taquaritinga	19	963,30	18.302,70	5.861,21
SP	355380	Taquarituba	8	405,60	7.706,40	2.275,58
SP	355385	Taquarivaí	1	50,70	963,30	1.212,18
SP	355390	Tarabai	0	0,00	0,00	2.169,66
SP	355395	Tarumã	2	101,40	1.926,60	1.424,39
SP	355400	Tatuí	0	0,00	0,00	23.292,22
SP	355410	Taubaté	99	5.019,30	95.366,70	40.162,20
SP	355420	Tejupá	0	0,00	0,00	2.041,43
SP	355430	Teodoro Sampaio	9	456,30	8.669,70	2.253,75
SP	355440	Terra Roxa	5	253,50	4.816,50	1.070,54
SP	355450	Tietê	6	304,20	5.779,80	4.016,74
SP	355460	Timburi	0	0,00	0,00	2.056,94
SP	355465	Torre de Pedra	2	101,40	1.926,60	1.054,60
SP	355470	Torrinha	2	101,40	1.926,60	1.056,25
SP	355475	Trabiju	0	0,00	0,00	2.155,51
SP	355480	Tremembé	0	0,00	0,00	11.973,29
SP	355490	Três Fronteiras	2	101,40	1.926,60	1.054,68
SP	355495	Tuiuti	0	0,00	0,00	2.201,05
SP	355500	Tupã	30	1.521,00	28.899,00	8.219,75
SP	355510	Tupi Paulista	8	405,60	7.706,40	1.998,11
SP	355520	Turiúba	2	101,40	1.926,60	1.041,32
SP	355530	Turmalina	2	101,40	1.926,60	1.011,46
SP	355535	Ubarana	3	152,10	2.889,90	1.115,39
SP	355540	Ubatuba	29	1.470,30	27.935,70	11.039,13
SP	355550	Ubirajara	2	101,40	1.926,60	1.059,53
SP	355560	Uchoa	4	202,80	3.853,20	1.053,48
SP	355570	União Paulista	0	0,00	0,00	2.191,92
SP	355580	Urânia	5	253,50	4.816,50	1.035,07
SP	355590	Uru	2	101,40	1.926,60	1.019,54
SP	355600	Urupês	5	253,50	4.816,50	1.337,05
SP	355610	Valentim Gentil	6	304,20	5.779,80	1.253,33
SP	355620	Valinhos	0	0,00	0,00	31.006,00
SP	355630	Valparaíso	8	405,60	7.706,40	3.342,84
SP	355635	Vargem	0	0,00	0,00	2.234,87
SP	355640	Vargem Grande do Sul	5	253,50	4.816,50	4.142,85
SP	355645	Vargem Grande Paulista	0	0,00	0,00	13.131,91
SP	355650	Várzea Paulista	17	861,90	16.376,10	11.643,96
SP	355660	Vera Cruz	2	101,40	1.926,60	1.133,30
SP	355670	Vinhedo	0	0,00	0,00	18.782,25
SP	355680	Viradouro	7	354,90	6.743,10	1.950,50
SP	355690	Vista Alegre do Alto	0	0,00	0,00	2.312,70
SP	355695	Vitória Brasil	1	50,70	963,30	1.135,15
SP	355700	Votorantim	8	405,60	7.706,40	15.773,62
SP	355710	Votuporanga	60	3.042,00	57.798,00	10.396,32
SP	355715	Zacarias	2	101,40	1.926,60	1.101,09
SP	355720	Chavantes	3	152,10	2.889,90	1.222,69
SP	355730	Estiva Gerbi	2	101,40	1.926,60	1.083,64
		Total	7.346	372.442,20	7.076.401,80	10.386.100,90

ANEXO XXVII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
TO	170000	SES/TO	0	0,00	0,00	306.644,28
TO	170025	Abreulândia	2	101,40	1.926,60	1.061,52
TO	170030	Aguiarnópolis	3	152,10	2.889,90	2.046,64
TO	170035	Aliança do Tocantins	3	152,10	2.889,90	1.806,62
TO	170040	Almas	4	202,80	3.853,20	2.384,55
TO	170070	Alvorada	4	202,80	3.853,20	2.666,51
TO	170100	Ananás	5	253,50	4.816,50	3.161,62
TO	170105	Angico	2	101,40	1.926,60	1.144,59
TO	170110	Aparecida do Rio Negro	1	50,70	963,30	2.094,44
TO	170130	Aragominas	2	101,40	1.926,60	2.638,53
TO	170190	Araguacema	3	152,10	2.889,90	2.219,02
TO	170200	Araguaçu	4	202,80	3.853,20	2.781,82
TO	170210	Araguaína	101	5.120,70	97.293,30	58.541,88
TO	170215	Araguanã	2	101,40	1.926,60	1.801,53
TO	170220	Araguatins	12	608,40	11.559,60	10.887,80
TO	170230	Arapoema	4	202,80	3.853,20	2.162,16
TO	170240	Arraias	5	253,50	4.816,50	3.491,96
TO	170255	Augustinópolis	8	405,60	7.706,40	5.666,58
TO	170270	Aurora do Tocantins	0	0,00	0,00	2.472,29
TO	170290	Axixá do Tocantins	4	202,80	3.853,20	3.112,92
TO	170300	Babaçulândia	4	202,80	3.853,20	3.397,79
TO	170305	Bandeirantes do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.171,22
TO	170307	Barra do Ouro	1	50,70	963,30	1.984,46
TO	170310	Barrolândia	2	101,40	1.926,60	1.794,19
TO	170320	Bernardo Sayão	0	0,00	0,00	2.933,91
TO	170330	Bom Jesus do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.532,92

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TO	170360	Brasilândia do Tocantins	1	50,70	963,30	1.145,03
TO	170370	Brejinho de Nazaré	3	152,10	2.889,90	1.752,77
TO	170380	Buriti do Tocantins	3	152,10	2.889,90	4.075,97
TO	170382	Cachoeirinha	0	0,00	0,00	2.100,59
TO	170384	Campos Lindos	3	152,10	2.889,90	3.293,45
TO	170386	Cariri do Tocantins	1	50,70	963,30	1.847,81
TO	170388	Carmolândia	2	101,40	1.926,60	1.081,25
TO	170389	Carrasco Bonito	2	101,40	1.926,60	1.331,03
TO	170390	Caseara	3	152,10	2.889,90	1.688,22
TO	170410	Centenário	2	101,40	1.926,60	1.090,98
TO	170460	Chapada de Areia	0	0,00	0,00	2.092,19
TO	170510	Chapada da Natividade	2	101,40	1.926,60	1.115,86
TO	170550	Colinas do Tocantins	18	912,60	17.339,40	10.802,98
TO	170555	Combinado	3	152,10	2.889,90	1.564,45
TO	170560	Conceição do Tocantins	1	50,70	963,30	1.790,79
TO	170600	Couto Magalhães	0	0,00	0,00	3.522,73
TO	170610	Cristalândia	4	202,80	3.853,20	2.345,87
TO	170625	Crixás do Tocantins	1	50,70	963,30	1.182,42
TO	170650	Darcinópolis	0	0,00	0,00	3.851,72
TO	170700	Dianópolis	10	507,00	9.633,00	6.800,75
TO	170710	Divinópolis do Tocantins	0	0,00	0,00	4.334,54
TO	170720	Dois Irmãos do Tocantins	3	152,10	2.889,90	2.305,43
TO	170730	Dueré	2	101,40	1.926,60	1.524,38
TO	170740	Esperantina	4	202,80	3.853,20	3.447,58
TO	170755	Fátima	3	152,10	2.889,90	1.276,03
TO	170765	Figueirópolis	3	152,10	2.889,90	1.730,09
TO	170770	Filadélfia	0	0,00	0,00	5.560,33
TO	170820	Formoso do Araguaia	0	0,00	0,00	11.736,76
TO	170825	Fortaleza do Tabocão	2	101,40	1.926,60	1.056,42
TO	170830	Goianorte	1	50,70	963,30	2.344,77
TO	170900	Goiatins	4	202,80	3.853,20	4.422,12
TO	170930	Guaraí	14	709,80	13.486,20	7.930,09
TO	170950	Gurupi	3	152,10	2.889,90	49.948,20
TO	170980	Ipueiras	0	0,00	0,00	2.285,21
TO	171050	Itacajá	3	152,10	2.889,90	2.413,71
TO	171070	Itaguatins	3	152,10	2.889,90	1.929,74
TO	171090	Itapiratins	0	0,00	0,00	2.490,81
TO	171110	Itaporã do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.022,19
TO	171150	Jaú do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.261,79
TO	171180	Juarina	0	0,00	0,00	2.041,51
TO	171190	Lagoa da Confusão	4	202,80	3.853,20	5.254,14
TO	171195	Lagoa do Tocantins	0	0,00	0,00	2.744,02
TO	171200	Lajeado	2	101,40	1.926,60	1.247,14
TO	171215	Lavandeira	0	0,00	0,00	2.252,25
TO	171240	Lizarda	2	101,40	1.926,60	1.250,91
TO	171245	Luzinópolis	2	101,40	1.926,60	1.119,79
TO	171250	Marianópolis do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.628,27
TO	171270	Mateiros	0	0,00	0,00	2.944,13
TO	171280	Maurilândia do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.149,65
TO	171320	Miracema do Tocantins	9	456,30	8.669,70	9.376,23
TO	171330	Miranorte	5	253,50	4.816,50	4.205,56
TO	171360	Monte do Carmo	2	101,40	1.926,60	2.950,80
TO	171370	Monte Santo do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.068,93
TO	171380	Palmeiras do Tocantins	3	152,10	2.889,90	2.062,72
TO	171395	Muricilândia	2	101,40	1.926,60	1.172,44
TO	171420	Natividade	4	202,80	3.853,20	2.943,96
TO	171430	Nazaré	2	101,40	1.926,60	1.397,12
TO	171488	Nova Olinda	4	202,80	3.853,20	3.699,44
TO	171500	Nova Rosalândia	2	101,40	1.926,60	1.375,67
TO	171510	Novo Acordo	2	101,40	1.926,60	1.396,19
TO	171515	Novo Alegre	2	101,40	1.926,60	1.028,41
TO	171525	Novo Jardim	2	101,40	1.926,60	1.077,08
TO	171550	Oliveira de Fátima	1	50,70	963,30	1.153,00
TO	171570	Palmeirante	2	101,40	1.926,60	1.869,83
TO	171575	Palmeirópolis	4	202,80	3.853,20	2.406,96
TO	171610	Paraíso do Tocantins	27	1.368,90	26.009,10	15.538,34
TO	171620	Paranã	3	152,10	2.889,90	3.891,13
TO	171630	Pau D'Arco	2	101,40	1.926,60	1.559,67
TO	171650	Pedro Afonso	6	304,20	5.779,80	4.154,38
TO	171660	Peixe	0	0,00	0,00	7.215,79
TO	171665	Pequizeiro	3	152,10	2.889,90	1.741,22
TO	171670	Colméia	0	0,00	0,00	5.430,90
TO	171700	Pindorama do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.475,14
TO	171720	Piraquê	1	50,70	963,30	1.112,38
TO	171750	Pium	3	152,10	2.889,90	2.389,99
TO	171780	Ponte Alta do Bom Jesus	2	101,40	1.926,60	1.502,64
TO	171790	Ponte Alta do Tocantins	3	152,10	2.889,90	2.494,61
TO	171800	Porto Alegre do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.085,75
TO	171820	Porto Nacional	25	1.267,50	24.082,50	16.425,30
TO	171830	Praia Norte	3	152,10	2.889,90	2.650,03
TO	171840	Presidente Kennedy	3	152,10	2.889,90	1.236,22
TO	171845	Pugmil	2	101,40	1.926,60	1.091,88
TO	171850	Recursolândia	2	101,40	1.926,60	1.384,27
TO	171855	Riachinho	2	101,40	1.926,60	1.490,12
TO	171865	Rio da Conceição	2	101,40	1.926,60	1.148,83
TO	171870	Rio dos Bois	1	50,70	963,30	1.185,01
TO	171875	Rio Sono	0	0,00	0,00	4.161,65

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TO	171880	Sampaio	2	101,40	1.926,60	1.491,97
TO	171884	Sandolândia	0	0,00	0,00	2.271,77
TO	171886	Santa Fé do Araguaia	2	101,40	1.926,60	2.746,88
TO	171888	Santa Maria do Tocantins	1	50,70	963,30	1.302,51
TO	171889	Santa Rita do Tocantins	1	50,70	963,30	1.196,14
TO	171890	Santa Rosa do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.558,24
TO	171900	Santa Tereza do Tocantins	0	0,00	0,00	2.185,68
TO	172000	Santa Terezinha do Tocantins	1	50,70	963,30	1.095,64
TO	172010	São Bento do Tocantins	1	50,70	963,30	2.391,60
TO	172015	São Félix do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.073,82
TO	172020	São Miguel do Tocantins	4	202,80	3.853,20	3.707,21
TO	172025	São Salvador do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.050,41
TO	172030	São Sebastião do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.534,34
TO	172049	São Valério	2	101,40	1.926,60	1.403,57
TO	172065	Silvanópolis	3	152,10	2.889,90	1.737,28
TO	172080	Sítio Novo do Tocantins	3	152,10	2.889,90	2.984,72
TO	172085	Sucupira	0	0,00	0,00	2.177,22
TO	172090	Taguatinga	7	354,90	6.743,10	5.149,10
TO	172093	Taipas do Tocantins	1	50,70	963,30	1.187,12
TO	172097	Talismã	2	101,40	1.926,60	1.109,17
TO	172100	Palmas	140	7.098,00	134.862,00	104.607,67
TO	172110	Tocantínia	0	0,00	0,00	4.984,17
TO	172120	Tocantinópolis	8	405,60	7.706,40	7.290,41
TO	172125	Tupirama	0	0,00	0,00	2.255,81
TO	172130	Tupiratins	0	0,00	0,00	2.331,52
TO	172208	Wanderlândia	0	0,00	0,00	7.250,38
TO	172210	Xambioá	6	304,20	5.779,80	3.721,74
		Total	636	32.245,20	612.658,80	908.076,29
		Total Geral	53.927	2.734.098,90	51.947.879,10	74.253.596,11

PORTARIA Nº 256, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Institui Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério da Saúde, com a finalidade de elaborar plano de ação sobre as Unidades de Pronto Atendimento - UPA24h, nos termos do item 9.2 do Acórdão nº 2658/2017 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica instituído Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério da Saúde, com a finalidade de elaborar plano de ação para resolução dos problemas relativos à construção de Unidades de Pronto Atendimento - UPA24h, conforme indicado no item 9.2 do Acórdão nº 2658/2017 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo-único. O grupo de trabalho deverá apresentar ao Ministro de Estado da Saúde o plano de ação até o dia 28 de fevereiro de 2018.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será constituído por representantes dos seguintes órgãos do Ministério da Saúde:

I - Secretaria-Executiva: um representante titular e um suplente;

II - Secretaria de Atenção à Saúde: dois representantes titulares e dois suplentes;

III - Consultoria Jurídica: um representante titular e um suplente;

IV - Assessoria Especial de Controle Interno: um representante titular e um suplente; e

V - Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - DENASUS: um representante titular e um suplente.

§ 1º A coordenação do Grupo de Trabalho caberá ao representante da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde.

§ 2º A coordenação do Grupo de Trabalho convidará a participar do grupo de trabalho, a título de membros, um representante titular e um suplente dos seguintes órgão e entidades:

I - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

II - Confederação Nacional dos Municípios - CNM;

III - Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS; e

IV - Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS.

§ 3º Os membros do Grupo de Trabalho serão indicados pelos dirigentes máximos dos órgãos e entidades previstos no caput e no § 2º.

Art. 3º O Grupo de Trabalho poderá convidar a participar de suas reuniões representantes de outros órgãos, especialmente do Tribunal de Contas da União, cuja participação seja considerada relevante para o desenvolvimento dos trabalhos e para o atingimento de sua finalidade.

Art. 4º A participação no Grupo de Trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 261, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Habilita o Estado/Município a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 29 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 29 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado/Município a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º A proposta de que trata esta Portaria será processada no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTE HABILITADO A RECEBER RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RJ	NOVA FRIBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA FRIBURGO	11399.442000/1170-10	10.000.040,00	0000	1030120158535000
TO TA L			1 PROPOSTAS	10.000.040,00		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DA DIRETORIA DE NORMAS E HABILITAÇÃO DOS PRODUTOS

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 55, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Altera as Instruções Normativas - IN nº 49, de 22 de dezembro de 2016, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos, que dispõe sobre as medidas administrativas decorrentes da avaliação das operadoras de planos de assistência à saúde no Monitoramento do Risco Assistencial, e IN nº 53, de 18 de julho de 2017, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos, que Regulamenta a visita técnico-assistencial para identificação de anormalidades assistenciais nas operadoras de planos de assistência à saúde.

A Diretora responsável pela Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõem o inciso I do caput e o § 5º do art. 12 e o art. 14 da Resolução Normativa - RN nº 416, de 22 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o Monitoramento do Risco Assistencial sobre as operadoras de planos de assistência à saúde; a alínea "a" do inciso I do art. 20 e a alínea "a" do inciso I do art. 29, ambos da Resolução Regimental - RR nº 1, de 17 de março de 2017, e, ainda, considerando a aprovação da Diretoria Colegiada - DICOL em reunião realizada em 2 de fevereiro de 2018, resolve expedir a seguinte Instrução Normativa - IN:

Art. 1º A presente Instrução Normativa - IN altera as Instruções Normativas - IN nº 49, de 22 de dezembro de 2016, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos, que dispõe sobre as medidas administrativas decorrentes da avaliação das operadoras de planos de assistência à saúde no Monitoramento do Risco Assistencial, e IN nº 53, de 18 de julho de 2017, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos, que Regulamenta a visita técnico-assistencial para identificação de anormalidades assistenciais nas operadoras de planos de assistência à saúde.

Art. 2º O caput e o parágrafo único, ambos do art.7º da IN nº 49, de 2016, da DIPRO, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 7º A priorização para a execução das medidas administrativas de que trata esta IN será estabelecida em plano periódico de Monitoramento do Risco Assistencial, que levará em consideração as linhas de ação da DIPRO para definição dos critérios de prioridade.

Parágrafo único. O plano periódico de Monitoramento do Risco Assistencial de que trata o caput será divulgado às operadoras e terá periodicidade regular trimestral." (NR)

Art. 3º O caput do art. 5 º da IN nº 53, de 2017, da DIPRO, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O Plano Periódico de Monitoramento do Risco Assistencial terá periodicidade regular trimestral e será divulgado às operadoras." (NR)

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

KARLA SANTA CRUZ COELHO

PORTARIA Nº 1, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

O Ouvidor da ANS, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 21, inciso I, alínea "b" da Resolução Regimental - RR nº 1, de 17 de março de 2017, combinado com o art. 13 da Resolução Administrativa nº 68, de 05 de junho de 2017 e considerando a decisão realizada na 478ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada da ANS em 1º de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Dar publicidade ao relatório de acompanhamento do teletrabalho previsto no art. 13 da Resolução Administrativa nº 68, de 05 de junho de 2017, referente ao período de 01/11/2017 a 31/01/2018, na forma do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

LUIZ GUSTAVO MEIRA HOMRICH

ANEXO

PERÍODO DO TELETRABALHO:		01/11/2017 A 31/01/2018	
Nº DO PLANO DE TRABALHO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	Nº DE SERVIDORES PARTICIPANTES	RESULTADO ALCANÇADO
01/2017	COPEO/OUVID	1	145%

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 478ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 01 de dezembro 2017, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
33903.001802/2016-98	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Obrigações de natureza contratual - Art. 78 da RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.485780/2016-17	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Benefícios de acesso ou cobertura - Art. 77 da RN 124/06	20.000,00 (vinte mil reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA
Diretor - Presidente
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA - INC Nº 2, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA E O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das suas respectivas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, na Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, na Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, resolvem:

Art. 1º Ficam definidos os procedimentos para a aplicação da rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva de produtos vegetais frescos destinados à alimentação humana, para fins de monitoramento e controle de resíduos de agrotóxicos, em todo o território nacional, na forma desta Instrução Normativa Conjunta e dos seus Anexos I a III.

Parágrafo único. Esta Instrução Normativa Conjunta se aplica aos entes da cadeia de produtos vegetais frescos nacionais e importadas quando destinadas ao consumo humano.

Art. 2º Para efeito desta Instrução Normativa Conjunta são adotadas as seguintes definições:

I- Cadastro Geral de Classificação (CGC/MAPA): procedimento administrativo para registro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das pessoas físicas ou jurídicas processadoras, beneficiadoras, industrializadoras e embaladoras de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico padronizados sujeitos à classificação, e das pessoas físicas ou jurídicas autorizadas a executar a classificação desses produtos;

II- cadeia produtiva de produtos vegetais frescos: fluxo da origem ao consumo de produtos vegetais frescos abrangendo as etapas de produção primária, armazenagem, consolidação de lotes, embalagem, transporte, distribuição, fornecimento, comercialização, exportação e importação;

III- Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR): documento emitido pelo INCRA, que constitui prova do cadastro do imóvel rural, sendo indispensável para desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda o imóvel rural e para homologação de partilha amigável ou judicial;

IV- consumidor: toda pessoa física ou jurídica que adquire produtos vegetais frescos como destinatário final;

V- ente: toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que desenvolve atividades na cadeia produtiva de produtos vegetais frescos em território brasileiro;

VI - insumos agrícolas: todo fator de produção utilizado com o objetivo de garantir a nutrição e a proteção dos vegetais cultivados, de forma a melhorar a produtividade da lavoura e obter um produto final de boa qualidade;

VII - lote: conjunto de produtos vegetais frescos de uma mesma espécie botânica e variedade ou cultivar, produzidos pelo mesmo produtor, em um espaço de tempo determinado e sob condições similares;

VIII - lote consolidado: lote oriundo de dois ou mais lotes de origens diferentes;

IX - produto vegetal fresco: frutas, hortaliças, raízes, bulbos e tubérculos, embalado ou não, destinado à comercialização para o consumo, após os procedimentos de colheita e pós-colheita, cujo estado de apresentação mantém as características de identidade e qualidade do produto vegetal fresco;

X- produtor primário: pessoa física ou jurídica que tem como atividade econômica a produção e comercialização de produtos vegetais frescos;

XI- rastreabilidade: conjunto de procedimentos que permite detectar a origem e acompanhar a movimentação de um produto ao longo da cadeia produtiva, mediante elementos informativos e documentais registrados;

XII - receituário agronômico: documento contendo a prescrição e orientação técnica para utilização de agrotóxico ou afim, emitido por profissional legalmente habilitado;

XIII- registros: conjunto de elementos informativos e documentais, impressos ou eletrônicos, mantidos pelos entes da cadeia produtiva de produtos vegetais frescos que assegurem as informações obrigatórias, visando a rastreabilidade;

XIV - tratamento fitossanitário: procedimentos fitossanitários adotados nas etapas de produção e de pós-colheita dos vegetais para o controle de pragas;

XV- unidade de consolidação: o local onde a pessoa física ou jurídica recebe lotes de produtos vegetais frescos de diferentes origens para formar um ou mais lotes consolidados; e

XVI- variedade ou cultivar: produtos de mesma espécie botânica que podem ser agrupados por suas características semelhantes.

Art. 3° A rastreabilidade de que trata esta Instrução Normativa Conjunta será fiscalizada pelos serviços de Vigilância Sanitária e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), de acordo com as competências estabelecidas na Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999 e nas Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 e n° 9.972, de 25 de maio de 2000, respectivamente, ou outras que vierem a substituí-las.

Art. 4°. A rastreabilidade deve ser assegurada por cada ente da cadeia produtiva de produtos vegetais frescos em todas as etapas sob sua responsabilidade.

Parágrafo único. Os registros que assegurem a rastreabilidade devem conter, no mínimo, as informações obrigatórias dispostas nos Anexos I e II desta Instrução Normativa Conjunta, nos seguintes casos:

I - nos estabelecimentos que compõem a etapa de produção;

II - nos estabelecimentos que beneficiam ou manipulam produtos vegetais frescos; e

III - nas demais etapas da cadeia produtiva (transporte, armazenamento, consolidação e comercialização).

Art. 5° Cada ente deve manter, no mínimo, registros das informações obrigatórias dispostas nos Anexos I e II desta Instrução Normativa Conjunta e a nota fiscal ou documento correspondente, de forma a garantir a identificação do ente imediatamente anterior e posterior da cadeia produtiva e dos produtos vegetais frescos recebidos e expedidos.

Art. 6° Os produtos vegetais frescos, ou seus envoltórios, suas caixas, sacarias e demais embalagens devem estar devidamente identificados de forma a possibilitar o acesso, pelas autoridades competentes, aos registros com as informações obrigatórias e documentais em conformidade com o art. 5°, observadas as legislações específicas sobre embalagens e rotulagem de produtos destinados à alimentação humana.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º A identificação de que trata o caput pode ser realizada por meio de etiquetas impressas com caracteres alfanuméricos, código de barras, QR Code, ou qualquer outro sistema que permita identificar os produtos vegetais frescos de forma única e inequívoca.

§ 2º O detentor do produto comercializado a granel, no varejo, deve apresentar à autoridade competente informação relativa ao nome do produtor ou da unidade de consolidação e o nome do país de origem.

Art. 7º Na formação do lote consolidado, as unidades de consolidação e os estabelecimentos que beneficiam ou manipulam produtos vegetais frescos deverão manter registros das informações obrigatórias, dispostas no Anexo I e II desta Instrução Normativa Conjunta, para todos os lotes que deram origem ao lote consolidado, assim como a sua data de formação.

Art. 8º O produtor primário e as unidades de consolidação, deverão manter os registros dos insumos agrícolas, relativos a etapa da cadeia produtiva sob sua responsabilidade, utilizados no processo de produção e de tratamento fitossanitário dos produtos vegetais frescos, data de sua utilização, recomendação técnica ou receituário agronômico emitido por profissional competente e a identificação do lote ou lote consolidado correspondente.

Art. 9° Os registros das informações de que tratam esta Instrução Normativa Conjunta deverão ser mantidos à disposição das autoridades competentes por um período de 18 (dezoito) meses após o tempo de validade ou de expedição dos produtos vegetais frescos.

Art. 10. O descumprimento dos termos desta Instrução Normativa Conjunta sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº. 6.437, de 20 de agosto de 1977, e na Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, cuja incidência se dará independentemente de outras infrações administrativas, civis e penais previstas na legislação ordinária.

Art. 11. Esta Instrução Normativa Conjunta entra em vigor nos prazos estabelecidos no Anexo III, contados de sua publicação oficial.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL
Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ANEXO I: Informações obrigatórias do ente anterior na cadeia produtiva a serem registradas e arquivadas.

1. - Informações sobre o Produto Vegeta l :	
1.1 - Nome do produto vegetal:	1.2 - Variedade ou cultivar:
1.3 - Quantidade do produto recebido:	1.4 - Identificação do lote:
1.5 -Data de recebimento do produto vegetal:	
2 - Informaçõe s do Fornecedor :	
2.1 - Nome ou Razão social:	2.2 - CPF, IE ou CNPJ ou CGC/MAPA:
2.3 - Endereço Completo, ou quando localizado em zona rural, coordenada geográfica ou CCIR:	

ANEXO II: Informações obrigatórias do ente posterior na cadeia produtiva a serem registradas e arquivadas.

1. - Informações sobre o Produto Vegeta l :	
1.1 - Nome do produto:	1.2 - Variedade ou cultivar:
1.3 - Quantidade do produto expedido:	1.4 - Identificação do lote:
1.5 - Data de expedição do produto vegetal:	
2 - Informações do Comprador:	
2.1 - Nome ou Razão social:	2.2 - CPF, IE ou CNPJ ou CGC/MAPA:
2.3 - Endereço Completo, ou quando localizado em zona rural, coordenada geográfica ou CCIR:	

ANEXO III: Prazo para implementação da Rastreabilidade em diferentes cadeias produtivas.

Grupos	180 (dias)	360 (dias)	720 (dias)
Frutas	Citros, Maçã, Uva	Melão, Morango, Coco, Goiaba, Caqui, Mamão, Banana, Manga	Abacate, Abacaxi, Anonáceas, Cacau, Cupuaçu, Kiwi, Maracujá, Melancia, Romã, Açaí, Acerola, Amora, Ameixa, Caju, Carambola, Figo, Framboesa, Marmelo, Nectarina, Nêspera, Pêssego, Pitanga, Pera e Mirtilo
Raízes, tubérculos e bulbos	Batata	Cenoura, Batata doce, Beterraba, Cebola, Alho	Cará, Gengibre, Inhame, Mandioca, Mandioquinha-salsa, Nabo, Rabanete, Batata yacon
Hortaliças folhosas e ervas aromáticas frescas	Alface, Repolho	Couve, Agrião, Almeirão, Brócolis, Chicórea, Couve-flor	Couve chinesa, Couve-de-bruxelas, Espinafre, Rúcula, Alho Porro, Cebolinha, Coentro, Manjericão, Salsa, Erva-doce, Alecrim, Estragão, Manjerona, Salvia, Hortelã, Orégano, Mostarda, Acelga, Aipo; Aspargos
Hortaliças não folhosas	Tomate, Pepino	Pimentão, Abóbora, Abobrinha	Berinjela, Chuchu, Jiló, Maxixe, Pimenta, Quiabo

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 312, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o art. 7, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

Considerando a Resolução da Diretoria Colegiada n° 55 de 17 de março de 2005;

Considerando a classe de risco III;

Considerando a Portaria SVS n° 095 de 16 de maio de 2017 que determinou a interdição parcial do estabelecimento para as atividades de fabricar, distribuir e comercializar produtos farmacêutico no âmbito do Estado do Rio de Janeiro;

Considerando a constatação de descumprimento de requerimentos de qualidade editados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e reportados em relatório de inspeção, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, comércio e uso de todos os lotes, com data de validade vigente, de todos os produtos farmacêuticos injetáveis fabricados pela empresa FDA ALLERGENIC FARMACEUTICA LTDA (C.N.P.J 00.749.145/0001-90), localizado na Rua da Abolição, 413, Rio de Janeiro.

Art. 2º Determinar o recolhimento de todos os lotes com data de validade vigente e relacionados no art. 1°.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 313, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o art. 7° da Lei n° 6.360 de 23 de setembro de 1976;

Considerando o art. 7º, X e XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

Considerando os achados de inspeção conduzida pela ANVISA cujo relatório documentou o descumprimento dos requerimentos de qualidade prescrito nas normativas em vigor, resolve:

Art. 1º Determinar como medida de interesse sanitário, em todo território nacional, a suspensão da importação, distribuição e uso de todos lotes do produto insulina NPH, nas suas apresentações registradas , fabricados por Private Joint Stock Company INDAR , localizada em 5, Zroshuvalna Str., Kiev, 02099 , Ucrânia e importados pelas detentoras do registro do produto em território nacional.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo DNPM nº 48416.003264/1953. Interessada: Indústria e Comércio de Minério S.A. - ICOMI. Assunto: Recurso Hierárquico interposto com suporte no art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, em face de Decisão do Senhor Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM, de 30 de junho de 2017, que denega Pedido de Reconsideração e mantém os efeitos da Portaria SGM/MME nº 480, de 20 de dezembro de 2016. Despacho: Nos termos do Parecer nº 490/2017/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 922/2017/CONJUR-MME/CGU/AGU e nº 1072/2017/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamento desta Decisão, conheço e nego provimento ao Recurso.

FERNANDO COELHO FILHO
Ministro

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RETIFICAÇÃO

No DSP nº 232 de 30.01.2018, do D.O. de 02.02.2018, Seção 1, p. 53, v. 155, n. 24. Processo nº 48500.001862/2017-00,

onde se lê:

" ...em face do Despacho nº 2.148, de 7 de agosto de 2017,...";

leia-se:

" ...em face do Despacho 2.148, de 18 de julho de 2018,...".".

RETIFICAÇÃO

Na íntegra da Resolução Autorizativa nº 6.809, de 23 de janeiro de 2018, com resumo publicado no D.O. n. 20, de 29 de janeiro de 2018, Seção 1, v. 155, página 81, constante do Processo nº 48500.005437/2001-61, retificar o §3º do Art. 3º, que foi disponibilizado no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

Onde se lê:

" § 3º Ficam revogadas as parcelas da TFSEE relativa às competências de fevereiro a dezembro de 2018, fixadas pelo Despacho nº 4.402, de 29 de dezembro de 2017."

Leia-se:

"§ 3º Ficam revogadas as parcelas da TFSEE relativas às competências de janeiro a dezembro de 2018, fixadas pelo Despacho nº 4.402, de 29 de dezembro de 2017."

RETIFICAÇÃO

Na íntegra da Resolução Autorizativa nº 6.829, de 30 de janeiro de 2018, com resumo publicado no D.O. n. 24, de 2 de fevereiro de 2018, Seção 1, v. 155, página 52, constante do Processo nº 48500.005564/2002-60, retificar o §2º do Art. 3º, que foi disponibilizado no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

Onde se lê:

" § 2º Ficam revogadas as parcelas referentes as competências de fevereiro a dezembro de 2018, fixada pelo Despacho nº 4.402, de 29 de dezembro de 2017."

Leia-se:

"§ 2º Ficam revogadas as parcelas referentes às competências de janeiro a dezembro de 2018, fixadas pelo Despacho nº 4.402, de 29 de dezembro de 2017."

RETIFICAÇÃO

Na íntegra da Resolução Autorizativa nº 6.830, de 30 de janeiro de 2018, com resumo publicado no D.O. n. 24, de 2 de fevereiro de 2018, Seção 1, v. 155, página 52, constante do Processo nº 48500.005768/2000-48, retificar o Art. 1º, que foi disponibilizado no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

Onde se lê:

"Art. 1º ... localizada nos municípios de Marechal Floriano e Domingos, estado do Espírito Santo."

Leia-se:

"Art. 1º ... localizada nos municípios de Marechal Floriano e Domingos Martins, estado do Espírito Santo."

RETIFICAÇÃO

No Resumo da REA nº 6.837, de 30.01.2018, publicado no DOU de 02.02.2018, Seção 1 página 52, volume 155, número 24, Processo nº 48500.004637/2017-17,

onde se lê:

" Interessado: EKTT 12-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A...";

leia-se:

" Interessado: Elektro Redes S.A....".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 322, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº: 48500.003582/2017-28. Interessada: Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT. Decisão: estabelecer os valores devidos a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT pela elaboração dos relatórios R2, R3 e R4, com referência em novembro de 2017, relativos ao estudo R1 EPE-DEE-RE-002/2017-rev.0 - "Estudo de Atendimento Elétrico ao Estado do Rio Grande do Sul: Região de Cruz Alta", utilizados no Leilão de Transmissão, de acordo Resolução nº 594/2013, constantes da tabela anexa ao Despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE

DESPACHOS DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Nº 304. Processo nº: 48500.005803/2017-01. Interessados: Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas e Companhia de Transmissão Centro Oeste de Minas - Centro Oeste. Decisão: (i) reconhecer como período de pendência impeditiva do terceiro Furnas, para o Contrato de Concessão 004/2005, o período de 25 de março de 2010 até a data de 16 de julho de 2014; (ii) reconhecer como período de pendência impeditiva própria da Centro Oeste, para o contrato de concessão 004/2005, o período de 17 de julho de 2014 até 7 de maio de 2015..

Nº 305. Processo nº: 48500.005803/2017-01. Interessado: Interligação Elétrica Garanhuns - IEG e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. Decisão: (i) reconhecer como período de impedimento do terceiro IEG para a instalação LT 500kV Pau Ferro / Recife II, para a Resolução Autorizativa ANEEL - nº 3.817/2012, o período de 28 de março de 2016 até 16 de maio de 2016; (ii) reconhecer como período de impedimento do terceiro IEG para a instalação LT 500 kV Angelim II / Pau Ferro, para a Resolução Autoriz05ativa ANEEL - nº 3.817/2012, o período de 8 de abril de 2016 até 16 de maio de 2016.

Nº 306. Processo nº: 48500.005803/2017-01. Interessados: Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas e LT Triângulo - LTT. Decisão: (i) reconhecer como período de pendência impeditiva do terceiro Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas, para o contrato de concessão 004/2006, o período de 26 de outubro de 2011 até a data de 16 de julho de 2014; (ii) reconhecer como período de pendência impeditiva própria da LT Triângulo - LTT, para o contrato de concessão 004/2006, o período de 17 de julho de 2014 até 16 de janeiro de 2015.

Os Despachos (e seus anexos) constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 330, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 48500.004376/2014-93. Interessado: Ventos de Santo Antônio Geradora Eólica S.A. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação comercial a partir de 8 de fevereiro de 2018. Usina: EOL União dos Ventos 13. Unidades Geradoras: UG2 e UG3, de 2.100 kW cada, totalizando 4.200 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Pedra Grande, Estado do Rio Grande do Norte. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CAMILLA DE ANDRADE GONÇALVES FERNANDES
Superintendente Adjunta

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 296, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 4.659/2017, considerando o disposto na Resolução Normativa nº 748, de 29 de novembro de 2016, e o que consta dos Processos nº 48500.000337/2017-69, 48500.000359/2017-29, 48500.000360/2017-53, 48500.000361/2017-06, 48500.000362/2017-42, 48500.000363/2017-97 e 48500.000364/2017-31, resolve: homologar os valores dos empréstimos de 14 de fevereiro de 2018 do Fundo da Reserva Global de Reversão - RGR às Distribuidoras Designadas para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, cabendo à CCEE averiguar as Disponibilidades de Caixa para eventual redução proporcional dos valores:

ED Amazonas	ED Roraima	ED Alagoas	ED Piauí
44.369.249,19	23.768.630,64	0,00	9.365.186,71

ED Rondônia	ED Acre	CEA	Total
15.501.869,06	0,00	12.463.941,67	105.468.877,27

TICIANA FREITAS DE SOUSA

DESPACHO Nº 327, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 48500.000178/2018-83. Interessada: BJL Transmissora de Energia Elétrica S.A. Decisão: (i) considerar atendida, pela Interessada, a exigência de envio dos documentos comprobatórios da formalização da operação anuída pelo Despacho nº 096, de 16 de janeiro de 2018; e (ii) estabelecer que o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 11/2016-ANEEL deverá ser assinado pela concessionária e suas acionistas, em até 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição

DESPACHO Nº 328, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 48500.005785/2017-59. Interessada: Ourilândia do Norte Transmissora de Energia Ltda. Decisão: considerar atendida, pela interessada, a exigência de envio dos documentos comprobatórios de formalização da operação anuída pelo Despacho nº 4.251, de 15 de dezembro de 2017. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 289, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº: 48500.003881/2017-62. Interessados: ENEL DISTRIBUIÇÃO RIO. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 799.887,19 (setecentos e noventa e nove mil, oitocentos e oitenta e sete reais e dezenove centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0383-0085/2012; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do (s) produto (s) abaixo, das empresas relacionadas:

Nº 187	FÁBRICA-QUÍMICA PETRÓLEO E DERIVADOS LTDA. - CNPJ nº 05.853.347/0001-09					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003923/2017 - 37	GIRUX AUTO SEMISSINTÉTICO	SAE 15W40	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	12736
Nº 188	KLÜBER LUBRICATION LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA - CNPJ nº 43.054.261/0001-05					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	48600.003531/2017 - 78	KLÜBERFLUID BOA	ISO N/A		ÓLEO LUBRIFICANTE	18707
	48600.003531/2017 - 78	KLÜBERFLUID BOA	ISO N/A		ÓLEO LUBRIFICANTE	18707
	48600.003530/2017 - 23	SUMMIT NGP	ISO 220		ÓLEO LUBRIFICANTE	17474
	48600.003530/2017 - 23	SUMMIT NGP	ISO 32		ÓLEO LUBRIFICANTE	17474
	48600.003530/2017 - 23	SUMMIT NGP	ISO 68		ÓLEO LUBRIFICANTE	17474
	48600.003530/2017 - 23	SUMMIT NGP	ISO 150		ÓLEO LUBRIFICANTE	17474
Nº 189	KLÜBER LUBRICATION LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA - CNPJ nº 43.054.261/0001-05					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003932/2017 - 28	KLÜBERTEMP GR UT 18 N	NLGI 2	. NSF-H1	GRAXA LUBRIFICANTE	5699
	48600.003936/2017 - 14	KLÜBERSYNTH VA 62-253 G	NLGI N/A	. N/A	GRAXA LUBRIFICANTE	5697
	48600.003931/2017 - 83	KLÜBERTEMP GR RT 15 N	NLGI 2	. NSF-H1	GRAXA LUBRIFICANTE	5696
	48600.003937/2017 - 51	BARRIERTA I S FLUID	ISO 460	. NSF-H1	ÓLEO LUBRIFICANTE	18706
	48600.003935/2017 - 61	KLÜBERTEMP GR OT 20 N	NLGI 2	. NSF-H1	GRAXA LUBRIFICANTE	5698
	48600.003934/2017 - 17	KLÜBERALFA YM 3-30 N	ISO N/A	. N/A	ÓLEO LUBRIFICANTE	18705
Nº 190	TOBRAS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - CNPJ nº 05.759.383/0001-08					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000072/2018 - 51	TERRANA MASTER	SAE 5W30	API SN	ÓLEO LUBRIFICANTE	18228
	48600.000073/2018 - 04	TERRANA DIESEL SUPER	SAE 15W40	API CH-4, MB 228.1, MAN 3275, CAT ECF-1A, CES 20077, MTU 2, MACK EO-M PLUS.	ÓLEO LUBRIFICANTE	18229
	48600.000071/2018 - 15	TERRANA PLUS	SAE 15W40	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	18234
	48600.000070/2018 - 62	TERRANA SUPER	SAE 20W50	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	18233

CARLOS ORLANDO ENRIQUE DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 88, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.014976/2012-50, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da RAÍZEN ENERGIA S.A. - FILIAL IPAUSSU, com capacidade de produção de 400 m³/dia de etanol hidratado e 400 m³/dia de etanol anidro, localizada na Rodovia Raposo Tavares Km 334, Fazenda Santa Rosa, Ipaussu-SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à regularização no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público (Cadin) e apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização.

Art. 3º Fica revogada a Autorização nº 307, de 18/03/2013, publicada no DOU de 19/03/2013, retificada no DOU de 11/04/2013.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AUTORIZAÇÃO Nº 89, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.001018/2018-12, resolve:

Art. 1ºConceder autorização para o concessionário Petróleo Brasileiro S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20.338-0.

Art. 2ºA íntegra desta autorização (e seus anexos) consta(m) dos autos e estará(ão) disponível(is) na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

Art. 3ºEsta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

BORIS ASRILHANT

DESPACHO Nº 197, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.006289/2013-41, resolve:

Aprovar a alteração dos dados do credenciamento nº 042/2013 da Unidade de Pesquisa CENTRO DE METROLOGIA E INSTRUMENTAÇÃO - CMI, vinculada à FUND CENTROS DE REFERENCIA EM TECNOLOGIAS INOVADORAS, CNPJ nº 78.626.363/0001-24.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

BORIS ASRILHANT

DESPACHO Nº 198, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.014822/2017-72, resolve:

Aprovar o credenciamento nº 0784/2018 da Unidade de Pesquisa Departamento de Engenharia de Materiais, vinculada à UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, CNPJ nº 80.257.355/0001-08.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

BORIS ASRILHANT

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO Nº 186, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº41 de 06 de novembro de 2013, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos ao AUTO POSTO CREMONEZE LTDA, CNPJ nº 01.988.505/0001-79, conforme Processo nº 48610.008432/2016-82.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 191, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Lei 9.847, de 26 de outubro de 1999, pela ocorrência de reincidência na infração prevista no inciso VIII do artigo 3º da mencionada Lei, torna pública a revogação da autorização nº GLP/RJ0182498 para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, pertencente à ALAHYSIO PEREIRA DE OLIVEIRA CIA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 28.526.101/0001-10, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.011795/2015-14.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 192, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Lei 9.847, de 26 de outubro de 1999, pela ocorrência de reincidência na infração prevista no inciso VIII do artigo 3º da mencionada Lei, torna pública a revogação da autorização nº GLP/SP00067 para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, pertencente ao DEPOSITO DE GAS OURO VERDE LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 64.993.157/0001-48, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48620.000932/2016-57.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 193, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/PE0185032	ALMIR ANGELO DE LUCENA COMBUSTIVEIS	27.943.652/0001-16	48610.000668/2018-32
PR/BA0185017	ANTONIO ITAMAR MACEDO SARAIVA - EPP	08.887.560/0001-11	48610.000232/2018-43
PR/PR0185028	AUTO POSTO BCA LUIZIANA LTDA	29.404.716/0001-36	48610.001150/2018-16
PR/BA0185020	AUTO POSTO ESPLANADA LTDA - ME	12.656.384/0002-65	48610.001217/2018-12
PR/PR0185031	AUTO POSTO RAIA LTDA	28.705.042/0001-47	48610.014340/2017-12
PR/BA0185037	AUTO POSTO REIS LTDA - ME	27.617.248/0001-52	48610.015228/2017-07
PR/PA0185042	AUTO POSTO TRES CORACOES LTDA - EPP	27.650.984/0001-02	48610.001228/2018-01
PR/BA0185029	AUTO POSTO ZEBRINHA LTDA - ME	21.467.979/0001-82	48610.000636/2018-37
PR/BA0184980	BARROS COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA - ME	26.158.060/0001-20	48610.014837/2017-31
PR/PR0185040	CAMPINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	21.331.468/0001-39	48610.001337/2018-10
PR/RN0184985	CIRNE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS ZN LTDA	27.404.752/0001-74	48610.014607/2017-71
PR/MT0185026	COMERCIAL AMAZONIA DE PETROLEO EIRELI	09.001.879/0023-76	48610.001222/2018-25
PR/SP0184986	COOPERATIVA DOS PLANTADORES DE CANA DO OESTE DO ESTADO DE SAO PAULO	71.320.915/0049-77	48610.009475/2017-66
PR/RS0184981	CPS COMBUSTIVEIS LTDA	05.369.142/0005-78	48610.001153/2018-50
PR/CE0185036	DIAS NETO COMBUSTIVEL LTDA - ME	25.447.859/0001-74	48610.014677/2017-20
PR/AM0185053	EVANDY SATURNINO DE LIMA - EPP	01.601.016/0002-01	48610.001333/2018-31
PR/MA0184982	F V ALVES - ME	24.464.033/0001-50	48610.000564/2018-28
PR/PI0185021	FURTUNATO ERNESTO DA SILVA	26.870.810/0001-92	48610.001224/2018-14
PR/MG0185025	IMPACTO AUTO POSTO LTDA	06.203.543/0002-73	48610.001221/2018-81
PR/PB0184983	IRAN PONTES DO NASCIMENTO	27.078.279/0001-82	48610.000274/2018-84
PR/MT0185018	JEFERSON MAICON DA SILVA - ME	27.470.521/0001-69	48610.001230/2018-71
PR/CE0185038	LSW COMERCIO DE COMBUSTIVEIS MASSAPEENSE LTDA - EPP	26.874.009/0001-15	48610.013552/2017-82
PR/MA0185019	NATAL AUTO POSTO LTDA - ME	24.764.647/0001-58	48610.000237/2018-76
PR/PB0185016	NOVA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	07.655.960/0001-39	48610.012023/2017-61
PR/MG0185054	NOVO POSTO SEABRA LTDA	28.309.020/0001-68	48610.014094/2017-07

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR/ES0185030	PETROVERA - POSTO DE PRODUTOS DE PETROLEO E TRANSPORTES LTDA - ME	27.926.384/0001-24	48610.001149/2018-91
PR/BA0185022	POSTO DE COMBUSTIVEIS LTDA. - EPP	29.102.327/0001-56	48610.000186/2018-82
PR/SC0185013	POSTO DE COMBUSTIVEIS V&H LTDA	25.178.706/0001-79	48610.001139/2018-56
PR/PA0185052	POSTO GALEGO LTDA - EPP	20.452.167/0001-09	48610.014440/2017-49
PR/PE0185041	POSTO PETROTURBO LTDA	06.353.117/0001-35	48610.001339/2018-17
PR/BA0185035	POSTO SHOPPING EIRELI - ME	07.163.840/0001-14	48610.015173/2017-27
PR/GO0185023	POSTO TALISMA EIRELI	27.439.137/0001-01	48610.010941/2017-56
PR/PA0185012	POSTO TREVO DE JOAO TOTA DE SA LTDA - EPP	28.094.305/0001-29	48610.000016/2018-06
PR/BA0185034	POSTO VALE DO OGUNJA COMBUSTIVEIS LTDA	29.270.984/0001-02	48610.001332/2018-97
PR/MG0185014	POSTO YOGUEDES LTDA - EPP	19.551.192/0002-33	48610.001140/2018-81
PR/MG0185011	POSTO 2000 LIMITADA. - EPP	23.640.179/0001-47	48610.001141/2018-25
PR/GO0185015	POSTOS WK GOIANESIA LTDA	29.137.764/0001-05	48610.014604/2017-38
PR/PA0185024	R M CHAVES COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES EIRELI - EPP	06.038.222/0001-80	48610.014931/2017-90
PR/CE0185043	RBS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME	28.375.361/0001-31	48610.001381/2018-20
PR/SC0185027	REDE FURNAS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	01.387.686/0013-11	48610.001220/2018-36
PR/SC0185033	REDE FURNAS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	01.387.686/0018-26	48610.014916/2017-41
PR/MG0184984	REDE SANTANA COMBUSTIVEIS SETE LAGOAS LTDA - ME	26.738.629/0001-27	48610.001144/2018-69
PR/GO0185039	RG AUTO POSTO LTDA	26.492.573/0001-73	48610.001335/2018-21
PR/CE0185051	VICENTE P. DE MESQUITA FILHO - EPP	19.499.970/0001-01	48610.001329/2018-73

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 194, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, I, c, torna público o cancelamento, por requerimento, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/PR0232784	AUTO POSTO VIA JARDIM LTDA	00.164.854/0001-03	48610.000773/2016-18
GLP/RS0173574	CARLOS EDUARDO DE MOURA & CIA LTDA.	04.166.611/0001-65	48610.011598/2008-76
001/GLP/PA0011428	CARMELITA COSTA DA SILVA	15.734.460/0002-00	48610.001170/2007-34
GLP/GO0237942	DEPOSITO DE GAS DANIKA EIRELI ME	22.759.994/0001-67	48610.014939/2016-75
GLP/RO0177943	FRANCISCA PASTORA JORGE DE ARAUJO ME	01.269.130/0001-97	48610.005501/2009-77
GLP/MT0211750	M.A.B.MENDES & CIA LTDA -ME	02.282.033/0003-69	48610.014619/2011-19
GLP/MG0231906	MARCONE ALVES ALMEIDA MAA - ME	22.648.326/0001-62	48610.011890/2015-18
GLP/CE0187643	MARIA NEUSA NUNES GRANGEIRO - EPP	05.704.756/0001-35	48610.009805/2010-47
GLP/CE0236095	MONICA PEREIRA DE MORAIS - ME	14.714.130/0001-09	48610.009653/2016-78
GLP/PR0227922	PAPAGAIOS COMERCIO DE GAS LTDA. - ME	19.663.751/0001-16	48610.012048/2014-12
GLP/RJ0210881	PONTES E LOPES MERCEARIA LTDA ME.	36.282.093/0002-12	48610.012580/2011-97
001/GLP/SP0005151	ROSANA MONTEIRO - ME.	03.599.854/0001-24	48610.006206/2005-12
GLP/ES0236255	VALDERENE BRUM FERREIRA MOREIRA	25.077.466/0001-16	48610.010078/2016-56
GLP/SP0185460	WILIAM CESAR CANTOIA	02.802.488/0001-04	48610.004572/2010-96
GLP/RS0175289	WILSON PINHEIRO DE MOURA	02.054.555/0001-41	48610.013042/2008-14

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 195, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no Art. 30, da Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
001/GLP/RS0019762	EGON KREVER	87.692.935/0001-64	48610.001726/2008-73
GLP/AL0229203	ELINE DE GOIS SANTOS BARBOSA	21.309.739/0001-50	48610.003697/2015-11
GLP/MG0227327	GAS 2U LTDA - ME	19.787.765/0001-41	48610.011285/2014-66
GLP/ES0239234	JONAS DOS SANTOS PATRICIO	26.980.577/0001-09	48610.003420/2017-42
001/GLP/RS0020702	MARCOS GIRARDI	07.138.448/0001-15	48610.004094/2008-08
001/GLP/RS0009200	ODILAR DIAS	07.418.578/0001-01	48610.010187/2006-18
GLP/ES0178819	OSWALDO SULKE ME	03.446.181/0001-72	48610.008170/2009-27
GLP/SP0223716	PAULO HENRIQUE DOS SANTOS GAS - ME	18.649.189/0001-03	48610.012263/2013-32
001/GLP/SP0011427	PHMF - COMERCIO DE GAS LTDA - EPP.	02.396.131/0001-65	48610.005031/2006-15
GLP/SP0237743	RITA DE CASSIA DOS SANTOS PARENTE GAS - ME	18.314.316/0001-13	48610.014574/2016-89
GLP/SC0226810	RONALDO HEGUEDICHI - ME	20.387.334/0001-77	48610.009424/2014-91
GLP/PR0221271	SIDNEY FLORENCO - COMERCIO DE GAS - ME	17.545.123/0001-00	48610.005234/2013-14
GLP/PA0184248	TRANSPORTADORA E REVENDEDORA SALOZAK LTDA.	34.860.189/0001-04	48610.002452/2010-54

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 196, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos a MARLIM AZUL COMÉRCIO DE PETRÓLEO E DERIVADOS LTDA., CNPJ nº 39.825.435/0017-78, conforme Processo Judicial nº 0011888-64.2018.4.02.5101.

CEZAR CARAM ISSA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 6/2018

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
880.107/2017-MINERAÇÃO SERRA DO ESTREITO LTDA.
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
880.243/2011-IARA AZEVEDO LEMBI DE CARVALHO BARBOSA
880.189/2013-CONSTRUTORA E MINERAÇÃO MURUÁ S A
880.069/2014-VALDECIR ALVES DOS SANTOS
880.078/2014-ERIDAN DA SILVA DAMASCENO
Defere pedido de reconsideração(182)
880.014/2016-S F PAIM ME
Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(225)
880.293/2008-BRASIL MINERIO MINERAÇÃO SULTAN AYTHEE LTDA. -AI N°013/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
880.119/2007-VALE S A-OF. N°0037/2018
Indefere pedido de reconsideração(263)
880.067/2004-VALE S A
880.069/2004-VALE S A
880.070/2004-VALE S A
880.081/2004-VALE S A
880.085/2004-VALE S A
880.304/2007-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A
880.305/2007-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A
880.306/2007-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A
880.308/2007-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
880.184/2014-BAUXITA RESOURCES MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. -Alvará N°4898/2017
880.129/2015-JOSÉ CAMPOS DA ROCHA -Alvará N°2166/2017
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
880.429/2011-GILBERTO LUIZ DE ROSS-AI N°257/2017
Fase de Concessão de Lavra
Indefere o pedido de prorrogação do prazo do início dos trabalhos de lavra(404)
880.173/2006-BMAM COMÉRCIO DE ÁGUAS LTDA
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Licenciamento(744)
880.408/1987-ORFISA MONTEIRO WAUGHAN
880.409/1987-ORFISA MONTEIRO WAUGHAN
880.410/1987-ORFISA MONTEIRO WAUGHAN
Homologa renúncia do licenciamento(784)
880.028/2005-OSIAS MARQUES DIAS

CESAR NONATO ARAUJO DA ROCHA

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 11/2018

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
800.155/2017-R & S BRASIL MINERAÇÃO LTDA EPP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
800.091/2017-JOSE EVANDRO DE MELO JUNIOR-OF. N°130/2018
800.095/2017-NORDESTE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°069/2017
800.138/2017-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-OF. N°146/2018
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
800.295/2015-MINERAÇÃO AGRESTE LTDA-OF. N°136/2018
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
800.056/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°7893/2017
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
800.493/2016-NORDESTE MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°1467/2017
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
800.176/2003-BRISA DA SERRA ÁGUAS MINERAIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.- FONTE: SERRA DA IBIAPABA; 1,5 L (sem gás)- IPU/CE
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
002.318/1959-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA- AI N° 001/2018
800.003/2007-PEDRALEZA PEDREIRA FORTALEZA LTDA.- AI N° 004/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
002.318/1959-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°031/2018
801.034/1973-CARBOMIL QUIMICA S A-OF. N°048/2018
840.201/1980-CHAVES S A MINERAÇÃO E INDUSTRIA-OF. N°145/2018
800.214/2004-CAIÇARA INDÚSTRIA DE ÁGUAS MINERAIS LTDA.-OF. N°167/2018
800.136/2005-ARVOREDO AGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°175/2018
800.003/2007-PEDRALEZA PEDREIRA FORTALEZA LTDA.-OF. N°056/2018 e 058/2018
800.687/2008-ITATIBA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.-OF. N°177/2018
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
800.214/2004-CAIÇARA INDÚSTRIA DE ÁGUAS MINERAIS LTDA.-OF. N°168/2018 e 166/2018
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
800.091/2003-ITAMIL ITAOCA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°151/2018
800.136/2005-ARVOREDO AGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°176/2018
800.003/2007-PEDRALEZA PEDREIRA FORTALEZA LTDA.-OF. N°057/2018
800.850/2012-ANA L. SAMPAIO DE ARAUJO ME-OF. N°029/2018 e 030/2018
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

800.219/2017-JOSE ORILANDO DA SILVA LIMA ME-OF. N°165/2018
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
800.252/2017-ARISTEU SOUSA BARROSO 21072000334
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
800.133/2017-LUCIANO CHAVES DE MESQUITA -ME

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 14/2018

Fica o abaixo relacionado ciente de que não houve a apresentação da defesa administrativa; restando- lhe apresentar recurso, pagar ou parcelar o débito apurado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº: 906.372/2017
Notificado: CAETANO MARTINS JORGE
CPF: 529.183.003-49
NFLDP nº: 345/2017
Valor: R$ 193.403,83 (cento e noventa e três mil quatrocentos e três reais e oitenta e três centavos).

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 10/2018

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
868.056/2014-MS CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA.-BASALTO
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
868.312/2012-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°9963/2014
868.313/2012-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°9964/2014
868.314/2012-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°9965/2014
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
868.180/2010-MINERAÇÃO BODOQUENA S A-OF. N°48/2018
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
809.556/1972-MINERAÇÃO BODOQUENA S A-OF. N°50/2018
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
868.387/1996-PEDREIRA BASALTO LTDA-OF. N°46/2018
868.033/1998-PEDREIRA BASALTO LTDA-OF. N°46/2018
868.008/2004-CEBRAINNE MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME-OF. N°45/2018
868.034/2015-JOSÉ LOZAN DOS SANTOS-OF. N°47/2018
Fase de Disponibilidade
No julgamento das habilitações para área em disponibilidade, DECLARO:(1803)
868.295/2000- HABILITADOS os proponentes: MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA (CNPJ: 33.931.460/0001-92); 3A PARTICIPAÇÕES S.A (CNPJ: 14.482.711/0001-54 E MARIANA LEVY GUERRA (CPF: 223.013.348-99) e INABILITADOS os proponentes: NÃO TEM
868.045/2005- HABILITADOS os proponentes: MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA (CNPJ: 33.931.460/0001-92); 3A PARTICIPAÇÕES S.A (CNPJ: 14.482.711/0001-54) e INABILITADOS os proponentes: NÃO TEM
868.517/2008- HABILITADOS os proponentes: MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA (CNPJ: 33.931.460/0001-92); 3A PARTICIPAÇÕES S.A (CNPJ: 14.482.711/0001-54) e INABILITADOS os proponentes: NÃO TEM

ROMUALDO HOMOBONO PAES DE ANDRADE
Substituto

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 14/2018

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
André Luis Quintana Brum - 868047/17 - A.I. 45/18
Cleiton Sérgio Janiski - 868284/16 - A.I. 43/18
Construtora Industrial São Luiz s a - 868092/17 - A.I. 48/18
Francisco de Assis Moura - 868251/11 - A.I. 13/18
Isaias Ortolan - 868326/16 - A.I. 44/18
Luis Gustavo Azarias Pereira - 868244/16 - A.I. 41/18
Marca x Assessoria Eireli me - 868074/17 - A.I. 46/18
Mariana Levy Guerra - 868087/15 - A.I. 23/18
Mineração Estrela do Norte LTDA. - 868049/12 - A.I. 18/18
Mmx Corumbá Mineração s a - 868302/10 - A.I. 12/18
Osório Xavier - 868252/16 - A.I. 42/18
Progemix Programas Gerais de Engenharia e Construção Ltda - 868074/16 - A.I. 24/18
Quenamarques Tavares Ramos - 868087/17 - A.I. 47/18
Renato Fioravante Dametto - 868205/13 - A.I. 19/18, 868206/13 - A.I. 20/18, 868207/13 - A.I. 21/18, 868208/13 - A.I. 22/18
Ricardo Augusto de Souza e Silva - 868327/09 - A.I. 11/18
Ronaldo Diniz de Almeida - 868370/11 - A.I. 14/18, 868416/11 - A.I. 15/18, 868417/11 - A.I. 16/18, 868420/11 - A.I. 17/18, 868030/08 - A.I. 7/18, 868559/08 - A.I. 8/18, 868004/09 - A.I. 9/18, 868005/09 - A.I. 10/18
Rustonn Mineracao Eireli me - 868171/16 - A.I. 25/18, 868172/16 - A.I. 26/18, 868173/16 - A.I. 27/18, 868174/16 - A.I. 28/18, 868175/16 - A.I. 29/18, 868176/16 - A.I. 30/18, 868177/16 - A.I. 31/18, 868178/16 - A.I. 32/18, 868179/16 - A.I. 33/18, 868180/16 - A.I. 34/18, 868181/16 - A.I. 35/18, 868182/16 - A.I. 36/18, 868183/16 - A.I. 37/18, 868184/16 - A.I. 38/18, 868185/16 - A.I. 39/18, 868186/16 - A.I. 40/18

ALEXANDRE MONTEIRO REZENDE

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 127/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
810.637/2014-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA
810.741/2014-VULCÃO MINÉRIOS E MINERAIS LTDA ME
810.318/2015-CERÂMICA KOTTWITZ LTDA.
810.319/2015-CERÂMICA KOTTWITZ LTDA.
810.900/2015-OSWALDO FEIER FILHO ME
810.979/2017-SANTO INÁCIO MINERAÇÃO LTDA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
811.162/2014-RODOMÁQUINAS LTDA ME
810.392/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
810.393/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
810.394/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
810.396/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
810.880/2017-COMSAIBRI COMÉRCIO DE SAIBRO E BRITAS LTDA.
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento.(165)
810.222/2017-ARCILLA MINERADORA LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
810.587/2012-CARBONIFERA METROPOLITANA SA-OF. N°979/2017
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
811.264/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°1704/2017
811.265/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°1705/2017
811.273/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°1707/2017
811.275/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°1709/2017
811.276/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°1710/2017
811.289/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°6364/2016
811.290/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°1713/2016
811.291/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°1714/2016
811.296/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°1717/2016
811.309/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°1718/2016
811.311/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°1719/2016
811.318/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°1720/2016
810.381/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°6827/2017
810.382/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°6828/2017
810.385/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°6831/2017
810.395/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°8188/2017
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
810.587/2012-CARBONIFERA METROPOLITANA SA - AI N°381/2017
Fase de Lavra Garimpeira
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de PLG(528)
810.816/2006-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO SALTO DO JACUÍ LTDA COOPERAGATA-Cessionário:810.687/2016 e 810.060/2017-Paulo Roberto Muller e Auri de Castro
Fase de Concessão de Lavra
Indefere o pedido de desmembramento de área(1084)
802.357/1975-COMPANHIA NACIONAL DE MINERAÇÃO CANDIOTA

SIDNEI ECKERT

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 128/2017

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
811.752/2012-RABIEL KLAUS SOSTISSO-OF. N°2247/2017
810.010/2017-DALCIR JOSÉ ROSINA JUNIOR ME-OF. N°2251/2017
Homologa renúncia do licenciamento(784)
810.820/2008-CERÂMICA IRMÃOS SCALCO LTDA ME
Fase de Requerimento de Licenciamento
Homologa desistência do requerimento de licenciamento(783)
810.760/2017-ESCAVAÇÕES VIAMÃO LTDA
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
810.742/2017-ARCILLA MINERADORA LTDA
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
811.412/2012-ARO MINERAÇÃO LTDA
810.076/2017-JK MINERAIS LTDA ME
811.073/2017-BRX MINERAÇÃO LTDA.
811.074/2017-BRX MINERAÇÃO LTDA.
811.075/2017-BRX MINERAÇÃO LTDA.
811.076/2017-BRX MINERAÇÃO LTDA.
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
811.033/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DO SOBRADO-OF. N°975/2017
Outorga o Registro de Extração, prazo 4 anos, vigência a partir dessa publicação(923)
810.939/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS DO SUL- Registro de Extração N°239/2017 de 22/12/2017
Fase de Registro de Extração
Determina arquivamento definitivo do processo(951)
810.196/2011-TUPANDI PREFEITURA

SIDNEI ECKERT

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 7/2018

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
008.102/1955-ÀGUAS PETRÓPOLIS PAULISTA LTDA-Fonte Santa Lúcia - Marca: bt bodytech - embalagem de 500 ml (sem gás), Marca: Sofitel Hoteis & Resorts - embalagem de 310 ml (sem gás e gaseificada artificialmente), Marca: Tivoli Hoteis e Resorts - embalagem de 310 ml (sem gás) - Marca: Quintal do Espeto - embalagem de 310 ml (sem gás), Marca: JK Iguatemi - embalagem de 310 ml (sem gás), Marca: Iguatemi São Paulo - embalagem de 310 ml (sem gás) e Marca: Bacio di Latte Gelato Puro - embalagem de 310 ml (sem gás)- SÃO PAULO/SP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
008.102/1955-ÀGUAS PETRÓPOLIS PAULISTA LTDA-OF. N°125/18-DFISC/DNPM/SP - 26.01.18
Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
820.552/1988-MINERAÇÃO BARUEL LTDA.-AI N°106/2018-DFISC/DNPM/SP
820.526/1994-CRISTIANE VIEIRA-ME-AI N°107/2018-DFISC/DNPM/SP
820.790/1995-ANTÔNIA MAYO RODRIGUES-AI N°108/2018-DFISC/DNPM/SP
820.006/1996-ANTÔNIA MAYO RODRIGUES-AI N°84/2018-DFISC/DNPM/SP
820.268/1998-LUIISSA SASAKI ME-AI N°109/2018-DFISC/DNPM/SP
820.593/2000-FERNANDO ARANTES VIEIRA-AI N°110/2018-DFISC/DNPM/SP
820.541/2001-EXTRAÇÃO DE AREIA TRIÂNGULO LTDA EPP-AI N°111/2018-DFISC/DNPM/SP
820.656/2001-PAULO ALEXANDRE PACHECO SZYLOVEC-AI N°85/2018-DFISC/DNPM/SP
820.674/2001-JOMANE PORTO DE AREIA LTDA. - EPP-AI N°86/2018-DFISC/DNPM/SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

820.751/2001-O. RIBEIRO S/A - MINERAÇÃO,INDÚSTRIA E COMÉRCIO-AI N°87/2018-DFISC/DNPM/SP
821.445/2001-EXTRATORA DE MINERAIS ITAGUAÇU EIRELI-AI N°88/2018-DFISC/DNPM/SP
820.012/2002-WAGNER WANDERLEI CAETANO DE ABREU-AI N°89/2018-DFISC/DNPM/SP
820.099/2002-CERÂMICA SÃO JOSÉ LTDA. EPP-AI N°93/2018-DFISC/DNPM/SP
820.344/2002-CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM BRASIL LTDA.-AI N°90/2018-DFISC/DNPM/SP
820.511/2002-PORTO DE AREIA SAARA LTDA-AI N°91/2018-DFISC/DNPM/SP
820.993/2002-ACEBI EXTRATORA DE MINERAIS LTDA-AI N°92/2018-DFISC/DNPM/SP
821.078/2002-MINERAÇÃO PORTO NOVO LTDA-AI N°112/2018-DFISC/DNPM/SP
821.088/2002-DUARTE AUGUSTO LOPES-AI N°95/2018-DFISC/DNPM/SP
821.135/2002-CHIARELLI MINERACAO LTDA-AI N°113/2018-DFISC/DNPM/SP
820.616/2004-DANIEL DALLA VECCHIA-AI N°96/2018-DFISC/DNPM/SP
820.328/2005-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA SÃO PEDRO LTDA-AI N°97/2018-DFISC/DNPM/SP
820.572/2005-PORTO DE AREIA LONGHINI LTDA ME-AI N°98/2018-DFISC/DNPM/SP
820.001/2006-PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE PERUÍBE S A-AI N°99/2018-DFISC/DNPM/SP
820.051/2007-BORGHI AGRICOLA E COMERCIAL S A-AI N°100/2018-DFISC/DNPM/SP
820.639/2007-SAHARA EXTRAÇÃO COMÉRCIO E TRANSPORTES DE AREIA LTDA-AI N°101/2018-DFISC/DNPM/SP
820.321/2010-MINERBASE MINERAÇÃO LTDA-AI N°144/2018-DFISC/DNPM/SP
820.322/2010-MINERBASE MINERAÇÃO LTDA-AI N°145/2018-DFISC/DNPM/SP
820.278/2012-MARCOS CARVALHO-AI N°140/2018-DFISC/DNPM/SP
820.279/2012-MARCOS CARVALHO-AI N°141/2018-DFISC/DNPM/SP
820.326/2012-MARCOS CARVALHO-AI N°142/2018-DFISC/DNPM/SP
820.328/2012-VALE DO BUQUIRA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-AI N°146/2018-DFISC/DNPM/SP
820.329/2012-VALE DO BUQUIRA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-AI N°147/2018-DFISC/DNPM/SP
820.331/2012-LARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA. EIRELI-AI N°148/2018-DFISC/DNPM/SP
820.429/2012-EGEMINAS MINERAÇÃO LTDA.-AI N°149/2018-DFISC/DNPM/SP
820.447/2012-FRANCISCO MENDES DE SOUZA-AI N°150/2018-DFISC/DNPM/SP
820.455/2012-EMPRESA DE MINERAÇÃO FIORI DO TABOÃO LTDA.-AI N°151/2018-DFISC/DNPM/SP
820.457/2012-KLACE S A PISOS E AZULEJOS-AI N°152/2018-DFISC/DNPM/SP
820.459/2012-FABRICAÇÃO DE TIJOLOS CLODOALDO SILVA LTDA-AI N°153/2018-DFISC/DNPM/SP
820.463/2012-LEONOR MOURA D'ALMEIDA-AI N°154/2018-DFISC/DNPM/SP
820.506/2012-MAGNIFICAT EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA.-AI N°155/2018-DFISC/DNPM/SP
820.519/2012-MARCOS CARVALHO-AI N°143/2018-DFISC/DNPM/SP

VICENTE ROSOLIA

SUPERINTENDÊNCIA EM TOCANTINS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 8/2018

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
864.005/2016-CASSIUS FERREIRA GARIGLIO-OF. N°224/2017 - DNPM/TO
864.349/2016-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA-OF. N°55/2018 - DNPM/TO
864.350/2016-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA-OF. N°56/2018 - DNPM/TO
864.351/2016-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA-OF. N°57/2018 - DNPM/TO
864.352/2016-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA-OF. N°59/2018 - DNPM/TO
864.353/2016-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA-OF. N°54/2018 - DNPM/TO
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
864.623/2010-VÓRTICE PESQUISA MINERAL LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
864.140/2016-GRANIMARBELLE BRAZIL LTDA ME-OF. N°60/2016 - DNPM/TO
Defere pedido de reconsideração(262)
864.448/2010-MONTE SINAI MINERAÇÃO LTDA
864.387/2013-ANTONIO DE BRITO FILHO
864.148/2014-MINERAÇÃO E CALCARIO DO TOCANTINS LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
864.071/2014-MINERAÇÃO BELO MONTE LTDA-Cessionário:ARGO MINERADORA LTDA- CPF ou CNPJ 14.294.902/0001-92- Alvará n°1.984/2017
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
864.396/2008-GUARAI ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- Área de 728,42 para 386,99-Minério de Ouro
864.922/2008-GUARAI ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- Área de 287,89 para 170,66-Minério de Ouro
864.114/2010-EDUARDO PASZKO- Área de 833,35 para 107,01-Calcário e Dolomito
864.206/2012-RIALMA FERTLIZANTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO S A- Área de 5244,43 para 449,17-Minério de Fosfato
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
864.148/2014-MINERAÇÃO E CALCARIO DO TOCANTINS LTDA-Calcário
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
864.448/2010-MONTE SINAI MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°3.480/2011
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
864.358/2009-SUL AMAZÔNIA FERTILIZANTES INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA-AI N°277/2017 - DNPM/TO
864.273/2011-JOÃO JAIME CASSOLI-AI N°01/2018 - DNPM/TO
864.001/2013-JOSE CICERO DE ASSIS COSTA-AI N°06/2018 - DNPM/TO
864.003/2014-IVONETE MONTEIRO DA SILVA-AI N°04/2018 - DNPM/TO
864.192/2014-JEFFERSON FERREIRA BATISTA-AI N°13/2018 - DNPM/TO
864.224/2014-PLATINUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-AI N°03/2018 - DNPM/TO
864.238/2014-MINERAÇÃO BELO MONTE LTDA-AI N°09/2018 - DNPM/TO
864.244/2014-MINERADORA AMERICAL LTDA - EPP-AI N°14/2018 - DNPM/TO
864.258/2014-FERMAC2010 MINERAÇAO LIMITADA-AI N°02/2018 - DNPM/TO
864.315/2014-GERALDO NEIVA DE FIGUEIREDO-AI N°12/2018 - DNPM/TO
864.356/2014-ÁGUA ENGENHARIA LTDA ME-AI N°11/2018 - DNPM/TO
864.119/2015-EDISON JOSÉ DUTRA-AI N°05/2018 - DNPM/TO
864.295/2015-RIVALCIR ROSA SANS-AI N°08/2018 - DNPM/TO
864.035/2016-RIVALCIR ROSA SANS-AI N°07/2018 - DNPM/TO
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
864.166/2001-IZIDÓRIO CORREIA DE OLIVEIRA - AI N°221/2017 - DNPM/TO
864.363/2010-GILMAR RIBEIRO JATOBA ME - AI N°89/2015 - DNPM/TO
864.650/2010-MARIO OSCAR DE SOUZA LIMA - AI N°122/2015 - DNPM/TO
864.786/2011-MONTE SINAI MINERAÇÃO LTDA - AI N°136/2017 - DNPM/TO
864.072/2012-CARLOS ROBERTO CAMARGO - AI N°206/2017 - DNPM/TO
864.108/2012-RAFAEL ANDRADE BITTENCOURT - AI N°202/2017 - DNPM/TO
864.159/2012-MAURICIO MOREIRA SANTOS E SILVA - AI N°215/2017 - DNPM/TO
864.369/2012-R DE S PEREIRA - AI N°204/2017 - DNPM/TO
864.398/2013-EDMUNDO GALDINO DA SILVA - AI N°212/2017 - DNPM/TO
864.040/2014-ANTÔNIO MARCOS RUFINO TEIXEIRA - AI N°196/2017 - DNPM/TO
864.153/2014-MARCOS HUMBERTO DE LIMA TELES DE MENEZES - AI N°209/2017 - DNPM/TO
864.336/2014-MINERAÇÃO VALE DO ARAGUAIA LTDA. - AI N°195/2017 - DNPM/TO
864.340/2014-SÔNIA MENELIK DA COSTA - AI N°222/2017 - DNPM/TO
864.370/2014-GILBERTO FERNANDES ROCHA - AI N°177/2017 - DNPM/TO
864.373/2014-CLODOALDO CARDOSO LEITE - AI N°175/2017 - DNPM/TO
864.409/2014-VIRLEI MOREIRA VILELA - AI N°176/2017 - DNPM/TO
864.411/2014-MARILUCIO TIAGO DOS SANTOS - AI N°194/2017 - DNPM/TO
864.416/2014-JOSÉ WELITON DA SILVA - AI N°193/2017 - DNPM/TO
Determina arquivamento Auto de infração(1872)
864.143/2015-FAMA MINERAÇÃO LTDA.- AI N°236/2017 - DNPM/TO
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
864.147/2008-INDUSTRIA E COMERCIO DE BRITAS NORTE LTDA EPP-OF. N°1770/2017 - DNPM/TO
Fase de Licenciamento
Homologa renúncia do licenciamento(784)
864.275/2009-LORINEY DA SILVEIRA MORAES & CIA.LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
864.155/2017-PAULO RODRIGUES DA SILVA-OF. N°03/2018 - DNPM/TO
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
864.180/2017-SÉRGIO TAVEIRA DE CAMARGO
864.206/2017-MESSIAS ALVES MOREIRA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere por Interferencia Total(1339)
864.137/2016-FABIO DE CASTRO MOURA
Fase de Disponibilidade
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(1842)
864.527/2012-CALANGO EXPLORAÇÃO MINERAL S A- AI N°10/2018 - DNPM/TO
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias.(1843)
864.321/2014-EQUIPAV MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S. A. -AI N°262/2017 - DNPM/TO

FABIANO PINEIRO MIRANDA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 12/2018

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
864.387/2013-ANTONIO DE BRITO FILHO- DOU de 30/11/2017

FABIANO PINEIRO MIRANDA

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Institui o Programa de Gestão das Atividades Médicas Periciais - PGAMP no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL e o PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, em conformidade com o Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e considerando o disposto no art. 6º, §6º, do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, e

Considerando o disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Portaria MDS nº 93, de 11 de janeiro de 2018, Portaria MDS nº 94, de 11 de janeiro de 2018, Portaria Interministerial MDS/MF/MP nº 09, de 13 de janeiro de 2017 e Portaria Interministerial MDS/MF/MP nº 09, de 13 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de renovar a política de gestão de pessoas como forma de estimular o desenvolvimento das potencialidades do servidor, estimular o aumento da produtividade sem prejuízo da qualidade da prestação do serviço ao cidadão;

Considerando a necessidade de promover a modernização e a melhoria contínua dos processos de trabalho; e

Considerando que a experiência acumulada com a flexibilização de horários, tanto no Poder Público quanto na iniciativa privada, resulta em redução de custos, primazia dos resultados com rapidez e eficiência e aumento da produtividade, resolve:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1° Fica instituído o Programa de Gestão das Atividades Médicas Periciais - PGAMP no âmbito das unidades do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, observadas as diretrizes, os termos e as condições estabelecidas nesta Portaria.

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria considera-se:

I - Tarefa: conjunto de ações específicas a serem realizadas de forma individual e supervisionada pelo gestor de atividade, sem necessidade de atendimento ao segurado de forma presencial, para entrega de produtos resultantes de projetos ou de processos de trabalho institucionais, todas mensuradas e controladas por meio de sistema de Gerenciamento de Tarefas;

II - Agendamento Sistema de Administração de Benefício por Incapacidade - SABI/Sistema Integrado de Benefícios - SIBE: conjunto de ações específicas a serem realizadas de forma individual e supervisionada pelo gestor de atividade, com necessidade de atendimento ao segurado de forma presencial, para entrega de produtos resultantes de projetos ou de processos de trabalho institucionais, todas mensuradas e controladas por meio dos sistemas de agendamentos SABI/SIBE;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - Benefícios por Incapacidade de Longa Duração - BILD: conjunto de ações específicas a serem realizadas de forma individual e supervisionada pelo gestor de atividade, com necessidade de atendimento ao segurado de forma presencial, para entrega de produtos resultantes do Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade-PRBI, todas mensuradas e controladas por meio do sistema de agendamento SABI/SIBE/Sistema de Agendamento - SAG;

IV - Agendamento SAG: conjunto de ações específicas a serem realizadas de forma individual e supervisionada pelo gestor de atividade, com necessidade de atendimento ao segurado de forma presencial, salvo os agendamentos do inciso III, para entrega de produtos resultantes de projetos ou de processos de trabalho institucionais, todas mensuradas e controladas por meio dos sistemas de agendamentos SAG;

V - Pontuação: valor atribuído às Tarefas e aos Agendamentos, com variação de 0,5 (meio) até 15 (quinze) pontos, podendo haver fração decimal, conforme anexo I do Manual de Gestão do Serviço/Seção de Saúde do Trabalhador, aprovado pela Resolução n°112 de 18 de outubro de 2010;

VI - Gestor Master - Diretor ou Coordenador titular de cargo em Comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS 5 e DAS 4 da área vinculada à atividade do PGAMP;

VII - Gestor de Atividade - chefe da Seção/Serviço de Saúde do Trabalhador - SST da Gerência Executiva do usuário-perito, responsável por supervisionar e distribuir as atividades;

VIII - Usuário-perito - servidor efetivo do Instituto Nacional do Seguro Social nos cargos de perito médico previdenciário ou supervisor médico pericial, em atividade no PGAMP;

IX - Valor de Referência de Resultado - VRR - valor indicativo da produção das atividades médicas antes da implantação do PGAMP;

X - Indicador de Resultado PGAMP - IRP - coeficiente que visa monitorar a eficiência do PGAMP;

XI - QUALITEC - sistema de avaliação, pelos gestores de atividade, da qualidade técnica dos laudos médicos periciais realizados;

XII - Certificação de QUALITEC - CQ - certificado individual atribuído ao usuário-perito que atendeu aos requisitos estabelecidos na avaliação do QUALITEC;

XIII - Indicador de Qualidade PGAMP - IQP - percentual de CQ emitidos aos usuários-perito - valor atribuído de 0% (zero por cento) até 100% (por cento);

XIV - Estoque BILD - EBILD - a soma de todos os BILD selecionados para execução no ano de 2018, conforme Plano de Trabalho PRBI 2018; e

XV - Indicador de resultado do Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade - IPRBI - soma dos BILD executados por ciclo dividido por EBILD - valor atribuído de 0% (zero por cento) até 100% (por cento).

§1º As atividades do PGAMP serão realizadas por usuários-peritos.

§2º O PGAMP deve ser realizado de forma compatível com o que estabelece o art. 1º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995.

Art. 3º Compete ao Comitê Gestor, constituído pela Portaria MDS nº 64, 29 de janeiro de 2018:

I - avaliar a implementação do PGAMP em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta portaria;

II - analisar sugestões e propor medidas que visem racionalizar e simplificar os procedimentos;

III - propor minutas de atos normativos e outras instruções relacionadas ao PGAMP;

IV - avaliar relatórios trimestrais de acompanhamento, submetendo-os à aprovação do MDS para publicação; e

§1° Os relatórios trimestrais, bem como demais relatórios, serão elaborados e encaminhados pela Coordenação-Geral de Gerenciamento e Avaliação de Benefícios por Incapacidade e Assistenciais - CGBIASS/Diretoria de Saúde do Trabalhador - DIRSAT/INSS com suporte da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI.

§2° As reuniões do Comitê Gestor serão convocadas conforme necessidade a ser definida pela Coordenadora ou mediante solicitação de qualquer membro do Comitê, desde que aprovada pela Coordenadora.

CAPÍTULO II

DO FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

Seção I

Dos Ciclos de Trabalho

Art. 4º Cada ciclo de trabalho terá a seguinte composição e duração:

I - 03 (três) meses; e

II - O PGAMP terá início no dia 01/03/2018.

Seção II

Da Adesão ao PGAMP

Art. 5º Os usuários-peritos somente poderão participar do PGAMP se aderirem ao Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade - PRBI.

Art. 6º No momento da adesão, o usuário-perito deverá informar as unidades de realização das atividades do PRBI, bem como, o início do horário de atendimento.

Art. 7º A adesão do usuário-perito ao programa fica condicionada à inexistência de qualquer restrição administrativa ou judicial.

Parágrafo único. Nos casos em que o usuário-perito, no período de adesão, estiver em licença, cedido, lotado ou em exercício numa unidade que não seja permitida a realização do programa, após cessada a licença, restrição ou cessão, poderá solicitar a análise da adesão pelo e-mail: prbi@inss.gov.br.

Art. 8º O período de adesão encerra-se em 15/02/2018.

§1° A adesão fica condicionada aos usuários-peritos que tenham seu exercício integralmente nas unidades do Instituto Nacional do Seguro Social- INSS.

§2° Caso o usuário-perito não tenha acesso à intranet do INSS, ou tenha algum problema técnico que impossibilite sua adesão, poderá solicitar a análise de seu pedido pelo email: prbi@inss.gov.br.

Seção III

Da Execução Do PGAMP

Art. 9º Compete ao Gestor de Atividade distribuir as atividades totalizando um somatório de 15 pontos diários, conforme anexo I do Manual de Gestão do SST aprovado pela Resolução INSS/PRES nº 112 de 18 de outubro de 2010:

I - 1 (um) ponto é equivalente a realização de uma perícia inicial;

II - A distribuição das atividades aos usuários-peritos deverá ser preferencialmente Agendamentos SABI/SIBE; e

III - Nas unidades onde o Tempo Médio de Espera do Agendamento da Perícia Médica - TMEA-PM for maior que trinta (30) dias, obrigatoriamente, a distribuição de atividades será de Agendamentos SABI/SIBE.

Parágrafo único. Os usuários-peritos que estejam com designação em portaria para exercer atividades de supervisor técnico de Agência da Previdência Social - APS, conforme preconizado no Manual de Gestão SST, estão desobrigados da distribuição estipulada no inciso III.

Art. 10. O alcance da meta diária de desempenho estipulada para o usuário-perito equivale ao cumprimento de 1 (um) dia da jornada de trabalho semanal e terá codificação própria no Sistema de Frequência - SISREF, a ser criada pela Diretoria de Gestão de Pessoas e atribuída pelo Gestor de Atividade.

§1º Para fazer jus a um dia da jornada de trabalho semanal, o servidor deverá atingir a meta diária de 15 (quinze) pontos.

§2° Nos casos em que o usuário-perito tenha redução de jornada de trabalho com redução de remuneração, ficará estabelecido:

I - para jornada de 30 horas, a Meta Diária será 12 pontos; e

II - para jornada de 20 horas, a Meta Diária será 7,5 pontos.

§3° Nas hipóteses de impossibilidade de atendimento ou de realização de tarefas em razão de indisponibilidade ou inconsistência dos sistemas, o Usuário-perito deverá registrar, assim que possível, a eventualidade no sistema de mensuração de atividades. O Gestor de Atividade deverá avaliar a eventualidade e, se for o caso, considerará pontuação própria de acordo com a intermitência.

§4º Para fazer jus a um dia da jornada de trabalho, o Gestor de Atividade deverá exercer tarefa de gestão que equivale a 15 (quinze) pontos.

§5º Não caberá pagamento de adicional por prestação de serviço extraordinário ou de adicional noturno para o alcance das metas previamente estipuladas.

§6° A pontuação máxima a ser realizada por dia será de 19 (dezenove) pontos, podendo gerar um saldo diário de até 4 (quatro) pontos.

§7° O saldo poderá ser utilizado no mês do exercício e para compensação de débito do mês imediatamente anterior, vedada compensação futura.

§8° Caso o usuário-perito tenha débito de pontos e não consiga compensá-los até o final do mês subsequente, será realizada a conversão do total de pontos faltantes em dias ou fração de dias de trabalho, para efeito do que dispõe o art. 44, da Lei 8.112/90. O Sistema de Mensuração de Atividades encaminhará, mensalmente, às respectivas SOGP, relatório dos pontos dos usuários-peritos.

Art. 11. Os atendimentos BILD não contabilizam para a jornada de trabalho, haja vista que são atividades além da jornada ordinária, conforme Portaria Interministerial MDS/MF/MP nº 09, de 13 de janeiro de 2017.

Art. 12. A participação do usuário-perito no PGAMP não prejudica o exercício da atividade em Regime Especial de Atendimento em Turnos - REAT, preconizado na Resolução nº 336 /PRES/INSS, de 22 de agosto de 2013.

Parágrafo único. Nas unidades onde estejam exercendo REAT deverão ser ofertados agendamentos de 15 exames médicos periciais para 6 horas de atendimento ao público, conforme determina a Portaria Conjunta nº 08/PRES/DGP/DIRSAT/DIRAT/INSS, de 6 de março de 2012, observado ainda, o disposto no inciso I do art. 3° da Portaria MDS N° 93, de 11 de janeiro de 2018.

Seção IV

Do Desligamento do programa

Art. 13. O usuário-perito pode, a qualquer tempo, solicitar o seu desligamento do PGAMP, sendo que a eficácia do desligamento somente ocorrerá após 30 dias da solicitação, quando serão cessadas todas as atividades atribuídas.

Art. 14. O usuário-perito que não atender ao estabelecido nesta portaria, poderá ser desligado a qualquer tempo, por solicitação do Gestor de Atividade, sendo que seu desligamento será efetivado após 30 (trinta) dias da solicitação.

Art. 15. O usuário-perito que por determinação administrativa ou judicial for cedido a outro órgão será automaticamente desligado a partir da publicação do ato.

Art. 16. O usuário-perito que teve o seu desligamento efetivado, por qualquer motivo, não poderá retornar ao programa, salvo por autorização expressa do Ministro do Desenvolvimento Social. Excetuam-se os desligamentos por remoção ou posse em cargos comissionados para as Superintendências ou Administração Central.

Seção V

Da Execução dos Agendamentos

Art. 17. O fluxo de atendimento dos Benefícios por Incapacidade será iniciado com a perícia médica, independentemente de pendências.

Parágrafo único. Os agendamentos deverão ser obrigatoriamente cumpridos, não podendo ser substituídos por tarefas, exceto no caso de não comparecimento do segurado.

Art. 18. Os segurados agendados terão tolerância de 15 (quinze) minutos de atraso. Após o prazo de tolerância, seu agendamento será cancelado e não poderá ser entregue a senha para atendimento.

Parágrafo único. Em casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados, o segurado poderá solicitar a remarcação do agendamento com garantia da data de entrada do requerimento, conforme preconiza a Resolução n° 438 /PRES/INSS, de 3 de setembro de 2014.

Seção VI

Da Execução Das Tarefas

Art. 19. As tarefas serão atribuídas ao usuário-servidor por distribuição do Gestor de Atividade ou pelo Gestor Master, de acordo com os parâmetros definidos no art. 10.

§ 1º No caso de atraso na conclusão das tarefas designadas para o usuário-perito por período superior a 5 (cinco) dias, o Gestor de Atividade deverá redistribuí-las aos demais usuários.

§ 2º Quando o atraso na conclusão do trabalho decorrer de licenças, afastamentos ou concessões previstas em Lei, o gestor realizará a codificação correlata.

§3° O usuário-perito poderá cadastrar tarefa e executá-la, bem como caso haja tarefa atribuída para sua unidade, poderá selecioná-la, desde que atendido a quantidade máxima por dia.

§4° As unidades poderão receber tarefas de outras unidades, a serem distribuídas pelo Gestor Master, seja por meio digital ou físico.

Art. 20. As TAREFAS poderão ser executadas, caso haja autorização do Gestor de Atividade, fora das dependências do INSS, atendidas as disposições do Art.10 desta Portaria.

CAPÍTULO III

DOS DEVERES

Seção I

Dos Deveres Do Usuário-perito

Art. 21. Constitui dever do usuário-perito participante do PGAMP:

I - cumprir, no mínimo, a meta estabelecida no art. 10;

II - manter telefones de contato permanentemente atualizados e ativos;

III - consultar diariamente a caixa postal individual de correio eletrônico institucional;

IV - participar das atividades de orientação, capacitação e acompanhamento; e

V - guardar sigilo das informações contidas nos processos e nos demais documentos, sob pena de responsabilidade nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo único. As atividades deverão ser cumpridas individualmente pelo usuário-perito, sendo vedada a contribuição voluntária ou remunerada de terceiros, servidores ou não, para o cumprimento das metas estabelecidas.

Seção II

Dos Deveres Do Gestor de Atividade

Art. 22. São deveres do Gestor de Atividade:

I - dar ciência ao usuário-perito das metas estabelecidas para aquele tipo de trabalho;

II- acompanhar o trabalho do usuário-perito;

III - avaliar a qualidade do trabalho apresentado;

IV - aferir e monitorar o cumprimento das metas estabelecidas; e

V - registrar no SISREF a ocorrência pertinente nos períodos em que o servidor estiver no PGAMP.

CAPÍTULO IV

Dos Procedimentos De Segurança Da Informação

Art. 23. O usuário-perito deve adotar procedimentos de segurança da informação, incluindo, mas não se limitando a:

I - não conectar o equipamento utilizado para as atividades a redes sem fio não confiáveis ou sem a habilitação do protocolo de codificação seguro;

II - não compartilhar dados com outros dispositivos emparelhados ou conectados na mesma rede;

III - encerrar a sessão sempre que finalizar o trabalho ou interromper o serviço por tempo razoável;

IV - bloquear o acesso ao equipamento, enquanto estiver sem uso;

V - realizar cópia de segurança de informações corporativas que, porventura, sejam gravadas em dispositivo de armazenamento local; e

VI - preservar o acesso controlado às mídias de cópias de segurança e armazená-las em local protegido de furto ou perda.

CAPÍTULO V

DOS RESULTADOS

Do Relatório de Resultado

Art. 24. O relatório de resultado será composto por:

I - Indicador de Resultado PGAMP - IRP de todas as unidades, agrupados por Gerência Executiva, Superintendência Regional e Nacional;

II - Indicador de Qualidade PGAMP - IQP - de todas as unidades, agrupados por Gerência Executiva, Superintendência Regional e Nacional; e

III - Indicador de resultado do Programa de Revisão dos Benefícios por Incapacidade - IPRBI de todas as unidades, agrupados por Gerência Executiva, Superintendência Regional e Nacional.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. O relatório de resultado poderá conter notas explicativas ou outras informações quaisquer que o Comitê Gestor considerar relevantes.

Art. 25. Os relatórios de resultado serão elaborados a cada ciclo e enviados ao Ministério do Desenvolvimento Social até o décimo quinto dia útil após o término de cada um deles.

Parágrafo único. O último relatório de cada ano deverá conter todas as informações consolidadas.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Finais

Art. 26. Caso a adesão do usuário-perito ao PGAMP seja indeferida, caberá recurso no prazo de 30 (trinta) dias a contar da decisão respondida pelo correio eletrônico.

Parágrafo único. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará ao Comitê Gestor, que se manifestará no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 27. Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

OSMAR GASPARINI TERRA
Ministro de Estado do Desenvolvimento Social

FRANCISCO PAULO SOARES LOPES
Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social

Ministério do Meio Ambiente

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 14, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre a implementação da Política de Uso do Sistema CGU PJ, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, de seus órgãos e entidades vinculadas.

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Portaria n° 83, da Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente, de 14 de setembro de 2009, publicada no DOU de 15 de setembro de 2009 e na Portaria nº 1.196, de 23 maio de 2017, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, resolve:

Art. 1º. Implementar a Política de Uso do Sistema de Gestão de Procedimentos de Responsabilização de Entes Privados- CGU PJ, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, de seus órgãos e entidades vinculadas.

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 2º. A Política de Uso do Sistema CGU-PJ tem por objetivo estabelecer regras no âmbito do Ministério do Meio Ambiente - MMA, de seus órgãos e de suas entidades vinculadas, de uso no gerenciamento das informações relativas aos Processos Administrativos de Responsabilização (PAR) e às sanções que impliquem restrições ao direito de licitar ou contratar com a Administração, consoante o disposto na Portaria CGU n° 1.196, de 29 de maio de 2017 e na Portaria nº 1.389, de 26 de junho de 2017.

CAPÍTULO II

DOS RESPOSÁVEIS PELO SISTEMA CGU-PJ

Art. 3º. São responsáveis pelo Sistema CGU-PJ:

I - o Coordenador Ministerial;

II - os Coordenadores Adjuntos;

III - o Administrador Principal;

IV - os Usuários Cadastradores;

V - os Usuários Consulta.

Art. 4º. O Coordenador Ministerial, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, é o responsável por:

I - definir a Política de Uso do CGU-PJ;

II - fomentar o uso correto do CGU-PJ;

III - encaminhar ao Órgão Central a indicação do servidor ou empregado que será o Administrador Principal do CGU-PJ no âmbito do Ministério do Meio Ambiente;

IV - autorizar as inclusões e exclusões de usuários e suas funções no CGU-PJ;

V - autorizar o Administrador Principal a criar ou remover as contas para todos os usuários do CGU-PJ;

VI - responder as solicitações e questionamentos da Unidade Setorial.

Art. 5º. Os Coordenadores-Adjuntos, no âmbito de suas entidades vinculadas, são responsáveis por:

I - fomentar o uso correto do CGU-PJ, no âmbito do seu Órgão Cadastrador;

II - autorizar as inclusões e exclusões de usuários e suas funções no CGU-PJ, no âmbito do seu Órgão Cadastrador;

III - autorizar o usuário cadastrador a criar ou remover as contas dos usuários do CGU-PJ, no âmbito de seu Órgão Cadastrador;

IV - responder às solicitações e questionamentos do Coordenador Ministerial.

Art. 6º. O Administrador Principal é o responsável por:

I - cadastrar e descadastrar todos os usuários do CGU-PJ, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, respeitadas as atribuições do Coordenador Ministerial;

II - conceder o perfil adequado às funções a serem exercidas pelos usuários no CGU-PJ;

III - zelar pela integridade das contas cadastradas no CGU-PJ;

IV - auxiliar o Coordenador Ministerial na gestão das solicitações efetuadas no CGU-PJ;

V - informar o Coordenador Ministerial sobre eventuais ocorrências que dificultem ou impossibilitem o acesso de usuário ao CGU-PJ;

Art. 7º. Os Usuários Cadastradores são responsáveis por:

I - cadastrar e descadastrar os usuários do CGU-PJ, no âmbito de seu Órgão Cadastrador, respeitadas as atribuições do Coordenador Adjunto;

II - manter atualizadas as informações inseridas no CGU-PJ.

Art. 8º. Os Usuários Consulta são responsáveis por visualizar as informações sobre os processos de sanções no CGU-PJ, no âmbito de seu Órgão Cadastrador.

DO REGISTRO DE INFORMAÇÕES

Art. 9º. São obrigatoriamente registradas no Sistema CGU-PJ as informações abaixo, relativas a Processos Administrativos de Responsabilização, instaurados nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2016, e a Investigações Preliminares - IP, instaurados nos termos Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015:

I - instauração;

II - indiciamento, quando for o caso;

III - encaminhamento do processo para julgamento;

IV - julgamento;

V - eventuais anulações;

VI - eventuais reabilitações e registros de pagamento de multas;

VII - eventual interposição de recurso e respectiva decisão;

VIII - eventual instauração de revisão do processo e respectiva decisão; e

IX - eventual avocação pela CGU.

Art. 10º. São obrigatoriamente registradas no Sistema CGU-PJ as informações abaixo, relativas a penalidades aplicadas a pessoas físicas ou jurídicas que impliquem restrição ao direito de contratar ou licitar com a Administração Pública, em atenção ao artigo 23, da Lei nº 12.846/2013:

I - decisão sancionadora; e

II - decisões de natureza administrativa ou judicial que impliquem alterações nos efeitos da sanção mencionada no inciso I.

Art. 11º. Os registros de informação no CGU-PJ deverão ocorrer em até:

I - 5 (cinco) dias após a aplicação, quando relativos às sanções que impliquem restrição ao direito de licitar ou contratar com a Administração Pública;

II - 30 (trinta) dias, quando relativos a juízo de admissibilidade, instauração ou encaminhamento para julgamento de PAR ou IP; e

III - 5 (cinco) dias, quando relativos a julgamentos ou outras decisões que impliquem alterações nas sanções aplicadas no âmbito de PAR ou IP.

Art. 12º. Para o cumprimento dos prazos previstos no Art. 4º, a autoridade que praticar ou que tomar ciência dos atos revistos nos artigos 2º e 3º deverá remeter informações suficientes ao seu registro para a Corregedoria Seccional, no prazo de 15 (quinze) dias quando da instauração de novo procedimento, e de 2 (dois) dias nos demais casos.

CAPÍTULO III

DO ACESSO

Art. 13º. Compete ao Coordenador do Sistema CGU-PJ, no âmbito MMA, definir os servidores que terão permissão de acesso ao Sistema e ao seu ambiente de treinamento no perfil de Administrador, bem como os respectivos níveis hierárquicos de acesso.

Parágrafo único. No caso dos órgãos e entidades vinculadas, a definição dos servidores que terão acesso ao Sistema ficará a cargo dos respectivos Coordenadores Adjuntos.

Art. 14º. Os servidores que compõem a Corregedoria Seccional do MMA terão permissão de acesso ao Sistema CGU-PJ no perfil usuário cadastrador, com nível hierárquico máximo de acesso.

Art. 15º. Aos servidores com permissão de acesso ao Sistema CGU-PJ, nos perfis usuário cadastrador ou usuário consulta, será conferida permissão de acesso ao ambiente de treinamento do Sistema CGU-PJ.

Parágrafo único. O nível hierárquico concedido ao servidor poderá ser alterado mediante solicitação do mesmo, com aprovação do Coordenador do Sistema.

Art. 16º. Não será concedida permissão de acesso ao Sistema CGU-PJ para funcionários terceirizados, contratados temporariamente ou estagiários.

CAPÍTULO IV

DA HABILITAÇÃO DE ACESSO

Art. 17º. As solicitações de acesso ao Sistema se darão por meio de formulário eletrônico de habilitação a ser encaminhado ao Administrador do Sistema CGU-PJ no âmbito do MMA, dos seus órgãos e entidades vinculadas.

Art. 18º. A concessão de acesso ao Sistema CGU-PJ e a seu ambiente de treinamento necessita de prévia autorização do Coordenador do Sistema CGU-PJ e da chefia imediata do servidor solicitante.

§ 1º. É facultada ao Coordenador do Sistema CGU-PJ a imposição de restrição de acesso ao sistema.

§ 2º. O Coordenado do Sistema CGU-PJ avaliará, quando do pedido de acesso, o perfil de usuário e o nível hierárquico solicitados.

§ 3º. É obrigatório, por parte dos dirigentes de cada unidade, a imediata comunicação por escrito ao Administrador Principal do Sistema CGU-PJ acerca do afastamento, desligamento, aposentadoria ou movimentação de usuários lotados em seus setores, para fins de bloqueio de acesso ao sistema.

§ 4º. O mesmo será estendido a usuários que respondam a procedimento disciplinar.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19º. A utilização do CGU-PJ deverá observar, além do Termo de Uso, os Materiais de Apoio divulgados no Portal do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

Art. 20º. Os servidores que tiverem acesso às informações registradas no Sistema, ou que delas façam uso, deverão zelar pela sua integridade e confidencialidade.

Art. 21º. O descumprimento das disposições da Portaria CGU n° 1.196/2017, da Portaria nº 1.389/2017, desta Política de Uso ou dos manuais do Sistema CGU-PJ, sujeitará os responsáveis às sanções previstas em lei.

Art. 22º. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação da presente Política de Uso serão dirimidos pelo Coordenador do Sistema CGU-PJ no âmbito do MMA.

Art. 23º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU MENDES DO CARMO

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeada pelo Decreto de 2 de junho de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 3 de junho de 2016, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso V do art. 23 do Anexo I do Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2017, e o inciso VI do art. 130 do Regimento Interno do Ibama, aprovado pela Portaria nº 14, de 29 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2017;

Considerando o art. 225 da Constituição Federal de 1998, que adota os princípios da prevenção e da precaução;

Considerando a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, que fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas comuns relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora;

Considerando a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que tem por objetivo a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana;

Considerando a Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, que confere o poder de polícia ambiental ao Ibama;

Considerando a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008;

Considerando a possibilidade da aplicação de medidas cautelares pelo agente autuante, no uso do seu poder de polícia, conforme previsto no art. 101 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008;

Considerando o disposto na Instrução Normativa nº 10, de 7 de dezembro de 2012, que regula os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a imposição das sanções, a defesa, o sistema recursal e a cobrança de multas no âmbito do Ibama;

Considerando o disposto na Instrução Normativa nº 19, de 19 de dezembro de 2014, que estabelece as diretrizes e procedimentos sobre os bens apreendidos pelo Ibama;

Considerando o disposto na Portaria nº 24, de 16 de agosto de 2016, que instituiu o Regulamento Interno da Fiscalização;

Considerando o disposto na Portaria nº 23, de 16 de agosto de 2016, que aprovou o Manual de Fiscalização Ambiental: Doutrina de Inteligência;

Considerando o entendimento estabelecido na Orientação Jurídica Normativa nº 19/2010 da Procuradoria Federal Especializada junto ao Ibama, que trata da apreensão e do perdimento de veículos/embarcações;

Considerando a necessidade de estabelecer diretrizes visando resguardar a segurança dos servidores, instalações, veículos e equipamentos da autarquia, no âmbito das ações de fiscalização ambiental;

Considerando a necessidade de estabelecer diretrizes e procedimentos para adoção das medidas de destruição ou inutilização de produtos, subprodutos ou instrumentos utilizados na prática da infração ambiental, bem como a lavratura dos respectivos termos, e;

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 02001.126577/2017-12; resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Estabelecer os procedimentos para a aplicação da medida cautelar de destruição ou inutilização de produtos, subprodutos ou instrumentos utilizados na prática da infração ambiental, no âmbito das ações de fiscalização ambiental, previstas no art. 111 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I - Agente autuante: servidor do Ibama designado para as atividades de fiscalização ambiental, responsável pela lavratura de autos de infração de qualquer natureza no âmbito da Autarquia;

II - análise de risco: estudo técnico que objetiva detectar e analisar os possíveis riscos e ameaças à instituição, seja aos servidores, seja às instalações, aos veículos e equipamentos, considerando o meio ambiente do trabalho e a ação de terceiros, bem como visa propor medidas preventivas.

III - atividade de contrainteligência: ramo da atividade da inteligência que se destina a produzir conhecimentos relativos à prevenção, detecção, obstrução e neutralização de ações adversas à execução das políticas públicas de meio ambiente, aos conhecimentos sensíveis custodiados pelo Ibama, à integridade dos servidores e à imagem institucional;

IV - dano ambiental: a alteração adversa das características do meio ambiente resultante de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota e o meio físico;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos, e que exige a adoção de medidas concretas que visem a recuperação ambiental;

V - petrecho: instrumento utilizado na prática de infração ambiental, como, por exemplo, petrechos de pesca (anzóis, arpões, redes, molinetes, fisgas, aparelhos de respiração artificial, entre outros); petrechos para desflorestamento (correntes, machados, facões, serras, motosserras, entre outros); petrechos para a captura e manutenção de animais da fauna silvestre (alçapões, gaiolas, apitos, armadilhas, estilingues, armas, transportadores, entre outros) etc.;

VI - produto, subproduto ou instrumento utilizado na prática de infração ambiental: bem, objeto, maquinário (incluídos tratores e outras máquinas pesadas), aparelho, petrecho, equipamento, veículo, embarcação, aeronave etc., que propiciem, possibilitem, facilitem, levem a efeito ou deem causa à prática da infração ambiental, tenham ou não sido alterados em suas características para essa finalidade, sejam de fabricação ou uso lícito ou ilícito;

VII - Termo de Destruição ou Inutilização: documento destinado a formalizar a destruição ou inutilização de produtos, subprodutos ou instrumentos apreendidos, utilizados no cometimento das infrações ambientais, visando prevenir a ocorrência de novas infrações, resguardar a recuperação ambiental e garantir o resultado prático do processo administrativo; e

VIII - veículo de qualquer natureza: instrumento utilizado na prática de infração ambiental, que tenha ou não sido fabricado ou alterado em suas características para essa finalidade, que possibilite o transporte humano, animal ou de carga, por via terrestre, aquática ou aérea.

Art. 3º A aplicação da medida de destruição ou inutilização de produtos, subprodutos ou instrumentos utilizados na prática da infração ambiental, no âmbito das ações de fiscalização ambiental, deverá ser precedida de anuência do Coordenador-Geral de Fiscalização Ambiental (CGFIS).

§ 1º Para subsidiar a tomada de decisão quanto à aplicação da medida prevista no caput, a CGFIS deverá se valer da ferramenta de análise de risco, conforme metodologia a ser definida pela Instituição em Procedimento Operacional Padrão (POP).

§ 2º A análise de risco deverá conter descrição minuciosa sobre o palco operacional, abordando as questões sobre possíveis riscos aos agentes, veículos, instalações e demais equipamentos durante e após a ação fiscalizatória, bem como repercussão negativa à imagem institucional.

§ 3º Para a correta aplicação da ferramenta de análise de risco, a Coordenação de Operações de Fiscalização e/ou as divisões técnico-ambientais nos estados deverão encaminhar o respectivo plano operacional e solicitar a elaboração da análise à CGFIS, conforme metodologia prevista no POP.

§ 4º A análise de risco deverá ser parte integrante do Plano Operacional da ação fiscalizatória.

§ 5º Em casos excepcionais e devidamente justificados, a CGFIS poderá autorizar a medida de destruição ou inutilização de produtos, subprodutos ou instrumentos, dispensando a elaboração da análise de riscos.

§ 6º Nos casos onde for constatada pela equipe de fiscalização, durante a ação fiscalizatória, a necessidade da aplicação da medida prevista no caput, e inexistindo a possibilidade de comunicação com a CGFIS para obtenção de anuência prévia, poderá o Coordenador Operacional autorizar excepcionalmente a destruição/inutilização, sem observar o previsto neste artigo, devendo atender todos os demais procedimentos previstos na presente Instrução Normativa.

Art. 4º Os produtos, inclusive madeiras, subprodutos e instrumentos utilizados na prática da infração ambiental, no âmbito das ações de fiscalização ambiental, poderão ser destruídos ou inutilizados quando:

I - a medida for necessária para evitar o seu uso e aproveitamento indevidos nas situações em que o transporte e a guarda forem inviáveis em face das circunstâncias; ou

II - possam expor o meio ambiente a riscos significativos ou comprometer a segurança da população e dos agentes públicos envolvidos na fiscalização.

1º § A destruição prevista neste artigo será realizada prioritariamente quando os danos ambientais correlacionados ocorrerem em áreas protegidas como unidades de conservação ou terras indígenas, bem como na impossibilidade de identificação dos responsáveis.

Art. 5º Os produtos, subprodutos e instrumentos utilizados na prática da infração ambiental deverão ser apreendidos em formulário próprio com a posterior lavratura do respectivo Termo de Destruição ou Inutilização, contendo a descrição detalhada dos bens e seus valores.

§ 1º A motivação da destruição ou inutilização será atestada nos autos, por meio de um laudo técnico de constatação e registro fotográfico, elaborado por ao menos dois servidores do Ibama, sendo um deles um analista ambiental designado para a função de agente ambiental federal.

§ 2º A destruição ou inutilização deve ser considerada medida excepcional.

§ 3º O laudo técnico de constatação deverá ser emitido no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da aplicação da medida de destruição ou inutilização, salvo impossibilidade justificada.

Art. 6º Para a realização da destruição ou inutilização, o agente autuante deverá adotar todas as medidas necessárias para evitar ou minimizar possíveis danos ambientais, bem como utilizar técnicas e instrumentos de menor potencial lesivo ao meio ambiente.

Parágrafo único. Os métodos e técnicas utilizados para a medida de destruição ou inutilização deverão ser efetuadas de modo a garantir a segurança dos agentes autuantes e dos veículos e equipamentos institucionais.

Art. 7º A autoridade julgadora deverá julgar a medida de destruição ou inutilização, cujo Termo de Destruição ou Inutilização será autuado em processo administrativo próprio, em conformidade com a Instrução Normativa nº 10/2012.

Parágrafo único. Caso a autoridade julgadora decida, em última instância, por não confirmar a medida de destruição ou inutilização, o Ibama deverá ressarcir ao autuado o valor correspondente aos bens previstos no respectivo termo, em consonância ao disposto no art. 105 do Decreto nº 6.514/2008 e na Instrução Normativa nº 19/2014.

Art. 8º A CGFIS elaborará o POP específico para utilização da ferramenta de análise de risco e outro para a execução da medida de destruição ou inutilização de produtos, subprodutos ou instrumentos, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Instrução Normativa.

Art. 9º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

SUELY ARAÚJO

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 16, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre a execução das programações incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual de execução obrigatória.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO E O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhes conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, com fundamento no art. 5º, inciso I, alínea "d", e art. 53, inciso VII, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto nos arts. 58 a 62, e 65, da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, resolvem:

Art. 1º Esta Portaria estabelece os procedimentos em relação às programações incluídas ou acrescidas na Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, Lei Orçamentária Anual de 2018 - LOA-2018, por meio de emendas de bancada estadual de execução obrigatória com identificador de resultado primário 7 - RP 7.

Parágrafo único. Os procedimentos de que tratam o caput se referem a impedimentos de ordem técnica e aqueles que deverão ser adotados quando das revisões de receitas e despesas primárias exigidas pelo art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 - LDO-2018.

Art. 2º São considerados impedimentos de ordem técnica para o empenho da despesa relativa às emendas de que trata esta Portaria:

I - ausência de projeto de engenharia aprovado pelo órgão setorial responsável pela programação;

II - ausência de licença ambiental prévia, nos casos em que for necessária;

III - não comprovação, por parte de Estados, Distrito Federal ou Municípios que fiquem a cargo do empreendimento após sua conclusão, da capacidade de aportar recursos para sua operação e manutenção;

IV - não comprovação de que os recursos alocados são suficientes para conclusão do empreendimento ou de etapa útil com funcionalidade que permita o imediato usufruto dos benefícios pela sociedade;

V - incompatibilidade com a política pública setorial aprovada no âmbito do órgão setorial responsável pela programação;

VI - incompatibilidade do objeto da despesa com os atributos da ação orçamentária e respectivo subtítulo, no âmbito do órgão setorial responsável pela programação; e

VII - impedimentos de qualquer natureza que sejam insuperáveis ou cujo prazo para superação inviabilize o empenho dentro do exercício financeiro.

Parágrafo único. Os impedimentos a que se refere o inciso VII deste artigo deverão ser ratificados pela Consultoria Jurídica do órgão setorial responsável pela programação.

Art. 3º Durante o exercício, sendo identificado impedimento de ordem técnica, correspondente aos incisos do art. 2º, os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, cujas Unidades Orçamentárias tenham sido contempladas com emendas a que se refere o art. 1º, deverão adotar providências perante a bancada autora da emenda, para fins de indicação de remanejamento da dotação.

Art. 4º As indicações de remanejamento encaminhadas pelas bancadas autoras das emendas aos órgãos setoriais deverão informar a programação de destino em seu menor nível para fins de análise e inclusão de proposta de alteração orçamentária no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, obedecidos os prazos estabelecidos para solicitação de alterações orçamentárias vigentes no exercício.

Parágrafo único. As programações de destino a que se refere o caput não devem ser caracterizadas por impedimento de ordem técnica para empenho nos termos do art. 2º.

Art. 5º O órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal informará à Secretaria de Governo da Presidência da República - SEGOV/PR, para fins de controle administrativo, quando do encaminhamento de alterações orçamentárias que contemplem programações marcadas com RP 7.

Art. 6º As dotações orçamentárias relativas às programações a que se refere o art. 1º com impedimento de ordem técnica para o empenho não estarão sujeitas à execução obrigatória, enquanto não superados os impedimentos, consoante ao art. 60 da Lei nº 13.473, de 2017.

Art. 7º As programações de que trata o art. 1º, com impedimento técnico para execução, poderão ser canceladas para abertura de crédito suplementares desde que compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário fixada na lei de diretrizes orçamentárias e com os limites de despesas primárias, e seja observado o disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000, e, cumulativamente:

I - houver solicitação ou concordância do autor da emenda ou indicação do Poder Legislativo;

II - suplementar programação constante na Lei nº 13.587, de 2018, no mesmo RP, que tenha sido incluída ou tenha sofrido acréscimo em decorrência de emenda apresentada pelo autor referido no inciso I deste parágrafo; e

III - for preservado o montante de recursos orçamentários destinados a ações e serviços públicos de saúde.

Art. 8º A cada divulgação do relatório de avaliação de receitas e despesas primárias, a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - SOF/MP realizará o bloqueio para empenho, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, do montante a ser limitado nas programações a que se refere o art. 1º, observado o disposto no § 3º do art. 59 da Lei nº 13.473, de 2017.

§ 1º A limitação do montante de que trata o caput será distribuída conforme indicação da bancada estadual autora das emendas, observada a disponibilidade orçamentária de forma equitativa entre Estados e o Distrito Federal.

§ 2º Após a divulgação de cada relatório de avaliação de receitas e despesas primárias a SOF/MP encaminhará à SEGOV/PR, em até 5 (cinco) dias, detalhamento dos valores disponíveis por bancada estadual, respeitado o disposto no § 1º.

§ 3º A SEGOV/PR consultará as bancadas estaduais sobre a distribuição dos montantes a serem bloqueados entre as programações de autoria da mesma bancada e encaminhará ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para fins de efetivação da distribuição dos limites em até 10 (dez) dias após o recebimento do detalhamento descrito no § 2º.

§ 4º Enquanto não recebida a indicação de que trata os §§ 1º e 3º, e apenas para o primeiro relatório de avaliação de receitas e despesas primárias, a SOF/MP, por meio do SIOP, manterá o bloqueio total das dotações orçamentárias sujeitas aos valores estabelecidos no decreto de limitação e empenho editado em atendimento ao disposto nos §§ 3º, 5º e 6º do art. 56 da Lei nº 13.473, de 2017.

§ 5º A partir do segundo relatório de avaliação de receitas e despesas primárias, caso o prazo estabelecido no § 3º não seja cumprido, a SOF/MP efetivará, em até 10 (dez) dias, os novos limites orçamentários disponíveis, no SIOP, respeitada a proporcionalidade da última indicação de cada bancada estadual.

§ 6º As bancadas estaduais, em resposta à consulta estabelecida no § 3º, deverão observar os valores executados em suas respectivas programações, com o objetivo de evitar inconsistências nos saldos orçamentários correlatos, decorrentes da distribuição de montantes a serem indicados.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA
Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

CARLOS MARUN
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 17, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista os arts. 1º e 7º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015, o art. 4º do Decreto nº 8.541, de 13 de outubro de 2015, e os arts. 4º-A e 9º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da publicação desta Portaria, a realização de novas contratações relacionadas a:

I - aquisição de imóveis;

II - locação de imóveis;

III - aquisição de veículos de representação, de transporte institucional e de serviços comuns, conforme disposto nos arts. 3º, 5º e 6º do Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008;

IV - locação de veículos; e

V - locação de máquinas e equipamentos.

§ 1º A suspensão prevista no caput não se aplica quando se tratar de:

I - imóveis destinados à reforma agrária e aqueles administrados pelo Ministério da Defesa ou pelos Comandos da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica;

II - aquisição de veículos de representação para uso exclusivo do Presidente e do Vice-Presidente da República;

III - prorrogação contratual e/ou substituição contratual, em relação aos incisos II, IV e V do caput; e

IV - despesas relacionadas aos censos demográfico e agropecuário e a ações de defesa civil.

§ 2º Considerando os aspectos de relevância e urgência, excepcionalidades pontuais quanto à suspensão prevista nos incisos IV e V do caput poderão ser autorizadas por ato fundamentado da autoridade máxima do órgão, permitida a subdelegação.

Art. 2º Os pleitos referentes à autorização para aquisição e locação de imóveis e aquisição de veículos deverão ser encaminhados pela Secretaria-Executiva do respectivo Ministério à Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, acompanhados de justificativas fundamentadas quanto à projeção de gasto até o término do exercício e dos aspectos de economicidade, relevância e urgência, até o dia 30 de novembro de cada ano.

§ 1º Com vistas a subsidiar a análise dos pleitos, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão poderá solicitar informações complementares aos órgãos requerentes.

§ 2º Os pleitos que envolverem dúvidas de natureza jurídica deverão ser acompanhados de manifestação da unidade de assessoramento jurídico do órgão ou entidade solicitante.

§ 3º Após análise e manifestação, caberá, se for o caso, à:

I - Secretaria do Patrimônio da União - SPU autorizar, mediante Portaria, a locação e/ou a aquisição de imóveis, de que tratam os incisos I e II do art. 1º; e

II - Secretaria de Gestão - SEGES autorizar, mediante Portaria, a aquisição de veículos, de que trata o inciso III do art. 1º.

Art. 3º Fica vedada a realização de despesa para contratação, prorrogação contratual e/ou substituição contratual relativas a sistemas informatizados de controle e movimentação de processos administrativos eletrônicos diferente daquele disponibilizado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

O Presidente da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Parágrafo Único do art. 7º do Decreto n° 9.075, de 6 de junho de 2017, bem como pelo art. 9º da Resolução nº 1, de 18 de janeiro de 2018, resolve:

Com relação à Recomendação nº 08/0121, de 28 de abril de 2017, referente ao "Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí", de interesse do Estado do Piauí, alterar o nome para "Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí - PRODAF", sem prejuízo dos termos da referida Recomendação.

JORGE SABA ARBACHE FILHO
Secretário Executivo

ESTEVES PEDRO COLNAGO JÚNIOR
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 1.428, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

Estabelece procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias, no exercício de 2018, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, no uso das atribuições estabelecidas no art. 9º, inciso II, do Anexo I do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, e tendo em vista, especialmente, o disposto nos arts. 43, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 53, 54, 57, § 2º, e 108 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, no art. 4º da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, e no art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:

CAPÍTULO I

DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º As alterações orçamentárias relativas aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, inclusive no que concerne a fonte de recursos, a modalidade de aplicação, a identificadores de uso (IU) e de resultado primário (RP), bem como a esfera orçamentária e codificação orçamentária, serão regidas no corrente exercício financeiro pelos procedimentos contidos na presente Portaria.

Parágrafo único. Para fins desta Portaria:

I - não se considera como alteração orçamentária a modificação das denominações das classificações orçamentárias autorizada no art. 43, § 1º, inciso III, alínea "b", da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 - LDO-2018, devendo a sua solicitação observar o mesmo procedimento previsto no § 1º do art. 9º desta Portaria;

II - considera-se como alteração orçamentária a modificação do identificador de doação e de operação de crédito e o remanejamento entre Planos Orçamentários - POs, inclusive quando envolver a criação de novo PO;

III - nas referências ao Ministério Público da União - MPU considera-se incluído o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

IV - considera-se órgão setorial aquele integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal - SPOF, ou equivalente; e

V - os limites de suplementação e de anulação de dotações orçamentárias constantes do art. 4º da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, Lei Orçamentária de 2018 - LOA-2018, devem ser calculados em relação aos valores e classificações inicialmente fixados nessa Lei.

Art. 2º Ao encaminhar solicitação de alterações orçamentárias que envolvam emendas individuais ou de bancada estadual, classificadas com os identificadores de resultado primário (RP) "6" e "7", respectivamente, o órgão setorial do SPOF, ou equivalente, atesta terem sido observadas todas as exigências previstas na legislação vigente para as alterações pretendidas, especialmente as dos incisos I e III do § 6º do art. 4º da LOA-2018.

Parágrafo único. A documentação comprobatória do cumprimento das exigências de que trata o caput deverá ser incluída no pedido registrado no SIOP e ficar arquivada na respectiva Unidade Orçamentária - UO ou no órgão setorial do SPOF, ou equivalente, para fins de verificação pelos órgãos de controle interno e externo.

Art. 3º As alterações orçamentárias no exercício de 2018 não poderão implicar modificação dos limites individualizados de despesas primárias de que trata o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Parágrafo único. Para fins de observância do disposto no caput, fica vedada a anulação das seguintes despesas relacionadas no § 6º do art. 107 do ADCT para suplementação de despesas primárias que compõem os limites individualizados:

I - transferências constitucionais estabelecidas no § 1º do art. 20, no inciso III do parágrafo único do art. 146, no § 5º do art. 153, no art. 157, nos incisos I e II do art. 158, no art. 159 e no § 6º do art. 212, as despesas referentes ao inciso XIV do caput do art. 21, todos da Constituição, e as complementações de que tratam os incisos V e VII do caput do art. 60 do ADCT;

II - créditos extraordinários a que se refere o § 3º do art. 167 da Constituição;

III - despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições; e

IV - despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes.

Seção II

Dos Tipos de Alterações Orçamentárias

Art. 4º A UO indicará o tipo de alteração orçamentária solicitada, de acordo com a "Tabela de Tipos de Alterações Orçamentárias", constante do Anexo desta Portaria, e o respectivo fundamento legal, cabendo ao órgão setorial correspondente verificar a exatidão dessas informações.

Art. 5º Cada solicitação deverá restringir-se a uma única espécie de crédito adicional, conforme definido no art. 41 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto nos arts. 13 e 14 desta Portaria.

Seção III

Das Solicitações de Alterações Orçamentárias

Art. 6º As solicitações de alterações orçamentárias deverão ter início na UO interessada, mediante acesso on-line ao Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, exceto para as modalidades de aplicação de dotações classificadas com RP diferente de "6" ("RP 6"), e serão encaminhadas ao órgão setorial correspondente.

§ 1º As informações prestadas pelas UOs serão analisadas pelo órgão setorial referido no caput, que procederá à avaliação da necessidade dos créditos solicitados e do oferecimento de recursos compensatórios, manifestando-se, nas áreas de sua competência, sobre a validade dos pleitos, manifestação essa que será parte integrante das solicitações iniciadas nas UOs.

§ 2º Todas as alterações orçamentárias que envolverem "RP 6" deverão ser realizadas por meio do Módulo do Orçamento Impositivo do SIOP.

Art. 7º Os órgãos setoriais encaminharão à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - SOF/MP, mediante acesso on-line ao SIOP, as solicitações de créditos suplementares e especiais de suas unidades, observadas as disposições desta Portaria, nos seguintes períodos:

I - referente a créditos dependentes de autorização legislativa:

a) para as despesas discricionárias, classificadas com RP 2, RP 3 ou RP 7:

1. de 22 de março a 5 de abril;
2. de 22 de maio a 5 de junho; ou
3. de 27 de agosto a 10 de setembro;

b) para despesas obrigatórias e financeiras, classificadas com RP 1 e RP 0:

1. de 5 a 9 de março;
2. de 3 a 10 de maio; ou
3. de 27 de agosto a 10 de setembro;

c) para alterações de emendas individuais, classificadas com RP 6, de 1º a 10 de setembro.

II - referente a créditos autorizados na LOA-2018:

a) para as despesas discricionárias, classificadas com RP 2, RP 3 ou RP 7:

1. de 22 de março a 5 de abril;
2. de 22 de maio a 5 de junho; ou
3. de 16 a 30 de outubro;

b) para despesas obrigatórias e financeiras, classificadas com RP 1 e RP 0:

1. de 5 a 9 de março;
2. de 3 a 10 de maio;
3. de 27 de agosto a 10 de setembro;
4. de 29 de outubro a 10 de novembro; ou
5. de 3 a 10 de dezembro, somente para as alterações previstas no incisos I, alíneas "a" e "b", II e III, alíneas "c" e "f", do caput do art. 4º da LOA-2018, de que tratam os tipos 101a, 101b, 102a, 102b, 102c, 102d, 102e, 103c e 103i constantes do Anexo desta portaria;

c) para alterações de emendas individuais, classificadas com RP 6:

1. de 2 a 30 de abril, somente para remanejamento entre grupo de natureza de despesa no âmbito da mesma emenda individual;
2. de 11 a 22 de junho, somente para remanejamento entre grupo de natureza de despesa no âmbito da mesma emenda individual;
3. de 1º a 10 de setembro;
4. de 16 a 30 de outubro; ou
5. de 26 a 30 de novembro.

§ 1º Para o atendimento deste artigo, os órgãos setoriais poderão estabelecer prazos para as suas UOs subordinadas ou vinculadas elaborarem as respectivas solicitações de crédito.

§ 2º Os órgãos setoriais que possuam sistemas próprios de gestão de alterações orçamentárias deverão enviar diariamente, por meio de serviços disponibilizados na internet pela SOF/MP, o conjunto de solicitações de alterações orçamentárias criado ou alterado no dia.

§ 3º Não se aplicam às solicitações de abertura de créditos extraordinários os prazos previstos neste artigo.

Art. 8º Deverão ser encaminhadas, até 10 de dezembro, as solicitações de alterações relativas a:

I - esfera orçamentária;

II - fonte de recurso (Fte);

III - identificador de uso (IU);

IV - identificador de doação e de operação de crédito (IDOC);

V - identificador de resultado primário (RP), exceto "RP 6" e "RP 7", que não poderão ser alterados; e

VI - ajuste na denominação das classificações orçamentárias.

Art. 9º As solicitações de alterações orçamentárias serão efetuadas por categoria de programação em seu menor nível, na forma definida no art. 4º, caput, inciso I, da LDO-2018, especificando, para cada uma, a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a fonte de recurso, a modalidade de aplicação, os identificadores de uso e de resultado primário e o PO, quando for o caso.

§ 1º Nos tipos de alterações orçamentárias 200 e 500, de que trata a Tabela referida no art. 4º desta Portaria, caso existam projetos, atividades, operações especiais ou subtítulos novos, o interessado deverá proceder ao seu cadastramento prévio de acordo com as instruções constantes do SIOP.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 2º As alterações orçamentárias não poderão conter suplementação na modalidade de aplicação "99 - A Definir", exceto quando for anulada essa mesma modalidade e os tipos constantes do Anexo desta Portaria forem 600, 601, 602, 700a, 700b, 710, 910, 911 ou 920.

§ 3º Aplica-se o procedimento previsto no § 1º deste artigo à criação de PO, independentemente do tipo de alteração orçamentária.

§ 4º Adicionalmente às informações a que se refere o caput deste artigo, deverá ser informado o identificador da emenda individual ou de bancada estadual, quando envolver RP 6 ou RP 7.

Art. 10. As solicitações de créditos à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de receitas próprias ou vinculadas, do Tesouro Nacional e de Outras Fontes, serão acompanhadas das reestimativas das receitas elaboradas no SIOP com base na arrecadação registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI e na tendência do exercício.

Art. 11. Quando se tratar de créditos adicionais à conta de recursos provenientes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, as solicitações deverão observar os valores divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda - STN/MF, a classificação por fonte de recursos estabelecida na Portaria SOF nº 1, de 19 de fevereiro de 2001, e alterações posteriores, assim como as vinculações das receitas que deram origem a esse superávit, em atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Art. 12. As metas relativas às programações incluídas por meio de créditos especiais deverão ser informadas a cada solicitação desses créditos, sendo facultado nos demais casos.

Art. 13. As solicitações de créditos adicionais relativas:

I - a pessoal e encargos sociais, inclusive Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor, a benefícios aos servidores, empregados e/ou dependentes e a indenizações, benefícios e pensões indenizatórias decorrentes de legislação especial e/ou de decisões judiciais, deverão ser encaminhadas em um único pedido de crédito do SIOP, para cada órgão e cada tipo de crédito constante da Tabela referida no art. 4º desta Portaria; e

II - a sentenças judiciais transitadas em julgado de empresas públicas dependentes observarão, além das disposições desta Portaria, as normas e os procedimentos contidos na Portaria SOF nº 1, de 11 de janeiro de 2010.

Parágrafo único. O remanejamento de eventuais disponibilidades de dotações orçamentárias, classificadas como despesas obrigatórias, relativas aos benefícios de que trata o inciso I do caput deste artigo para o atendimento de outras despesas, inclusive da própria unidade orçamentária, somente poderá ocorrer se, comprovadamente, não houver necessidade de suplementação das referidas dotações de outras unidades orçamentárias, respectivamente, do Poder Executivo ou de cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da Defensoria Pública da União - DPU, em atendimento ao disposto no art. 108 da LDO-2018.

Art. 14. O encaminhamento das solicitações de créditos adicionais destinados ao pagamento de despesas decorrentes de liminares em mandado de segurança, cautelares ou antecipações de tutela, observado o disposto na Portaria SOF nº 4, de 19 de maio de 2000, fica condicionado ao atestado da Consultoria Jurídica do respectivo Ministério supervisor quanto à força executória da ordem judicial, mediante Parecer exarado nos autos do Processo, em conformidade com o art. 4º do Decreto nº 2.839, de 6 de novembro de 1998.

Art. 15. As solicitações de alterações orçamentárias deverão obedecer à forma e ao detalhamento estabelecidos na LOA-2018, além da informação do PO, e quando couber, e do identificador de emenda individual ou de bancada estadual.

§ 1º A solicitação de remanejamento de PO, inclusive sua criação, quando for o caso, poderá ser efetuada a qualquer tempo mediante a utilização do tipo de alteração orçamentária 911, constante da Tabela referida no art. 4º desta Portaria.

§ 2º as solicitações de alterações dos planos orçamentários das ações 212B, 218I, 218J, 218K, 0181, 00QD e 09HB, serão analisados e processadas pela SOF:

I - a partir do primeiro dia útil subsequente a cada um dos prazos definidos na alínea "b" do inciso II do art. 7º desta Portaria; ou

II - no período subsequente, quando as solicitações forem encaminhadas após cada um dos períodos estabelecidos no inciso I.

§ 3º O remanejamento de PO não poderá implicar alteração de qualquer classificação orçamentária ou valor constante da LOA-2018.

Subseção I

Das Justificativas

Art. 16. As solicitações de créditos adicionais deverão conter exposição circunstanciada que as justifiquem, indicando:

I - necessidade da alteração;

II - a causa da demanda;

III - as formas de financiamento do crédito e a adequação da proposta à meta resultado primário vigente, sem prejuízo da observância do disposto no art. 36 desta Portaria;

IV - a verificação das fontes de recursos e dos identificadores de uso - IU e de resultado primário - RP;

V - a urgência, relevância e imprevisibilidade da despesa para a edição de Medida Provisória;

VI - a legislação específica; e

VII - outras informações que forem necessárias.

§ 1º As solicitações de créditos adicionais que objetivem o pagamento de precatórios deverão atender ao disposto nos arts. 26 e 27 da LDO-2018, bem como informar o motivo da sua não inclusão na relação de que trata o referido art. 27.

§ 2º Aplica-se, no que couber, o disposto neste artigo às solicitações de alterações de fonte de recursos, identificadores de uso, doação e operação de crédito, e resultado primário, código de ações, e subtítulos, e POs.

Subseção II

Dos Procedimentos Essenciais

Art. 17. Cabe aos órgãos setoriais apreciar as solicitações de alterações orçamentárias sob os aspectos legal, de planejamento, de programação e execução orçamentária e financeira, e aprovar ou não, em primeira instância, tais solicitações, considerando sua repercussão no programa de trabalho do Ministério ou órgão.

§ 1º Os recursos oferecidos para anulação não poderão ser objeto de execução ou de outras alterações orçamentárias enquanto a solicitação estiver em tramitação.

§ 2º Para o cumprimento do disposto no § 1º, os órgãos setoriais referidos no caput deverão proceder ao bloqueio, no SIAFI, das dotações orçamentárias oferecidas para anulação, ou determinar que as unidades subordinadas assim o façam, exceto se já estiverem sido bloqueadas em decorrência de outros procedimentos.

§ 3º Considerar-se-ão em tramitação, para os fins do disposto nos §§ 1º e 2º, as solicitações de alterações orçamentárias não devolvidas pela SOF/MP.

§ 4º A SOF/MP realizará a transferência, no SIAFI, dos valores referentes às dotações oferecidas para anulação, bloqueados ou contidos, para a conta "62.212.0106 - CRÉDITO BLOQUEADO PARA REMANEJAMENTO PELA SOF" antes do envio do crédito, ou da edição da Portaria de que trata o inciso III do § 1º do art. 43 da LDO-2018.

§ 5º Eventuais inversões de saldo na conta "62.212.0101 - CRÉDITO BLOQUEADO PARA REMANEJAMENTO", em decorrência da inexistência de bloqueio de que trata o § 2º deste artigo para fazer face à transferência explicitada no § 4º, são de total responsabilidade dos órgãos setoriais, cabendo exclusivamente a eles as providências necessárias para a regularização das aludidas inversões.

Art. 18. Na anulação de dotações constantes dos atos de abertura de crédito suplementar autorizados no art. 4º da LOA-2018, fica vedada a anulação de quaisquer valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emendas individuais e de bancada estadual, classificadas com "RP 6" e "RP 7", respectivamente, divulgadas na página da internet da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO do Congresso Nacional, nos termos da alínea "e" do inciso II do § 1º do art. 131 da LDO-2018.

§ 1º Não se aplica a vedação de anulação das emendas a que se refere o caput quando houver solicitação ou concordância expressa de seu autor ou indicação do Poder Legislativo e forem observadas as demais condições estabelecidas no § 6º do art. 4º da LOA-2018.

§ 2º No caso do § 1º deste artigo, o preâmbulo do ato de abertura do crédito deverá conter referência:

I - ao § 6º, inciso I, do art. 4º da LOA-2018; ou

II - aos §§ 6º, inciso I, e 7º do art. 4º da LOA-2018 e ao § 2º do art. 63 da LDO-2018, quando se referir a Projeto de Lei não deliberado pelo Congresso Nacional.

§ 3º Os créditos abertos nos termos dos §§ 1º e 2º deste artigo deverão identificar, na suplementação, o autor e a emenda objeto de suplementação, a fim de possibilitar essa identificação na execução.

§ 4º Quando se tratar de projeto de lei de abertura de crédito suplementar ou especial, a identificação a que se refere o § 3º deste artigo será da emenda objeto de anulação.

Art. 19. Os órgãos setoriais referidos no art. 17 desta Portaria deverão, ainda, observar o disposto no art. 13 do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, além de outras normas aplicáveis à matéria, quando da análise das solicitações de créditos adicionais para o atendimento de despesas com pessoal e encargos sociais.

Seção IV

Das Modificações das Modalidades de Aplicação

Art. 20. As modificações das modalidades de aplicação, constantes da LOA-2018 e de seus créditos adicionais, inclusive os reabertos, observado o disposto nos §§ 1º e 3º do art. 17 desta Portaria, serão efetuadas diretamente no SIAFI ou no SIOP, conforme o caso, pelas UOs contempladas com os respectivos créditos orçamentários, de acordo com o § 3º do art. 43 da LDO-2018, observado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 1º As modificações, a que se refere o caput, relativas às dotações orçamentárias de órgãos do Poder Executivo, classificadas com "RP 6", deverão ser realizadas, inicialmente, no SIOP.

§ 2º Os prazos previstos nesta Portaria não se aplicam às modificações de que trata este artigo.

Art. 21. As modificações efetivadas diretamente no SIAFI, de acordo com o caput do art. 20 desta Portaria, deverão ser encaminhadas pela STN/MF à SOF/MP para fins de atualização dos dados constantes do SIOP, enquanto as realizadas nos termos do § 1º do referido artigo serão enviadas pela SOF/MP à STN/MF para atualização dos dados contidos no SIAFI e viabilização da execução das despesas pertinentes.

CAPÍTULO II

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Seção I

Do Acompanhamento da Receita

Art. 22. O acompanhamento sistemático e periódico das informações relativas às receitas próprias e vinculadas, do Tesouro Nacional e de Outras Fontes dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal, que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, será realizado por meio das informações registradas no SIAFI.

§ 1º Na análise das solicitações de alterações orçamentárias que envolvam as receitas referidas neste artigo, serão consideradas, em relação à sua realização, exclusivamente as informações registradas no SIAFI, bem como o excesso de arrecadação apurado de acordo com as reestimativas elaboradas no SIOP.

§ 2º As reestimativas das receitas ocorrerão bimestralmente quando das avaliações da receita e da despesa de que trata o art. 9º da LRF.

Seção II

Do Acompanhamento das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 23. O acompanhamento mensal das despesas com pessoal e encargos sociais realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, será efetuado com base nas informações registradas no SIAFI e no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE.

Art. 24. As projeções das despesas com pessoal e encargos sociais serão elaboradas com base no acompanhamento previsto no art. 23 desta Portaria, com o objetivo de subsidiar os processos de definição de limites para a elaboração da proposta orçamentária do exercício seguinte e de concessão de créditos adicionais no exercício corrente.

§ 1º A base de projeção efetivada pela SOF/MP será revisada mensalmente.

§ 2º A SOF/MP agendará reuniões com o órgão setorial, quando necessário, para avaliação das bases de projeção, visando ao cumprimento do disposto no caput.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. O encaminhamento das solicitações de alterações orçamentárias à SOF/MP será processado, exclusivamente, por meio de pedido constante do SIOP.

Art. 26. Para fins do disposto no art. 4º, caput, incisos I, alíneas "a", item "3", "b", item "3", e "e", item "2", II, alíneas "a", item "3", e "d", item "2", III, alíneas "e", item "2", "f", item "2", e "h", item "2", e IV, alíneas "c", item "2", e "e", item "2", da LOA-2018, entende-se como recursos próprios, tal qual definido no art. 4º da Portaria SOF nº 10, de 22 de agosto de 2002, os classificados nas fontes "50 - Recursos Próprios Não Financeiros" e "80 - Recursos Próprios Financeiros".

Art. 27. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais serão encaminhados ao Congresso Nacional até 15 de outubro de 2018, conforme dispõe o § 2º do art. 44 da LDO-2018.

Parágrafo único. Em face do disposto no caput e no § 13, ambos do art. 44 da LDO-2018, os projetos de lei de créditos suplementares e especiais dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU poderão ser encaminhados de forma consolidada por esses tipos de crédito, mas não integrados por órgãos do Poder Executivo, salvo quando se tratar, exclusivamente, de dotações orçamentárias destinadas a atender despesas com pessoal e encargos sociais, benefícios aos servidores civis, empregados e militares, e aos seus dependentes, indenizações, benefícios e pensões indenizatórias de caráter especial e aos auxílios funeral e natalidade, ou integrados exclusivamente por dotações orçamentárias classificadas com "RP 6" ou "RP 7".

Art. 28. As dotações orçamentárias alocadas na LOA-2018 destinadas à contrapartida nacional de empréstimos internos e externos e ao pagamento de amortização, juros e outros encargos, somente poderão ser remanejadas, para outras categorias de programação, mediante projeto de lei a ser aprovado pelo Congresso Nacional, tendo em vista o disposto no art. 54 da LDO-2018.

Parágrafo único. Nos limites autorizados na LOA-2018, as dotações de que trata o caput poderão ser remanejadas para outras categorias de programação, desde que continuem sendo destinadas à contrapartida e ao serviço da dívida, respectivamente.

Art. 29. O limite de remanejamento de dotações, de que tratam a alínea "e" do inciso I e a alínea "h" do inciso III, do art. 4º da LOA-2018, entre subtítulos de ações do mesmo programa, aprovadas na referida Lei, no âmbito de cada órgão orçamentário, mediante a utilização do tipo de alteração orçamentária "107", constante da Tabela a que se refere o Anexo desta Portaria, poderá ser ampliado para até 30% (trinta por cento) do valor do respectivo subtítulo, consideradas as alterações já efetivadas por intermédio dos tipos 101e e 103f, constante da referida Tabela, e observadas as restrições contidas nas aludidas alíneas.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput, poderão ser consideradas como integrantes do órgão orçamentário as unidades orçamentárias sob a sua supervisão.

Art. 30. A solicitação de abertura de crédito adicional para o atendimento de despesas primárias obrigatórias do Poder Executivo, à conta de anulação de dotações relativas a despesas primárias discricionárias, deverá ser acompanhada da indicação dos limites de movimentação e empenho dessas últimas despesas que deverão ser remanejados para a execução das despesas atendidas.

Parágrafo único. Após a abertura do crédito adicional a que se refere o caput deste artigo, a SOF/MP tomará as providências necessárias ao remanejamento dos limites de movimentação e empenho.

Art. 31. Caberá ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, ou autoridade equivalente, de cada Ministério ou órgão, adotar as medidas necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 32. O descumprimento ou inobservância dos procedimentos contidos na presente Portaria, especialmente do disposto nos arts. 12, 13, 16, 17, § 1º, 18, e 30, caput, poderá ensejar a devolução dos pleitos relativos aos órgãos ou entidades envolvidos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 33. Os créditos suplementares autorizados na LOA-2018, que dependem de ato do Poder Executivo para a sua abertura, terão como prazo máximo para publicação o dia 15 de dezembro de 2018, conforme estabelece o § 4º do art. 4º da LOA-2018, exceto os relativos aos incisos I, alíneas "a" e "b", II e III, alíneas "c" e "f", do caput do referido artigo, referentes aos tipos relacionados no item 5 da alínea "b" do inciso II do caput do art. 7º desta Portaria, os quais poderão ser publicados até 31 de dezembro de 2018.

Art. 34. Na abertura dos créditos suplementares, poderão ser incluídos grupos de natureza de despesa, além dos aprovados no respectivo subtítulo, desde que compatíveis com a finalidade da ação orçamentária correspondente.

Art. 35. Ressalvadas orientações supervenientes, a solicitação de remanejamento de dotações decorrentes de valores incluídos ou acrescidos à programação em decorrência de emendas individuais ou de bancada estadual, a que se referem os §§ 6º e 7º do art. 4º da LOA-2018 e os tipos de crédito 183a, 183b, 184, 185a, 185b e 186, bem como quando envolver os tipos 120 e 200, constantes do Anexo desta Portaria, deverá ser encaminhada, no âmbito do Poder Executivo, por intermédio do órgão setorial contemplado com a emenda, observado o disposto nesta Portaria.

§ 1º Quando o remanejamento referido no caput envolver a anulação em um órgão e suplementação em outro, no âmbito do Poder Executivo, o encaminhamento deverá ser feito pelo órgão setorial beneficiado com a suplementação.

§ 2º Para fins do disposto neste artigo, o órgão setorial que receber a solicitação deverá articular-se com o outro órgão setorial envolvido a fim de viabilizar o remanejamento solicitado.

Art. 36. Em observância ao disposto no § 2º do art. 4º da LOA-2018 e no § 5º do art. 107 do ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, a abertura de créditos suplementares e especiais para o atendimento de despesas primárias à conta de fontes financeiras ou de excesso de arrecadação impõe a anulação de despesas primárias em valor correspondente.

Art. 37. A implementação no SIOP e no SIAFI da retificação:

I - da LOA-2018, publicada no Diário Oficial da União, será realizada mediante a utilização do tipo "925", constante do Anexo desta Portaria; e

II - dos atos de alteração orçamentária, por meio de ajustes das modificações anteriormente efetivadas.

Art. 38. Os procedimentos estabelecidos por esta Portaria aplicam-se, no que couber, aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU e à DPU, sem prejuízo do disposto na Portaria SOF nº 487, de 15 de janeiro de 2018, parcialmente alterada pela Portaria SOF nº 1.351, de 05 de fevereiro de 2018.

Art. 39. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE SOARES

ANEXO

TABELA DE TIPOS DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

I - CRÉDITOS SUPLEMENTARES AUTORIZADOS NA LEI Nº 13.587, DE 02 DE JANEIRO DE 2018, LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2018 - LOA-2018

TIPO	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO	PERÍODO PARA SOLICITAÇÃO DOS PEDIDOS
I.I - Suplementação de dotações classificadas com "RP 0":					
101a	Destinadas à Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.	1. anulação de dotações consignadas a essas despesas; 2. anulação de dotações classificadas com "RP 1" e "RP 2", até o limite de 20% (vinte por cento); 3. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados; e 4. superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017.	LOA-2018, art. 4º, **caput**, inciso I, alínea "a", itens "1", "2", "3" e "4", combinado com (c/c) o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 5 a 9/3; 2. de 3 a 10/5; 3. de 27/8 a 10/9; 4. de 29/10 a 10/11; ou 5. de 3 a 10/12.
101b	Relativas ao serviço da dívida.	1. superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017; 2. anulação de dotações consignadas ao GND 2 ou GND 6; 3. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados; 4. excesso de arrecadação de participações e dividendos pagos por entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta; 5. excesso de arrecadação oriundo da transferência do resultado positivo do Banco Central do Brasil; e 6. operações de créditos realizadas por meio da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional.	LOA-2018, art. 4º, **caput**, inciso I, alínea "b", itens "1", "2", "3", "4", "5" e "6", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 5 a 9/3; 2. de 3 a 10/5; 3. de 27/8 a 10/9; 4. de 29/10 a 10/11; ou 5. de 3 a 10/12.
101c	Nas ações destinadas à execução da Política de Garantia de Preços Mínimos e à Formação e Administração de Estoques Reguladores e Estratégicos de Produtos Agropecuários.	Anulação de dotações que lhes tenham sido consignadas.	LOA-2018, art. 4º, **caput**, inciso I, alínea "c", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276 de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 5 a 9/3; 2. de 3 a 10/5; 3. de 27/8 a 10/9; ou 4. de 29/10 a 10/11;
101d	Transferências aos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.	1. anulação de dotações que lhe tenham sido consignadas; e 2. excesso de arrecadação ou superávit financeiro de recursos relativos a fontes que tenham vinculação constitucional ou legal a esses fundos.	LOA-2018, art. 4º, **caput**, inciso I, alínea "d", itens "1" e "2", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 5 a 9/3; 2. de 3 a 10/5; 3. de 27/8 a 10/9; ou 4. de 29/10 a 10/11;
101e	De cada subtítulo, exceto os constantes das demais alíneas do inciso I do art. 4º da LOA-2018, até o limite de 20% (vinte por cento) do respectivo valor.	1. anulação de dotações, limitada a 20% (vinte por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; 2. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados; e 3. superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017.	LOA-2018, art. 4º, **caput**, inciso I, alínea "e", itens "1", "2" e "3", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 5 a 9/3; 2. de 3 a 10/5; 3. de 27/8 a 10/9; ou 4. de 29/10 a 10/11;
I.II - Suplementação de dotações classificadas com "RP 1":					
102a	Relativa a despesa constante de item do Quadro 9 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central, integrante da LOA-2018, cujo acréscimo de valor, quando houver, deve ter sido previamente demonstrado no relatório de avaliação de receitas e despesas primárias elaborado em cumprimento ao art. 9º da LRF e à LDO-2018.	1. anulação de 20% (vinte por cento) das dotações orçamentárias consignadas em "RP 1"; 2. anulação de dotações orçamentárias classificadas com "RP 2" e com "RP 3"; 3. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados; e 4. superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017.	LOA-2018, art. 4º, **caput**, inciso II, alínea "a", itens "1", "2", "3" e "4", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 5 a 9/3; 2. de 3 a 10/5; 3. de 27/8 a 10/9; 4. de 29/10 a 10/11; ou 5. de 3 a 10/12.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

102b	Transferências aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT; e complemento da atualização monetária do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.	1. anulação de dotações que lhes tenham sido consignadas; e 2. excesso de arrecadação ou superávit financeiro de receitas que tenham vinculação constitucional ou legal às respectivas despesas.	LOA-2018, art. 4º, **caput**, inciso II, alínea "b", itens "1" e "2", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 5 a 9/3; 2. de 3 a 10/5; 3. de 27/8 a 10/9; 4. de 29/10 a 10/11; ou 5. de 3 a 10/12.
102c	Dos grupos de natureza de despesa - GND - "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", no âmbito do mesmo subtítulo objeto de anulação.	Anulação de dotações consignadas a esses grupos do mesmo subtítulo objeto de suplementação.	LOA-2018, art. 4º, **caput**, inciso II, alínea "c", item "1", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 5 a 9/3; 2. de 3 a 10/5; 3. de 27/8 a 10/9; 4. de 29/10 a 10/11; ou 5. de 3 a 10/12.
102d	Despesas decorrentes de variação cambial.	1. anulação parcial de dotações, limitada a 30% (trinta por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; e 2. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados, observado o disposto no art. 5º, inciso III, da LRF.	LOA-2018, art. 4º, **caput**, inciso II, alínea "d", itens "1" e "2", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 5 a 9/3; 2. de 3 a 10/5; 3. de 27/8 a 10/9; 4. de 29/10 a 10/11; ou 5. de 3 a 10/12.
102e	Dos grupos de natureza de despesa - GND - "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", no âmbito das ações destinadas à execução da Política de Garantia de Preços Mínimos e à Formação e Administração de Estoques Reguladores e Estratégicos de Produtos Agropecuários.	Anulação de dotações que lhes tenham sido consignadas.	LOA-2018, art. 4º, **caput**, inciso II, alínea "c", item "2", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 5 a 9/3; 2. de 3 a 10/5; 3. de 27/8 a 10/9; 4. de 29/10 a 10/11; ou 5. de 3 a 10/12.

I.III - Suplementação de dotações classificadas com "RP 2":

103a	De subtítulos das ações relativas às contribuições, anuidades e integralizações de cotas, constantes dos programas "0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais" e "0913 - Operações Especiais - Participação do Brasil em Organismos Financeiros Internacionais".	1. anulação de dotações orçamentárias contidas em subtítulos das referidas ações; e 2. recursos constantes dos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras" de outros subtítulos, até o limite de 20% (vinte por cento) da soma dessas dotações, no âmbito de cada subtítulo.	LOA-2018, art. 4º, **caput**, inciso III, alínea "a", itens "1" e "2", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 16/10 a 30/10;
103c	Relativas à subfunção defesa civil, no âmbito do Ministério da Integração Nacional.	1. anulação de dotações consignadas a ações compreendidas na referida subfunção; e 2. anulação parcial de dotações, limitada a 30% (trinta por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação.	LOA-2018, art. 4º, **caput**, inciso III, alínea "c", itens "1" e "2", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; 3. de 16/10 a 30/10; ou 4. de 3 a 10/12.
103d	Dos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", no âmbito do mesmo subtítulo objeto de anulação.	Anulação de dotações consignadas a esses grupos no âmbito do mesmo subtítulo objeto de suplementação.	LOA-2018, art. 4º, **caput**, inciso III, alínea "d", item "1", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 16/10 a 30/10.
103e	Despesas que decorram de variação cambial.	1. anulação parcial de dotações, limitada a 30% (trinta por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; e 2. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados.	LOA-2018, art. 4º, **caput**, inciso III, alínea "e", itens "1" e "2", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 16/10 a 30/10.
103f	De subtítulos, exceto os constantes das demais alíneas do inciso III do art. 4º da LOA-2018, cuja alteração implique acréscimo de valor, até o limite de 20% (vinte por cento) do respectivo valor.	1. anulação parcial de dotações orçamentárias, limitada a 20% (vinte por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; 2.reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados; e 3. superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017.	LOA-2018, art. 4º, **caput**, inciso III, alínea "h", itens "1", "2" e "3", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 16/10 a 30/10.
103g	Dos grupos de natureza de despesa "3" - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", no âmbito da Fundação Joaquim Nabuco, do Instituto Nacional de Educação de Surdos, do Instituto Benjamin Constant, do Colégio Pedro II, das Instituições Federais de Ensino Superior, dos Hospitais Universitários, da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, e das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, integrantes do Ministério da Educação.	Anulação de até 50% (cinquenta por cento) do total das dotações orçamentárias consignadas a esses grupos de natureza de despesa no âmbito de cada uma das unidades orçamentárias.	LOA-2018, art. 4º, **caput**, inciso III, alínea "d", item "2", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 16/10 a 30/10.
103h	Dos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação, assim definidas no art. 2º, inciso V , da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e das instituições de pesquisa integrantes da administração direta do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.	Anulação de até 30% (trinta por cento) do total das dotações orçamentárias consignadas a esses grupos de natureza de despesa no âmbito de cada uma das unidades orçamentárias.	LOA-2018, art. 4º, **caput**, inciso III, alínea "d", item "3", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 16/10 a 30/10.
103i	De dotações orçamentárias relativas a operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), no âmbito do Ministério da Defesa.	1. anulação de dotações orçamentárias classificadas com "RP 2" e com "RP 3"; 2. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados; e	LOA-2018, art. 4º, **caput**, inciso III, alínea "f", itens"1", "2" e "3", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; 3. de 16/10 a 30/10; ou 4. de 3 a 10/12.

		3. superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso I, e 2º, da Lei nº 4.320, de 1964.			
103j	De ações e serviços públicos de saúde, identificadas nesta Lei com "IU 6".	Anulação de dotações orçamentárias alocadas às referidas ações.	LOA-2018, art. 4º, **caput**, inciso III, alínea "g", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 16/10 a 30/10.

I.IV - Suplementação de dotações classificadas com "RP 3":

104a	Remanejamento de dotações de subtítulos constantes da LOA-2018, identificadas com "RP 3" (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), até o montante de 20% (vinte por cento) das dotações orçamentárias consignadas a esse Programa (R$ 25.578.345.881,00 x 20% = R$ 5.115.669.176,20).	Anulação de até 20% (vinte por cento) do montante das dotações orçamentárias constantes da LOA-2018, identificadas com "RP 3" (PAC) (R$ 25.578.345.881,00 x 20% = R$ 5.115.669.176,20).	LOA-2018, art. 4º, **caput**, inciso IV, alínea "a", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 16/10 a 30/10.
104b	Dos grupos de natureza de despesa - GND "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras" no âmbito do subtítulos constantes da LOA-2018, identificadas com "RP 3" (PAC), objeto de anulação.	Anulação de dotações consignadas a esses grupos, no âmbito do mesmo subtítulo objeto da suplementação, identificadas com "RP 3" (PAC).	LOA-2018, art. 4º, **caput**, inciso IV, alínea "b", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 16/10 a 30/10.
104c	Despesas decorrentes de variação cambial, identificadas com "RP 3" (PAC), exceto para as situações previstas na alínea "d" do inciso IV do **caput** do art. 4º da LOA-2018.	1. anulação parcial de dotações, limitada a 30% (trinta por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; e 2. reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados.	LOA-2018, art. 4º, **caput**, inciso IV, alínea "c", itens "1" e "2", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 16/10 a 30/10.
104d	De subtítulos com "RP 3" (PAC), aos quais foram alocadas receitas de operações de crédito previstas na LOA-2018.	Recursos decorrentes da variação cambial incidentes sobre os valores alocados.	LOA-2018, art. 4º, **caput**, inciso IV, alínea "d", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 16/10 a 30/10.
104e	De subtítulos constantes do PAC, até o limite de 20% (vinte por cento) do respectivo valor.	1. anulação parcial de dotações classificadas com "RP 2", limitada a 20% (vinte por cento) do valor do subtítulo objeto da anulação; 2. da reserva de contingência, inclusive à conta de recursos próprios e vinculados; e 3. de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, nos termos do art. 43, §§ 1º, inciso I, e 2º, da Lei nº 4.320, de 1964.	LOA-2018, art. 4º, **caput**, inciso IV, alínea "e", itens "1", "2" e "3", c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 16/10 a 30/10.

I.V- Remanejamento de dotações classificadas com "RP 0" ou "RP 2" no âmbito do mesmo programa e do mesmo órgão orçamentário:

107	Remanejamento de dotações orçamentárias entre subtítulos integrantes de ações do mesmo programa, no âmbito de cada órgão orçamentário, desde que não ultrapasse o limite de 30% do respectivo valor constante da LOA-2018, consideradas as alterações já efetivadas por meio dos tipos 101e e 103f, podendo ser considerado como integrantes do referido órgão as unidades orçamentárias sob a sua supervisão.	Anulação de dotações, limitada a 30% do valor dos subtítulos de ações integrantes do mesmo programa objeto de suplementação, no âmbito de cada órgão orçamentário, observadas as vinculações constitucionais ou legais de receitas vigentes e as restrições constantes do art. 3º desta Portaria, consideradas as anulações já efetivadas por meio dos tipos 101e e 103f.	LOA-2018, art. 4º, § 3º, c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	Para dotações classificadas com RP 0: 1. de 5/3 a 9/3; 2. de 3/5 a 10/5; 3. de 27/8 a 10/9; ou 4. de 29/10 a 10/11. Para dotações classificadas com RP 2: 1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 27/8 a 30/10.

I.VI - Recomposição de dotações classificadas com "RP 0", "RP 1", "RP 2" ou "RP 3":

119	Recomposição de dotações orçamentárias até o limite dos valores dos subtítulos que constaram do Projeto de Lei Orçamentária de 2018 - PLOA-2018, correspondente à diferença negativa entre a LOA-2018 e o PLOA-2018.	Anulação de dotações orçamentárias de outros subtítulos, limitada, no caso de emenda não impositiva, a 40% (quarenta por cento) do valor acrescido em cada subtítulo.	LOA-2018, art. 4º, **caput**, inciso V, c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	Para dotações classificadas com RP 0 ou RP 1: 1. de 5/3 a 9/3; 2. de 3/5 a 10/5; 3. de 27/8 a 10/9; ou 4. de 29/10 a 10/11. Para dotações classificadas com RP 2 ou RP 3: 1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 27/8 a 30/10.

I.VII - Remanejamento de emendas individuais ("RP 6") ou de bancada estadual ("RP 7")

183a	Remanejamento entre programações incluídas ou acrescidas por emenda individual, classificadas com "RP 6", e não classificadas como ações e serviços públicos de saúde (IU 6), solicitado pelo autor da emenda, ou que tenha a sua concordância, ou indicado pelo Poder Legislativo.	Anulação de dotação de emenda do mesmo autor, não classificada como ações e serviços públicos de saúde (IU 6), desde que haja impedimento técnico ou legal à execução da programação orçamentária que se pretenda anular.	LOA-2018, art. 4º, § 6º, c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 1º a 10/9; 2. de 16 a 30/10; ou 3. de 26 a 30/11.
183b	Remanejamento entre programações incluídas ou acrescidas por emenda individual ("RP 6"), classificadas como ações e serviços públicos de saúde (IU 6), solicitado pelo autor da emenda, ou que tenha a sua concordância, ou indicado pelo Poder Legislativo.	Anulação de dotação de emenda do mesmo autor, ("RP 6"), classificada como ações e serviços públicos de saúde (IU 6), desde que haja impedimento técnico ou legal à execução da programação orçamentária que se pretenda anular.	LOA-2018, art. 4º, § 6º, c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 1º a 10/9; 2. de 16 a 30/10; ou 3. de 26 a 30/11.
184	Remanejamento de dotação incluída ou acrescida por emenda individual, classificada com "RP 6", em decorrência da não deliberação de Projeto de Lei, pelo Congresso Nacional, enviado pelo Poder Executivo nos termos do inciso III do § 14 do art. 166 da Constituição.	Anulação de dotação de emenda do mesmo autor, classificada com "RP 6", com impedimento insuperável de ordem técnica, constante de Projeto de Lei não deliberado pelo Congresso Nacional.	LOA-2018, art. 4º, § 7º, c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 2/8 a 30/10.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

185a	Remanejamento entre programações incluídas ou acrescidas por emenda de bancada estadual ("RP 7"), solicitado ou que tenha a concordância do autor da emenda ou indicado pelo Poder Legislativo, não classificadas como ações e serviços públicos de saúde (IU 6).	Anulação de dotação de emenda da mesma bancada, ("RP 7"), exceto se classificada como ações e serviços públicos de saúde (IU 6), desde que haja impedimento técnico ou legal à execução da programação orçamentária que se pretenda anular, ou, na ausência de impedimento, promover-se o remanejamento entre grupos de natureza da despesa, no âmbito da mesma emenda.	LOA-2018, art. 4ª, § 6ª, c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 27/8 a 30/10.
185b	Remanejamento entre programações incluídas ou acrescidas por emenda de bancada estadual ("RP 7"), solicitado ou que tenha a concordância do autor da emenda ou indicado pelo Poder Legislativo, classificadas como ações e serviços públicos de saúde (IU 6).	Anulação de dotação de emenda da mesma bancada ("RP 7"), classificadas como ações e serviços públicos de saúde (IU 6), desde que haja impedimento técnico ou legal à execução da programação orçamentária que se pretenda anular, ou, na ausência de impedimento, promover-se o remanejamento entre grupos de natureza da despesa, no âmbito da mesma emenda.	LOA-2018, art. 4ª, § 6ª, c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 22/3 a 5/4 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 27/8 a 30/10.
186	Remanejamento entre GND no âmbito da mesma emenda individual ("RP 6"), independentemente da existência de impedimento de ordem técnica ou legal de execução, solicitado pelo autor da emenda ou que tenha a sua concordância.	Anulação de GND no âmbito da mesma emenda individual.	LOA-2018, art. 4ª, § 6ª, c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	1. de 2 a 30/4; 2. de 11 a 22/6; 3. de 1º a 10/9; 4. de 16 a 30/10; ou 5. de 26 a 30/11.

II - CRÉDITOS SUPLEMENTARES DEPENDENTES DE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA

TIPO	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO	PERÍODO PARA SOLICITAÇÃO DOS PEDIDOS
120	Suplementação acima dos limites autorizados na LOA-2018, ou não autorizada no texto da referida Lei.	1. Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, observado o disposto no parágrafo único do art. 8ª da LRF; 2. excesso de arrecadação de receitas, inclusive do Tesouro Nacional; 3. anulação de dotações orçamentárias, inclusive da Reserva de Contingência; e 4. recursos de operações de crédito internas e externas.	Lei específica.	Lei de abertura do crédito suplementar correspondente.	Para despesas classificadas com RP 0 ou RP 1: 1. de 5 a 9/3; 2. de 3 a 10/5; ou 3. de 27/8 a 10/9. Para despesas classificadas com RP 2, 3 ou 7: 1. de 22/3 a 05/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. 27/8 a 10/9. Para despesas classificadas com RP 6: 1. de 1º a 10/9.
121	Remanejamento de dotação incluída ou acrescida à programação em decorrência de emenda individual, classificada com "RP 6", indicado pelo Poder Legislativo nos termos do inciso II do § 14 do art. 166 da Constituição.	Anulação de dotação de emenda do mesmo autor, classificada com "RP 6", com impedimento insuperável de ordem técnica de empenho da despesa, justificado pelos Poderes, MPU e DPU nos termos do inciso I do § 14 do art. 166 da Constituição.	Lei específica.	Lei de abertura do crédito suplementar correspondente.	1. de 3/5 a 2/6.

III - CRÉDITOS ESPECIAIS

TIPO	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO	PERÍODO PARA SOLICITAÇÃO DOS PEDIDOS
200	Inclusão de categoria de programação não contemplada na LOA-2018.	1. Superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, observado o disposto no parágrafo único do art. 8ª da LRF; 2. excesso de arrecadação de receitas, inclusive do Tesouro Nacional, de doações e de convênios; 3. anulação de dotações orçamentárias, inclusive da Reserva de Contingência; e 4. recursos de operações de crédito internas e externas.	Lei específica.	Lei de abertura do crédito especial correspondente.	Para despesas classificadas com RP 0 ou RP 1: 1. de 5 a 9/3; 2. de 3 a 10/5; ou 3. de 27/8 a 10/9. Para despesas classificadas com RP 2, 3 ou 7: 1. de 22/3 a 5/4; 2. de 22/5 a 5/6; ou 3. de 27/8 a 10/9. Para despesas classificadas com RP 6: 1. de 1º a 10/9.
201	Inclusão de categoria de programação na LOA-2018 com recursos de emenda individual, classificados com "RP 6", indicada pelo Poder Legislativo nos termos do inciso II do § 14 do art. 166 da Constituição, não contemplada na LOA-2018.	Anulação de dotação de emenda do mesmo autor, classificada com "RP 6", com impedimento insuperável de ordem técnica de empenho da despesa, justificado pelos Poderes, MPU e DPU nos termos do inciso I do § 14 do art. 166 da Constituição.	Lei específica.	Lei de abertura do crédito especial correspondente.	1. de 3/5 a 2/6.

IV - CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS

TIPO	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO	PERÍODO PARA SOLICITAÇÃO DOS PEDIDOS
500	Atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.	Quaisquer fontes de recursos.	Art. 167, § 3ª, combinado com o art. 62, ambos da Constituição.	Medida Provisória.	Exercício de 2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

V - OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

TIPO	DESCRIÇÃO	FONTES DE RECURSOS	AUTORIZAÇÃO	DOCUMENTO A SER PUBLICADO	PERÍODO PARA SOLICITAÇÃO DOS PEDIDOS
600	Remanejamento de fontes de recursos entre dotações orçamentárias e/ou substituição de uma fonte de recursos pela inclusão de superávit financeiro da mesma ou de outra fonte ou de excesso de arrecadação de outra fonte, podendo haver a alteração concomitante do Identificador de Uso - IU e/ou do Identificador de Doação e de Operação de Crédito - IDOC, mantendo-se o valor e os demais atributos da programação.	Redução de dotações em uma fonte de recursos e acréscimo em outra fonte, e vice-versa.	LDO-2018, art. 43, § 1º, inciso III, alínea "a".	Portaria do Secretário de Orçamento Federal para as fontes de recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.	até 10/12.
601	Alteração do "IU", mantendo-se os demais atributos da programação.	Redução de dotações consignadas a qualquer "IU", remanejadas para outro "IU", no âmbito do mesmo subtítulo.	LDO-2018, art. 43, § 1º, inciso III, alínea "a".	Portaria do Secretário de Orçamento Federal.	até 10/12.
602	Alteração de esfera orçamentária, mantendo-se os demais atributos da programação.	Redução de dotações em uma esfera orçamentária remanejadas para outra esfera.	LDO-2018, art. 43, § 1º, inciso III, alínea "a".	Portaria do Secretário de Orçamento Federal.	até 10/12.
610a	Alteração de Modalidade de Aplicação (MA), mantendo-se os demais atributos da programação, de dotações orçamentárias de órgãos do Poder Executivo classificadas com "RP 6";	Redução de dotações orçamentárias em uma MA para serem acrescidas em outra MA.	LDO-2018, art. 43, § 3º.	Não há. Realizada diretamente no SIOP.	até 10/12.
610b	Alteração de Modalidade de Aplicação (MA), mantendo-se os demais atributos da programação, de dotações orçamentárias de órgãos do Poder Executivo, não classificadas com "RP 6", e de órgãos dos demais Poderes, do MPU e da DPU, com qualquer RP.	Redução de dotações orçamentárias em uma MA para serem acrescidas em outra MA.	LDO-2018, art. 43, § 3º.	Não há. Realizada diretamente no SIAFI.	até 10/12.
700a	Alteração do Identificador de Resultado Primário (RP), exceto "RP 3", "RP 6" e "RP 7", mantendo-se os demais atributos da programação.	Redução de dotações classificadas em um RP, exceto "RP 3", "RP 6" e "RP 7", remanejadas para outro identificador, que não seja "RP 3", "RP 6" ou "RP 7".	LDO-2018, art. 43, § 1º, inciso III, alínea "a".	Portaria do Secretário de Orçamento Federal.	até 10/12.
700b	Alteração de RP, envolvendo "RP 3", mantendo-se os demais atributos da programação.	1. Redução de dotações classificadas em um RP, exceto "RP 6" e "RP 7", remanejadas para "RP 3"; e 2. redução de dotações classificadas com "RP 3", remanejadas para outro RP, que não seja "RP 6" ou "RP 7".	LDO-2018, art. 43, § 1º, inciso III, alínea "a".	Portaria do Secretário de Orçamento Federal.	até 10/12.
710	Ajustes nas codificações orçamentárias, desde que não impliquem em mudança de valores e na finalidade da programação.	Devem ser mantidas as mesmas informações da categoria de programação, exceto o código alterado.	LDO-2018, art. 43, § 1º, inciso III, alínea "c".	Portaria do Secretário de Orçamento Federal.	até 10/12.
910	Ajuste de Arquivo relativo à alteração do Identificador de Doação e de Operação de Crédito - IDOC, mantendo-se os demais atributos da programação.	Redução de dotações consignadas a qualquer IDOC, remanejadas para outro IDOC.	Inexiste, pois não altera a LOA-2018.	Não há. Efetuado somente intrasistemas (SIOP/SIAFI).	até 10/12.
911	Remanejamento entre POs, inclusive com a criação de PO.	Redução de dotações de outros POs no âmbito do mesmo subtítulo para acréscimo de outro PO.	Inexiste, pois não altera a LOA-2018.	Não há. Efetuado somente intrasistemas (SIOP/SIAFI).	até 10/12. Contudo, as alterações dos planos orçamentários das ações 212B, 218I, 218J, 218K, 0181, 00QD e 09HB serão analisadas a partir do primeiro dia útil após: 1. 9/3; 2. 10/5; 3. 10/9; 4. 10/11; ou 5. 10/12.
920	Transposição de dotações orçamentárias da mesma categoria de programação de uma unidade orçamentária para outra (DE/PARA), no caso de reestruturação organizacional do Poder Executivo ou de transferência de atribuições de unidade, órgão ou entidade, extinto, transformado, transferido, incorporado ou desmembrado.	Redução de dotações do órgão/unidade/ entidade, extinto, transformado, transferido, incorporado ou desmembrado.	LDO-2018, art. 52, ou lei específica, c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	até 10/12.
921	Transposição, remanejamento ou transferência de dotações orçamentárias constantes da LOA-2018 de uma categoria de programação para outra, classificadas, exclusivamente, na função 19 - Ciência e Tecnologia e/ou nas subfunções 571 - Desenvolvimento Científico; 572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e 573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico, nos termos do § 5º do art. 167 da Constituição.	Redução de dotações orçamentárias de categoria de programação classificada, exclusivamente, na função 19 - Ciência e Tecnologia e/ou nas subfunções 571 - Desenvolvimento Científico; 572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e 573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico, inclusive de órgãos diferentes.	Art. 167, § 5º, da Constituição.	Decreto do Poder Executivo.	até 10/12.
925	Atendimento das despesas constantes de retificação (errata) da LOA-2018, publicada no Diário Oficial da União, especificadas como "leia-se".	Anulação das dotações especificadas na retificação da LOA-2018 como "onde se lê".	Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, art. 152, c/c o art. 153 da LDO-2018.	Não há. Efetuado somente intrasistemas (SIOP/SIAFI), tendo em vista a publicação prévia da Mensagem de retificação da LOA-2018.	até 10/12.
930	Alteração de GND de créditos extraordinários abertos e reabertos, destinados, exclusivamente, ao atendimento de despesas relativas à calamidade pública, podendo haver a criação de GND.	Redução de dotações de outros GND no âmbito do mesmo subtítulo.	LDO-2018, art. 47, § 2º, c/c o art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	até 10/12.
940	Inclusão de categoria de programação na LOA-2018, até o limite do saldo negativo apurado em decorrência da execução na antevigência dessa Lei, nos termos do art. 57 da LDO-2018.	Anulação de dotações de outros subtítulos, constantes da LOA-2018, à conta de quaisquer fontes de recursos.	LDO-2018, art. 57, § 2º.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	até 10/12.
941	Suplementação de dotações orçamentárias até o limite do saldo negativo apurado em decorrência da execução na antevigência dessa Lei, nos termos do art. 57 da LDO-2018.	Anulação de dotações de outros subtítulos, constantes da LOA-2018, à conta de quaisquer fontes de recursos.	LDO-2018, art. 57, § 2º.	Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.	até 10/12.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Observações:

a) Em observância aos limites individualizados de despesas primárias estabelecidos nos termos do art. 107 do ADCT, a abertura de créditos suplementares e especiais para o atendimento de despesas primárias à conta de fontes financeiras impõe a anulação de despesas primárias em valor correspondente, que deverá ser demonstrado em anexo específico do respectivo ato, conforme dispõe o § 2º do art. 4º da LOA-2018;

b) na anulação de dotações orçamentárias, deve ser observado, no que couber, o disposto nos arts. 18 e 28 desta Portaria;

c) o remanejamento de dotações orçamentárias entre subtítulos, mediante a utilização do tipo de alteração orçamentária "107", não poderá ser superior ao limite de 30% (trinta por cento) do valor do respectivo subtítulo aprovado na LOA-2018, consideradas as alterações já efetivadas por meio dos tipos "101e" e "103f";

d) na anulação de dotações, é vedada a anulação de quaisquer valores incluídos ou acrescidos em decorrência da aprovação de emendas individuais e de bancada estadual, salvo quando houver solicitação expressa ou concordância de seu autor ou indicação do Poder Legislativo;

e) em todas as alterações orçamentárias, devem ser observadas as vinculações constitucionais e legais de receitas vigentes;

f) os créditos suplementares abertos por Portaria do MP com a concomitante modificação de identificadores de uso e de resultado primário e de esfera orçamentária, no âmbito do mesmo subtítulo, ou de fontes de recursos, deverão conter no amparo legal o art. 43, § 2º, da LDO-2018, devendo ser observado o disposto no art. 54 dessa Lei;

g) o remanejamento de eventuais disponibilidades de dotações orçamentárias relativas aos benefícios aos servidores civis, empregados e militares, e aos seus dependentes, indenizações, benefícios e pensões indenizatórias de caráter especial e aos auxílios funeral e natalidade, para o atendimento de outras despesas, inclusive da própria unidade orçamentária, somente poderá ocorrer se, comprovadamente, não houver necessidade de suplementação das referidas dotações de outras unidades orçamentárias de cada órgão orçamentário dos respectivos Poderes, do MPU e da DPU;

h) a alteração de denominações das classificações orçamentárias, prevista no art. 43, § 1º, inciso III, alínea "b", da LDO-2018, não deve ser realizada por meio de alteração orçamentária, devendo a sua solicitação observar o disposto no § 1º do art. 9º desta Portaria;

i) na abertura dos créditos suplementares, poderão ser incluídos GND, além dos aprovados no respectivo subtítulo, desde que compatíveis com a finalidade da ação orçamentária correspondente;

j) a anulação de dotações com "RP 6" ou "RP 7", por meio de Portaria do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, somente poderá ocorrer se destinado à suplementação de dotações com "RP 6" ou "RP 7" decorrentes de emenda do mesmo autor, devendo ser realizado por intermédio dos tipos 183a, 183b, 184, 185a, 185b e 186, conforme o caso, mantendo-se a identificação da emenda objeto da suplementação e o montante de recursos alocados na LOA-2018 para ações e serviços públicos de saúde;

k) os tipos 183a, 183b e 186 não poderão ser utilizados para abertura de crédito suplementar de remanejamento de dotações objeto de emendas individuais com impedimento de ordem técnica de execução, constante de Projeto de Lei não deliberado pelo Congresso Nacional, a que se refere o inciso IV do § 14 do art. 166 da Constituição, o que deverá ocorrer mediante a utilização do tipo "184";

l) a utilização do tipo 119 desta tabela fica restrita aos casos em que o valor total do subtítulo aprovado na LOA-2018 for inferior ao valor do PLOA-2018, independentemente da classificação por RP, fonte ou GND;

m) os limites de suplementação e de anulação de dotações orçamentárias constantes do art. 4º da LOA-2018 devem ser calculados em relação aos valores e classificações inicialmente fixados nessa Lei; e

n) em todos os créditos que envolvam emendas individuais ("RP 6") ou de bancada estadual ("RP 7"), os montantes de acréscimo e de redução, em cada um desses RP, deverão ser iguais.

PORTARIA Nº 1.472, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

Institui procedimentos para solicitação de alteração nas estimativas de arrecadação das receitas orçamentárias da União referentes ao exercício de 2018 e à elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019.

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE ORÇAMENTO FEDERAL, responsável pelos assuntos de Gestão Fiscal, no uso das atribuições estabelecidas no art. 9º, inciso II, do Anexo I do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 43, §§ 1º, inciso II, e 3º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, no art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e a delegação de competência constante do item "2" da alínea "b" do inciso II do art. 2º da Portaria SOF nº 81, de 19 de julho de 2016, e

Considerando que o aperfeiçoamento do processo de alocação de recursos impõe o constante acompanhamento das estimativas e reestimativas de arrecadação das receitas orçamentárias da União, resolve:

Art. 1º A Secretaria-Adjunta de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal - SEAFI/SOF elaborará as reestimativas de arrecadação das receitas orçamentárias da União para o exercício de 2018 e as estimativas para o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019 - PLOA-2019 e as disponibilizará no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, no endereço eletrônico www.siop.planejamento.gov.br.

Art. 2º Os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal e as unidades orçamentárias qualificados como Unidades Recolhedoras de receita poderão encaminhar à SOF, por meio de funcionalidade específica disponível no SIOP-Receita, solicitação de alteração das estimativas e reestimativas às quais se refere o art. 1º.

§ 1º As solicitações de alteração de que trata este artigo serão realizadas por usuários previamente cadastrados e por meio de formulário eletrônico específico, disponível na funcionalidade Captação de Base Externa do módulo SIOP-Receita.

§ 2º O usuário que incluir no SIOP-Receita solicitação de alteração das estimativas e reestimativas de arrecadação da receita será responsável pelos dados informados perante os órgãos de controle e fiscalização, nos limites de suas atribuições e competências.

§ 3º A responsabilidade por cadastrar e habilitar usuários para operar a funcionalidade Captação de Base Externa citada no § 1º é dos Cadastradores Locais de cada órgão do Poder Executivo ou unidade equivalente dos demais Poderes, do Ministério Público da União ou da Defensoria Pública da União.

§ 4º Os órgãos e unidades citados no § 3º são responsáveis por entrar em contato com o Atendimento SIOP, no telefone (61) 2020-2121, a fim de registrar e manter atualizada a lista dos seus Cadastradores Locais.

§ 5º A qualificação como Unidade Recolhedora é atribuída pela SOF para Unidades Orçamentárias responsáveis por arrecadar recursos públicos.

§ 6º Caso alguma Unidade Orçamentária se enquadre nessa descrição e não possua a citada qualificação, o fato deve ser informado pelo endereço eletrônico sof.receitas@planejamento.gov.br.

§ 7º Usuários previamente habilitados em anos anteriores para operar a funcionalidade Captação de Base Externa, assim como unidades orçamentárias previamente qualificadas como Unidades Recolhedoras, permanecerão até que os órgãos e as unidades responsáveis alterem o cadastro na forma dos §§ 3º, 4º e 5º.

Art. 3º Para fins de alteração nas reestimativas de arrecadação de receitas do exercício de 2018, serão observados os seguintes prazos e procedimentos:

I - reestimativa de receitas do primeiro bimestre de 2018:

a) a SOF divulgará a reestimativa prévia dia 26 de fevereiro de 2018;

b) as unidades orçamentárias recolhedoras de receita poderão solicitar alterações dessa reestimativa de 27 de fevereiro a 2 de março de 2018; e

c) a SOF avaliará as solicitações das unidades, submeterá a reestimativa de receita consolidada a instâncias superiores e divulgará a reestimativa oficial até 24 de março de 2018;

II - reestimativa de receitas do segundo bimestre de 2018:

a) a SOF divulgará a reestimativa prévia dia 27 de abril de 2018;

b) as unidades orçamentárias recolhedoras de receita poderão solicitar alterações dessa reestimativa de 30 de abril a 4 de maio de 2018; e

c) a SOF avaliará as solicitações das unidades, submeterá a reestimativa de receita consolidada a instâncias superiores e divulgará a reestimativa oficial até 24 de maio de 2018;

III - reestimativa do terceiro bimestre de 2018:

a) a SOF divulgará a reestimativa prévia dia 29 de junho de 2018;

b) as unidades orçamentárias recolhedoras de receita poderão solicitar alterações dessa reestimativa de 2 a 5 de julho de 2018; e

c) a SOF avaliará as solicitações das unidades, submeterá a reestimativa de receita consolidada a instâncias superiores e divulgará a reestimativa oficial até 24 de julho de 2018;

IV - reestimativa de receitas do quarto bimestre de 2018:

a) a SOF divulgará a reestimativa prévia dia 31 de agosto de 2018;

b) as unidades orçamentárias recolhedoras de receita poderão solicitar alterações dessa reestimativa de 3 a 6 de setembro de 2018; e

c) a SOF avaliará as solicitações das unidades, submeterá a reestimativa de receita consolidada a instâncias superiores e divulgará a reestimativa oficial até 24 de setembro de 2018; e

V - reestimativa de receitas do quinto bimestre de 2018:

a) a SOF divulgará a reestimativa prévia dia 31 de outubro de 2018;

b) as unidades orçamentárias recolhedoras de receita poderão solicitar alterações dessa reestimativa de 1 a 7 de novembro de 2018; e

c) a SOF avaliará as solicitações das unidades, submeterá a reestimativa de receita consolidada a instâncias superiores e divulgará a reestimativa oficial até 23 de novembro de 2018.

Parágrafo único. As estimativas inseridas a qualquer tempo pelas unidades orçamentárias recolhedoras de receita poderão, ao longo do exercício, serem revistas pela SOF, mesmo que tenham sido aprovadas previamente.

Art. 4º Para fins de previsão das receitas que constarão no PLOA-2019, serão observados os seguintes prazos e procedimentos:

I - a SOF divulgará a primeira previsão de receitas em 19 de março de 2018;

II - as unidades orçamentárias recolhedoras de receita poderão solicitar alterações dessa previsão no período de 20 a 26 de março de 2018;

III - a SOF avaliará as solicitações das unidades, submeterá a estimativa de receita consolidada a instâncias superiores e divulgará a previsão consolidada em 16 de abril de 2018;

IV - a SOF divulgará a segunda previsão de receitas em 15 de junho de 2018;

V - as unidades orçamentárias recolhedoras de receita poderão solicitar alterações dessa previsão no período de 18 a 27 de junho de 2018;

VI - a SOF avaliará as solicitações das unidades, submeterá a estimativa de receita consolidada a instâncias superiores e divulgará a previsão consolidada em 13 de julho de 2018;

VII - as unidades orçamentárias recolhedoras de receita poderão solicitar reunião com os técnicos da SEAFI/SOF que serão realizadas entre os dias 16 e 20 de julho de 2018;

VIII - as unidades orçamentárias recolhedoras de receita poderão rever suas previsões de 23 a 27 de julho de 2018; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IX - a SOF avaliará as solicitações das unidades, submeterá a estimativa de receita consolidada a instâncias superiores e divulgará a previsão consolidada até 31 de agosto de 2018.

Parágrafo único. A SOF poderá alterar as estimativas de receita para o PLOA-2019 após as divulgações previstas neste artigo e até a entrega final da Proposta Orçamentária ao Congresso Nacional, mesmo que a solicitação da unidade tenha sido aprovada.

Art. 5º Os procedimentos descritos nos arts. 2º a 4º são requisitos para a admissibilidade da solicitação de alteração das estimativas e reestimativas de arrecadação de receita, mas não geram direito subjetivo ao órgão de que a solicitação seja atendida pelo Poder Executivo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JULIÃO JÚNIOR

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

PORTARIA Nº 2, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO AMAZONAS, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria MP nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto nos art. 18, inciso II, e art. 40 da lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c art. 7º do Decreto-Lei 271, de 28 de fevereiro de 1967 e no art. 17, inciso I, alínea f, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como os elementos que integram o processo nº04905.002448/2010-13, resolve:

Art. 1º Autorizar a concessão de direito real de uso gratuita a Movimento Social pelo Direito a Moradia Digna, da Área I, a Associação dos Moradores e Amigos do Complexo Antônio Aleixo, da área II e a Instituto Amazonense Mão Amiga, Área III, todos de propriedade da União, classificados como nacional interior, localizados na Rua Antônia Alves, S/N, Bairro Colônia Santo Antônio, município de Manaus, Estado do Amazonas, com área de 14.614,22m² a Área I, 14.652,15m² a Área II e 14.258,65m² a Área III inscrito sob os RIP nº 0255 010212-56, 0255 0100213-37 e 0255 0100214-18 respectivamente, e devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis e Protesto de Letras do 1º Ofício da Comarca de Manaus, sob as respectivas Matrículas nº 94356, 94357 e 94358 do Livro nº 2 - Registro Geral.

Parágrafo único. As áreas acima mencionadas apresentam as seguintes características e confrontações descritas nas respectivas matrículas dos imóveis (SEI 4424897 do processo em epígrafe).

Art. 2º Os imóveis a que se refere o art. 1º se destinam à implantação de Projeto Habitacional de Interesse Social no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades, em beneficio de 600 famílias de baixa renda, sendo 200 famílias por área. §1º Fica estabelecido o prazo de 3 (três) anos, a contar da data de assinatura do contrato, para a conclusão do empreendimento de provisão habitacional, prorrogável por mais 3 (três) anos a critério da Administração. §2º Até que seja transferido para os beneficiários finais, o imóvel não poderá ser dado como garantia, exceto quando se tratar de contrato de financiamento habitacional necessário para se atingir a finalidade desta cessão. §3º Na hipótese de execução da garantia em virtude do descumprimento do contrato de financiamento, fica mantida a finalidade para a qual o bem foi originalmente destinado, nos termos do art. 7º, caput e § 3º, do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 3º O prazo da concessão é indeterminado.

Art. 4º Fica o cessionário obrigado a: I - transferir gratuitamente o direito real de uso e as obrigações relativas às parcelas do imóvel descrito no art. 1º às famílias de baixa renda beneficiárias, averbando tais transferências junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente e à Superintendência do Patrimônio da União no Amazonas; II - promover, preferencialmente, a titulação junto à Matrícula do imóvel em nome da mulher, conforme Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005 e Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; III - fornecer à União, representada pela Superintendência do Patrimônio da União no Amazonas, os dados cadastrais dos beneficiários, bem como as peças técnicas e documentos necessários para a inscrição dos desmembramentos e transferências de direito real de uso efetivados no SIAPA; e IV - inserir nos contratos com os beneficiários finais da regularização fundiária de interesse social que somente poderá haver transferência dos imóveis mediante autorização prévia da SPU/AM e da Caixa Econômica Federal, e desde que após a quitação referente à participação financeira do beneficiário final no financiamento (art. 6º- A, § 5º, III, da Lei nº 11.977, de 2009) e após 5 (cinco) anos da assinatura dos respectivos contratos.

Art. 5º Os encargos de que tratam os artigos 2º e 4º serão permanentes e resolutivos, revertendo automaticamente o imóvel ou a unidade autônoma desmembrada ao Patrimônio da União, sem direito do cessionário ou o beneficiário final pessoa física a qualquer indenização, inclusive por obras ou quaisquer benfeitorias realizadas, se:

I - não for cumprida, dentro do prazo, a finalidade da cessão;

II - cessarem as razões que justificam a cessão;

III - ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista; e

IV - ocorrer descumprimento de cláusulas contratuais

Art. 6º Os direitos e obrigações mencionadas nesta portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de concessão e da legislação pertinente.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO COHEN MELO

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0053/2018 de 01/02/2018, 0054/2018 de 01/02/2018, 0055/2018 de 02/02/2018, 0056/2018 de 02/02/2018, 0057/2018 de 06/02/2018 e 0058/2018 de 06/02/2018, respectivamente:

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 47041003448201719 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Estrangeiro: Angelito Jaramillo Panaligan Passaporte: EC3444498 Estrangeiro: Ashley San Juan Sopenasky Passaporte: EC2196593 Estrangeiro: Brian Basilan Bagos Passaporte: EC4012978 Estrangeiro: Gil Permejo Tupaz Passaporte: EC3097247 Estrangeiro: Glenn Alcontin Baldorado Passaporte: EC5070340; Processo: 47041003449201763 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Estrangeiro: Jarvin Padul Pilpa Passaporte: EC5066402 Estrangeiro: Jaye Beene Zamora Padacan Passaporte: EB7810507 Estrangeiro: Joemar Nufable Fatlaunag Passaporte: EB8432316 Estrangeiro: John Lloyd Ranile Macoto Passaporte: EC4693633 Estrangeiro: Jose Garcia Bautista Passaporte: P2961700A; Processo: 47041003451201732 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Estrangeiro: Magnus Haraune Passaporte: 31432574 Estrangeiro: Michael Ambrocio Quijano Passaporte: P2193429A Estrangeiro: Nelson Fernandez Morente Passaporte: EC1834387 Estrangeiro: Nelson Flores Tungol Passaporte: EC8115888 Estrangeiro: Nomerlito Villar Perez Passaporte: EC7817730; Processo: 47041003452201787 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Estrangeiro: SVEIN KAARE NYLUND Passaporte: 28335593; Processo: 47041003453201721 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Estrangeiro: Norbert Jhon Basbano Colacion Passaporte: EB9873899 Estrangeiro: Remegio Alfeche Allesa Passaporte: EB8547895 Estrangeiro: Renie Merin Castro Passaporte: EC5146625 Estrangeiro: Reynel Gutierrez Cabanlong Passaporte: P3740439A Estrangeiro: Roderick Enomar Suliva Passaporte: EC2843236; Processo: 47041003455201711 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Estrangeiro: Raymond Cantalejo Cañete Passaporte: EC6271704 Estrangeiro: Saturnino Jr. Velarde Aquino Passaporte: P3431607A Estrangeiro: Tomasz Pieciukiewicz Passaporte: AT2839933 Estrangeiro: Trond Haakon Skramrud Johnsen Passaporte: 27737574; Processo: 47041003456201765 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Estrangeiro: Larry Miralles Opeña Passaporte: EB9090121 Estrangeiro: Mac Ferdinand Mallorca Dela Cru Passaporte: EC4966230 Estrangeiro: Michael Ordoñez de Juan Passaporte: EB8929439 Estrangeiro: Oeystein Torp Passaporte: 29494531 Estrangeiro: Oliver Diaz Santos Passaporte: EC4086114; Processo: 47041003457201718 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Estrangeiro: Al Christian Del Rosario Alvarez Passaporte: P3266533A Estrangeiro: Bernardo David Arevalo Passaporte: P3285135A Estrangeiro: Brian Gorduiz Anciano Passaporte: EC0227160 Estrangeiro: Edgar Canete Pilapil Passaporte: EC3482905 Estrangeiro: Edison Calupig Condes Passaporte: P2039985A; Processo: 47041003458201754 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Estrangeiro: Elmo Madrid Lamug Passaporte: EC6432071 Estrangeiro: Fernando Sta Cruz Alejandro Passaporte: EC8043398 Estrangeiro: Garren Veloso Gabaisen Passaporte: EC0961505 Estrangeiro: Jay Nobleza Castronuevo Passaporte: EC0668418 Estrangeiro: Jessie Henry Pangalay Requina Passaporte: P3167449A; Processo: 47041003459201707 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Estrangeiro: John Harvey Magbanua Cardinal Passaporte: EC4860843 Estrangeiro: John Joey Gamit Mico Passaporte: P0388086A Estrangeiro: Jukka Aleksi Hovi Passaporte: PX5380800 Estrangeiro: Jupiter Desierto Desquitado Passaporte: P3518634A Estrangeiro: Kevin Jed Valdez Likit Passaporte: P3358412A; Processo: 47041003505201760 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Estrangeiro: Erlindo Caso Pernites Passaporte: EC3597524; Processo: 47041003506201712 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Estrangeiro: Josemari Untalasco Domingo Passaporte: EC7342024 Estrangeiro: Przemyslaw Pawel Jagodzinski Passaporte: EA8542960 Estrangeiro: Rinalds Skangalis Passaporte: LV4096442 Estrangeiro: Warren Delos Santos Aytona Passaporte: P1217912A; Processo: 47041003507201759 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Estrangeiro: Alejandro Payabyab Sunga Passaporte: EC3151457 Estrangeiro: Arnel Palencia Beboso Passaporte: EB9743802 Estrangeiro: Gerald Razon Virtusio Passaporte: EC7837928 Estrangeiro: Oddgeir Gullhaug Passaporte: 32113086 Estrangeiro: Philip Jay Agustin Magharing Passaporte: P2957826A; Processo: 47041003565201782 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Estrangeiro: Radoslaw Ryszard Walczak Passaporte: EA1354528; Processo: 47041003568201716 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Estrangeiro: Evgeny Zagurskiy Passaporte: 726200762 Estrangeiro: Janito Pederito Eulogio Passaporte: P1383400A Estrangeiro: Maxim Krasnoselsky Passaporte: 713772049; Processo: 47041003570201795 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Estrangeiro: Hernan Dayao Antones Passaporte: EC0644622 Estrangeiro: Oddmund Vestboe Passaporte: 27026052 Estrangeiro: Royson Bendaño Ruaya Passaporte: EB8509966 Estrangeiro: Rufo JR Costuna Abalajen Passaporte: EC5638753; Processo: 47041003591201719 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Estrangeiro: Jeric Noilan Borreta Passaporte: EC3064287.

Residência Prévia - RN 02 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039010475201797 Empresa: YUNCHENG SERVICOS DE ROTOGRAVURA DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHENG WANG Data Nascimento: 03/06/1980 Passaporte: E99020064 País: CHINA Mãe: YUANXIA JI Pai: XIANGPING WANG; Processo: 47039010964201820 Empresa: RAFAEL MARTINS DA SILVA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Flortessa Tan Data Nascimento: 18/04/1973 Passaporte: EC4272904 País: FILIPINAS Mãe: Teresita Arato Fermantez Pai: Florante Batan Luis; Processo: 47039000301201805 Empresa: ALSTOM ENERGIA TERMICA E INDUSTRIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Markus Schmid Data Nascimento: 21/04/1968 Passaporte: X1746434 País: SUIÇA Mãe: Rosmarie Zimmerli Pai: René Schmid; Processo: 47039000693201802 Empresa: ACTIVE INDUSTRIA DE COSMETICOS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KAREN NOELLA ROETS Data Nascimento: 27/08/1987 Passaporte: EN158763 País: BÉLGICA Mãe: MARIA JOSEPH ADAMS Pai: ANDRE GEORGES ROETS; Processo: 47039000751201890 Empresa: CHERY BRASIL IMPORTACAO, FABRICACAO E DISTRIBUICAO DE VEICULOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gu Naitao Data Nascimento: 13/09/1991 Passaporte: EA0314048 País: CHINA Mãe: Chen Lizhen Pai: Gu Chunyi; Processo: 47039000786201829 Empresa: SAFRAN HELICOPTER ENGINES INDUSTRIA E COMERCIO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANNE SOPHIE CORINNE FLEURY VANHOUTTE Data Nascimento: 24/03/1972 Passaporte: 17EE38603 País: FRANÇA Mãe: GERMAINE GILSON Pai: JEAN PIERRE ALPHONSE JOSEPH FLEURY; Processo: 47039000903201854 Empresa: UNILEVER BRASIL GELADOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ERNESTO VIRAMONTES RIVEROLL Data Nascimento: 10/11/1975 Passaporte: G26744096 País: MÉXICO Mãe: SONIA RIVEROLL Pai: ERNESTO DE JESUS VIRAMONTES; Processo: 47039001049201843 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAJ KUMAR RAMASAMY Data Nascimento: 10/06/1986 Passaporte: A32468639 País: MALÁSIA Mãe: LEELA A P SUNAPPAN Pai: RAMASAMY A L RANGASAMY; Processo: 47039001134201810 Empresa: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KENJI TAJIKA Data Nascimento: 01/10/1964 Passaporte: TZ0712344 País: JAPÃO Mãe: NOBUKO TAJIKA Pai: SHINICHI TAJIKA; Processo: 47039001143201801 Empresa: STAR CLUSTER DO BRASIL LOGISTICA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JI HOON HONG Data Nascimento: 04/08/1983 Passaporte: M20697583 País: CORÉIA DO SUL Mãe: HA JUNG PARK Pai: NAM PYO HONG; Processo: 47039001210201889 Empresa: MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANONIMA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FEMKE ADRIANA MARIA VAN DEN HEUVEL Data Nascimento: 12/06/1987 Passaporte: NXH88FDL6 País: HOLANDA Mãe: JOSEPHINA GERARDA MARIA VAN HERPEN Pai: LAMBERTUS THEODORUS MARIA VAN DEN HEUVEL; Processo: 47039001383201805 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YVONNE HAMER Data Nascimento: 06/09/1983 Passaporte: C1XCL7029 País: ALEMANHA Mãe: PETRA HAMER Pai: DIETMAR INGO HAMER; Processo: 47039001406201873 Empresa: TOTAL E&P DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PHILIPPE GAETAN MARCEL DI MAMBRO Data Nascimento: 08/09/1964 Passaporte: 10CC22967 País: FRANÇA Mãe: ARLETTE MARCELLE BERNARD Pai: GIOVANNI DI MAMBRO; Processo: 47039001408201862 Empresa: XPTT BRASIL CONSTRUCAO DE SISTEMAS DE ENERGIA ELETRICA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HAIHONG DUAN Data Nascimento: 17/10/1976 Passaporte: G32839943 País: CHINA Mãe: TIANCHENG YU Pai: QIN DUAN; Processo: 47039001429201888 Empresa: VALLOUREC SOLUCOES TUBULARES DO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Hiroki Kikuchi Data Nascimento: 11/12/1987 Passaporte: TR1069460 País: JAPÃO Mãe: Noriko Kikuchi Pai: Hideki Kikuchi; Processo: 47039001436201880 Empresa: PROCTER & GAMBLE DO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARLOS ADOLFO MEDRANO MANRIQUEZ Data Nascimento: 11/12/1971 Passaporte: G15396233 País: MÉXICO Mãe: Ana Maria Manriquez Cano Pai: Adolfo Medrano Garcia; Processo: 47039001443201881 Empresa: THE BOSTON CONSULTING GROUP (BRASIL) LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ULRICH GARVERT Data Nascimento: 15/08/1992 Passaporte: C7F1RZR7N País: ALEMANHA Mãe: MARION IRMGARD GARVERT Pai: FRIEDHELM GARVERT; Processo: 47039001453201817 Empresa: RENTCARS LTDA Prazo: 2 Ano(s)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Estrangeiro: JUSTINE VIAL Data Nascimento: 24/01/1993 Passaporte: 14CT61565 País: FRANÇA Mãe: JACQUELINE CHAZELLE Pai: PASCAL MARIUS ANTOINE VIAL; Processo: 47039001477201876 Empresa: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCESCO CIANCIA Data Nascimento: 09/08/1974 Passaporte: YB2332216 País: ITÁLIA Mãe: VERA SALERNO Pai: RAFFAELE CIANCIA; Processo: 47039001476201821 Empresa: ECORE SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SVETLOZAR NIKOLOV ORLOVSKI Data Nascimento: 24/06/1986 Passaporte: 383193110 País: BULGÁRIA Mãe: EMA ANGELOVA ORLOVSKA Pai: NIKOLA IVANOV ORLOVSKI; Processo: 47039001514201846 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KATSUSHI ONO Data Nascimento: 01/03/1965 Passaporte: TR9436554 País: JAPÃO Mãe: AKIKO ONO Pai: EIICHI ONO; Processo: 47039001560201845 Empresa: PROCTER & GAMBLE INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADAM STEVEN GRAHAM Data Nascimento: 21/03/1984 Passaporte: 099233414 País: GRÃ BRETANHA Mãe: Christine Graham Pai: Francis Arthur Graham; Processo: 47039001574201869 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AHMED ZAYED MUHAMED IBRAHIM ALI RADWAN Data Nascimento: 10/11/1985 Passaporte: A21121611 País: REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO Mãe: MOSHIRA IBRAHIM ABDALLA EL MELIGI Pai: ZAYED MUHAMED IBRAHIM ALI RADWAN; Processo: 47039001603201892 Empresa: ESCOLA CANADENSE EDUCACAO GLOBAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Camellia Krystle Louise Hill Data Nascimento: 08/10/1987 Passaporte: AB322362 País: CANADÁ Mãe: Patricia Ann Lord Pai: Philip Aurthur Hill; Processo: 47039001608201815 Empresa: VALAGRO BRAZIL MANUFACTURING INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANTES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SERENA DI TOMMASO Data Nascimento: 15/04/1981 Passaporte: YB1474706 País: ITÁLIA Mãe: ROSANNA D'ORAZIO Pai: MARIO DI TOMMASO; Processo: 47039001644201889 Empresa: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOAO CARLOS DOS SANTOS GONÇALVES Data Nascimento: 26/10/1965 Passaporte: C626587 País: PORTUGAL Mãe: MARIA AMELIA DOS SANTOS GONÇALVES Pai: ANTONIO CURA GONÇALVES DOS SANTOS; Processo: 47039001691201822 Empresa: TOTAL E&P DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EHIZOKHALE ASIBOR Data Nascimento: 16/09/1979 Passaporte: A05698451 País: NIGÉRIA Mãe: JULIANA ASIBOR Pai: RICHARD ASIBOR; Processo: 47039001668201838 Empresa: AMARO FASHION LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PELLE BO ADAMSEN Data Nascimento: 15/04/1988 Passaporte: 209692285 País: DINAMARCA Mãe: BIRGITTE ADAMSEN Pai: BJARNE STENZ ADAMSEN; Processo: 47039001671201851 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HELGE MEIER Data Nascimento: 07/08/1982 Passaporte: C1XC74HRY País: ALEMANHA Mãe: SIGRID HANNELORE IDA MEIER Pai: UWE JURGEN MEIER; Processo: 47039001767201810 Empresa: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PATRICIA ELENA GONZALEZ MUÑOZ Data Nascimento: 11/07/1978 Passaporte: G07762293 País: MÉXICO Mãe: Patricia Elena Munoz Caraveo Pai: Luis Felipe Gonzalez Torres.

Residência Prévia - RN 21 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039000844201814 Empresa: CLUBE ANDRAUS BRASIL LTDA - EPP Prazo: 8 Mês(es) Estrangeiro: SARFOUDINE KPEGOUNI Data Nascimento: 18/02/1991 Passaporte: EB246995 País: TOGO Mãe: AGODOMOU KPADJA Pai: KPEGOUNI TCHAKOURA; Processo: 47039001248201851 Empresa: DESPORTIVO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 4 Ano(s) Estrangeiro: Yuanshu Zhang Data Nascimento: 25/05/1997 Passaporte: E28128376 País: CHINA Mãe: XIAOLI LIU Pai: ZHIQING ZHANG; Processo: 47039001255201853 Empresa: JATAI ATLETICO CLUBE Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: MARTINS OSIGBEMHE UMORU Data Nascimento: 28/07/1986 Passaporte: A08088085 País: NIGÉRIA Mãe: CELINA UMORU Pai: ANTHONY MOORE UMORU; Processo: 47039001454201861 Empresa: ASSOCIACAO MACAE DE BASQUETE Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: NATHANIEL DAVID BARNES Data Nascimento: 16/09/1990 Passaporte: 493629421 País: EUA Mãe: TRACY A ROBINSON Pai: NATHANIEL L BARNES; Processo: 47039001457201803 Empresa: ASSOCIACAO MACAE DE BASQUETE Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: ISAAC DONNELL THORNTON Data Nascimento: 25/06/1991 Passaporte: 553374562 País: EUA Mãe: ROWSHELL ANN AMBERS Pai: LARRY DONNELL THORTON; Processo: 47039001478201811 Empresa: ASSOCIACAO MACAE DE BASQUETE Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: TRENELL DOMINIC BELL Data Nascimento: 14/06/1994 Passaporte: 563516982 País: EUA Mãe: QUACY MARIA BARNES Pai: NÃO INFORMADO.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039010322201740 Empresa: ELETTRIC 80 LATIN AMERICA AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CARLO MASTRANGELO Data Nascimento: 07/09/1989 Passaporte: YA4295983 País: ITÁLIA; Processo: 47039010558201786 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUMPEI SETO Data Nascimento: 23/01/1989 Passaporte: TH9766898 País: JAPÃO; Processo: 47039001631201818 Empresa: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ZHAO RENFU Data Nascimento: 23/12/1989 Passaporte: E93469164 País: CHINA; Processo: 47039000592201823 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: até 31/12/2018 Estrangeiro: MAITE GASTON GOÑI Data Nascimento: 13/09/1989 Passaporte: AAJ778567 País: ESPANHA; Processo: 47039000597201856 Empresa: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BO ZHANG Data Nascimento: 21/12/1986 Passaporte: E92457937 País: CHINA Estrangeiro: CHUAN LI Data Nascimento: 11/09/1982 Passaporte: G47273369 País: CHINA Estrangeiro: GUANGYI FENG Data Nascimento: 28/06/1969 Passaporte: EB6171858 País: CHINA Estrangeiro: MIAOHUI ZHENG Data Nascimento: 07/12/1980 Passaporte: E94884759 País: CHINA Estrangeiro: QING MA Data Nascimento: 20/10/1989 Passaporte: E83819725 País: CHINA Estrangeiro: SHUIHUA WANG Data Nascimento: 05/09/1980 Passaporte: EB5439990 País: CHINA Estrangeiro: XIUFENG ZHANG Data Nascimento: 16/08/1983 Passaporte: E36879884 País: CHINA Estrangeiro: YONGNIAN QIAO Data Nascimento: 03/03/1976 Passaporte: EA7795337 País: CHINA Estrangeiro: YUN TAO Data Nascimento: 13/05/1992 Passaporte: E89179685 País: CHINA Estrangeiro: ZHONG LIU Data Nascimento: 20/04/1976 Passaporte: E28978366 País: CHINA; Processo: 47039000823201807 Empresa: VEOLIA WATER TECHNOLOGIES BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DIMITRIOS APOSTOLOPOULOS Data Nascimento: 03/01/1985 Passaporte: AN2276936 País: GRÉCIA; Processo: 47039000956201875 Empresa: CARLOS A.WANDERLEY & FILHOS-IMP.EXP.COM.REPR.LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GRAZIANO MERONI Data Nascimento: 20/11/1973 Passaporte: YA7279850 País: ITÁLIA; Processo: 47039000968201808 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BONGJUN KIM Data Nascimento: 08/02/1987 Passaporte: M6624646 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039000970201879 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BUHYEON JEONG Data Nascimento: 24/11/1983 Passaporte: M49352260 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039000972201868 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BYONG HUI CHO Data Nascimento: 05/11/1969 Passaporte: M31636997 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039000973201811 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHANIL PARK Data Nascimento: 22/05/1968 Passaporte: M51365915 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039000975201800 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAEHWAN KIM Data Nascimento: 12/11/1987 Passaporte: M37557608 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039000977201891 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAEYOUN SON Data Nascimento: 12/04/1988 Passaporte: M46223867 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039000981201859 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DOHOON KANG Data Nascimento: 18/07/1986 Passaporte: M67255625 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039000985201837 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DONGJIN YANG Data Nascimento: 24/11/1977 Passaporte: M10566200 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039000992201839 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DONGJUN SEOK Data Nascimento: 12/12/1985 Passaporte: M55959378 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039000995201872 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GIHUN KIM Data Nascimento: 06/06/1993 Passaporte: M82543393 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039001126201865 Empresa: KAROON PETROLEO & GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LIZBETH PAOLA CALIZAYA SUNCHULLI Data Nascimento: 30/12/1991 Passaporte: 3367408 País: PERU; Processo: 47039001176201842 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PETRA MALIN CHRISTINA HAGSTROM Data Nascimento: 26/10/1982 Passaporte: 88313759 País: SUÉCIA; Processo: 47039001241201830 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WOLFGANG HEINRICH GEUTING Data Nascimento: 26/03/1962 Passaporte: C7F081690 País: ALEMANHA; Processo: 47039001243201829 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HENDRIK MALLONN Data Nascimento: 23/05/1985 Passaporte: C7F1FP0FM País: ALEMANHA; Processo: 47039001300201870 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAAKKO JOHANNES LEPPATIE Data Nascimento: 21/08/1984 Passaporte: FP1351934 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039001307201891 Empresa: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROGER THOMAS ROE Data Nascimento: 19/04/1958 Passaporte: 506216617 País: EUA; Processo: 47039001305201801 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TOMMI HERMAN KOSKINEN Data Nascimento: 09/07/1982 Passaporte: PA6130900 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039001310201813 Empresa: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SAMMY YOUNGBLOOD Data Nascimento: 25/08/1960 Passaporte: 483794128 País: EUA; Processo: 47039001313201849 Empresa: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RYAN LARRY FOSLER Data Nascimento: 17/07/1985 Passaporte: 530478877 País: EUA; Processo: 47039001322201830 Empresa: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JURGEN ANTON MORATH Data Nascimento: 20/09/1971 Passaporte: C4YL6H5TF País: ALEMANHA; Processo: 47039001368201859 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BENJAMIN JOHN THOMAS III Data Nascimento: 12/03/1978 Passaporte: 505452030 País: EUA; Processo: 47039001369201801 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KEITH BLAZE POWELL Data Nascimento: 09/08/1983 Passaporte: 488212619 País: EUA; Processo: 47039001370201828 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WYATT DREW MC GINLEY Data Nascimento: 25/10/1959 Passaporte: 454758893 País: EUA; Processo: 47039001371201872 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARIA GABRIELA NUÑEZ FERRER Data Nascimento: 15/01/1980 Passaporte: 139916104 País: VENEZUELA; Processo: 47039001422201866 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LORENZ GRIENDL Data Nascimento: 14/09/1981 Passaporte: P7403554 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039001425201808 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Siegfried Eckhart Data Nascimento: 05/04/1965 Passaporte: P5976518 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039001426201844 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Timo Ensio Ilmari Hakkarainen Data Nascimento: 04/11/1990 Passaporte: FP1527393 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039001430201811 Empresa: SANCHEZ CANO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO PALAZON ILLAN Data Nascimento: 01/02/1975 Passaporte: AAJ081172 País: ESPANHA; Processo: 47039001459201894 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PATRICK PAYER Data Nascimento: 09/09/1986 Passaporte: P5837734 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039001567201867 Empresa: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZHAOTAI MENG Data Nascimento: 04/11/1989 Passaporte: EB9317804 País: CHINA Estrangeiro: ZHAOXU MENG Data Nascimento: 08/06/1989 Passaporte: E91592410 País: CHINA; Processo: 47039001592201841 Empresa: CONSTRUCAP CCPS ENGENHARIA E COMERCIO SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FREDDY ERKKI SYDOW VIITALA Data Nascimento: 12/07/1975 Passaporte: 92177490 País: SUÉCIA; Processo: 47039001609201860 Empresa: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER JAMES MORTON Data Nascimento: 12/03/1986 Passaporte: 524567943 País: INGLATERRA Estrangeiro: JEREMY PATRICK MARTYN Data Nascimento: 11/09/1967 Passaporte: 523656359 País: INGLATERRA Estrangeiro: RICHARD ANTONY STOTT Data Nascimento: 10/02/1984 Passaporte: 550182908 País: INGLATERRA; Processo: 47039001610201894 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Leonardo Landivar Viera Data Nascimento: 01/06/1990 Passaporte: A712188 País: BOLÍVIA; Processo: 47039001615201817 Empresa: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: XIE JIANBANG Data Nascimento: 04/11/1990 Passaporte: EB8389373 País: CHINA; Processo: 47039001616201861 Empresa: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Luo Zhizhong Data Nascimento: 16/05/1988 Passaporte: EB6407241 País: CHINA; Processo: 47039001622201819 Empresa: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: WU PING Data Nascimento: 12/10/1989 Passaporte: E47109669 País: CHINA; Processo: 47039001623201863 Empresa: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JUNLEI GU Data Nascimento: 28/02/1986 Passaporte: E47953140 País: CHINA; Processo: 47039001626201805 Empresa: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DENG YONG Data Nascimento: 10/08/1986 Passaporte: EB4837341 País: CHINA Estrangeiro: LI YOUPENG Data Nascimento: 21/08/1979 Passaporte: G57500516 País: CHINA Estrangeiro: WANG WENBIN Data Nascimento: 16/07/1992 Passaporte: EB7530651 País: CHINA.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º caput):

Processo: 47039001089201895 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BRETT CHRISTOPHER ROBERTS Data Nascimento: 08/08/1992 Passaporte: 472642878 País: EUA; Processo: 47039000707201880 Empresa: PLACAS DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS ROLAND ERFURTH Data Nascimento: 03/10/1959 Passaporte: C6X4KGPYP País: ALEMANHA; Processo: 47039000718201860 Empresa: CAPGEMINI BRASIL S/A Prazo: 180 Mês(es) Estrangeiro: ASHLEE DANIELLE GAINES Data Nascimento: 05/11/1972 Passaporte: 469664757 País: EUA; Processo: 47039000721201883 Empresa: CAPGEMINI BRASIL S/A Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: EDOCIANA DSOUZA Data Nascimento: 20/09/1964 Passaporte: H8670663 País: ÍNDIA; Processo: 47039000724201817 Empresa: CAPGEMINI BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GAURAV SHARMA Data Nascimento: 29/08/1970 Passaporte: 566783301 País: EUA; Processo: 47039000726201814 Empresa: CAPGEMINI BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GAUTAM SRIRAM RAMDAS Data Nascimento: 05/01/1979 Passaporte: J4407352 País: ÍNDIA; Processo: 47039000736201841 Empresa: CAPGEMINI BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JESS GERALD WATSON Data Nascimento: 06/09/1982 Passaporte: 505748015 País: EUA; Processo: 47039000737201896 Empresa: CAPGEMINI BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KERMIT SHEPHERD KEELING Data Nascimento: 20/11/1979 Passaporte: 500688479 País: EUA; Processo: 47039000739201885 Empresa: CAPGEMINI BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PRADEEP KANNAN Data Nascimento: 20/02/1982 Passaporte: H2129536 País: ÍNDIA; Processo: 47039000743201843 Empresa: CAPGEMINI BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: VINOD KUMAR RAY Data Nascimento: 12/10/1969 Passaporte: P7085430

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

País: ÍNDIA; Processo: 47039000746201887 Empresa: CAPGEMINI BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: YIRAN YUAN Data Nascimento: 31/05/1987 Passaporte: G35288594 País: CHINA; Processo: 47039000805201817 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LE VAN TRUONG Data Nascimento: 01/01/1984 Passaporte: C4139547 País: VIETNÃ; Processo: 47039000808201851 Empresa: BMW DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JOSE FRANCISCO MENDOZA MARTINEZ Data Nascimento: 26/11/1992 Passaporte: G27447142 País: MÉXICO; Processo: 47039000814201816 Empresa: BMW DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARCO ANTONIO ORTEGA RAMIREZ Data Nascimento: 30/08/1973 Passaporte: G27446742 País: MÉXICO; Processo: 47039000817201841 Empresa: BMW DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SERGIO MARTINEZ RODRIGUEZ Data Nascimento: 15/02/1984 Passaporte: G20025286 País: MÉXICO; Processo: 47039000943201804 Empresa: PLACAS DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JENS PLEWE Data Nascimento: 09/01/1989 Passaporte: C22KWOWGV País: ALEMANHA; Processo: 47039000991201894 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JIANMIN ZHANG Data Nascimento: 16/08/1974 Passaporte: E76444953 País: CHINA; Processo: 47039001005201813 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: QINGLI LI Data Nascimento: 25/05/1970 Passaporte: PE0510711 País: CHINA; Processo: 47039001039201816 Empresa: ALLPEX - COMERCIO, REPRESENTACAO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: STEVEN THOMAS GRISE Data Nascimento: 17/05/1952 Passaporte: 538596363 País: EUA; Processo: 47039001058201834 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LEI WANG Data Nascimento: 16/11/1984 Passaporte: P01767291 País: CHINA; Processo: 47039001061201858 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MING LIU Data Nascimento: 01/01/1984 Passaporte: PE1423523 País: CHINA; Processo: 47039001063201847 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PEIZHENG SHI Data Nascimento: 08/07/1985 Passaporte: PE0525585 País: CHINA; Processo: 47039001065201836 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SHUO SUN Data Nascimento: 07/06/1987 Passaporte: PE0609740 País: CHINA; Processo: 47039001067201825 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: YI YANG Data Nascimento: 10/04/1975 Passaporte: PE1423524 País: CHINA; Processo: 47039001069201814 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: YINGHUI PING Data Nascimento: 01/02/1983 Passaporte: PE0525584 País: CHINA; Processo: 47039001070201849 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ZHI SHEN Data Nascimento: 26/09/1983 Passaporte: PE0525611 País: CHINA; Processo: 47039001136201809 Empresa: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALBÉRIC FRANCIS CHRISTIAN ANDRÉ ROCACHER Data Nascimento: 24/10/1985 Passaporte: 17AZ12321 País: FRANÇA; Processo: 47039001242201884 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANTONIO MONTAÑA REDONDO Data Nascimento: 10/12/1983 Passaporte: PAE984353 País: ESPANHA; Processo: 47039001271201846 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT THOMSON Data Nascimento: 01/09/1957 Passaporte: 111448486 País: INGLATERRA; Processo: 47039001285201860 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ADRIAAN BAAUW Data Nascimento: 27/05/1966 Passaporte: NP3PF9794 País: HOLANDA; Processo: 47039001286201812 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DENNIS ALEXANDER LANKERS Data Nascimento: 10/04/1971 Passaporte: NP4LR9641 País: HOLANDA; Processo: 47039001289201848 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BASTIAAN ALBERT VAN HOORN Data Nascimento: 18/01/1973 Passaporte: BM1JP4JJ6 País: HOLANDA; Processo: 47039001290201872 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ARNOLD EGNERT JOHANNES NIESSEN Data Nascimento: 11/08/1965 Passaporte: BCJH38383 País: HOLANDA; Processo: 47039001291201817 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DONALD GEORGE KEMLER III Data Nascimento: 22/02/1971 Passaporte: 505873257 País: EUA; Processo: 47039001292201861 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FRITS JOHANNES DE NIJS Data Nascimento: 14/05/1958 Passaporte: BEHD1JC87 País: HOLANDA; Processo: 47039001332201875 Empresa: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RICKY DALE STEPHENS Data Nascimento: 11/12/1969 Passaporte: 454385786 País: EUA; Processo: 47039001295201803 Empresa: CIEM MADA AUTOMACAO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SILVIO ATTILIO BERLETTANO Data Nascimento: 16/05/1957 Passaporte: YA7792395 País: ITÁLIA; Processo: 47039001297201894 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ERIC DAVID SHRONTZ Data Nascimento: 15/02/1980 Passaporte: 484788110 País: EUA; Processo: 47039001299201883 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KNUT SAETRE FOLLERAAS Data Nascimento: 23/11/1967 Passaporte: 32858962 País: NORUEGA; Processo: 47039001301201814 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DENNIS HALVORSROED HARDY Data Nascimento: 16/01/1992 Passaporte: 32879966 País: NORUEGA; Processo: 47039001303201811 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS FELDMANN Data Nascimento: 16/10/1990 Passaporte: C2HOVRP3R País: ALEMANHA; Processo: 47039001304201858 Empresa: CAPGEMINI BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GAURAV KUMAR Data Nascimento: 20/11/1982 Passaporte: J5324301 País: ÍNDIA; Processo: 47039001309201881 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LARS BATHKE Data Nascimento: 20/07/1980 Passaporte: C2HOKC45M País: ALEMANHA; Processo: 47039001312201802 Empresa: CAPGEMINI BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SHRADDHA DUBEY Data Nascimento: 12/07/1990 Passaporte: L6023417 País: ÍNDIA; Processo: 47039001337201806 Empresa: PLACAS DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANDREAS MICHAEL LENGOWSKI Data Nascimento: 04/07/1966 Passaporte: C72J623Y5 País: ALEMANHA; Processo: 47039001339201897 Empresa: HONDA LOCK DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SHINSUKE HISHINUMA Data Nascimento: 24/06/1984 Passaporte: TR8877278 País: JAPÃO; Processo: 47039001342201819 Empresa: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A Prazo: 10 Dia(s) Estrangeiro: Soeren Lykke Jensen Data Nascimento: 27/07/1967 Passaporte: 205544686 País: DINAMARCA; Processo: 47039001344201808 Empresa: GULFSTREAM DO BRASIL SERVICOS DE SUPORTE E MANUTENCAO A AERONAVES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BENJAMIN ALAN VENUTI Data Nascimento: 13/02/1972 Passaporte: 548551926 País: EUA; Processo: 47039001346201899 Empresa: HONDA LOCK DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SHUNSUKE OTSUKA Data Nascimento: 03/09/1981 Passaporte: TK7646588 País: JAPÃO; Processo: 47039001347201833 Empresa: PLACAS DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DENNIS GOLDSCHMIED Data Nascimento: 22/08/1980 Passaporte: C6XH0CG67 País: ALEMANHA; Processo: 47039001345201844 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT JAMES ANDREW ARENS Data Nascimento: 27/03/1972 Passaporte: 461388123 País: EUA; Processo: 47039001349201822 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LAWRENCE CHARLES BOTSFORD Data Nascimento: 16/10/1967 Passaporte: 529262779 País: EUA; Processo: 47039001350201857 Empresa: FLORAPLAC MDF LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL MUELLER Data Nascimento: 04/02/1963 Passaporte: COP0XHXWX País: ALEMANHA; Processo: 47039001351201800 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL DELBECK Data Nascimento: 26/01/1966 Passaporte: C7FWCG882 País: ALEMANHA; Processo: 47039001353201891 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Stein Olav Myra Data Nascimento: 10/12/1986 Passaporte: 29396885 País: NORUEGA; Processo: 47039001354201835 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Eivind Sannes Data Nascimento: 14/02/1966 Passaporte: 31488419 País: NORUEGA; Processo: 47039001360201892 Empresa: AIR PRODUCTS BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: STEVEN JON MOMBERG Data Nascimento: 18/10/1957 Passaporte: 452472406 País: EUA; Processo: 47039001367201812 Empresa: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARIAN CORDUNEANU Data Nascimento: 27/01/1985 Passaporte: 087735225 País: ROMÊNIA; Processo: 47039001374201814 Empresa: BROSE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTIAN WITTKOPF Data Nascimento: 24/08/1983 Passaporte: CGXF2XPC5 País: ALEMANHA Estrangeiro: DOMINIK RUMMEL Data Nascimento: 25/09/1990 Passaporte: CGXHP8TXC País: ALEMANHA; Processo: 47039001372201817 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: VOLKHARD EBELING Data Nascimento: 04/11/1960 Passaporte: C1X5YHFFW País: ALEMANHA; Processo: 47039001373201861 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TERRY JOE DAVIS Data Nascimento: 15/08/1964 Passaporte: 492075641 País: EUA; Processo: 47039001375201851 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LARRY DEAN VAN IWARDEN Data Nascimento: 20/10/1965 Passaporte: 488573335 País: EUA; Processo: 47039001376201803 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: WARREN JAMES RAGER Data Nascimento: 23/09/1966 Passaporte: 488805323 País: EUA; Processo: 47039001377201840 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BRIAN JOSEPH LITTLE Data Nascimento: 11/07/1985 Passaporte: 517131614 País: EUA; Processo: 47039001379201839 Empresa: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Kristoffer Oedegaard Data Nascimento: 28/04/1983 Passaporte: 28909585 País: NORUEGA; Processo: 47039001380201863 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: STEFAN SUTMOELLER Data Nascimento: 05/06/1983 Passaporte: C21GGPKTZ País: ALEMANHA; Processo: 47039001382201852 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALEXANDER KHORKHORDIN Data Nascimento: 21/06/1984 Passaporte: C4Y9FWPZZ País: ALEMANHA; Processo: 47039001381201816 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Carlos Alberto Romero Olvera Data Nascimento: 31/08/1984 Passaporte: G14192912 País: MÉXICO; Processo: 47039001385201896 Empresa: WIPRO DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JEBIN BENJAMIN VIMALA Data Nascimento: 26/05/1990 Passaporte: Z3422487 País: ÍNDIA; Processo: 47039001384201841 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Juan Antonio Ramirez Gonzalez Data Nascimento: 19/05/1988 Passaporte: G05377731 País: MÉXICO; Processo: 47039001401201841 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JAIME MALERVA CLEMENTE Data Nascimento: 19/10/1972 Passaporte: G21607474 País: MÉXICO; Processo: 47039001386201831 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Victor Manuel Oporto Leiva Data Nascimento: 07/05/1977 Passaporte: 25986511N País: ARGENTINA; Processo: 47039001400201804 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JONATHAN HUGHES Data Nascimento: 01/05/1962 Passaporte: 505833460 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039001387201885 Empresa: BROSE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JAKOB SILVAN MAIER Data Nascimento: 04/07/1995 Passaporte: CGXJFWGJW País: ALEMANHA; Processo: 47039001399201818 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MATTHEW CHARLES MORSE Data Nascimento: 10/12/1969 Passaporte: 475769115 País: EUA; Processo: 47039001398201865 Empresa: THYSSENKRUPP INDUSTRIAL SOLUTIONS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BRUCE ALAN FREY Data Nascimento: 29/06/1963 Passaporte: 537654172 País: EUA; Processo: 47039001397201811 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JIMMY DELGADO MALICIA Data Nascimento: 15/07/1964 Passaporte: EC7598917 País: FILIPINAS; Processo: 47039001395201821 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NGUYEN VAN TOAN Data Nascimento: 19/12/1983 Passaporte: B6192266 País: VIETNÃ; Processo: 47039001389201874 Empresa: BROSE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JOHAN JEAN A. DE SMEDT Data Nascimento: 15/02/1969 Passaporte: EN016078 País: BÉLGICA; Processo: 47039001396201876 Empresa: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL MURESANU Data Nascimento: 18/10/1974 Passaporte: 055415833 País: ROMÊNIA; Processo: 47039001404201884 Empresa: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARIAN MIU Data Nascimento: 21/07/1982 Passaporte: 052184896 País: ROMÊNIA; Processo: 47039001407201818 Empresa: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MIHAI CORBU Data Nascimento: 29/10/1975 Passaporte: 053268759 País: ROMÊNIA; Processo: 47039001416201817 Empresa: ESTALEIROS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Adam Matthew de Vos Data Nascimento: 02/04/1990 Passaporte: HM557817 País: CANADÁ; Processo: 47039001417201853 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Jente de Jong Data Nascimento: 10/04/1986 Passaporte: NN8JRRJ60 País: HOLANDA; Processo: 47039001420201877 Empresa: ESTALEIROS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Wayne Mckay Durham Data Nascimento: 03/12/1969 Passaporte: AA321739 País: CANADÁ; Processo: 47039001424201855 Empresa: IHC DO BRASIL SERVICOS TECNICOS E DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Johannes Pieter Heuff Data Nascimento: 14/07/1955 Passaporte: NY100C323 País: HOLANDA; Processo: 47039001421201811 Empresa: CLYDE BERGEMANN DO BRASIL LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Jeet Ranchhodbhai Patel Data Nascimento: 26/10/1990 Passaporte: J0257114 País: ÍNDIA; Processo: 47039001423201819 Empresa: CLYDE BERGEMANN DO BRASIL LIMITADA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Franklin Carter Wexler II Data Nascimento: 15/06/1993 Passaporte: 562363514 País: EUA; Processo: 47039001432201800 Empresa: VALLOUREC SOLUCOES TUBULARES DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Mario Bei Data Nascimento: 03/08/1955 Passaporte: YA6274301 País: ITÁLIA; Processo: 47039001441201892 Empresa: TOSHIBA AMERICA DO SUL LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JUNICHI KURADOME Data Nascimento: 19/01/1976 Passaporte: MU3384666 País: JAPÃO; Processo: 47039001442201837 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALBERTO ORTIZ DE ELGUEA GASTIAIN Data Nascimento: 09/01/1967 Passaporte: AAJ617413 País: ESPANHA; Processo: 47039001444201826 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CARLOS FUERTES GANDARILLAS Data Nascimento: 20/10/1976 Passaporte: AAC585182 País: ESPANHA; Processo: 47039001445201871 Empresa: IMPRESS DECOR BRASIL - INDUSTRIA DE PAPEIS DECORATIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SIEGFRIED MATTHIAS HANS WILLIAM DUNWALD Data Nascimento: 19/02/1964 Passaporte: C7JL2MLVV País: ALEMANHA; Processo: 47039001446201815 Empresa: IMPRESS DECOR BRASIL - INDUSTRIA DE PAPEIS DECORATIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: UWE KOELLING Data Nascimento: 25/04/1958 Passaporte: C7MC7VRX1 País: ALEMANHA; Processo: 47039001447201860 Empresa: IMPRESS DECOR BRASIL - INDUSTRIA DE PAPEIS DECORATIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LUCAS ROST Data Nascimento: 29/10/1972 Passaporte: C7M4X6994 País: ALEMANHA; Processo: 47039001456201851 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JACKSON RAMON RIOS MENDOZA Data Nascimento: 31/03/1990 Passaporte: AT690246 País: COLÔMBIA; Processo: 47039001458201840 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MANUEL RAFAEL MARCANO GONZALEZ Data Nascimento:

06/10/1989 Passaporte: 072838381 País: VENEZUELA; Processo: 47039001460201819 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JESUS ANTONIO VARGAS CHACON Data Nascimento: 09/06/1985 Passaporte: 110015778 País: VENEZUELA; Processo: 47039001461201863 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JHONNY JESUS FLORES MATUTE Data Nascimento: 26/09/1981 Passaporte: 137702321 País: VENEZUELA; Processo: 47039001462201816 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DARYL LLEWELYN THOMAS Data Nascimento: 13/12/1977 Passaporte: 528804041 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039001463201852 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: VAN TIEU Data Nascimento: 05/05/1960 Passaporte: GJ264060 País: CANADÁ; Processo: 47039001464201805 Empresa: HONEYWELL DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DIEGO EINSTEIN MURDANI Data Nascimento: 10/06/1991 Passaporte: X361080 País: INDONÉSIA; Processo: 47039001451201828 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: URMAS KIROTAR Data Nascimento: 04/01/1969 Passaporte: KB0787377 País: ESTÔNIA; Processo: 47039001452201872 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HELGE GRANDE Data Nascimento: 14/12/1959 Passaporte: 32114724 País: NORUEGA; Processo: 47039001480201890 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ORLANDO PRIETO Data Nascimento: 25/07/1987 Passaporte: 561339814 País: EUA; Processo: 47039001475201887 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HOLGER BERND WARNER-MAGLIOLI WARNER Data Nascimento: 01/02/1966 Passaporte: C297G76H4 País: ALEMANHA; Processo: 47039001473201898 Empresa: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PHILIP ROSS LANDRY Data Nascimento: 24/08/1985 Passaporte: 541811103 País: EUA; Processo: 47039001471201807 Empresa: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER ALLEN PETRY Data Nascimento: 03/12/1982 Passaporte: 543774222 País: EUA; Processo: 47039001465201841 Empresa: NEC LATIN AMERICA S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HIROSHI KAWAKAMI Data Nascimento: 01/09/1965 Passaporte: TH9111398 País: JAPÃO; Processo: 47039001469201820 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: VILLE MARTTI HERMAN NISKANEN Data Nascimento: 21/05/1984 Passaporte: PW3399111 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039001472201843 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HENRI EEMELI KARKKAINEN Data Nascimento: 18/11/1989 Passaporte: PA8130562 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039001487201810 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 21 Dia(s) Estrangeiro: JANN JOHANNES JANSSEN Data Nascimento: 27/07/1962 Passaporte: C2F82XXG4 País: ALEMANHA; Processo: 47039001479201865 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JAANA KRISTIINA VIHAVAINEN Data Nascimento: 14/08/1965 Passaporte: PP6158789 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039001484201878 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JOKKE MATTI JANTUNEN Data Nascimento: 30/05/1973 Passaporte: FP1842218 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039001488201856 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SAMI MIKA ENSIO TURTIAINEN Data Nascimento: 31/07/1974 Passaporte: PN2435176 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039001493201869 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 21 Dia(s) Estrangeiro: RALF ALBERT BERNHARD BEHRENDS Data Nascimento: 11/01/1969 Passaporte: C2FP5TKH6 País: ALEMANHA; Processo: 47039001495201858 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: VEIKKO KARI KARKKAINEN Data Nascimento: 03/08/1959 Passaporte: PC5125130 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039001499201836 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 21 Dia(s) Estrangeiro: TINO WIENAND GERBER Data Nascimento: 12/11/1989 Passaporte: C2F87Z627 País: ALEMANHA; Processo: 47039001498201891 Empresa: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A Prazo: 10 Dia(s) Estrangeiro: Hyunbo Sim Data Nascimento: 13/11/1988 Passaporte: M62652456 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039001502201811 Empresa: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PRABHAHARAN SUBBIAH Data Nascimento: 23/04/1982 Passaporte: Z3771311 País: ÍNDIA; Processo: 47039001500201822 Empresa: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A Prazo: 10 Dia(s) Estrangeiro: Hyunseok Ma Data Nascimento: 10/07/1978 Passaporte: M89358868 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039001505201855 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 21 Dia(s) Estrangeiro: UWE OER Data Nascimento: 08/01/1985 Passaporte: C2KFTYJ2M País: ALEMANHA; Processo: 47039001501201877 Empresa: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A Prazo: 10 Dia(s) Estrangeiro: Jae-Kyu Oh Data Nascimento: 25/03/1976 Passaporte: M23529313 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039001506201808 Empresa: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A Prazo: 10 Dia(s) Estrangeiro: Kido Park Data Nascimento: 29/12/1983 Passaporte: M11663655 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039001516201835 Empresa: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A Prazo: 10 Dia(s) Estrangeiro: Yuta Kawamuki Data Nascimento: 13/10/1987 Passaporte: TK7679644 País: JAPÃO; Processo: 47039001518201824 Empresa: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KENICHI SUZUKI Data Nascimento: 08/02/1960 Passaporte: TK2207156 País: JAPÃO; Processo: 47039001519201879 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DIONISIO BEDIN Data Nascimento: 18/12/1966 Passaporte: YA6054125 País: ITÁLIA; Processo: 47039001522201892 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MAURIZIO SIMEONI Data Nascimento: 22/07/1964 Passaporte: YA6671704 País: ITÁLIA; Processo: 47039001524201881 Empresa: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KEIICHI TANAKA Data Nascimento: 10/02/1975 Passaporte: TK8888919 País: JAPÃO; Processo: 47039001523201837 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SAQIB MASROOR Data Nascimento: 03/09/1989 Passaporte: AF0826742 País: PAQUISTÃO; Processo: 47039001525201826 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: VLADIMIR KOVAC Data Nascimento: 02/08/1978 Passaporte: BG8707178 País: ESLOVÁQUIA; Processo: 47039001526201871 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MILAN DVORSKY Data Nascimento: 21/07/1972 Passaporte: BA1846763 País: ESLOVÁQUIA; Processo: 47039001527201815 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ZDENEK HAJEK Data Nascimento: 31/12/1966 Passaporte: BE4938034 País: ESLOVÁQUIA; Processo: 47039001529201812 Empresa: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NORIYUKI SUGIURA Data Nascimento: 05/04/1967 Passaporte: TR7070945 País: JAPÃO; Processo: 47039001531201883 Empresa: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKAO NAKAMURA Data Nascimento: 17/01/1986 Passaporte: TK1135631 País: JAPÃO; Processo: 47039001532201828 Empresa: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YASUSHI SHIMIZU Data Nascimento: 28/02/1978 Passaporte: TK7017319 País: JAPÃO; Processo: 47039001533201872 Empresa: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASAYA MATSUDA Data Nascimento: 27/10/1972 Passaporte: TR6953475 País: JAPÃO; Processo: 47039001535201861 Empresa: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: NORITAKA UEDA Data Nascimento: 27/02/1976 Passaporte: TK4906525 País: JAPÃO; Processo: 47039001536201814 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Johan Bernhard Wouter Puister Data Nascimento: 20/04/1988 Passaporte: NR93FKKF2 País: HOLANDA; Processo: 47039001537201851 Empresa: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Rintsy Terpstra Data Nascimento: 18/06/1991 Passaporte: NR6JJCR38 País: HOLANDA; Processo: 47039001538201803 Empresa: DANONE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALLAN SYLVEST FOGT NIELSEN Data Nascimento: 20/04/1969 Passaporte: 203938074 País: DINAMARCA; Processo: 47039001539201840 Empresa: DANONE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KRISTIAN SONDRUP JOHANSEN Data Nascimento: 27/02/1987 Passaporte: 204902778 País: DINAMARCA; Processo: 47039001540201874 Empresa: DANONE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MORTEN KRAINER JUNKER Data Nascimento: 08/09/1988 Passaporte: 210204015 País: DINAMARCA; Processo: 47039001541201819 Empresa: DANONE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PER SMIDT Data Nascimento: 08/03/1962 Passaporte: 206638954 País: DINAMARCA; Processo: 47039001542201863 Empresa: DANONE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RASMUS BOYE PEDERSEN Data Nascimento: 25/01/1981 Passaporte: 205002487 País: DINAMARCA; Processo: 47039001547201896 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JUNGO YOSHIMURA Data Nascimento: 29/12/1985 Passaporte: TR5774094 País: JAPÃO; Processo: 47039001548201831 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Katsuyuki Kikuchi Data Nascimento: 04/05/1987 Passaporte: TK7512437 País: JAPÃO; Processo: 47039001550201818 Empresa: BETA LULA CENTRAL OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DENNIS BORGHOUTS Data Nascimento: 13/08/1980 Passaporte: BXD5RKD64 País: HOLANDA; Processo: 47039001578201847 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ALLAN GEORGE MURRAY Data Nascimento: 16/08/1960 Passaporte: 099281366 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039001576201858 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MILLER HUSSEING GOMEZ JAIMES Data Nascimento: 26/08/1988 Passaporte: 141254566 País: VENEZUELA; Processo: 47039001577201801 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TYLER JOHN PENNELL Data Nascimento: 13/01/1988 Passaporte: HM238930 País: CANADÁ; Processo: 47039001579201891 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JUNYA SUZUKI Data Nascimento: 20/01/1989 Passaporte: TK8527485 País: JAPÃO; Processo: 47039001571201825 Empresa: CATERPILLAR BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: QIJIAN FENG Data Nascimento: 28/11/1980 Passaporte: E71725929 País: CHINA; Processo: 47039001568201810 Empresa: KAON DO BRASIL INDUSTRIA ELETRONICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: IK HYUN KIM Data Nascimento: 24/02/1980 Passaporte: M19267481 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039001572201870 Empresa: PAUL WURTH DO BRASIL TECNOLOGIA E SOLUCOES INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Richard Ward Westbrook III Data Nascimento: 14/09/1959 Passaporte: 538897576 País: EUA; Processo: 47039001573201814 Empresa: CATERPILLAR BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GABRIEL NAKHLA BANNOURA Data Nascimento: 27/11/1960 Passaporte: 549970545 País: EUA; Processo: 47039001575201811 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FUDONG QI Data Nascimento: 03/08/1970 Passaporte: E88900104 País: CHINA Estrangeiro: JIANJUN GENG Data Nascimento: 21/10/1969 Passaporte: E96183801 País: CHINA Estrangeiro: JINCANG YANG Data Nascimento: 13/02/1972 Passaporte: E85330424 País: CHINA; Processo: 47039001582201813 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GUENTER JOACHIM SEIBERT Data Nascimento: 28/03/1976 Passaporte: C4Y910794 País: ALEMANHA; Processo: 47039001591201804 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Remment ter Hofstede Data Nascimento: 13/11/1975 Passaporte: NSC8J7C69 País: HOLANDA; Processo: 47039001593201895 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JOSHUA ERHARD HUIGHE Data Nascimento: 23/03/1993 Passaporte: 536303922 País: EUA; Processo: 47039001596201829 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Hermina Lamberta Cornelia van der Meij Data Nascimento: 30/05/1978 Passaporte: NT5J550F1 País: HOLANDA; Processo: 47039001598201818 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ENRIQUE PÉREZ SÁNCHEZ Data Nascimento: 22/09/1988 Passaporte: PAD120015 País: ESPANHA; Processo: 47039001681201897 Empresa: HONEYWELL DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANDREW DENNIS MILLER Data Nascimento: 20/09/1989 Passaporte: 514639424 País: EUA; Processo: 47039001682201831 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GREILY ESTEFANY STHORMES TRANSMONTE Data Nascimento: 15/10/1990 Passaporte: 141333870 País: VENEZUELA; Processo: 47039001683201886 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER JOSEPH ALBORNOZ BORREGALES Data Nascimento: 10/12/1990 Passaporte: 089615430 País: VENEZUELA; Processo: 47039001684201821 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LEONARDO JOSE VIDAL MONCADA Data Nascimento: 16/09/1987 Passaporte: 142240560 País: VENEZUELA; Processo: 47039001685201875 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CARLOS ESTEBAN PALOMARES PEÑA Data Nascimento: 14/12/1983 Passaporte: 141332497 País: VENEZUELA; Processo: 47039001687201864 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TAKAHIRO SAWADA Data Nascimento: 02/06/1988 Passaporte: TK3859428 País: JAPÃO; Processo: 47039001650201836 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TOSHIMITSU FUJIWARA Data Nascimento: 13/01/1983 Passaporte: TK7208764 País: JAPÃO; Processo: 47039001651201881 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JUN MATSUYAMA Data Nascimento: 09/10/1968 Passaporte: TR7626634 País: JAPÃO; Processo: 47039001662201861 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TATSUO SEKI Data Nascimento: 02/01/1967 Passaporte: TK3882090 País: JAPÃO; Processo: 47039001666201849 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL KRETZSCHMAR Data Nascimento: 11/09/1967 Passaporte: CCX96W6MJ País: ALEMANHA; Processo: 47039001667201893 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ROLAND WOLFGANG STILLER Data Nascimento: 07/12/1969 Passaporte: C89V7W939 País: ALEMANHA; Processo: 47039001721201809 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MITSUHIRO ISHIDA Data Nascimento: 20/08/1956 Passaporte: TR3192042 País: JAPÃO; Processo: 47039001722201845 Empresa: FLORAPLAC MDF LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANTON POLISHCHUK Data Nascimento: 12/01/1981 Passaporte: FB593993 País: UCRÂNIA; Processo: 47039001724201834 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Mark Allan Studebaker Data Nascimento: 08/02/1962 Passaporte: 569541525 País: EUA; Processo: 47039001745201850 Empresa: DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: VERONICA VIRGINIA MANRUBIA MATEO Data Nascimento: 01/09/1986 Passaporte: PAB103846 País: ESPANHA; Processo: 47039001746201802 Empresa: DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JORGE MURILLO FARINAS Data Nascimento: 28/01/1985 Passaporte: PAF558738 País: ESPANHA; Processo: 47039001761201842 Empresa: ACCIONA WINDPOWER BRASIL - COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS EOLICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANDRIY ZANEVYCH Data Nascimento: 15/03/1985 Passaporte: AK667819 País: UCRÂNIA; Processo: 47039001762201897 Empresa: ACCIONA WINDPOWER BRASIL - COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS EOLICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CARLOS CAMACHO BAUTISTA Data Nascimento: 09/08/1969 Passaporte: AAE576864 País: ESPANHA; Processo: 47039001763201831 Empresa: ACCIONA WINDPOWER BRASIL - COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS EOLICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: IURIE CIMPANU Data Nascimento: 11/11/1976 Passaporte: B0046800 País: MOLDÁVIA; Processo: 47039001764201886 Empresa: ACCIONA WINDPOWER BRASIL - COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS EOLICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARYAN KOLODKA Data

Nascimento: 21/09/1977 Passaporte: FJ971128 País: UCRÂNIA; Processo: 47039001765201821 Empresa: ACCIONA WINDPOWER BRASIL - COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS EOLICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NICOLAE SAVCIUC Data Nascimento: 22/10/1971 Passaporte: AA1426014 País: MOLDÁVIA; Processo: 47039001766201875 Empresa: ACCIONA WINDPOWER BRASIL - COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS EOLICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: VOLODYMYR ZHURBA Data Nascimento: 21/07/1972 Passaporte: ET580607 País: UCRÂNIA; Processo: 47039001770201833 Empresa: SUMITOMO CORPORATION DO BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Noboru Saito Data Nascimento: 21/06/1953 Passaporte: TR6501119 País: JAPÃO Estrangeiro: Shuichi Suenaga Data Nascimento: 10/04/1955 Passaporte: TH9923949 País: JAPÃO Estrangeiro: Takashi Yamamoto Data Nascimento: 12/04/1950 Passaporte: TK4559077 País: JAPÃO; Processo: 47039001772201822 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JURGEN SVEN KRIST Data Nascimento: 12/04/1976 Passaporte: C84PFWW8P País: ALEMANHA; Processo: 47039001773201877 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KLAUS HACKENBERG Data Nascimento: 19/01/1967 Passaporte: C7H1HYP9L País: ALEMANHA; Processo: 47039001774201811 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PATRYK WLADYSLAW FATYGA Data Nascimento: 05/06/1982 Passaporte: C7TWJPVXC País: ALEMANHA; Processo: 47039001775201866 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RAFAEL PATRICK MAGNUS KIENELT Data Nascimento: 25/09/1974 Passaporte: C7CGVVL3G País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º):

Processo: 47039001640201809 Empresa: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NAOKI SHIBATA Data Nascimento: 17/05/1970 Passaporte: TR 8.326.736 País: JAPÃO; Processo: 47039001641201845 Empresa: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KENJI YOSHIDA Data Nascimento: 22/09/1984 Passaporte: TR 6.566.000 País: JAPÃO; Processo: 47039001642201890 Empresa: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KAZUNORI IWASAKI Data Nascimento: 22/02/1983 Passaporte: TH 9.154.055 País: JAPÃO; Processo: 47039001792201801 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HARUO TANIKAWA Data Nascimento: 19/01/1962 Passaporte: TL0026142 País: JAPÃO; Processo: 47039001798201871 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TOMOYUKI OTANI Data Nascimento: 29/10/1960 Passaporte: TK4762809 País: JAPÃO; Processo: 47039001899201841 Empresa: ASSOCIACAO TORRE DE VIGIA DE BIBLIAS E TRATADOS Prazo: 18 Dia(s) Estrangeiro: GIUSEPPE BANI Data Nascimento: 28/12/1985 Passaporte: YB2304777 País: ITÁLIA Estrangeiro: MAURO SUARDI Data Nascimento: 25/07/1971 Passaporte: AA4371346 País: ITÁLIA Estrangeiro: MIRKO SAVOLDELLI Data Nascimento: 13/10/1976 Passaporte: YA7573852 País: ITÁLIA; Processo: 47039001957201837 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KUMARAVEL JAMBULINGAM Data Nascimento: 11/04/1987 Passaporte: J4721478 País: ÍNDIA.

Residência Prévia - RN 04 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039000056201828 Empresa: PKG DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: LIANG QICHANG Data Nascimento: 22/09/1978 Passaporte: E94452205 País: CHINA; Processo: 47039000057201872 Empresa: PKG DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: DU LIEQUN Data Nascimento: 18/12/1973 Passaporte: G39962049 País: CHINA; Processo: 47039000690201861 Empresa: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARIO ALBERTO GUERRERO REYES Data Nascimento: 02/11/1978 Passaporte: G17118750 País: MÉXICO; Processo: 47039000747201821 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Edwin Huaman Benito Data Nascimento: 06/12/1986 Passaporte: 5951750 País: PERU; Processo: 47039000899201824 Empresa: OUTOTEC TECNOLOGIA BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Riddhika Jain Data Nascimento: 11/06/1988 Passaporte: H3611128 País: ÍNDIA; Processo: 47039000900201811 Empresa: OUTOTEC TECNOLOGIA BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Toni Markkus Tikka Data Nascimento: 06/05/1970 Passaporte: FP1535967 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039001055201809 Empresa: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: até 01/01/2019 Estrangeiro: SALVATORE MITRANO Data Nascimento: 24/09/1964 Passaporte: YA2698141 País: ITÁLIA; Processo: 47039001079201850 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KEXIN HU Data Nascimento: 28/02/1994 Passaporte: PE 1022308 País: CHINA; Processo: 47039001081201829 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WEIWEI XU Data Nascimento: 03/02/1990 Passaporte: PE 1270927 País: CHINA; Processo: 47039001104201803 Empresa: CELSE - CENTRAIS ELETRICAS DE SERGIPE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KENNETH GEE Data Nascimento: 06/08/1947 Passaporte: PA6754066 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039001140201869 Empresa: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: MANUEL ANTÓNIO RUANO Data Nascimento: 15/03/1974 Passaporte: N344418 País: PORTUGAL; Processo: 47039001161201884 Empresa: FIVES DO BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUY FERLAND Data Nascimento: 28/06/1964 Passaporte: HH917044 País: CANADÁ; Processo: 47039001214201867 Empresa: BUHLER SA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: BALASUBRAMANIAN SAKTHIVELU Data Nascimento: 30/07/1968 Passaporte: L5729937 País: ÍNDIA; Processo: 47039001183201844 Empresa: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KINNESH INDRAJIT DALAL Data Nascimento: 23/07/1968 Passaporte: E4757069E País: CINGAPURA; Processo: 47039001185201833 Empresa: PETRO RIO O&G EXPLORACAO E PRODUCAO DE PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROLAND DAVID DU PREEZ Data Nascimento: 31/08/1957 Passaporte: M00097997 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47039001315201838 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WENJIE XIE Data Nascimento: 01/09/1988 Passaporte: E46621554 País: CHINA; Processo: 47039001317201827 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LEI HUANG Data Nascimento: 24/07/1984 Passaporte: E06137161 País: CHINA; Processo: 47039001348201888 Empresa: AK OPERACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TROND IVAR TRONDSEN Data Nascimento: 09/06/1981 Passaporte: 29970334 País: NORUEGA; Processo: 47039001405201829 Empresa: OUTOTEC TECNOLOGIA BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jukka Tapani Martikainen Data Nascimento: 22/06/1980 Passaporte: FP1206861 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039001410201831 Empresa: OUTOTEC TECNOLOGIA BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Markku Eero Antero Ylonen Data Nascimento: 26/06/1959 Passaporte: FP16657013 País: FINLÂNDIA.

Residência Prévia - RN 05 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041000485201856 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NICOLO RINALDI Data Nascimento: 22/05/1988 Passaporte: YA0013556 País: ITÁLIA; Processo: 47041000486201809 Empresa: ISS MARINE SERVICES LTDA. Prazo: 91 Dia(s) Estrangeiro: Gabriele Christina Engler Data Nascimento: 21/03/1954 Passaporte: C4V43G9JH País: ALEMANHA Estrangeiro: Gloria Katharina Gisela Debek Data Nascimento: 24/05/1983 Passaporte: C3J385Y4Z País: ALEMANHA Estrangeiro: Heike Kuls Data Nascimento: 27/05/1966 Passaporte: C1MX40V0K País: ALEMANHA Estrangeiro: Kathrin Volkel Data Nascimento: 11/10/1970 Passaporte: C7VJHW62F País: ALEMANHA Estrangeiro: NADINE ARMBRUST Data Nascimento: 21/06/1981 Passaporte: C8VPGX4C8 País: ALEMANHA; Processo: 47041000678201815 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ARABELLA BRACAMONTE BARDALEZ Data Nascimento: 08/10/1971 Passaporte: 117008379 País: PERU; Processo: 47041000684201864 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANGAM PANGUINAO Data Nascimento: 06/05/1990 Passaporte: K4406897 País: ÍNDIA Estrangeiro: CALESTUS ALFRED FAREL Data Nascimento: 13/03/1981 Passaporte: H7288569 País: ÍNDIA Estrangeiro: DIPESH MACCHINDRA NANAVARE Data Nascimento: 17/09/1989 Passaporte: H4567170 País: ÍNDIA Estrangeiro: JECELINO COLACO Data Nascimento: 13/11/1994 Passaporte: L4848169 País: ÍNDIA Estrangeiro: NIKHIL RAJENDRA SATPALKAR Data Nascimento: 11/03/1988 Passaporte: M2492106 País: ÍNDIA Estrangeiro: SATISH DNYANESHWAR MENDHE Data Nascimento: 29/10/1990 Passaporte: M0347685 País: ÍNDIA Estrangeiro: VIVEKANANDA SOMISETTY Data Nascimento: 02/08/1996 Passaporte: N5658899 País: ÍNDIA.

Residência Prévia - RN 06 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041000287201892 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: até 01/01/2020 Estrangeiro: CHAD JUNIOR HENDERSON Data Nascimento: 08/02/1973 Passaporte: M00109253 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47041000228201814 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/04/2018 Estrangeiro: Arif Mulla Data Nascimento: 28/10/1982 Passaporte: K1614252 País: ÍNDIA; Processo: 47041000257201886 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: até 29/05/2018 Estrangeiro: Anditiana Julio Rasolonjato Data Nascimento: 15/11/1987 Passaporte: A13X33702 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Anselme Ranaivoson Onja Data Nascimento: 03/06/1968 Passaporte: A13X39296 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Colet Honorcie Deliphardin Tinasoady Data Nascimento: 28/03/1992 Passaporte: A13X05581 País: MADAGASCAR Estrangeiro: David Na Jose Randriamamonjiaritiana Data Nascimento: 08/01/1974 Passaporte: A13X48431 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Hajanirina Ny Aina Razafindrakoto Data Nascimento: 31/01/1968 Passaporte: A13X04147 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Holihery Fabrice Randriamihaza Data Nascimento: 06/08/1979 Passaporte: A13X15213 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Jacky Smith Data Nascimento: 03/04/1968 Passaporte: A13X25406 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Jean Pierre Wilson Data Nascimento: 28/03/1983 Passaporte: A13X20066 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Mamy Razafimandimby Data Nascimento: 18/01/1989 Passaporte: A13X51451 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Manovosoa Antsonantenaina Razafindrazaka Data Nascimento: 18/05/1985 Passaporte: A13X89334 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Marisika Elyse Samy Data Nascimento: 07/05/1977 Passaporte: A13X54280 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Richard Rambelomanana Data Nascimento: 24/11/1978 Passaporte: A13X26801 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Rija Herve Rasamizafy Data Nascimento: 05/04/1976 Passaporte: A13X19145 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Rosin Ravoninjatovo Data Nascimento: 16/03/1973 Passaporte: A13X34509 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Tsarasidy Prosper Rasolonirina Data Nascimento: 09/08/1971 Passaporte: A13X50014 País: MADAGASCAR Estrangeiro: Wilson Rasolohery Data Nascimento: 08/05/1968 Passaporte: A13X20456 País: MADAGASCAR; Processo: 47041000300201811 Empresa: FAIRFIELD DO BRASIL LTDA Prazo: até 01/06/2019 Estrangeiro: EPIFANIO RINCONES CANTU Data Nascimento: 07/05/1955 Passaporte: 540765044 País: EUA; Processo: 47041000302201801 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 20/10/2019 Estrangeiro: Johnny Adriaan Jannis du Bois Data Nascimento: 31/03/1972 Passaporte: NYR8R3R96 País: PAÍSES BAIXOS Estrangeiro: Robrecht Jacqueline R. De Vriese Data Nascimento: 09/08/1993 Passaporte: EP111858 País: BÉLGICA; Processo: 47041000303201847 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 20/10/2019 Estrangeiro: Fermin Callos Tumbagaham Data Nascimento: 07/10/1970 Passaporte: P261323A País: FILIPINAS Estrangeiro: Joren Van Vaerenbergh Data Nascimento: 13/04/1993 Passaporte: EM406462 País: BÉLGICA; Processo: 47041000320201884 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 07/07/2018 Estrangeiro: Ben Rajnish Elcamel Lasco Data Nascimento: 09/09/1991 Passaporte: P5165868A País: FILIPINAS; Processo: 47041000322201873 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 20/06/2019 Estrangeiro: PETUR LILIENDAHL HANSEN Data Nascimento: 20/06/1969 Passaporte: 210083928 País: DINAMARCA; Processo: 47041000324201862 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: até 20/02/2019 Estrangeiro: Aurelien Gilbert Loguillard Data Nascimento: 19/04/1983 Passaporte: 15FV00867 País: FRANÇA; Processo: 47041000327201804 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Estrangeiro: GERT VAN LOOCK Data Nascimento: 06/07/1993 Passaporte: EM986160 País: BÉLGICA; Processo: 47041000333201853 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 20/06/2019 Estrangeiro: BJORN RODSETH HJELVIK Data Nascimento: 06/07/1981 Passaporte: 31517731 País: NORUEGA; Processo: 47041000334201806 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 20/06/2019 Estrangeiro: ERWAN FRANCOIS LE DUFF Data Nascimento: 20/06/1972 Passaporte: 16CC72288 País: FRANÇA; Processo: 47041000336201897 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alvin Lleno Adriano Data Nascimento: 03/08/1979 Passaporte: EC6195058 País: FILIPINAS Estrangeiro: Orly Casambros Castillo Data Nascimento: 27/01/1981 Passaporte: EB8364442 País: FILIPINAS Estrangeiro: Romeo Gumapac Jimenez Data Nascimento: 27/08/1973 Passaporte: EC2408976 País: FILIPINAS; Processo: 47041000335201842 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 20/06/2019 Estrangeiro: JOSE LUIZ ALVAREZ Data Nascimento: 03/03/1962 Passaporte: 550110234 País: EUA; Processo: 47041000337201831 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Estrangeiro: OLIVER LAGO AMBOS Data Nascimento: 01/12/1976 Passaporte: P0116865A País: FILIPINAS; Processo: 47041000338201886 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Estrangeiro: ARTEMIO PADILLO SASAN Data Nascimento: 13/07/1964 Passaporte: P5124666A País: FILIPINAS; Processo: 47041000339201821 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 23/10/2019 Estrangeiro: Sebastian Somers Small Data Nascimento: 03/06/1962 Passaporte: 531089560 País: EUA; Processo: 47041000340201855 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 27/11/2018 Estrangeiro: Joseph Verzosa Tienzo Data Nascimento: 12/01/1965 Passaporte: EC7242710 País: FILIPINAS Estrangeiro: Ryna Biñas de La Rosa Data Nascimento: 23/01/1995 Passaporte: P4268333A País: FILIPINAS; Processo: 47041000341201808 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jacob Cago Cainglet Data Nascimento: 05/08/1987 Passaporte: EC6943983 País: FILIPINAS Estrangeiro: Ramonito Magante Dahan Data Nascimento: 21/05/1987 Passaporte: EC3948754 País: FILIPINAS Estrangeiro: Ryan Borromeo Borromeo Data Nascimento: 13/11/1979 Passaporte: EC0072597 País: FILIPINAS Estrangeiro: Xavier Ephraim Cataquiz Ilagan Data Nascimento: 26/02/1988 Passaporte: EC3476634 País: FILIPINAS; Processo: 47041000343201899 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 29/06/2018 Estrangeiro: Sandeepsingh Amarsingh Chanilaya Data Nascimento: 10/06/1990 Passaporte: K4821452 País: ÍNDIA; Processo: 47041000345201888 Empresa: TEEKAY PETROJARL I SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 14/12/2019 Estrangeiro: Geir Baardsen Gudvangen Data Nascimento: 15/03/1968 Passaporte: 31515568 País: NORUEGA; Processo: 47041000344201833 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Estrangeiro: MELVIN FETALVERO FABIC Data Nascimento: 20/05/1982 Passaporte: P0057898A País: FILIPINAS; Processo: 47041000347201877 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Dominique Llaguno Balin Data Nascimento: 06/01/1982 Passaporte: EC5022528 País: FILIPINAS Estrangeiro: Emmanuel Bolante Dulay Data Nascimento: 13/12/1991 Passaporte: P0010886A País: FILIPINAS Estrangeiro:

Francis Obar Binondo Data Nascimento: 05/03/1991 Passaporte: EB9716738 País: FILIPINAS Estrangeiro: Jay-Ar Barce Dioneda Data Nascimento: 25/10/1994 Passaporte: EC2090905 País: FILIPINAS Estrangeiro: Jefferson Nieves Bolo Data Nascimento: 18/12/1987 Passaporte: EC5203132 País: FILIPINAS Estrangeiro: Jerickson Datu Dogelio Data Nascimento: 18/08/1993 Passaporte: EC7884963 País: FILIPINAS Estrangeiro: Myson Villas Demin Data Nascimento: 29/08/1993 Passaporte: EC4340858 País: FILIPINAS Estrangeiro: Steward Quiño Acaba Data Nascimento: 16/10/1985 Passaporte: EC5936367 País: FILIPINAS; Processo: 47041000346201822 Empresa: TEEKAY PETROJARL I SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 14/12/2019 Estrangeiro: Vidar Johan Hovland Data Nascimento: 29/12/1969 Passaporte: 27837869 País: NORUEGA; Processo: 47041000349201866 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Estrangeiro: FRANCISCO JR. DAYUPAY BASCON Data Nascimento: 13/11/1963 Passaporte: P0934716A País: FILIPINAS; Processo: 47041000350201891 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alvin Anthony Jimenez Lovete Data Nascimento: 08/08/1973 Passaporte: EC3986005 País: FILIPINAS Estrangeiro: Kenneth Benz Paradillo Casinao Data Nascimento: 04/04/1994 Passaporte: EC7259779 País: FILIPINAS Estrangeiro: Mark Julius Urcia Tuico Data Nascimento: 15/08/1991 Passaporte: EC2294296 País: FILIPINAS Estrangeiro: Rodolfo Mabalkon Clariza Data Nascimento: 08/04/1988 Passaporte: EC7705117 País: FILIPINAS Estrangeiro: Rolando Fortajada Lucillo Data Nascimento: 19/10/1971 Passaporte: EC5159608 País: FILIPINAS; Processo: 47041000348201811 Empresa: TEEKAY PETROJARL I SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 14/12/2019 Estrangeiro: Thomas Kongsvik Data Nascimento: 30/08/1980 Passaporte: 30878977 País: NORUEGA; Processo: 47041000351201835 Empresa: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: REYNANTE SAN PEDRO GABRIEL Data Nascimento: 16/08/1965 Passaporte: P5515280A País: FILIPINAS; Processo: 47041000352201880 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ardeles Bagolor Toraja Data Nascimento: 27/08/1977 Passaporte: P5325535A País: FILIPINAS Estrangeiro: Konstantinos Apostolakis Data Nascimento: 06/09/1985 Passaporte: AM0231957 País: GRÉCIA Estrangeiro: Mike Andrew Alis Domingo Data Nascimento: 26/02/1983 Passaporte: P0510375A País: FILIPINAS Estrangeiro: Roger Raymundo Amin Data Nascimento: 28/06/1966 Passaporte: P5165892A País: FILIPINAS; Processo: 47041000353201824 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Estrangeiro: MICHAEL PATRICK TABAG VIERNES Data Nascimento: 20/03/1975 Passaporte: EC4666958 País: FILIPINAS; Processo: 47041000354201879 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Estrangeiro: WARREN KRISTOFFER LAPIZ MICAIRAN Data Nascimento: 11/06/1994 Passaporte: EC1058892 País: FILIPINAS; Processo: 47041000355201813 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Estrangeiro: EUGENE YUSON RONDINA Data Nascimento: 03/03/1977 Passaporte: P1629742A País: FILIPINAS; Processo: 47041000359201800 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Estrangeiro: GABRIEL JR. FLORENTINO PETALVER Data Nascimento: 22/07/1977 Passaporte: EC1897956 País: FILIPINAS; Processo: 47041000361201871 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Estrangeiro: MANOLITO ELISABETH O. PISELE Data Nascimento: 17/12/1975 Passaporte: EP200395 País: BÉLGICA; Processo: 47041000364201812 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/09/2018 Estrangeiro: Konstantinos Menis Data Nascimento: 17/06/1993 Passaporte: AN1768238 País: GRÉCIA; Processo: 47041000370201861 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/04/2018 Estrangeiro: Nashenaoqier Liu Data Nascimento: 16/02/1986 Passaporte: EA3192780 País: CHINA; Processo: 47041000371201814 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/03/2019 Estrangeiro: Dalip Singh Data Nascimento: 27/12/1968 Passaporte: J1683225 País: ÍNDIA; Processo: 47041000372201851 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Amran Bin Hashim Data Nascimento: 01/12/1971 Passaporte: A37499734 País: MALÁSIA; Processo: 47041000373201803 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Zobel Libo-on Tacadao Data Nascimento: 19/12/1976 Passaporte: EC5805963 País: FILIPINAS; Processo: 47041000380201805 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AUNG SOE TUN Data Nascimento: 10/07/1986 Passaporte: MC220536 País: BIRMÂNIA Estrangeiro: KYAW SOE Data Nascimento: 15/12/1988 Passaporte: MC220535 País: BIRMÂNIA Estrangeiro: SAW LWIN AUNG Data Nascimento: 14/04/1979 Passaporte: MC423362 País: BIRMÂNIA Estrangeiro: SAW PWE NAY HTOO Data Nascimento: 03/11/1978 Passaporte: MC861562 País: BIRMÂNIA Estrangeiro: SEIN WIN KHAING Data Nascimento: 03/12/1973 Passaporte: MC604276 País: BIRMÂNIA Estrangeiro: THAN WIN NAING Data Nascimento: 26/04/1985 Passaporte: MC901441 País: BIRMÂNIA; Processo: 47041000382201896 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: até 20/02/2019 Estrangeiro: Camille Poblete Tarrobal Data Nascimento: 23/04/1990 Passaporte: EC1312871 País: FILIPINAS Estrangeiro: Lord Jun Roy Cabanelez Sobrado Data Nascimento: 06/03/1988 Passaporte: P3487339A País: FILIPINAS; Processo: 47041000383201831 Empresa: SDC DO BRASIL - SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 01/05/2019 Estrangeiro: Peng Yuan Data Nascimento: 27/09/1987 Passaporte: PE1412385 País: CHINA; Processo: 47041000384201885 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Leonides Valencia Cristobal Data Nascimento: 22/08/1978 Passaporte: EC5221876 País: FILIPINAS; Processo: 47041000385201820 Empresa: TEEKAY PETROJARL I SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 14/12/2019 Estrangeiro: Lars Ulvar Auganes Hjellestad Data Nascimento: 13/09/1998 Passaporte: 31833532 País: NORUEGA; Processo: 47041000386201874 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Chelo Junio Dela Cruz Data Nascimento: 11/09/1985 Passaporte: EB9054760 País: FILIPINAS; Processo: 47041000387201819 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2018 Estrangeiro: Oleksandr Zlatovchen Data Nascimento: 02/12/1982 Passaporte: ES726613 País: UCRÂNIA; Processo: 47041000389201816 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/06/2018 Estrangeiro: George Eduard Pohrib Data Nascimento: 18/06/1964 Passaporte: 054429342 País: ROMÊNIA; Processo: 47041000390201832 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Aquilino Beloso Manalo Data Nascimento: 04/01/1967 Passaporte: P5510314A País: FILIPINAS; Processo: 47041000391201887 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 18/06/2018 Estrangeiro: Alexander Vashchilo Data Nascimento: 25/08/1963 Passaporte: 722463272 País: RÚSSIA; Processo: 47041000393201876 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 27/11/2018 Estrangeiro: Edilberto Jr Gontang Pe Benito Data Nascimento: 06/10/1978 Passaporte: P5513639A País: FILIPINAS Estrangeiro: Hans Edwin Tibayan Mariano Data Nascimento: 12/12/1983 Passaporte: P1672351A País: FILIPINAS Estrangeiro: Jessie Ambat Hembrador Data Nascimento: 06/01/1974 Passaporte: P1745042A País: FILIPINAS Estrangeiro: John Ladao Hernandez Data Nascimento: 29/06/1969 Passaporte: EC4958755 País: FILIPINAS Estrangeiro: Marlon Flores Gamboa Data Nascimento: 17/07/1993 Passaporte: P1849636A País: FILIPINAS Estrangeiro: Raymond Magrare Montealto Data Nascimento: 27/05/1991 Passaporte: EC3642639 País: FILIPINAS Estrangeiro: Resurricion Margarico Arada Data Nascimento: 02/01/1966 Passaporte: EB9831729 País: FILIPINAS Estrangeiro: Tomas Castellano Robete Data Nascimento: 21/09/1958 Passaporte: EB8927340 País: FILIPINAS; Processo: 47041000392201821 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/12/2018 Estrangeiro: Christopher Sauquillo Martinez Data Nascimento: 13/06/1977 Passaporte: EC1809474 País: FILIPINAS Estrangeiro: Remy Sante Lawan Data Nascimento: 24/03/1958 Passaporte: EC2565858 País: FILIPINAS; Processo: 47041000394201811 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 28/05/2019 Estrangeiro: Engelbert Cunado Plenos Data Nascimento: 10/02/1973 Passaporte: EC0137584 País: FILIPINAS Estrangeiro: Fermin Galabo Chavez Data Nascimento: 25/09/1960 Passaporte: P1065901A País: FILIPINAS; Processo: 47041000395201865 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 24/06/2019 Estrangeiro: Jeffrey Zuiddam Data Nascimento: 11/02/1984 Passaporte: NR7BJP9K1 País: HOLANDA; Processo: 47041000396201818 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Athanasios Samentzas Data Nascimento: 21/10/1992 Passaporte: AN0249443 País: GRÉCIA Estrangeiro: Konstantinos Pnevmatikas Data Nascimento: 08/10/1984 Passaporte: AN2473658 País: GRÉCIA Estrangeiro: Nikolay Shilin Data Nascimento: 20/06/1987 Passaporte: 714566585 País: RÚSSIA Estrangeiro: Sotirios Petrou Data Nascimento: 07/09/1985 Passaporte: AN4010966 País: GRÉCIA; Processo: 47041000397201854 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alexander Dupal Ubas Data Nascimento: 24/10/1980 Passaporte: EC4384596 País: FILIPINAS Estrangeiro: Florencio Ancheta Munar Data Nascimento: 23/04/1986 Passaporte: EC8095538 País: FILIPINAS Estrangeiro: Ioannis Korfias Data Nascimento: 26/12/1988 Passaporte: AN3698738 País: GRÉCIA Estrangeiro: Jessie Barsal Gicaro Data Nascimento: 20/06/1982 Passaporte: EC1584577 País: FILIPINAS Estrangeiro: Leonardo Fernandez Magalad Data Nascimento: 20/05/1969 Passaporte: P1723915A País: FILIPINAS Estrangeiro: Ricky Tumpag Tejares Data Nascimento: 04/02/1965 Passaporte: EC7997057 País: FILIPINAS; Processo: 47041000400201830 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Athanasios Kottaras Data Nascimento: 08/04/1999 Passaporte: AN9067688 País: GRÉCIA Estrangeiro: Christos Koumantzias Data Nascimento: 24/02/1998 Passaporte: AP0033801 País: GRÉCIA Estrangeiro: Ioannis Skaltsas Data Nascimento: 19/09/1998 Passaporte: AP0055284 País: GRÉCIA Estrangeiro: Kyriakos Dimitrios Tsagris Data Nascimento: 08/10/1999 Passaporte: AP0028284 País: GRÉCIA; Processo: 47041000401201884 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Panagiotis Giannopoulos Data Nascimento: 20/06/1985 Passaporte: AN4278428 País: GRÉCIA Estrangeiro: Savvas Varsos Data Nascimento: 15/04/1985 Passaporte: AN0456101 País: GRÉCIA; Processo: 47041000402201829 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Aaron Jomar Escolano Losa Data Nascimento: 03/11/1981 Passaporte: EC3689799 País: FILIPINAS Estrangeiro: Aldrin Quiblat Rabon Data Nascimento: 20/02/1970 Passaporte: EC6335738 País: FILIPINAS Estrangeiro: Elmer Jubay Cabahug Data Nascimento: 12/02/1968 Passaporte: P3091726A País: FILIPINAS Estrangeiro: Fiel Mark Sanchez Flores Data Nascimento: 27/07/1982 Passaporte: P1395442A País: FILIPINAS Estrangeiro: Glen Sacro Guquib Data Nascimento: 03/01/1988 Passaporte: P3651831A País: FILIPINAS Estrangeiro: Gringo Melendez Angel Data Nascimento: 11/09/1987 Passaporte: EC3693269 País: FILIPINAS Estrangeiro: Jason Gulay Cairo Data Nascimento: 29/03/1987 Passaporte: P0905954A País: FILIPINAS Estrangeiro: Jonathan Aquino Aquino Data Nascimento: 27/11/1989 Passaporte: EC8093844 País: FILIPINAS Estrangeiro: Julito Anore Licaros Data Nascimento: 30/07/1967 Passaporte: EC2467875 País: FILIPINAS Estrangeiro: Mar Jeric de Leon Siapno Data Nascimento: 08/07/1992 Passaporte: EC1939418 País: FILIPINAS Estrangeiro: Reydel Cereno Dedicatoria Data Nascimento: 25/06/1994 Passaporte: EC1634220 País: FILIPINAS Estrangeiro: Roy Obdamen Baleña Data Nascimento: 29/01/1977 Passaporte: EC5682646 País: FILIPINAS; Processo: 47041000409201841 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT MOGA Data Nascimento: 25/08/1977 Passaporte: 052649125 País: ROMÊNIA; Processo: 47041000408201804 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BOGDAN NICOLAE MIHALACHE Data Nascimento: 24/11/1969 Passaporte: 052941780 País: ROMÊNIA; Processo: 47041000404201818 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Estrangeiro: JOHAN JOSEPH A. D'HONDT Data Nascimento: 16/03/1960 Passaporte: EN436976 País: BÉLGICA; Processo: 47041000403201873 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Dimitrios Iakovidis Data Nascimento: 07/12/1992 Passaporte: AN6978104 País: GRÉCIA; Processo: 47041000405201862 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2018 Estrangeiro: Joe Romer Ebuna Baclig Data Nascimento: 23/04/1979 Passaporte: P0146103A País: FILIPINAS; Processo: 47041000406201815 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/11/2018 Estrangeiro: Nikko Patrick Barad Saban Data Nascimento: 05/12/1992 Passaporte: EC3754995 País: FILIPINAS; Processo: 47041000410201875 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jose Ricky Elivera Estorque Data Nascimento: 20/09/1970 Passaporte: P1037072A País: FILIPINAS; Processo: 47041000411201810 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/01/2019 Estrangeiro: Ariel Izon Leaño Data Nascimento: 04/08/1976 Passaporte: EC3919581 País: FILIPINAS; Processo: 47041000413201817 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 13/07/2018 Estrangeiro: MICHAEL QUESTA Data Nascimento: 19/06/1956 Passaporte: 538803375 País: INGLATERRA; Processo: 47041000412201864 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/04/2019 Estrangeiro: Zurab Sabashvili Data Nascimento: 07/12/1977 Passaporte: 11BA81855 País: GEORGIA; Processo: 47041000414201853 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 15/11/2018 Estrangeiro: Thomas Yves Fradin Data Nascimento: 21/06/1977 Passaporte: 11AF34919 País: FRANÇA; Processo: 47041000416201842 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 15/11/2018 Estrangeiro: Keith Anthony Beadle Data Nascimento: 28/04/1967 Passaporte: 099251593 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041000417201897 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/10/2018 Estrangeiro: Ian Demchuk Data Nascimento: 15/01/1988 Passaporte: 716667056 País: RÚSSIA Estrangeiro: Vasilii Kotenok Data Nascimento: 03/03/1958 Passaporte: 753255057 País: RÚSSIA; Processo: 47041000421201855 Empresa: TEEKAY PETROJARL I SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 14/12/2019 Estrangeiro: Ernst Vidar Jagedal Data Nascimento: 21/03/1967 Passaporte: 32467361 País: NORUEGA; Processo: 47041000422201808 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: até 15/01/2019 Estrangeiro: Jaroslaw Krzysztof Milewski Data Nascimento: 01/10/1961 Passaporte: AV1462873 País: POLÔNIA; Processo: 47041000424201899 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 18/06/2018 Estrangeiro: Sanjay Kumar Pandey Data Nascimento: 25/08/1978 Passaporte: M6655312 País: ÍNDIA; Processo: 47041000425201833 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/02/2019 Estrangeiro: John Marc De Los Reyes Zaldivar Data Nascimento: 01/02/1984 Passaporte: P1429521A País: FILIPINAS; Processo: 47041000427201822 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 15/11/2018 Estrangeiro: Thomas Monnerie Data Nascimento: 14/07/1983 Passaporte: 17DD19603 País: FRANÇA; Processo: 47041000428201877 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 15/11/2018 Estrangeiro: Michel Cudennec Data Nascimento: 18/01/1972 Passaporte: 15FV28973 País: FRANÇA; Processo: 47041000465201885 Empresa: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ELMER BOHOL CASTILLO Data Nascimento: 15/02/1975 Passaporte: EC1226301 País: FILIPINAS; Processo: 47041000466201820 Empresa: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ENRIQUE CODILLA PALCONIT III Data Nascimento: 30/09/1971 Passaporte: PO342680A País: FILIPINAS; Processo: 47041000467201874 Empresa: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VERNEO ABELLA SUYA Data Nascimento: 09/07/1966 Passaporte: EC4657584 País: FILIPINAS; Processo: 47041000470201898 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: até 15/01/2019 Estrangeiro: Mateo Maric Data Nascimento: 22/04/1975 Passaporte: 013449844 País: CROÁCIA; Processo: 47041000475201811 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/09/2018 Estrangeiro: John Kevin Sioco Villaruel Data Nascimento: 30/12/1991 Passaporte: P0429669A País: FILIPINAS; Processo: 47041000479201807 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: até 15/01/2019 Estrangeiro: Marek Adrian Podhorodecki Data Nascimento: 05/03/1980 Passaporte: EB4362428

País: POLÔNIA; Processo: 47041000480201823 Empresa: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: até 15/01/2019 Estrangeiro: Maurice Noel O'Mahony Data Nascimento: 15/12/1975 Passaporte: LB2640190 País: IRLANDA; Processo: 47041000484201810 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Estrangeiro: CHRISTOPHE DOMINIQUE M. PANNEELS Data Nascimento: 12/06/1990 Passaporte: EM414523 País: BÉLGICA; Processo: 47041000487201845 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Estrangeiro: PATRICK POLYDOOR J. VANTORRE Data Nascimento: 29/08/1972 Passaporte: EN333677 País: BÉLGICA; Processo: 47041000490201869 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Estrangeiro: XAVIER DAEMS Data Nascimento: 15/04/1991 Passaporte: EM406017 País: BÉLGICA; Processo: 47041000491201811 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Estrangeiro: SEBASTIAN TORFS Data Nascimento: 16/07/1989 Passaporte: EM153120 País: BÉLGICA.

Residência Prévia - RN 11/2017 Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039010801201766 Empresa: LANDPRO ENGENHARIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DAVID DE JESUS FERREIRA Data Nascimento: 27/05/1973 Passaporte: P756259 País: PORTUGAL; Processo: 47039000542201846 Empresa: SOMAFEL - OBRAS FERROVIARIAS E MARITIMAS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GILBERTO CARLOS DE VASCONCELOS DE ALMEIDA COSTA Data Nascimento: 25/11/1975 Passaporte: M467735 País: PORTUGAL; Processo: 47039000729201840 Empresa: TECHNICOLOR BRASIL MIDIA E ENTRETENIMENTO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: OLIVIER LE BALLE Data Nascimento: 12/04/1964 Passaporte: 17AI40900 País: FRANÇA; Processo: 47039000829201876 Empresa: TECHNOGYM EQUIPAMENTOS DE GINASTICA E SOLUCAO PARA BEM-ESTAR LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RUBEN NIETO PEREZ Data Nascimento: 06/02/1977 Passaporte: PAE998605 País: ESPANHA; Processo: 47039000957201810 Empresa: SACMI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANDREA CANNELLA Data Nascimento: 28/02/1975 Passaporte: YB0481105 País: ITÁLIA; Processo: 47039001074201827 Empresa: ELILULA DO BRASIL POUSADA RESTAURANTE E ESCOLA DE KITESURF LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CHRISTINE EMMANUELLE PASQUIER COMMANAY Data Nascimento: 16/01/1968 Passaporte: 09AT60839 País: FRANÇA; Processo: 47039001507201844 Empresa: NIPPON SEIKI DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KATSUJI SAKAI Data Nascimento: 08/12/1959 Passaporte: TR3318390 País: JAPÃO; Processo: 47039001558201876 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YUJI UETSUHARA Data Nascimento: 31/01/1954 Passaporte: TZ1004646 País: JAPÃO; Processo: 47039001559201811 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TETSUYA TOYOKUNI Data Nascimento: 08/02/1988 Passaporte: TR2590493 País: JAPÃO; Processo: 47039001719201821 Empresa: YAMAHA MUSICAL DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: OSAMU IZAWA Data Nascimento: 10/04/1969 Passaporte: TZ1133560 País: JAPÃO; Processo: 47039001738201858 Empresa: POSCO DAEWOO DO BRASIL INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA. - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JAEYONG PARK Data Nascimento: 04/04/1985 Passaporte: M21674052 País: COREIA DO SUL; Processo: 47039001771201888 Empresa: ROSNEFT BRASIL E&P LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: VLADIMIR LYAKHOVICH Data Nascimento: 21/07/1970 Passaporte: 530335267 País: RÚSSIA.

Residência Prévia - RN 19 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039000571201816 Empresa: EXPORTADORA CAPRICÓRNIO COFFEES LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: KRISTIYA UDOMMONGKOL Data Nascimento: 20/09/1989 Passaporte: PA8662530 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039000578201820 Empresa: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Emiliano Arturo Rodriguez Ocejo Data Nascimento: 12/08/1992 Passaporte: G26512732 País: MÉXICO; Processo: 47039000579201874 Empresa: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Maria Bellati Data Nascimento: 19/02/1993 Passaporte: 37364287N País: ARGENTINA.

Residência Prévia - RN 13 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039000438201851 Empresa: FITASCREEN CONSULTORIA EM SERIGRAFIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FREDDY HUYNH QUAN MINH Data Nascimento: 21/11/1984 Passaporte: 09PI11677 País: FRANÇA; Processo: 47039000732201863 Empresa: KB EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WEN RU HSIEH Data Nascimento: 01/04/1960 Passaporte: 308084909 País: TAIWAN.

Residência Prévia - RN 16 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47041000613201861 Empresa: MAGNETOSCOPIO PRODUCOES LTDA Prazo: 120 Dia(s) Estrangeiro: Ai Wei Wei Data Nascimento: 28/08/1957 Passaporte: E68266750 País: CHINA Estrangeiro: BAI Zhonghua Data Nascimento: 01/06/1962 Passaporte: EC0130959 País: CHINA Estrangeiro: CHENG Dongzhi Data Nascimento: 17/07/1968 Passaporte: E35495717 País: CHINA Estrangeiro: CHENG Peishun Data Nascimento: 11/12/1969 Passaporte: G45909492 País: CHINA Estrangeiro: CHUI Lizhi Data Nascimento: 01/09/1969 Passaporte: E12887228 País: CHINA Estrangeiro: CUI Yuanxin Data Nascimento: 10/12/1962 Passaporte: EC0199561 País: CHINA Estrangeiro: DUAN Fujun Data Nascimento: 05/10/1982 Passaporte: EC0200532 País: CHINA Estrangeiro: GUI Nuo Data Nascimento: 08/09/1982 Passaporte: E56423743 País: CHINA Estrangeiro: HAO Jianguo Data Nascimento: 01/02/1970 Passaporte: E17948973 País: CHINA Estrangeiro: HU Defu Data Nascimento: 23/10/1958 Passaporte: EB6058253 País: CHINA Estrangeiro: LI Dongxu Data Nascimento: 26/10/1990 Passaporte: E01977573 País: CHINA Estrangeiro: MAO Linggang Data Nascimento: 17/05/1976 Passaporte: E02163340 País: CHINA Estrangeiro: QU Qi Data Nascimento: 24/07/1988 Passaporte: EC0836600 País: CHINA Estrangeiro: WANG Gang Data Nascimento: 03/06/1983 Passaporte: EC0828954 País: CHINA Estrangeiro: WANG Ying Data Nascimento: 16/10/1984 Passaporte: EC0828969 País: CHINA Estrangeiro: WU Junjie Data Nascimento: 24/02/1984 Passaporte: EC0828958 País: CHINA Estrangeiro: XIA Hailong Data Nascimento: 30/08/1973 Passaporte: E35544749 País: CHINA Estrangeiro: XIA Xing Data Nascimento: 28/07/1974 Passaporte: E03043859 País: CHINA Estrangeiro: YANG Inserk Data Nascimento: 03/01/1977 Passaporte: C3FF8P1W3 País: ALEMANHA Estrangeiro: ZENG Yilan Data Nascimento: 29/11/1987 Passaporte: G34135626 País: CHINA Estrangeiro: ZOU Yanqiang Data Nascimento: 16/06/1975 Passaporte: EB6300135 País: CHINA.

Residência - RN 02 - Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039000138201872 Empresa: ENEL BRASIL S.A Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Dario Miceli Data Nascimento: 29/12/1977 Passaporte: YB2241608 País: ITÁLIA Mãe: Amelia Lomonaco Pai: Antonio Miceli; Processo: 47039000317201818 Empresa: FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP FUNCAMP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GONCALO SOARES DE OLIVEIRA Data Nascimento: 23/04/1990 Passaporte: C659541 País: PORTUGAL Mãe: ANGELA MARIA ALVES SOARES Pai: JOSE JULIO DE OLIVEIRA; Processo: 47039000337201881 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DOMENICO LUBRANO LAVADERA Data Nascimento: 04/05/1984 Passaporte: YA7530014 País: ITÁLIA Mãe: TERESA AMALFITANO Pai: NICOLA LUBRANO LAVADERA; Processo: 47039000541201800 Empresa: EMUSA DO BRASIL-INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: WALTER MARCELO LIX ARRIAZA Data Nascimento: 23/12/1977 Passaporte: 175481806 País: GUATEMALA Mãe: Jeny Colomba Arriaza Portomarin Pai: Oscar Estuardo Lix Perez; Processo: 47039000894201800 Empresa: CENTRO DE LINGUA, CULTURA E CIVILIZACAO FRANCO BRASILEIRA LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Margot Suzanne Esther Petitperrin Data Nascimento: 11/11/1990 Passaporte: 09PC21168 País: FRANÇA Mãe: Roselyne Elisabeth Boudin Pai: Dominique Paul Petitperrin; Processo: 47039001045201865 Empresa: NOLANDIS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CANDY MASSIEL ALMONTE BRAVO Data Nascimento: 12/09/1987 Passaporte: SC8262839 País: REPÚBLICA DOMINICANA Mãe: CANDIDA ARTEMIA BRAVO DE ALMONTE Pai: MANUEL ANTONIO ALMONTE MARTINEZ; Processo: 47039001166201815 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LUYI GONG Data Nascimento: 10/10/1989 Passaporte: E00884344 País: CHINA Mãe: HUIJUAN CHEN Pai: XINPING GONG; Processo: 47039001128201854 Empresa: GAMATECNICA ELETROMECANICA EIRELI - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KEVIN-ALEXANDRE JACQUOT Data Nascimento: 27/06/1987 Passaporte: 15AI10458 País: FRANÇA Mãe: JACQUELINE ANTOINETTE BURTIN Pai: FRANCK JEAN YVES EDMOND JACQUOT.

Residência - RN 06 - Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041003924201700 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2019 Estrangeiro: ALAN MACLEAN Data Nascimento: 14/07/1976 Passaporte: 538911844 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041003929201724 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2019 Estrangeiro: CHARLES ROBERT HUGHES Data Nascimento: 18/05/1977 Passaporte: 460129192 País: EUA; Processo: 47041003935201781 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2019 Estrangeiro: DANIEL WILLIAM BERRY Data Nascimento: 26/12/1983 Passaporte: 488986779 País: EUA; Processo: 47041003936201726 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2019 Estrangeiro: DAVID KEITH MC MULLEN Data Nascimento: 10/08/1965 Passaporte: 467061651 País: EUA; Processo: 47041003947201714 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2019 Estrangeiro: JARED WHEELER Data Nascimento: 23/04/1982 Passaporte: 456219583 País: EUA; Processo: 47041003952201719 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2019 Estrangeiro: Jeremy Glen Hippler Data Nascimento: 27/05/1978 Passaporte: 530483483 País: EUA; Processo: 47041003954201716 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2019 Estrangeiro: JOHN STEPHEN O MALLEY Data Nascimento: 03/05/1984 Passaporte: 470604299 País: EUA; Processo: 47041003964201743 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2019 Estrangeiro: KRIS GERARD BREAUX Data Nascimento: 19/12/1961 Passaporte: 516404108 País: EUA; Processo: 47041003981201781 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2019 Estrangeiro: ROBERT PETER WELLMAN Data Nascimento: 26/05/1983 Passaporte: 478897041 País: EUA; Processo: 47041004038201795 Empresa: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTONY RAYMOND ROBSON Data Nascimento: 18/12/1963 Passaporte: 511394978 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041004053201733 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 24/01/2020 Estrangeiro: JOHN THOMAS CARTER Data Nascimento: 10/12/1962 Passaporte: 561643380 País: EUA; Processo: 47041000051201856 Empresa: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YASHAR TELMAN OGLU RZAYEV Data Nascimento: 02/06/1977 Passaporte: C00922028 País: AZERBAIJÃO; Processo: 47041000481201878 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 13/07/2018 Estrangeiro: SIMON DANHOLT HANSEN Data Nascimento: 29/09/1967 Passaporte: 208005018 País: DINAMARCA; Processo: 47041000535201803 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 31/12/2019 Estrangeiro: SERGE ARMAND GERARD ALLEGAERT Data Nascimento: 28/02/1966 Passaporte: EN961144 País: BÉLGICA; Processo: 47041000598201851 Empresa: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alexandre Philippe Marie Dedieu Data Nascimento: 08/07/1983 Passaporte: 17FV03051 País: FRANÇA.

Residência - RN 11/2017 Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º):

Processo: 47039000925201814 Empresa: PAUL HASTINGS SERVICOS DE CONSULTORIA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: STEVEN PAUL SANDRETTO Data Nascimento: 30/07/1973 Passaporte: 488862152 País: EUA; Processo: 47039001115201885 Empresa: HARIMA DO BRASIL INDUSTRIA QUIMICA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MAKOTO ITAYA Data Nascimento: 13/02/1967 Passaporte: TZ1159517 País: JAPÃO; Processo: 47039001449201859 Empresa: CASIO BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HIROYUKI NOKA Data Nascimento: 30/03/1960 Passaporte: TZ 1.106.253 País: JAPÃO Estrangeiro: HIROYUKI NOKA Data Nascimento: 30/03/1960 Passaporte: TZ 1.106.253 País: JAPÃO.

Residência - RN 13 - Residência - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039001124201876 Empresa: MARANELO COMERCIO DO VESTUARIO LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YUEYI XU Data Nascimento: 23/01/1970 Passaporte: G36826775 País: CHINA; Processo: 47039001653201870 Empresa: DON BOSCO COMERCIO DE SUCATAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RAM RATAN Data Nascimento: 01/05/1971 Passaporte: H0978703 País: ÍNDIA.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de prorrogação de autorização de trabalho:

Processo: 47038003353201754 Empresa: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Estrangeiro: James Elmer Little RNE: V371746-2 Prazo: até 07/02/2019 Passaporte: 548474214.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante THIBAUD ROGER GUY BERSIHAND exercer concomitantemente o cargo de Diretor Financeiro na Empresa PLANTACOES MICHELIN DA BAHIA LTDA Processo: 47039.001180/2018-19 anteriormente autorizado através do Processo: 47039.007287/2017-81.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante EMMANOUIL MITSOU exercer concomitantemente o cargo de Diretor Superintendente na Empresa COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODI Processo: 47039.001264/2018-44 anteriormente autorizado através do Processo: 47039.002315/2017-74.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante JOSE DE JESUS RAMIREZ DE LA MORA exercer concomitantemente o cargo de Administrador na Empresa FEMSA REFRIGERACAO PARTICIPACOES LTDA. Processo: 47039.001636/2018-32 anteriormente autorizado através do Processo: 47039.000028/2017-20.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante NATACHA HERRERO ET GUICHARD MARLY exercer concomitantemente o cargo de Administrador na Empresa INEO DO BRASIL ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA. Processo: 47039.001760/2018-06 anteriormente autorizado através do Processo: 47039.000287/2017-51.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 47041003596201733 Empresa: TATIANA IASHUNOVA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TATIANA IASHUNOVA Passaporte: 718880932; Processo: 47041003951201774 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/02/2018 Estrangeiro: LAVANYA KUMAR BONGIPILLI Passaporte: H5468766 Estrangeiro: Marishkumar Karuppasamy Passaporte: P5803777 Estrangeiro: Susant Barik Passaporte: J3045987; Processo: 47039001391201843 Empresa: BROSE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PETER KARL KRETSCHMER Passaporte: CGX89355L; Processo: 47039001481201834 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: 120 Dia(s) Estrangeiro: Yves Jean Leporcq Passaporte: 14DL76496; Processo: 47039001482201889 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: 120

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Dia(s) Estrangeiro: Bruno Laurent Benoit Gaillard Passaporte: 15FV30363; Processo: 47039001485201812 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: 120 Dia(s) Estrangeiro: Bruno Elegoet Passaporte: 12CC59891; Processo: 47039001486201867 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: 120 Dia(s) Estrangeiro: Serge Dominique Marie Vales Passaporte: 17FV13934; Processo: 47039001489201809 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: 120 Dia(s) Estrangeiro: Pierre-Yves Marie Emile Gilles Passaporte: 17FV14520; Processo: 47039001490201825 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: 120 Dia(s) Estrangeiro: Richard Andre Armand Beltzung Passaporte: 14AV80484; Processo: 47039001492201814 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: 120 Dia(s) Estrangeiro: Bernard Quere Passaporte: 17FV13919; Processo: 47039001494201811 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: 120 Dia(s) Estrangeiro: Claude René Corentin Le Maguer Passaporte: 15CI21345; Processo: 47039001496201801 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: 120 Dia(s) Estrangeiro: Jean-Rene Alain Conan Passaporte: 17FV13198; Processo: 47039001497201847 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: 120 Dia(s) Estrangeiro: Jean-Phillippe Larrouil Passaporte: 15CF18970; Processo: 47039001503201866 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: 120 Dia(s) Estrangeiro: Sebastien Henri Roger Picolot Passaporte: 09AR00678; Processo: 47039001504201819 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: 120 Dia(s) Estrangeiro: Antoine Guillaume Jaffres Passaporte: 16AD74806; Processo: 47039001508201899 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: 120 Dia(s) Estrangeiro: Dominique Gascard Passaporte: 17AY69020; Processo: 47039001509201833 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: 120 Dia(s) Estrangeiro: Marc Georges Loubiere Passaporte: 17CE75775; Processo: 47039001511201811 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: 120 Dia(s) Estrangeiro: Alain Manuel Bernard Pereira Passaporte: 17AR76171; Processo: 47039001512201857 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: 120 Dia(s) Estrangeiro: Loic Roland Georges Wallerand Passaporte: 14DV11073; Processo: 47039001513201800 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: 120 Dia(s) Estrangeiro: François Marcel Charles Cordiez Passaporte: 16CK58494; Processo: 47039001521201848 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: 120 Dia(s) Estrangeiro: Yann Corre Passaporte: 17CH61889; Processo: 47039001520201801 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: 120 Dia(s) Estrangeiro: Alain Louis Rey Passaporte: 11CI96320; Processo: 47039001517201880 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: 120 Dia(s) Estrangeiro: Philippe Marcel Ganier Passaporte: 17CH03524; Processo: 47039001601201801 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Noel Grove Zegarra Condori Passaporte: A974576.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de prorrogação de autorização de trabalho:

Processo: 47038003492201788 Empresa: DIESEL LINE CAMBUI LTDA Estrangeiro: JAMES EDWARD RAMIREZ Passaporte: 453819119 Prazo: até 24/11/2018; Processo: 47038003615201781 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Andreas Georgios Katsiampanis Passaporte: AM1980504 RNE: V757584-U Prazo: até 15/12/2019; Processo: 47038003614201736 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Estrangeiro: Orlando Flores Bendillo RNE: V688083-0 Prazo: até 19/12/2019 Passaporte: EB9952885.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 021 de 30/01/2018, Seção 1, p. 72, Processo: 47039.001225/2018-47, onde se lê: Passaporte: TK 1.803.223, leia-se: Passaporte: TK 1.805.223.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 008 de 11/01/2018, Seção 1, p. 69, Processo: 47039.010373/2017-71, onde se lê: Passaporte: G 33635445, leia-se: Passaporte: EB 9350171.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 008 de 11/01/2018, Seção 1, p. 68, Processo: 47039.000222/2018-96, onde se lê: Prazo: 12 Ano(s), leia-se: Prazo: 12 Mês(ês).

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46200.002324/2014-31	205409351	Gold Service Vigilancia e Seguranc Ltda. - EPP	AC
2	46202.009431/2015-51	207019207	Engeco Engenharia e Construcoes Ltda	AM
3	46202.009432/2015-03	207018839	Engeco Engenharia e Construcoes Ltda	AM
4	46202.009433/2015-40	207017166	Engeco Engenharia e Construcoes Ltda	AM
5	46202.009434/2015-94	207016780	Engeco Engenharia e Construcoes Ltda	AM
6	46202.009435/2015-39	207016381	Engeco Engenharia e Construcoes Ltda	AM
7	46202.009436/2015-83	207010803	Engeco Engenharia e Construcoes Ltda	AM
8	46202.009437/2015-28	207010382	Engeco Engenharia e Construcoes Ltda	AM
9	46202.009438/2015-72	207006458	Engeco Engenharia e Construcoes Ltda	AM
10	46202.009440/2015-41	207025606	Engeco Engenharia e Construcoes Ltda	AM
11	46202.009441/2015-96	207019797	Engeco Engenharia e Construcoes Ltda	AM
12	46202.003265/2015-89	206011059	Joel Evaristo de Melo Filho - EPP	AM
13	46202.002268/2015-03	205867146	Via Sol Confeccoes Ltda - ME	AM
14	46202.002267/2015-51	205867413	Via Sol Confeccoes Ltda - ME	AM
15	47904.015971/2012-86	24791971	Image Memorial Ltda.	BA
16	47904.002177/2013-53	25480979	Mana Engenharia e Consultoria S/A	BA
17	47904.002178/2013-06	25480987	Mana Engenharia e Consultoria S/A	BA
18	47904.003335/2011-21	20943210	Otavio Oliveira de Carvalho	BA
19	47904.003525/2011-48	20942346	Otavio Oliveira de Carvalho	BA
20	47904.003526/2011-92	20942354	Otavio Oliveira de Carvalho	BA
21	47904.003528/2011-81	20942362	Otavio Oliveira de Carvalho	BA
22	47904.003529/2011-26	20942338	Otavio Oliveira de Carvalho	BA
23	47904.003707/2011-19	20942290	Otavio Oliveira de Carvalho	BA
24	47904.003710/2011-32	20943253	Otavio Oliveira de Carvalho	BA
25	47904.003712/2011-21	20943237	Otavio Oliveira de Carvalho	BA
26	47904.003713/2011-76	20943229	Otavio Oliveira de Carvalho	BA
27	47904.003714/2011-11	20943245	Otavio Oliveira de Carvalho	BA
28	47904.003716/2011-18	20942281	Otavio Oliveira de Carvalho	BA
29	47904.003718/2011-07	20989407	Otavio Oliveira de Carvalho	BA
30	47904.005075/2011-28	20942494	Otavio Oliveira de Carvalho	BA
31	47904.014516/2013-44	201552922	Posto Kalilandia Ltda	BA
32	47904.014518/2013-33	201552833	Posto Kalilandia Ltda	BA
33	47904.014519/2013-88	201552701	Posto Kalilandia Ltda	BA
34	47904.014520/2013-11	201552566	Posto Kalilandia Ltda	BA
35	47904.008175/2011-14	21015287	Topbel Agropecuaria Ltda	BA
36	46205.008990/2014-32	203622073	Ypioca Industrial de Bebidas S/A	CE
37	46205.008991/2014-87	203622081	Ypioca Industrial de Bebidas S/A	CE
38	46206.012535/2015-11	207339686	Axiomas Brasil Pesquisa Cursos e Consultoria Ltda - ME	DF
39	46206.140070/2014-06	205451012	B2BR - Business To Business Informatica do Brasil Ltda.	DF
40	46206.018043/2015-21	208035036	Casa de Ismael - Lar da Criança	DF
41	46206.013119/2015-21	207420629	Manchester Serviços Ltda	DF
42	46206.005811/2015-86	206541970	Movimento de Educacao de Base MEB	DF
43	46206.022133/2015-16	208496912	Nova Tecnologia em Educacao Ltda	DF
44	46206.022132/2015-71	208496939	NT Solucoes e Servicos Ltda	DF
45	46206.006124/2015-88	206622279	Pam Scharen Escola e Creche Eireli - ME	DF
46	46206.018449/2015-11	208081780	Satelite Construcao e Incorporacao Ltda	DF
47	46206.018450/2015-38	208081640	Satelite Construcao E Incorporacao Ltda	DF
48	46206.009049/2015-15	206972431	Sweep Servicos e Construcoes Ltda - EPP	DF
49	46206.019410/2015-11	208203699	V.W.G Comercio Varejista de Alimentos Ltda - ME	DF
50	46207.007943/2013-71	201720833	Construtora Capitania Ltda	ES
51	46207.007945/2013-60	201720892	Construtora Capitania Ltda	ES
52	46207.007947/2013-59	201720388	Construtora Capitânia Ltda	ES
53	46207.007948/2013-01	201720850	Construtora Capitânia Ltda	ES
54	46207.007949/2013-48	201720795	Construtora Capitânia Ltda	ES
55	47747.004390/2014-31	203744217	Comercial de Alimentos Modelo Ltda.	MG
56	47747.004591/2014-38	203744250	Comercial de Alimentos Modelo Ltda.	MG
57	47747.004594/2014-71	203744331	Comercial de Alimentos Modelo Ltda.	MG
58	47747.004595/2014-16	203744349	Comercial de Alimentos Modelo Ltda.	MG
59	47747.004596/2014-61	203744357	Comercial de Alimentos Modelo Ltda.	MG
60	46247.000308/2014-77	203385225	Cooperativa de Laticinios Teofilo Otoni Ltda	MG
61	46247.000309/2014-11	203385250	Cooperativa de Laticinios Teofilo Otoni Ltda	MG
62	46247.000310/2014-46	203385152	Cooperativa de Laticinios Teofilo Otoni Ltda	MG
63	46247.000311/2014-91	203385071	Cooperativa de Laticinios Teofilo Otoni Ltda	MG
64	46247.000313/2014-80	203385039	Cooperativa de Laticinios Teofilo Otoni Ltda	MG
65	46247.000314/2014-24	203384911	Cooperativa de Laticinios Teofilo Otoni Ltda	MG
66	46247.000315/2014-79	203384857	Cooperativa de Laticinios Teofilo Otoni Ltda	MG
67	46240.000256/2014-07	203089472	Fundação Assistencial Viçosense	MG
68	46240.000258/2014-98	203089618	Fundação Assistencial Viçosense	MG
69	46240.000259/2014-32	203089634	Fundação Assistencial Viçosense	MG
70	46240.000260/2014-67	203089642	Fundação Assistencial Viçosense	MG
71	46240.000263/2014-09	203089693	Fundação Assistencial Viçosense	MG
72	46240.000264/2014-45	203090276	Fundação Assistencial Viçosense	MG
73	46246.003638/2014-24	205360149	Fundacao de Saude Dilson de Quadros Godinho	MG
74	46502.000401/2014-13	202717372	Liquigas Distribuidora S.A.	MG
75	46236.001570/2013-87	201734371	Lobo Industria e Comercio de Metais Ltda EPP	MG
76	46236.001572/2013-76	201737868	Lobo Industria e Comercio de Metais Ltda EPP	MG
77	46236.001573/2013-11	201734176	Lobo Industria e Comercio de Metais Ltda EPP	MG
78	46236.001574/2013-65	201734222	Lobo Industria e Comercio de Metais Ltda EPP	MG
79	46236.001575/2013-18	201734231	Lobo Industria e Comercio de Metais Ltda EPP	MG
80	46236.001576/2013-54	201734265	Lobo Industria e Comercio de Metais Ltda EPP	MG
81	46236.001577/2013-07	201734311	Lobo Industria e Comercio de Metais Ltda EPP	MG

82	46236.001578/2013-43	201734630	Lobo Industria e Comercio de Metais Ltda EPP	MG
83	46236.001579/2013-98	201734672	Lobo Industria e Comercio de Metais Ltda EPP	MG
84	46236.001580/2013-12	201734664	Lobo Industria e Comercio de Metais Ltda EPP	MG
85	46236.001581/2013-67	201737876	Lobo Industria e Comercio de Metais Ltda EPP	MG
86	46236.001582/2013-10	201734648	Lobo Industria e Comercio de Metais Ltda EPP	MG
87	46236.001583/2013-56	201734842	Lobo Industria e Comercio de Metais Ltda EPP	MG
88	46236.001584/2013-09	201734745	Lobo Industria e Comercio de Metais Ltda EPP	MG
89	46236.001585/2013-45	201734788	Lobo Industria e Comercio de Metais Ltda EPP	MG
90	46236.001586/2013-90	201734796	Lobo Industria e Comercio de Metais Ltda EPP	MG
91	46236.001587/2013-34	201734818	Lobo Industria e Comercio de Metais Ltda EPP	MG
92	46236.001588/2013-89	201734290	Lobo Industria e Comercio de Metais Ltda EPP	MG
93	47747.012307/2014-05	205623603	Rosilene Manzela Santana Gomes Eireli - ME	MG
94	46239.000083/2014-58	202656438	W Minas Gerais Idiomas Ltda	MG
95	46239.000799/2014-55	202981991	W Minas Gerais Idiomas Ltda ME	MG
96	46239.000800/2014-41	202982025	W Minas Gerais Idiomas Ltda ME	MG
97	46239.000801/2014-96	202982289	W Minas Gerais Idiomas Ltda ME	MG
98	46239.000806/2014-19	202982793	W Minas Gerais Idiomas Ltda ME	MG
99	46239.000808/2014-16	202982921	W Minas Gerais Idiomas Ltda ME	MG
100	46239.000809/2014-52	202983030	W Minas Gerais Idiomas Ltda ME	MG
101	46239.000810/2014-87	202983072	W Minas Gerais Idiomas Ltda ME	MG
102	46312.007335/2014-40	205558739	KM Engenharia Ltda	MS
103	46312.007338/2014-83	205558615	KM Engenharia Ltda	MS
104	46312.007339/2014-28	205558755	KM Engenharia Ltda	MS
105	46312.007340/2014-52	205558801	KM Engenharia Ltda	MS
106	46312.007341/2014-05	205558879	KM Engenharia Ltda	MS
107	46312.007343/2014-96	205558917	KM Engenharia Ltda	MS
108	46312.007344/2014-31	205559000	KM Engenharia Ltda	MS
109	46312.007345/2014-85	205559018	KM Engenharia Ltda	MS
110	46312.007346/2014-20	205559085	KM Engenharia Ltda	MS
111	46312.007347/2014-74	205559204	KM Engenharia Ltda	MS
112	46312.007348/2014-19	205559344	KM Engenharia Ltda	MS
113	46312.007349/2014-63	205559484	KM Engenharia Ltda	MS
114	46312.007350/2014-98	205559581	KM Engenharia Ltda	MS
115	46312.007351/2014-32	205559735	KM Engenharia Ltda	MS
116	46312.007353/2014-21	205559697	KM Engenharia Ltda	MS
117	46222.007047/2015-85	206365586	Estaleiro Gamboa Ltda EPP	PA
118	46222.008310/2015-53	206366001	Estaleiro Gamboa Ltda EPP	PA
119	46213.016229/2012-11	18614221	Tecon Suape S/A	PE
120	46213.016230/2012-38	18614230	Tecon Suape S/A	PE
121	46213.016231/2012-82	18614213	Tecon Suape S/A	PE
122	46213.016232/2012-27	18614248	Tecon Suape S/A	PE
123	47533.004125/2015-49	206029268	J. R. Moreira - Construção - ME	PR
124	47533.004124/2015-02	205927661	J. R. Moreira - Construção - ME	PR
125	47533.016492/2014-12	205113117	Mogi Meat Distribuidora de Carnes Ltda	PR
126	47533.016493/2014-59	205113508	Mogi Meat Distribuidora de Carnes Ltda	PR
127	47533.016494/2014-01	205113583	Mogi Meat Distribuidora de Carnes Ltda	PR
128	47533.016495/2014-48	205114393	Mogi Meat Distribuidora de Carnes Ltda	PR
129	47533.016496/2014-92	205113257	Mogi Meat Distribuidora de Carnes Ltda	PR
130	47533.016499/2014-26	205114211	Mogi Meat Distribuidora de Carnes Ltda	PR
131	47533.016500/2014-12	205113389	Mogi Meat Distribuidora de Carnes Ltda	PR
132	46215.031363/2013-03	202550273	Unimed-Rio Empreendimentos Medicos e Hospitalares Ltda	RJ
133	46216.000448/2014-11	25276140	Inviolávael Porto Velho Segurança e Eletrônica Ltda	RO
134	46216.000449/2014-57	25276131	Inviolável Porto Velho Segurança Eletrônica Ltda - ME	RO
135	46758.002544/2013-87	200805363	Marco Vinicio Bouez Silva	RO
136	46758.002545/2013-21	201397421	Marco Vinicio Bouez Silva	RO
137	46758.002546/2013-76	201397412	Marco Vinicio Bouez Silva	RO
138	46758.002547/2013-11	201397404	Marco Vinicio Bouez Silva	RO
139	46758.002548/2013-65	201397391	Marco Vinicio Bouez Silva	RO
140	46758.002551/2013-89	201397382	Marco Vinicio Bouez Silva	RO
141	46758.002552/2013-23	201397374	Marco Vinicio Bouez Silva	RO
142	46758.002553/2013-78	201397366	Marco Vinicio Bouez Silva	RO
143	46758.002554/2013-12	200993003	Marco Vinicio Bouez Silva	RO
144	46758.002555/2013-67	200992996	Marco Vinicio Bouez Silva	RO
145	46758.002557/2013-56	200992970	Marco Vinicio Bouez Silva	RO
146	46758.002558/2013-09	200992961	Marco Vinicio Bouez Silva	RO
147	46758.002562/2013-69	200805410	Marco Vinicio Bouez Silva	RO
148	46758.002563/2013-11	200805401	Marco Vinicio Bouez Silva	RO
149	46758.002564/2013-58	200805398	Marco Vinicio Bouez Silva	RO
150	46758.002568/2013-36	200805371	Marco Vinicio Bouez Silva	RO
151	46758.002569/2013-81	201397293	Marco Vinicio Bouez Silva	RO
152	46274.000427/2016-64	208929401	Carrefour Comercio e Industria Ltda	RS
153	46275.002125/2015-30	207172439	Comercial e Empreiteira Fagundes Ltda.	RS
154	46275.002126/2015-84	207172412	Comercial e Empreiteira Fagundes Ltda.	RS
155	46275.002127/2015-29	207172404	Comercial e Empreiteira Fagundes Ltda.	RS
156	46275.002128/2015-73	207172331	Comercial e Empreiteira Fagundes Ltda.	RS
157	46275.002129/2015-18	207172307	Comercial e Empreiteira Fagundes Ltda.	RS
158	46275.002130/2015-42	207172293	Comercial e Empreiteira Fagundes Ltda.	RS
159	46275.002131/2015-97	207172277	Comercial e Empreiteira Fagundes Ltda.	RS
160	46275.002132/2015-31	207172251	Comercial e Empreiteira Fagundes Ltda.	RS
161	46275.002133/2015-86	207172218	Comercial e Empreiteira Fagundes Ltda.	RS
162	46275.002135/2015-75	207172153	Comercial e Empreiteira Fagundes Ltda.	RS
163	46275.002136/2015-10	207172145	Comercial e Empreiteira Fagundes Ltda.	RS
164	46275.002137/2015-64	207172111	Comercial e Empreiteira Fagundes Ltda.	RS
165	46275.002138/2015-17	207172072	Comercial e Empreiteira Fagundes Ltda.	RS
166	46275.002139/2015-53	207172030	Comercial e Empreiteira Fagundes Ltda.	RS
167	46275.002140/2015-88	207171998	Comercial e Empreiteira Fagundes Ltda.	RS
168	46275.002141/2015-22	207171980	Comercial e Empreiteira Fagundes Ltda.	RS
169	46275.002142/2015-77	207171971	Comercial e Empreiteira Fagundes Ltda.	RS
170	46275.002143/2015-11	207171963	Comercial e Empreiteira Fagundes Ltda.	RS
171	46275.002144/2015-66	207171955	Comercial e Empreiteira Fagundes Ltda.	RS
172	46275.002162/2015-48	207226709	Comercial e Empreiteira Fagundes Ltda.	RS
173	46278.001247/2014-06	204624428	Eletrosul Centrais Eletricas S/A	RS
174	47157.001534/2014-47	205247024	Maquinas Klein S.A Industria e Comercio	RS
175	47157.001535/2014-91	205247016	Maquinas Klein S.A Industria e Comercio	RS
176	47157.001536/2014-36	205247008	Maquinas Klein S.A Industria e Comercio	RS
177	47157.001537/2014-81	205246991	Maquinas Klein S.A Industria e Comercio	RS
178	47157.001538/2014-25	205246982	Maquinas Klein S.A Industria e Comercio	RS
179	46273.000093/2015-58	205701892	Nelson Ivan B Pereira & Cia Ltda - EPP	RS
180	46273.000104/2015-08	205701817	Nelson Ivan B Pereira & Cia Ltda - EPP	RS
181	46221.005776/2015-15	206826052	Fotoptica Ltda.	SE
182	47998.007144/2011-36	21461686	Comercial Troyse Paes e Doces Ltda	SP
183	47998.007145/2011-81	21461694	Comercial Troyse Paes e Doces Ltda	SP
184	47998.007146/2011-25	21461678	Comercial Troyse Paes e Doces Ltda	SP
185	46259.011535/2014-99	205571255	DNS Construcoes e Servicos Ltda ME	SP
186	46259.011536/2014-33	205570909	DNS Construcoes e Servicos Ltda ME	SP
187	46259.011537/2014-88	205571280	DNS Construcoes e Servicos Ltda ME	SP
188	46266.002749/2012-13	23851295	Itaquareia Industria Extrativa de Minerios Ltda	SP
189	46254.002185/2015-09	206785968	Jose Degane - EPP	SP
190	46254.001901/2015-22	206741740	Mitri - Industria E Comercio Ltda - EPP	SP
191	46254.001902/2015-77	206741766	Mitri - Industria E Comercio Ltda - EPP	SP
192	46254.001903/2015-11	206741791	Mitri - Industria E Comercio Ltda - EPP	SP
193	46259.005382/2014-41	203908937	Rio Verde Engenharia e Construcoes Ltda	SP
194	46259.005419/2014-31	203895011	Rio Verde Engenharia e Construcoes Ltda	SP
195	46259.005450/2014-71	203885121	Rio Verde Engenharia e Construcoes Ltda	SP
196	46259.005451/2014-16	203884523	Rio Verde Engenharia e Construcoes Ltda	SP
197	46219.007880/2009-37	6216692	Solvay Indupa do Brasil S.A.	SP
198	47999.007927/2012-91	24667501	Supermercado Santa Julia Ltda - ME	SP
199	47999.007925/2012-00	21318085	Supermercado Santa Julia Ltda - ME	SP
200	47999.007928/2012-35	24667480	Supermercado Santa Julia Ltda - ME	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46206.003344/2015-50	200.465.724	Ultralimpo Serviços de Locação de Mão de Obra Empresarial Ltda.	DF
2	46213.009495/2009-84	100.143.113	Real Hospital Português de Beneficência em Pernambuco	PE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46236.001571/2013-21	201734834	Lobo Indústria e Comércio de Metais Ltda. - EPP	MG
2	46758.002542/2013-98	200805347	Marco Vinicio Bouez Silva	RO
3	46758.002543/2013-32	200805355	Marco Vinicio Bouez Silva	RO
4	46758.002556/2013-10	200992988	Marco Vinicio Bouez Silva	RO
5	46758.002559/2013-45	200992945	Marco Vinicio Bouez Silva	RO
6	46758.002560/2013-70	200992953	Marco Vinicio Bouez Silva	RO
7	46758.002561/2013-14	200805428	Marco Vinicio Bouez Silva	RO
8	46758.002567/2013-91	200805380	Marco Vinicio Bouez Silva	RO
9	46275.002134/2015-21	207172188	Comercial e Empreiteira Fagundes Ltda.	RS

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46259.005449/2014-47	203885309	Rio Verde Engenharia e Construções Ltda.	SP

1.4 Pelo não conhecendo do recurso por ser intempestivo, mantendo a procedência do auto de infração..

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46221.008257/2011-77	017979412	Life Comércio e Serviços Ltda.	SE

1.5 Pela nulidade da decisão de fls. 542, e por consequência, sua publicação no DOU de 03/08/2017. Pelo Conhecimento e provimento ao recurso, julgando o auto de infração improcedente.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46219.015439/2012-24	019849842	FR Instalações e Construções Ltda.	SP

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46221.005769/2015-13	206829965	Fotoptica Ltda.	SE
2	46221.005770/2015-30	206825579	Fotoptica Ltda.	SE
3	46221.005771/2015-84	206826371	Fotoptica Ltda.	SE
4	46221.005772/2015-29	206828721	Fotoptica Ltda.	SE
5	46221.005774/2015-18	206827717	Fotoptica Ltda.	SE
6	46221.005775/2015-62	206828331	Fotoptica Ltda.	SE

2.2 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	NOTIFIC AÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46204.002245/2008-41	506.031.675	J. Marino Comércio de Móveis Ltda.	BA

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 30, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Altera os arts. 1º, 2º e 7º da Portaria MTur nº 144, de 27 de agosto de 2015, que estabelece a categorização dos municípios pertencentes às regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro, definido por meio da Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º, inciso VI, da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; no art. 6º do Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010; e na Portaria MTur nº 205, de 9 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Os arts. 1º, 2º e 7º da Portaria MTur nº 144, de 27 de agosto de 2015, que estabelece a categorização dos Municípios pertencentes às regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro, definido por meio da Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica estabelecida a categorização dos municípios das regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro, disponível para consulta no sítio eletrônico www.mapa.turismo.gov.br.

Parágrafo único: Para fins desta Portaria, considera-se categorização um instrumento para identificação do nível de desenvolvimento da economia do turismo dos municípios inseridos nas regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro." (NR)

"Art. 2º Na definição das categorias dos municípios que integram o Mapa do Turismo Brasileiro, foi utilizada a metodologia de análise de cluster (agrupamento) por meio de quatro variáveis, considerando sua relação com a economia do turismo:

I - Quantidade de Estabelecimentos de Hospedagem (fonte: PSH - IBGE);

II - Quantidade de Empregos em Estabelecimentos de Hospedagem (fonte: RAIS/MTE);

III - Quantidade Estimada de Visitantes Domésticos (fonte: Estudo de Demanda Doméstica - MTur/FIPE); e

IV - Quantidade Estimada de Visitantes Internacionais (fonte: Estudo de Demanda Internacional - MTur/FIPE)." (NR).

.....

"Art. 7º O processo de atualização da categorização dos municípios das regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro será realizado em conformidade com a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, observando-se o disposto nesta Portaria." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARX BELTRÃO

MACHADO DE ASSIS



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

Patrono da Imprensa Nacional

Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa. Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

IMPRENSA NACIONAL 1808

MACHADO DE ASSIS

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 104, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Confere anuência à concessão da exploração do Aeroporto de Lençóis (SBLE), localizado no Município de Lençóis, delegado ao Estado da Bahia.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, o uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, o § 2º do art. 3º do Decreto nº 7.624, de 22 de novembro de 2011, combinado com os artigos 1º, inciso II, e 6º, inciso I, da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 36 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, no artigo 57, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, no § 2º do art. 6º da Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, no art. 12 da Portaria SAC-PR nº 183, de 14 de agosto de 2014, e considerando o requerimento formulado pelo Estado da Bahia - BA, constante nos autos do Processo Administrativo nº 00055.001540/2011-36, resolve:

Art. 1º Conferir anuência à concessão da exploração do Aeroporto de Lençóis (SBLE), localizado no Município de Lençóis, delegado ao Estado da Bahia - BA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO QUINTELLA

DESPACHO Nº 6, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº: 50000.009583/2013-35
Interessado: Link Bagg Comunicação e Propaganda; Assessoria de Comunicação Social - ASCOM/GM-MTPA
Assunto: Contratação de serviços de publicidade.

1. Em face do que consta e foi proposto neste processo, resolvo, conforme disposto no artigo 2º, parágrafo 1°, do Decreto nº 7.689, de 02 de março de 2012, considerando o teor da Portaria MP nº 249, de 13 de junho de 2012, e considerando o Parecer n° 00076/2018/CONJUR-MT/CGU/AGU emitido pela Consultoria Jurídica desta Pasta, AUTORIZAR a CELEBRAÇÃO DA PRORROGAÇÃO pelo período de 20 de fevereiro de 2018 até 20 de fevereiro de 2019, o ACRÉSCIMO no percentual de 25% ao valor inicial atualizado, totalizando o valor de R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para 12 (doze) meses, sendo o montante de R$ 21.597.222,22 (vinte e um milhões, quinhentos e noventa e sete mil duzentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos) para o período de 20/02/2018 à 31/12/2018, e o restante no valor de R$3.402.777,78 (três milhões, quatrocentos e dois mil setecentos e setenta e sete reais e setenta e oito centavos) para cobrir as despesas de 01/01/2019 até 20/02/2019, bem como a ALTERAÇÃO DO CNPJ 34.358.432/0001-90 (matriz), passando a constar o CNPJ 34.358.432/0002-71 (filial) tudo conforme proposto pela Minuta do 4º Termo Aditivo ao contrato n.º 11/2014-MTPA, a ser firmado com a empresa LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA.

2. Encaminhe-se o presente processo à Subsecretaria de Assuntos Administrativos, para adoção das providências subsequentes.

MAURICIO QUINTELLA
Ministro

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

RETIFICAÇÃO

Nos parágrafos únicos arts. 1º das Portarias nºs 120, de 13 de janeiro de 2018, 147, 148, 149, de 15 de janeiro de 2018, 150, de 16 de janeiro de 2018 e 180, de 17 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 19 de janeiro de 2018, Seção 1, página 95, onde se lê: "...(endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao1/boletim-de-pessoal-e-servico-bps)...", leia-se: "...(endereço eletrônico http://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal)...".

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 379, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta dos processos nº 00065.533077/2017-63, 00065.543020/2017-72 e 00065.524166/2017-19, resolve:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização de funcionamento do AEROCLUBE REGIONAL DE TAUBATÉ, situado à Estrada dos Remédios - nº 2135, Itaim, em Taubaté - SP, CEP: 12.086-000.

Art. 2º Renovar, por 5 (cinco) anos, a homologação dos cursos teóricos e práticos de Piloto Desportivo de Ultraleve (CPD), Piloto de Recreio de Ultraleve (CPR), Piloto Privado Avião - PPA, Piloto Comercial Avião - PCA, Instrutor de Voo Avião - INVA - e do curso teórico de Voo por Instrumentos - IFR, do AEROCLUBE REGIONAL DE TAUBATÉ.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 5.909, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.012862/2017-25 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, de 3 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.293-ANTAQ, de 13 de maio de 2016, do empresário individual VALDEMAR ABREU CRUZ - ME, CNPJ nº 10.677.447/0001-53, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 1º Termo Aditivo, em virtude de inclusão de embarcação no esquema operacional da travessia.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.917, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.001278/2015-82 e tendo em vista a aprovação do Superintendente de Outorgas, conforme delegação de competência contida na Portaria nº 282/2014-DG, de 3 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.301-ANTAQ, de 17 de maio de 2016, da empresa TRANSPANTANAL TOUR LTDA. - ME, CNPJ nº 02.868.266/0001-86, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 2º Termo Aditivo, em virtude de alteração do local da linha de travessia, que retornará às coordenadas originais, tendo em vista a regularização do nível do reservatório.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

DESPACHO Nº 64, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 50300.003750/2016-01. Fiscalizada: ETC - Empreendimentos Transportes Comercio Ltda., CNPJ nº 33.647.462/0001-54. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do recurso interposto, dada sua tempestividade, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a penalidade de multa no valor total de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pelo cometimento da infração tipificada no art. 23, inciso II, da Resolução nº 2.921/2013-ANTAQ (duas vezes).

FÁBIO QUEIROZ FONSECA
Gerente
Substituto

UNIDADE REGIONAL DE MANAUS-AM

DESPACHO Nº 30, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 50300.000567/2017-26. Fiscalizada: G. U. Barbosa - ME, CNPJ nº 04.813.599/0001-33. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de multa no valor de R$ 900,00 (novecentos reais), pelo cometimento da infração tipificada no inciso XXIII do art. 20 da Resolução nº 912/2007-ANTAQ.

LUCIANO MOREIRA DE SOUSA NETO
Chefe

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.729, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Autoriza a transferência de serviço da empresa MAXIMUS TRANSPORTE E TURISMO LTDA. para a empresa UNIÃO TRANSPORTE E BRASÍLIA LTDA. - UTB.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto nas Resoluções ANTT nº 3.076, de 26 de março de 2009, e nº 5.226, de 30 de novembro de 2016, fundamentada no Voto DSL - 046, de 25 de janeiro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.371350/2016-61, resolve:

Art. 1º Autorizar o pedido de transferência do serviço semiurbano Brasília/DF - Águas Lindas de Goiás/GO, prefixo nº 12-0440-75, operado sob o regime de Autorização Especial, da empresa MAXIMUS TRANSPORTE E TURISMO LTDA. para a empresa UNIÃO TRANSPORTE E BRASÍLIA LTDA. - UTB.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.730, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Autoriza a inclusão de investimento, por meio de fluxo de caixa marginal, referente as obras e serviços para adequação e regularização do pavimento nas áreas adjacentes às juntas de dilatação da Ponte Rio-Niterói.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições regimentais, sobretudo no que lhe confere o inciso XIX do art. 24 da Lei 10.233, de 5 de junho de 2001; tendo em vista o disposto no art. 3º e art. 5º alíneas "h" e "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; art. 29, incisos VIII e IX, e art. 31,inciso VI, da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, fundamentada no Voto DSL - 048, de 6 de fevereiro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.157256/2017-81, resolve:

Art. 1º Autorizar a inclusão de investimento, por meio de fluxo de caixa marginal, referente as obras e serviços para adequação e regularização do pavimento nas áreas adjacentes às juntas de dilatação da Ponte Rio-Niterói.

Art. 2º Determinar que a Superintendência de Exploração de Infraestrutura Rodoviária - SUINF tome as providências necessárias ao imediato prosseguimento do processo administrativo instaurado com o intuito de buscar o ressarcimento, por parte da CCR-Ponte, dos custos para adequação e refazimento das obras e serviços tratados nos autos do referido processo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 78, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 043, de 7 de fevereiro de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.696706/2017-57, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de transferência de mercados da empresa KANDANGO TRANSPORTE TURISMO LTDA para a empresa PLANALTO TRANSPORTES LTDA. conforme abaixo:

I. De Aparecida de Goiânia/GO, para: Palmas/TO, Porto Nacional/TO, Aliança do Tocantins/TO; e

II. De Goiânia/GO, para: Brejinho de Nazaré/TO;

Art. 2º Modificar as Licenças Operacionais nº 13 da KANDANGO TRANSPORTE TURISMO LTDA e nº 100 da PLANALTO TRANSPORTES LTDA. conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), no uso de suas atribuições legais, resolve:

I - homologar a Concorrência CDP nº 05/2017, realizada no dia 25/08/2017 (Processo Licitatório nº 1525/2017), referente à contratação de empresa especializada para realizar serviços de adequação do Sistema de Combate a Incêndio do Porto de Vila do Conde da Companhia Docas do Pará - CDP, de acordo com seu Termo de Referência e demais condições estabelecidas no edital e seus anexos; II - adjudicar, em consequência, vencedora da referida Concorrência, à empresa VERTICAL ENGENHARIA CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP - CNPJ nº 11.344.183/0001-89, pelo valor global de R$ 1.245.770,72 (um milhão, duzentos e quarenta e cinco mil, setecentos e setenta reais e setenta e dois centavos), bem como por ter cumprido todas as exigências editalícias; III - encaminhar ao DIRAFI para emissão da Ordem de Compra, consoante legislação vigente; IV - Após III, encaminhar à GEJURI para elaboração do instrumento correspondente.

PARSIFAL DE JESUS PONTES

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 50, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, com fundamento no art. 49, inc. XX, da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993, e do art. 6º, inc. XXXIII, do Regimento Interno Diretivo do MPF, aprovado pela Portaria PGR/MPF nº 357, de 05/05/2015, e conforme consta no Processo Administrativo nº 1.00.000.015376/2016-39, resolve:

Art. 1º Aplicar à pessoa jurídica Linha Brasil Plásticos Eireli-ME., inscrita no CNPJ sob o nº 03.890.611/0001-40, a penalidade de impedimento de licitar e de contratar com a União, e o consequente descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 6 (seis) meses, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002,c/c o Item 15.1 da Seção XV do Edital Pregão Eletrônico nº 25/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

PORTARIA Nº 51, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, com fundamento no art. 49, inc. XX, da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993, e do art. 6º, inc. XXXIII, do Regimento Interno Diretivo do MPF, aprovado pela Portaria PGR/MPF nº 357, de 05/05/2015, e conforme consta no Processo Administrativo nº 1.21.000.000721/2017-91, resolve:

Art. 1º Aplicar à pessoa jurídica Brilhar Serviços Terceirizados Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 10.648.254/0001-74, a penalidade e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul, e o consequente descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 1 (um) ano, com fulcro no art. 87 - III da Lei nº 8.666/1993 e na Cláusula Décima Quarta do Contrato Administrativo nº 10/2016/PR/MS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 5, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 7ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75/93, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no SISPROWEB sob nº 08190.030117/18-13, que tem como interessados: Distrito Federal, Departamento de Estradas de Rodagens do Distrito Federal, Companhia Urbanizadora da Nova Capital e Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, para apurar indícios de improbidade administrativa por omissão na preservação do viaduto de ligação da Rodovia DF-002 à Rodoviária do Plano Piloto.

LENNA NUNES DAHER

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

PORTARIA N° 695, DE 17 DE JANEIRO DE 2018

ICP n.º 08190.004969/18-38

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Primeira Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6.º, VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público informações veiculadas po consumidor de que a empresa AMOMA (TRIPONLINE S.A) tem veiculado publicidade enganosa referente a oferta de reserva em hotel, qual seja, oferece vaga no momento em que o consumidor tenta concluir a negociação recebe de que outra pessoa teria efetuado a reserva;

CONSIDERANDO que o consumidor ao pesquisar outra vez na procura de vaga deparou com a mesma oferta de vaga disponível e nas condições da oferta originária, o que demonstra a prática de descumprimento do dever de oferta e de publicidade enganosa;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federais n.os 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando a apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto determina-se:

1. Autue-se e registre-se esta Portaria;

2. Encaminhe-se cópia desta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. Comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público;

PAULO ROBERTO BINICHESKI
Promotor de Justiça

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

PORTARIA N° 704, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

ICP n.º 08190.004951/18-72

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por sua Segunda Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6.º, VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público notícia de suposta irregularidade na majoração dos valores de matrícula, configurando prática abusiva por parte da instituição de ensino, o que demanda maior apuração do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federai n.os 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando a apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, determinando-se, desde logo, as seguintes providências:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;

2. encaminhe-se esta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público;

4. oficie-se ao Procon/DF requisitando a instauração de processo administrativo.

PAULO ROBERTO BINICHESKI
Promotor de Justiça

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

PORTARIA N° 696, DE 18 DE JANEIRO DE 2018

ICP n.º 08190.004963/18-51

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, inciso III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva prevenção e reparação de danos são direitos básicos dos consumidores (art. 6º, inciso VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público notícia sobre possíveis práticas ilícitas envolvendo o Centro de Convivência e Atenção Psicossocial LTDA - Hospital de Saúde Mental Mansão Vida -, consistentes na inexistência de contrato de prestação de serviço celebrado entre os pacientes e a instituição que os atende, o que impõe investigação por parte do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federai nº 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar nº 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando melhor apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto, determina-se:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;

2. encaminhe-se esta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público.

RAFAEL LEANDRO ARANTES RIBEIRO
Promotor de Justiça Adjunto
Substituto

PORTARIA N° 697, DE 18 DE JANEIRO DE 2018

ICP n.º 08190.004962/18-99

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, inciso III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva prevenção e reparação de danos são direitos básicos dos consumidores (art. 6º, inciso VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público notícia de que a GM Leasing S.A. tem se mostrado renitente em ressarcir os consumidores, mesmo após o trânsito em julgado de sentença em ação civil pública que determinou a divisão da diferença referente ao aumento de antigos contratos de leasing, o que impõe investigação por parte do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federai nº 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar nº 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando melhor apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto, determina-se:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;

2. encaminhe-se esta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público.

4. Aguarde-se resposta do ofício.

RAFAEL LEANDRO ARANTES RIBEIRO
Promotor de Justiça Adjunto
Ssubstituto

PORTARIA N° 698, DE 18 DE JANEIRO DE 2018

ICP n.º 08190.004958/18-11

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, inciso III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva prevenção e reparação de danos são direitos básicos dos consumidores (art. 6º, inciso VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público notícia de que o Centro Educacional Brasília/Colégio ALUB tem se recusado a entregar documentos de conclusão do ensino médio aos alunos, o que impõe investigação por parte do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federai nº 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar nº 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando melhor apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto, determina-se:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;

2. encaminhe-se esta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público.

4. Aguarde-se resposta do ofício.

RAFAEL LEANDRO ARANTES RIBEIRO
Promotor de Justiça Adjunto
Ssubstituto

PORTARIA N° 699, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

ICP n.º 08190.004961/18-26

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6.º, VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público notícia de que a empresa INCORPORAÇÃO GARDEN LTDA vem praticando fraude à execução de forma corriqueira, causando lesão a diversos consumidores, o que impõe investigação por parte do Parquet;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federai n.ºs 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando a apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, determinando-se, desde logo, as seguintes providências:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;

2. encaminhe-se esta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público.

4. Cumpra-se o despacho anterior de fls. 245.

RAFAEL LEANDRO ARANTES RIBEIRO
Promotor de Justiça Adjunto
Ssubstituto

PORTARIA N° 701, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

ICP n.º 08190.004960/18-63

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6.º, VI, do CDC);

CONSIDERANDO que o princípio da presunção de inocência não é absoluto e que é dever dos fornecedores prestarem serviço seguro ao consumidor;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público notícia notícia de ocorrência de estupro de adolescente por motorista parceiro da Uber;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federai n.ºs 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando a apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, determinando-se, desde logo, as seguintes providências:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;

2. encaminhe-se esta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público.

4. Aguarde-se resposta do ofício 025/18. Após, retornem conclusos.

RAFAEL LEANDRO ARANTES RIBEIRO
Promotor de Justiça Adjunto
Substituto

PORTARIA N° 703, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

ICP n.º 08190.004957/18-59

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6.º, VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público notícia de cobranças indevidas praticadas pela empresa de nome TheCast, a qual, mesmo devidamente informada acerca da irregularidade, continua com a prática ilícita, o que demanda maior apuração do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federai n.ºs 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando a apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, determinando-se, desde logo, as seguintes providências:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;

2. encaminhe-se esta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público;

4. Junte-se dados do INFOSEG da empresa.

RAFAEL LEANDRO ARANTES RIBEIRO
Promotor de Justiça Adjunto
Substituto

PORTARIA N° 705, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

ICP n.º 08190.004950/18-18

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6.º, VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público notícia de que endereço na internet estaria vendendo produtos sem efetuar a entrega aos compradores após o devido pagamento, o que demanda maior apuração do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federai n.ºs 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando a apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, determinando-se, desde logo, as seguintes providências:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;

2. encaminhe-se esta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público;

4. realize-se novo contato com Paulo Inácio Oliveira da Silva para que forneça cópias legíveis das ocorrências registradas por ele.

RAFAEL LEANDRO ARANTES RIBEIRO
Promotor de Justiça Adjunto
Substituto

PORTARIA N° 706, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

ICP n.º 08190.004949/18-21

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6.º, VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público notícia de que a requerida vem descumprindo o TAC 749/2015, firmado com esta Promotoria de Justiça, o que demanda maior apuração do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federai n.ºs 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando a apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, determinando-se, desde logo, as seguintes providências:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;

2. encaminhe-se esta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público;

RAFAEL LEANDRO ARANTES RIBEIRO
Promotor de Justiça Adjunto
Substituto

PORTARIA N° 707, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

ICP n.º 08190.004944/18-15

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, inciso III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva prevenção e reparação de danos são direitos básicos dos consumidores (art. 6º, inciso VI, do CDC);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público, por representação de consumidor, reclamação a respeito de supostos vícios construtivos e atraso na entrega de imóvel por parte da empresa Tavares e Borges Projetos e Construção Ltda., merecendo investigação por parte do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federai nº 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar nº 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando melhor apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto, determina-se:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;

2. encaminhe-se esta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público;

4. requisite-se informações à empresa.

GUILHERME FERNANDES NETO
Promotor de Justiça

PORTARIA N° 708, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

ICP n.º 08190.004942/18-81

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, inciso III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva prevenção e reparação de danos são direitos básicos dos consumidores (art. 6º, inciso VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público informações a respeito de venda de veículo com quilometragem diversa da real, por parte da empresa Fort Veículos Ltda., merecendo investigação por parte do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

com suporte nas Leis Federai nº 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar nº 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando melhor apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto, determina-se:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;

2. encaminhe-se esta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público;

4. reiterem-se os ofícios nº 1034/2017 e nº 34/2018, enviados ao Procon/DF, com advertência;

5. após, retornem os autos conclusos.

GUILHERME FERNANDES NETO
Promotor de Justiça

Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 209, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006, tendo em vista o PA n. 1734/2018, resolve:

Art. 1º Transformar os Cargos Comissionados abaixo relacionados, conforme quadro a seguir:

Item	Seqüencial CJ	Descrição e origem CJ	Descrição e destino CJ
1	3396	CJ-02 de Coordenador da Coordenadoria de Ética e Disciplina do TJDFT - CED	CJ-02 de Assessor Jurídico da Assessoria Jurídica da Corregedoria
2	675	CJ-03 de Assessor Jurídico da Assessoria Jurídica da Corregedoria	CJ-03 de Coordenador da Coordenadoria de Ética e Disciplina do TJDFT - CED.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MARIO MACHADO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

PORTARIA Nº 186, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

O Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve determinar a republicação no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do Anexo VI - Demonstrativo Simplificado do RGF, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal de que trata o artigo 48 - anexo, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, relativo ao período de janeiro de 2017 a dezembro de 2017. Dê-se ciência. Publique-se no site deste Regional.

Des. SOLANGE CRISTINA PASSOS DE CASTRO CORDEIRO

ANEXO

OS DADOS SE REFEREM A UMA REPUBLICAÇÃO? (1 = SIM 2 = NÃO)	1	

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 48) R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	727.254.323.971,32

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	%SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	156.178.957,80	0,021475%
Limite Máximo (incisos I, II, e III, art.20 da LRF) - <%>	311.861.199,21	0,042882%
Limite Prudencial (parágrafo único, art.22 da LRF) - <%>	296.268.139,25	0,040738%

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	%SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	%SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação de Receitas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação de Receitas		

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	5.993.987,96	6.687.546,43

FONTE: TESOURO GENRENCIAL - SOF/TRT16 - 24/JAN/2018 - 10H

Des. SOLANGE CRISTINA PASSOS DE CASTRO CORDEIRO
Presidente do Tribunal

CELSON DE JESUS MOREIRA COSTA
Diretor Geral

DANIEL LEITE GUIMARÃES
Secretário de Orçamento e Finanças

JOSÉ AUGUSTO CASTELO BRANCO FILHO
Coordenador de Controle Interno

LAENA TICIANE SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Contabilidade Analítica

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

Tendo em vista o que consta do processo nº 12-18, ratifico a presente inexigibilidade de licitação, de acordo com o art. 25, II, da Lei nº 8.666-93, para fornecimento de vales-transporte para os funcionários do CRCRS.

CELSO LUFT
Vice-Presidente de Relações Institucionais
No exercíco da Presidência

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª REGIÃO

SECRETARIA ESPECIAL DOS PROCESSOS ÉTICOS E ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

ACÓRDÃO Nº 22, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

PROCESSO Nº: 077/2017. Vistos, relatados e discutidos os processos em que são representados os profissionais (ACB), adotado o voto do Conselheiro Relator e a motivação constante da ata de julgamento que passam a fazer parte do presente ACORDAM os Conselheiros pela aplicação da pena de Suspensão do exercício profissional.

MARISA BACELLAR
Secretária

ACÓRDÃO Nº 23, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

PROCESSOS Nºs: 1196/2016, 1350/2016, 415/2016, 101/2017, 090/2017, 079/2017, 100/2017; 004/2016, 426/2016; 387/2016, 407/2016 e 441/2016. Vistos, relatados e discutidos os processos em que são representados os profissionais (CSA), (OJSU), (APGM), (RCVM), (AMAPB), (ASB), (AES), (MLAF), (SRAR), (AFM), (CCP) e (OVN), adotado o voto do Conselheiro Relator e a motivação constante da ata de julgamento que passam a fazer parte do presente ACORDAM os Conselheiros pela aplicação da pena de Suspensão do exercício profissional.

MARISA BACELLAR
Secretária

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800179

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 6, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Nomeia funcionários como Pregoeiros Oficiais do CRMV-MT e seus membros.

O Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Mato Grosso - CRMV-MT, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "i" do artigo 11 da Resolução CFMV nº 591, de 26 de junho de 1992. Resolve:

Artigo 1º - Fica estabelecido que a partir desta data os funcionários FABIANO GONÇALO OLIVEIRA CAMPOS e FABIANA VAZ DE ALMEIDA, passam a exercer a função de Pregoeiro Oficial deste Conselho.

Artigo 2º - Os membros da equipe de apoio do Pregoeiro são os funcionários: MAURIZIO DIAS SANTANA JUNIOR, SILVANEY PINTO DE MATOS, FABIANO GONÇALO OLIVEIRA CAMPOS e FABIANA VAZ DE ALMEIDA.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação e tem validade até o término da Gestão 2017/2020 da Diretoria Executiva do CRMV-MT, revogando-se as disposições em contrário, especificamente a PORTARIA CRMV-MT/PR/Nº 042/2017.

VERTON SILVA MARQUES
CRMV-MT Nº. 1915

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 6ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 5.551, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

Estabelece o valor da anuidade de pessoa física, jurídica e as taxas no âmbito do CRESS 6ª Região e determina outras providências.

A Presidente do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 6ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais; Considerando as deliberações do Encontro Nacional CFESS/CRESS, relativas ao estabelecimento dos patamares mínimo e máximo para fixação da anuidade de pessoa física e o estabelecimento do valor da anuidade de pessoa jurídica, bem como a fixação dos valores de multas, juros, taxas e todas as demais condições, decorrentes da fixação do valor da anuidade, tudo para o exercício seguinte, nos termos do artigo 13 da Lei 8662/93; Considerando a necessidade social da receita proveniente das anuidades e outros, de forma a possibilitar a adequada execução e encaminhamento das atividades e ações de atribuição legal do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 6ª Região;

Considerando a obrigação, de competência do Conselho Regional de Serviço Social, relativa à responsabilidade com a arrecadação de todas as contribuições que são devidas pelas pessoas físicas e jurídicas, inscritas em sua jurisdição; Considerando a disposição do artigo 13, da Lei 8662/93 de 07 de junho de 1993, que estabelece, expressamente, que a inscrição nos Conselhos Regionais sujeita os assistentes sociais ao pagamento das contribuições compulsórias (anuidades), taxas e demais emolumentos que forem estabelecidos em regulamentação baixada pelo Conselho Federal, em deliberação conjunta com os Conselhos Regionais; Considerando os artigos 3º ao 11 da Lei 12.514/11, relativas as anuidades das entidades de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas; Considerando que o artigo 8º da Lei 8662/93, estabelece que compete ao Conselho Federal de Serviço Social, na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício, dentre outras, da atribuição de orientar, disciplinar e normatizar o exercício da profissão do/a assistente social; Considerando o desconto para profissionais recém-inscritos (as); os critérios de isenção para profissionais; as regras de recuperação de créditos, de parcelamento e a concessão de descontos para pagamento antecipado ou à vista, devem ser estabelecidos pelos respectivos Conselhos Federais, em conformidade com o previsto na Lei 12.514/11; Considerando o Parecer Jurídico nº 37/11, que versa sobre os reflexos da Lei 12.514, de 28 de outubro de 2011, nas anuidades dos Conselhos e demais procedimentos estabelecidos pelas normas internas do Conjunto CFESS-CRESS; Considerando a Resolução do CFESS Nº826/17 de 22 de setembro de 2017, que regulamenta as anuidades de pessoa física e pessoa jurídica e as taxas nos âmbitos dos CRESS, determinam outras providências e suas atualizações; Considerando a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária e pelo Conselho Pleno deste CRESS, resolve:

Art. 1º. Fixar regras gerais para anuidade de pessoa física e pessoa jurídica, inscritos e a se inscreverem, a ser cobrada pelo Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 6ª Região, estabelecido no ANEXO l, atualizado anualmente após deliberação do Encontro Nacional CFESS/CRESS e Assembleia Geral deste CRESS 6ª Região. Parágrafo Primeiro - COTA ÚNICA. Os prazos para pagamento de anuidade em cota única nos meses de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril serão os seguintes, de acordo com a deliberação do Encontro Nacional CFESS/CRESS: I - em 31 de janeiro, com vencimento até o dia 15 de fevereiro, com desconto de 15% (quinze por cento); II - em 28 de fevereiro, com vencimento até o dia 15 de março, com desconto de 10% (dez por cento); III - em 31 de março, com vencimento até o dia 15 de abril, com desconto de 5% (cinco por cento); IV - em 30 de abril, com vencimento até o dia 15 de maio, sem desconto. Parágrafo Segundo - PARCELAMENTO. A anuidade poderá ser paga em até 6 (seis) parcelas, iguais e sem desconto, cujas datas de vencimento serão: 1ª parcela - do dia 5 ao dia 15 de fevereiro; 2ª parcela - do dia 5 ao dia 15 de março; 3ª parcela - do dia 5 ao dia 15 de abril; 4ª parcela - do dia 5 ao dia 15 de maio; 5ª parcela - do dia 5 ao dia 15 de junho; 6ª parcela - do dia 5 ao dia 15 de julho. Parágrafo Terceiro - ACRÉSCIMOS. A anuidade não paga em cota única até o dia 15º dia de maio, ou parcela não quitada nas datas de vencimento, indicadas no parágrafo segundo deste artigo, sofrerão os seguintes acréscimos: I - multa de 2% (dois por cento) incidente sobre a anuidade; II - juros simples de 1% (um por cento) ao mês. Parágrafo Quarto. As anuidades relativas a exercícios anteriores, não quitadas sofrerão os mesmos acréscimos mencionados no parágrafo terceiro deste artigo, inclusive, em relação a incidência da multa de 2% (dois por cento). Parágrafo Quinto. A anuidade não paga em cota única e não parcelada até o dia 15 de junho, poderá ser parcelada em até 6 (seis) vezes, a critério do profissional interessado, sofrendo os acréscimos previstos no parágrafo 3º do presente artigo. Parágrafo Sexto. Os acréscimos referidos no parágrafo 3º do presente artigo devem ser calculados sobre o valor da anuidade, no mês em que for efetuado o pagamento.

Art. 2º. A anuidade a ser paga integral ou proporcional conforme o caso, pelo profissional, no ato da inscrição perante o CRESS 6ª Região, poderá ser parcelada em até 3 (três) vezes, a critério exclusivo deste, desde que a última parcela não ultrapasse junho. Parágrafo Primeiro. O\A profissional que se inscrever a partir do dia 01 de julho, deverá efetuar o pagamento da anuidade proporcional, em cota única. Parágrafo Segundo. Fica concedido ao profissional, no ato da primeira inscrição de seu registro profissional, o desconto de 10% (dez) por cento do valor da anuidade, seja ela integral ou proporcional.

Art. 3º. O CRESS 6ª Região poderá conceder isenção de anuidade aos Assistentes Sociais inscritos/as ou que forem se inscrever, que comprovarem: I - Possuir idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Resolução CFESS nº 299/94 e 427/02; II - Ter suspendido exercício profissional no país em função de missão ou mudança temporária para outro país; III - Ter sido acometido por doenças crônico-degenerativa ou incapacitante por mais de seis meses. Parágrafo Primeiro. No caso do inciso II a isenção durará igual período da missão ou estada em outro país. Parágrafo Segundo. No caso do inciso III a comprovação será feita por meio de laudos médicos especializados. Parágrafo Terceiro. O disposto nos incisos II e III estão previstos na Resolução CFESS nº 582/10 nos artigos 62 a 67. Parágrafo Quarto. Da decisão de indeferimento, proferida pelo CRESS 6ª Região, caberá recurso ao Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência da decisão. Parágrafo Quinto. O recurso será protocolizado pelo/a interessado/a na sede do CRESS 6ª Região, que se incumbirá de anexá-lo ao expediente original, encaminhando-o, por ofício, à instância recursal.

Art. 4º. As taxas do CRESS 6ª Região terão os valores conforme ANEXO l: Parágrafo único: Ficará isento do valor estabelecido para substituição do Documento de Identidade Profissional ou sua 2º via o assistente social que apresentar boletim de concorrência em situação de furto ou roubo do documento.

Art. 5º. Os débitos decorrentes do não pagamento de anuidades, multas, taxas e outros poderão ser parcelados em: 5 (cinco) vezes, na hipótese de o débito se referir a somente um exercício; 10 (dez) vezes, na hipótese de o débito se referir de 2 (dois) a 3 (três) exercícios; Até 20 (vinte) vezes, na hipótese de o débito se referir a 4 (quatro) exercícios. Parágrafo Primeiro. O parcelamento deverá ser feito mediante acordo entre o CRESS 6ª Região e o/a profissional devedor/a, mediante a subscrição de "Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito". Parágrafo Segundo. Fica limitado em até duas vezes, no máximo, o reparcelamento de débitos havidos com o CRESS 6ª Região, sendo admitido, consequentemente, firmar o primeiro parcelamento de dívida com o CRESS 6ª Região e, após reparcelar estes mesmos débitos por mais duas vezes.

Art. 6º. Somente se o débito de um/a mesmo/a profissional ultrapassar à R$5.000,00 (Cinco mil reais) é que passa ser obrigatória a cobrança judicial de tal valor. Parágrafo único. A faculdade prevista pelo "caput" deste artigo enseja a possibilidade de esgotamento e aperfeiçoamento das vias administrativas, de forma que o/a devedor/a seja convencido/a, nessa fase da cobrança, da relevância do pagamento de seus débitos, em face às atribuições e ações do CRESS 6ª Região.

Art. 7º. O CRESS 6ª Região não executará judicialmente dívidas referentes a anuidades inferiores a 4 (quatro) vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente. Parágrafo Primeiro O CRESS 6ª Região deverá manter um rigoroso controle administrativo, para que as últimas quatro anuidades de um mesmo profissional sejam cobradas nos prazos legais, após a quarta se tornar débito, de forma a não ensejar prescrição de uma ou mais anuidades. Parágrafo Segundo. O CRESS 6ª Região deverá atuar com a necessária e imprescindível agilidade para cumprir os procedimentos legais, previstos à espécie, com a inscrição dos quatro débitos, na Dívida Ativa e propositura da ação judicial no prazo previsto pela Lei de Execuções Fiscais, considerando, inclusive, que a referida inscrição determina a suspensão do prazo prescricional.

Art. 8º. Poderá ser adotada pelo CRESS 6ª Região, medidas concomitantes, tal como propositura de ação de execução fiscal com procedimentos administrativos de cobrança, aplicação de sanções por violação disciplinar ou suspensão do exercício profissional, em conformidade com as Resoluções expedidas pelo CFESS (354/97- Suspensão do Exercício Profissional por débito).

Art. 9º. A existência de valores (anuidades, taxas, multas e outros) em atraso não impede o cancelamento do registro profissional a pedido do/a interessado/a.

Art. 10. O pagamento das anuidades é devido a partir do momento da inscrição, encerrando-se a obrigação somente com o deferimento do pedido de cancelamento do registro profissional.

Art.11. Deferido o pedido de cancelamento da inscrição, os eventuais débitos existentes serão cobrados pelas vias administrativas e/ou judiciais competentes.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Regional de Serviço Social da 6ª Região, por deliberação de seu Conselho Pleno.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JULIA MARIA MUNIZ RESTORI
CRESS/MG 3696

ANEXO I

EXERCÍCIO 2018 Conforme deliberação do 46º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS realizado de 7 a 10 de setembro de 2017 em Brasília/DF e Assembleia Geral Ordinária, realizada em 20 de outubro de 2017.	
ANUIDADES	
Pessoa Física	R$ 522,93 (Quinhentos e vinte e dois reais e noventa e três centavos).
Pagamento a vista com 15% de desconto	R$ 444,49 (Quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e nove centavos);
Pagamento a vista com 10% de desconto	R$ 470,64 (Quatrocentos e setenta reais e sessenta e quatro centavos);
Pagamento a vista com 5% de desconto	R$ 496,79 (Quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e nove centavos);
Pagamento sem desconto	R$ 522,93 (Quinhentos e vinte e dois reais e noventa e três centavos).
Pessoa Jurídica	R$563,40 (Quinhentos e sessenta e três reais e quarenta centavos)
Pagamento parcelado em até 6 vezes	R$ 87,15 (oitenta e sete reais e quinze centavos)
TAXAS	
Inscrição de Pessoa Jurídica (abrangendo a expedição do Certificado de Pessoa Jurídica)	R$ 110,68 (cento e dez reais e sessenta e oito centavos).
Inscrição de Pessoa Física e inscrição secundária (abrangendo a expedição de Carteira e Cédula de Identidade Profissional)	R$ 88,53 (oitenta e oito reais e cinquenta e três centavos).
Substituição de Documento de Identidade Profissional ou expedição 2ª via.	R$ 66,37 (sessenta e seis reais e trinta e sete centavos).
Substituição de Certificado de Registro de Pessoa Jurídica.	R$ 44,24 (quarenta e quatro reais e vinte e quatro centavos).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018020800180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.